

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ADROALDO JOSÉ SILVA ALMEIDA

“Pelo Senhor, marchamos”:

Os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985)

Niterói-RJ

2016

ADROALDO JOSÉ SILVA ALMEIDA

“Pelo Senhor, marchamos”:

Os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

Orientador:

Prof. Dr. Jorge Ferreira

Niterói-RJ

2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

A447 Almeida, Adroaldo José Silva.
"Pelo Senhor, marchamos": os evangélicos e a ditadura militar no
Brasil (1964-1985) / Adroaldo José Silva Almeida. – 2016.
310 f. ; il.

Orientador: Jorge Ferreira.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de
Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

Bibliografia: f. 304-310.

1. Evangelismo. 2. Ditadura Militar, 1964-1979. 3. Brasil.
4. Protestantismo. 5. Repressão militar. I. Ferreira, Jorge.
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e
Filosofia. III. Título.

ADROALDO JOSÉ SILVA ALMEIDA

“Pelo Senhor, marchamos”:

Os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

Aprovada em, ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Ferreira – UFF
(Orientador)

Prof.^a Dra. Lucia Grinberg – UNI-RIO
(Arguidor)

Prof.^a Dra. Jessie Jane Vieira de Souza – UFRJ
(Arguidor)

Prof.^a Dra. Samantha Viz Quadrat – UFF
(Arguidor)

Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos – UFMA
(Arguidor)

Prof. Dr. Gisele Martins Venâncio – UFF
(Suplente)

Prof. Dr. Américo O. G. Freire – CPDOC-FGV
(Suplente)

Niterói-RJ
2016

Aos que sofreram por suas convicções e resistiram corajosamente ao ódio, à intolerância e às práticas autoritárias no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos últimos quatro anos fui auxiliado por pessoas e instituições que, objetivamente, se tornaram co-responsáveis pela conclusão deste trabalho. A elas deixo registrada a minha gratidão.

À minha esposa, Simone, e aos meus filhos, Davi, Isabela, Caio e João Davi, por entenderem, pacientemente, minhas ausências, introspecções e mudanças de humor ao longo desse percurso. O amor deles me garantiu manter a serenidade nos momentos de caos. Aos meus pais, Alderico e d. Maria Silva, com cujo amor incondicional sustentam os seus filhos. A eles, tributo minhas conquistas e qualidades. Não há palavras que traduzam o amor que sinto pelos dois.

Ao professor Jorge Ferreira, por sua orientação e contribuições à minha formação acadêmica e, principalmente, por seu cuidado e compreensão. Esses últimos quatro anos foram de intenso aprendizado e amadurecimento, que só se tornaram possíveis graças à sua dedicação como orientador e amigo.

Ao professor Marcelo Camurça e à professora Lúcia Grinberg pelas contribuições advindas da qualificação. Os olhares críticos e suas sugestões foram indispensáveis para minha percepção sobre a trajetória política das igrejas evangélicas.

Ao professor Lyndon Santos com quem, há quase duas décadas, mantenho diálogos sobre a religiosidade protestante no Brasil. Sua influência em minha formação acadêmica foi decisiva para esse momento.

E, para historiadores que, como eu, debruçam-se sobre fontes escritas, este material se torna, como bem coloca Georges Duby, “o enorme amontoado de palavras escritas mal extraídas das pedreiras onde os historiadores se abastecem, selecionando, recortando, ajustando, para construir em seguida o edifício, cujo projeto conceberam provisoriamente”. Por isso sou grato aos que colaboraram comigo nesse sentido. Ao Reverendo João D’Eça, pelos exemplares do jornal *O Estandarte*; A Nira Sousa pelo acesso aos arquivos do pastor da Assembleia de Deus no Maranhão, Estevam Ângelo e pelos exemplares do jornal *Mensageiro da Paz*; A Ivny Monteiro e, em particular, ao fundador de o jornal *Ultimato*, Elben Lenz César, por ter dado

acesso irrestrito à sua biblioteca e à digitalização do seu jornal, em Viçosa; à minha grande amiga Elba Mota, companheira de pesquisa e que, gentilmente, me ajudou com a digitalização dos exemplares de o *Mensageiro da Paz*, no Rio de Janeiro, além do empréstimo de textos e livros; à também amiga Jaciara Fonsêca, minha interlocutora entre os batistas, e que me possibilitou o contato com suas fontes; ao Arquivo Público do Estado do Maranhão, em particular às funcionárias Lourdes, Ivone de Carlo Soares e Helena Espínola que se esforçam de maneira heroica na salvaguarda de documentos tão caros à nossa história e que com carinho e gentileza tornaram este trabalho menos árido; à Biblioteca Nacional que, em razão de sua política de apoio ao pesquisador, disponibilizou os exemplares de o *Expositor Cristão*, sem que, para isto, me cobrasse qualquer valor.

Há outros aspectos que não tangenciam o objeto de quem pesquisa, mas por vezes se tornam tão ou mais importantes quanto a própria pesquisa. São elementos subjetivos, afetivos que, invariavelmente, nos impulsionam e nos garantem a paz e a tranquilidade para que o trabalho se conclua. A eles, minha lembrança e gratidão. A minhas amigas/mães Rosa e Ceumar, que acolheram um desconhecido, “sem lenço e sem documento”, apresentando-me, desde o início, a uma cidade maravilhosa; a Márcia Milena, eterna “amiguinha”, que me ajudou, pacientemente, a estabelecer-me no Rio; aos meus amigos, Paulo Garcês, Vinícius Bezerra e Adriano Lopes que me ajudaram, por vezes, a refletir sobre meus escritos, colocando em suspenso e sempre de forma bem humorada, meu ofício de historiador; ao meu amigo Alírio Cardoso que tornou esse percurso mais agradável e ameno, por meio do seu bom humor. A Locília Costa, diretora do campus IFMA/Santa Inês, e Aristóteles Lacerda, pela ajuda imprescindível nos processos burocráticos quanto à minha liberação para o doutorado.

Ao Instituto Federal do Maranhão (IFMA), pelo financiamento dessa pesquisa, por meio do Programa de Qualificação Docente (PROQUALIS) e pela concessão de afastamento integral de minhas atividades docentes durante todo o doutorado. Sem isto, não seria possível a realização das viagens, cópias de documentos, aquisição de materiais etc., que garantiram o término desta tese.

*O que será, que será?
Que todos os avisos não vão evitar
Por que todos os risos vão desafiar
Por que todos os sinos irão repicar
Por que todos os hinos irão consagrar
E todos os meninos vão desembestar
E todos os destinos irão se encontrar
E mesmo o Padre Eterno que nunca foi lá
Olhando aquele inferno vai abençoar
O que não tem governo nem nunca terá
O que não tem vergonha nem nunca terá
O que não tem juízo*

O que será (À flor da terra) – Chico Buarque

RESUMO

O presente trabalho trata da relação entre as igrejas evangélicas e a ditadura militar, no período de 1964 a 1985, problematizando, principalmente, as posições políticas assumidas pela Igreja Presbiteriana Independente, Assembleias de Deus, Igreja Metodista e Igreja Batista durante os governos militares. Destaca a participação e compreensão dos evangélicos e de suas lideranças em relação ao golpe de 1964. Reflete sobre o contexto político do período e suas implicações nas instituições eclesiais evangélicas, ressaltando as transformações que ocorreram em suas estruturas e nas posições político-oficiais. Coloca em suspenso o suposto absenteísmo político evangélico anterior à Assembleia Nacional Constituinte de 1986, abordando a participação evangélica na política-partidária e nos movimentos sociais durante a ditadura militar. Percorre ainda as divergências e convergências, de natureza política, que ocorreram no interior das igrejas evangélicas, durante os governos militares, ressaltando as diferenças entre as correntes progressistas e conservadoras, bem como seus projetos político-religiosos em suas respectivas igrejas.

Palavras-chave: evangélicos, ditadura, protestantismo, repressão.

ABSTRACT

This thesis focuses on the relation between the evangelical churches and the military dictatorship from 1964 to 1985. It mainly discusses the political positions taken by the Independent Presbyterian Church, Assembly of God, Methodist Church and Baptist Church during the military government. It highlights the participation and comprehension of the evangelicals and their leadership about the coup of 1964. It reflects on the political context of that period and the implications of the evangelical ecclesiastic institutions, pointing out the transformations that occurred in their structures and official political positions. It puts on hold the assumed evangelical political absenteeism prior to the National Constitution Assembly of 1986 and it addresses the evangelical political participation in parties and social movements during the military dictatorship. This thesis demonstrates the discrepancies and convergences, of political nature, that occurred inside the evangelical churches during the military government. It shows the differences between the progressive and conservative groups, as well as, the political and religious projects in their respective churches.

Keywords: evangelicals, dictatorship, Protestantism, repression.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fig. 1** “O País tem novo presidente”, f. 74
- Fig. 2** “O Côro e o presidente Médici”, f. 75
- Fig. 3** “Geisel prestigia encontro nacional de oração”, f. 96
- Fig. 4** “Presbiterianos independentes decidem, como outros protestantes: ‘queremos diretas, já!’”, f. 97
- Fig. 5** “Sucessão presidencial - O General Ernesto Geisel, escolhido para substituir o presidente Médici, é Evangélico, de Confissão Luterana”, f. 123
- Fig. 6** “Pentecostal assume presidência da Assembleia Legislativa – Pará”, f. 124
- Quadro 1** Deputados Federais Evangélicos (1975), f. 132
- Fig. 7** “Liberdade religiosa ameaçada no Brasil”, f. 147
- Fig. 8** “Tancredo Neves, o mais novo sócio da ADHONEP”, f. 148
- Fig. 9** “O Brasil e o homem de que ele precisa”, f. 199
- Fig. 10** “A grande campanha visita aos três poderes da República”, f. 200
- Fig. 11** “1822 - 1972”, f. 223
- Fig. 12** “Uma foto em foco”, f. 224
- Fig. 13** “Uma foto em foco”, f. 224
- Fig. 14** “A Igreja Evangélica não pede: dá”, f. 257
- Fig. 15** “Violências policiais compungiram metodistas”, f. 258
- Fig. 16** “Espero humildemente... em Deus que tudo pode...”, f. 290
- Fig. 17** “Diretas Já!...”, f. 291

LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ACA	Associação Cristã Acadêmica
ADHONEP	Associação de Homens de Negócios Pentecostais
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAS	Comissão de Ação Social da Igreja Batista
CBB	Convenção Batista Brasileira
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEBIMI	Centro Brasileiro de Informação Missionária
CEDITER	Comissão Evangélica de Direitos da Terra
CELAM	Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CLADE	Congresso Latino-americano de Evangelização
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPAD	Casa Publicadora das Assembleias de Deus
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRUNA	Cruzada Nacionalista
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI/CODI	Destacamento de Operação e Informação/Centro de Operação de Defesa Interna

DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
FMP	Frente de Mobilização Popular
FUMEC	Federação Universal de Movimentos Estudantis Cristãos
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IMS	Instituto Metodista de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
IPB	Igreja Presbiteriana do Brasil
IPES	Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais
IPI	Igreja Presbiteriana Independente
ISAL	Igreja e Sociedade na América Latina
JUDICA	Juventude Diocesana Católica
JUERP	Junta de Educação Religiosa e Publicações Batista
JUGAS	Junta Geral de Ação Social da Igreja Metodista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

SIM	Serviço de Integração do Imigrante
SRSI	Setor de Responsabilidade Social da Igreja
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Reforma Agrária
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UCEB	União Cristã de Estudantes do Brasil
UDN	União Democrática Nacional
UMES	União Maranhense dos Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba

SUMÁRIO

	p.
Lista de Ilustrações.....	11
Lista de Siglas.....	12
Introdução.....	17
Capítulo 1 – “Entre a cruz e a espada”: perseguições, silêncios e transformações na Igreja Presbiteriana Independente durante a ditadura militar.....	31
1.1. A IPI, o governo Goulart e o golpe de 1964.....	33
1.2. Separando o trigo do joio: a adesão e apoio à ditadura.....	57
1.3. A IPI e a crise da ditadura: distensão e redemocratização.....	78
Capítulo 2 – “O nosso general é Cristo”: as Assembleias de Deus e sua relação com os governos militares.....	104
2.1. O Golpe de 1964 e o silêncio das Assembleias de Deus.....	106
2.2. Assumindo Posição: a defesa do governo militar.....	110
2.3. Teologia da Libertação e Evangelho Social.....	116
2.4. O envolvimento direto com o governo.....	121
2.5. "Nós" na Política.....	129
2.6. A redemocratização e as Assembleias de Deus: novos tempos, antigas tensões.....	139
2.7. Manoel da Conceição: uma "janela" para a mesma paisagem.....	153
Capítulo 3 – “A Pátria para Cristo”: as Igrejas Batistas e sua adesão ativa à ditadura militar.....	166
3.1. A democracia batista.....	168
3.2. O golpe e suas reverberações.....	191
3.3. A política de desmobilização política entre os batistas.....	201
3.4. Orando pela pátria e servindo aos generais: os batistas em defesa da ditadura.....	208
3.5. A abertura política.....	220
3.6. A primavera não veio: Os batistas e a redemocratização do Brasil.....	227
Capítulo 4 – “Pai, afasta de mim esse Cálice”: a Igreja Metodista e os seus diversos caminhos entre o golpe e a redemocratização.....	236
4.1. Ação social e ecumenismo: reverberações da Conferência do Nordeste e do Concílio Vaticano II.....	239

4.2. “ <i>E cada qual no seu canto, em cada canto uma dor</i> ”: o golpe de 1964 e o silêncio metodista.....	248
4.3. Tensão, repressão e enfrentamento.....	253
4.4. “ <i>Hoje você é quem manda, falou, tá falado, não tem discussão, não</i> ”: aproximações com a ditadura, uma fase obscura.....	269
4.5. Um processo lento e gradual: distanciamento da Igreja Metodista em relação aos militares.....	277
4.6. A guinada à esquerda.....	282
4.7. Abertura política de dentro pra fora, de fora pra dentro.....	292
Considerações Finais	301
Fontes	304
Bibliografia	304

Introdução

Há um adágio popular muito conhecido no Brasil que diz o seguinte: política e religião não se discutem. Esta afirmativa tenta deixar claro que nesses dois terrenos há muito mais divergências, confrontos e disputas do que em quaisquer outras áreas do conhecimento humano. Por outro lado, o adágio revela que tanto a política quanto a religião possuem adeptos que defendem seus pontos de vista, como crédulos possuidores da verdade, e por esta razão, chegar a um consenso seria quase impossível.

Além disso, a política e a religião seriam campos a se repelirem em razão de suas características particulares. A primeira é o terreno da retórica, da persuasão, da arte na busca e manutenção do poder. A segunda é o terreno da verdade, expressa por meio da revelação, em si mesma, poderosa. Uma estaria vinculada ao profano, enquanto que a outra estaria impregnada pelo sagrado. Mas, ambas, são potencialmente instrumentos de orientação de indivíduos e comunidades, operando mudanças/continuidades em práticas e comportamentos sociais.

Desde o mestrado, tais aspectos me inquietaram a tentar compreender melhor as relações entre a religião e a política no Brasil. Em minha dissertação, percebi que a trajetória de um líder religioso, fundador de uma igreja protestante no final do século XIX na Corte brasileira, estava completamente imbricada com as transformações políticas por que o país passava.

Lembrando de Marc Bloch, este “espetáculo das atividades humanas”¹ que forma o objeto específico da história tem a capacidade de seduzir a imaginação dos homens. Isto explica, em parte, minha escolha por este tema. Eu suspeitava de que lideranças religiosas, inclusive protestantes, não foram completamente refratárias à política no Brasil.

No entanto, a escolha do tema trouxe, a princípio, limitações no campo historiográfico, pois só muito recentemente que a historiografia brasileira vem se ocupando com pesquisas sobre a relação entre os evangélicos² e a política no Brasil. Até o fim do século

¹ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

² O termo evangélico, utilizado nesta tese, é uma categoria sociológica que diz respeito ao “campo religioso formado pelas denominações cristãs nascidas na e descendentes da Reforma Protestante europeia do século XVI. Designa tanto as igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e

XX, predominaram os estudos sociológicos que privilegiaram as análises sobre a participação político-partidária dos evangélicos nas eleições brasileiras, principalmente após a expressiva presença de parlamentares evangélicos na Assembleia Nacional Constituinte, em 1986.

Os primeiros trabalhos sociológicos – boa parte deles desenvolvidos na década de 1990, por teólogos que tinham também formação em sociologia – voltaram-se para compreender, sobretudo, o fenômeno pentecostal na política. Antes de 1986, os pentecostais eram objeto de estudo, principalmente, pelos aspectos míticos e ritualísticos de seus cultos, os quais trouxeram elementos estranhos à liturgia de igrejas protestantes de tradição reformada.

As análises sociológicas tinham, de forma geral, o objetivo de compreender as razões que levaram os evangélicos a se envolverem com a política partidária – uma vez que os mesmo eram vistos como avessos à política – e com os desdobramentos da inserção evangélica no Congresso Nacional, bem como nos parlamentos estadual e municipal de diversos estados do Brasil.

A tese de doutorado do sociólogo Paul Freston, *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*,³ influenciou bastante o meio acadêmico na perspectiva de atribuir aos protestantes um suposto absentismo político que deixou de existir, a partir das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1986. Paul Freston elabora um percurso histórico sobre as “escassas possibilidades de protestantismo e vida política na Primeira República Brasileira”.⁴ Ele analisou o período de democratização do país, pós-Vargas, que viu várias mudanças, dentre as quais, o crescimento da população evangélica (4% em 1960), a obrigatoriedade do voto feminino – as igrejas evangélicas tinham mais mulheres do que homens –, e um processo acelerado de urbanização que teria contribuído, em 1950, para que os protestantes elegeassem, pela primeira vez, mais de um deputado federal.⁵

O grande salto da participação evangélica, sobretudo na ocupação de cargos do legislativo, deu-se, em sua opinião, a partir de 1986. Ao observar atentamente os diversos períodos históricos da República Brasileira, Paul Freston afirma que os momentos em que os protestantes cresceram na ocupação do Congresso Nacional coincidiram com períodos democráticos (1950, 1962 e 1986), e conclui que “o voto por adesão a uma religião não-dominante depende de um eleitorado livre de outros controles, bem como do grau em que as

Batista) como as pentecostais (Congregação Cristã do Brasil, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, Universal do Reino de Deus)”. MARIANO, Ricardo, Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 10.

³ FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. Campinas, São Paulo, 1993. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, 1993.

⁴ Ibid., p. 152.

⁵ Ibid., p. 153.

igrejas franqueiam a atividade política. Por isso, elementos como região e igreja são importantes na interpretação”.⁶

Já no século XXI, as pesquisas, envolvendo evangélicos e política, recrudesceram, porém ainda desenvolvidas majoritariamente por cientistas da religião, sociólogos e cientistas políticos. O trabalho de Edson d’Avila, por exemplo, enfatiza a inserção da igreja Assembleia de Deus no Brasil e seu expansionismo, até culminar com o envolvimento oficial da igreja com a política partidária.⁷ Para tanto, o autor investiga o principal veículo de comunicação da Assembleia Deus, o jornal *Mensageiro da Paz*, fundado em 1930, no Rio de Janeiro. Segundo o autor, desde a sua fundação até 1986, a leitura dos conteúdos do jornal expressaria “uma das marcas características da Assembleia de Deus, no campo político nacional, a falta de interesse por questões políticas”.⁸ Porém, a partir de 1986, segundo o autor, essa característica se altera e o *Mensageiro da Paz* “vai se transformando em um instrumento que põe em movimento a membresia da AD com objetivos políticos”.⁹

O texto de Edson d’Avila argumenta que, em períodos de eleições, o jornal *Mensageiro da Paz* ressalta “a ética cristã como a regra faltante na política para mudar o Brasil”.¹⁰ Entretanto, sua própria pesquisa deixa entender que os discursos políticos, contidos no periódico, são esparsos e não necessariamente definiriam a prática política dos membros da Assembleia de Deus pelo país.

A pesquisa de Tiago D. P. Borges, *Representação partidária e a presença dos evangélicos na política brasileira*,¹¹ problematiza, de um lado, a presença ascendente de parlamentares ligados a igrejas e setores evangélicos e, de outro, a de que este fenômeno não se converteu na formação de um partido político; isto porque, segundo hipótese defendida pelo autor, “um partido evangélico não foi formado devido à ausência de uma identidade, tanto entre os representantes evangélicos, quanto entre os eleitores que declaram pertencer a alguma igreja”.¹²

A contribuição de Tiago P. D. Borges se dá, principalmente, no levantamento e análise de dados estatísticos tomados numa pesquisa desenvolvida pelo Departamento de

⁶ Ibid., p. 167.

⁷ D’AVILA, Edson. *Assembleia de Deus no Brasil e a política: uma leitura a partir do mensageiro da paz*. São Bernardo do Campo, SP, 2006. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, SP, 2006.

⁸ Ibid., p. 99.

⁹ Ibid., p. 113.

¹⁰ Ibid.

¹¹ BORGES, Tiago Daher Padovezzi. *Representação partidária e a presença de evangélicos na política brasileira*. São Paulo, 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

¹² Ibid., p. 74-75.

Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) sobre os deputados estaduais de 22 estados brasileiros. Em vista da localização na escala ideológica a que submeteram os deputados entrevistados, Tiago Borges considera que “os deputados de base eleitoral evangélica apresentam poucas distinções com o restante dos deputados, existindo escassa singularidade identitária entre eles”.¹³

Valdir Gonzales Paixão Junior, por sua vez, elabora uma análise sociológica sobre a “manipulação do aparato da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) em prol do autoritarismo e os mecanismos utilizados para se manter a vigilância e a censura daqueles que discordavam da linha político-teológica estabelecida na igreja”.¹⁴

Desse modo, a tese de Valdir Gonzales se apoia na aplicação do conceito de “campo religioso” de Pierre Bourdieu para compreender as relações da IPB com o autoritarismo político no Brasil pós-1964. Para o sociólogo Valdir Gonzales, “a Igreja Presbiteriana do Brasil coloca-se como um espaço social e de relação de forças”, em que se apresentam “relações de desigualdades entre dominantes e dominados”, bem como “relações de forças externas, de concorrência e de transação entre os especialistas e os grupos e classes de consumidores de bens religiosos”.¹⁵

O livro de Saulo Baptista, *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira*,¹⁶ propõe-se a uma análise sobre a relação da cultura política brasileira e a presença do pentecostalismo na arena política nacional. Em sua pesquisa, ele privilegia um estudo sobre o comportamento de lideranças e parlamentares da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus, observando em que medida a atuação política dessas lideranças se relacionam com valores tradicionais da cultura brasileira, dentre os quais, o autoritarismo, o clientelismo e seus correlatos.

O trabalho, por um lado, reafirma algumas considerações contidas nas pesquisas até aqui mencionadas – como, por exemplo, a de uma maior participação pentecostal na política partidária brasileira pós-1986 –, por outro, demonstra de forma objetiva a mobilização de recursos e a capitalização política de parlamentares evangélicos para usufruto privado.¹⁷

¹³ Ibid., p. 122.

¹⁴ PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzales. *Poder e memória: o autoritarismo na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar*. Araraquara, São Paulo, 2008, 372 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2008.

¹⁵ Ibid., p. 112.

¹⁶ BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Anablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

¹⁷ Ibid., p. 337. A este respeito, Saulo Baptista dá o exemplo do deputado evangélico Zequinha Marinho (PSC-PA) que descreveu a estratégia usada para direcionar suas emendas orçamentárias para um hospital da

Além disso, Saulo Baptista avança na discussão de categorias já consagradas na história e na sociologia, dentre as quais, a de carisma. Na sociologia weberiana, o carisma é uma qualidade pessoal, cuja dominação, do tipo carismática, é exercida por pessoa (que pode ser profeta, sábio, herói, curandeiro...). Para Saulo Baptista,

a Assembleia de Deus e a Igreja Universal têm transformado carisma eclesial em capital político. Vale dizer, o eleitor, membro ou freqüentador fiel, vota no ‘candidato da igreja’, porque ele confia na instituição e quer ajudá-la, expandindo-a para o espaço político. O carisma do candidato e o partido têm pouco peso entre os fatores que decidem o voto. O que influi mais intensamente é o carisma da instituição.¹⁸

Como se viu até aqui, a maioria das pesquisas foi realizada no campo das ciências sociais. Na virada do século XX para o XXI, um grupo significativo de historiadores, influenciados pela História Cultural, passou a pesquisar a história das igrejas evangélicas no Brasil sob outro olhar, lançando-se ao desafio de historicizar a inserção dessas igrejas no país, ressaltando a participação evangélica na formação da cultura brasileira, seus legados, tradições e relações de poder no interior das igrejas evangélicas etc.

Porém, raros foram os trabalhos desenvolvidos por historiadores sobre a participação política dos evangélicos, na República brasileira, antes da Assembleia Nacional Constituinte de 1986. A dificuldade de acesso a fontes produzidas ao longo de décadas por igrejas evangélicas – muitas vezes restritas apenas à consulta por parte de teólogos, sociólogos e historiadores vinculados, a essas igrejas – impediu uma leitura mais acurada e profunda sobre as posições políticas assumidas por evangélicos na história do Brasil.

Nesse ponto, destaca-se o trabalho da historiadora Elizete da Silva sobre os evangélicos progressistas em Feira de Santana, na Bahia, que tem como foco principal analisar a constituição de um segmento protestante ecumenista e progressista com intensa atuação na Igreja Presbiteriana de Feira de Santana, pós-1960.¹⁹

A análise de Elizete da Silva privilegia o engajamento político-social de um grupo ecumênico e progressista de evangélicos no interior da Bahia, discorrendo também sobre aspectos históricos do protestantismo brasileiro durante a ditadura militar. Segundo a historiadora, esse grupo de evangélicos progressistas pôs em prática projetos sociais e políticos, entre os quais, o Serviço de Integração do Imigrante (SIM) e a Comissão Ecumênica

Assembleia de Deus instalado em Belém-PA mesmo em meio às dificuldades burocráticas e fiscais impostas pelo Ministério da Saúde.

¹⁸ Ibid., p. 184.

¹⁹ SILVA, Elizete. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira*. Evangélicos progressistas em Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS, 2010.

dos Direitos da Terra (CEDITER),²⁰ que guardam similaridade com os projetos desenvolvidos por católicos, como, por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB).

Recentemente, com a abertura dos arquivos das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) e a disponibilização, por parte de algumas instituições evangélicas, de seus arquivos para a consulta pública, novas fontes foram acrescentadas à presença dos evangélicos no Brasil, alargando o campo de análise e de investigação da participação política destas igrejas, especialmente durante a ditadura militar.

Diante dessa lacuna, pretendi realizar uma análise de como as igrejas evangélicas no Brasil se relacionaram com o governo militar, e quais as implicações advindas dessa relação para a história dessas igrejas. Porém, um primeiro desafio se lançou: Tendo em vista a pluralidade de igrejas evangélicas no Brasil, quais aquelas a serem pesquisadas? Que critérios seriam adotados para essa escolha?

Ao levar em consideração estas questões, pelo menos dois aspectos me pareceram imperativos para arbitrar quais igrejas seriam escolhidas para análise: representatividade numérica dessas igrejas no cenário religioso evangélico nacional, e os aspectos doutrinários/teológicos que lhes seriam inerentes. No primeiro caso, considerei necessário que as igrejas a serem pesquisadas tivessem uma quantidade significativa de membros e de templos espalhados nas mais diversas regiões do país. Assim, poderia analisar o alcance da orientação política dessas igrejas em relação aos seus membros, bem como a influência dessas igrejas para as transformações político-sociais pelas quais o país passou entre 1964 e 1985.

No atendimento a esse critério, a tarefa árdua foi encontrar mapas estatísticos que demonstrassem a quantidade numérica de membros por igrejas evangélicas no Brasil e a disposição geográfica dessas igrejas, principalmente para a década de 1960. Neste ponto, o Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, órgão do Ministério da Justiça, produziu uma série intitulada “Estatística do Culto Protestante”, em que constam os números de templos evangélicos, com seus respectivos fiéis, abrangendo todas as unidades da federação, desde o ano de 1954.

²⁰ Ibid., p. 198. Segundo a autora, a CEDITER foi composta pelos Reverendos João Dias de Araújo e José Moreira Cardoso, e pelo presbítero Elizeu Borges de Oliveira, sendo que suas atividades se relacionavam com a seca e os conflitos de terra, apoiando o trabalhadores rurais e lutando pela reforma agrária no país, numa versão muito análoga à Comissão Pastoral da Terra (CPT), católica.

Tomando como referência o ano de 1965, observei que as igrejas com maior quantidade de templos e membros no Brasil eram as Assembleias de Deus, Presbiteriana (do Brasil e Independente), Batista e Metodista. Estas igrejas, em 1965, concentravam templos e/ou missões religiosas em todas as regiões do Brasil. Por esta razão que igrejas como, por exemplo, Congregação Cristã do Brasil e Evangélica Luterana do Brasil não foram escolhidas como objeto de análise, a despeito da quantidade de membros que as mesmas possuíam. Isto porque, durante a década de 1960, seus templos e fiéis se concentravam, sobretudo, nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente. Igrejas menos expressivas do ponto de vista numérico também não foram analisadas, a exemplo de “O Brasil para Cristo”, Adventista do Sétimo Dia, do Evangelho Quadrangular, embora possuíssem templos em quase todas as regiões do Brasil.

O segundo aspecto privilegiaria igrejas com doutrinas teológicas distintas para que assim se pudesse observar a relação entre a linha teológica e a posição política da respectiva igreja. Tal diferenciação também não é fácil de ser realizada, tendo em vista os processos de *bricolage*²¹ presentes nas igrejas evangélicas brasileiras. Significa dizer que as diferenciações teológicas, míticas e/ou ritualísticas entre estas igrejas se apresentam visíveis no plano teórico, mas completamente fluidas quando se observa a realidade.

Dito isto, a Igreja Presbiteriana Independente representaria a corrente teológica de tradição reformada; as igrejas Assembleias de Deus representariam a corrente teológica, vinculada ao pentecostalismo; as Batistas representariam aquelas paralelas à Reforma; e a igreja Metodista representaria o ramo anglicano. Essa diferenciação, insisto, é tênue, fluida e, por vezes, incorre em equívocos histórico-teológicos.²² Entretanto, ela nos permite compreender, grosso modo, as diferenciações clássicas e ideais entre estas igrejas, bem como aspectos teológicos e históricos que implicam no comportamento político e social de seus fiéis.

Além disso, estas igrejas produziram um rico acervo documental – muito bem conservado e constituído principalmente de jornais e revistas, publicados entre 1963-1985 de

²¹ O termo *bricolage* foi utilizado como categoria analítica por Claude Lévi-Strauss para explicar os processos de rearranjo da reflexão mitopoética. Para Lévi-Strauss, é peculiar ao *bricolage*, no plano prático, “a elaboração de conjuntos estruturados não diretamente com outros conjuntos estruturados, mas utilizando resíduos e fragmentos de fatos (...) testemunhos fósseis da história de um indivíduo ou de uma sociedade”. Ver mais em LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

²² Essa diferenciação foi proposta no Brasil, a princípio, por Antônio Gouveia de Mendonça. Ele elaborou um quadro dos ramos da reforma protestante no Brasil. Em sua tipologia clássica, ele próprio adverte a dificuldade para a classificação destas igrejas, citando exemplos como o dos Metodistas que, aparentemente não tendo nada a ver com os anglicanos, ele os manteve na chave da família anglicana em virtude de afinidades históricas, da liturgia formal e da manutenção do episcopado. Ver mais em MENDONÇA, Antonio Gouvêa e VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução do protestantismo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

forma ininterrupta – que me possibilitou analisar e comparar os posicionamentos oficiais destas igrejas, bem como de seus membros, no que diz respeito aos aspectos políticos, econômicos e sociais brasileiros durante a ditadura.

Os periódicos *O Estandarte*, *Mensageiro da Paz*, *O Jornal Batista* e *Expositor Cristão* constituíram-se em minhas principais fontes de pesquisa. Como bem destaca Tânia Regina De Luca, “jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita”.²³

Nesse sentido, os artigos, reportagens e editoriais, publicados entre 1963 e 1985 nos jornais oficiais das igrejas Presbiteriana Independente, Assembleia de Deus, Batista e Metodista, ajudaram-me a compor um quadro bastante complexo a respeito do envolvimento dos evangélicos com a política e os movimentos sociais no Brasil. Estes periódicos não foram tomados como meros receptáculos de informações, mas, antes, como documentos que expressaram posições políticas, ambiguidades, tensões internas, silêncios e enfretamentos. Setores evangélicos, tanto conservadores quanto progressistas, utilizaram as páginas desses jornais para exprimir ideias e mobilizar fiéis.

A minha opção por este tipo de fonte me possibilitou ver que, embora tais periódicos tenham sido criados para ser instrumentos de evangelização, eles também se constituíram em veículos de orientação política de seus leitores e, muitas vezes, palco de debates entre os próprios membros e lideranças religiosas.

Penso que algumas questões de fundo se levantam a partir disto. O comportamento evangélico, plural em sua historicidade no Brasil, também foi plural em suas escolhas ideológicas e políticas? Se foi plural, existiu algum comportamento político que predominou entre as igrejas evangélicas? Podemos falar da existência de uma cultura política evangélica ou cultura política entre evangélicos?

Segundo Angela de Castro Gomes, o conceito de cultura política permitiria “explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores sociais, individuais e

²³ DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 140.

coletivos”.²⁴ Portanto, ainda com base na historiadora, o sentido que um determinado grupo atribui à sua realidade social estaria diretamente relacionado à sua cultura histórica. Cultura política e cultura histórica são, portanto, categorias que estariam articuladas e que permitiriam ao historiador compreender de que forma grupos sociais (como os evangélicos, por exemplo) se relacionam com a política (partidos políticos, movimentos sociais, ações administrativas implementadas pelo Estado). A autora considera que:

Se a identidade de qualquer grupo não se faz sem recurso a ‘seu’ passado, e se esse processo é dinâmico, mas não arbitrário, torna-se matéria de particular valor para o historiador compreender as leituras de passado que as memórias coletivas empreendem, sobretudo se estão relacionadas a políticas governamentais explicitamente dirigidas ao enquadramento da memória nacional.²⁵

Considero que a análise de Angela de Castro Gomes nos permite compreender alguns comportamentos apresentados pelas igrejas evangélicas, durante a ditadura militar no Brasil. Em sua larga maioria, os evangélicos, com base em textos sagrados e em suas memórias coletivas, exprimiram práticas políticas que se coadunaram àquelas levadas a cabo pelo Estado autoritário brasileiro.

Há uma cultura política que me parece ser subjacente aos evangélicos no Brasil, e que, embora guarde traços com a cultura política brasileira, mostra-se singular em um determinado aspecto, qual seja, o de rejeitar a política como instrumento capaz de produzir transformações sociais duradouras, ao mesmo tempo em que confere à política um espaço privilegiado de inserção para o atendimento de suas demandas face ao Estado.

Se, por um lado, o pensamento predominante entre os evangélicos considera que a verdadeira e única transformação em benefício da sociedade só poderá ser alcançada por meio da conversão do homem a Cristo, por outro, o comportamento evangélico evidencia sua capacidade de mobilização política para satisfação de seus interesses, não apenas religiosos, mas, também, sociais e econômicos.

Em geral, as igrejas evangélicas no Brasil expressam uma cultura política que atribui à liberdade de seus cultos e ao seu proselitismo religioso uma proeminência em relação a outros aspectos da vida pública. Significa dizer que, mesmo que um Estado tenha como características o autoritarismo, a corrupção e a ilegalidade constitucional, ainda assim, esse será oficialmente reconhecido como legítimo pela maioria das igrejas evangélicas no Brasil,

²⁴ GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007, p. 47.

²⁵ *Ibid.*, p. 50.

desde que esse Estado e seus representantes não interfiram na prática religiosa dos evangélicos.

Isso demonstra o quanto o religioso entra no político por meio de suas especificidades. Para Aline Coutrot, “os cristãos adquirem um sistema de valores muito profundamente interiorizado que subentende suas atitudes políticas”.²⁶ Desse modo, os sistemas de valores que se constroem no interior das igrejas evangélicas brasileiras trazem implicações para posturas políticas tomadas entre os fiéis. O engajamento ou não-engajamento político do fiel, explica-se, também, pela sua *práxis* religiosa. Neste sentido, setores evangélicos mobilizaram valores e crenças para a efetivação de projetos políticos, tanto de esquerda quanto de direita.²⁷ Porém, a cultura política evangélica se caracterizou, majoritariamente, pelo conservadorismo de fundo moral e religioso. A ética social não foi o seu instrumento de orientação política, mas, principalmente, o moralismo e o fundamentalismo religioso.

Aspecto relevante para o estudo da relação entre as igrejas evangélicas e a ditadura militar, no Brasil, está em analisar os espaços internos de construção de poder e dominação no interior dessas igrejas durante um período de autoritarismo político e cerceamento das liberdades individuais. As igrejas evangélicas, principalmente aquelas oriundas da Reforma Protestante, defenderam, neste país – com mais ênfase na segunda metade do século XIX e na Primeira República –, um tipo de liberalismo que lhes permitissem a liberdade de culto, a liberdade de expressão, não somente religiosa, como, também, de pensamento e de ação política e social.

Porém, quando do advento do golpe de 1964 e a posterior instauração de uma ditadura no país, o liberalismo que parecia ser uma das principais características do protestantismo brasileiro, na transição do século XIX para o século XX, de nenhum modo se fez presente na maioria das igrejas evangélicas brasileiras. Rubem Alves foi quem alertou pela primeira vez para esse dilema no protestantismo brasileiro. Em 1979 ele escreveu um artigo, em que colocou em suspenso a noção de que o protestantismo tivesse uma estrutura democrática em oposição ao catolicismo. O livre exame da Bíblia seria um dos aspectos a denunciar a suposta democracia protestante, permitindo interpretações diversas e o

²⁶ Ibid.

²⁷ Utilizo o termo “esquerda” e “direita” na perspectiva de que tais palavras, enquanto categorias explicativas, indicam projetos políticos contrastantes e concorrentes. Entretanto, sabemos que essas palavras “esquerda” ou “direita”, próprias da linguagem política, são apropriadas ou usurpadas, ganhando contornos e significados “positivos” ou “negativos” de acordo com quem delas se utiliza. Ver BOBBIO, Norberto. *Direitas e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

surgimento de outras denominações religiosas protestantes quando não houvesse concordância sobre doutrinas, interpretações teológicas ou rituais.

Para Rubem Alves, é justamente aí que se mostra a intolerância no protestantismo. A Igreja Católica, numa estrutura aparentemente rígida, permite o lugar para o desvio, garantindo a coexistência de segmentos religiosos diversos – ordens e movimentos religiosos – mantendo assim a unidade católica. Em razão disto concluiu que, no protestantismo, “os cismas não são a expressão do liberalismo individual, mas o resultado do autoritarismo institucional”.²⁸ A intolerância e a intransigência, portanto, seriam características históricas do protestantismo, realçadas ainda mais no Brasil.

Nesse sentido, este trabalho também pretendeu instigar na reflexão sobre como as principais igrejas evangélicas no Brasil reagiram ao contexto religioso e político daquela época. Houve divergências entre suas lideranças? A prática política dessas igrejas foi constante ao longo da ditadura militar ou sofreu variações? Se sofreu, em que medida se deram estas variações e por quais razões?

O surgimento de lideranças religiosas com influência na política é um traço que caracteriza não somente a Igreja Católica no Brasil, como, também, as igrejas evangélicas. No entanto, a historiografia sobre o período compreendido entre 1964 e 1985, que se debruça sobre a relação entre religião e política, tem privilegiado pesquisas sobre a participação católica durante a ditadura militar. A imprensa nacional deu grande visibilidade à Teologia da Libertação, às Comunidades Eclesiais de Base (CEB), à resistência dos bispos católicos frente aos militares, aos padres católicos que se envolveram direta ou indiretamente com movimentos armados e de luta democrática. Isso responde, pelo menos em parte, à quantidade expressiva de trabalhos acadêmicos sobre a participação católica na política e nos movimentos sociais que ocorreram durante a ditadura militar.

Entretanto, pouco se escreveu até o momento sobre a participação evangélica durante o mesmo período. Muito pouco se sabe ainda sobre o engajamento político de evangélicos, tanto nos movimentos de resistência quanto de adesão à ditadura. Na historiografia brasileira, há uma grande lacuna ainda a ser preenchida por estudos acadêmicos que tratem do assunto. Grosso modo, há uma interpretação, consolidada pelo senso comum, de que os evangélicos, dado os aspectos teológicos e doutrinários de suas igrejas, mantiveram-se alheios à cultura brasileira, às transformações sociais e, inclusive, à política. Tal compreensão tem sua razão de ser pelo fato de que alguns aspectos do protestantismo brasileiro ainda são pouco estudados.

²⁸ ALVES, Rubem. *A ideologia do protestantismo*. Rio de Janeiro. Cadernos do ISER, n.º 8, abril de 1979.

O líder camponês Manoel da Conceição, por exemplo, atuou durante o período da ditadura militar no Brasil contra a grilagem de terras, a exploração do trabalhador rural e as práticas oligárquicas levadas a cabo, sobretudo, no período do governo José Sarney no Maranhão (1966-1970). Em suas memórias – algumas já publicadas após entrevistas realizadas por sociólogos e historiadores –, Manoel da Conceição sempre fez referência ao período em que se tornou evangélico e membro da igreja Assembleia de Deus, atuando, inclusive, como professor de escola bíblica dominical.²⁹

Quando da promulgação da “Lei Sarney de Terras” (Lei n.º 2.979/69), que contribuiu diretamente para a abertura das fronteiras agrícolas do Estado do Maranhão para os grandes grupos agroindustriais e pecuaristas, uma série de conflitos sociais ocorreram entre fazendeiros e famílias camponesas.

É neste cenário que surge a figura de Manoel da Conceição que, de professor de escola bíblica dominical e auxiliar de pastor, passou também a atuar como militante político contra a ditadura militar e as práticas latifundiárias e de grilagem pelo interior do estado do Maranhão, entre as décadas de 1960 e 1990 do século passado. Sua trajetória como evangélico ainda é pouco estudada. Manoel da Conceição é um caso raro e singular no interior das Assembleias de Deus, que nos demonstra, por um lado, a existência de ilhas de dissidência evangélicas que destoaram e confrontaram as instituições religiosas a que estavam vinculadas. E, por outro, o quanto a cultura política que caracterizou majoritariamente os evangélicos contribuiu para que igrejas protestantes apoiassem o Estado autoritário brasileiro.

Casos como o de Manoel da Conceição são significativos para a compreensão do pluralismo não apenas religioso, mas, também, político entre os evangélicos. Houve indivíduos que, a despeito de sua formação religiosa, aderiram a movimentos de esquerda e de contestação ao autoritarismo imposto no Brasil pela ditadura militar, sofrendo, inclusive, expurgos por parte de suas igrejas.

Desse modo, tentei aqui compreender as diferenças e convergências no comportamento político entre as igrejas evangélicas brasileiras, de 1963 a 1985, sobretudo em relação às fases que caracterizaram os governos militares. São quatro capítulos, cada um deles

²⁹ Entre os livros que tratam da vida e militância política de Manoel da Conceição, destaco pelo menos dois: ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. *Memória, mediação e campesinato*: as representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da pré-Amazônia maranhense. Manaus: Edições UEA, 2010. CONCEIÇÃO, Manoel da. *Essa terra é nossa*: depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no Estado do Maranhão. Petrópolis: Vozes, 1980. O primeiro, da socióloga Helciane Araújo, se insere entre aqueles que tentam compreender a história de vida de Manoel da Conceição e sua relação com as lutas camponesas no Maranhão. O segundo reúne um conjunto de entrevistas concedidas por Manoel da Conceição à socióloga Ana Galano quando estes se encontravam exilados na Europa, em 1979.

destinado a analisar a posição das igrejas evangélicas e de suas lideranças durante o período compreendido entre o final do governo João Goulart e a redemocratização política brasileira.

Meu esforço foi no sentido de construir uma narrativa que ajudasse a compreender o comportamento político evangélico em face ao contexto nacional daquele período, ressaltando aspectos como o golpe de 1964, os movimentos de adesão e resistência à ditadura, explicitando, assim, as divergências e convergências de natureza política que ocorreram no interior das igrejas Presbiteriana Independente, Assembleias de Deus, Batista e Metodista, durante os governos militares.

Vê-las em separado me permitiu observar as diferenças entre o comportamento político de cada uma delas, assim como as semelhanças. As quatro igrejas não se manifestaram contra o golpe de 1964 e se posicionaram oficialmente em favor da ditadura no período de maior repressão.

Entretanto, as igrejas Assembleias de Deus e Batista foram muito mais próximas, institucionalmente, aos militares do que as igrejas Presbiteriana Independente e Metodista. Além disso, o comportamento político destas igrejas não foi monolítico durante a ditadura militar. Teólogos e pastores assumiram posturas muitas vezes diferentes e divergentes em cada fase que caracterizou o período entre 1963 e 1985.

Sendo assim, o primeiro capítulo trata da atuação da Igreja Presbiteriana Independente (IPI) durante o período da ditadura militar no país, tendo como principal fonte de análise o jornal *O Estandarte*. Analiso a maneira como as lideranças da IPI orientaram os presbiterianos e como os acontecimentos anteriores e posteriores ao golpe de 1964 foram interpretados pelos articulistas do jornal. Trato ainda das representações elaboradas pelas lideranças da IPI sobre a política brasileira e destaco as transformações tanto de caráter político quanto religioso que a IPI sofreu ao longo de quase vinte anos.

No segundo capítulo analiso as posições assumidas pela maior igreja pentecostal no Brasil, as Assembleias de Deus. Para tanto, utilizei o jornal *Mensageiro da Paz* como principal fonte de pesquisa, tendo em vista sua importância para os membros dessa igreja. Os redatores e diretores de o *Mensageiro da Paz* enfatizaram, pelo menos desde a sua fundação até o ano de 1985, que esse jornal era uma espécie de “evangelista silencioso”, e que cumpria a função de orientar os fiéis da igreja em diversos temas, inclusive político. Analiso o processo de adesão das Assembleias de Deus ao governo militar, seu anticomunismo, sua

crítica à Teologia da Libertação, sua inserção na política partidária, ressaltando as mudanças que ocorreram na linha editorial do jornal. Por fim, apresento a trajetória de Manoel da Conceição dos Santos, durante o período em que ele foi membro da Assembleia de Deus no interior do Maranhão, refletindo sobre sua ação militante até o ano em que partiu para o exílio na Europa.

O terceiro capítulo é dedicado à análise da Igreja Batista e suas posições políticas, tomando como fonte privilegiada de investigação *O Jornal Batista*. Discuto a atuação da Igreja Batista nos movimentos de adesão ao golpe de 1964, seu envolvimento de apoio aos governos militares e de crítica ao comunismo. Proponho uma reflexão sobre como o ecumenismo foi tratado no interior da igreja, ressaltando seus desdobramentos, principalmente de caráter político. O silêncio sobre os movimentos democráticos de esquerda e sobre a violência cometida pelo Estado brasileiro constituiu características principais da posição política da Igreja Batista ao longo da ditadura militar no Brasil.

No quarto e último capítulo, analiso a posição política assumida pela Igreja Metodista, tomando como fonte privilegiada de investigação o jornal *Expositor Cristão*. Entre as igrejas aqui pesquisadas, a Igreja Metodista foi a que manteve maior aproximação com as esquerdas no Brasil. Reflito sobre os conflitos que envolveram os setores progressistas e conservador no interior da igreja, sua relação com a Igreja Católica e com a Teologia da Libertação, as delações e expurgos que ocorreram no interior da igreja, bem como, o envolvimento dos setores progressistas com os movimentos de contestação ao regime e de redemocratização do país.

Assim, este trabalho se lançou ao desafio de compreender a participação de quatro igrejas evangélicas na política brasileira, durante o período de governo militar, e as implicações que o contexto político-social trouxe para essas igrejas entre 1964-1985. É possível que a observação desse quadro histórico, composto pelas igrejas evangélicas e o Estado autoritário brasileiro, ajude-nos a compreender melhor a cultura política que me parece impregnar o comportamento evangélico no Brasil.

Capítulo 1 – “Entre a cruz e a espada”: perseguições, silêncios e transformações na Igreja Presbiteriana Independente durante a ditadura militar.

O presbiterianismo tem sua origem na Europa, no contexto da Reforma Protestante, no século XVI, e está vinculado teologicamente ao calvinismo. As primeiras igrejas a adotarem uma estrutura administrativa presbiteriana encontravam-se na Grã-Bretanha. Elas se caracterizam pelo governo de presbíteros, isto é, indivíduos membros da igreja e com experiência de vida cristã que os autoriza a trabalhar junto ao pastor/reverendo da igreja, mesmo sem ter formação teológica.

O conjunto de igrejas presbiterianas de uma determinada localidade – bairro, cidade – e que se encontram vinculadas, compõem um Presbitério. Este, por sua vez, reúne os pastores e os presbíteros que representam cada igreja local. Segundo Silas de Souza, “os presbitérios participam de uma federação maior, regional, o Sínodo, que reúne alguns Presbitérios; e outra nacional, que se reúne periodicamente a cada quatro anos, e recebe o nome de Supremo Concílio”.³⁰

No Brasil, a Igreja Presbiteriana se forma a partir das atividades de missionários presbiterianos norte-americanos na segunda metade do século XIX: Ashbel Green Simonton, Alexander Latimer Blackford e John Rockwel Smith figuram entre os principais nomes lembrados pelos historiadores dessa denominação. Posteriormente, conflitos internos em razão da liderança missionária estrangeira, bem como a oposição de membros da igreja em relação à maçonaria levaram alguns fiéis a uma cisão no Sínodo Nacional, reunido em 1903, dando origem, em São Paulo, à Igreja Presbiteriana Independente, cuja principal liderança era o pastor Eduardo Carlos Pereira.

A partir de então, passaram a coexistir no Brasil duas denominações presbiterianas: a Igreja Presbiteriana Independente (IPI) – composta pelo grupo nacionalista, anti-maçom, liderada por Eduardo Carlos Pereira – e a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) – ligada ao Sínodo Nacional. Eduardo Carlos Pereira, fundador do jornal *O Estandarte*, em 1893, tornou este periódico um órgão oficial da IPI, enquanto que o jornal “*O Puritano*” tornou-se o impresso oficial da IPB, posteriormente substituído pelo “*Brasil Presbiteriano*”.³¹

³⁰ SOUZA, Silas de. Presbiterianismo no Brasil. In: SILVA, Elizete, SANTOS, Lyndon de Araújo, ALMEIDA, Vasni de (orgs.). “*Fiel é a palavra*”: leituras históricas dos evangélicos protestantes. Feira de Santana: UEFS, 2011, p. 180

³¹ O antecessor desses dois periódicos foi o jornal “*Imprensa Evangélica*”, fundado em 1864, primeiro periódico protestante, em língua portuguesa, a circular no Brasil, e que pertencia à Igreja Presbiteriana, antes da cisão.

Considerando o ambiente complexo e plural que caracteriza o presbiterianismo no Brasil, e a tentativa de não incorrer em generalizações sobre esse campo do protestantismo brasileiro, neste capítulo discutirei, em particular, a atuação da IPI durante o período da ditadura militar no país, tendo como principal fonte de análise o jornal *O Estandarte*.

Este periódico era publicado quinzenalmente – dias 15 e 30 de cada mês – e distribuído em todo o território nacional por meio dos Correios. Eventualmente ocorreu a publicação conjunta de dois números no mesmo mês, provavelmente por razões financeiras. Mesmo assim, o jornal manteve sua periodicidade, sendo sustentado, principalmente, pela venda direta de seus exemplares às igrejas presbiterianas e seus respectivos membros. Anúncios publicitários de livrarias, lojas de instrumentos musicais, escolas de idiomas e outros também eram publicados, ajudando a manter financeiramente o periódico.

Entre 1963 e 1985, *O Estandarte* teve, em média, 16 páginas por edição, mas, também nesse caso, houve variações. Algumas edições do jornal foram compostas por apenas 8 páginas, enquanto que outras chegaram a ter 40. Apesar de ser um impresso voltado para a doutrinação dos membros da IPI, havia notícias sobre as atividades das igrejas presbiterianas espalhadas pelo país, além de constar artigos e reportagens de caráter político, social e econômico. Por esta razão, *O Estandarte* é uma fonte privilegiadíssima para se compreender como a IPI se posicionou politicamente durante o período da ditadura militar no Brasil.

De que maneira orientou os protestantes presbiterianos? Quais foram as representações elaboradas pelas lideranças da IPI sobre a política brasileira? Como os acontecimentos anteriores e posteriores ao golpe de 1964 foram interpretados pelos articulistas do jornal? Enfim, quais posições políticas a IPI assumiu, por meio de seu jornal, durante o período de 1964 a 1985?

Com o intuito de responder a tais questionamentos, realizei uma leitura minuciosa de todos os exemplares de o jornal *O Estandarte*, a partir de 1963, de modo que pudesse analisar de que forma os membros da IPI compreenderam a conjuntura sociopolítica brasileira no governo Goulart, mais precisamente no ano imediatamente anterior ao golpe. Daí, até o ano de 1985, mapeei todos os artigos, informes e notícias com teor político que foram publicados n’*O Estandarte*.

Desse modo, pude observar que a linha editorial do jornal sofreu variações ao longo do tempo. Ora foi palco para o debate político e aberto entre os membros da IPI, ora foi o palanque exclusivo da fala conservadora de alguns pastores e teólogos da igreja. Discutindo ou silenciando, a postura de *O Estandarte* nunca foi monolítica e, embora tenha sido a voz

oficial da Igreja Presbiteriana Independente, opiniões contrárias às lideranças religiosas também transitaram por algumas colunas do periódico.

1.1 A IPI, o governo Goulart e o golpe de 1964

João Goulart assumiu a presidência da República, em 2 de setembro de 1961, depois de uma tensa negociação que redundou na instalação do parlamentarismo no Brasil. Os meandros e detalhes desse momento específico da história republicana recente do país vem sendo objeto de análise de diversos pesquisadores, entre os quais, Jorge Ferreira. Segundo o historiador, “desde a posse de Goulart na presidência da República que as teses de luta armada se fortaleciam de maneira acelerada entre os setores das Ligas Camponesas e entre os nacional-revolucionários brizolistas”.³²

Nesse ambiente, Francisco Julião se projetou como uma das principais lideranças políticas no Brasil a ponto de despertar a atenção de Leonel Brizola. Este colocou à disposição de Francisco Julião “homens da Brigada Militar gaúcha disposta a dar treinamento e assessoria militar a militantes camponeses”.³³ Entretanto, para decepção de Brizola, após três meses no Nordeste, os homens destacados retornaram sem realizar treinamento algum, pois não havia um exército de camponeses como fora propalado por Francisco Julião.

No entanto, esta atmosfera de que haveria componentes indicadores de um processo revolucionário em vista – fosse ou não ele armado –, alcançou setores evangélicos progressistas. Francisco Julião afirmou ter convocado pastores protestantes para auxiliar nas ligas camponesas atuantes no Nordeste. Em entrevista, ele trouxe à memória aquele período em que evangélicos se envolveram na causa camponesa:

Às vezes, a gente tomava um caminhão, e vinham os pastores protestantes, com outros protestantes. Eu, no meio deles, e eles, cantando seus hinos. Lá, eles pregavam a Sagrada Escritura, em geral o Velho Testamento, que é muito bom para isso. Para o problema camponês, os profetas são melhores do que os apóstolos, estão muito mais ligados à terra, são mais radicais, mais consequentes na luta pela terra.³⁴

E, ainda

Muitos presidentes de ligas foram realmente pastores – em Jaboatão, em Sapé, em vários outros lugares. Não bebiam, não fumavam, tinham somente uma família,

³² FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 311.

³³ *Ibid.*, p. 312.

³⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. Francisco Julião (depoimento). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista101.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

impunham grande respeito, e isso os tornavam, naturalmente, líderes, com esse sentido de honestidade em conduzir o movimento. E se radicalizavam.³⁵

Foi justamente nessa atmosfera de luta pela terra, com a participação, inclusive, de pastores protestantes, que se realizou, entre os dias 22 e 29 de julho de 1962, na cidade de Recife, a 4ª Reunião de Estudos – conhecida também como Conferência do Nordeste –, promovida pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI) da Conferência Evangélica do Brasil (CEB). Essas reuniões vinham sendo realizadas desde 1955 pela Comissão Igreja e Sociedade, um setor incorporado à CEB.³⁶

Esta comissão organizou os três primeiros encontros, todos no estado de São Paulo (1955, 1957, 1960). Segundo Elizete Silva,³⁷ devido a uma reestruturação administrativa que ocorreu entre os anos de 1960 a 1962 na CEB, a Comissão Igreja e Sociedade passou a ser denominada SRSI. À época, a CEB estava vinculada ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI),³⁸ de modo que suas ações estimulavam o engajamento político e social entre os evangélicos.

E é justamente nesse clima de disposição para atuar politicamente que o SRSI propôs uma conferência que, já no seu deslocamento geográfico (do sudeste para o nordeste), indicava a pretensão de compreender o cenário brasileiro a partir de outro lugar, sobretudo, o lugar onde os conflitos e as inquietações sociais mostravam-se ainda mais agudas.³⁹

³⁵ Ibid.

³⁶ A CEB surgiu em 1934. A CEB não somente promoveu conferências como, também, realizou por meio de seus conselhos e departamentos, ações sociais, algumas delas em parceria com o governo federal como, por exemplo, a campanha de Alfabetização de 1963, realizada com material do Ministério da Educação e Cultura. Não se pode afirmar que a CEB se caracterizou pelo monolitismo de suas ações. Até antes do golpe de 1964, a postura mais progressista de boa parte de seus integrantes contribuiu para que a Confederação se envolvesse com projetos sociais e promovesse cursos de formação política para evangélicos. Um pouco antes do golpe de 1964, os setores evangélicos conservadores, irritados com a atuação política da CEB, provocaram expurgos na instituição, mudando radicalmente a postura política da CEB que, por sua vez, passou a apoiar os militares.

³⁷ SILVA, Elizete. Op. Cit.

³⁸ O Conselho Mundial de Igrejas foi criado em 1948, em Amsterdã. Trata-se de um órgão ecumênico (muito embora dele não participe, como membro, a Igreja Católica) e que atualmente congrega mais de 300 igrejas e denominações cristãs. Desde sua fundação, o CMI defendeu o princípio de “Sociedade Responsável”, que, segundo Joanildo Burity, trata-se de “um conjunto de princípios que embasariam as aproximações concretas das igrejas às questões sociais, políticas e econômicas da atualidade”. BURITY, Joanildo. *Fé na revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2011, p. 136.

³⁹ Na Crônica da Conferência do Nordeste, escrita por Waldo César, ele relatou o seguinte: “O local para realização da Conferência também foi escolhido intencionalmente. [...] Em primeiro lugar porque o Nordeste se tornou centro das preocupações da política nacional e internacional. O próprio presidente Kennedy enviou o seu irmão para estudar os problemas daquela região. [...] Em segundo lugar, porque o nordeste apresenta o ponto mais crítico da crise brasileira. Podemos citar, para lembrar aos diletos irmãos que Recife, capital do nordeste e local eleito para a realização da Conferência, é chamada de “a Moscousinha brasileira”, a pequena Moscou brasileira; o nordeste tem sido chamado “a Cuba brasileira” ou “estopim da revolução”. Fonte: BIBLIOTECA DA IGREJA METODISTA DE VILA ISABEL. *A Conferência do Nordeste (Cristo e o processo revolucionário brasileiro)*. Disponível em: <<http://www.metodistavilaisabel.org.br/docs/A-CONFERÊNCIA-DO-NORDESTE-livro1.pdf>>. Acesso em 05 de jan. 2015.

Neste sentido, a Conferência do Nordeste é parte importante para compreender a disposição inicial de evangélicos, sobretudo presbiterianos, em se posicionar politicamente diante do quadro que se colocava naquele momento de tensão no Brasil. Segundo Silas de Souza, a participação dos presbiterianos nas reuniões promovidas pela CEB sempre foi grande e ativa, sendo que

a Conferência do Nordeste, em 1962, em Recife, com o título Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro, teve quase 50% de presbiterianos entre os participantes, dentre os quais o Presidente do Supremo Concílio, professores de Seminários e vários palestrantes e dirigentes, como João Del Nero, Jorge César Mota, Waldo César, João Dias de Araújo e Richard Shaull, que exerceu considerável influência no pensamento social e político do protestantismo brasileiro.⁴⁰

João Dias de Araújo, um dos presentes à conferência, era pastor e professor do Seminário Presbiteriano do Recife, além de cumprir funções pastorais. Ele foi entrevistado pelo programa radiofônico *Diretriz Evangélica*, que ia ao ar no Rio de Janeiro e era organizado por lideranças batistas progressistas. Em sua entrevista, publicada em agosto de 1963 n' *O Jornal Batista*, quase um ano depois da realização da Conferência do Nordeste, João Dias de Araújo destacou primeiramente que algumas de suas ideias não representavam o que a sua igreja pensava, mas o que ele defendia.⁴¹ De modo que ele se colocou a favor da participação dos evangélicos nos movimentos sociais, nos sindicatos, nos partidos políticos, e que tomassem parte no processo revolucionário para a transformação do Brasil em bases democráticas e cristãs.

Creio que o crente evangélico não deve estar fora de nenhum movimento que vise defender a justiça e condenar o mal. Para isso, ele deve penetrar em todas as esferas onde viva, participando de todas as suas interações. Se é operário, estar engajado, comprometido com os bons ideais de seu sindicato; se estudante, estar ativamente integrado nas promoções estudantis que estão se esforçando para melhorar a vida no seio das universidades. E assim, na administração, na política, etc., o crente deve influir como um cristão e como um revolucionário, porquanto o cristão tem de ser um revolucionário, um inconformado. Isso, no plano individual.⁴²

A conferência foi muito bem documentada, tornando-se objeto de análise de diversos pesquisadores, entre os quais, Elizete Silva e Joanildo Burity. Este último debruçou-se

⁴⁰ SOUZA, Silas de. Presbiterianismo no Brasil. In: SILVA, Elizete; SANTOS, Lyndon de Araújo; ALMEIDA, Vasni de (orgs.). Op. Cit., p. 204.

⁴¹ OS EVANGÉLICOS e o problema social brasileiro. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 33, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1963, p. 9.

⁴² Ibid.

intensamente em analisar não somente os discursos produzidos durante a conferência, como, também, em compreender o processo histórico que possibilitou seu surgimento.⁴³

A Conferência do Nordeste viu aflorar no meio protestante os melindres institucionais, a tensão entre conservadores e progressistas e o avanço dos que redefiniam a missão da Igreja, e que estavam mais preocupados em aproximá-la da realidade brasileira. Além disso, a conferência foi espaço para que intelectuais como, por exemplo, Celso Furtado, Gilberto Freyre, Paul Singer e Juarez Rubem Brandão Lopes proferissem palestras e discutissem a situação do país em meio a teólogos e pastores evangélicos.⁴⁴ Por tudo isso, ela repercutiu durante meses no jornal *O Estandarte*, estendendo o debate entre aqueles que não estiveram em Recife.

O jornal da IPI publicou, em janeiro de 1963, artigo de Silvio Cerqueira Leite com o título “A ‘Conferência’ e a outra face do Nordeste”, onde o autor polemizava com o reverendo Sebastião Gomes Moreira, uma importante liderança na IPI. Ambos discutiram a respeito da Reforma Agrária no Brasil. Para Cerqueira Leite:

A Reforma Agrária visa ainda a instrução e educação dos cultivadores, protagonistas da própria reabilitação. Outrossim, implica na reforma política-econômico-agrária – regime fiscal, crédito, previdência social, defesa dos preços, fomento das indústrias complementares e modernização dos estabelecimentos.⁴⁵

Ao afirmar de maneira contundente que os lavradores eram “protagonistas da própria reabilitação”, Cerqueira Leite compreendeu que não seria por meio da *divina providência* que a situação do trabalhador do campo iria melhorar. E, de forma peremptória advertiu que “se nós, cristãos, não atentarmos para esta realidade, o materialismo falará em nosso lugar, apontando aos nossos irmãos das caatingas abandonadas os caminhos para os quais não há volta”.⁴⁶

⁴³ Objeto de sua dissertação de mestrado (em 1989), mas que somente veio a público em forma de livro, recentemente, em 2011, Joanildo Burity destaca “a relação complexa existente entre o discurso teológico-político da ‘Revolução Brasileira’ e as suas condições históricas e sociais de produção”. De fato, trata-se de um trabalho de fôlego que apresenta também as tensões dentro do próprio protestantismo brasileiro que, justamente por isso, não deve de maneira alguma ser tomado de forma homogênea e coesa. Sobre a Conferência do Nordeste, ver BURITY, Joanildo. Op. Cit.; e SILVA, Elizete da. Op. Cit.

⁴⁴ Celso Furtado realizou a conferência de abertura falando sobre “O nordeste no processo revolucionário brasileiro”. À época ele era Superintendente da SUDENE, na fase parlamentarista do governo de João Goulart. Paul Singer proferiu a palestra “Mudanças sociais na História contemporânea”; Juarez Rubem Brandão Lopes, falou sobre “Resistências às mudanças sociais no Brasil”. Entre os nomes protestantes, destacamos os de Richard Shaull, Waldo César, Almir dos Santos, Paul Tillich, Rubem Alves.

⁴⁵ LEITE, Silvio Cerqueira. A “Conferência” e a outra face do Nordeste. *O Estandarte*, Ano 71, n.ºs 1 e 2, São Paulo, 15 e 31 de janeiro de 1963, p. 16.

⁴⁶ Ibid.

Como se vê, embora Cerqueira Leite tenha produzido uma leitura de mundo a partir das premissas do materialismo histórico (o homem produz sua própria história),⁴⁷ paradoxalmente ele advertiu que esse mesmo materialismo (tomado como sinônimo de comunismo) não poderia ocupar o lugar do cristianismo na orientação das ações humanas. Em outras palavras, defendia-se um evangelho de engajamento social e de ação prática sobre a realidade, porém, sem comprometimento teórico e/ou político com o materialismo histórico ou com o comunismo.

Refutando o artigo anterior, Sebastião Gomes Moreira publicou no mesmo jornal um extenso artigo de mais de uma página onde destacou que, tal como já havia dito na Conferência do Nordeste, o problema dessa região não era a falta de terra, mas a seca. Citando o discurso de deputados na Câmara Federal, Sebastião Moreira reforçou a ideia de que as grandes estiagens que assolaram o nordeste brasileiro nos últimos anos criaram um cenário dantesco, do qual se serviam alguns.

Seu artigo advertiu os jovens – “que nunca viveram um dia da seca ardente, não sabem o que é fome nem sede” –⁴⁸ para que não se deixassem envolver por uma “política tendenciosa, insincera, que procura ocultar suas verdadeiras intenções”.⁴⁹ E afirmou que, para esse tipo de política, “o que lhe interessa é manter o Nordeste seco e o seu povo pobre, subdesenvolvido – como motivo de agitação e campanhas subversivas”.⁵⁰

Fazendo ainda referência a vários trechos da Bíblia, Sebastião Moreira tentou convencer seus leitores de que alguns sistemas de irrigação foram “criados e estabelecidos pelo próprio Deus”, os quais teriam possibilitado a fixação do homem na terra.

Não havendo chuva, Ele fez a irrigação da terra por meio de rios que a cortavam em várias direções. E só depois desse processo de irrigação é que fixou o homem na terra (Gen. 2:15). Pois, diante de tudo isso vem alguns de nossos jovens dizer, ensinar mesmo que “irrigação não resolve”, que “açude não vale a pena”. Deus estabelece o sistema de irrigação para anular os efeitos da falta de chuva; porém eles dizem que “isso não resolve”. E preferem seguir a política mal intencionada do “quanto pior melhor”.⁵¹

⁴⁷ Segundo Marx, o primeiro pressuposto de toda a existência humana é o de que “todos os homens devem ter condições de viver para poder ‘fazer a história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material”. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 21.

⁴⁸ MOREIRA, Sebastião Gomes. Irrigação, processo divino. *O Estandarte*, Ano 71, n.º 3, São Paulo, 15 de fevereiro de 1963, p. 12.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ Ibid.

Assumindo uma leitura diametralmente oposta à de Cerqueira Leite, Sebastião Moreira apresentou como resposta a um problema natural (estiagem), uma solução material (irrigação), porém por via sobrenatural (Deus). Justamente o tipo de lógica tão combatida por diversos dos presentes à Conferência do Nordeste, visto que negava a existência de problemas políticos, econômicos e sociais a serem enfrentados e superados pela ação de homens e mulheres engajados.

Muito embora a opinião de Sebastião Moreira destoasse daquela compartilhada pela maioria dos presentes à Conferência do Nordeste, ela refletia uma maneira particular – e talvez ainda hegemônica – de como os evangélicos avaliam os problemas do país: a ausência de Deus (ou de seus interlocutores), na história, permite que a miséria (um dos sinais do pecado) se avolume. Não casualmente que encontramos repetidas vezes, nas páginas de *O Estandarte*, bem como de outros periódicos evangélicos, a mesma frase bíblica, como se fosse um repicar de sinos conduzindo uma procissão de aflitos: “buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e todas essas coisas vos serão acrescentadas”.⁵²

A despeito do espaço minimamente democrático que *O Estandarte* propiciava aos seus leitores e colaboradores para o debate acerca de matérias não religiosas, o Supremo Concílio resolveu publicar, na edição de 28 de fevereiro e 15 de março de 1963, a ata de sua 3ª Reunião, que ocorreu de 23 a 29 de janeiro de 1963, em que se liam as seguintes normas para o órgão oficial:

- a) Cabe à redação: receber e publicar os artigos de colaboradores que não contrariem a posição doutrinária da Igreja;
- b) Cabe à redação: através dos editoriais, dos artigos solicitados, orientar as igrejas nos problemas doutrinários-eclesiais e político-filosóficos, tendo sempre em vista a posição constitucional e doutrinária da Igreja;
- c) Será observada a Lei de Imprensa do país;
- d) Fica vedado ao órgão oficial fazer propaganda político-partidária, podendo dar informes à Igreja da atuação de seus homens públicos, com as cautelas devidas.⁵³

Na mesma ata, as lideranças religiosas da IPI assumiram uma posição de enfrentamento diante do setor mais progressista e intelectualizado do protestantismo brasileiro àquela época, o SRSI:

- 6. Quanto à atuação do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, da Confederação:
 - a) Manifestar a repulsa por essa atuação que tem se afastado dos princípios expressos na declaração de princípios da IPI do Brasil.
 - b) Determinar que os representantes da Igreja junto à Confederação Evangélica do Brasil, solicitem na mesma uma declaração precisa de sua atuação em face dos

⁵² Trecho extraído da Bíblia no livro de Mateus, capítulo 6, versículo 33.

⁵³ ATA do Supremo Concílio. *O Estandarte*, Ano 71, n.ºs 4 e 5, São Paulo, 28 de fev. e 15 de março de 1963, p. 5

extremismos e que dê explicação exata das conclusões originais da Conferência do Nordeste e da atuação de membros do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, que comprometem o bom nome da Confederação e das Igrejas a elas filiadas.⁵⁴

O período de “caça às bruxas” parece ter se desenhado no interior da IPI antes mesmo do golpe de 1964. As implicações decorrentes dos debates, que a Conferência do Nordeste propiciou em 1962, geraram não somente um desconforto entre os setores mais conservadores dessa igreja, como também uma desconfiança generalizada sobre seus membros.

Alguns receberam a pecha de “vermelho”, “materialista”, “inocentes úteis”. Nomes como os de Sebastião Gomes Moreira, Laudelino de Abreu Alvarenga, Daily Resende França e Cyro Machado ganharam mais espaço, sobretudo por meio de artigos que criticavam qualquer tipo de engajamento evangélico que simpatizasse com o ecumenismo proposto pelo Conselho Mundial de Igrejas, ou que tivesse influências de algum tipo de socialismo cristão.⁵⁵

Sebastião Gomes Moreira, ao se dirigir aos jovens presentes no IV Congresso Regional da Federação de Mocidade do presbitério do Rio de Janeiro, ressaltou sua presença na Conferência do Nordeste e seu conhecimento a respeito dos problemas que assolavam o país.

Quando o indagaram como deveria se comportar o jovem (a mocidade) da igreja diante do quadro confuso no qual o país estaria mergulhado, Sebastião Moreira respondeu que o jovem deveria que se opor ao materialismo, resistindo, por meio da fé, à “influência de professores incrédulos”.⁵⁶ Ele afirmou ainda que, diante de todas as reformas que se mostravam necessárias no Brasil (inclusive, as de Base), a fundamental era a do coração ou do caráter, da qual dependiam todas as outras, inclusive, a material e a espiritual. Sebastião Moreira se serviu ainda de outro presbiteriano, reverendo Sátilas do Amaral Camargo, do qual reproduziu a seguinte opinião:

A desorientação generalizada, a indisciplina, o espírito de rebeldia, o sentimento de irresponsabilidade, a ganância desenfreada, o egoísmo requintado, a falta de convicções democráticas, de ideal, de seriedade, de honestidade e de temor a Deus –

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Segundo Joanildo Burity, o socialismo religioso deu ênfase na responsabilidade social dos cristãos e teve na análise social marxista o interlocutor imediato de suas reflexões teológicas. Entre os expoentes desse movimento, destacamos o nome de Paul Tillich que, inclusive, esteve presente à Conferência do Nordeste proferindo a palestra “Igreja e a Cultura Contemporânea”. Joanildo Burity resalta ainda que este movimento “lutou para romper as barreiras de estranhamento entre fé cristã e socialismo”. BURITY, Joanildo. Op. cit., p. 124.

⁵⁶ MOREIRA, Sebastião Gomes. O jovem cristão e a realidade brasileira. *O Estandarte*, Ano 71, n.ºs 13 e 14, São Paulo, 15 e 31 de julho de 1963, p. 16.

que é o princípio da sabedoria – tudo isso precisa ser combatido, eliminado, substituído por uma nova estrutura.⁵⁷

No afã de convencer os jovens presentes àquele encontro, Sebastião Moreira advertiu aos mesmos que eles não deveriam buscar exemplos de fora da Igreja, sobretudo entre materialistas e ateus, mas que tomassem como referência de engajamento e de compromisso, homens da Bíblia, entre os quais Daniel, Samuel, José, Moisés e Cristo. Jesus Cristo foi ainda citado como o maior revolucionário que o mundo já conheceu, pois realizou a “revolução do amor”. Esta sim, para Sebastião Gomes, seria a “reforma fundamental, a mais urgente reforma de base”.⁵⁸

Pelo menos n’*O Estandarte*, a partir daquela data não houve mais referências à Conferência do Nordeste. Na opinião das principais lideranças da IPI, a realidade brasileira deveria ser analisada por outro viés, mas não por aquele oferecido pelos intelectuais presentes em Recife. O debate a respeito da conferência pode ter colocado em evidência a disputa entre dois grupos que aglutinavam posições diametralmente opostas quanto ao compromisso social e à atitude política que a IPI deveria ter no campo evangélico brasileiro.

Em um cenário em que o próprio presidente João Goulart estava em suspeição por suas escolhas políticas e encaminhamentos administrativos, o conjunto de evangélicos identificados com o engajamento social e com transformações de fundo acabou por sofrer retaliações por parte da IPI, o que se acentuou ainda mais após o golpe de 1964.

Para o Supremo Concílio da IPI, estava claro que insistir num debate público, ainda que fosse para combater as opiniões emitidas durante a conferência, era dar visibilidade justamente ao outro que se queria negar. Os discursos progressistas proferidos durante a Conferência do Nordeste, como bem afirma Joanildo Burity, também foram um “protesto contra o confinamento da fé”.⁵⁹ A fé, para os evangélicos progressistas, deveria ser um instrumento de ação política; e o cristianismo, o arcabouço ético-religioso a orientar o processo revolucionário brasileiro.

Entretanto, o conservadorismo dentro da IPI limitou o alcance e inserção dos debates promovidos pela Conferência do Nordeste no interior de seus templos. As propostas de solução para problemas nacionais, apresentadas durante a reunião em Recife, foram veementemente refutadas ou desqualificadas por seus opositores. Diante do momento histórico nacional daquele período, o presidente do Supremo Concílio da IPI, em pastoral

⁵⁷ Ibid.

⁵⁸ Ibid.

⁵⁹ BURITY, Joanildo. Op. cit., p. 237.

dirigida aos membros da igreja, foi categórico ao afirmar que o caminho para a solução dos problemas nacionais não seria nem pela esquerda nem pela direita; o caminho era Cristo.⁶⁰

No início do ano de 1963, eleitores brasileiros foram às urnas para decidir, por meio de um plebiscito, sobre a forma de governo. A estrondosa maioria de votos em favor do presidencialismo significou, ao mesmo tempo, a vitória de João Goulart, legitimado pelo apoio popular para implementar as reformas que o país precisava. Segundo Jorge Ferreira, “seu prestígio, naquele momento, era imenso. Seu programa era, como todos sabiam, o das reformas de base. Com tamanha legitimidade e apoio popular, ele poderia implementar o programa reformista até mesmo contra o Congresso Nacional”.⁶¹

Entretanto, Goulart acreditava que poderia implementar as reformas de base por meio de acordos e compromissos políticos, garantindo a governabilidade necessária para a transformação do país. Os nomes que compuseram seu ministério, em certa medida, denunciavam essa tentativa de estabelecer uma política de consenso. Aliás, quanto a isso Jorge Ferreira esclarece o seguinte:

Até fins de 1963, o Partido Comunista denunciou sistematicamente a política “conciliatória” de Jango com o PSD de emperrar o avanço da revolução. O PCB também partilhava das teses da FMP [Frente de Mobilização Popular] de que o Congresso Nacional, pelo seu caráter conservador, não aprovaria as reformas de base, sendo necessárias pressões sobre o governo. Goulart, para os comunistas do PCB e para a FMP, deveria governar apenas com as esquerdas.⁶²

Mas, na opinião dos redatores de *O Estandarte*, a conjuntura política parecia ser outra. Inicialmente o jornal chamou a atenção para a falta de entusiasmo com que os brasileiros compareceram às urnas para votar contra o parlamentarismo. A brevidade da notícia e ausência de qualquer alegria com o retorno do presidencialismo deixa entrever que João Goulart não era muito benquisto nesse círculo protestante.

Num clima de quase indiferença os brasileiros compareceram às urnas no dia 6 de janeiro último para manifestar-se em torno do ato adicional que instituiria o parlamentarismo em nossa pátria. A vitória do ‘não’ redundou, dias depois, no restabelecimento do antigo regime, isto é, o presidencialismo, significando que o poder voltou a ser enfeixado na mão de um homem, no caso o Sr. João Belchior Goulart. À igreja cabe orar por ele e seus ministros, rogando a Deus que lhes dê sabedoria, prudência, probidade e efetivo amor à pátria, absolutamente necessários para a solução dos problemas sérios que ameaçam a nacionalidade.⁶³

⁶⁰ PEREIRA, João Euclides. Pastoral do Supremo Concílio à Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. *O Estandarte*, Ano 71, n.º 3, São Paulo, 15 de fevereiro de 1963, p. 7.

⁶¹ FERREIRA, Jorge. Op. Cit., p. 323

⁶² Ibid., p. 326.

⁶³ PRESIDENCIALISMO de novo. *O Estandarte*, Ano 71, n.º 3, 15 de Fevereiro de 1963, p. 3.

A nota informativa mais parecia uma lamentação resignada diante da vitória de Jango. Cerca de 11,5 milhões de brasileiros foram às urnas e cinco em cada seis destes eleitores votaram em favor do presidencialismo. Porém, o jornal da IPI ressaltou que o país vivia um clima de ameaça e que era necessário “efetivo amor à pátria”, por parte de seu representante máximo.

Provavelmente, os redatores de *O Estandarte* acreditavam em alguma ameaça comunista que estaria se desenvolvendo no país. Nesse sentido, as palavras materialismo, comunismo e marxismo, por diversas vezes, ocuparam as páginas do jornal da IPI, mas nem sempre adquirindo o mesmo sentido. Às vezes tomadas em conjunto, como se fossem sinônimas, às vezes de forma distinta, para caracterizar aspectos políticos, religiosos e sociais no cenário brasileiro, elas compuseram o espectro a ser combatido nas colunas do jornal, sobretudo com o objetivo de orientar os jovens das igrejas.

Em março de 1963, Moysés Campos de Aguiar Netto publicou um artigo onde destacava que o comunismo se encontrava na ordem do dia, muito embora, em sua opinião, pouco dele se conhecesse de fato. Para Aguiar Netto, havia dois tipos de anti-comunistas: os que, após exame dos princípios marxistas, o negam pela razão (estes são a minoria), e os que, mediante a propaganda anti-comunista veiculada em periódicos, o negam pela influência (a maioria).

A preocupação de Aguiar Netto se justificava pelo fato de que, para ele, o cristão não podia assumir uma posição simplesmente cômoda em seu anti-comunismo. Se o comunismo era inimigo, então não se podia temê-lo, mas combatê-lo e, para tanto, era necessário conhecer seus princípios. Desse modo é que o articulista, de forma categórica, afirmou que o cristão não poderia ser comunista, tanto por razões religiosas – “o bom comunista é ateu”⁶⁴ quanto por razões científicas – “[o comunismo] é um amontoado de hipóteses não provadas”.⁶⁵ Entretanto, o que chama a atenção no artigo de Aguiar Netto é o seu alerta a respeito de a igreja pregar o anti-comunismo de maneira simplista.

Em primeiro lugar ela não deve temer o bolchevismo como se ele representasse a destruição da própria igreja. Jesus disse – e nós cremos nisso – que edificaria a sua Igreja e as portas do inferno não prevaleceriam contra ela. Ele é o Senhor da História [...]. O comunismo revolveu as feridas sociais do nosso mundo, e quando a Igreja assume uma posição cega de rejeição de tudo quanto tenha qualquer semelhança com ideias apregoadas pelos soviéticos, ela corre o risco de não enxergar essa mazelas e de trair, por esse motivo, a sua missão profética. Quantos lídimos cristãos

⁶⁴ NETTO, Moysés Campos de Aguiar. Reflexões sobre o problema comunista. *O Estandarte*, Ano 71, n.ºs 4 e 5, São Paulo, 28 de Fev. e 15 de Março de 1963, p. 3.

⁶⁵ *Ibid.*

[...] são ou foram tachados de comunistas por se preocuparem com problemas sociais!⁶⁶

Aqui me parece claro que a pretensão de Aguiar Netto era explicar aos presbiterianos que preocupações com questões sociais, por si só, não eram sinônimo de comunismo. Sendo assim, a igreja deveria voltar os olhos para os problemas políticos e econômicos que atingiam todo o país naquele período, apresentando-se como solução para as crises que se evidenciavam no Brasil. Por essa razão é que, para o autor, a pregação do anti-comunismo era negativa, já que a ênfase deveria ser na pregação do Evangelho.

A referência, ainda que sutil, às mazelas da população, não pode ser confundida aqui como uma proposta para uma mudança de postura das igrejas evangélicas, e, em específico, da IPI frente aos dilemas vividos por milhares de brasileiros. Isso porque, apesar da pobreza ser identificada como problema social, o pobre ainda era tratado como alvo missionário de um projeto salvacionista/expansionista na IPI – bem como na maioria das igrejas evangélicas –, baseado no assistencialismo ou caridade, e não na promoção do pobre como sujeito histórico, ator de sua própria libertação.

Essa mudança de fato ocorreu no seio da Igreja Católica, sobretudo a partir dos anos 1960 e, de forma paradigmática, possibilitou o surgimento de uma “esquerda cristã”⁶⁷ de clara inspiração marxista, formando uma base militante responsável, no plano prático, pela formação da Ação Popular (AP), pelo surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), e, no plano teórico, pela Teologia da Libertação.⁶⁸

Por sua vez, as igrejas evangélicas, a despeito das contribuições advindas da Conferência do Nordeste, em 1962, oficialmente insistiram no combate ao comunismo ou a qualquer ação ou posicionamento que parecesse simpático ao comunismo. Os artigos e matérias, publicados no jornal oficial da IPI, entre 1963 e 1964, foram bastante refratários e intolerantes ao comunismo, com textos que se caracterizaram ora pela ironia ora pelo tom apocalíptico.

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ Compartilhamos da mesma reflexão de Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis de que as tipologias *Esquerda e Direita* são dinâmicas, cambiantes, estando sempre sujeitas a mutações. Pensar um conceito de esquerda cristã se torna ainda mais complexo, tendo em vista que Deus e Marx coexistem harmoniosamente na práxis daqueles que se identificam como pertencentes à essa esquerda. Sendo assim, por esquerda cristã entendo um tipo de práxis com forte conotação ético-religiosa que, se servindo ou não de postulados marxistas, posicionou-se contra a opressão de caráter político, econômico e social sobre os pobres. Ver mais em FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia* (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

⁶⁸ LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). Ibid., p. 305-320.

Exemplo disso foi o destaque dado em *O Estandarte* na coluna dedicada a “Doutrinas, verdades, opiniões e curiosidades”. Nela, Sergio Paulo Freddi, responsável pela matéria, chamou a atenção dos leitores para a presença dos cosmonautas russos, Popovitch e Nikolaiev, na Biblioteca Municipal de São Paulo, durante homenagem feita a ambos pela União Cultural Brasil-URSS.⁶⁹

Perguntados se atribuíam o sucesso de sua missão no espaço a Deus, Nikolaiev respondeu que não, que o sucesso estava vinculado à capacidade dos operários e técnicos que construíram a espaçonave e que, na Rússia, não havia nenhuma lei que proibisse a crença em Deus; mas ele, particularmente, não acreditava em sua existência. Diante desse relato, assim concluiu o redator do jornal: “se algum simpatizante do comunismo ainda duvidar da sua incompatibilidade com a fé, é favor passar aqui pela redação e bater um ‘papinho’ comigo”.⁷⁰

A incompatibilidade do comunismo com a fé cristã não foi o único tema recorrente entre os articulistas de *O Estandarte*. Tanto os setores da Igreja Católica, que simpatizavam com as esquerdas, quanto os protestantes do Conselho Mundial de Igrejas recebiam duras críticas por parte das lideranças conservadoras da IPI.

Moysés Campos de Aguiar Netto,⁷¹ em certa ocasião, afirmou que os fundamentalistas que compunham a IPI faziam uma celeuma muito grande em torno de questões como, por exemplo, o ecumenismo, e que o sectarismo deles contribuía não somente para um processo de “atomização da igreja”⁷² como, também, para muita confusão e prejuízo no entendimento das atividades desenvolvidas por algumas instituições, entre as quais a CEB e o CMI.

O articulista tentou deixar claro que o envolvimento da IPI com organizações ecumênicas trazia benefícios, principalmente no enfrentamento de problemas que demandavam maior estrutura das igrejas.

Os problemas próprios do mundo em que vivemos exigem um tipo de atuação por parte dos cristãos, que às igrejas particulares é impossível assumir sozinhas a responsabilidade. Há chamados para a ação conjunta tanto no plano mundial como no plano regional, e isso é verdade patente em relação ao povo brasileiro. Vale a

⁶⁹ A União Cultural Brasil-União Soviética foi fundada, em 10 de maio de 1960, por brasileiros que pretenderam criar um intercâmbio entre os dois países, estimulando o aprendizado do idioma, bem como a formação universitária na URSS. Sergio Millet foi seu primeiro presidente e, entre seus fundadores constam os professores Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes e o advogado Aldo Lins e Silva.

⁷⁰ FREDDI, Sergio Paulo. Não viu mesmo. *O Estandarte*, Ano 71, n.º 7, São Paulo, 15 de abril de 1963, p. 3.

⁷¹ À época, Moysés Campos de Aguiar Netto era estudante do Seminário de Teologia de São Paulo, o que foi muito enfatizado pelo Rev. Laudelino de Abreu Alvarenga, nas páginas de *O Estandarte*, talvez na tentativa de demonstrar a posição de Moysés Campos na *ordem hierocrática*.

⁷² NETTO, Moysés Campos de Aguiar. Ecumenismo é coisa séria. *O Estandarte*, Ano 71, n.ºs 13 e 14, São Paulo, 15 e 31 de julho de 1963, p. 11.

pena a nossa igreja participar da C.E.B apesar de fazer parte dela uma denominação irmã a cujos métodos de trabalho podemos fazer restrições? Sim, vale a pena.⁷³

Moysés Campos não somente fez a defesa pública de instituições ecumênicas dentro e fora do país, como também se contrapôs aos fundamentalistas evangélicos que, de maneira enviesada, entendiam que a associação a instituições como a CEB era possível, desde que esta se reduzisse a ser órgão de defesa de suas igrejas.

Dentro da IPI, um dos principais opositores ao ecumenismo e aos setores de esquerda da Igreja Católica foi Laudelino de Abreu Alvarenga. Ele criticou a postura da Igreja Católica e do bispo de Santo André-SP, D. Jorge Marcos, por atacar o imperialismo dos EUA e não se referir ao imperialismo russo.

Para Alvarenga, os cardeais católicos assumiam posições contraditórias diante de temas, tais como reforma agrária ou Revolução Cubana. Dirigindo-se aos espíritos mais entusiasmados com os princípios de justiça, defendidos pelos chamados esquerdistas, Alvarenga afirmou o seguinte:

Já temos ouvido, até nos nossos púlpitos, os velhos chavões repetidos há muito tempo nos palanques de comício de agitadores. Precisamos, porventura, usar a linguagem tola e comprometida dos chamados esquerdistas para combater as injustiças? [...] O que não podemos permitir é que nas Igrejas, em suas publicações, e, especialmente, em nossos púlpitos continue a ser usada a linguagem que não é nossa. Não somos revolucionários. Somos reformadores. [...] Se assumirmos posições comprometedoras, como igreja, estaremos, com inocência, servindo a interesses que não os do Reino de Deus. Não devemos olvidar que a verdadeira justiça a teremos na terra, quando Cristo aqui reinar.⁷⁴

De acordo com a crítica de Laudelino de Alvarenga dirigida à igreja, é possível deduzir que, na IPI, a despeito do conservadorismo de seus líderes, o púlpito – lugar de uso quase que exclusivo de pastores e presbíteros – estava sendo utilizado também para pronunciamento de sermões que, no limite, destoavam da linguagem que era própria da igreja, como defendia Alvarenga. Havia então pastores e presbíteros discursando contra a injustiça social? O culto se tornou politizado entre esses pastores? Um evangelho social passou a rivalizar com um de contemplação e espera(nça)?

É possível que a resposta seja sim para todas estas questões. No entanto, o que é importante ressaltar é que, em meados de 1963, a conjuntura política nacional reverberou nos púlpitos presbiterianos, os quais, por vezes, não foram refratários à influência católica,

⁷³ Ibid.

⁷⁴ ALVARENGA, Laudelino de Abreu. O Imperialismo matou Jesus. *O Estandarte*, Ano 71, n.º 15, São Paulo, 15 de agosto de 1963, p. 6.

principalmente após o Concílio Vaticano II. Segundo Paulo César Gomes, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – fundada em 1952 por iniciativa de dom Hélder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, e do núncio apostólico dom Carlos Chiarlo – preocupou-se bastante com os problemas sociais em seus primeiros anos.⁷⁵

Antes mesmo do Concílio Vaticano II (1962-1965), a CNBB atuou na implantação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, e na criação do Movimento de Educação de Base (MEB), em 1961. E com o Concílio Vaticano II, as questões referentes à justiça social e aos direitos humanos alçaram posição de destaque dentro da Igreja Católica. Segundo Paulo César Gomes:

Em linhas gerais, nele [Concílio Vaticano II] se discutiu a importância de o clero não manter suas funções alheias à realidade sociopolítica-econômica, valorizou-se o diálogo ecumênico, atribuíram-se maiores responsabilidades aos leigos e, assim, destacou-se a necessidade de a Igreja rever seus padrões de autoridade no relacionamento com a sociedade.⁷⁶

O contexto político e social no Brasil foi propício para que essa pauta viesse à tona, tanto entre evangélicos quanto entre católicos. Mas, a questão é que setores conservadores nas igrejas evangélicas – como também na Católica – eram contrários a esse tipo de posição político-religiosa. A politização do púlpito não era aceita, inclusive por boa parte dos leigos que frequentavam missas ou cultos. Desse modo é que, na concorrência pelo poder religioso – cujas implicações podem se manifestar no campo político –, Laudelino Alvarenga pode ser tomado como exemplo do sacerdote⁷⁷ que reivindica, não para si, mas para a instituição que ele representa, a visão legítima de mundo com a qual os leigos da IPI deveriam se orientar.

Tratava-se, portanto, de combater a inserção de um evangelho de cunho social nas igrejas presbiterianas, e, também, de afastar a influência católica entre seus membros, evitando qualquer diálogo ecumênico. Desse modo, Laudelino de Abreu Alvarenga se contrapôs diretamente às ideias divulgadas por Moysés Campos, criticando a maneira como a CEB estava servindo de “inocente útil” à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, ao compor o Serviço de Dinamização do Ensino Moral, Cívico e Religioso nas escolas públicas.

⁷⁵ GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 37.

⁷⁷ Por sacerdote entendo o indivíduo que se distingue por seu saber específico, sua doutrina fixamente regulada por empresa de salvação e sua qualificação profissional, em oposição àqueles que atuam, no campo religioso, em virtude de seu carisma. Para o debate que pretendemos promover, aqui, importa muito menos a divisão do trabalho religioso – que implica na concorrência direta entre sacerdotes e profetas – e, muito mais, a manipulação simbólica dos leigos – que produz representações de legitimidade. Ver mais em WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, vol. 1.

Sou fundamentalista. Enquanto esta palavra quiser significar lealdade aos fundamentos do Cristianismo, serei fundamentalista. Se fundamentalismo for ortodoxia teológica, sem dúvida que sou fundamentalista. Mas é certo: fundamentalista que subscreveu a proposta de estudo da conveniência de se filiar a Igreja ao Conselho Mundial de Igrejas; fundamentalista que lê, admira e aproveita muita coisa de Barth [...]; e, acima de tudo, sem. Moisés, fundamentalista que procura não ser novidadeiro, sempre em busca da última moda em posições teológicas, ecumênicas e políticas.⁷⁸

E ressaltou ainda que:

[...] A participação de um evangélico na direção do Serviço de Dinamização do Ensino Religioso, de maneira nenhuma resolve o problema. Antes nos compromete. Lutamos pelo direito de todas as religiões. Lutamos pela separação entre a Igreja e o Estado. Se se admitisse a criação desse malfadado Serviço de Dinamização, todas as religiões e seitas deveriam dele fazer parte.⁷⁹

Para Laudelino Alvarenga, não havia problema algum em ser chamado de fundamentalista. Pelo contrário, havia certo orgulho com o rótulo. A dificuldade para ele estava em aceitar que um sacerdote católico, Pe. Januário Baleeiro de Jesus e Silva,⁸⁰ fosse o Secretário dos Negócios da Educação e Cultura do Estado de São Paulo, pois, em sua opinião, isso afrontava o estado republicano, já que uma de suas características é o seu caráter laico.

O debate a respeito do ecumenismo se prolongou no interior da IPI. O reverendo Cyro Machado escreveu um extenso artigo de três páginas discorrendo sobre o envolvimento ou não da IPI com o CMI, chamando a atenção para diversos obstáculos – tanto de ordem teológica quanto litúrgica, cultural e doutrinária – ao ecumenismo pretendido pelo CMI.

Em seu texto, Cyro Machado afirmou que “ninguém pode esconder as inclinações socialistas do CMI e isto não lhe pode ser imputado como um pecado”.⁸¹ O que se tinha a lamentar, continuou o pastor presbiteriano, era o fato “de que esse Conselho esteja a fazer o jogo do comunismo materialista”.⁸² Nesse ponto, Cyro Machado considerou perigosa essa aproximação, pois, ainda que a IPI não fosse comunista, estaria, se filiada ao CMI, cooperando conscientemente com o comunismo.

⁷⁸ ALVARENGA, Laudelino de Abreu. Ainda a Confederação Evangélica do Brasil. *O Estandarte*, Ano 71, n.º 19, São Paulo, 15 de outubro de 1963, p. 5.

⁷⁹ Ibid.

⁸⁰ Pe. Januário Baleeiro de Jesus e Silva foi nomeado Secretário de Estado da Educação, em 1962, no segundo governo de Ademar de Barros, em São Paulo, mantendo-se no cargo até agosto de 1963, quando uma CPI da Assembleia Legislativa de São Paulo denunciou irregularidades em quase todos os convênios firmados pela secretaria de educação com escolas privadas, resultando na sua exoneração. Fonte: *Folha de S. Paulo*. Ano XLII, n.º 12. 491, 28 de agosto de 1963.

⁸¹ MACHADO, Cyro. A IPI do Brasil e o CMI. *O Estandarte*, Ano 71, n.ºs 21 e 22, São Paulo, 15 e 30 de novembro de 1963, p. 9.

⁸² Ibid.

Na edição seguinte, *O Estandarte* publicou um artigo de Moysés Campos de Aguiar Netto que, em resposta ao setor conservador de sua igreja, criticou de maneira contundente os fundamentalistas da IPI que se posicionavam contra o CMI. O articulista denunciou que a tônica do movimento fundamentalista era a sua belicosidade, e que os mesmos possuíam um organismo internacional, o Concílio Internacional de Igrejas Cristãs, cuja principal liderança era o reverendo norte-americano Carl McIntire.⁸³

De forma contundente, Moysés Campos tentou demonstrar a maneira como os fundamentalistas atuavam no Brasil, inclusive denunciando a “indústria do anticomunismo” alimentada por seus adeptos.

Sua técnica [a dos fundamentalistas] é conhecida: onde há uma reunião que, de acordo com os critérios deles, tenha qualquer afinidade com o C.M.I., eles realizam uma sua, paralela. Quando não, deslocam para o local uma equipe que se encarrega do trabalho: panfletos, acusações pela imprensa, indicação de “comunistas”, etc. Assim foi, aqui no Brasil por ocasião da Aliança Presbiteriana Mundial, em São Paulo, e do Congresso Mundial Batista (Rio, 1961). Em Recife, foram aos jornais para dizer que a Conferência do Nordeste (julho, 1962) era “vermelha”.⁸⁴

Moysés Campos denunciou a perseguição que ele próprio estaria sofrendo no interior da IPI por defender o ecumenismo. Nesse ponto, ele alegou o seguinte: “como eles [os fundamentalistas] viram em mim, apressadamente, alguém que ama os católicos não para salvar, eles vêem (sic) modernistas, filo-romanistas e comunistas em todo movimento que não tenha a chancela de McIntire”.⁸⁵

Muito embora tenha contribuído, ao longo dos anos, com diversos artigos n’*O Estandarte*, inclusive escrevendo textos a respeito da incompatibilidade entre comunismo e cristianismo, este foi o último artigo de Moysés Campos de Aguiar Netto, tratando sobre o assunto – pelo menos o último que encontramos publicado neste periódico. É bem possível que, diante do acentuado conservadorismo na IPI, Moysés Campos tenha alimentado as estatísticas dos expurgos efetuados pelas igrejas evangélicas durante a ditadura militar no Brasil.

⁸³ Carl McIntire era um pastor presbiteriano norte-americano que, em 1937, fundou a Igreja *Bible Presbyterian Church*. Segundo Silas de Souza, “Carl MacIntire se propôs a lutar pela defesa da ortodoxia e foi o principal líder da criação de um concílio mundial que fazia oposição ao Conselho Mundial de Igrejas. Tal organização foi denominada Concílio Internacional de Igrejas Cristãs e agregava as igrejas fundamentalistas espalhadas por diversos países”. McIntire se destacou em solo norte-americano, principalmente nos anos 1960 e 1970, quando promovia passeatas e manifestações contrárias ao comunismo, e marchas de pró-Guerra do Vietnam. SOUZA, Silas de. Op. Cit., p. 194.

⁸⁴ NETTO, Moysés Campos de Aguiar. Quem são os fundamentalistas?. *O Estandarte*, Ano 71, n.ºs 23 e 24, São Paulo, 15 e 30 de dezembro de 1963, p. 13.

⁸⁵ Ibid.

A atmosfera de campanha contra o comunismo no Brasil recrudescia, e, dessa vez, o próprio presidente era acusado de ter comunistas em seu governo. Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara, havia dado uma entrevista ao correspondente, no Brasil, de o *Los Angeles Times*, Julien Hart, e que foi publicado pela *Tribuna da Imprensa*, em 1º de outubro de 1963, informando a ação dos comunistas do Comando Geral dos Trabalhadores, os quais estariam infiltrados no governo, apoiando politicamente Goulart.⁸⁶

No início de 1964, o reverendo Laudelino de Abreu Alvarenga, pastor da IPI de Araraquara, apresentou um relatório durante uma reunião do Presbitério, em janeiro daquele ano, em que fez uma análise dos problemas sociais no país. A direção de *O Estandarte* resolveu publicar o relatório nas páginas do jornal da igreja, com o seguinte título: “Relatório pastoral descortina a hora presente”.

Em seu texto, Laudelino de Abreu Alvarenga reconhecia que “uns poucos privilegiados enriquecem cada vez mais, vivendo uma vida de ostentação e afronta à pobreza”, e que “um número maior de indivíduos vê, a cada dia, o fantasma da fome e da miséria em sua casa”.⁸⁷

Entretanto, para ele, era a classe média “sustentáculo da situação política, social e moral” que se via constantemente “desfalcada de meios para sobreviver”. Em tal cenário, muito propício, segundo o reverendo, a explicações capciosas, era preciso ser vigilante contra o esquerdismo:

A nossa maior luta nos dias atuais, deve ser a vigilância contra os que sutilmente procuram envolver a Igreja e tentam atirá-la ao carro suspeito do comunismo sob o manto brilhante, mas falso, do que se chama esquerdismo, como se o cristianismo, para justificar sua existência necessitasse perfilar ideias marxistas, filhas do materialismo histórico.⁸⁸

E continuou, afirmando que:

Hoje, quando muito se fala em revolução, devemos lembrar ao mundo que Cristo não quis liderar a revolução que os homens desejaram em seus dias e que a mensagem cristã que ainda cremos ser a única esperança para a humanidade é a do amor e da reforma do indivíduo pelo novo nascimento no Espírito Santo.⁸⁹

⁸⁶ FERREIRA, Jorge. Op. Cit., p. 364-365.

⁸⁷ ALVARENGA, Laudelino de Abreu. Relatório pastoral descortina a hora presente. *O Estandarte*, Ano 72, n.º 4, São Paulo, 29 de fevereiro de 1964, p. 4.

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ Ibid.

A fala do reverendo Laudelino exemplifica uma ética social fundamentalista que, segundo Rubem Alves, pode ser resumida na máxima: “converta-se o indivíduo e a sociedade se transformará”.⁹⁰ Muito embora se admitisse a existência de desequilíbrios sociais, de injustiças políticas e econômicas, não seria a ação dos homens na história – fosse por meio de revolução ou reforma – que se alcançaria uma mudança satisfatória. Essa, na opinião das lideranças conservadoras da IPI, só seria possível por meio da conversão do indivíduo a Deus, e não ao comunismo.

Em 19 de março de 1964, a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, realizada na cidade de São Paulo, foi uma resposta ao discurso proferido por João Goulart dias antes na Central do Brasil, no estado da Guanabara. Segundo Jorge Ferreira, a tônica dos cartazes desfilados na marcha era o anticomunismo.

Nesse contexto é que o Presbitério de São Paulo publicou uma moção de apoio à Congregação da Faculdade de Teologia da IPI, que explicitava não somente a incongruência entre comunismo e cristianismo, como também atacava o materialismo histórico e seus adeptos.

1 – Considerando que o comunismo, materialista e ateu, é uma força indiscutivelmente diabólica, que se insinua nas sociedades humanas apresentando-se como salvação da humanidade, garantindo a promessa do nivelamento das classes sociais e os recursos econômicos equitativamente distribuído aos pobres; 2 – Considerando que tal insinuação, descarada e mentirosa, arrasta, principalmente, as humildes classes proletárias e camponesas fascinadas pela miragem fatal, ao trono ignóbil da mais cruel ditadura que a história registra; 3 – considerando, ainda, que a malfadada ideologia do materialismo histórico, ameaça alcançar, já agora, as próprias igrejas evangélicas e nossa Faculdade de Teologia, sob o estulto e desgraça, do pretexto de que o cristianismo começou comunista [...]. Resolve: 5 – hipotecar a essa Colenda Congregação seu irrestrito apoio a todas as medidas que forem tomadas com o fim altamente cristão, de imunizar a nossa Escola de Profetas contra o veneno satânico da tremenda doutrina marxista. Jair Ribeiro de Mello. Secretário Permanente.⁹¹

Na primeira quinzena de março de 1964, a liderança da IPI deixou claro a todos os seus fieis que não toleraria qualquer impregnação comunista ou marxista no interior da igreja e de suas instituições. Para as lideranças da Igreja Presbiteriana, o comunista se alimentava do materialismo histórico e do ateísmo, o que o levava, portanto, a ser identificado com o próprio

⁹⁰ ALVES, Rubem. Op. Cit., p. 239.

⁹¹ MELLO. Jair Ribeiro de. Moção do Presbitério de São Paulo à preclara Congregação da Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. *O Estandarte*, Ano 72, n.º 5, São Paulo, 15 de março de 1964, p. 8.

diabo.⁹² Desse modo, a IPI se inseriu nos movimentos de radicalização das direitas no Brasil que tentavam, a todo custo, desestabilizar o governo de João Goulart.

Coincidentemente, a moção do Presbitério de São Paulo contra a ameaça comunista, que pairava sobre a Faculdade de Teologia da IPI, veio a público logo depois do Comício de João Goulart na Central do Brasil. Para algumas pessoas, a exemplo da freira paulista Ana de Lourdes, o discurso de Goulart havia atacado a fé católica;⁹³ para outros, ele tinha incitado as esquerdas por reformas radicais e atraído o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de Luís Carlos Prestes.

Até então, a desqualificação do comunismo pela IPI se pautava no debate teológico, onde se ressaltava o fato de o comunismo negar a existência de um ser sobrenatural capaz de definir os rumos da História, enquanto que no campo científico enfatizava-se que suas teorias eram defendidas por seus adeptos como verdades peremptórias.

Dessa vez, comunismo e marxismo, além de significar a mesma coisa, estavam associados ao diabo, cujas características foram muito bem apresentadas nesta moção: o diabo (leia-se, comunismo) se insinua, promete, mente e, de forma descarada, lança o seu veneno satânico contra proletários e camponeses, arrastando-os para a mais cruel ditadura. Não se tratava mais da opinião de um indivíduo (pastor ou membro de igreja), mas de um Presbitério que reunia pastores e presbíteros de diversas IPI's de São Paulo.

O ambiente tenso e complexo de março de 1964 exigiu que João Goulart não fosse confundido com um comunista. Ele próprio já havia alertado no comício da Central do Brasil sobre a indústria do anticomunismo e, no Automóvel Clube, tentou convencer todo o país de que não era comunista, mas um nacionalista. Aliás, o discurso de Goulart proferido no Automóvel Clube, no estado da Guanabara, em 30 de março de 1964, alertou os brasileiros sobre a manipulação que alguns políticos faziam dos sentimentos religiosos do povo, aconselhando-os a meditar se estavam “defendendo a doutrina daquele que pela salvação da humanidade morreu na cruz, ou apenas os interesses de alguns grupos financeiros ou eleitorais”.⁹⁴

Por outro lado, a IPI insistia em seu combate ao comunismo, realçando ainda mais a escolha política da igreja. Brahim José Málaque, teve um texto publicado na edição de 31 de março de 1964 de *O Estandarte* com o título “Entre a Cruz e a Espada”, onde a palavra

⁹² Ou como diria certo pastor que conheci, “o comunismo é pior que o diabo, pois o diabo não nega a existência de Deus, mas o comunista, esse é pior que o diabo!”

⁹³ Jorge Ferreira esclarece que a Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi idealizada pela freira Ana de Lourdes, logo após o Comício da Central do Brasil. Na ocasião, a freira teria escutado Jango afirmar que “não é com rosários que se combatem as reformas”. FERREIRA, Jorge. Op. Cit, p. 437.

⁹⁴ Ibid.

comunismo recebeu pelo menos três sentidos distintos, mas equivalentes: 1) sociedade comunitária; 2) regime político; 3) doutrina.

No primeiro sentido, o articulista pretendeu historicizar, por meio da Bíblia, os ideais comunistas, afirmando que seu advento se dera nos primórdios do Cristianismo, “quando a Igreja nascente passava por sérias dificuldades para manter sua subsistência”.⁹⁵ Segundo Brahim Málaque, o fracasso daquela experiência comunista nos primórdios do cristianismo, deu-se porque “enquanto uns verdadeiros cristãos se esfalfavam no trabalho árduo para o bem comum, outros, os falsos, buscavam usufruir dos mesmos bens, sem prestar sua parcela de trabalho”.⁹⁶

Mas, essa experiência, segundo Brahim Málaque “serviu para demonstrar a incompatibilidade do regime comunista com a doutrina cristã”.⁹⁷ Neste ponto, a conclusão a que chega o pastor presbiteriano é a de que o comunismo até seria viável, mas “isto só seria possível em um reino onde cada ser fosse um renascido pelo poder do Onipotente”, pois, somente desse modo, “cada um conheceria seus deveres e o emprego da força seria banido”.⁹⁸

A palavra comunismo, neste sentido, foi empregada de forma análoga ao que Weber denominou “sociedades comunistas alheias ao cálculo”.⁹⁹ Estas, segundo Weber, baseiam-se no sentimento imediato de solidariedade e, no caso específico da comunidade religiosa, trata-se de um *comunismo de amor*.¹⁰⁰

Ao ser tratado como regime político, segundo sentido identificado no texto de Brahim Málaque, o comunismo foi caracterizado como um “sombrio e ditatorial regime que não admite pluralidade de partidos e que é de alta periculosidade”.¹⁰¹ Utilizando a expressão “cortina de ferro”, para também demonstrar que não se sabe muito o que ocorre do lado de lá, o articulista ressaltou o poder absoluto do Estado comunista, inclusive com “direito de vida e de morte sobre todos”. Esse Estado, no afã de alcançar seus interesses “apela para todas as forças diabólicas; todos os meios são lícitos” e o ser humano “é transformado numa mera máquina de trabalho; é uma simples besta humana”.¹⁰²

⁹⁵ MÁLAQUE Brahim José. Entre a cruz e a espada. *O Estandarte*, Ano 72, n.º 6, São Paulo, 31 de março de 1964, p. 4.

⁹⁶ Ibid.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ WEBER, Max. Op. Cit., 1999, p. 101.

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ MÁLAQUE Brahim José. Entre a cruz e a espada. *O Estandarte*, Ano 72, n.º 6, São Paulo, 31 de março de 1964, p. 4.

¹⁰² Ibid.

Enquanto doutrina, Brahim Málaque realçou a oposição entre cristianismo e comunismo. Em seu artigo, ambos são tratados como forças antagônicas: “o primeiro prega o amor, o segundo propaga o ódio”; “o cristianismo determina que só Deus tem o direito de vida e morte sobre o indivíduo, enquanto o outro tira a vida, friamente”; “o povo se acha situado em um triste dilema: aceitar a Cristo ou a Marx; a liberdade ou a escravidão; a Cruz ou a Espada”.¹⁰³ Desse modo, o articulista concluiu que era com Deus que se deveria marchar e com Cristo é que se venceria o “Mar Vermelho”.

Em sua tese de doutorado, Rodrigo Patto Sá Motta chama a atenção para o fato de que “no Brasil os religiosos lançaram mão com bastante frequência do recurso à demonização dos comunistas”¹⁰⁴ e que, fora dos arraiais católicos, raramente ocorria uma demonização explícita dos comunistas, principalmente na década de 1960, se tomássemos como comparação a década de 1930.

No entanto, como podemos perceber aqui, não somente a Igreja Católica, como, também as igrejas evangélicas, tomaram o comunismo como um sério perigo para as suas instituições eclesiais. No caso das igrejas evangélicas, o comunismo e os seus adeptos e simpatizantes tornaram-se anátemas à igreja, principalmente durante a década de 1960, quando foram associados ao diabo e, muitas vezes, representados como crias do demônio.

Sendo assim, não foi difícil aos presbiterianos da IPI associarem o comunismo ao governo de João Goulart. O artigo de Brahim Málaque foi publicado em 31 de março de 1964. Coincidentemente ou não, veio justamente no momento em que o golpe civil-militar mudava os rumos do Brasil, retirando do poder um presidente eleito por vias democráticas. A atmosfera anticomunista ensejou na IPI o reconhecimento do novo governo, ainda que instaurado de forma ilegal.

Logo após o golpe de 1964, *O Estandarte* publicou edição especial de dois números, contendo editorial de meia página com o seguinte título: “O País tem novo Presidente”. Para os editores, o momento era de entusiasmo, alegria e comemoração com a revolução que o país estaria vivenciando. Aliás, destacava-se que se tratava de uma revolução sem armas, cuja condução foi operada entre “grupos democráticos da oposição” e Forças Armadas. Vejamos alguns aspectos que merecem destaque no Editorial:

¹⁰³ Ibid.

¹⁰⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, 2000. 368 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 74.

O país foi atingido por um movimento revolucionário de grandes proporções e que tem implicações muito profundas. Muita gente não entende porque se chamou movimento revolucionário, visto como não chegou a haver luta. Todavia, o verdadeiro sentido de uma revolução está muito menos no fato de haver preparativos militares e muito mais no fato de produzir alteração profunda numa determinada situação. [...] Considerando que o antigo presidente da República não estava conduzindo com austeridade, mas ameaçava de levar o país a rumos perigosos, tornando-se representante de uma ordem inconsistente, os grupos democráticos da oposição, contando com o apoio das Forças Armadas, provocaram mudança radical nos quadros políticos nacionais.¹⁰⁵

E seguiu, afirmando o seguinte:

Temos justos motivos para aplaudir a ação revolucionária, acrescentando que veio em muito boa hora, já que não era mais possível tolerar uma situação que seria o caos e a ruína, por isso que os princípios morais da austeridade iam progressivamente desaparecendo. [...] E estamos a cavaleiro para colocarmo-nos em condição de aplaudir, desde que a Igreja a que pertencemos fez no passado e reiterou recentemente sua posição intransigentemente anticomunista.¹⁰⁶

O pronunciamento oficial da IPI evidenciou que a posição política da igreja estava de acordo com os encaminhamentos realizados pelos grupos civis e militares que articularam o golpe. A ausência de ordem foi atribuída ao governo de João Goulart, e a corrupção, um mal a ser combatido inclusive no Congresso Nacional. Por isso, a IPI justificou publicamente que a “cassação de mandatos e de direitos políticos de comunistas e corruptos [representa] medida saneadora de grande alcance”.¹⁰⁷ Sem sutilezas, o extenso texto de conagração da IPI com o movimento golpista, iniciado em 31 de março de 1964, chegou ao fim expondo o pensamento oficial da igreja diante daquele quadro:

Nesta altura, podemos afirmar que há governo nesta terra. Temos um homem de autoridade e austeridade para dirigir o leme do grande barco. Confieemos em sua ação administrativa e em seus propósitos moralizadores. Sobretudo oremos: Deus guarde o presidente. Deus salve a Pátria.¹⁰⁸

O golpe, como se vê, não foi recebido como tal, mas como uma revolução operada para garantir uma mudança radical no país e que providenciasse, de um lado, a eliminação do comunismo, de seus agentes e da corrupção, e, de outro, a instauração de uma ordem administrativa e política, baseada, principalmente, em aspectos morais. Para a IPI, portanto, não houve golpe.

É muito provável que a destituição do presidente João Goulart não tenha representado qualquer problema de natureza política ou ética para a IPI, bem como para a

¹⁰⁵ O PAÍS tem novo presidente. *O Estandarte*, Ano 72, n.ºs 7 e 8, São Paulo, 15 e 30 de abril de 1964, p. 2.

¹⁰⁶ Ibid.

¹⁰⁷ Ibid.

¹⁰⁸ Ibid.

maioria das igrejas evangélicas naquele período. Silas de Souza chama a atenção para o fato de que a Comissão Executiva da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) reuniu-se imediatamente após o golpe de 1964, publicando sua decisão no jornal da igreja, o *Brasil Presbiteriano*: “O Brasil, ilustre Marechal, odeia o comunismo (...). Na certeza imbatível de que a justiça exalta as Nações e de que o Pecado é o opróbrio dos Povos, hipotecam, Senhor Presidente, respeitosa e patrioticamente, enorme soma de confiança em seu governo”.¹⁰⁹

Esse entusiasmo em relação à deposição de João Goulart, seguido da instalação dos militares no poder, caracterizou a atmosfera vivida por diversos brasileiros daquele período. Segundo Jorge Ferreira, “nos bairros ricos, muito comemoraram com festas. De Copacabana à Tijuca, lençóis brancos eram estendidos nas janelas dos edifícios. Os gritos de vitória se misturavam ao eco dos tiros de canhão do Forte de Copacabana”.¹¹⁰

Os que resistiram naqueles primeiros meses, foram imediatamente perseguidos, presos e, em alguns casos, mortos. Grupos simpatizantes de Carlos Lacerda invadiram o prédio sede da União Nacional de Estudantes (UNE), espancaram jovens e atearam fogo em suas dependências. As oficinas de a *Última Hora* foram depredadas, a embaixada da Bélgica foi invadida e perseguições a parlamentares trabalhistas foram realizadas.¹¹¹

Uma minoria de evangélicos foi refratária ao golpe de 1964. Pouquíssimos conseguiram fazer uma leitura diversa daquela que predominou entre a maioria dos evangélicos. Para um pequeno grupo da IPI, era preciso ter cautela com a instalação do novo governo.

Na mesma edição de abril de 1964, que trouxe o editorial “O país tem novo presidente”, *O Estandarte* publicou uma pequena nota de página sob o título “Caiu Jango”, cujo teor dizia que:

O presidente João Goulart foi deposto e a justificativa é que, pela sua omissão, comunistas aboletavam-se no poder e preparavam-se para, através de um golpe, dominar o país. Governa agora o Marechal Humberto Castelo Branco e, a nossa posição de evangélicos, que respeitamos a autoridade constituída, não pode ser referência aos perdedores a do ódio e da vindita. Nem com os vencedores, uma presurosa, ostensiva e afetada adesão. O comunismo é inimigo do Evangelho, por certo. Mas os cristãos amam os inimigos e pregam a Cristo.¹¹²

¹⁰⁹ SOUZA, Silas de. Presbiterianismo no Brasil. In: SILVA, Elizete; SANTOS, Lyndon de Araújo; ALMEIDA, Vasni de (orgs.). Op. Cit., p. 207.

¹¹⁰ FERREIRA, Jorge. Op. Cit., p. 494.

¹¹¹ Ibid., p. 494-495

¹¹² CAIU o Jango. *O Estandarte*, Ano 72, n.ºs 7 e 8, São Paulo, 15 e 30 de abril de 1964.

O texto anônimo não utiliza a palavra revolução e ressalta que o presidente João Goulart tinha sido “deposto” de seu cargo. Além disso, questionou-se a “afetada adesão” ao governo recém-instalado. Num jogo de palavras, o autor da nota afirmou que, se, por um lado, o comunismo era inimigo do Evangelho, por outro os cristãos amam seus inimigos. Diante de um paradoxo difícil de ser compreendido entre os próprios cristãos, em que se deveria rejeitar o pecado (comunismo), mas não o pecador (o comunista), a postura que predominou entre as igrejas evangélicas foi a de condenar os dois.

O expurgo dos que foram considerados subversivos tinha iniciado com toda intensidade e em diversas instituições, inclusive entre as igrejas evangélicas. Em maio de 1964, Boanerges Ribeiro, que tinha acabado de assumir a direção de o *Brasil Presbiteriano*, órgão da IPB, publicou a seguinte nota no jornal de sua igreja:

Todos os verdadeiros cristãos se regozijaram e estão se regozijando com os resultados da gloriosa revolução de março-abril: o expurgo de comunistas, e seus simpatizantes, da administração do nosso querido Brasil. [...] Pastores, Seminaristas, Presbíteros, crentes, não podem abraçar a ideologia vermelha e permanecer na igreja. Se quiserem ser comunistas, que o sejam, mas renunciem a jurisdição da Igreja e não contaminem o rebanho. Uma ou outra coisa. Ou Cristo ou Belial. [...] É preciso o expurgo!¹¹³

Por sua vez, a IPI comemorou uma revolução sem armas, mas operada pelas Forças Armadas e que se utilizou de todo o aparato militar para garantir sua instalação no poder. Se, de um lado, as lideranças da IPI ressaltaram que sua igreja era o “arauto de uma ordem democrático-representativa”, de outro, coadunaram-se a um movimento que destituiu o presidente eleito do país e que cassou arbitrariamente parlamentares do Congresso Nacional.

O Estandarte operou certa pasteurização dos acontecimentos, re-significando-os por meio do uso circunstancial das palavras: não foi golpe, mas revolução; não foi cassação, mas saneamento; Ato Institucional era “figura jurídica inédita na realidade brasileira que iniciava uma nova ordem na evolução política”. Os redatores do jornal usavam argumentos do próprio governo militar e dos políticos que o defendiam.

Para os presbiterianos que liam *O Estandarte*, os primeiros momentos pós-golpe foram recebidos com grande alegria e esperança, sobretudo pelo fato de que os dois principais inimigos do povo brasileiro, na visão do órgão da IPI – comunismo e corrupção –, estavam sendo enfrentados por um governo mais austero e que prometia impor ordem, em razão de sua própria natureza militar.

¹¹³ *Brasil Presbiteriano*, maio de 1964, p. 7 apud SOUZA, Silas de. Presbiterianismo no Brasil. In: SILVA, Elizete; SANTOS, Lyndon de Araújo; ALMEIDA, Vasni de (orgs.). Op. Cit., p. 206.

A CEB que, em 1962, havia organizado a Conferência do Nordeste, e foi acusada de se comportar como “inocente útil”, desta vez, após o golpe, enviou um telegrama diretamente ao Marechal Castelo Branco, congratulando-o pela posse no cargo de Presidente da República.

O telegrama foi assinado pelo presidente da CEB, Amantino Adorno Vassão,¹¹⁴ que também era pastor da IPB, e reproduzido na íntegra nas páginas de *O Estandarte* e no *Expositor Cristão*, periódico metodista.¹¹⁵ Os dirigentes da CEB apresentavam a instituição como uma “entidade de representação pública e ação conjunta de igrejas evangélicas”,¹¹⁶ e que empenhava todo seu apoio moral, lealdade e cooperação dos cristãos evangélicos ao novo governo.

Diante de tudo aquilo que se desenhou no período compreendido entre os anos de 1962 e o início de 1964, é possível afirmar que a IPI apoiou oficialmente o golpe de 1964, emprestando, inclusive, legitimidade às arbitrariedades conduzidas pelos que ocuparam o poder. O suposto liberalismo protestante que deveria, em tese, defender a legalidade constitucional e o Estado de direito, deu provas do quanto era inconsistente. Se algum dia o liberalismo fez parte do *ethos* protestante brasileiro, naquele instante, simplesmente capitulou.

1.2. Separando o trigo do joio: a adesão e apoio à ditadura

Segundo Jorge Ferreira, o golpe começou com a devastação intelectual: “a sede do ISEB foi pilhada, a campanha de Paulo Freire encerrada e a Universidade de Brasília, invadida com truculência”.¹¹⁷ Intelectuais foram perseguidos ou punidos, entre os quais, Darcy Ribeiro e Celso Furtado.

O ambiente de caça às bruxas também se estendeu às igrejas evangélicas e, em particular, nas igrejas presbiterianas. Sobre esse assunto, Elizete Silva esclarece que, após a instalação do governo militar, “começou o expurgo de professores dos seminários presbiterianos e conflitos entre seminaristas e as autoridades da hierarquia presbiteral”.¹¹⁸

¹¹⁴ Segundo Elizete Silva, “na Confederação Evangélica do Brasil (CEB), logo após o golpe de 1964, o Presidente em exercício Amantino Vassão imprimiu uma linha mais conservadora, perdendo aquela visão social dos anos anteriores”. SILVA, Elizete. Op. Cit., p. 136.

¹¹⁵ O mesmo telegrama enviado pela CEB foi publicado nos dois jornais evangélicos praticamente na mesma data de circulação. N^o *O Estandarte*, o telegrama saiu na edição de n.º 11 e 12, em junho de 1964, enquanto que no *Expositor Cristão*, na edição de n.º 11, em 1º de junho de 1964. Tanto a Igreja Batista quanto a Assembleia de Deus não eram filiadas à CEB naquele ano.

¹¹⁶ A CONFEDERAÇÃO e a revolução. *O Estandarte*, Ano 72, n.ºs 11 e 12, São Paulo, 15 e 30 de junho de 1964, p. 15.

¹¹⁷ FERREIRA, Jorge. Op. Cit., p. 545.

¹¹⁸ SILVA, Elizete. Op. Cit., p. 131.

João Dias de Araújo – professor de Teologia Sistemática e Ética Cristã no Seminário Presbiteriano do Norte, em Recife – foi taxado de esquerdista e pró-comunista. Ele próprio escreveu um livro, caracterizando esse período como uma verdadeira “Inquisição sem fogueiras”. Segundo o autor

entre as igrejas evangélicas do Brasil, a Presbiteriana foi a mais envolvida e a mais comprometida com a revolução de 1964 por causa das ligações dessa igreja com a classe média e por causa do prestígio que ela gozava nos meios políticos e militares.¹¹⁹

Para a historiadora Elizete Silva, “entre os presbiterianos independentes, a reação conservadora acirrou-se após o golpe de 1964”, em que houve pastores que prestaram serviço de delatores de membros de suas respectivas igrejas.¹²⁰ O clima de suspeição na IPI deixou todos incertos, inclusive, quanto ao que era certo ou errado em questões políticas.

O Sínodo Ocidental publicou, no final do ano de 1964, a ata de sua reunião ocorrida em São Paulo. Era prática comum que algumas consultas advindas das igrejas presbiterianas independentes fossem expostas para apreciação dos presbitérios ali reunidos. Uma delas nos chamou a atenção por inquirir o seguinte: “É lícito a crente de nossa denominação filiar-se, por ideias e atos, ao campo socialista?”. A resposta oficial da Igreja ao questionamento exposto no Sínodo foi bem clara:

Não há qualquer impedimento para o crente ser membro de partido político reconhecido pelo Governo, dentro da legalidade democrática. Do ponto de vista ideológico, o crente não se associará a agremiações que neguem a existência de Deus. É lícito ao crente filiar-se a partido de qualquer ideologia política, desde que não comprometa os seus princípios cristãos.¹²¹

A consulta até de assuntos políticos junto ao Sínodo demonstra que o aparato institucional da IPI era o foro legítimo de discussão e orientação de seus membros e, ainda, é muito provável que a liderança institucionalizada da IPI tenha obtido muito mais sucesso do que fracasso na capacidade de orientar seus fiéis.

Outro aspecto importante de ser ressaltado é que qualquer movimento ou partido político que viesse acompanhado de impregnações de cunho social era, no limite, visto de maneira enviesada pela maioria evangélica. Elizete Silva lembra que “Rubem Alves, na época

¹¹⁹ ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras*. Vinte anos de história da Igreja Presbiteriana do Brasil: 1954-1974. 2.ed. Rio de Janeiro: ISER, 1982.

¹²⁰ SILVA, Elizete. Op. Cit.

¹²¹ SÍNODO ocidental: resumo das atas da quarta reunião ordinária. *O Estandarte*, Ano 72, n.ºs 23 e 24, São Paulo, 15 e 31 de dezembro de 1964, p. 10.

pastor presbiteriano no interior de Minas Gerais, além de sofrer as acusações e punições do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana, foi denunciado como subversivo aos militares”.¹²²

Num ambiente de patrulhamento, todo cuidado era pouco. A influência de ideias marxistas continuou sendo objeto de preocupação no interior da IPI, pois ao marxismo ainda eram atribuídos os conflitos internos pelos quais passavam seminários e igrejas protestantes. Sebastião G. Moreira alertou sobre a influência marxista na IPI e os danos que isto teria provocado entre seminaristas e pastores.

Até bem pouco tempo vinha a Igreja sendo alvo de acerba (sic) crítica, por oferecer resistência à onda de materialismo marxista em nosso país, principalmente os meios estudantis, onde, à parte confortadora exceções, não se estudavam mais as matérias do currículo, porque antes de se aprender já se queria ensinar. Tal estado de coisas bateu às portas da Igreja: penetrou nos seminários e estragou seminaristas; manifestou-se em congressos de jovens causando sérios prejuízos; insinuou-se mesmo nos púlpitos e estragou ministros, que deixaram de pregar o Evangelho de Cristo, para salvação das almas, e passaram a pregar um evangelho social, para atender às necessidades do corpo.¹²³

A defesa de Sebastião G. Moreira do não envolvimento da IPI com os problemas sociais brasileiros como, por exemplo, a reforma agrária, residia no fato de que os debates em torno desses problemas desviavam a Igreja e os fiéis de sua missão.¹²⁴ Para Sebastião Moreira, a IPI não precisava rever sua pregação ou sua postura, pelo contrário, deveria reafirmar o “evangelho de Cristo” no lugar do “evangelho social”, pois o primeiro é que teria “a mensagem portadora do poder de Deus, destinada a salvar os pecadores, a transforma-lhes as vidas e os costumes e a conceder-lhes o bem-estar que não encontrarão por qualquer outro meio”.¹²⁵

Mas esse tipo de postura não foi exclusivo aos presbiterianos, muito menos aos evangélicos. A CNBB se colocou em favor do golpe e apoiou abertamente a intervenção dos militares, apesar de sua origem estar vinculada à defesa de reformas sociais e à transformação da realidade sociopolítica-econômica brasileira.

Segundo Paulo César Gomes, “o advento do golpe coincidiu com a chegada de um grupo mais conservador à direção da CNBB, através de uma eleição em 1964, o que

¹²² SILVA, Elizete. Op. Cit., p. 133.

¹²³ MOREIRA, Sebastião Gomes. Uma igreja consciente. *O Estandarte*, Ano 73, n.ºs 7 e 8, 15 e 30 de abril de 1965, p. 14.

¹²⁴ Muito embora cada igreja evangélica enfatize um objetivo ou alvo em particular, pode-se afirmar que, de modo geral, a missão que todas elas reivindicam como pilar de sua própria existência, resume-se no seguinte mandamento bíblico: “Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a toda a criatura”.

¹²⁵ MOREIRA, Sebastião Gomes. Uma igreja consciente. *O Estandarte*, Ano 73, n.ºs 7 e 8, 15 e 30 de abril de 1965, p. 14.

contribuiu para fortalecer o posicionamento inicial dessa frente aos militares”.¹²⁶ Essa nova feição que a CNBB adquiriu não mais representava uma minoria de bispos partidários de reformas sociais. Nesta nova configuração, a CNBB afastou-se de questões políticas e sociais, voltando-se muito mais para assuntos internos, enfatizando aspectos doutrinários e a administração interna da Igreja.¹²⁷

No caso da IPI, a mudança que consolidou uma feição bastante conservadora à instituição se deu após a reunião do Supremo Concílio, realizado em São Paulo, entre os dias 4 e 10 de julho de 1965. A mesa-diretora eleita foi composta pelo reverendo Daily Resende França (presidente), Rubens Cintra Damiano (vice-presidente), reverendo Antônio de Godoy Sobrinho (1º secretário) e reverendo Laudelino de Abreu Alvarenga (2º secretário).

As decisões tomadas pelo Supremo Concílio evidenciaram o distanciamento que a IPI pretendeu manter de qualquer movimento ecumênico ou diálogo com a Igreja Católica.¹²⁸ Além disso, *O Estandarte* passou a ser dirigido por uma Junta de Imprensa e Comunicação, constituída por cinco membros: os reverendos Sérgio Paulo Freddi (relator), Jonathas do Vale Moreira, Adolfo Machado Corrêa, Paulo Cintra Damiano e o presbítero Benjamin Themudo Lessa.¹²⁹ O primeiro editorial publicado sob a nova direção do jornal deu o tom da mudança:

De forma elevada, este jornal descerá a análise dos problemas que angustiam o mundo eternamente inquieto e, ainda, os que preocupam os meios religiosos em nossos dias, sabendo separar joio do trigo, descobrindo os exatos limites do perigo para conjurá-lo e, sabendo onde ele está sem fantasias exageradas que escapam à própria verdade.¹³⁰

Na intenção de “separar o joio do trigo”, a direção de *O Estandarte* publicou dezenas de artigos que expressavam a posição da ala mais conservadora da IPI. Em agosto de 1965, o reverendo Sebastião Gomes Moreira – da IPI do Rio de Janeiro – condenou a maneira como o CMI se posicionava em relação ao comunismo. Para o articulista, o CMI mantinha dois pesos e duas medidas, visto que condenava a intervenção norte-americana no Vietnã do Norte, mas não condenou o estabelecimento de uma ditadura comunista em Cuba. Sobre este assunto, Sebastião G. Moreira pronunciou-se da seguinte forma:

¹²⁶ GOMES, Paulo César. Op. Cit., p. 45.

¹²⁷ Ibid.

¹²⁸ Neste ponto, o Supremo Concílio resolveu “continuar equidistante dos movimentos ecumênicos que se verificam no mundo cristão hodierno” e determinou que “não se pratique em nossas igrejas a troca de púlpito com sacerdotes católico-romanos”. ATOS oficiais da igreja. *O Estandarte*, Ano 73, n.º 17, São Paulo, 15 de setembro de 1965, p. 5.

¹²⁹ O ESTANDARTE com nova direção. *O Estandarte*, Ano 73, n.ºs 15 e 16, São Paulo, 15 e 31 de agosto de 1965, p. 2.

¹³⁰ LESSA, Benjamin Themudo. Crédito de confiança para O Estandarte. *O Estandarte*, Ano 73, n.º 17, São Paulo, 15 de setembro de 1965, p. 2.

Mais recentemente, foi estabelecida em Cuba, a ditadura comunista. Em consequência, suprimiram-se ali todas as liberdades, os fuzilamentos se sucederam em escala estarrecedora; sabe-se que cerca de 30 mil pessoas já foram fuziladas, propôs-se até, com todo o escárnio pela pessoa humana, troca de homens (prisioneiros) por instrumentos agrícolas, e ainda hoje, sabe-se, os cárceres se encontram superlotados de seres humanos, que vão sendo retirados para o tristemente famoso **paredon**. Sabe-se que tudo foi feito com o apoio e a ajuda da União Soviética e da China de Mao-Tse-Tung. Teria o Conselho Mundial de Igrejas feito qualquer pronunciamento contra o martirologio (sic) do povo cubano? Não nos consta.¹³¹

Insatisfeito com a posição política do CMI, Sebastião Gomes Moreira afirmou em seu artigo que os Estados Unidos cumpriam um acordo de ajuda mútua e que, em razão disto, saiu em defesa do Vietnã do Sul que, na opinião do articulista, era atacado pelo seu vizinho, Vietnã do Norte, “armado e municiado pela União Soviética e pela China”. Assim, o reverendo da IPI do Rio de Janeiro concluiu que “a luz não pode ter afinidade com as trevas, nem os que creem em Deus terem afinidade com os que o detestam, negando-lhe a própria existência”.¹³² A partir daí até o final da década de 1970, o CMI tornou-se uma espécie de instituição proscrita para os presbiterianos.

Entre 1966 e 1968, os problemas de ordem política e social no Brasil eram, no limite, tangenciados nas páginas de *O Estandarte* e, mesmo assim, submetidos sempre à análise dos setores conservadores da igreja. Apesar de se reconhecer a situação crítica por que o país atravessava, tentou-se, a todo custo, deslocar o foco do problema para outros lugares. O discurso do deputado federal Lauro Monteiro da Cruz,¹³³ em agosto de 1966, exemplifica bem esta situação.

Em seu texto, o presbítero da IPI de São Paulo afirmou que o mundo estava, àquela época, sofrendo o impacto de diversas crises, caracterizadas pela “miséria, fome, falta de saúde que atingem a maior parte da população do globo”.¹³⁴ Muito embora o parlamentar

¹³¹ MOREIRA, Sebastião Gomes. Que será?. *O Estandarte*, Ano 73, n.ºs 15 e 16, São Paulo, 15 e 31 de 1965, p. 5.

¹³² Ibid.

¹³³ Lauro Monteiro da Cruz nasceu em Santos (SP), em 03 de julho de 1904. Formou-se na faculdade de Medicina de São Paulo, em 1931 e, ainda quando era estudante, filiou-se ao Partido Democrático de São Paulo. Também graduou-se em Física, pela USP. Filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) e, em janeiro de 1947, elegeram-se vereador à Câmara Municipal de São Paulo. Na mesma legenda, foi eleito deputado federal por São Paulo, em 1950. Reelegeram-se nos pleitos de 1954, 1958, 1962. Com a instauração do bipartidarismo no Brasil por meio do Ato Institucional n.º 2 de 27 de outubro de 1965, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), elegendo-se mais uma vez deputado federal, em 1966. Em 1971 encerrou o seu mandato, não mais candidatando-se. Era presbítero da 1ª Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo, e foi presidente da Associação Evangélica Beneficente de São Paulo durante vinte anos. Faleceu na capital paulista no dia 23 de abril de 1989. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. Dados biográficos de Lauro Monteiro da Cruz. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

¹³⁴ CRUZ, Lauro Monteiro da. O cristão e a política. *O Estandarte*, Ano 74, n.º 16, São Paulo, 31 de agosto de 1966, p. 3.

ponderasse que as causas apontadas dessas crises eram, entre outras, “os regimes, as estruturas vigentes, a injusta distribuição das riquezas, o domínio do poder econômico, o mau aproveitamento da terra, o imperialismo, o colonialismo” etc.; em sua opinião, “a maior crise, a crise das crises, é de natureza moral e espiritual. É o homem quem está em crise”.¹³⁵

Desse modo, o deputado presbiteriano deslocava a origem das mazelas sociais para o próprio homem e sua relação com a divindade. Assim, não se discutia problemas sociais ou questões de ordem política ou econômica, mas aspectos de ordem moral e espiritual. A tônica do discurso de Lauro Monteiro inseriu na pauta do Congresso Nacional o cumprimento ou não dos deveres do homem para com Deus, seu criador.

Para Lauro Monteiro, naquele momento era oportuno fazer um comparativo entre o momento atual e as personagens bíblicas que governaram ou lideraram as tribos de Israel na antiguidade, destacando suas qualidades e defeitos. Segundo o parlamentar, naquela época “não cabia ao povo escolher”, mas que, “com o advento da democracia, é o povo que escolhe” e, por esta razão, o povo deveria ser ensinado pelas autoridades e líderes religiosos a votar. Em suma, “esses líderes [religiosos] devem preparar o povo para escolher bem.”¹³⁶

Por outro lado, ao final de seu discurso, Lauro Monteiro enfatizou que “a comunidade cristã não pode mais alhear-se da responsabilidade de intervir no campo social e político”, porém, ao envolver-se com tal matéria, deveria fazê-lo “consciente de seus deveres para com Deus e os homens”.¹³⁷

É bom lembrar que esse discurso foi proferido na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, em 1966, durante um período em que o “povo”, ao qual o deputado se referiu, não escolhia o presidente da República. Aliás, o Brasil longe estava de ser um país democrático. Entretanto, Lauro Monteiro tentou persuadir os cristãos, sobretudo evangélicos, a envolver-se com a política e os movimentos sociais, mas dentro de outros parâmetros, que não entrariam em conflito com o governo militar.

Em outubro daquele mesmo ano, outro discurso de um deputado, dessa vez estadual, foi reproduzido nas páginas de *O Estandarte*. Carlos René Egg era membro da IPI da cidade de São Paulo e foi um dos parlamentares com maior exposição em *O Estandarte*, durante a ditadura militar. O texto reproduzido no jornal se dispôs a ser uma análise bíblica da situação mundial, principalmente chamando a atenção para o dever cristão de transformar o mundo por meio da aplicação dos princípios bíblicos. Segundo o parlamentar paulista,

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ Ibid.

a confusão universal não será superada pela adoção de qualquer nova ou antiga filosofia política que se implante, nem por leis de arrocho que governos promulguem, mas de indivíduos com mente nova, novos sentimentos, novo coração, reeducados para um mundo melhor.¹³⁸

O remédio para o analfabetismo, as guerras e toda a sorte de mazelas continuava sendo o mesmo: aceitar a Cristo. A pretensão de parlamentares evangélicos em querer transformar o mundo e o Brasil parece ter se reduzido, objetivamente, a orações, reuniões e almoços entre cristãos. É o que deixa transparecer uma extensa nota informativa sobre a participação de grupos parlamentares cristãos no Congresso Nacional, publicado em 31 de dezembro de 1967. Sob o título “Movimento sério de liderança cristã”, o jornal trouxe a notícia do “primeiro almoço presidencial de oração”, realizado no Palácio da Alvorada e que contou com a presença do general Costa e Silva.

Segundo a nota informativa, este grupo de parlamentares era filiado a um movimento denominado “Liderança Cristã Internacional” que, desde 1965, reunia-se regularmente na Câmara dos Deputados, às quartas-feiras, com a participação de cerca de vinte deputados, dos quais seis eram evangélicos.

O movimento propugna por uma liderança inspirada e conduzida por Deus, através de homens submissos a Cristo que ocupam posições de responsabilidade em todas as camadas sociais, neles desenvolvendo uma consciência da relevância de Jesus Cristo ao enfrentar os problemas de cada dia e nos encargos com a coletividade, e levando-os a revelar nas ações suas convicções cristãs.¹³⁹

Os parlamentares, tanto católicos quanto evangélicos, sabiam da importância de relacionar-se com o poder político do país. Esta proximidade com o executivo em seus diversos níveis – federal, estadual e municipal – não me parece ter contribuído para transformações no *status quo*, mas foi requerida, pelo menos da parte evangélica, como forma de alargar sua influência e presença no país.

Neste sentido, consta na Ata de 5 de fevereiro de 1966 da IPI de São Luís, no estado do Maranhão, que o Conselho da Igreja resolveu fazer uma visita ao recém-eleito governador do estado, José Sarney. Posteriormente, em dezembro de 1967, o Rev. Adiel de Figueiredo – pastor da IPI no Maranhão – escreveu um artigo no qual comentou, também, a administração de José Sarney.

¹³⁸ EGG, Carlos René. Discurso de deputado crente apresenta a Bíblia e agrada. *O Estandarte*, Ano 74, n.º 19, São Paulo, 15 de outubro de 1966, p. 08.

¹³⁹ MOVIMENTO sério de liderança cristã. *O Estandarte*, Ano 75, n.º 24, São Paulo, 31 de dezembro de 1967, p. 3.

O slogan de nosso governador é Maranhão Novo. Realmente o Maranhão passa por uma transformação muito grande. Rede elétrica e posteamento novos aguardando a energia de Boa Esperança. Rede hidráulica nova abastecendo toda a cidade. Todas as ruas asfaltadas. Novas estradas, e as velhas estão sendo asfaltadas, colégios construídos, etc. etc. Nosso governador, José Sarney, é jovem, culto, inteligente e um grande administrador. Tem feito uma verdadeira revolução na administração. O governo federal tem canalizado recursos para cá.¹⁴⁰

Mais curioso e surpreendente ainda é o entusiasmo a que chega o reverendo Adiel de Figueiredo: “a Igreja Presbiteriana Independente de São Luís, no terreno espiritual, marcha no passo do Maranhão Novo!”.¹⁴¹ Parece-me que ao se apropriar do slogan de campanha de José Sarney, o reverendo da IPI se identificou com as ações políticas que o governo do estado realizou naquele período, as quais, na opinião do pastor presbiteriano, eram uma “verdadeira revolução” na forma de se administrar o estado.

Entretanto, um dos grandes problemas que o governador José Sarney teve que enfrentar na sua administração foi a questão de terras no interior do Maranhão, sobretudo na região de Santa Luzia, distante cerca de 350 Km da capital, São Luís. Quando da promulgação da “Lei Sarney de Terras” (Lei n.º 2.979/69), que contribuiu diretamente para a abertura das fronteiras agrícolas do Estado do Maranhão para os grandes grupos agroindustriais e pecuaristas, uma série de conflitos sociais ocorreu entre os grupos de fazendeiros e famílias camponesas.

A principal liderança surgida no movimento camponês no estado do Maranhão foi Manoel da Conceição¹⁴² que, de cabo eleitoral de José Sarney nas eleições de 1966, tornou-se um de seus principais inimigos políticos, tendo, inclusive, atribuído a José Sarney o atentado que redundou na perda de uma de suas pernas.¹⁴³

No entanto, tais aspectos dessa dura realidade vivida por boa parte dos brasileiros não foi divulgada pela IPI, bem como pela maioria das igrejas evangélicas durante a ditadura militar. O que preponderou durante esse período, pelo menos nas páginas de *O Estandarte*, foram artigos simpáticos ao governo militar, criticando, sempre que possível, a oposição ao governo.

Nesse ambiente de adesão declarada ao governo, o presidente do Supremo Concílio da IPI, Daily Resende França, questionou as posições assumidas por D. Helder Câmara e seus

¹⁴⁰ FIGUEIREDO, Adiel de. Igreja de São Luiz do Maranhão. *O Estandarte*, Ano 75, n.º 24, São Paulo, 31 de dezembro de 1967, p. 10.

¹⁴¹ Ibid.

¹⁴² Sobre Manoel da Conceição, falarei de forma específica no segundo capítulo.

¹⁴³ UM MARANHENSE que a ditadura queria matar. *Vias de Fato*, 15 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.viasdefato.jor.br/index2/index.php?option=com_content&view=article&id=124:entrevista-manoel-da-conceicao&catid=43:entrevistas&Itemid=217>. Acesso em: 05 jan. 2015.

reais interesses.¹⁴⁴ Logo nas primeiras linhas do artigo, afirmava-se que D. Helder era uma das pessoas mais contraditadas no Brasil, não havendo uma opinião definida e definitiva a respeito deste, de modo que o reverendo se questionava: “Quem é D. Helder? Que pretende? Será ele um comunista ou um inocente útil?”.

Para Daily R. França, era impossível uma reflexão mais acurada a respeito de todas essas questões, sem que se levasse em conta a história da Igreja Católica. Ele afirmou que “a Igreja Romana é um Estado, o Estado do Vaticano” com território, constituição, sistemas político e econômico próprios, tendo, ao longo da história, procurado unir-se ao Estado em todas as partes do mundo, tornando seus sacerdotes em ministros de Estado e de culto, simultaneamente.

Os argumentos de Daily R. França chamavam a atenção ainda para a mudança de postura da Igreja Católica em relação aos protestantes – antes tratados “com luvas de box” (sic) e agora tratados com “luvas de pelica”.¹⁴⁵ Para ele, a mudança de tratamento levava em consideração o crescimento numérico dos evangélicos no Brasil, bem como revelaria uma tática da Igreja Católica em ocupar o poder estatal, valendo-se do momento de descontentamento e de injustiças pelo qual o país passava. A hipótese que o presidente do Supremo Concílio da IPI defendeu foi a seguinte:

O fato é que este Brasil imenso é hoje um bombocado para os colonialistas, sejam eles comunistas, americanos, europeus, ou romanos. Dentro desta perspectiva localizo D. Helder – é a ponta de lança, o balão de ensaio para uma possível presidência da República nas mãos do clero romano. Não me iludo. Fiz esse pronunciamento em Basiléia. E hoje um dos nossos jornais acaba de lançar a candidatura de D. Helder declarando-a apoiada por Juscelino Kubitschek. [...] Que acontecerá ao Brasil se D. Helder for um dia Presidente da República? A resposta está em Portugal e na Espanha, onde a Igreja Romana associada à mais cruel tirania não fala em reformas agrárias e muito menos em anistia. Será este o nosso futuro.¹⁴⁶

Na tentativa de demonstrar a lucidez de pensamento e coerência na hipótese, Daily R. França advertiu aos espíritos mais ingênuos de que o fato de D. Helder ser paraninfo¹⁴⁷ de

¹⁴⁴ Em 1967, dom Hélder Câmara era arcebispo de Olinda e Recife. Segundo Paulo César Gomes, em 1966 dom Hélder “foi alvo da perseguição do exército pernambucano quando se envolveu na publicação de um documento pela ACO [Ação Católica Operária], no qual criticava as condições de vida dos trabalhadores daquela região. Os militares o acusaram de ser subversivo e ameaçaram-no de prisão. GOMES, Paulo César. Op. Cit., p. 47.

¹⁴⁵ FRANÇA, Daily Resende. Dom Helder, a igreja romana e os evangélicos do Brasil. *O Estandarte*, Ano 75, n.º 24, São Paulo, 31 de dezembro de 1967, p. 7.

¹⁴⁶ Ibid.

¹⁴⁷ Trata-se de uma referência à escolha dos formandos da Faculdade de Teologia Metodista de São Paulo que, em dezembro de 1967, escolheram D. Hélder Câmara paraninfo da turma. Eu discuto sobre esse assunto no quarto capítulo.

uma turma de formandos evangélicos não iria mudar a mentalidade da Igreja Católica, e que se devia ficar atento ao “joguinho na direita e na esquerda” que D. Helder realizava no Brasil.

Os bispos que constituíram a ala progressista da Igreja Católica eram, de fato, uma preocupação para Daily R. França, que se acentuou em 1968. Não era para menos. As reverberações do Concílio Vaticano II, finalizado em dezembro de 1965, atingiram principalmente a América Latina, dando fôlego aos clérigos católicos identificados com os setores da esquerda e de oposição ao governo.

Logo no início de 1968, Daily R. França dirigiu-se contra o bispo de Santo André, no estado de São Paulo, dom Jorge Marcos, afirmando que, embora o clérigo católico tivesse ocupado com frequência as páginas de a *Última Hora*, após “a Revolução de março de 1964, D. Jorge passou a praticar com mais frequência o ofício do silêncio”.¹⁴⁸

O presidente do Supremo Concílio da IPI afirmou, ainda, que dom Jorge Marcos, após quatro anos de governo militar, resolveu aparecer e conceder entrevistas, porém, “sempre na linha de condenação ao Governo atual, no Brasil, ao ‘imperialismo norte-americano’ à ditadura que reina em toda a América Latina, excluída a de Fidel Castro”.¹⁴⁹

Na opinião de Daily R. França, o bispo de Santo André não somente era favorável à ditadura de Fidel Castro, em Cuba, como, também, à revolução armada, para a qual teria apoio, inclusive, do papa Paulo VI.¹⁵⁰ Segundo Daily R. França, “a ‘Revolução Armada’ a que se refere D. Jorge, são aquelas que estão em curso na Venezuela, na Bolívia, na Guatemala, no Peru e que, por algumas vezes, já tentaram implantar no Brasil desde a intentona comunista de 1935”.¹⁵¹ Dito isto, Daily R. França concluiu que:

Não é fomentando guerrilhas, como vinham fazendo seus nobres colegas expulsos da Guatemala, e muito menos promovendo a inquietação na mente do povo, mas pregando-lhes o verdadeiro Evangelho, o da Boa Vontade, do Perdão, do Amor, da Justiça, levando os homens a uma mudança de coração pelo poder do Espírito Santo. Esta é a nossa missão D. Jorge Marcos. Será esta, também, a mais perfeita “revolução” levada a efeito no mundo.¹⁵²

Parece-me muito claro a tentativa de desqualificar, perante a opinião pública, o clero católico, face à conjuntura nacional. De forma incisiva ou não, o fato é que a IPI pretendeu

¹⁴⁸ FRANÇA, Daily Resende. D. Jorge, a Revolução Armada e os apelos de Paz. *O Estandarte*, Ano 76, n.º 5, São Paulo, 15 de março de 1968, p. 2.

¹⁴⁹ Ibid.

¹⁵⁰ A afirmação de Daily França de que D. Jorge Marcos teria dito que o papa Paulo VI apoiava a Revolução Armada, se vale de uma entrevista que D. Jorge concedeu ao programa *Sinal Vermelho* da TV Rio e reproduzida no jornal *O Estado de S. Paulo*.

¹⁵¹ FRANÇA, Daily Resende. D. Jorge, a Revolução Armada e os apelos de Paz. *O Estandarte*, Ano 76, n.º 5, São Paulo, 15 de março de 1968, p. 2.

¹⁵² Ibid.

demonstrar que a Igreja Católica vivia uma crise de autoridade, além de permitir que parte de seu corpo eclesiástico assumisse posições de esquerda e expressasse opiniões políticas contrárias ao governo brasileiro. Eis aqui um aspecto que me parece ter sido ressaltado entre as igrejas evangélicas: que o sacerdote evangélico (pastor/reverendo/bispo) seria muito mais obediente à estrutura eclesiástica de sua igreja do que o católico. O sacerdote evangélico se submete à hierarquia de sua igreja, obedece às orientações e ordens institucionais, pois teme que a desobediência à instituição ou o desvio em relação às normas e condutas o tornariam um proscrito no meio evangélico.

Nesse ponto, a postura dos bispos católicos progressistas, principalmente na América Latina, foi diametralmente oposta. Na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), realizada em meados de 1968, na cidade de Medellín, Colômbia, pretendeu-se “fortalecer o posicionamento da instituição como uma terceira via entre o capitalismo liberal e o comunismo”.¹⁵³

Segundo Paulo César Gomes, o episcopado presente à II CELAM elaborou um documento que condenou as injustiças sociais que se manifestavam na América Latina. Por um lado, a posição oficial da CELAM era “abrandar o radicalismo revolucionário da região”, mas, por outro, promover “a libertação do homem das forças opressivas políticas e sociais, através de uma evangelização conscientizadora, que daria aos oprimidos a possibilidade de segurar as rédeas do próprio destino”.¹⁵⁴

Porém, os que tentaram segurar as rédeas do próprio destino no interior da IPI foram duramente combatidos. Na esteira dos movimentos estudantis que irromperam em maio de 1968 – cujo epicentro foi Paris, mas com reverberações em vários cantos do mundo – os estudantes do Seminário Teológico de São Paulo da Igreja Presbiteriana Independente resolveram levar algumas reivindicações à reitoria do seminário, provocando uma das maiores crises que aquela instituição de ensino presenciou em sua história.

A direção de *O Estandarte* tratou do assunto tentando relacioná-lo com o contexto da época. O texto que veio a público, em julho de 1968, iniciou com a seguinte frase: “os dias que atravessamos se caracterizam pelo espírito de rebeldia, principalmente por parte da juventude estudantil”.¹⁵⁵ Em seguida, destacou-se que os jornais que circulavam no país

¹⁵³ GOMES, Paulo César. Op. Cit., p. 49.

¹⁵⁴ Ibid.

¹⁵⁵ MANIFESTO da Faculdade de Teologia. *O Estandarte*, Ano 76, n.º 13, São Paulo, 15 de julho de 1968, p. 2.

vinham noticiando que nos últimos meses “por toda parte verificam-se distúrbios, manifestações turbulentas, passeatas e greve”.¹⁵⁶

Diante desse cenário turbulento, a direção de *O Estandarte* considerou que a “juventude idealista e inexperiente” estava sendo usada por “líderes esquerdistas, que se aproveitam do entusiasmo dos jovens” para assim “difundirem suas ideias revolucionárias, inspirando a intranquilidade, a insatisfação e, até mesmo, uma atitude de rebeldia”.¹⁵⁷ Nesse ponto, os redatores demonstraram, mais uma vez, o quanto estavam afinados com o governo militar:

A propósito disso, são oportunas as palavras do Senhor Presidente da República, Marechal Costa e Silva, em seu pronunciamento de 28 de junho, em Brasília, quando falava aos estudantes que participarão da nova “Operação Rondon”: “... a mocidade brasileira está servindo de biombo para homens sem escrúpulos, que tentam abrir um fosso entre governados e governantes”. Nessa mesma ocasião, reconheceu Sua Excelência, conforme divulgou a imprensa, a existência de grupos atuantes, responsáveis pela perturbação da ordem e da tranquilidade do país, especialmente ativos na crise estudantil.¹⁵⁸

A partir daí, os redatores de *O Estandarte* chamaram a atenção para o fato de que esse espírito de rebeldia havia se infiltrado na América Latina, tanto na Igreja Católica – a exemplo dos padres da Arquidiocese de Botucatu, São Paulo, que rejeitaram o arcebispo que lhes fora designado pelo papa – quanto nos seminários evangélicos.

Os redatores informaram que a Faculdade de Teologia da IPI “não escapou a essa onda de rebeldia” e que vários problemas de indisciplina foram objeto de inquérito por parte da Congregação da faculdade. Segundo a própria redação do jornal presbiteriano, “os moços começaram a falar de mudanças e reestruturações, pretendendo alterar o currículo, os programas, os métodos, os professores”.¹⁵⁹ Além disso, pretendiam criar no seminário um “clima de Universidade, com ‘livre ventilação de ideias’, sem o ‘policimento intelectual’ das autoridades da Igreja, a quem acusam de trazer ‘política eclesiástica’ para dentro da Faculdade”.¹⁶⁰

Na opinião da reitoria do seminário presbiteriano, os seminaristas resolveram deflagrar greve por não terem sido atendidos em todas as suas proposições, e decidiram também não comparecer aos exames previamente marcados no calendário acadêmico. Uma carta-manifesto assinada pelos revoltosos – 27 estudantes – foi entregue à direção do

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ Ibid.

¹⁵⁸ Ibid.

¹⁵⁹ Ibid.

¹⁶⁰ Ibid.

seminário. Contudo, o ato de indisciplina foi punido com a expulsão de todos os signatários do manifesto. A renovação da matrícula só foi concedida em casos particulares, após os devidos esclarecimentos e entendimentos dos envolvidos com as autoridades eclesiásticas. Entre os estudantes expulsos da Faculdade de Teologia, dois nomes posteriormente serão significativos para demonstrar as mudanças internas na IPI no período de redemocratização do país: Leontino Faria dos Santos e Leonildo Silveira Campos.¹⁶¹

Em um ambiente onde as práticas autoritárias se tornaram ainda mais agudas,¹⁶² o reverendo Josué Soares da Silva, em resposta a um artigo publicado por Gustavo Corção n’*O Estado de S. Paulo*, em 07 de dezembro de 1968, enfatizou que, no meio evangélico, o respeito às autoridades religiosas era muito grande, o que contribuía para menos “desvios” entre seus membros do que na Igreja Católica.

É claro que alguns pastores protestantes possam ter enveredado, ou estejam enveredando pelo caminho onde já se encontram figuras expressivas do clero romano. Mas aqui, Sr. Corção, as autoridades da Igreja ainda são ouvidas, os rebeldes ainda são contornados, o bom senso ainda prevalece e a obediência às autoridades constituídas, conforme nos manda a Bíblia, é considerada. [...] Rogamos a Deus que melhores dias venham em que cessem as insubordinações do clero romano, para que os seus líderes – ora perplexos desobedecidos, desorientados e apavorados com tantos e tão graves problemas, possam considerar com tranquilidade assuntos ainda mais importantes.¹⁶³

Assim, carregava-se na tinta vermelha sobre o clero católico. As atitudes de padres e bispos que se dispuseram a defender posições políticas mais progressistas, enfrentando o governo e a própria Igreja Católica, eram ressaltadas pelos presbiterianos. De outro modo, a IPI se aproximou ainda mais do governo militar, fornecendo, inclusive, quadros para sua administração.

¹⁶¹ No início da década de 1980, Leontino e Leonildo se envolveram numa articulação política no interior da IPI, que redundou na composição de uma chapa para disputar a Mesa Administrativa do Supremo Concílio, órgão máximo da IPI. Eles apoiaram o reverendo Abival Pires da Silveira para a presidência da mesa, que acabou vencendo a disputa. Mais adiante tratarei em específico desse assunto.

¹⁶² No dia 13 de dezembro de 1968, o Marechal Costa e Silva fez publicar o Ato Institucional n.º 5, sobrepondo-se à Constituição de 1967 e conferindo poderes extraordinários ao presidente da República, inaugurando a fase mais autoritária dos governos militares. Em julho de 1969, um núcleo militar de ação repressiva, criado em São Paulo na transição do governo Castelo Branco para o de Costa e Silva, ampliou-se “com um plano de combate às organizações de esquerda, conduzido pelo Exército e financiado por empresários, batizado de Operação Bandeirante (Oban). Ela consistia em conjugar energias das forças militares, das corporações policiais e dos órgãos de informação para localizar e destruir as organizações clandestinas. [...] A Oban beneficiou-se amplamente do Ato Institucional n.5 (AI-5), que decretou o fim do habeas corpus para crimes políticos e permitiu a simplificação dos tramites necessários à prisão de suspeitos.” JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 162.

¹⁶³ SILVA, Josué Soares da. Um pronunciamento imprudente. *O Estandarte*, Ano 77, n.º 3, São Paulo, 15 de fevereiro de 1969, p. 12.

Nesse ponto, Sérgio Paulo Freddi, jornalista, relator da Junta de Imprensa e Comunicação e diretor de *O Estandarte*, foi nomeado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, em 24 de junho de 1970, para chefiar a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), em São Paulo.¹⁶⁴

É curioso que *O Estandarte* não tenha publicado nada a respeito da nomeação de Sergio Paulo Freddi para este cargo de destaque na administração federal. Não houve qualquer publicidade sobre o assunto. Apenas um editorial, publicado um mês depois da sua nomeação, no qual, de forma abrangente e superficial, ressaltou-se que a IPI, “pela sua condição de igreja nacional, a serviço de Cristo em nossa pátria”, teve muitos homens que “foram e se transformaram em expoentes máximos, em muitas atividades marcantes da vida nacional, com influência até fora do país”.¹⁶⁵ Além disso, o editorial afirmou mais uma vez que a IPI

combateu filosofias estranhas de fundo materialista que, infiltrando-se nos meios estudantis do país, arrastava a juventude para a subversão e a desordem, e neste sentido, nunca pactuou com a baderna e anarquia provenientes da ação de agitadores profissionais, sem pátria e sem moral.¹⁶⁶

Concluindo que:

Neste combate, feito semanalmente dos púlpitos das suas igrejas, no esforço contínuo e continuado do ensino religioso, levou pessoas de todas as classes e condições sociais, a tomar uma posição corajosa, contra a subversão da ordem e a respeitarem, conscientemente as autoridades constituídas.¹⁶⁷

Este editorial evidencia dois aspectos que foram recorrentes no discurso das lideranças da IPI, principalmente durante a ditadura militar. O primeiro deles diz respeito ao enaltecimento que a IPI fez de sua origem, uma vez que a igreja nasceu da contraposição à influência norte-americana na administração das igrejas presbiterianas no Brasil. Sendo assim, a IPI acentuou seu caráter patriótico e nacionalista. Além disso, as lideranças da IPI destacavam seu combate ao materialismo, ao comunismo e ao marxismo, bem como a defesa das autoridades constituídas, sobretudo do governo que defendia a ordem e a moral. Houve,

¹⁶⁴ Cheguei a esta informação sobre a nomeação de Sergio Paulo Freddi, através do Requerimento n.º 113 de 1973, do deputado estadual Gióia Júnior, em que ele solicitou um voto de pesar pelo falecimento de Sergio Paulo Freddi, ocorrido em 6 de fevereiro de 1973. Em sua justificativa, Gióia Júnior expôs uma breve biografia de Sérgio Paulo Freddi, onde constava esta informação. DIÁRIO da Assembleia Legislativa. *Diário Oficial do estado de São Paulo*. São Paulo, 25 de abril de 1973, p. 61.

¹⁶⁵ DEUS, que vocaciona os homens, vai fixando a história através das relações humanas. *O Estandarte*, Ano 78, n.º 14, São Paulo, 31 de julho de 1970, p. 2.

¹⁶⁶ Ibid.

¹⁶⁷ Ibid.

portanto, uma ação consciente por parte das lideranças da igreja em demonstrar similaridades entre a IPI e os governos militares, que seria ratificada pela própria história da igreja.

Entre 1969 e 1974, na fase mais dura da ditadura, onde a tortura e o assassinato político tornaram-se política de Estado,¹⁶⁸ a IPI apoiou publicamente o governo militar sem qualquer constrangimento. É praticamente impossível deixar em suspenso que a IPI não soubesse que estava ocorrendo perseguições, assassinatos e torturas no Brasil, uma vez que presbiterianos compuseram quadros do governo federal. O que foi ressaltado constantemente nas páginas de *O Estandarte* durante esse período foi o sentimento nacionalista que permeava os presbiterianos.

A IPI de Brasília, por exemplo, levou o coral da igreja para entoar cânticos ao presidente Emílio Garrastazu Médici. Tal visita mereceu grande destaque no jornal presbiteriano, ocupando uma página inteira. Para o general presidente, “as regras da moral e da Igreja eram fundamentais para a vida da sociedade, alicerce sólido do grande edifício da Nação”.¹⁶⁹

Já em 1972, foi publicado n’*O Estandarte* uma mensagem, encaminhada pelo secretário geral da CEB, José Coelho Ferraz, ao presidente Emílio Garrastazu Médici, em razão dos 150 anos da Independência do Brasil. O secretário geral iniciou seu texto afirmando que a CEB representava os grupos religiosos a ela filiados e que aquela mensagem externava “o sentimento de júbilo incontido que inunda o nosso coração de evangélicos brasileiros pela passagem do sesquicentenário da Independência do Brasil”.¹⁷⁰ Sobre a situação do país, José Coelho Ferraz não poupou palavras elogiosas ao governo Médici, afirmando que:

De fato, é incontestável que o Brasil, na atualidade, trilha o caminho certo do progresso, dentro dum clima de ordem e paz, sob a liderança de um governo forte, capaz, respeitado e operoso como é o que Vossa Excelência preside com descortino e patriotismo. É júbilo que aumenta na medida em que nos certificamos de que a imagem projetada pelo Brasil para o exterior, imagem que lhe assegura respeito e uma posição de liderança entre as nações da terra e lhe granjeou elevado conceito e admiração, vai cada vez mais encontrando correspondência no crescente bem estar do povo brasileiro em todas as suas camadas, graças à tenacidade com que Vossa Excelência vem se desempenhando da sublime tarefa de fazer o homem brasileiro participante dos benefícios da civilização.¹⁷¹

¹⁶⁸ Sobre este assunto em específico, ver JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). Op. Cit., p. 158-171. A autora faz um breve percurso sobre o combate à oposição política ao governo militar, analisando a concepção do aparelho repressivo em fases distintas da ditadura.

¹⁶⁹ I.P.I. Central de Brasília canta para o presidente. *O Estandarte*, Ano 79, n.º 2, São Paulo, 31 de janeiro de 1971, p. 08.

¹⁷⁰ FERRAZ, José Coelho. Confederação evangélica do Brasil. *O Estandarte*, Ano 80, n.º 19, São Paulo, 15 de outubro de 1972, p. 4.

¹⁷¹ Ibid.

A mensagem de José Coelho Ferraz estava impregnada do contexto da época, em que se realçava o “milagre econômico” brasileiro. A política adotada pelo ministro da Fazenda, Delfim Netto, subsidiou várias áreas da economia – principalmente agricultura e exportação – e realizou o controle e administração de preços, além de criar um novo sistema de crédito ao consumidor.¹⁷²

A Independência do Brasil, na percepção do secretário geral da CEB, parecia estar de fato consolidada, tanto no plano político quanto econômico. Havia governo, ordem e progresso. O lema positivista utilizado na bandeira nacional não se reduzia mais a uma expressão vaga e filosófica circunscrita a determinada época, mas expressava a realidade do “Pra frente Brasil”, sobretudo entre aqueles que estavam sendo alcançados positivamente pelas mudanças econômicas.

Se, por um lado, o crescimento econômico do país sob a tutela dos militares ajudou a reforçar ainda mais o apoio da IPI e de outras instituições evangélicas em relação ao governo, por outro, as doutrinas religiosas disseminadas por estas instituições insistiam na obediência às autoridades políticas constituídas, como prolongamento da obediência a Deus. Por esta razão, José Coelho Ferraz, que também era membro da IPI de Campinas, São Paulo, afirmou que:

Manda reiteradas vezes o livro de Deus, a Bíblia Sagrada, norma e roteiro de nossa conduta como cidadãos duma pátria terrena, que respeitemos, honremos e obedeçamos as autoridades constituídas, porque o poder que elas exercem lhes veio de Deus, de quem são Ministros, e a quem terão de prestar contas.¹⁷³

E concluiu sua mensagem desejando ao general Emílio Garrastazu Médici o seguinte:

Receba, assim, Senhor Presidente, nesta data tão significativa para a nossa pátria estremecida, o caloroso aplauso pela sua obra patriótica de governo, o mais profundo reconhecimento pelos sacrifícios que essa obra lhe impôs, a indelével gratidão pelas bases sólidas dum futuro radioso que ela vem construindo e o cordial respeito pela sua figura de estadista, administrador e magistrado, aplauso,

¹⁷² A respeito das políticas econômicas realizadas durante a ditadura, ver LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). Op. Cit., p. 92-111. Segundo os autores, “mediante controle e administração de preços, um amplo sistema de incentivos e subsídios, e ação direta das estatais, o Estado passou a exercer comando quase absoluto sobre as principais decisões públicas ou privadas na área econômica”. Os autores também fazem a ressalva de que “o crescimento se fez acompanhar de um processo de concentração de renda que ocorreu por diversas razões, em especial pela política salarial restritiva que impedia a transferência dos ganhos de produtividade para os trabalhadores”.

¹⁷³ FERRAZ, José Coelho. Confederação evangélica do Brasil. *O Estandarte*, Ano 80, n.º 19, São Paulo, 15 de outubro de 1972, p. 4.

reconhecimento, gratidão e respeito que a Vossa Excelência tributam os oito milhões de patrícios seus de confissão evangélica.¹⁷⁴

As manifestações de apreço ao governo, em sua fase mais dura não pararam por aí. Para a IPI, não havia ditadura, repressão, coerção política ou cerceamento de direitos. O Brasil era um país livre, e os brasileiros gozavam de plena liberdade. Na opinião do reverendo da IPI de Belém, Aureliano Alves, o sistema político de governo era democrático e o país crescia a olhos vistos, graças à ação dos militares.

A rede do ensino oficial cresce dia a dia. Prédios e mais prédios são construídos no sentido de ampliar o movimento educacional no Brasil. Com a revolução de 1964, o progresso do Brasil é algo que se pode ver e sentir. Precisamos de desenvolvimento em todos os sentidos. Mas desenvolvimento só se consegue com um povo que sabe o que quer, com gente consciente, povo culto. Acima de tudo, porém, de toda a independência que já temos, de toda a liberdade que gozamos, está a liberdade espiritual.¹⁷⁵

No cenário elaborado pelo reverendo Aureliano Alves, não havia razões para contestar o governo ou em se indispor com o mesmo. Da educação à economia, os brasileiros estavam sendo alcançados pelo desenvolvimento empreendido por um governo cujo regime, na opinião do reverendo presbiteriano, era democrático.

Não cabe aqui fazer qualquer juízo de valor sobre a avaliação do reverendo Aureliano Alves a respeito do governo militar, sobretudo por que se trata de análise elaborada no calor da hora, baseada na experiência positiva que determinado segmento social brasileiro estava tendo com o governo militar. E é justamente nesse ponto específico que o artigo do reverendo Aureliano Alves se torna importante para compreender a conjuntura daquele período. Foram muitos os brasileiros que apoiaram a ditadura, pois, a despeito dos assassinatos, torturas e perseguições políticas, houve um período de euforia com a economia do país que permitiu a uma parcela da população brasileira o acesso a bens de consumo. Segundo Daniel Aarão Reis,

a verdade é que o *milagre*, embora gerando desigualdades de todo o tipo, sociais e regionais, fora capaz de beneficiar, de modo substantivo, muitos setores modernos. Consideráveis estratos das classes médias, por exemplo, com acesso ao crédito farto e fácil, puderam adquirir, em massa, a casa própria e o primeiro automóvel.¹⁷⁶

¹⁷⁴ Ibid.

¹⁷⁵ ALVES, Aureliano. Independência ou Morte – da Morte para a Vida. *O Estandarte*, 15 de fevereiro de 1973, p. 1.

¹⁷⁶ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.59.

Teologia e Vida

Ná uma tendência generalizada de equacionar as formulações doutrinárias com uma situação existencial. Significar isso que nossas conclusões teóricas a propósito de problemas humanos não podem e não devem ser o resultado de mera elaboração mental, fora dos quadros da vivência humana. Analisadas por este prisma, as várias esferas do pensamento, em suas conclusões só alcançam legitimidade quando resultantes de um relacionamento coerente com os dados imediatos da experiência. Por exemplo, as respostas que se dão às angustiantes indagações do espírito humano, para tornarem-se legítimas, não podem partir de elaborações teóricas decorrentes de meras raciocínios, mas devem refletir a dolorosa experiência dos séculos ante esses mesmos problemas. Porque a filosofia não é mais do que a própria vida. Assim também o direito, a educação, a literatura e a teologia. A teologia? Sim, também a teologia, considerada como reação do espírito humano aos dados da revelação.

Com efeito, várias são as definições que se podem oferecer ao fenômeno

teológico. Clássicamente se vem considerando a teologia como a ciência de Deus e de suas relações com o universo ou, em outras palavras, o estudo da realidade divina, em contacto com a realidade humana. Mas essa mesma realidade divina jamais poderá ser apreendida pela mente humana pelos processos normais do raciocínio por isso que por sua infinitude e perfeição está além e acima de nossa limitada compreensão. Deixei um novo conceito, que vem adquirindo foros de universalidade e que afirma ser a teologia e reflexão sistematizada em torno das verdades da revelação. Já se vê, pois, que não se pode fazer teologia fora dos quadros da revelação, poisquanto nenhuma verdade existe, a nenhuma conclusão teológica se pode chegar se pelo próprio Deus não for concedido ao homem.

As implicações deste conceito são mais amplas e profundas que podem parecer à primeira vista. Acostumados que estamos a formulações teológicas que acompanham os mesmos processos que foram a grandeza do racionalismo de tempos passados, vamos

imaginando progressivamente que a estrutura por nós elaborada é a mais coerente e possui eficácia tal que se coloca em pé de igualdade ou chega a ser superior àquilo que foi recebido por divina revelação. Não é esta, por vêzta, a experiência que se repete quando buscamos soluções para problemas meros no contexto da vivência atual? E não teria sido isso o processo evolutivo da formulação teológica católico-romana que culminou com a colocação da tradição no mesmo nível da Escritura?

Façamos, pois uma análise retrospectiva para indagar se, quando estamos empregando o método dedutivo, isto é, quando julgamos que nossa elaboração doutrinária é consequência lógica do texto exposto da Palavra de Deus, não estamos na realidade tentando fazer com que a Bíblia apenas corrobore as conclusões a que chegamos aprioristicamente. Diríamos até que isso não passa de uma reprodução de uma tendência agora generalizada de elaborarmos o sermão para depois procurarmos o texto bíblico que

(Continua na pág. 11)

O País Tem Novo Presidente

O país foi atingido por um movimento revolucionário de grandes proporções e que tem implicações muito profundas. Muita gente não entende porque se chamou movimento revolucionário, visto como não chegou a haver luta, Todavia, a verdadeira essência de uma revolução está muito menos no fato de haver preparativos militares e muito mais no fato de produzir alteração profunda numa determinada situação. E o que houve foi exatamente isso. Considerando que o antigo presidente da República não estava conduzindo-se com autenticidade, mas começava de levar o país a ruínas perigosas, tornando-se representante de uma ordem inconsistente, os grupos democráticos da oposição, contando com o apoio das Forças Armadas, provocaram mudança radical nos quadros políticos nacionais.

Posteriormente, o Alto Comando Revolucionário, assumindo a liderança definitiva da situação, deu a conhecer o Ato Institucional, figura jurídica por assim dizer inédita na realidade brasileira, que deu por iniciada uma nova ordem na evolução política, sendo certo que sua vigência será justificada até que se eliminem as causas que motivaram a revolução, isto é, o comunismo e a corrupção.

Temos justos motivos para aplaudir a ação revolucionária, acrescentando

que voto em muito boa hora, já que não mais era possível tolerar uma situação que seria o caos e a ruína, por isso que os princípios morais da autoridade iam progressivamente desaparecendo. Ora, como representantes que somos de uma ordem social estável, não podíamos ver com bons olhos a inversão de valores e o descalabro político e moral, sem como a subversão da ordem estabelecida. E estamos a cavalariar para colocarmos-nos em condição de aplaudir, desde que a Igreja a que pertencemos não no passado e reiterou recentemente sua posição intransigentemente anticomunista. Aliás, nossa declaração de princípios foi reproduzida pelas pastores da Primeira e da Terceira Igrejas, acompanhada de breve justificação, quando ainda estávamos na fase em que a vitória, embora certa, não estava consolidada.

Por outro lado, quanto às ações pela moralização das instituições, tocamos telerar que sempre foi nossa preocupação. Com efeito, outra não é a nossa mensagem senão a proclamação de que não poderá haver estabilidade democrática e por isso mesmo não poderá haver corrupção enquanto a corrupção for a dominante de grande parte da vida política. Fomos sempre ansiosos de uma ordem democrático-representativa, mas nunca deixa-

mos de reconhecer que, muitas vézta, têm sido os mesmos membros dos parlamentos os responsáveis pela perda da confiança popular, quando deixam de olhar para os altos interesses nacionais e passam a agir movidos por preocupações imediatistas e utilitaristas. Deixei representar a concessão de mandatos e de direitos políticos de comunistas e corruptos mediou a consideração de grande alcance.

Não podemos, entretanto, deixar de chamar a atenção para um perigo iminente. A luta contra o comunismo e contra a corrupção é imperiosa e deve realçar-se implacavelmente, mas não pode desviar-se para a perseguição que, sob rótulo falso, se faça para fins políticos. Poderá dar-se o caso de ser perseguido o pequeno falto de recursos e ficar imane o corrupto que tem o poder nas mãos. É evidente que a revolução não visa a indivíduos ou a grupos em particular, mas a objetivos bem definidos e é dentro dessa situação que estamos aplaudindo o movimento revolucionário.

Nesta altura, podemos afirmar que há governo nesta terra. Temos um homem de autoridade e austeridade para dirigir o leme do grande barco. Confiamos em sua ação administrativa e em seus propósitos moralizadores. Sobre tudo cremos: Deus guarde o Presidente. Deus salve a pátria.

Fig. 1 - Reportagem: "O País tem novo presidente". Assim a IPI informou os presbiterianos da mudança na presidência da República. *O Estandarte*, 15 e 30 de abril de 1964, p. 2.

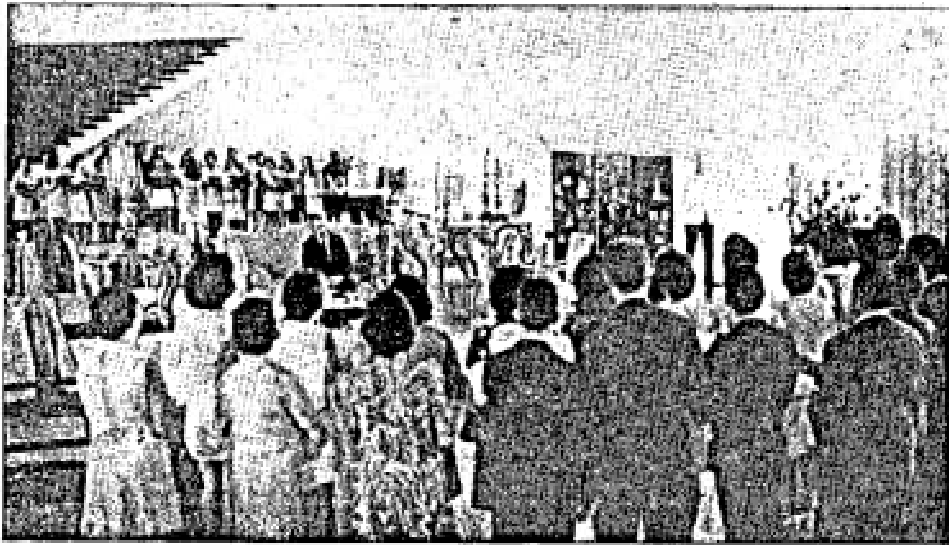
O ESTANDARTE

ANO 79 | São Paulo, 31 de janeiro de 1971 | N.º 2

SR. AGENTE: Queira de-
ver este jornal à Caixa 308
— São Paulo, não sendo en-
contrado o destinatário.

FORTE PAGO

O Côro e o Presidente Médici



I. P. I. CENTRAL DE BRASÍLIA CANTA PARA O PRESIDENTE

Em seu repouso nos dias que marcaram as festas de fim-de-ano, o Presidente Médici recebeu, no Palácio da Alvorada (1969), a visita do Côro da Igreja Presbiteriana Independente Central de Brasília, que cantou para o chefe da Nação músicas de Natal, sob a regência do Professor Roberto Damasceno Mazzali Seixas. O pastor da Igreja, Rev. Sebastião Gomes Moreira, que estava presente, fez a entrega ao Presidente Garrastazu Médici de um disco "long-play", com músicas religiosas, gravado pelo próprio Côro, e proferiu uma oração intercessória, em favor da Pátria, do Presidente Médici e de toda a sua equipe de Governo. O Professor Eraldo A. de Carvalho, que é membro do Côro, fez a apresentação dos componentes do conjunto, ressaltando os diferentes profissões de cada um, mas todos com o mesmo espírito de unidade, de fé, servindo a Deus, e à Pátria, com suas vozes. O Presidente, após agradecer a visita, ofereceu a todos um refrigerante e café, conversando ainda durante algum tempo com cada um, ressaltando o valor da religião na vida do homem, e manifestando o seu desprendimento porque os homens, hoje em dia, cada vez mais procuram fugir das pequeninas regras da moral e da Igreja, regras essas que são fundamentais para a vida da sociedade, ofereceu o disco ao grande edifício da Nação. Por não existir problemas com que nos dias desses dias, tanta falta de compreensão e de amor. O Presidente considerou aquele grupo muito bem representativo da família, que é o fundamento da sociedade, afirmando que esta unidade de fé cristã une os corações, e manifestou-se profundamente agradecido a Deus porque teve encontrado em seus Ministros esta unidade, compreensão e perfeito entendimento.

Um dia coristas trabalha na Presidência. A fé, quando suprimirmos a todos, o Presidente Garrastazu Médici disse: "Então você tem muita esta quantidade, hein? e eu não sabia. Agora sei." Mais tarde, no decorrer da conversa in-

formal, disse ao Rev. Sebastião Gomes Moreira: "Talvez eu ainda tenha a praticar essas obras." Escusado dizer que os coristas logo se colocaram inteiramente à disposição do Presidente.

O clichê nos mostra um aspecto da visita, no salão em que o Côro da I. P. I. Central de Brasília cantava no Alvorada. Na sala onde todos estavam há um enorme espelho. A foto foi feita por trás do Côro, por isso parte dos seus membros é vista de costas. Ao fundo, refletido no grande espelho, vê-se o grupo de frente. Encostado no espelho está um sofá, onde se vêem o Presidente Garrastazu Médici, de escuro, e sua esposa, D. Syla Médici.

D. Syla Médici foi pródiga em elogios. Perguntou à Sra. Roberto Damasceno Mazzali Seixas: "Você não mal na boca de cada um? São cantam tão doce?" E, dirigindo-se ao marido: "Pena que a família esteja fora, não é? Todos vão um armar maravilhoso, não acham?"

A fé do Côro no Alvorada era apenas uma visita. E visita rápida, como foram rápidas as visitas feitas pelo Côro a 29 apartamentos da cidade, onde receberam trindades que frequentam pouco a Igreja ou amigos distantes da doutrina cristã. Essas visitas concluíram apenas de cânticos de dois membros de Natal, após apertar a compreensão, e de uma oração feita pelo pastor, à porta, sem que se entrasse no caso. Tudo isso apenas duas semanas. A visita ao Palácio do Alvorada foi praticamente combinada. Ali o momento surpresa não poderia mesmo prevalecer. Mas tanto o Presidente e sua esposa, D. Syla, como seus auxiliares revelaram-se surpresos com a simplicidade da visita. Foi esse Côro que ofereceu ao Presidente Médici o disco "Vozes ao Senhor a Cristo", o que ainda serve para demonstrar a quanto de responsabilidade tem a Igreja Central de Brasília. Um tipo de responsabilidade diferente das demais Igrejas de Brasil.

Fig. 2 – Reportagem: "O Côro e o presidente Médici". Em primeira página uma foto da apresentação do Coral da IPI de Brasília. Médici e a esposa receberam os presbiterianos no Palácio da Alvorada para a apresentação. *O Estandarte*, 31 de janeiro de 1971, p. 11.

Portanto, mesmo durante a fase dura da repressão militar, houve quem estivesse mais preocupado com a trama da novela *Selva de Pedra*¹⁷⁷ do que com o que estava ocorrendo nos porões da ditadura. Como bem destaca Daniel Aarão Reis, “desde que esse jogo sujo passasse fora das vistas e longe dos ouvidos, nas celas imundas de fedor e de sangue, porém fechadas e bem guarnecidas por isopor à prova de som, sempre seria possível sustentar que os excessos eram ignorados e a sociedade, inocente”.¹⁷⁸

Se, por um lado, a IPI apoiou oficialmente a ditadura, por outro, serviu-se dos governos militares para expandir-se. Diferentemente dos padres e bispos católicos que eram vistos com suspeita por parte dos militares, os pastores evangélicos da IPI eram, em sua maioria, apoiadores do regime e potenciais colaboradores nas políticas empreendidas pelo governo.

Nesse sentido foi que o reverendo Antônio Miguel dos Santos, pastor da IPI de Araraquara, São Paulo, condenou não somente o ecumenismo como, principalmente, a postura política da Igreja Católica. Para o reverendo, “A Igreja não deve entrar no setor social para resolver os problemas aí existentes. Ela nunca foi, não é e jamais será uma instituição social.”¹⁷⁹

Ainda segundo Antônio Miguel dos Santos, a igreja, fosse ela Católica ou evangélica, deveria preocupar-se apenas com a “salvação dos pecadores”, pois “Jesus não mandou seus discípulos fazerem obra de assistência social. Elas aparecem como decorrência da pregação do evangelho e não como meio de pregar o evangelho”.¹⁸⁰ Desse modo, se tentava deslegitimar o evangelismo católico baseado na assistência social, ao mesmo tempo em que se apresentava a IPI como fiel cumpridora da missão divina, pois

quanto aos problemas econômicos da sociedade, o Estado se incumbirá de resolvê-los; e os problemas espirituais só a igreja poderá resolvê-los. Os líderes religiosos precisam saber que a Igreja não é o Estado e o Estado não é a Igreja. São duas coisas completamente distintas no que tange à sua função, embora não sejam antagônicas; uma pode auxiliar a outra, quando cada uma age no seu setor.¹⁸¹

Essa clara distinção sobre o que caberia à igreja e ao Estado, contribuiu em muito para que durante a ditadura militar a IPI reforçasse missões evangélicas destituídas de

¹⁷⁷ A telenovela “Selva de Pedra” foi exibida pela Rede Globo, em seu horário nobre, às 20h, entre abril de 1972 e janeiro de 1973. A saga de Cristiano Vilhena, o filho pobre de um pastor evangélico, obteve uma das maiores audiências da história da televisão brasileira, até então.

¹⁷⁸ REIS, Daniel Aarão. Op. Cit. p. 53.

¹⁷⁹ SANTOS, Antônio Miguel dos. Seria o ecumenismo a solução para a igreja?. *O Estandarte*, Ano 81, n.º 3, São Paulo, 15 de fevereiro de 1973, p. 4.

¹⁸⁰ Ibid.

¹⁸¹ Ibid.

qualquer caráter político-social, garantindo assim o livre trânsito de seus membros. Algumas ações do governo federal foram vistas como oportunidade à expansão da IPI no Brasil. Exemplo disto foi a emigração de brasileiros para a região de Rondônia, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Ryoshi Iizuka, pastor-missionário da IPI de Mauá, destacou a necessidade de a IPI se fazer presente no território de Rondônia, junto aos lavradores, inclusive para auxiliá-los na administração das glebas de terra que estavam sendo distribuídas. Segundo Ryoshi Iizuka,

um agricultor casado recebe do INCRA, cem hectares, mais que quarenta alqueires paulistas. Pode derrubar sua metade para transformá-la em lavoura. Quantos anos levará o agricultor de poucos recursos para transformar em lavoura e pasto mais de 20 alqueires? É uma fortuna. É uma oferta jamais havida (sic) que o Governo Federal sustenta.¹⁸²

No decorrer do seu artigo, o pastor presbiteriano ressaltou a oportunidade de a IPI “elaborar e construir um organismo que atue eficientemente, visando ao futuro próximo da nossa administração eclesiástica”,¹⁸³ no sentido de organizar um campo missionário. Segundo Ryoshi Iizuka, “a missão organizará também uma empresa agro-pecuária e talvez comercial, para dentro de certo prazo, digamos, dez anos, poder produzir recursos financeiros para a ampliação sistemática dos nossos trabalhos em diversos pontos do território”.¹⁸⁴

Leitura diametralmente oposta faziam os bispos católicos progressistas a respeito do processo de ocupação de áreas rurais, sobretudo na região da Amazônia. O bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, notabilizou-se pelas denúncias que encampou sobre as expropriações que índios e camponeses sofreram no processo de ocupação da Amazônia. Em 1971, dom Pedro Casaldáliga difundiu uma carta pastoral, em que denunciava a escravidão, as injustiças e perseguições praticadas pelos senhores de terras contra posseiros e índios da região.¹⁸⁵

Eram dois “Brasis” bem distintos sob a ótica de quem o enxergava. Para a IPI, a política fundiária do governo federal era legítima, adequada e trazia oportunidades não somente aos assentados, como, também, à própria igreja. Para os bispos católicos progressistas, era uma política criminosa, que contemplava apenas os grandes interesses,

¹⁸² IIZUKA, Ryoshi. O desafio da obra missionária. *O Estandarte*, Ano 81, n.ºs 21 e 22, São Paulo, 15 e 30 de novembro de 1973, p. 12.

¹⁸³ Ibid.

¹⁸⁴ Ibid.

¹⁸⁵ Sobre este assunto, ver GOMES, Paulo César. Op. Cit. No capítulo dedicado particularmente à atuação dos bispos e às questões fundiárias, o autor analisa a atuação do bispo catalão dom Pedro Casaldáliga quando esteve à frente da Diocese de São Félix do Araguaia, entre 1971 e 1981. Segundo Paulo César Gomes, “dom Pedro envolvia-se com a orientação política dos fiéis, pressionava o governo pela concessão da anistia e por mais liberdade política, encontrava-se com estudantes, fazia discursos em favor dos pobres e dos índios e criticava publicamente o sistema capitalista”.

sobretudo dos latifundiários e a indústria agroexportadora, tendo como uma de suas consequências a expropriação de índios e camponeses de suas terras.¹⁸⁶

1.3. A IPI e a crise da ditadura: distensão e redemocratização

O período que vai de 1974 a 1985 é conhecido na historiografia brasileira, que trata da ditadura, como um período de distensão, abertura política e redemocratização do país. Para a historiadora Maria Paula Nascimento Araújo, trata-se de um período de “resistência e luta democrática”, que se distinguiu radicalmente do momento anterior, caracterizado por uma tática de enfrentamento armado ante um governo extremamente repressor.¹⁸⁷

Com a posse do general Ernesto Geisel na presidência da República, o projeto de distensão política, idealizado por ele e pelo general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil, tentou reconduzir o país ao estado de direito por meio de uma abertura “lenta, gradual e segura”. Entretanto, como adverte Maria Paula Nascimento Araújo, “o projeto de abertura político era, portanto, extremamente relativo, ambíguo, e, mais do que tudo, incerto”.¹⁸⁸

Isto porque, *pari passo* à abertura propugnada por Geisel, a repressão continuou a se fazer sentir através de prisões, torturas e assassinatos de quem insistiu em desafiar o poder dos militares.¹⁸⁹ Mas, para a IPI, a eleição de Ernesto Geisel representou, principalmente, a ascensão de um evangélico ao posto máximo da república brasileira.

Em junho de 1974, a IPI publicou uma nota n’*O Estandarte* fazendo um apelo a todas as igrejas evangélicas para que “orem em favor do nosso presidente e dos demais dirigentes deste grande País, para que Deus os abençoe e os inspire, dando-lhes sabedoria para governar com amor, com justiça, liberdade e fraternidade cristã”.¹⁹⁰ Naquela mesma edição, reproduziu-se trecho de uma matéria publicada originalmente na *Folha de S. Paulo*, em 16 de março de 1974, em que se destacou a presença de autoridades evangélicas na posse de Geisel.

¹⁸⁶ É sempre importante ressaltar que nem todos os presbiterianos tiveram a mesma visão sobre as questões sociais. Segundo a historiadora Elizete Silva, o reverendo “João Dias de Araújo já tinha experiência com as questões da posse da terra, quando pastoreou em Pernambuco e participou de várias ações políticas com Francisco Julião, o líder das ligas camponesas no Nordeste”. SILVA, Elizete. Op. Cit., p. 196.

¹⁸⁷ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). Op. Cit., p. 321-353.

¹⁸⁸ Ibid., p. 325.

¹⁸⁹ Ibid. Nesse ponto, Maria Paula Nascimento Araújo chama a atenção para os assassinatos políticos que ocorreram durante o período de 1974 a 1979: Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz, em 1974; Vladimir Herzog, em 1975; Manoel Filho, Pedro Pomar (militantes do PCB e do PC do B, respectivamente) e Zuzu Angel (estilista que denunciou o desaparecimento de seu filho Stuart Angel), em 1976; Santo Dias da Silva (operário), morto num piquete da greve dos metalúrgicos, em 1979.

¹⁹⁰ OREMOS pelo nosso presidente!. *O Estandarte*, Ano 82, n.º 12, São Paulo, 30 de junho de 1974, p. 5.

Na primeira fila de poltronas à direita da mesa, ficaram entre outros, o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General Humberto de Souza Melo e o Secretário-Geral do Exército, general Daltro Santos. Ao vê-los, o deputado Daso Coimbra foi cumprimentá-los: “Vejam só – brincou o general Humberto – estamos aqui três brasileiros e, se se fizesse uma estatística, diriam que cem por cento do Brasil é Protestante”.¹⁹¹

A redação do jornal explicou o cálculo estatístico elaborado, rapidamente, pelo general Humberto de Souza Melo:

Assim se referiu, pelo fato de os três serem Protestantes: Ele, o general Humberto de Souza Melo, é membro da Igreja Batista; o general Daltro Santos, da Igreja Metodista e o deputado Daso Coimbra, da Igreja Congregacional. O Presidente Ernesto Geisel é membro da Igreja Luterana. Como vemos, Deus tem colocado seus servos em posição de destaque em nosso país.¹⁹²

E concluiu que,

muitas igrejas não gostam de falar em política, mas achamos que já está no tempo de nossos pastores orientarem seus membros (não na hora dos serviços religiosos) quanto à maneira de votar em candidatos evangélicos. Precisamos muito de homens crentes e consagrados, dentro das Assembleias, Câmaras e Senado. Os evangélicos devem assumir cargos importantes no governo, onde terão oportunidade de testemunhar de Cristo e defender os direitos dos Cristãos em qualquer necessidade que surgir.¹⁹³

Alguns aspectos dessa matéria são relevantes para se compreender a mudança na linha editorial que *O Estandarte* teve a partir de 1974, bem como as transformações no interior da IPI. O primeiro deles é a perspectiva da IPI sobre sua relação com o poder. Para as lideranças presbiterianas, a participação política de evangélicos em cargos de direção no país era motivo de orgulho e deveria ser fomentada entre os fiéis da igreja. A presença coincidente de quatro evangélicos – um presidente da República, dois generais e um deputado federal – em espaços de poder, coloca em suspenso a noção de que até meados da década de 1980 os evangélicos viveram no Brasil evitando envolver-se com política.

O ascetismo religioso *à brasileira* experienciado pelas igrejas evangélicas, mesmo aquelas reformadas, não me parece ter implicado ou conduzido, necessariamente, os membros dessas respectivas igrejas a um afastamento da política. O que me parece ter preponderado no interior da maioria das igrejas evangélicas, a exemplo da IPI, foi um comportamento conservador; mas, que permitiu o envolvimento de evangélicos com a política – partidária ou não –, desde que não viessem a questionar o *status quo*.

¹⁹¹ UM FATO interessante. *O Estandarte*, Ano 82, n.º 12, São Paulo, 30 de junho de 1974, p. 5.

¹⁹² Ibid.

¹⁹³ Ibid.

O segundo ponto a ser considerado, e que se relaciona diretamente com o primeiro, é a ênfase que a redação de *O Estandarte* confere à necessidade de os evangélicos ocuparem cargos importantes no governo, inclusive os eletivos. Na historiografia sobre o protestantismo no Brasil, consolidou-se a noção de que até a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, formada por deputados federais e senadores eleitos em 1986, os evangélicos caracterizavam-se por seu absenteísmo político. A frase bíblica “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, foi adotada como chave explicativa para este não envolvimento.

Este tipo de análise talvez seja coerente para entender o comportamento político entre evangélicos brasileiros na primeira metade do século XX. Entretanto, não me parece que se aplique em relação ao comportamento dos evangélicos entre 1964 e 1985, onde foi visível o acentuamento da presença deste segmento religioso no cenário político brasileiro. Tome-se como exemplo o presbiteriano Eraldo Gueiros Leite, membro da ARENA e que foi eleito governador de Pernambuco pela Assembleia Legislativa do estado, em 1970, exercendo seu mandato entre 1971 e 1975.

Durante o governo do general Ernesto Geisel, os presbiterianos mantiveram-se favoráveis ao governo militar. Para Carlos Grassi, seminarista presbiteriano de Araraquara, os brasileiros, indistintamente de sua condição econômica, social ou política, viviam “num país livre, em que a paz tem sido uma virtude característica, assegurando tranquilidade a todos”.¹⁹⁴ Num editorial de julho de 1976, a IPI trouxe à memória de seus leitores a decisão tomada pelo Supremo Concílio em janeiro de 1963, reafirmando sua posição favorável ao movimento de março de 1964, pois “a subversão tenta novamente infiltrar-se e agora o faz sorateiramente, tentando colocar dentro da lei, as forças do terror e da destruição”.¹⁹⁵

Em outubro desse mesmo ano, os presbiterianos da IPI da cidade de Jaú, São Paulo, homenagearam o presidente Geisel, entoando, nas escadarias do templo, um hino religioso, do qual se destacou este trecho: “ao chefe da nação, outorga a direção do teu amor. Guia-o pra te servir e no eternal porvir, de ti gostoso ouvir doce louvor”.¹⁹⁶ Um ano depois, outro editorial da IPI condenava, mais uma vez e de forma veemente, o comunismo, destacando que:

O uso do terror e da força bruta, tão comum nos que defendem esta ideologia, produz o caos, a desordem e semeia a morte e a miséria por toda a parte, dividindo família, jogando pais contra filhos, irmãos contra irmãos, na faina diabólica de DIVIDIR para dominar. Numa casa em desordem, aí é o campo onde prolifera e

¹⁹⁴ GRASSI, Carlos. O cristão e a pátria. *O Estandarte*, Ano 82, n.º 18, São Paulo, 30 de setembro de 1974, p. 16.

¹⁹⁵ A IPI orienta evangélicos do Brasil face a movimentos políticos que ferem a democracia brasileira, firmando princípios. *O Estandarte*, Ano 84, n.º 13, São Paulo, 15 de julho de 1976, p. 2.

¹⁹⁶ PRESBITERIANOS homenageiam Geisel em Jaú. *O Estandarte*, Ano 84, n.º 19, São Paulo, 15 de outubro de 1976.

medra a erva daninha da filosofia comunista, marxista, transformando-se em foco de radiação da mais pernicioso política doutrinária que poderia chegar ao mundo.¹⁹⁷

Enquanto a maioria dos presbiterianos aplaudia o presidente Geisel e sua luta contra o comunismo, outros eram perseguidos pelo governo que iniciou, paradoxalmente, o processo de reabertura democrática. Foi o caso de Lysâneas Maciel,¹⁹⁸ evangélico e líder leigo na Igreja Presbiteriana do bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro.

Lysâneas fazia parte do grupo denominado “autêntico”¹⁹⁹ do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foi reeleito deputado federal em 1974 pelo novo estado que resultou da fusão da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro. Sua atuação na Câmara dos Deputados foi marcada pela denúncia de violação dos direitos humanos no Brasil.

Em março de 1976, Lysâneas proferiu um discurso na Câmara Federal contra as cassações dos deputados Amauri Müller e Nadir Rosseti, ambos do MDB gaúcho. Na ocasião, discutiu com o deputado Cantídio Sampaio, da ARENA, acusando-o de torturador e, ainda, de que o Congresso contracenava com uma farsa ditatorial instalada havia doze anos. No dia seguinte ao seu discurso, Lysâneas Maciel foi cassado, em 1º de abril de 1976. Entretanto, mesmo tendo sofrido a cassação de seu mandato, ele passou a receber ameaças à própria vida, o que o levou a exilar-se com a família na cidade de Genebra, Suíça, cooperando com o Conselho Mundial de Igrejas, reduto da maioria dos protestantes brasileiros exilados.²⁰⁰

¹⁹⁷ É PREFERÍVEL ganhar o pão com sacrifício, num regime livre, do que ganhá-lo fácil num regime escravo. *O Estandarte*, Ano 85, n.ºs 19 e 20, São Paulo, 15 a 31 de outubro de 1977.

¹⁹⁸ Lysâneas Dias Maciel nasceu em Patos de Minas (MG), em 23 de dezembro de 1926. Formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, em 1951. Após o golpe de 1964, assumiu, na condição de advogado, a defesa de presos políticos e dos direitos humanos no Brasil. Filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e, em 1966, foi candidato a deputado federal pela Guanabara, mas só conseguiu a suplência. Nas eleições de novembro de 1970 conseguiu se eleger deputado federal pela Guanabara, na legenda do MDB. Em 1971, organizou, juntamente com os deputados Francisco Pinto, da Bahia, e Marcos Freire, de Pernambuco, o grupo denominado “autêntico” do MDB, que definia como seu objetivo principal “combater o imobilismo da cúpula partidária”. Foi reeleito deputado federal, em 1974, e cassado em 1976. Exilou-se na Suíça e retornou ao Brasil em junho de 1978, participando ativamente da campanha pela anistia aos presos e perseguidos políticos. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em outubro de 1981, disputando o governo do estado do Rio de Janeiro nas eleições de 1982, porém saiu derrotado por seu grande amigo e outrora aliado político, Leonel Brizola. Em 1986, filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), sendo eleito deputado federal constituinte pelo Rio de Janeiro. Candidatou-se à reeleição para deputado federal novamente pelo PDT, mas obteve apenas uma suplência. Em outubro de 1996, disputou pelo PDT uma vaga de vereador à câmara municipal do Rio de Janeiro, sendo eleito. Porém, em 6 de dezembro de 1999, veio a falecer, no Rio de Janeiro, no exercício do mandato de vereador. Fonte: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. Dados biográficos de Lysâneas Maciel. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

¹⁹⁹ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). Op. Cit. A autora ressalta que esse grupo autodenominado de “oposição autêntica”, era constituído por deputados mais identificados com as posições de esquerda.

²⁰⁰ Sobre a cassação de Lysâneas Maciel e sua trajetória política, ver mais em REZENDE, Jonas. *E Lysâneas disse basta!* Rio de Janeiro: Mauad, 1999. Trata-se, na opinião do próprio autor, de um esboço biográfico a respeito de Lysâneas Maciel, ressaltando alguns aspectos de sua atuação política.

Um parlamentar evangélico cassado por um presidente também evangélico que passou à história como sendo o responsável pelo processo de reabertura política no Brasil. Aqui um belo exemplo das contradições e ambiguidades que caracterizaram a história política brasileira recente.

No segundo semestre de 1977, o general Ernesto Geisel se fez presente ao 8º Encontro Nacional de Oração, promovido pelo grupo Parlamentar Cristão, uma espécie de bloco parlamentar que reunia deputados e senadores, tanto de origem evangélica quanto católica, no Congresso Nacional. Não se tratava, portanto, de uma bancada evangélica que atuasse politicamente organizada no Congresso, mas de um grupo que, mantendo vínculos religiosos, por vezes, teve posições políticas convergentes.

Naquela oportunidade, o deputado federal Aldo Fagundes – filiado ao MDB do Rio Grande do Sul, membro da Igreja Metodista e diretor do Instituto Metodista de Ensino Superior em São Bernardo do Campo, São Paulo – proferiu discurso que foi reproduzido n’*O Estandarte*, do qual destaco o seguinte trecho: “se, por um lado, o apóstolo Paulo prega que devemos ser submissos às autoridades constituídas, na carta aos romanos ele define ‘autoridade’ como ‘ministro de Deus’, isto é, serve de Deus ‘para o bem da comunidade’”.²⁰¹ O tom em relação ao governo mudou, ainda que sutilmente.

A expressiva vitória eleitoral do MDB conferiu ao partido uma posição de protagonista no campo das disputas políticas contra o governo militar. O cenário nacional se modificou bastante no interregno de 1974 a 1977, com o recrudescimento das lutas democráticas. Passeatas e atos públicos tornaram-se cada vez mais recorrentes e demonstravam o descontentamento de parte significativa da sociedade com a ditadura militar. As manifestações, sobretudo de estudantes, ganharam as ruas das principais capitais do Brasil, bem como a simpatia da opinião pública. A IPI, por sua vez, não passou incólume diante das convulsões sociais que transformaram o Brasil no final da década de 1970.

Em maio de 1978, o reverendo Antonio Miguel dos Santos, da IPI de Araraquara, São Paulo, afirmou de maneira contundente que não via nenhum mal na política e que “o mal está nos políticos não vocacionados, aqueles que se deixam levar pelo engodo da paixão política”.²⁰² Dando claros sinais da mudança que estava ocorrendo no interior da IPI, Antonio Miguel dos Santos expôs que “até agora a posição de nossa igreja, quanto à vida política, tem sido cem por cento negativa”, pois, para ele, “criticar e ficar só dentro das quatro paredes das

²⁰¹ GEISEL prestigia encontro nacional de oração. *O Estandarte*, Ano 85, n.ºs 21 e 22, São Paulo, 15 e 30 de novembro de 1977, p. 5.

²⁰² SANTOS, Antônio Miguel dos. Seria a política um mal? *O Estandarte*, Ano 86, n.º 9, São Paulo, 15 de maio de 1978, p. 3.

igrejas cantando os belos hinos e pedindo a Deus que transforme o mundo, sem sair para a luta, não deve ser a posição da Igreja de Cristo”.²⁰³

Para o pastor da IPI de Araraquara, os presbiterianos deveriam disputar cargos para o parlamento estadual e federal, para que assim mudasse o quadro do país “ao substituir os corruptos da política, ocupando os seus lugares de comando”.²⁰⁴ Mas, para alcançar tal objetivo, era preciso superar, na opinião de Antonio Miguel dos Santos, a visão da igreja, onde “os pastores têm medo de falar sobre política às suas ovelhas, e quando estas vão votar, quase todas desorientadas, votam, como eu mesmo já votei, em candidatos corruptos, como dizem, sem saber qual a sua religião”.²⁰⁵

A direção de *O Estandarte*, sinalizando uma mudança em sua linha editorial, chamou a atenção dos seus leitores para a proximidade das eleições no Brasil, ressaltando que “a comunidade cristã está inserida na comunidade civil” e que “embora não constitua um partido político e, como tal não interfira nos negócios do Estado, a Igreja tem de influir, por seus membros, no destino nacional”.²⁰⁶ O editorial destacou ainda que “não basta orar, é preciso que a oração se junte a ação” de modo que havendo membros nas igrejas que se destacam como lideranças, estes “terão plenas condições de receber do povo o mandato para o exercício do governo em seu nome.”²⁰⁷

Os fiéis da IPI eram, assim, “exortados” a atuarem de fato na transformação política do Brasil, inserindo-se na história de seu país de forma positiva. A IPI parece ter entendido o recado que vinha das ruas. O governo militar dava sinais visíveis de seu término. Segundo Maria Paula Nascimento Araújo, na sequência das manifestações pela redemocratização, “foram criados no início do ano seguinte (1978) os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) no Rio de Janeiro e em São Paulo, [...] e, em 1979, [...] finalmente se conseguiu recriar a União Nacional de Estudantes”.²⁰⁸

No entanto, tal como no interior das Forças Armadas, houve na IPI correntes contrárias à abertura promovida pelo governo militar. Setores conservadores continuaram a resistir às mudanças decorrentes dos novos ares que a igreja respirava. O Supremo Concílio

²⁰³ Ibid.

²⁰⁴ Ibid.

²⁰⁵ Ibid.

²⁰⁶ IGREJA e política. *O Estandarte*, Ano 86, n.ºs 17 e 18, São Paulo, 15 e 30 de setembro de 1978, p. 5.

²⁰⁷ Ibid.

²⁰⁸ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Op. Cit.*, p. 338.

da IPI convocou uma reunião extraordinária, em agosto de 1978, para tratar do “desacato da resolução da Mesa Administrativa pela fundação Eduardo Carlos Pereira”.²⁰⁹

Na ocasião, o reverendo Laudelino de Abreu Alvarenga, presidente da Fundação Eduardo Carlos Pereira, que dirigia a Faculdade de Teologia da IPI, havia demitido os professores e reverendos, Rubens Cintra Damião, Jair Ribeiro de Mello e Wilson Guedelha, da respectiva faculdade. A mesa administrativa da IPI, após apreciação da defesa dos professores, resolveu “tornar sem efeito a dispensa dos professores” e, ainda,

que a Fundação Eduardo Carlos Pereira continue investida dos poderes de Diretoria concedidos pela Mesa, devendo o problema ligado à contratação e dispensa de professores, ser submetido à apreciação da Mesa Administrativa, que se manifestará, até que a matéria seja regulamentada no novo Regimento Interno em estudos.²¹⁰

Na reunião extraordinária, que ocorreu na sede a 1ª IPI de São Paulo, em 9 de setembro de 1978, o Supremo Concílio da igreja, presidido pelo reverendo Luthero Cintra Damião, tomou a seguinte decisão:

O plenário aprovou a seguinte proposta, registrando-se apenas três votos contrários: ‘Face ao clima existente no relacionamento entre Professores, Fundação e Seminário, considerando que estamos numa situação de impasse, propomos que: a) Sejam desligados do Seminário os professores Rev. Dr. Isaar Carlos de Camargo, Rev. Dr. Rubens Cintra Damião, Rev. Jair Ribeiro de Mello e Rev. Wilson Guedelha, não se entrando no mérito das acusações contidas na página oito da documentação da Fundação; b) seja dissolvida a Diretoria da Fundação.’²¹¹

Além destas decisões, uma nova diretoria para a Fundação Eduardo Carlos Pereira foi eleita, naquela mesma sessão extraordinária, por meio de voto secreto, tendo, entre os seus membros, o reverendo Leontino Farias dos Santos que, em 1968, foi expulso da mesma Faculdade de Teologia. A redemocratização na IPI, coincidentemente, exteriorizou a mesma ambivalência que caracterizou o processo de abertura política no país, simplificada na atitude de “bater e assoprar” ao mesmo tempo.

De um lado, afastaram os professores “indigestos” à corrente conservadora da Faculdade.²¹² Porém, por outro, afastou-se a principal liderança dessa corrente, Laudelino de

²⁰⁹ MESA administrativa do supremo concílio. *O Estandarte*, Ano 86, n.ºs 15 e 16, São Paulo, 15 e 31 de agosto de 1978, p. 19.

²¹⁰ Ibid.

²¹¹ SUPREMO Concílio. *O Estandarte*, Ano 86, n.ºs 19 e 20, São Paulo, 15 e 31 de outubro de 1978, p. 3.

²¹² Em dezembro de 1978, uma nova comissão designada para apreciar um pedido de nulidade do afastamento dos referidos professores, encaminhado por eles próprios à mesa administrativa da IPI, propôs que fossem reconduzidos os reverendos Isaar Carlos de Camargo, Rubens Cintra Damião, Jair Ribeiro de Mello e Wilson Guedelha aos cargos de professores da Faculdade Presbiteriana Independente de Teologia. (Ver IGREJA Presbiteriana Independente do Brasil. *O Estandarte*, Ano 87, n.ºs 1 e 2, 15 e 31 de janeiro de 1979, p. 8). Nas reuniões posteriores da Mesa Administrativa, não foi encontrado nenhuma deliberação a respeito da aprovação

Abreu Alvarenga. Além disso, se garantiu a Leontino Farias dos Santos – expurgado em 1968 – e ao reverendo Abival Pires da Silveira – uma das principais lideranças progressistas da igreja – assentos na direção da Faculdade de Teologia da IPI.

As disputas internas entre conservadores e progressistas tornaram-se mais visíveis e agudas. O reverendo Laudelino Abreu de Alvarenga foi nomeado pela mesa administrativa da IPI para a Junta de Imprensa e Comunicação, tornando-se o diretor de *O Estandarte*, em fevereiro de 1979. Logo no seu primeiro editorial, Laudelino de Abreu Alvarenga explicou aos leitores, de forma breve e superficial, que *O Estandarte* estava “atravessando uma crise sua, de ordem administrativa e de ordem redatorial”,²¹³ mas que a partir daquele momento estaria retomando as suas características próprias.

Não é um simples noticioso evangélico. As notícias de interesse, aquelas que terão preferência, são as da própria Igreja, de seus concílios, de suas organizações leigas, de igrejas e congregações. Não é uma revista teológica. Os estudos filosófico-teológicos, as discussões sobre temas controversos, não servem para a edificação da Igreja. Uma revista cultural é adequada para acolher matéria de debates. Os artigos a serem publicados deverão representar a posição teológica da Igreja e ser fonte de inspiração e edificação dos crentes.²¹⁴

Assim, Laudelino de Abreu Alvarenga pretendeu pôr freios ao processo de abertura que estava ocorrendo no interior da IPI. Parece que os presbiterianos também reingressavam na via democrática sob o duplo signo da negociação e da frustração.²¹⁵ A política conciliatória, encampada entre as lideranças da IPI, garantiu que posições conservadoras e progressistas coexistissem, sempre na perspectiva de se manter a unidade da igreja. Se desenhou naquele campo religioso, guardadas as devidas proporções, o mesmo processo que ocorreu na redemocratização brasileira.

Durante o período em que esteve à frente de *O Estandarte*, Laudelino de Abreu Alvarenga não tratou de assuntos como, por exemplo, a campanha pela anistia ou as greves

ou não da proposta desta comissão. Contudo, em 30 de abril de 1980, os reverendos Isaar Carlos de Camargo, Rubens Cintra Damiano, Jair Ribeiro de Mello e Wilson Guedelha foram relacionados no quadro de docentes do Seminário de Teologia pelo então reitor, Mário Ademar Fava. (FAVA, Mário Ademar. Jubileu de diamante. *O Estandarte*, Ano 88, n.º 4, São Paulo, 30 de abril de 1980, p. 2)

²¹³ ALVARENGA, Laudelino de Abreu. O “O Estandarte” é o coração da igreja. *O Estandarte*, Ano 87, n.ºs 3 e 4, São Paulo, 15 e 28 de fevereiro de 1979.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ A expressão foi cunhada pela historiadora Maria Paula Nascimento Araújo para explicar o fim do governo militar e o retorno de um civil à presidência da República, por meio de alianças e negociações, mas que, infelizmente, não chegou a tomar posse: “Tancredo adoeceu e morreu antes de ser empossado. Seu vice, José Sarney, político de tradição conservadora, vinculado à linhagem da extinta Aliança de Renovação Nacional (Arena), partido que apoiou a ditadura militar ao longo de sua existência, assumiu a presidência da República do Brasil. Sob o duplo signo da negociação e da frustração, o Brasil encerrava o ciclo militar e reingressava na via democrática”. ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). Op. Cit., p. 350.

dos operários do ABC paulista²¹⁶ que teve repercussão nacional e consolidou a imagem de Luís Inácio “Lula” da Silva como uma das principais lideranças sindicais do Brasil.

Mantendo sua posição conservadora e fundamentalista, o reverendo da IPI escreveu artigos manifestando-se contra o CMI, contra os clérigos católicos progressistas e contra tudo aquilo que, em sua opinião, tivesse impregnação comunista ou representasse perigo aos princípios da IPI. Em abril de 1979, Laudelino de Abreu Alvarenga afirmou que a segunda vinda de Cristo estava próxima e que se podia presumir com bastante segurança que “o **anticristo** será um chefe político comunista”,²¹⁷ afirmando ainda que:

Como é moda o esquerdismo e muitos dos que se auto denominam (sic) “intelectuais” defendem teses socialistas e manifestam evidente simpatia pelo regime comunista, há cristãos falando em redescoberta de Marx, releitura de Marx e afinidades entre o pensamento de Cristo e de Marx e diálogo com os marxistas. [...] Há igrejas sorrateiramente infiltradas por comunistas ou simpatizantes. Há igrejas procurando aliança com movimentos “socializantes”, passando de leve por cima da natureza ateuística [sic] do comunismo, como se isto pouco importasse.²¹⁸

O reverendo Laudelino insistia na desqualificação dos que se serviam, mesmo que somente no campo teórico, da obra de Karl Marx. A palavra comunista, ainda tomada de forma adjetivada, continuou sendo a pecha dos evangélicos mais engajados socialmente, que criticavam o governo e denunciavam as injustiças socioeconômicas. A posição de Laudelino Alvarenga mostrava-se claramente opositora da Teologia da Libertação que, àquela época, já havia se consolidado no interior dos movimentos sociais conduzidos pela Igreja Católica na América Latina.²¹⁹

O padre italiano, Vito Miracapillo, fez parte do clero católico, que atuou no Brasil, inspirado pela Teologia da Libertação. Ele era vigário na cidade de Ribeirão, interior de Pernambuco, onde desenvolveu atividades junto às comunidades carentes, principalmente entre cortadores de cana-de-açúcar. Durante as comemorações pelo aniversário da

²¹⁶ Faço referência aqui à greve deflagrada, em março de 1979, pelos trabalhadores das principais fábricas e montadoras de automóveis, concentradas nas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema, no estado de São Paulo.

²¹⁷ ALVARENGA, Laudelino Abreu de. Pela coroa do real salvador. *O Estandarte*, Ano 87, n.º 7, São Paulo, 15 de abril de 1979, p. 2.

²¹⁸ Ibid.

²¹⁹ Segundo Marcelo Camurça, a articulação entre teologia e marxismo foi a inovação trazida pela Teologia da Libertação. Assim, “o que permitiu a conciliação entre revolução e cristianismo nesse movimento da Teologia da Libertação foi a convergência de visões de mundo entre cristianismo e marxismo: em ambos, valores antiindividualistas e comunitários, protagonismo dos oprimidos, crítica do capitalismo e do liberalismo econômico, perspectiva universalista de transformação da humanidade e visão teleológica do ‘Reino de Deus’ ou da ‘sociedade sem classes’”. CAMURÇA, Marcelo Ayres. A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da teologia da libertação à mística ecológica. In FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). Op. Cit., p. 395.

Independência do Brasil, padre Miracapillo enviou uma carta à Câmara Municipal de Ribeirão, na qual escreveu o seguinte:

Tendo recebido o convite para as solenidades da “Semana da Pátria”, faço cientes aos Excelentíssimos Senhores de que não será celebrada a Missa de Ação e Graças no dia 07 e no dia 11, na forma e no horário anunciados. Isto por vários motivos, entre os quais a “não efetiva independência do povo”, reduzido à condição de pedinte e desamparado em seus direitos.

O deputado estadual, Severino Cavalcanti (PDS-PE), pediu a expulsão do padre alegando sua atitude antipatriótica. O caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e, apesar das várias manifestações de apoio ao padre Vito, bem como a repercussão nacional e internacional que o caso teve, a decisão do STF foi pela sua expulsão do Brasil.²²⁰

Laudelino de Abreu Alvarenga sustentou que a atitude do governo brasileiro em expulsar o padre Vito era “inatacável”, sob o argumento de que “é defeso ao estrangeiro, mesmo que seja sacerdote católico, fazer política, especialmente levar o povo a se insurgir contra a ordem social”.²²¹ Segundo o pastor presbiteriano, a partir do Concílio Vaticano II e das reuniões de Medellín e de Puebla, a Igreja Católica optou por uma prática evangelística que priorizou soluções políticas para problemas sociais, enquanto que “a Igreja Presbiteriana Independente, que pauta sua missão pelos princípios neo-testamentários, exclui da religião, a política”.²²²

Este foi o último editorial de Laudelino de Abreu Alvarenga à frente da direção de *O Estandarte*. Em janeiro de 1981, foi realizada a reunião do Supremo Concílio e eleição da nova mesa administrativa da IPI, tendo o reverendo Abival Pires da Silveira obtido a maioria dos votos, tornando-se o presidente do Supremo Concílio. Os ventos de mudança alcançaram diversos quadros da instituição.

O reverendo Leontino Faria dos Santos tornou-se membro da Junta de Imprensa e Comunicação, ocupando ainda o cargo de diretor de *O Estandarte*, substituindo, desse modo, Laudelino de Abreu Alvarenga. O reverendo Leonildo Campos,²²³ por sua vez, nesse mesmo processo eleitoral, tornou-se membro da Comissão de Educação Cristã, juntamente com

²²⁰ Segundo o historiador Paulo César Gomes, dom Pedro Casaldáliga, “aproveitando-se da decisão do STF de negar um *habeas corpus* ao padre italiano Vito Miracapillo, criticou, no *Jornal do Brasil*, o que chamou de ‘impotência subserviente’ do Poder Judiciário, e afirmou que, assim como o povo, as instituições também não eram livres no Brasil”. GOMES, Paulo César. Op. Cit., p. 173.

²²¹ ALVARENGA, Laudelino de Abreu. Política. *O Estandarte*, Ano 88, n.º 10, São Paulo, 31 de outubro de 1980, p. 2.

²²² Ibid.

²²³ Leonildo Campos tornou-se sociólogo, pesquisador no campo das religiões, consolidando seu nome no meio acadêmico, publicando livros e artigos na área da Sociologia das Religiões, tornando-se uma referência entre pesquisadores do protestantismo no Brasil. Seu principal livro é “Teatro, Templo e Mercado”, que já foi traduzido para o espanhol. Atualmente é professor titular da Universidade Metodista de São Paulo, UMESP.

Gerson Correa de Lacerda. Desse modo, três dos seminaristas expulsos em 1968 passaram a ocupar cargos importantes e estratégicos na direção da IPI.

A Comissão de Assessoria Jurídica foi composta pelos reverendos Isaar Carlos de Camargo e Rubens Cintra Damiano, que tinham sido expurgados da Faculdade de Teologia por Laudelino Abreu de Alvarenga, em 1978. Quanto a este último, foi eleito para o quadro administrativo da Fundação Eduardo Carlos Pereira, que, com a reestruturação promovida pela nova mesa administrativa do Supremo Concílio, já não mais tinha poderes e ingerência sobre o Seminário Teológico.²²⁴

O entusiasmo tomou conta da ala progressista da igreja que havia resistido durante quase duas décadas ao patrulhamento dos setores conservadores da IPI. Os fiéis da igreja passaram a ter vez e voz nas páginas de *O Estandarte*, independentemente de sua opção política.²²⁵ A partir de então, a IPI experimentou uma nova fase, com a reinserção do debate político e do diálogo aberto entre os membros da igreja.

Sob nova direção, a IPI passou a tratar de assuntos como, por exemplo, Teologia da Libertação, eleições diretas, participação política, reforma agrária, entre tantos outros, sob outro prisma, além de inserir na pauta de debates a ordenação de mulheres para o cargo de presbítera e de pastora. Aliás, as mulheres passaram a ter mais liberdade na exposição de suas ideias e reflexões no interior da igreja.

A ala conservadora viu-se desafiada, isso porque ela era absolutamente contrária a que mulheres pudessem ser ordenadas presbíteras ou pastoras na IPI. Os reverendos Laudelino de Abreu Alvarenga, Josué Carvalho Ribeiro e Jayme Jorge pronunciaram-se publicamente contra a ordenação de mulheres, enquanto que Leontino Farias e Ezequias dos Santos defendiam que as mulheres ocupassem esse cargo.

Até então, o debate acerca do assunto tinha os homens como porta-vozes das mulheres. Nesta nova fase da IPI, a professora Maricy Amaral Costa Migliorini, da IPI de São Paulo, pronunciou-se publicamente em favor da ordenação feminina e, ainda, ridicularizou o

²²⁴ Entre as decisões tomadas sobre o Seminário Teológico, foram aprovadas as propostas que extinguíam o Conselho Administrativo e a Diretoria Executiva desse seminário, passando este a ser dirigido por um diretor e um Deão. Foi criado um Conselho de Educação Teológica, que seria nomeado pelo Supremo Concílio, constituído de sete membros, que teria como função a supervisão e administração dos institutos teológicos vinculados à IPI. Sendo assim, esvaziou-se o poder da Fundação Eduardo Carlos Pereira, bem como a esfera de influência de Laudelino Abreu de Alvarenga.

²²⁵ Na edição de *O Estandarte* publicada em 28 de fevereiro de 1981, logo após a eleição do Supremo Concílio, os redatores do jornal concederam espaço para depoimentos de pastores e presbíteros que representavam suas igrejas durante a reunião. Cada um dos depoimentos selecionados vinha acompanhado de uma frase síntese que tentava dar conta do sentimento geral dos fiéis da igreja quanto à nova mesa administrativa: “humildes para ouvir”, “essa mudança é histórica”, “a igreja espera uma abertura”, “que as mudanças se efetuem”, “mudanças profundas”, etc. A SAUDAÇÃO das igrejas irmãs. *O Estandarte*, Ano 89, n.º 2, São Paulo, 28 de fevereiro de 1981, p. 6.

reverendo Jayme Jorge, chamando-o de neurótico por querer provar, a todo custo, a superioridade do homem sobre a mulher.²²⁶ A questão da ordenação feminina foi incluída definitivamente na pauta da IPI. Infelizmente, apenas em 1999 a IPI garantiu que mulheres pudessem ingressar ao cargo de pastora e presbítera.

O evangelho social e a Teologia da Libertação também foram objeto de releitura por parte dos membros da IPI. Ercília Ferraz de Arruda Pollice, diaconisa e professora de adolescentes na Escola Dominical da IPI de Bauru, São Paulo, pronunciou-se em favor de uma prática evangélica que em muito correspondia ao movimento da Teologia da Libertação. Ercília Ferraz afirmou, categoricamente, que Jesus Cristo “não era um alienado conformista”, muito pelo contrário:

veio abalar, as estruturas feitas, veio subverter coisas pré-estabelecidas, veio perturbar a falsa segurança de todos aqueles que queriam se auto-justificar apoiando-se em suas próprias obras. Abalou a tranquilidade dos que queriam salvar-se pela pura “práxis” – como os fiéis e piedosos observantes da lei – os fariseus – que se julgavam os mais justos dos homens porque cumpriam os mandamentos sem omitir um til.²²⁷

Baseando-se em textos bíblicos, Ercília Ferraz explicou que “Jesus tinha amigos entre os zelotes – os esquerdistas de então, que queriam uma radical reforma do sacerdócio e do Templo, como uma luta armada contra os romanos opressores”.²²⁸ E que, por outro lado, algumas de suas atitudes e palavras “o colocam a favor da situação e da ordem estabelecida”, como, por exemplo, no sermão do Monte, onde ele “ordena que se amem os inimigos e que se pague o mal com o bem”.²²⁹ Desse modo, após sua provocação inicial quanto ao fato de Jesus ter sido ou não um subversivo, e de refletir sobre os textos bíblicos em torno das atitudes assumidas pelo messias dos cristãos, a professora da IPI concluiu que:

Este Jesus da Galileia foi um perturbador das estratificações sociais à medida que afirmou que no seu Reino os últimos serão os primeiros, os humilhados serão exaltados, ao que tiver pouco, até o pouco lhe será tirado, e só quem serve tem autoridade. Nesse sentido Ele subverteu as tradições, os valores cultivados na sociedade e na religião de Seu tempo. Todavia, a “revolução de Cristo” não visa meramente mudar a ordem externa. Ele visa o homem em sua raiz.²³⁰

A reflexão de Ercília Ferraz tinha impregnações da Teologia da Libertação, algo perfeitamente compreensível entre protestantes ecumênicos do início da década de 1980.

²²⁶ MIGLIORINI, Maricy. Homem presbítero – mulher presbítera por que não? *O Estandarte*, Ano 89, n.º 5, São Paulo, 31 de maio de 1981, p. 16.

²²⁷ POLLICE, Ercília Ferraz de Arruda. Jesus foi um subversivo?. *O Estandarte*, Ano 90, n.º 1, São Paulo, 31 de janeiro de 1982, p. 17.

²²⁸ Ibid.

²²⁹ Ibid.

²³⁰ Ibid.

Segundo Michael Löwy, “o cristianismo da libertação não se limita aos teólogos e alguns bispos”, mas, “encontra-se também, com algumas diferenças, na teologia protestante da libertação – Júlio de Santana – e em certos documentos de centros ecumênicos de inspiração protestante, como Koinonia, do Rio de Janeiro, fundado por Jether Ramalho”.²³¹

Ercília Ferraz, portanto, retomou aquela posição que impregnou os evangélicos que organizaram a Conferência do Nordeste, em 1962, acrescentando a Teologia da Libertação como novo componente. Nesta releitura da “práxis evangélica”, Jesus foi tomado como exemplo para negar o conservadorismo político e a indiferença aos problemas sociais.

Em outro artigo, a Prof.^a Ercília Ferraz fez referências ao padre Leonardo Boff e citou um texto de seu livro, *Paixão de Cristo, Paixão do Mundo*, no qual o autor afirmou que “Jesus não morreu naturalmente, foi condenado sem provas, torturado e violentamente eliminado”.²³² A reflexão de Ercília Ferraz evidenciou que dois processos foram movidos contra Jesus: um de ordem religiosa (blasfêmia) e outro de ordem política (subversão). Nisto tudo, segundo Ercília Ferraz, a hierarquia judaica esteve presente, e “foi a principal responsável pela condenação de Jesus”, pois os sumo sacerdotes “ficaram preocupados com a pregação e a práxis do profeta da Galiléia”.²³³ Desse modo, concluiu a professora presbiteriana:

É a nossa situação de agora e era exatamente a situação da Palestina. Os sacerdotes, escribas, fariseus oprimiam a consciência do povo com culpas e fardos impossíveis de serem carregados com seu casuísmo e seu legalismo estreito e intolerante. Jesus se posicionou abertamente contra essa opressão religiosa. [...] Jesus tornara-se um perigo para os detentores do poder religioso, que resolveram liquidá-lo, buscando o apoio do poder político – Pôncio Pilatos (procurador romano).²³⁴

Ercília Ferraz não foi um caso isolado. Como tantos outros presbiterianos que se pronunciaram na primeira metade da década de 1980, ela relativizou o poder sacerdotal no interior da IPI, criticando as posições sectárias e fundamentalistas de seus membros.²³⁵ Mas,

²³¹ LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). Op. Cit., p. 316.

²³² POLLICE, Ercília Ferraz de Arruda. II Jesus foi um subversivo?. *O Estandarte*, Ano 90, n.º 11, São Paulo, 31 de outubro de 1982, p. 23.

²³³ Ibid.

²³⁴ Ibid.

²³⁵ O reverendo Josué Xavier, um dos redatores de *O Estandarte*, criticou publicamente o autoritarismo praticado por alguns pastores da IPI em suas respectivas igrejas, inclusive, citando exemplos. Para Josué Xavier, os fatos deveriam ser apurados não como uma espécie de “caça às bruxas” ou “revanchismo”, mas no sentido de coibir as práticas autoritárias, as quais, segundo o redator, não deveriam fazer parte da IPI. Para Josué Xavier, “a transição do autoritarismo para a democracia é sempre dolorosa”. XAVIER, Josué. Autoridade e autoritarismo. *O Estandarte*, Ano 90, n.º 12, 30 de novembro de 1982, p. 2.

para além disso, exemplos como os de Maricy Amaral e Ercília Ferraz simbolizaram também as transformações que ocorreram na IPI no que diz respeito à condição feminina.

Até o final da década de 1970, não foi garantido às mulheres o espaço para o protagonismo teológico, político, administrativo no interior da IPI. O lugar que lhes era conferido era o de coadjuvantes, auxiliaadoras, papéis com reconhecido valor simbólico, mas sem poder deliberativo. N' *O Estandarte*, seu espaço se restringia quase que exclusivamente à página “Senhoras em Ação”, em que se davam informes a respeito de ações sociais e missionárias, reuniões da Federação de Senhoras dos Presbitérios, entre outros assuntos.

Entretanto, a partir do início dos anos 1980, as mulheres da IPI tiveram seus artigos publicados nas colunas do jornal, onde antes era lugar exclusivo de homens, sobretudo reservado a pastores e presbíteros. E passaram também a atuar em posições de relevância no quadro administrativo da igreja.

Outra mudança que se operou na IPI diz respeito à posição política oficial da igreja. O presidente da mesa administrativa do Supremo Concílio, reverendo Abival Pires da Silveira, orientou os fiéis da IPI sobre a importância da política e da participação dos evangélicos nos processos eleitorais. Em sua opinião, o Brasil estava retomando sua caminhada democrática por meio de eleições diretas para todos os cargos da nação, exceto o de Presidente da República, e isto implicava uma responsabilidade tanto cidadã quanto cristã.

Para Abival Pires, “como cristãos, não podemos deixar o mundo da política à sua própria sorte”, pois “a política é tão importante e vital para a vida do homem como são a Educação e a Economia, por exemplo. E teremos, porventura, a coragem de dizer que a nossa fé tem nada a ver com a Educação e a Economia?”²³⁶

Neste sentido, o presidente do Supremo Concílio tentou superar, dessa vez oficialmente, a noção de que política era algo de pouca importância para a vida da igreja. Colocou-se, de forma clara e contundente, que a política trazia implicações para os evangélicos da IPI, do mesmo modo que outras áreas inerentes à organização do Estado. Abival Pires prosseguiu em sua reflexão, afirmando que “como cristãos, não podemos alegar uma pretensa e falsa neutralidade”, pois “não há neutralidade possível na arena política, assim como não há neutralidade possível em qualquer área da vida humana. Viver é comprometer-se ou omitir-se de se comprometer”.²³⁷

²³⁶ SILVEIRA, Abival Pires da. Política: uma meditação; uma pastoral. *O Estandarte*, Ano 90, n.º 11, São Paulo, 31 de outubro de 1982, p. 24.

²³⁷ Ibid.

A indiferença, portanto, foi tomada como um inimigo a ser combatido no interior da IPI. A frase bíblica “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, foi relembrada por Abival Pires, mas, dessa vez, não para reafirmar a orientação política que caracterizou as antigas lideranças da instituição, principalmente durante a ditadura militar. Na opinião do presidente do Supremo Concílio da igreja, “César aí está. Ele afeta diretamente as nossas vidas, e é em nome da fé que temos de dizer e dar a César o que é de César”.²³⁸

O pretense não envolvimento cristão com a política foi duramente atacado e, de forma institucionalizada, reafirmou-se a política como campo para a atuação evangélica. Em março de 1983, a coluna “Os nossos na Política” trouxe a notícia de que o presbítero Daniel Mateus Barbosa, da IPI no estado do Mato Grosso e filiado ao Partido Democrático Social (PDS), foi eleito prefeito da cidade de Juscimeira, Mato Grosso, e que um jovem presbiteriano chamado Marcos Valério Fernandes, filiado ao PMDB, se tornou vereador na cidade de Américo de Campos, São Paulo.

Além destes, outros presbiterianos lograram êxito nas eleições de 15 de novembro de 1982, entre os quais, Humberto Carlos Parro, da IPI de Osasco. Sua eleição revestiu-se de um grande simbolismo, pois era a primeira vez que uma cidade da região da Grande São Paulo elegia um prefeito evangélico. Um culto foi celebrado na igreja Assembleia de Deus, na cidade de Osasco, reunindo cerca de 2.800 pessoas, para celebrar a vitória do candidato.

Em julho de 1983, Humberto Parro concedeu uma entrevista a *O Estandarte*, em que falou sobre a sua eleição. Ao ser inquirido sobre a necessidade de os evangélicos participarem da política partidária no país, Humberto Parro afirmou que demoraria um tempo ainda para os evangélicos sentirem que “têm que sujar as mãos”.

A frase, realçada em negrito pelo jornal, pretendeu dar o sentido de ação, de envolvimento prático com a política, e não o de corrupção, ou de que a política significasse, para os evangélicos, uma relação com o mundo profano, imundo e, portanto, a ser evitado. Ao ser questionado porque deixou o ministério pastoral, Humberto Parro afirmou o seguinte: “saí por razões políticas. A igreja era conservadora e estava comprometida com o Estado, com o regime autoritário. Tudo isso coincidiu com a crise do seminário, em 1968, quando muitos alunos foram até expulsos”.²³⁹

Quando questionado sobre o apoio dos evangélicos à sua candidatura, Humberto Parro revelou que não era possível avaliar isso, pois os evangélicos estavam divididos. Segundo o prefeito de Osasco, “os evangélicos não são uma maçonaria, não se comportam

²³⁸ Ibid.

²³⁹ NO ANO 80, um nosso na política. *O Estandarte*, Ano 91, n.º 7, São Paulo, 31 de julho de 1983, p. 16.

como grupo. Isso é bom. Eu tive maior apoio dos pentecostais. Por isso o culto de aniversário da cidade foi numa igreja da Assembleia de Deus, do pastor Wanderley, que muito me ajudou”.²⁴⁰

Humberto Parro ressaltou em sua entrevista que foi o evangelho que o havia impulsionado para a política, e que “os pastores não deveriam ter medo de estimular a participação de todos na vida política”, pois

é na participação que a Igreja está sendo fiel ao evangelho. Não nos cabe isolar a Igreja do mundo, ser omissos diante dos problemas que estamos enfrentando. Penso que isso deve se tornar um movimento pela justiça social, uma luta ao lado dos humildes, dos trabalhadores, do povo pobre e de todos aqueles que buscam uma saída para a crise que estamos vivendo.²⁴¹

E, ainda, orientou como deveria ser o comportamento dos evangélicos quanto aos grupos políticos:

Eu acho que a Igreja não deve ter partido nenhum, o que já é consenso, mas o cristão hoje, no meu ponto de vista, tem que estar na oposição. O cristão que está na situação, com todo o respeito aos irmãos que estão nela, está defendendo essa situação de injustiça e opressão que aí está. O cristão deve estar na oposição porque é ela que está forçando a mudança. [...] Que a Igreja faça a política do povo, não a política dos grupos econômicos, dos privilegiados, porque essa não leva a nada.²⁴²

Humberto Parro defendeu, há um só tempo, o engajamento político dos evangélicos da IPI e à esquerda. Desse modo, a linha editorial de *O Estandarte* expressava as mudanças que ocorriam no cenário político do país, no início da década de 1980, e que também alcançava os evangélicos da IPI.

Por fim, o último elemento que denunciou as mudanças na IPI diz respeito à campanha das Diretas-Já. Segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado, o movimento pela eleição direta para presidente era suprapartidário. Começou acanhado, em 1983, mas, em 1984, “assumiu característica de empolgante campanha de massa, apoiada em uma inédita rede de movimentos populares urbanos em partidos de oposição ao governo federal”.²⁴³

Vinte anos após a deposição de João Goulart e a implantação de um regime autoritário no país, o mês abril de 1984 marcou a história do Brasil, podendo ser considerado

²⁴⁰ Ibid.

²⁴¹ Ibid.

²⁴² Ibid.

²⁴³ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes das cidades. In FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). Op. Cit., p. 421.

como “ápice de manifestações, nas quais a população brasileira soltou sua voz, em um democrático e incontido grito coletivo de ‘diretas já!’”.²⁴⁴

O entusiasmo e esperança que a campanha das Diretas-Já promoveu entre os brasileiros também ressoou entre os presbiterianos. Durante a reunião do Supremo Concílio da IPI, realizado em Londrina,²⁴⁵ Paraná, entre os dias 25 e 29 de janeiro de 1984, os presentes debateram sobre diversos assuntos, inclusive sobre a campanha das Diretas-Já.

As decisões tomadas durante o evento em Londrina foram reunidas e publicadas n’*O Estandarte*. Logo na primeira página, estampou-se em fotos e letras garrafais a seguinte frase: “Presbiterianos Independentes decidem, como outros protestantes: ‘Queremos Diretas, já!’”. Em seguida, um texto explicava a posição política tomada pela maioria dos membros do Supremo Concílio da IPI:²⁴⁶

Pela primeira vez depois de 31 de março de 1964, quando quatro pastores se pronunciaram em cadeia nacional apoiando a Revolução, sem qualquer manifestação contrária do Supremo Concílio, o mesmo acontecendo com o primeiro deste ‘O ESTANDARTE’ de abril daquele ano, houve uma manifestação de caráter nitidamente político: nossa Assembleia Geral, com mais de 2/3 dos votos, aprovou que suba um documento ao presidente Figueiredo exigindo imediatamente eleições diretas para a presidência da República.²⁴⁷

Não seria exagero afirmar que ali se tentou promover um acerto de contas com a história ou, pelo menos, de redimir a IPI da posição que a igreja tomou em 1964. Na edição seguinte, a redação de *O Estandarte* tornou pública, entre seus leitores, a agressão sofrida pelo Sr. Alberto Hidemi Takeda, na cidade de São Paulo, por membros de uma igreja evangélica.

Ele relatou que “um grupo de cerca de meia dúzia de homens com uns livros debaixo dos braços”²⁴⁸ atacaram um homem bêbado e sexagenário que tentou arrombar a porta de um dos carros dos envolvidos, estacionados à porta de uma igreja Batista. O velho foi “lançado ao

²⁴⁴ Ibid., p. 413. Para Lucilia de Almeida Neves Delgado, “a campanha das Diretas-Já foi o maior movimento cívico-popular da história republicana do Brasil”. Embora tenha começado de forma tímida, “a crise econômica e aspiração democrática, portanto, alimentaram as ações de apropriação das ruas e praças das cidades pela população brasileira”.

²⁴⁵ CONSELHO presbiteriano reúne-se em Londrina. *O Estandarte*, Ano 92, n.º 2, Londrina, 29 de fevereiro de 1984, p. 8. Foi a primeira vez que se realizou uma reunião do Supremo Concílio da IPI fora do estado de São Paulo. O reverendo Messias Anacleto Rosa comentou na ocasião que “agora está havendo uma descentralização do poder”. Foi também a primeira vez que o Supremo Concílio contou com a presença de delegados representando igrejas presbiterianas dos Estados Unidos, Angola e Portugal.

²⁴⁶ O reverendo Abival Pires da Silveira foi reeleito presidente da mesa administrativa – obtendo cerca de 80% dos votos –, e a maioria dos membros das comissões permanentes da IPI foram reconduzidos aos seus cargos, entre os quais, Leonildo Silveira Campos – relator da Comissão de Educação Cristã. O reverendo Gerson Correa de Lacerda, expulso juntamente com Leonildo Campos do Seminário Teológico de São Paulo, em 1968, tornou-se Deão do respectivo seminário.

²⁴⁷ PRESBITERIANOS independentes decidem, como outros protestantes: “queremos diretas, já!”. *O Estandarte*, Ano 92, n.º 2, Londrina, 29 de fevereiro de 1984, p. 1.

²⁴⁸ UMA HISTÓRIA de violência. *O Estandarte*, Ano 92, n.º 03, São Paulo, 31 de março de 1984, p. 3.

solo, pisoteado, recebendo vários chutes na cabeça e no estômago”.²⁴⁹ Os agressores, segundo Alberto Hidemi, portavam Bíblias e hinários, e todo o incidente se passou em frente a um templo da Primeira Igreja Batista do Brás, para onde ele se dirigia para assistir ao culto noturno.

Ao tentar intervir junto a um dos homens que agrediram o senhor idoso, pedindo para que os mesmos aguardassem a polícia chegar ao local, Alberto Hidemi recebeu voz de prisão por desacato à autoridade e por estar defendendo bandido. Para seu espanto, o agressor era membro da Igreja Batista e policial militar. Ao fim de sua história, Alberto Hidemi disse o seguinte:

Quando a polícia chegou, após uma série de ameaças e insultos, fui colocado no camburão junto com o velho e conduzido ao 8º Distrito Policial, no Belém, onde fiquei detido arbitrariamente durante uma hora, sem nada assinar, sob ameaças e achincalhes por estar me metendo onde não devia com essas histórias de direitos humanos.²⁵⁰

A carta do Sr. Alberto Hidemi foi comentada pelo reverendo Jaime Wright²⁵¹ que evocou “a triste lembrança do torturador, crente batista, aqui de São Paulo, que, após sessões de tortura no Dops, cinicamente distribuía folhetos de evangelização às suas vítimas”.²⁵² Como dito anteriormente, mesmo num período de abertura política, aqui e acolá atitudes repressivas e autoritárias ainda se manifestavam entre indivíduos e instituições que se recusavam a aceitar o processo de redemocratização do país. Nesse aspecto, a distensão era, de fato, lenta.

A campanha das Diretas-Já e o posicionamento político da IPI promoveram um caloroso debate no interior da igreja. Com o fim da ditadura e com a mudança na direção da IPI, iniciada desde 1981 e consolidada em 1984, criou-se um ambiente de liberdade de expressão que resultou em opiniões divergentes debatidas publicamente.

²⁴⁹ Ibid.

²⁵⁰ UMA HISTÓRIA de violência. *O Estandarte*, Ano 92, n.º 03, São Paulo, 31 de março de 1984, p. 3.

²⁵¹ Jaime Wright era pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), na Bahia, e irmão de Paulo Wright, deputado estadual por Santa Catarina que foi cassado e dado como desaparecido pela ditadura militar. Jaime Wright juntou-se com o arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, na Comissão de Direitos Humanos, reunindo uma farta documentação sobre os processos policiais de tortura que ocorreram durante a ditadura, e que redundou no livro *Brasil: Nunca Mais*. Jaime Wright rompeu com a IPB na década de 1970 e, em 1985, tornou-se membro da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU).

²⁵² UMA HISTÓRIA de violência. *O Estandarte*, Ano 92, n.º 03, São Paulo, 31 de março de 1984, p. 3.

DIRETAS, JÁ



Rev. Antonio de Godoy Sobrinho, autor da proposta por eleições diretas

TRADIÇÃO



Neto do primeiro moderador da Igreja Independente, o rev. Shiroch Nogueira é nossa tradição viva

MISSIONÁRIO



O nome do pastor Rev. José de Jesus é sinônimo de Juazeiro de Minas

LEÃO



O "Leão do Norte" agora em Brasília, revivendo Sebastião Genes Moreira

"CIDADÃO"



"Cidadão Inconfidente", o rev. Jonas Dias Martins tem boas lembranças dos que estão fora" também

GUARUJA



Rev. Paulo Martins de Almeida, praticou sempre justiça nas reuniões dos concílios



O Estandarte

Sucessor da Imprensa Evangélica fundada em 8 de novembro de 1884

Londrina, 29 de fevereiro de 1984

Ano 92
Número (especial) 2

ORGÃO OFICIAL DA IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE DO BRASIL

Presbiterianos Independentes decidem, como outros protestantes: "Queremos Diretas, já!"

Foi neste primeiro Supremo Concílio de gabarito internacional. Com a presença das Igrejas Presbiterianas de Portugal, Estados Unidos e Argélia, começamos a ampliar nossos horizontes, sob uma liderança cada vez mais reconhecida do reverendo Abival Pires da Silveira, reeleito presidente com mais que expressivos 80%. E, pela primeira vez depois de 31 de março de 1964, quando quatro pastores se apresentaram em defesa nacional apoiando a Revolução, sem qualquer manifestação con-

terária do Supremo Concílio, o mesmo acontecendo com o primeiro editorial deste "O ESTANDARTE" de abril daquele ano, houve uma manifestação de caráter nitidamente político: nesta Assembleia Geral, com mais de 2/3 dos votos, aprovou-se um documento ao presidente Figueiredo exigindo imediatamente as eleições diretas para a presidência da República.

Londrina esteve mais do que à altura da Décima

Reunião do nosso Concílio Maior. Sua imprensa (rádio, televisão, e a FOLHA DE LONDRINA) se abriu para entrevistas com os representantes dos 30 presbitérios, alguns dos quais deixaram mensagens memoráveis de evangelização e de esperança que traz aos corações brasileiros em tempo de tão terrível crise econômica o Evangelho impercível de Jesus de Nazaré. As 6 Igrejas de Londrina encerraram a todos de carinho e calor humano, aliados a uma eficiência que dificilmente será igualada.

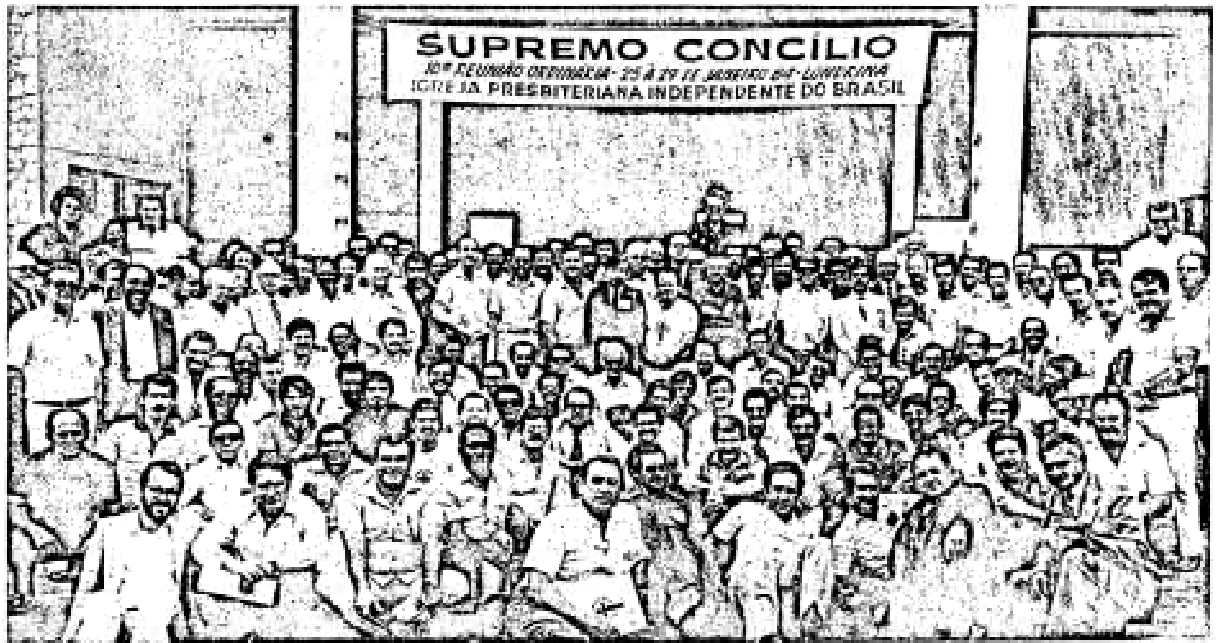


Fig. 4 – Reportagem: “Presbiterianos independentes decidem, como outros protestantes: ‘queremos diretas, já!’”. A foto com os participantes do supremo concílio em Londrina revelava o clima de mudança na IPI. *O Estandarte*, 29 de fevereiro de 1984, p. 1.

Isto foi bastante importante para o amadurecimento da democracia no interior da IPI, cuja liderança passou a ensinar o dissenso, a garantir o respeito à liberdade de expressão dos membros da igreja e, ainda, manteve um ambiente de reflexão crítica sobre a realidade brasileira.

O reverendo Ronan Pereira da Silva, representante do presbitério São Paulo/Minas no Supremo Concílio, explicou por meio de um artigo, publicado n’*O Estandarte*, que a reunião em Londrina “coincidiu com a grande concentração em São Paulo pelas diretas”.²⁵³ Na opinião de Ronan Pereira, “a assembleia mais importante da IPI do Brasil não poderia, como quiseram alguns, ficar alheia aos acontecimentos”.²⁵⁴

Para o pastor presbiteriano, ninguém que votou pela moção de apoio às Diretas-Já era ingênuo “ao ponto de acreditar que eleição direta trará cura imediata para todos os males sociais que vêm afligindo o Brasil, há mais ou menos, duas décadas”.²⁵⁵ Para Ronan Pereira, a IPI devia “começar a se despertar para a sua responsabilidade social”. Aproveitando aquele ambiente de efusão cidadã, Ronan Pereira enfatizou uma vez mais a responsabilidade social que a igreja deveria manter com o Brasil. Identificava-se, de um lado, que a IPI esteve um longo tempo divorciada e ausente dos problemas e preocupações da população, mas que, por outro, era preciso agora “estar ao lado do povo, das classes oprimidas e falar em nome dos que não têm voz nem vez”.²⁵⁶

Entretanto, para outros presbiterianos como, por exemplo, Rui Brandão de Oliveira, a manifestação do Supremo Concílio de apoio às Diretas-Já, nada tinha a ver com o evangelismo. O diácono Rui Brandão, da 2ª IPI de Limeira, São Paulo, esteve presente àquela reunião e votou contra a carta de apoio às Diretas-Já. Em sua opinião, “hoje é DIRETAS-JÁ. Amanhã é OPÇÃO PELOS POBRES. Depois é TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO e logo não existirá a IPI como Igreja de Cristo de Ide e Pregai”.²⁵⁷

O reverendo Laudelino de Abreu Alvarenga também endossou o coro dos que se posicionaram contra a posição da IPI de apoio às Diretas-Já, indo mais além. Servindo-se do exemplo do sistema representativo presbiteriano, justificou porque era a favor das eleições

²⁵³ Em 25 de janeiro de 1984, cerca de 250 mil pessoas se concentraram na Praça da Sé, São Paulo, para uma manifestação pelas Diretas-Já. Lucilia de Almeida Neves Delgado elaborou um quadro cronológico dos principais comícios e passeatas que constituíram o movimento. Ver mais em DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Diretas-Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Op. Cit.*, p. 423.

²⁵⁴ SILVA, Ronan Pereira da. *Nossa igreja ao lado do povo. Diretas-já!*. *O Estandarte*, Ano 92, n.º 3, São Paulo, 30 de abril de 1984, p. 04.

²⁵⁵ *Ibid.*

²⁵⁶ *Ibid.*

²⁵⁷ OLIVEIRA, Rui Brandão de. *Diretas Já. O Estandarte*, Ano 92, n.º 04, São Paulo 30 de abril de 1984, p. 03.

indiretas no Brasil, afirmando que “a eleição indireta é filha da reforma calvinista, como também a democracia moderna”.²⁵⁸

Para Laudelino Alvarenga, Calvino “foi buscar na Bíblia o exemplo a ser aplicado na cidade de Genebra e na sua Igreja”, estruturando o sistema representativo, onde “a eleição direta é feita somente nas pequenas comunidades e a indireta nos governos regionais e gerais”.²⁵⁹ Por fim, Laudelino Alvarenga concluiu que “numa grande comunidade é impossível uma eleição direta legítima, que expresse a vontade popular” e, no caso do Brasil, “além da grande extensão territorial, temos que considerar uma população de mais de cento e vinte milhões, dos quais menos de cinquenta por cento são adultos e, destes, mais da metade são analfabetos”.²⁶⁰

As falas de Rui Brandão e de Laudelino Alvarenga não podem ser tomadas como raras exceções ao contexto que se vivia àquela época. Pelo contrário, revela, e muito, o quanto as pessoas, independentemente de sua condição de classe ou lugar no campo religioso, ainda defendiam aspectos antidemocráticos que alimentaram durante décadas o regime autoritário que havia se instalado no país. Aliás, para essas pessoas não havia autoritarismo, mas autoridade e ordem.

Contraopondo-se à corrente conservadora, o reverendo Antonio de Godoy Sobrinho se posicionou a favor das eleições diretas, pautado no simples fato de que o país pretendia o regime democrático. Além de refutar argumentos de pastores conservadores, afirmando que “Calvino não discutiu eleição direta ou eleição indireta como opção para a sociedade civil”, Antonio de Godoy Sobrinho, de forma muito corajosa, fez a seguinte provocação:

Todos sabem que este colégio eleitoral foi montado para dar a vitória a uma facção política cuja manutenção no poder está se fazendo à custa de desbragada corrupção, embora, ela mesma, a facção política, seja mero instrumento da volúpia do aparelho estatal. [...] Foi só depois de uma eleição direta que a Argentina descobriu os seus mortos e as máscaras de um Estado também a-ético caíram por terra. Por que alguns militares brasileiros têm medo das eleições diretas, dizendo que corremos perigo da argentinização do Brasil? Por que essa técnica de intimidação da sociedade civil?²⁶¹

Ora, Godoy Sobrinho não somente se pôs a favor da campanha das Diretas-Já, como também colocou em suspenso os interesses do parlamento brasileiro – para ele, “mero instrumento da volúpia do aparelho estatal”. Além disso, pela primeira vez identificamos o

²⁵⁸ ALVARENGA, Laudelino de Abreu. Porque votei contra a eleição direta. *O Estandarte*, Ano 92, n.º 04, São Paulo 30 de abril de 1984, p. 08.

²⁵⁹ Ibid.

²⁶⁰ Ibid.

²⁶¹ SOBRINHO, Antonio de Godoy. As diretas. *O Estandarte*, Ano 92, n.º 04, São Paulo 30 de abril de 1984, p. 08.

posicionamento de um pastor presbiteriano que, de forma contundente, associou o governo militar brasileiro aos assassinatos que ocorreram durante a ditadura.

Antonio Godoy Sobrinho questionou se as pessoas não enxergavam que “tem sido à custa de casuísmos hediondos que a tecnoburocracia tem sufocado as legítimas forças políticas da nação”.²⁶² Para ele, o Brasil era um país da impunidade, onde “os crápulas são os festejados heróis e os patriotas, os odiados subversivos!”.²⁶³ Antonio Godoy Sobrinho concluiu que:

A resistência que a IPI do Brasil propôs, em sua magna reunião de Londrina, é a resistência pacífica e cristã; a eleição direta para que ao povo lhe seja devolvido o que lhe casuisticamente [foi] usurpado e o poder, que do povo emana, seja legitimamente em seu nome exercido, como preceitua a própria Constituição.²⁶⁴

Outros presbiterianos somaram forças à posição de Godoy Sobrinho, entre os quais, Ruy Ubaldo Ribeiro Junior. Para ele, dois pontos eram importantes para se demonstrar a “ilegitimidade e o autoritarismo” no processo de eleição indireta no Brasil. O primeiro deles era que:

Em Decreto lei, baixado em plena vigência ditatorial (ou seja, alheio a toda vontade popular, sem aprovação pelo Congresso, no que se somou há já então inúmeros “casuísmos” inseridos no modo de administrar do período pós 64, o Sr. Ernesto Geisel instituiu na vida política os senadores biônicos, que em última análise, seriam elementos colocados nestes cargos diretamente pelo governo. Hoje são eleitores diretos do próximo presidente. A quem representam estes senhores?²⁶⁵

E, o segundo ponto apresentado por Ruy Ubaldo Ribeiro Junior foi quanto à “determinação dos eleitores e sua representatividade neste colégio eleitoral espúrio”, uma vez que, na opinião do teólogo presbiteriano, “tem-se para cada estado o mesmo número de delegados no Colégio Eleitoral”.²⁶⁶ Ruy Ubaldo concluiu que chamar o Colégio Eleitoral de constitucional era “equipará-lo aos atos de cassação, fechamento do Congresso, prisões incomunicáveis e tudo o mais que a estas barbaridades se associou e que assistimos impotentes”.²⁶⁷

Por fim, o reverendo João Batista Nunes Neto, da IPI de Campinas, São Paulo, na esteira das discussões sobre as Diretas-Já, fez um desabafo público onde discordou da posição

²⁶² Ibid.

²⁶³ Ibid.

²⁶⁴ Ibid.

²⁶⁵ RIBEIRO JUNIOR, Ruy Ubaldo. Diretas-Já: não se pode lavar as mãos. *O Estandarte*, Ano 92, n.º 04, São Paulo 30 de abril de 1984, p. 07.

²⁶⁶ Ibid.

²⁶⁷ Ibid.

defendida pelo diácono Rui Brandão de Oliveira de que a Igreja não deveria se envolver com política. Sem meias palavras, João Batista afirmou que “o diácono de Limeira vive fora do mundo, na estratosfera ou na companhia de anjos celestiais a tocar harpas em meio às nuvens e por isso, insensível à inflação de 300% que entre outras coisas impulsionou o povo a sair às ruas para pedir não simplesmente diretas-já, mas mudanças-já”.²⁶⁸

João Batista prosseguiu em seu desabafo afirmando que fazia parte do povo que sofreu a “decepção de 25 de abril”,²⁶⁹ como também “sofria na pele junto com todos os brasileiros, os desmandos, corrupções e canalhices desse governo que está aí, há 20 anos contra a vontade popular”.²⁷⁰ Para ele,

os crentes evangélicos desconhecem a vergonhosa participação das nossas igrejas no Movimento de 64. Algumas apoiaram abertamente, outras, pior, denunciaram pastores e líderes, como sendo comunistas, e outras, simplesmente se omitiram, o que é um covarde posicionamento. Por favor, sr. Rui, procure se informar sobre o quanto nossas igrejas evangélicas foram políticas, associando-se ao espírito da Revolução de 64.²⁷¹

Pela primeira vez se fez referência pública n’*O Estandarte* sobre o período de “caça às bruxas” que ocorreu no interior da IPI. Aqueles que conseguiram sobreviver à “inquisição sem fogueiras”, agora, expunham suas chagas, denunciando claramente a posição assumida pela IPI durante a Ditadura Militar. Entretanto, o jornal oficial da IPI não se tornou o lugar para uma catarse coletiva a respeito do regime, muito menos um espaço para denúncias sobre as perseguições que alguns membros da IPI sofreram durante a ditadura militar. Talvez a noção cristã de perdão conjugada à preocupação com a unidade da igreja tenha promovido uma espécie de pacto de silêncio e de esquecimento sobre as atrocidades que o governo militar, apoiado pelas lideranças da IPI, realizou sobre os membros dessa igreja que se opuseram à ditadura.

A partir daí, outra preocupação impôs-se entre as lideranças da igreja: as eleições para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Tratava-se agora de buscar uma organização política na própria IPI, que permitisse a eleição de candidaturas evangélicas

²⁶⁸ NUNES NETO, João Batista. O erro dos protestantes. *O Estandarte*, Ano 92, n.º 5, São Paulo, 31 de maio de 1984, p. 03.

²⁶⁹ Segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado, “a vigília cívica do dia 25 de abril sintetizou uma profunda aspiração democrática da população brasileira”. A longa votação invadiu a madrugada do dia 26, e com “298 votos a favor, 65 contra, 113 deputados ausentes e três abstenções”, a emenda Dante de Oliveira não alcançou o “*quorum* qualificado de 2/3 estabelecidos para a aprovação de emendas constitucionais”. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Diretas-Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Op. Cit.*, p. 412.

²⁷⁰ NUNES NETO, João Batista. O erro dos protestantes. *O Estandarte*, Ano 92, n.º 5, São Paulo, 31 de maio de 1984, p. 03.

²⁷¹ *Ibid.*

representativas no Congresso Nacional. Mas esta é outra fase que a igreja iria ter que enfrentar e concorrer com outras igrejas evangélicas.

Durante pouco mais que vinte anos, entre o período anterior ao golpe civil-militar que depôs João Goulart e o final do governo do último general presidente da República no Brasil, a IPI sofreu diversas mudanças que podem ser percebidas claramente na linha editorial que o periódico oficial da igreja adotou ao longo desse tempo.

Tais transformações denunciam claramente que, mesmo uma igreja evangélica fundada em tradições conservadoras e fundamentalistas, ela não é monolítica. A IPI forneceu quadros para atuação em instituições e movimentos politicamente engajados, a exemplo do Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI) e a Conferência do Nordeste, respectivamente.

Porém, a conjuntura política brasileira, associada às influências fundamentalistas de matriz norte-americana, contribuiu objetivamente para que o grupo progressista da IPI fosse rejeitado antes de 1964. Não seria exagero, portanto, afirmar que o golpe ocorreu de forma endógena na IPI bem antes de 31 de março de 1964. Após essa data, os expurgos no interior da igreja foram realizados de forma a dar continuidade à “limpeza comunista” que se abateu sobre o país.

Os que resistiram no interior da IPI tiveram que se adequar ao clima de suspeição para não serem confundidos com os “subversivos” de então. Apesar do silêncio do governo sobre as torturas e assassinatos que trabalhadores, estudantes, parlamentares e outros estavam sofrendo no Brasil, as lideranças da IPI tinham conhecimento de que alguns de seus membros faziam parte do aparelho repressivo do Estado como, por exemplo, José Walter Faustine, Chefe do Serviço Secreto do II Exército.

Com a ascensão de Geisel à presidência da República, o período de distensão “lenta e gradual” permitiu que aqueles indivíduos que estavam até então silenciados na IPI fossem lenta e timidamente se organizando em torno de um projeto político e religioso que trouxesse também a abertura democrática para a IPI.

Nesse ponto, o ambiente político brasileiro – criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia, fim do bipartidarismo, greves do ABC paulista – aliado aos movimentos religiosos de forte engajamento social – Teologia da Libertação, Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER) – produziu sobre a ala progressista da IPI uma conscientização de sua responsabilidade neste novo cenário, redundando numa disputa pelo poder no interior da igreja e, a partir daí, dar novos rumos à instituição eclesial.

Importa ainda saber que a ascensão desse grupo na direção do Supremo Concílio se deu de forma negociada, de tal maneira a garantir, de um lado, o espaço para a acomodação de representantes da “direita”, e, de outro, a unidade da igreja. Como já dito anteriormente, a redemocratização no interior da IPI guardou similaridades com o processo de reabertura política que estava tramitando no Brasil. Os lapsos de memória sobre os tempos sombrios da ditadura, também fizeram parte desse processo.

Capítulo 2 – “O nosso general é Cristo”: as Assembleias de Deus e sua relação com os governos militares

A Assembleia de Deus foi fundada em 1911 pelos missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg, na cidade de Belém, Pará.²⁷² A princípio, seus fiéis sofreram retaliações por parte da Igreja Católica, bem como de outras igrejas protestantes, sobretudo pela ênfase que a Assembleia de Deus conferia ao “Batismo no Espírito Santo”. A liturgia de seus cultos e o entusiasmo de seus membros também foi objeto de ataque durante algum tempo, especialmente quando as Assembleias de Deus se expandiram no sudeste brasileiro.

Em novembro de 1917, os pastores, Almeida Sobrinho e João Trigueiro, criaram o periódico *A Voz da Verdade* que trazia notícias sobre a Assembleia de Deus em Belém. O jornal teve curta duração, deixando de circular em janeiro de 1918. No ano seguinte, em janeiro de 1919, o pastor da Assembleia de Deus, em Belém, Gunnar Vingren, fundou o jornal *Boa Semente*, com o objetivo de divulgar as doutrinas de sua igreja, além de informar os fiéis acerca da vida das Assembleias de Deus em outras regiões do país. O jornal era editado em Belém e circulou até 1929.

Com o deslocamento de Gunnar Vingren para o Rio de Janeiro, o missionário sueco criou o jornal *Som Alegre*, que entrou em circulação em 1º de janeiro de 1929. Os dois jornais coexistiram durante alguns meses. Mas, na Convenção Geral das Assembleias de Deus, realizada em julho de 1930, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, os pastores e obreiros deliberaram pela extinção dos jornais *Boa Semente* e *Som Alegre*, para que assim fosse criado um único impresso que servisse como órgão oficial das Assembleias de Deus em todo o país.

Desse modo, surgiu o *Mensageiro da Paz*, editado no Rio Janeiro e que veio a público em 1º de dezembro de 1930, expressando a posição oficial da igreja não somente sobre doutrinas e religião, mas, também, sobre notícias de caráter político, econômico, social e cultural, tanto no Brasil quanto no mundo, tendo como seus primeiros diretores os pastores suecos: Gunnar Vingren e Samuel Nyström.

²⁷² Gunnar Vingren e Daniel Berg eram protestantes e frequentavam a Igreja Batista, nos Estados Unidos, antes de viajarem para o Brasil. A trajetória desses dois missionários e da criação e expansão da Assembleia de Deus no Brasil tem sido objeto de várias pesquisas, artigos, monografias, dissertações e teses. Não pretendendo aqui fazer uma lista exaustiva de autores e pesquisadores sobre o tema, porém o livro *História das Assembleias de Deus no Brasil*, de Emílio Conde, que trata da história da igreja sob o ponto de vista de seus membros-fundadores é uma obra importante, sobretudo como livro-fonte. Ver mais em CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. 6.ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2008.

O jornal era publicado quinzenalmente desde os seus primeiros números. Sua distribuição coube inicialmente a colportores²⁷³ que, além do jornal, vendiam exemplares da Bíblia. O *Mensageiro da Paz* não trazia informações sobre a tiragem de seus exemplares, pelo menos durante seus primeiros anos de existência. Somente a partir da edição de n.º 04 do ano de 1977 é que passou a informar a quantidade de exemplares impressos.²⁷⁴

Em 1940, o Decreto Lei n.º 2.016 de 14 de fevereiro daquele ano – que dispôs sobre o registro de jornais e revistas e fiscalização do papel com linhas d'água destinados à imprensa, além de dar outras providências – exigiu o registro e autorização no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para que jornais e revistas pudessem circular no país. O decreto contribuiu diretamente para a criação, no Rio de Janeiro, da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), cujo objetivo inicial era garantir a existência de o *Mensageiro da Paz* e sua circulação no território nacional. Foram fundadores da CPAD: Lauro Soares, Sansão Batista, Arquimedes Pinto de Vasconcelos, Cícero Canuto de Lima, Samuel Nyström e Francisco L. Coelho.

Posteriormente, na Convenção Geral das Assembleias de Deus, realizada em outubro de 1946 na cidade de Recife, em Pernambuco, foi deliberado que a CPAD passaria a ser, daquela data em diante, propriedade da Convenção Geral. Em março de 1948 teve início a construção do edifício sede da CPAD no estado da Guanabara, sendo inaugurado em outubro de 1948, abrigando escritório e oficinas que imprimiam o *Mensageiro da Paz*.

Dito isto, pretendo analisar, neste capítulo, as posições assumidas pela maior igreja pentecostal no Brasil, a Assembleia de Deus, durante o período compreendido entre 1963 e 1985. Para tanto, utilizei o *Mensageiro da Paz*, órgão oficial das Assembleias de Deus, como principal fonte de pesquisa, tendo em vista sua importância para os membros dessa igreja.

Os redatores e diretores desse periódico enfatizaram, pelo menos desde a sua fundação até o ano de 1985, que o *Mensageiro da Paz* era uma espécie de “evangelista silencioso”, cumprindo um papel de grande importância: ser o “portador de mensagem da salvação,

²⁷³ Os colportores eram missionários protestantes que realizavam a distribuição e/ou venda de Bíblias, bem como de impressos religiosos em diversas regiões do Brasil. Boa parte desses colportores eram estrangeiros como, por exemplo, Daniel Kidder, que esteve no país na primeira metade do século XIX. Suas impressões sobre algumas das regiões visitadas por ele foram posteriormente reunidas e publicadas. Ver KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*: Rio de Janeiro e Província de São Paulo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

²⁷⁴ A edição de n.º 4 de 1977 teve uma tiragem de 57.000 exemplares. Posteriormente, os editores deixaram de publicar a quantidade de tiragens. No entanto, o jornal *Folha da Tarde*, de São Paulo, divulgou, em setembro de 1981, que o *Mensageiro da Paz* teve uma tiragem de 200 mil exemplares, consolidando sua condição de periódico evangélico com a maior quantidade de exemplares impressos no Brasil. Vale a pena ressaltar que o jornal *Mensageiro da Paz* sempre foi vendido de forma avulsa ou em atacado para pessoas (evangélicas ou não), igrejas, bancas de jornais e de revistas, oferecendo, inclusive, a assinatura individual ou coletiva.

divulgação e afirmação da doutrina pentecostal”.²⁷⁵ Muito embora isto de fato tenha sido a preocupação primeira de seus fundadores, os redatores e diretores que tiveram a oportunidade de dirigi-lo não se furtaram a expressar opinião sobre questões de ordem política.

E, apesar de o jornal apresentar discursos que se mantiveram constantes durante a ditadura no Brasil, como, por exemplo, o combate ao comunismo, aqui e acolá podemos observar em suas páginas o dissenso entre seus articulistas. Desse modo, o *Mensageiro da Paz* se torna uma excelente fonte para a análise e compreensão dos aspectos políticos que foram assumidos ou negados pelos membros das Assembleias de Deus durante os governos militares.

2.1. O Golpe de 1964 e o silêncio das Assembleias de Deus

Não houve qualquer linha escrita nas páginas de o *Mensageiro da Paz* sobre o golpe de 1964 que destituiu o presidente João Goulart da presidência da República do Brasil. Nada foi dito. Nenhum comentário sobre as manifestações contrárias ou a favor a João Goulart. A posição oficial dos pastores das Assembleias de Deus diante daquele quadro de convulsão política no país foi de completo silêncio. As ausências de matérias que noticiassem o clima de instabilidade no país ou que, pelo menos, informassem que o Brasil tinha um novo governante, foram uma escolha deliberada e consciente por parte da diretoria do jornal e que contou com a chancela dos pastores das Assembleias de Deus.

Naquele período, a notícia sobre a deposição de Jango foi tratada por diversos órgãos de imprensa, pois, afinal, o presidente do maior país da América Latina tinha sido deposto, expondo de forma clara e indubitável o ambiente de contingências e de crise que veio se arrastando desde a renúncia de Jânio Quadros.

A imprensa nacional, fosse ela de esquerda ou de direita, confessional ou não, tratou de informar seus leitores a respeito do assunto. Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, por exemplo, chamam a atenção para os editoriais que foram publicados nos periódicos *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* nos primeiros dias de abril de 1964.²⁷⁶

Por sua vez, o jornal confessional *O Estandarte* tratou o assunto através de duas matérias publicadas na sua edição especial de 15 e 30 de abril de 1964: “O país tem novo presidente” e “Caiu o Jango”. Enquanto que *O Jornal Batista*, em seu número publicado em

²⁷⁵ MENSAGEIRO da Paz: “o evangelista silencioso”. *Mensageiro da Paz*, Ano 44, n.º 02, Rio de Janeiro, 1974, p. 02.

²⁷⁶ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

12 de abril de 1964, explicou o “afastamento” de João Goulart por meio de um artigo intitulado “Responsabilidade dos crentes nesta hora”.

Como se vê, a deposição de Jango foi objeto de comentários e análises por parte da imprensa brasileira, inclusive entre os periódicos mantidos por igrejas evangélicas. Muito embora predominasse nesses periódicos um conteúdo voltado para a orientação espiritual de seus leitores, havia espaço para matérias e artigos tratando, eventualmente, de política.

Não seria o caso de a Assembleia de Deus também discutir a situação do país por meio do seu órgão oficial? Ou de, pelo menos, informar seus leitores a respeito dos acontecimentos que o Brasil vivia naquele momento?

É possível que esse tipo de notícia não interessasse aos redatores. É possível, mas não me parece razoável tal justificativa, uma vez que o mesmo periódico destacou situações políticas bem menos relevantes, se comparadas à deposição de um presidente. Por exemplo, na primeira quinzena de março de 1964, portanto, antes do golpe, o jornal trouxe uma notícia do interior do estado do Maranhão.

A matéria foi assinada por Antonio de Sousa Santos. Ele relatou uma viagem que havia feito para a celebração de um culto na cidade de Vargem Grande, distante cerca de 200 km da capital. A reportagem informou que o prefeito da cidade havia cooperado com a igreja ao ceder as dependências de uma escola para que os fiéis da Assembleia de Deus se reunissem. Além disso, Antonio de Sousa destacou que antes “reinava o cangaceirismo na cidade”, mas “hoje, porém, é o contrário, o lugar é possuído por uma calma, boa ordem, sob a liderança do ilustre Prefeito, sr. Raimundo Correia”.²⁷⁷ Como se vê, a reportagem apresentou a situação da cidade de Vargem Grande tomando como referência a atuação política do prefeito Raimundo Correia.

Na edição de abril de 1964 o *Mensageiro da Paz* não trouxe qualquer notícia a respeito do golpe, o que se manteve nos meses subsequentes. Ainda que se tratasse de um jornal religioso que tinha, entre seus objetivos, divulgar as atividades das Assembleias de Deus, essa ausência de notícias referentes ao estabelecimento de um novo governo no país parece, inicialmente, um ato de cautela de seus diretores ante a conjuntura político-social daquele ano.

Referências a autoridades políticas não eram estranhas ao conteúdo de o *Mensageiro da Paz*. Pelo contrário. Os editores do jornal gostavam de destacar a participação de chefes do

²⁷⁷ VARGEM Grande-Ma. *Mensageiro da Paz*, Ano 34, n.º 5, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de Março de 1964. p. 5

executivo e de parlamentares nos eventos das Assembleias de Deus. Algumas dessas autoridades contribuíram diretamente para que tais eventos pudessem ser realizados.²⁷⁸

Sem demonstrar publicamente apoio de imediato aos militares e, muito menos, ao presidente deposto, a direção de o *Mensageiro da Paz* preferiu silenciar e omitir-se a respeito do problema político que o país atravessava, pelo menos nos primeiros meses após o golpe de 1964, numa atitude muito similar à que foi tomada pela Igreja Metodista. Contudo, em setembro daquele ano, o jornal publicou pela primeira vez, desde a sua fundação, um texto com forte conteúdo político cujo título era “O Cristão e as Falsas Ideologias”.

Seu autor, Athayde Magalhães, advertiu sobre a “ação deletéria” do comunismo para a sociedade brasileira, principalmente entre os jovens de 15 a 18 anos, os quais estariam em idade escolar e, em sua opinião, mais suscetíveis aos ensinamentos de professores materialistas. Nesse artigo, Athayde Magalhães fez um breve histórico da relação entre o pensamento de Karl Marx e o estabelecimento do comunismo na Rússia, por meio da Revolução de 1917.

O interesse do articulista era desqualificar não somente o comunismo, mas todo tipo de pensamento ou ideologia que colocasse em suspenso a existência de Deus. Por isso, sem meias palavras, Athayde Magalhães ressaltou o seguinte:

Por que devemos combater o Comunismo? Quais os danos, os processos que ele adota para infiltrar-se nos organismos sócio-econômico político e educacionais? [...] Ora, para nós, os cristãos, que temos em Cristo a solução para todos os nossos problemas, e de Deus recebemos desde a existência (vida), até as mínimas coisas indispensáveis às nossas necessidades, não devemos, portanto, dar tréguas a um inimigo que sub-repticiamente, se introduz no seio das massas humanas para delas retirar – o que o homem possui (sic) de mais sagrado: a fé em Deus.²⁷⁹

Embora Athayde Magalhães terminasse seu texto advertindo que continuaria no próximo número, não houve prosseguimento de sua explanação nas edições posteriores. É possível que o artigo não tenha sido objeto de críticas dos fiéis das Assembleias de Deus uma vez que, para estes, o jornal cumpria, única e exclusivamente, função evangelística e, portanto, não deveria dar espaço a discussões políticas.

²⁷⁸ São vários os exemplos que podem ser citados. Só no Maranhão, durante o ano de 1964, o jornal ressaltou a presença de algumas autoridades políticas em seus eventos, entre os quais, o prefeito Sebastião Antonio da Silva, da cidade de João Lisboa (*Mensageiro da Paz*. Ano 34, n.º 10, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de Maio de 1964. p. 6); o "irmão" prefeito Manoel Garreto de Souza, da cidade de Mata-Roma e os "irmãos" vereadores Antonio Garreto e Antonio Aguiar, da mesma cidade (*Mensageiro da Paz*. Ano 34, n.º 19, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de Outubro de 1964. p. 7); o vereador Oliveira Mendes, da cidade de Barra do Corda (*Mensageiro da Paz*, Ano 34, n.º 22, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de Novembro de 1964. p. 8).

²⁷⁹ MAGALHÃES, Athayde. O cristão e as falsas ideologias. *Mensageiro da Paz*, Ano 34, n.º 18, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de 1964, p. 2.

Esse era um traço que caracterizou as Assembleias de Deus até o fim da década de 1960: o modo como os fiéis relacionavam-se com o sagrado contribuiu para que o conhecimento formal (ciência, filosofia, política...) se tornassem secundários e, às vezes, irrelevantes para a própria existência do crente.

Houve um debate que se tornou público nas páginas de o *Mensageiro da Paz* em relação a esse assunto. Em 1963, por exemplo, o jornal publicou um artigo onde um autor anônimo expôs o analfabetismo dos obreiros²⁸⁰ das Assembleias de Deus, ressaltando que “há trabalhos de certa responsabilidade que um inculto não pode fazer”.²⁸¹

Se, por um lado, advertiu-se aos obreiros da igreja que estes não deveriam transformar a Bíblia no único livro para ajudar na disseminação do Evangelho, por outro, a criação de colégios teológicos poderia trazer perigo para a igreja, pois, segundo o articulista, “pastores formados, manipulados (sic), são inclinados para a política, e daí tomam atitudes e escolhas completamente contrárias à missão para a qual foram chamados” e, ainda, “o pastor pode ser tentado a fazer uma oligarquia em seu ministério”.²⁸²

Essa posição encontrava eco entre a maioria dos pastores e obreiros das Assembleias de Deus. O pastor Estêvam Ângelo de Souza, da igreja de São Luís, Maranhão, escreveu um artigo no qual externava sua preocupação com a ideia de se criarem institutos bíblicos nas igrejas. Segundo o pastor, o crescimento das Assembleias de Deus no Brasil se deu graças ao trabalho de “homens humildes e simples, sem formação teológica”, mas “ungidos pelo Espírito Santo”.²⁸³

Desse modo, os editores de o *Mensageiro da Paz* preferiram manter uma posição de não envolvimento com questões políticas, senão àquelas relacionadas diretamente no combate ao comunismo pelo fato de este, antes de tudo, ser tomado como um regime que negava a existência Deus. Ainda assim, entre 1964 e 1967, o jornal apresentou apenas por duas vezes artigos com algum tipo de componente político, ambos referindo-se ao comunismo como ideologia a ser combatida.

²⁸⁰ A palavra “obreiro” não é uma categoria analítica no campo de estudo da sociologia, antropologia ou história das religiões. Entretanto, ela é uma categoria interna, utilizada pelos membros das Assembleias de Deus, bem como de outras igrejas evangélicas, que identifica aqueles indivíduos que servem como auxiliares dos pastores. Embora o obreiro não esteja obrigado, necessariamente, a ter formação teológica ou ministério pastoral, o papel que os mesmos desempenharam – e ainda cumprem – nas Assembleias de Deus foi de extrema relevância, pois os mesmos atuaram não apenas como missionários e/ou proselitistas da igreja, mas, também, na construção de templos, organização de cultos etc.

²⁸¹ CUIDADO com a manipulação de obreiros. *Mensageiro da Paz*, Ano 33, n.º 8, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de abril de 1963, p. 4.

²⁸² Ibid., p. 4.

²⁸³ SOUZA, Estêvam Ângelo de. Temíveis e Convenientes substituições. *Mensageiro da Paz*, Ano 35, n.º 04, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de fevereiro de 1965, p. 3.

A posição do jornal se inscreve também no contexto de acentuado fundamentalismo religioso no Brasil. A visita do pastor norte-americano Carl McIntyre, ao país, promoveu o combate ao ecumenismo, ao Conselho Mundial de Igrejas e, ainda, alimentou entre os cristãos a intolerância ao ateísmo, comunismo, materialismo e, até mesmo, teologias cristãs consideradas liberais ou progressistas. A respeito do fundamentalismo como movimento religioso que teve sua origem nos Estados Unidos na primeira década do século XX, Prócoro Velasques Filho afirma o seguinte:

Antes de mais nada é uma forma de fé cristã inteiramente voltada para o sobrenatural e para o a-histórico. Não há nenhuma abertura para o social, para a Igreja no mundo. É uma fé passiva em busca de sinais. Não favorece nenhuma reflexão teológica. A fé já está cristalizada na reta doutrina. Não favorece projetos nem gera utopias porque a leitura da Bíblia já está feita. É um dogmatismo escolástico, autoritário e ultraconservador.²⁸⁴

Contudo, a aversão e distanciamento que a Assembleia de Deus manteve, pelo menos oficialmente, de questões políticas, foi mudando gradativamente. A partir de 1968, alguns artigos publicados no jornal passaram a criticar o conformismo que caracterizaria a maioria das igrejas cristãs e, de maneira sutil, defenderam a participação política dos fiéis da igreja nos assuntos do país. O silêncio em relação ao golpe e as ausências de notícias informando a vida do Brasil contribuíram para que durante anos os assembleianos interpretassem o mundo e a si mesmos, desvinculados da história. Nas matérias veiculadas no *Mensagem da Paz*, entre 1964 e 1967, o que se destacou foi a “intervenção divina” num país que, a despeito das torturas, assassinatos, perseguições e cassações, que ocorriam de norte a sul, via a “expansão do Reino de Deus” por meio dos batismos, conversões, testemunhos e inaugurações de templos assembleianos. Mas, ao final da década de 1960, as Assembleias de Deus deixaram mais clara e contundente sua posição política.

2.2. Assumindo Posição: a defesa do governo militar

O ano de 1968 permeia a historiografia brasileira como um ano emblemático. No âmbito das manifestações, a enorme concentração de pessoas no velório do estudante secundarista Edson Luís Souto – morto pela Polícia Militar do estado da Guanabara – e a Passeata dos 100 Mil, tornar-se-iam símbolos dos grandes protestos estudantis.²⁸⁵

²⁸⁴ MENDONÇA, Antonio Gouvêa e VELASQUES FILHO, Prócoro. Op. Cit., p. 142.

²⁸⁵ A respeito destes dois atos mais específicos, ver MARTINS FILHO, João Roberto. “O movimento estudantil dos anos 1960”. In FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). Op. Cit., p. 183-198.

No que diz respeito aos movimentos armados, este foi o ano que viu surgir a ALN (Ação Libertadora Nacional), coordenada por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, intensificando as ações de “expropriação”, como, por exemplo, a do trem pagador da estrada de ferro Santos-Jundiaí.²⁸⁶

E entre tantos fatos importantes, o Ato Institucional n.º 5, publicado em 13 de dezembro de 1968, foi o último ato de um ano que não terminou. O AI-5 deu plenos poderes ao governo militar para cassar parlamentares, demitir funcionários públicos, inclusive juizes, suspender direitos dos cidadãos, entre os quais, o de *habeas corpus*, fechar por tempo indeterminado o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas Estaduais, enfim, nas palavras de Marcelo Ridenti, “o AI-5 oficializava o terrorismo de Estado, que passaria a deixar de lado quaisquer pruridos liberais até meados dos anos 1970”.²⁸⁷

Nesse cenário é que veio à tona uma entrevista concedida por Lewi Pethrus ao *Mensageiro da Paz*, refletindo um pouco sobre a situação do Brasil e do mundo. A entrevista tinha sido concedida no ano anterior, mas só foi publicada em junho de 1968. Lewi Pethrus era sueco – assim como os fundadores da Assembleia de Deus no Brasil – e um proeminente pastor em seu país, além de ser reconhecido como uma das principais lideranças pentecostais no mundo.

A entrevista ocupou mais de meia página do jornal, o que denota a importância que os redatores deram a ela. Opinando sobre vários assuntos, Lewi Pethrus afirmou o seguinte sobre participação política cristã: “O grande erro de muitos dentre os que falam em nome do Cristianismo é que não sabem encarar a situação dos pobres. Deveríamos assumir a liderança das classes humildes”.²⁸⁸ Após a afirmação do pastor sueco, o repórter fez o seguinte comentário:

As palavras claras e incisivas, de Lewi Pethrus, me impressionam e surpreendem. Jamais poderia esperar uma definição nesses termos – e a largueza de seus conceitos, evidenciara a um só tempo de aguda inteligência e realismo diante dos problemas atuais, a sua franqueza proporciona-me o maior contentamento, já que temia fosse o ‘conformismo’ uma palavra de ordem de circulação internacional e aceitação pacífica em todos os círculos pentecostais.²⁸⁹

²⁸⁶ Segundo Marcelo Ridenti, “As ações armadas em 1967 e 1968 envolveram ‘expropriações’ de armas e bancos, explosões de bombas, entre outras, ainda relativamente pouco numerosas e, em geral secretas, pois não interessava às organizações chamar a atenção da polícia para as suas atividades...”. RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”. In FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). Op. Cit., p. 36.

²⁸⁷ Ibid., p. 37.

²⁸⁸ PETHRUS, Lewi. Precisamos liderar as classes humildes. *Mensageiro da Paz*, Ano 38, n.º 11, Rio de Janeiro, junho de 1968, p. 4.

²⁸⁹ Ibid..

Lewi Pethrus comentou que na Suécia existia um partido Cristão denominado União Cristã Democrática, que contava com cerca de 300 vereadores e três deputados federais. O repórter comparou o quadro apresentado pelo pastor sueco com o Brasil, refletindo que “a notícia faz pensar em que dentre uma dezena de deputados federais evangélicos, no Brasil, apenas um é pentecostal – e não é membro da maior denominação do país, as Assembleias de Deus – [mas] do movimento ‘Brasil para Cristo’”.²⁹⁰

O papel da imprensa foi também ressaltado na reportagem. Lewi Pethrus disse que na Suécia havia um jornal, “Dagen”, que era editado pelas igrejas pentecostais de seu país e, segundo o pastor, o periódico se ocupava “de todos os problemas: políticos, sociais, etc. – e não apenas religiosos”,²⁹¹ circulando há 22 anos.

A reportagem reafirmou a posição de Pethrus acerca da “participação do crente na vida nacional”, destacando o seguinte: “não temos compromisso irreversível com nenhum movimento político, mas com o indivíduo” de modo que “os líderes cristãos devem preocupar-se com todos os problemas humanos”.²⁹² Por fim, ressaltou-se na entrevista o alerta do pastor ao comunismo e ao ecumenismo.

Em uma só tacada, os editores de o *Mensageiro da Paz* explicitaram, utilizando-se de uma das mais importantes lideranças do pentecostalismo mundial, a necessidade de mudança de comportamento das Assembleias de Deus no Brasil: a) aproximar-se das classes humildes e liderá-las; b) envolver-se de forma prática com a política partidária; c) preocupar-se com todos os problemas humanos, e não apenas os espirituais.

Além disso, a reportagem apontou para uma direção que o jornal das Assembleias de Deus deveria adotar: promover matérias e artigos que se ocupassem também de problemas políticos e sociais. Num contexto de eclosão de manifestações estudantis, movimentos armados, repressões etc., o *Mensageiro da Paz* parecia ensaiar, guardadas as devidas proporções, sua “primavera editorial”.

Isto, em hipótese alguma, quer dizer que este periódico adotaria uma linha editorial progressista, denunciando mazelas, dando voz aos oprimidos. O que me parece claro é que, para a redação do jornal, não era mais possível eximir-se de assuntos “mundanos”, reduzindo-o a um instrumento puramente evangelístico que se ocupava quase que única e exclusivamente de questões espirituais.

²⁹⁰ Ibid.

²⁹¹ Ibid.

²⁹² Ibid.

Na segunda edição do mês de junho, o *Mensageiro da Paz* publicou um texto de Joanyr Oliveira²⁹³ a respeito da música nas igrejas. Tratava-se de uma crônica que ironizava a música popular brasileira, considerada profana pelo autor, e que teria se infiltrado nas igrejas de forma camuflada, principalmente pelos estilos musicais tão diversos – “jovem guarda”, “samba”, “fox”, “balada”, entre outros – que atraíam, até mesmo, o público evangélico.

Nesse aspecto, Marcos Napolitano chama a atenção para o fato de que, embora o período entre 1969 e 1974 não fosse dos melhores para a MPB, mais por razões políticas do que criativas, “os novos tempos de repressão e censura, aliados a uma certa facilidade de produção e consumo, estimularam o crescimento de um mercado cultural marcado pela difusão de produtos de entretenimento, sobretudo na música popular e na televisão”.²⁹⁴ De modo que, como adverte o autor, nem só de crítica vivia a cultura brasileira.

Para Joanyr de Oliveira, a Assembleia de Deus que, até então, havia triunfado contra os elementos considerados danosos à igreja, entre os quais, o “mundanismo”, o “intelectualismo” e a “politicalha”, deixou-se invadir pela musicalidade profana. Porém, quando se referiu à “politicalha”, Joanyr fez uma advertência: “há a Política, com P maiúsculo, necessária, imprescindível”.²⁹⁵

Ainda que essa frase soasse muito sutil, ela sugere outra perspectiva dos membros das Assembleias de Deus sobre participação política. Para alguns, a exemplo de Joanyr, a política imprescindível e necessária, inclusive, para o desenvolvimento da própria igreja. A direção de o *Mensageiro da Paz*, talvez motivada pela percepção de Joanyr de Oliveira acerca da política, somada às reflexões de Lewi Pethrus, incluiu na pauta do periódico algumas matérias com conteúdo político. Exemplo disto foi o artigo de primeira página, escrito por Abraão de Almeida, da igreja de Osasco, São Paulo.

²⁹³ A história de vida de Joanyr de Oliveira é relevante para a compreensão da própria história das Assembleias de Deus na segunda metade do século XX. Nascido em Aimorés, Minas Gerais, em 1933, Joanyr era filho de lavradores, e ainda na adolescência envolveu-se com o comunismo. No entanto, segundo ele próprio afirma, desiludiu-se com o movimento, ingressando no Exército Brasileiro. No quartel, foi tomado como um espião comunista, sendo preso e torturado. Mesmo alegando que era membro da Assembleia de Deus, a pecha de comunista o acompanhou durante muito tempo. Quando residiu no Rio de Janeiro, tornou-se funcionário da CPAD e ajudou a fundar “A Seara”, em 1955, uma das principais revistas das Assembleias de Deus. Em 1960, prestou concurso público e foi aprovado para trabalhar como técnico do legislativo, em Brasília. Estas informações constam em sua autobiografia, publicada pela Academia de Letras de Brasília. Cf. OLIVEIRA, Joanyr. *Memorial do sobrevivente*. Brasília: Editora ACLEB, 2008.

²⁹⁴ NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 174.

²⁹⁵ OLIVEIRA, Joanyr de. Música profana: parabéns. *Mensageiro da Paz*, Ano 38, n.º 12, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1968, p. 5.

Aproveitando a proximidade das eleições,²⁹⁶ o autor do artigo propôs uma reflexão aos membros das Assembleias de Deus sobre as candidaturas que se apresentavam até então. Abraão de Almeida destacou que “para o crente, todo dia é dia de eleição”, pois estes tinham que “decidir, constantemente, quem deve ocupar o trono de suas vidas”.²⁹⁷ A palavra eleição ganhou, assim, conotação religiosa, que poderia conduzir os assembleianos a um absentismo político, traduzido no entendimento de que, independentemente de quem governa ou legisla, de quem é eleito ou não, é Deus quem comanda uma nação. Porém, a despeito de ter espiritualizando o conceito de eleição, o articulista refletiu sobre o *modus operandi* dos candidatos em relação aos seus possíveis eleitores:

Os que têm como base eleitoral os religiosos, geralmente se tornam extremamente ecumênicos, e, para ganhar a todos, ufanam-se de pertencer ao mesmo tempo a agremiações religiosas doutrinariamente irreconciliáveis; e os que se encontram no comércio e na indústria a sua força eletiva, igualmente tudo fazem para alcançar o apoio total dessas classes, etc.²⁹⁸

Diante disso, Abraão de Almeida concluiu que a confusão no comportamento desses candidatos – uma espécie de mimetismo político, ainda hoje muito presente em várias candidaturas no Brasil – contribuía para que o “eleitor inexperiente” viesse a “cometer o grave erro de avaliar o candidato pelo que ele promete e apregoa ser, quando os fatores mais importantes no caso são o seu caráter e a sua verdadeira ideologia política”.²⁹⁹

O pensamento defendido por Abraão Almeida sintetiza, de certo modo, o comportamento político-cultural que se tornou peculiar aos eleitores evangélicos brasileiros. Independentemente do partido político ao qual estava vinculado o candidato, ou do programa de governo que seu partido defendia, os eleitores evangélicos deveriam levar em consideração os aspectos subjetivos do candidato: caráter, moral, costumes, crenças, enfim, traços que denunciariam sua probidade ou não.

Um olhar mais acurado nos permite observar que os assembleianos não estavam tão alheios e desmobilizados em relação à política quanto nos parece. No final de 1968, o “irmão Deputado” Antonio Alves Teixeira, da Assembleia de Deus de Belém, realizou uma viagem para os estados do Maranhão, Piauí e Ceará.³⁰⁰ Um dos objetivos da viagem era participar da

²⁹⁶ Em 15 de novembro de 1968 houve eleição direta para o Executivo e Câmara Municipal (Prefeitos, vice-prefeitos e vereadores).

²⁹⁷ ALMEIDA, Abraão de. Eleição diária. *Mensageiro da Paz*, Ano 38, n.º 21, Rio de Janeiro, novembro de 1968, p. 1.

²⁹⁸ Ibid.

²⁹⁹ Ibid.

³⁰⁰ VISITA inesquecível a algumas igrejas nordestinas. *Mensageiro da Paz*, Ano 38, n.º 21, Rio de Janeiro, Novembro de 1968, p. 6.

Convenção Regional das Assembleias de Deus no Maranhão, realizada entre os dias 4 e 8 de setembro de 1968. Na ocasião, o governador do estado do Maranhão, José Sarney, fez-se presente juntamente com o deputado federal, Alexandre Costa. Ambos discursaram na solenidade de encerramento da convenção. O fato foi registrado no *Mensageiro da Paz*:

Depois dos pregadores da noite, usou da palavra o Governador José Sarney, que após a sua saudação à igreja, testemunhava do seu contentamento por estar de volta a Caxias, onde assistira à inauguração do Segundo Monumento à Bíblia no Brasil. O Governador Sarney finalizou agradecendo aos pastores que fizeram referências ao seu nome, agradeceu finalmente a boa acolhida que a igreja lhe concedera e também pela oportunidade de ter participado dessa grande festa.³⁰¹

Já em 1969, a inauguração de um templo da Assembleia de Deus na cidade de Tuntum, também no interior do estado do Maranhão, contou com a participação do deputado estadual e membro da AD em São Luís, Raimundo Gomes de Lima.³⁰² Portanto, a política não era, *a priori*, estranha ou a ser evitada pelos assembleianos.

Aproveitando a data de aniversário da Proclamação da Independência do Brasil, em setembro de 1969, os redatores de o *Mensageiro da Paz* publicaram um editorial cujo teor refuta qualquer pretensão de absentismo político por parte dos assembleianos e, ainda, demonstra claramente a posição das igrejas Assembleias de Deus em favor do governo militar.

Primeiramente, o editorial se ocupou em ressaltar que a despeito da “esperada redenção espiritual, ao qual está vinculada o arrebatamento da igreja”,³⁰³ os fiéis das Assembleias de Deus tinham cidadania terrena e, portanto, uma série de direitos e deveres a cumprir.

Sentimos ser obrigação primária dos crentes em Cristo orar pelos destinos da Pátria, pelas autoridades que a governam, para que o façam sob inspiração divina. Devemos igualmente ser gratos a Deus pelo clima de liberdade que respiramos no Brasil. E o testemunho de nossa gratidão a Deus pode e deve estar associado a manifestações prudentes de apoio aos que detém o comando, o governo da Nação.³⁰⁴

Se, entre 1964 e 1967, as Assembleias de Deus se mantiveram ausentes de qualquer discussão política – pelo menos de forma pública, eximindo-se, inclusive, em manifestar apoio ou não à propaganda “Revolução” liderada pelos militares – o mesmo não se deu na

³⁰¹ ASSEMBLEIA de Deus no Maranhão hospeda convenção. *Mensageiro da Paz*, Ano 38, n.º 22, Rio de Janeiro, Novembro de 1968, p. 8.

³⁰² DESPERTAMENTO em Alto Coco e TunTum, MA. *Mensageiro da Paz*, Ano 39, n.º 16, Rio de Janeiro, Agosto de 1969, p. 6.

³⁰³ INDEPENDÊNCIA ou Morte. *Mensageiro da Paz*, Ano 39, n.º 17, Rio de Janeiro, Setembro de 1969, p. 1 e 8.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 1.

transição de 1968 para 1969. O principal órgão de comunicação da igreja continuou sendo um instrumento de propaganda do evangelho pentecostal, mas adicionou, ao seu conteúdo, matérias jornalísticas, bem como artigos e crônicas que refletiam uma mudança no comportamento da igreja.

A reorientação adotada pelo jornal conduziu, de um lado, os fiéis das Assembleias de Deus para a arena das disputas políticas e ideológicas, e, de outro, colocou em suspenso a concepção pré-milenarista da história entre os membros da igreja ainda que, do ponto de vista teológico, as Assembleias de Deus tenham mantido a crença no pré-milenismo.³⁰⁵

2.3. Teologia da Libertação e Evangelho Social

A Teologia da Libertação foi objeto de polêmica não somente na Igreja Católica, como, também, entre os evangélicos. Não foram poucos os jornais de denominações protestantes que se opuseram a essa teologia. Havia um temor, tanto fora quanto no interior das igrejas, que o materialismo dialético e o pensamento de Marx influenciassem fiéis e sacerdotes, transformando o templo religioso num espaço de contestação do *status quo*.

A Teologia da Libertação contribuiu diretamente para dar voz aos oprimidos e àqueles que reivindicavam uma vida melhor no tempo presente. Mas, um dos aspectos mais importantes nessa teologia foi o fato de ela promover o ser humano como agente transformador de sua própria existência e atuante na história. Nesse ponto, o papel de Deus, segundo os críticos dessa teologia, seria secundário ou limitado, uma vez que a emancipação do indivíduo e sua libertação viriam, principalmente, pelo conhecimento da realidade e pela disposição para alterá-la em seu favor. Segundo Marcelo Camurça:

Para os teólogos da libertação, a salvação não se realiza no plano individual, mas coletivo, sendo a luta pela libertação humana uma antecipação do ‘Reino de Deus’. Articular teologia e marxismo foi a inovação trazida por esse empreendimento, guardando, todavia, a especificidade de cada discurso.³⁰⁶

³⁰⁵ O *Mensageiro da Paz* mantinha uma coluna denominada “Cremos...”, que era reproduzida em todas as edições do jornal, reafirmando seus pontos de fé, entre os quais, a crença “na segunda vinda premilenial de Cristo, em duas fases distintas: Primeira – invisível ao mundo para arrebatá-la a sua igreja fiel da Terra, antes da grande tribulação; segunda – visível e corporal, com Sua igreja glorificada, para reinar sobre o mundo durante mil anos”. A escatologia pentecostal foi estudada por alguns sociólogos, antropólogos e historiadores das religiões, entre os quais, Christian L. D’Epinay, Antônio Gouveia de Mendonça e Paulo Siepierski. Estes autores aqui citados consideram a concepção pré-milenarista responsável pela aversão política que caracterizou os evangélicos pentecostais durante décadas.

³⁰⁶ CAMURÇA, Marcelo. A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). Op. Cit., p. 394.

A articulação entre teologia e marxismo foi, para muitas igrejas, uma atitude herética, completamente contrária ao comportamento cristão. No entanto, a Teologia da Libertação trouxe à mesa dos cristãos – tanto católicos quanto protestantes – o oprimido. Este, por meio de sua simples presença, denunciava a injustiça social, miséria, opressão e descaso político, estampando um quadro longe de representar o “paraíso divino”.

Nesse contexto, Joanyr de Oliveira foi a principal voz entre os assembleianos a defender uma *práxis* religiosa mais engajada do ponto de vista social. No final do ano de 1969, ele apontava para a necessidade de atuação das Assembleias de Deus em favor dos oprimidos, tomando todo o cuidado em tratar do tema. Por meio do artigo “Nem comunismo, nem comodismo”,³⁰⁷ ele pretendeu, sobre bases bíblicas, criticar o comunismo, e, também, a indiferença e o comodismo que caracterizava o comportamento de boa parte dos cristãos. Primeiramente, o articulista ocupou-se em demonstrar que as doutrinas cristãs e o marxismo eram “matérias heterogêneas”, sobretudo pelo fato de que, para o autor, o marxismo e o materialismo dialético negavam a existência de Deus.

No entanto, Joanyr de Oliveira chamou a atenção para o fato de o comunismo ter se expandido em lugares onde havia miséria e injustiça, mas, também, onde os cristãos se faziam presentes, aliás, em número significativo. A questão, portanto, a ser respondida era a seguinte: “Como e onde estavam os cristãos enquanto tanta hediondez se cometia?”³⁰⁸ A resposta foi dada pelo próprio Joanyr:

Estavam de braços cruzados – na melhor das hipóteses. Quando não se esmeravam – na prática dos mais sórdidos comércios – ajudando a injetar cocaína no corpo dos desditosos chins; quando não engordavam à mesa do opressor, aplaudindo, no mínimo com a conviência, seus inomináveis crimes contra os humildes.³⁰⁹

De maneira contundente, o extenso artigo criticou duramente a postura dos cristãos que foram cúmplices com as injustiças sociais. Para Joanyr, “nem mesmo o exemplo extraordinário de Jesus, nascendo como mais pobre” e escolhendo “discípulos pescadores e outros humílimos e abnegados cidadãos”, serviu de orientação para os atuais cristãos, os quais “preferiram sempre os palácios e o cômodo silêncio”.³¹⁰ E, assim, concluiu afirmando que “foi o comodismo – ou conformismo, ou oportunismo – o grande responsável. O comunismo

³⁰⁷ OLIVEIRA, Joanyr de. Nem comunismo nem comodismo. *Mensageiro da Paz*, Ano 39, n.º 19, Rio de Janeiro, Outubro de 1969, p. 2.

³⁰⁸ Ibid.

³⁰⁹ Ibid.

³¹⁰ Ibid.

nega a Deus, é portanto injusto e abominável. O comodismo nega o próximo; é igualmente contrário à justiça e deve ser afastado de nós”.³¹¹

A autocritica de um membro das Assembleias de Deus a respeito da *práxis* religiosa cristã, ressaltando a falta de compromisso social de boa parte dos crentes pela mudança dos segmentos desfavorecidos da sociedade, foi, diante das circunstâncias que caracterizavam as Assembleias de Deus e o ambiente daquele período, um ato corajoso e que pode ter provocado, entre os assembleianos, algum tipo de reflexão sobre a relação entre política e religião.

Na edição de janeiro de 1970, o *Mensageiro da Paz* trouxe aos seus leitores, na primeira página, a Declaração Evangélica de Bogotá. Não houve análise ou qualquer comentário a respeito da declaração, apenas a reprodução dos dez pontos assinados pelo comitê executivo do Congresso Latino-americano de Evangelização (CLADE), realizado na cidade de Bogotá, entre os dias 21 e 30 de novembro de 1969.

O congresso foi promovido pela Associação Evangélica Billy Graham³¹² e outras agências missionárias norte-americanas, propondo-se como “espaço no qual os líderes evangélicos norte-americanos ‘corrigiriam’ a má dieta oferecida pelos movimentos progressistas próximos ao Conselho Mundial de Igrejas e seus simpatizantes”.³¹³ O tema do encontro foi “Ação em Cristo para um continente em crise” e reuniu cerca de 900 participantes, entre protestantes históricos, pentecostais, igrejas independentes, teólogos liberais e conservadores, para discutir a evangelização na América Latina.

Entre os dez pontos da Declaração, inteiramente reproduzidos nas páginas de o *Mensageiro da Paz*, um, em específico, chama a atenção:

6. O processo de evangelização deve visar situações humanas concretas. As estruturas sociais influem sobre a igreja e sobre os receptores do Evangelho. Se fazemos caso omissivo desta realidade desfiguramos o Evangelho e empobrecemos a vida cristã. Chegou a hora em que [nós], os evangélicos, devemos ter consciência de nossas responsabilidades sociais.³¹⁴

³¹¹ Ibid.

³¹² Billy Graham foi um pastor batista norte-americano que promoveu as “cruzadas evangélicas” em várias regiões do mundo. Durante a Guerra Fria, Billy Graham destacou-se por suas visitas ao leste Europeu, Coreia do Norte e União Soviética, com o objetivo de divulgar o evangelho e, claro, combater o comunismo. É praticamente impossível não encontrar referências a Billy Graham nos jornais evangélicos brasileiros durante a ditadura militar. Billy Graham talvez tenha sido precursor em solo brasileiro na estratégia de reunir milhares de pessoas (evangélicas ou não) em estádios de futebol, no que foi conhecido como “evangelização de massa”. Os jornais *Ultimato* e *O Jornal Batista* foram os principais periódicos a divulgar, no Brasil, as atividades desenvolvidas por Billy Graham.

³¹³ DEBORST, Ruth Padilha. Congressos Latino Americanos de Evangelização (CLADEs) – 1969-2012. *Novos Diálogos*, Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.novosdialogos.com/artigo.asp?id=255>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

³¹⁴ DECLARAÇÃO Evangélica de Bogotá. *Mensageiro da Paz*, Ano 40, n.º 01, Rio de Janeiro, janeiro de 1970, p. 3.

E, ainda:

Para cumpri-las, o fundamento bíblico é a doutrina evangélica e o exemplo de Jesus Cristo levado até suas últimas consequências. Esse exemplo deve encarnar-se na crítica realidade latinoamericana de subdesenvolvimento, injustiça, fome, violência e desesperação. Os homens não poderão construir o reino de Deus sobre a terra, porém a ação evangélica contribuirá para criar um mundo melhor como antecipação a aquele por cuja vinda oramos bastante.³¹⁵

O 6º parágrafo da Declaração de Bogotá apresentou de forma explícita que, a despeito dos objetivos dos organizadores do evento, houve uma tomada de consciência dos evangélicos latino-americanos presentes no CLADE, reconhecendo a necessidade de um programa de ação e intervenção entre os povos do continente, sobretudo entre os injustiçados.

Os desdobramentos do congresso foram vários;³¹⁶ mas, para os objetivos deste trabalho, interessa ressaltar que o principal órgão da Assembleia de Deus promoveu a divulgação de uma declaração que impelia as igrejas evangélicas a uma mudança de comportamento frente à realidade da América Latina.

E isso não é pouco, principalmente levando-se em consideração o contexto daquele período. É bem provável que no interior das Assembleias de Deus houvesse quem defendesse uma igreja mais engajada politicamente, que se posicionasse de forma crítica em relação às injustiças sociais, mas estes, ao que tudo indica, eram minoria e, provavelmente, foram silenciados gradativamente no interior da própria igreja ou foram excluídos do rol de membros.

Um editorial, publicado imediatamente após a veiculação da Declaração de Bogotá, demonstrou qual seria o posicionamento oficial das Assembleias de Deus em relação ao evangelho social, dali em diante. Em tom de advertência, o texto iniciou com uma citação retirada do livro de Provérbios, Capítulo 24, versículo 21: “... não te intrometas com os que buscam mudanças”.

O editorial pretendeu o “enquadramento” de seus membros, fazendo ressalvas àqueles cristãos que, mesmo estudando teologia e servindo como pastores em suas respectivas igrejas, “deixam de pregar o evangelho do poder de Deus para salvação do indivíduo, para

³¹⁵ Ibid.

³¹⁶ Para Samuel Escobar, teólogo latino-americano, “Uno de los resultados más duraderos del CLADE I fue el surgimiento de la idea de una Fraternidad Teológica Latinoamericana (FTL), que canalizase la inquietud teológica de las nuevas generaciones evangélicas que habían llegado a su mayoría de edad frente a las organizaciones misioneras”. A FTL foi criada em dezembro de 1970, em Cochabamba, Bolívia, constituindo-se, desde então, na instituição promotora dos CLADEs, além de defender um “evangelho engajado”. Cf. ESCOBAR, Samuel. Los CLADEs y la misión de la iglesia, *Fundación Kairós*, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <http://www.kairos.org.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=840&catid=90%3Aarticulos-de-la-revista-iglesia-y-mision&Itemid=156>. Acesso em: 05 jan. 2015.

pregar a mensagem coletivista do chamado evangelho social, que ao invés de criar igrejas (congregações locais), cria clubes sociais religiosos e políticos”.³¹⁷

Diante do recado enviado pelas lideranças das Assembleias de Deus a todos os fiéis da igreja, é possível supor que havia entre seus membros – pastores e/ou leigos –, gente que fazia do templo religioso um espaço não somente de culto a Deus, mas também de debate dos problemas que lhes afligiam e, quiçá, um lugar de conscientização e organização política para o enfrentamento desses problemas.³¹⁸

Daí em diante, seguiu-se completo silêncio nas páginas de o *Mensageiro da Paz* sobre evangelho social. O engajamento político de crentes pela transformação da América Latina, um continente em crise, não foi encorajado. Um “cálice” foi imposto àqueles que vislumbraram mudar, de forma propositiva, a vida material e existencial dos oprimidos.

Outro editorial, publicado exatamente um ano depois daquele que advertiu os membros da igreja a ter cautela com suas posições mais progressistas, sentenciou de uma vez por todas os que ainda defendiam a ideia de que a igreja deveria ter maior compromisso social.

O editorial afirmou que no “submundo comunista” havia dois tipos de igrejas: aquelas oficiais, cujos pastores “nada mais são do que fantoches do regime policial, materialista e comunista”; e outra, “igreja subterrânea”, onde seus membros preferem “a prisão, o martírio, o sofrimento, a sacrificar a sua liberdade com Deus à vontade dos ditadores...”³¹⁹

Com isto, a liderança conservadora das Assembleias de Deus pretendeu demonstrar aos “irmãos incautos”, “inocentes úteis” e “quinta-colunas”³²⁰ que os países comunistas apresentavam ao mundo uma liberdade religiosa de fachada, onde as igrejas oficiais eram vigiadas pela “polícia política do estado ditatorial e ateísta”.

Desnudado o suposto embuste religioso dos países comunistas, o editorial chegou ao final propondo o seguinte dilema: “Ciente disto, meu caro irmão leitor, o que você vai fazer? Você que neste maravilhoso BRASIL goza da mais completa liberdade de consciência e de culto; sim, que vai fazer você?”.³²¹

³¹⁷ ACAUTELA-TE. *Mensageiro da Paz*, Ano 40, n.º 03, Rio de Janeiro, fevereiro de 1970, p. 3.

³¹⁸ O líder camponês, Manoel da Conceição, foi um exemplo singular e raro desse tipo de situação nas Assembleias de Deus durante a ditadura. Ao final desse capítulo discutirei de forma mais específica a sua atuação como liderança religiosa e sindical entre 1960-1970.

³¹⁹ ATRÁS da cortina do ateísmo. *Mensageiro da Paz*, Ano 41, n.º 03, Rio de Janeiro, fevereiro de 1971, p. 3.

³²⁰ Foram expressões utilizadas no jornal para adjetivar os evangélicos que a igreja julgava ser simpatizantes de ideias socialistas, marxistas ou comunistas. Mas, na maioria das vezes, bastava um evangélico ter uma posição mais crítica ou “à esquerda” para que a pecha lhe fosse dada.

³²¹ ATRÁS da cortina do ateísmo. *Mensageiro da Paz*, Ano 41, n.º 03, Rio de Janeiro, fevereiro de 1971, p. 3.

Assim, concluiu-se que nem a América Latina e muito menos o Brasil eram regiões geográficas em crise. Para a direção das Assembleias de Deus, a crise estava nos países comunistas, cujo povo teve seu principal direito negado: a liberdade. E, do ponto de vista dos assembleianos, a garantia da liberdade no Brasil estava diretamente relacionada com a condenação do comunismo e seus defensores.

2.4. O envolvimento direto com o governo

O período do “milagre econômico brasileiro”, de 1969 a 1973, “douraram” os anos de chumbo da ditadura, para utilizar aqui uma expressão de Marcos Napolitano. O país cresceu a uma taxa média de 11% ao ano, o governo fez investimentos vultosos em obras estruturais como, por exemplo, a ponte Rio-Niterói, a Rodovia Transamazônica e a usina binacional de Itaipu.

O Brasil cresceu, por um lado, favorecido diretamente pelo cenário econômico mundial e, por outro, por medidas domésticas que contribuíram diretamente para o desenvolvimento do país.³²² O governo lançou o I Plano Nacional de Desenvolvimento e, com a expansão do crédito para assalariados, contribuiu para que a classe média consumisse mais. A crise do petróleo, em 1973, porém, pôs fim ao “milagre brasileiro”.

O início da década de 1970 também coincidiu com o período de maior demonstração de apoio das Assembleias de Deus ao governo militar. Entre 1972 e 1973, houve uma quantidade significativa de matérias publicadas no *Mensageiro da Paz*, ratificando o apoio da igreja aos militares.

Visitas de cortesia foram realizadas de parte a parte: em Marília, São Paulo, uma campanha evangelística da Assembleia de Deus contou com a participação do prefeito da cidade e da banda de música do 37º Batalhão da Polícia Militar,³²³ em Volta Redonda, o VI Congresso da União da Mocidade das Assembleias de Deus, no estado do Rio de Janeiro, teve

³²² Segundo Fábio S. Earp e Luiz Carlos Prado, ao assumir o governo em 1967, Costa e Silva tratou de mudar a equipe econômica de governo, nomeando Delfim Neto e Hélio Beltrão para ministros da Fazenda e do Planejamento, respectivamente. Entre 1968 e 1973, o Brasil cresceu vertiginosamente, ao mesmo tempo em que manteve a taxa de inflação em índices bem menores daqueles registrados entre 1959 e 1994. Para Earp e Prado, “na realidade, somente aquela conjuntura especialíssima permitiu que se fugisse ao quase permanente dilema do *policy-maker*, forçado a escolher entre crescer ou estabilizar”. Ver mais em EARP, Fábio S. e PRADO, Luiz Carlos. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda 1967-1973. In: FERREIRA, Jorge & ALMEIDA, Lucília A. N. Delgado (orgs.). *O Brasil republicano*. vol. 4. O tempo da Ditadura, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

³²³ CAMPANHA Evangelística em Marília. *Mensageiro da Paz*, Ano 42, n.º 07, Rio de Janeiro, abril de 1972, p. 3.

a presença do Comandante do 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), Ten. Cel. João Cássio Martins de Souza, que proferiu palestra sobre Segurança Nacional.³²⁴

Um artigo assinado por Eliseu Queiroz de Souza explicou, de forma didática, aos membros da igreja a relação entre governo, igreja e Bíblia. O articulista ressaltou que Jesus Cristo “nunca insinuou que a igreja deveria intrometer-se no governo humano, nem em questões políticas”,³²⁵ o que corroborava, segundo Eliseu Queiroz, a recomendação bíblica de fazer distinção entre Deus e César.

Porém, ao tratar diretamente da atuação do governo, Eliseu Queiroz não vacilou em empenhar seu total apreço aos militares, enfatizando que “a nação brasileira, atualmente, deve orgulhar-se do governo que tem; o governo que merece o integral apoio da parte de todos os brasileiros de boa conduta e de moral comprovada”.³²⁶ Em seguida, criticou a posição assumida por “alguns elementos de projeção eclesiástica”, que faziam “insinuações administrativas”, além de “dar guarida à rebeldia contra o governo”.³²⁷

Mesmo a despeito da obra gigantesca que o governo está exercendo na Amazônia, a dinâmica e elogiável integração nacional que se processa, a erradicação das favelas porque o governo está dando de si o melhor, ainda se levantam vozes eclesiásticas, criticando tudo e até fazendo declarações desprestigosas à administração pública, atraindo assim consequências negativas a si próprios.³²⁸

A opinião de Eliseu Queiroz se relaciona diretamente com o cenário econômico daquele período. A linha desenvolvimentista adotada pelo regime, conjugada ao controle inflacionário, ensejou, naquele contexto e entre boa parte da classe média brasileira, uma sensação de bem estar que contribuiu para aprovação dos governos militares. Mas, o que soa mais surpreendente no artigo do membro da Assembleia de Deus, foram suas reflexões sobre os conflitos sociais.

Para ele, a “verdadeira reforma social”, operada pela igreja no homem, transformaria este em um novo ser, de tal sorte que “a pessoa assim transformada deixa de dar trabalho ao governo humano, porque não briga por terras, por saber que o reino de Deus não consiste em comidas e bebidas, mas em alegria no Espírito Santo”.³²⁹

³²⁴ PANORAMA da obra de Deus. *Mensageiro da Paz*, Ano 42, n.º 12, Rio de Janeiro, 30 de junho de 1972, p. 12.

³²⁵ SOUZA, Eliseu Queiroz de. O Governo, a Igreja e a Bíblia. *Mensageiro da Paz*, Ano 42, n.º 15, Rio de Janeiro, 15 de Agosto de 1972, p. 3.

³²⁶ Ibid.

³²⁷ Ibid.

³²⁸ Ibid.

³²⁹ Ibid.

MENSAGEIRO DA PAZ

Sucessão presidencial - O General Ernesto Geisel, escolhido para substituir o Presidente Médici, é Evangélico, de confissão Luterana

João Pereira de Andrade e Silva

"Cui honoram, honoram; cui timorem, timerem" - A quem honra, honra; e quem timor, timor. (Rm 13/7b).

Sem o propósito de analisar com maior profundidade a personalidade marcante do ilustre General Ernesto Geisel, podemos afirmar que a escolha desse insigne homem público, para substituir o Presidente Garrastazu Médici, sob muitos aspectos, não podia ser mais feliz.

Desde já, o General Geisel pode contar com orações fervorosas dos crentes sinceros, e entre eles, como parte relevante, estão os membros das "Assembléias de Deus". Pois, para estes, o fato de ser evangélico o sucessor do General Médici, se reveste de significação especial.

Ná alguns anos passados, mesmo antes de eclodir o movimento revolucionário de 1964, o Senhor Jesus Cristo revelou, pelos dons que deu à Sua Igreja, que "este País ainda será governado por um servo Meu". Essa profecia foi ouvida em um culto de vigília, realizado na residência de um crente, na capital de S. Paulo. Quem sabe, é o seu cumprimento, com a escolha do General Ernesto Geisel?

Não menosprezamos os outros candidatos à presidência, que não foram ou não são evangélicos, pois, sempre os honramos e os acompanhamos com as orações, certos de que "não há potestade (governo) que não venha de Deus" e os que resistem terão sobre si mesmas a condenação.

Sabemos que Deus intervém, determinando governos e destinos dos povos, e o faz como Supremo Condutor dos homens. A "um sítio e a outros sítios", quando quer... como foi o caso de imperadores, no passado. Alguns foram chamados "meus servos", e "angélicos", como sucedeu a Ciro, rei de Pérsia e a Nabucodonosor.

É um momento especial para a vida de Nação Brasileira e por isso registramos com afeição especial. Não nos preocupa o fato político, em si, nem consequências dele decorrentes. O que nos preocupa, sobretudo, é o sentido de direção de Deus na vida dos povos e no caso particular, do povo brasileiro. Como a Palavra de Deus, define governantes como "Meus Servos", estamos certos de que a expressão, no caso, vem a calhar com mais propriedade, na pessoa do futuro Presidente da República. Homem de caráter plasmado pelos ensinamentos aurdos nas páginas aurifoliantes de Santo Evangelho, o Exmo. Sr. General Ernesto Geisel buscará a graça e sabedoria do Alto, que lhe dará condições para governar "esta tão grande povo", que é o povo brasileiro.

A BÍBLIA E SUA HISTÓRIA

COMO NOS VEIO A BÍBLIA

Abraão Pereira de Almeida

Iniciando esta série de trabalhos, desejamos definir para os nossos leitores a conhecida palavra que serve de título à Palavra de Deus: Bíblia. Este vocábulo é o plural de *biblion*, que no grego significa *livro*. Daí surgir a ideia de *livros ou biblioteca*, definição plenamente justificável, pois a Bíblia, na realidade, compõe-se de uma coleção de 66 livros.

Para redigir essa "biblioteca divina" - usando a sábia definição de São Jerônimo - Deus inspirou mais de quarenta autores, dentre os quais podemos destacar: os estadistas Josué e Daniel; o legislador Moisés; o poeta, rei e musicista Davi; o sábio Salomão; os profetas Isaias, Jeremias, Ezequiel, Oseias, etc.; o médico Lucas; o filósofo Paulo; o cobrador de impostos Mateus; os pescadores Pedro, Tiago e João, etc. Esses homens e muitas outras gastaram dezesseis séculos na escritura da Bíblia, começando por volta de 1500 a.C. e terminando em 95 a.D., segundo as melhores cronologias. Mas apesar das épocas, lugares e estilos diferentes em que os livros da Bíblia foram escritos, mantem fôco ao vínculo unificador de todos eles, que é a pessoa do Messias, o Salvador do Mundo.

A Bíblia divide-se em duas grandes partes: Velho e Novo Testamento. O

primeiro foi escrito originalmente na língua hebraica, com as seguintes passagens em aramaico: Daniel 2:4; 7:28; Ezequias 4:9-16, 18; 7:12-26, e se completou em cerca de 434 antes de Cristo. O Novo Testamento foi escrito no grego popular, o *koiné*, contendo também algumas frases em aramaico. Teve o seu surgimento entre os anos 53 e 96 a.D. Portanto, entre o último livro do Velho Testamento e o primeiro do Novo há um intervalo de quase quinhentos anos, período chamado de *interbíblico*, durante o qual se escreveram os principais livros apócrifos (não inspirados por Deus).

Segundo algumas autoridades bíblicas, foram os escribas Ezequias e Hieremias que agruparam os livros do Antigo Testamento, por volta de 480 anos de Cristo, na grande reforma religiosa daquela época, pois até então os livros sagrados dos judeus permaneciam separados em dois volumes. É importante salientar que esses livros agrupados receberam o nome de *Taxo Mesorético* (A Mesorá - conjunto tradições), o termo conhecido pelos judeus como *verdadeiro e digno de toda confiança*. Nesse texto, ou nas cópias dele, baseiam-se as Bíblias modernas, principalmente as adotadas pelas sociedades bíblicas evangélicas.

Não havendo imprensa de qualquer espécie no período de sua escritura, todos os livros sagrados foram redigidos à mão e divulgados por meio de cópias manuais. Os copistas, chamados *escribas*, *copistas* ou *mesoristas*, tiveram o maior respeito pelo texto sagrado e o grande cuidado em não alterá-lo, ao antes de iniciarem a cópia de qualquer parte da Bíblia, cantavam o nome de palavras e letras nele contidas. Dessa forma, esses homens sabiam o número exato de palavras e letras de todo Velho Testamento, bem como de cada um dos seus trinta e nove livros. Se bem também quantas mil vezes ocorria cada letra.

Os copistas não admitiam rasuras e espécie alguma. Se depois de pronta uma cópia fosse constatada nele alguma erro, mesmo o mais simples, tal cópia era totalmente destruída.

Apesar das épocas remotas em que foram copiados os livros bíblicos, e a ela escrita já havia alcançado significativos progressos, principalmente quanto à qualidade da tinta; uma mistura deturpada com um líquido desconhecido, capaz de se conservar maravilhosamente durante muitos séculos.

O tipo de caneta usado pelos escribas dependia do material onde se deviam escrever. Se esse material era o pergaminho, usavam-se então uma caneta feita de uma pena de ave. No caso de se escrever em cera utilizava-se um caneta metálica.

Antes da imprensa, o grego de um manuscrito da Bíblia era enorme, sendo de-se em conta o penoso trabalho de

Fig. 5 – Reportagem: “Sucessão presidencial - O General Ernesto Geisel, escolhido para substituir o presidente Médici, é Evangélico, de Confissão Luterana”. *Mensagem da Paz*, 15 de agosto de 1973, p. 2. Para os redatores do jornal, “ser evangélico o sucessor do general Médici, se reveste de significado especial”.

MENSAGEIRO DA PAZ

ORGÃO OFICIAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL

NO 47 1 a 15 de julho de 1977 Nº 7

CONFERÊNCIA DE VIDA ABUNDANTE: UMA BÊNÇÃO NO SUL DO BRASIL

A maravilhosa conferência de vida abundante, realizada pela pastor Carlos Figueiredo, em São Paulo, SP, realizou-se em São Paulo, SP, em 1977, no grande salão de convenções da igreja. Foram presentes mais de 1000 pessoas, com a presença de Carlos Figueiredo, pastor da igreja, e de outros pastores. A conferência foi muito bem sucedida, com a participação de muitos irmãos e irmãs. A conferência foi muito bem sucedida, com a participação de muitos irmãos e irmãs. A conferência foi muito bem sucedida, com a participação de muitos irmãos e irmãs.



Da esquerda para a direita: Carlos Figueiredo, pastor da igreja, e outros pastores. A conferência foi muito bem sucedida, com a participação de muitos irmãos e irmãs.

VAMOS A ISRAEL?

Participe do CONCURSO BÍBLICO O UCI E A CPAD LEVAM VOCÊ A ISRAEL e ganhe uma viagem à TERRA SANTA

PENTECOSTAL ASSUME PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - PARÁ

O deputado Antônio Alves Teixeira, do partido pentecostal, assumiu a presidência da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, ocasião em que fez pronunciamento salientando sua convicção de que o Senhor Jesus Cristo, ao alto compareceram o sr. Governador Alípio de Costa Chaves, a diretoria, o Desembargador Edgar Viana, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (à esquerda) e outras autoridades. (Pag. 2)



MP QUINZENAL

Este mês, o MP quinzenal, com o tema 'A Palavra de Deus', será publicado em 15 de julho. O conteúdo é muito interessante e contém muitas informações importantes para os irmãos. O conteúdo é muito interessante e contém muitas informações importantes para os irmãos.

DIA NACIONAL DE MISSÕES

14 de agosto
2º domingo do mês

LEMBRE-SE DE SUA OFERTA MISSIONÁRIA

Ajude a manter aqueles que "passam à Macedônia" e levam a Palavra de Deus a outros povos e nações.

Remeta sua oferta à
Secretaria Nacional de MISSÕES

Estrada Vicente de Carvalho, 1083
RIO DE JANEIRO - RJ

Fig. 6 – Reportagem: “Pentecostal assume presidência da Assembleia Legislativa – Pará”. Mensageiro da Paz, 1º a 15 de julho de 1977, p. 1. O entusiasmo dos assembleianos com a eleição de um membro da igreja, Antônio Alves Teixeira, para a presidência da Assembleia Legislativa do Pará, estampado em primeira página.

A interpretação proposta por Eliseu Queiroz sobre “reforma social” remete ao sentido atribuído à religião como elemento de acomodação de forças em conflito. Para Weber, a religião cumpre várias funções, sendo que a primeira delas é a de manter a ordem social.³³⁰ Muito embora o próprio Weber chame a atenção para experiências históricas que demonstrariam que elementos religiosos serviriam a contestações político-sociais,³³¹ é a submissão à verdade revelada e à correta espiritualidade de amor que o indivíduo, segundo Weber, alcança a felicidade terrena e sua recompensa celestial.

Neste sentido, em específico, é que Weber destaca o “pecado original” como base de entendimento para toda a violência, pena, sofrimento, carência de amor e diferenças na situação estamental e de classe a que os homens estariam condenados. Sendo assim, Weber conclui a esse respeito que:

A providência organiza as profissões ou castas de tal modo que a cada uma delas cabe sua tarefa específica e indispensável, desejada por Deus ou estabelecida por uma ordem cósmica impessoal, valendo assim, para cada uma, exigências éticas diferentes. Elas se parecem com as partes de um organismo. As relações de poder humanas que daí resultam são relações de autoridade desejadas por Deus, e rebelar-se contra elas ou reclamar por uma vida diferente daquela que corresponde à ordem estamental é um ato de soberba da criatura que contraria a vontade divina e infringe a tradição sagrada.³³²

Por sua vez, Pierre Bourdieu, servindo-se do cabedal teórico proposto por Weber, entende que a religião contribui para uma alquimia ideológica, pela qual se opera a transfiguração das relações sociais em relações sobrenaturais.³³³ É Bourdieu quem diz que “Weber está de acordo com Marx ao afirmar que a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem, para a ‘legitimação’ do poder dos ‘dominantes’ e para a ‘domesticação dos dominados’”.³³⁴ Neste sentido, o trabalho religioso operado por pastores – ou qualquer especialista na gestão dos

³³⁰ São várias e conhecidas as contribuições de Weber para a sociologia das religiões. No entanto, para a reflexão específica sobre as funções da religião, sirvo-me de seu texto “Sociologia da Dominação” In WEBER, Max. Op. Cit., 1999, vol. 2.

³³¹ Ao tratar da “Ética religiosa no mundo” no capítulo dedicado à Sociologia da Religião, Weber destaca que o “anarquismo religioso, segundo a experiência histórica, existiu até agora como fenômeno de curta duração, porque a intensidade da fé que o condiciona é um carisma pessoal”. A reflexão proposta por Weber nos ajuda a compreender fenômenos religiosos contestatórios de uma ordem específica como, por exemplo, Canudos. Entretanto, tais movimentos religiosos são, quase que invariavelmente, eliminados ou, quando sobrevivem, operam ajustes como, por exemplo, a negação da revolução pela fé e da resistência ativa. Lutero, neste caso, é um bom exemplo. Ver mais em WEBER, Max. Op. Cit., p. 385-404.

³³² Ibid., p. 397.

³³³ Sobre este assunto ver BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. Em particular o capítulo “Gênese e estrutura do campo religioso”.

³³⁴ Ibid., p. 32.

bens de salvação – configura-se em observar que as relações sociais estão inscritas na natureza das coisas e, portanto, são justificadas.

Desse modo, podemos observar no artigo de Eliseu de Queiroz, uma leitura evangélica de mundo, em particular, o mundo social, onde o ascetismo intramundano, neste caso, compactua com a ordem política de poder. Além disso, o articulista tentou justificar o lugar que o fiel deveria ocupar/cumprir no mundo.

Se, para alguns fiéis assembleianos, César e Deus eram coisas não somente distintas como, também, diametralmente opostas, para outros, a exemplo de Joanyr de Oliveira, César poderia ser útil a Deus. As percepções políticas de Joanyr de Oliveira não eram muito benquistas em sua igreja o que talvez explique sua ausência nas páginas de o *Mensageiro da Paz*, entre o final de 1969 e meados de 1972. Seu retorno ao periódico oficial das Assembleias de Deus se fez por meio de uma coluna mensal onde ele escrevia críticas literárias.

Na edição de agosto de 1972, ele recomendou o livro “Cristo e Política”, de Oscar Cullman, mas de forma muito melindrosa, fazendo a ressalva de que não era sempre que indicava um livro da editora Paz e Terra.³³⁵ Para Joanyr, tratava-se de uma obra que apresentava uma “verdade cristalina”, qual seja, “o estado e a política não são intrinsecamente diabólicos”.³³⁶

Dessa vez, o crítico literário não se demorou no assunto, mas fez questão de reproduzir algumas passagens do livro, entre as quais, a seguinte: “a **existência** do Estado é determinada por Deus...não compete ao discípulo de Cristo tomar a iniciativa para abolir o Estado como instituição”.³³⁷

Assim, Joanyr de Oliveira recuou ao início do século XIII, fazendo coro aos defensores da teoria do direito divino providencial, entre os quais, Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino. Esses teóricos da justificação teológica do poder civil entendiam que o

³³⁵ A iniciativa de criar a editora e revista *Paz e Terra* partiu de Waldo César e Luiz Eduardo Wanderley, os quais pretendiam criar uma revista ecumênica, em 1963. Eles contaram com o apoio de Ênio da Silveira, proprietário da editora Civilização Brasileira, e, em 1966, foi publicado o primeiro número da revista. Segundo Waldo César, “o Conselho Editorial era composto de marxistas, protestantes e católicos”. Waldo César informa ainda que “o nome da editora Paz e Terra era por conta da influência da época e destes movimentos populares junto à Igreja Católica. Este nome tinha uma dimensão religiosa, como a encíclica papal ‘Pacem in Terris’ de 1963, por isso obtínhamos um certo respeito da repressão”. DIAS, Zwinglio Mota (org.). Memórias ecumênicas protestantes – os protestantes e a ditadura: colaboração e resistência. Rio de Janeiro: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, 2014, p. 99.

³³⁶ “Cristo e Política, de Oscar Cullmann”. *Jornal Mensageiro da Paz*. Ano 42, n.º 15, Rio de Janeiro, 15 de Agosto de 1972, p. 9.

³³⁷ Ibid. O grifo é do próprio Joanyr de Oliveira.

poder temporal era decorrente do poder divino. A ordem era estabelecida por Deus e, aos homens, cabia acatá-la.³³⁸

Naquela conjuntura política, nada mais agradável aos ouvidos dos militares do que o som da obediência incontestável. Joanyr não foi o único evangélico no Brasil que acreditou nessa teoria, a ponto de defendê-la. Esse discurso se reproduziu na maioria dos púlpitos e periódicos protestantes. No entanto, há de se destacar, no texto do articulista da Assembleia de Deus, sua reflexão sobre governo e política. Para ele, se o poder temporal era determinado por Deus, então a política não era algo, em si mesma, diabólico.

O ponto de vista de Joanyr de Oliveira impelia os assembleianos ao envolvimento com a política, com vistas a garantir a presença da Assembleia de Deus na realidade brasileira, não como um quisto religioso, mas como uma instituição com força suficiente para influenciar a política nacional. Um primeiro passo nessa direção foi combater a indiferença dos assembleianos em relação a questões políticas mais amplas.

Em um contexto de recrudescimento da violência praticada pela polícia e pelas forças armadas, em que torturas e desaparecimentos se acentuaram, principalmente entre os jovens, as Assembleias de Deus tomaram partido em favor da ditadura.³³⁹ A defesa do governo militar e de sua base política – no âmbito federal, estadual e municipal – deu-se de forma mais clara e objetiva, sem mais sutilezas.

Em agosto de 1972, o governador do estado de São Paulo, Laudo Natel, fez uma visita de cortesia a um templo da Assembleia de Deus. Na oportunidade, o professor e membro da igreja, João Pereira de Andrade e Silva, proferiu um discurso de recepção ao governador, destacando “o acerto e a providência de S. Excia., o Presidente da República, Gal. Emilio Garrastazu Médici, ao indicar o Dr. Laudo Natel para governar o Estado de São Paulo”.³⁴⁰

Na esteira dos elogios ao governo militar, um texto sem autoria, publicado em setembro de 1972, teve como título a palavra liberdade, em letras garrafais. Seu conteúdo exclamava que, “passados 150 anos desde que a LIBERDADE brasileira foi proclamada,

³³⁸ Sobre Teoria do direito divino e sobrenatural e suas justificações teológico-religiosas, ver MALUF, Sahid. *Teoria geral do Estado*. 23. ed. São Paulo, Saraiva, 1995.

³³⁹ É preciso ressaltar também que outras instituições como, por exemplo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entre outras apoiaram o golpe de 1964 e, inclusive, manifestaram-se favoravelmente aos militares até meados da década de 1970. Sobre este assunto, ver ROLLEMBERG, Denise. *As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)*. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. vol. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

³⁴⁰ GOVERNADOR visita Assembleia de Deus. *Mensageiro da Paz*, Ano 42, n.º 16, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1972, p. 7.

hoje, mais que nunca antes, o brasileiro se sente um homem livre, igual aos demais de quaisquer nacionalidades...”.³⁴¹ E concluía que:

Coisa significativa e elogiável ainda mais, é o interesse que hoje evidencia o Governo brasileiro em favor da juventude brasileira, envidando esforços orientativos e repressivos às práticas más, de modo a ter o Brasil um futuro mais livre, porque tendo seus filhos ainda mais sãos de mente e de costumes.³⁴²

Como se vê, o significado da palavra liberdade ganhou contornos diferentes de acordo com o grupo social e político que a utilizava. Frases de advertência, ditas e repetidas aos jovens daquela época como, por exemplo, “não confunda liberdade com libertinagem!” contribuíram para a ressignificação da palavra nos anos de chumbo.

Sob o ponto de vista dos vencedores, daqueles que apoiaram o golpe de 1964, vivíamos em um país democrático. Atividades cívico-religiosas encampadas pelas Assembleias de Deus tentavam reforçar isso entre os fiéis como, por exemplo, o desfile dos membros da Assembleia de Deus, em São Paulo, durante a comemoração pelos 150 anos da Proclamação da Independência do Brasil.

Novamente, coube ao professor João Pereira dirigir a fala às autoridades que ali se fizeram presentes: “o Presidente Médici é o legítimo Comandante de todos os brasileiros”, “comandante de um país livre e independente”, e, ainda, “um dos comandantes da Revolução Democrática vitoriosa em 31 de Março de 1964”.³⁴³ Por fim, João Pereira deixou claro que “as Assembleias de Deus filiadas ao ministério da Igreja do bairro do Belém, em São Paulo, expressam hoje, nesta concentração cívico-religiosa, o seu apoio incondicional ao Presidente Médici, ao governador Laudo Natel e as demais autoridades constituídas”.³⁴⁴

É bom que se ressalte o seguinte: João Pereira de Andrade e Silva foi o principal articulista de o *Mensageiro da Paz* na defesa do governo militar. Coube a ele, inclusive, o único artigo que tratou do contexto político em que se deu a deposição do presidente João Goulart. Em 1973, ele escreveu um artigo em que afirmou o seguinte:

Felizmente, no Brasil, a REVOLUÇÃO foi a solução melhor. Solução mais consentânea com os interesses do nosso povo. A REVOLUÇÃO reconduziu o país à estrada certa de seu destino, evitando que prosseguisse sua caminhada para o caos que se esboçava na desordem planejada, que objetivava conduzi-lo ‘ao pior’, a fim de que, perfidamente, os membros da baderna, acoitados por tantos irresponsáveis e inocentes úteis, tirassem das ‘águas turvas’ - o melhor ... para eles, deixando o Brasil, com o ‘pior’. Não foi uma ‘quartelada’, porém a eclosão do sentimento de

³⁴¹ LIBERDADE. *Mensageiro da Paz*, Ano 42, n.º 17, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1972, p. 2.

³⁴² Ibid.

³⁴³ SILVA, João Pereira de Andrade e. Assembleia de Deus em São Paulo e Sesquicentenário. *Mensageiro da Paz*, Ano 43, n.º 3, Rio de Janeiro, 15 fevereiro de 1973, p. 12.

³⁴⁴ Ibid.

brio da nacionalidade ofendida. Talvez não vivamos uma democracia plena, mas temos o Regime que mais convém ao Brasil e aos brasileiros.³⁴⁵

Sempre que possível, João Pereira de Andrade hipotecava seu apreço aos militares a ponto de declarar que o General Comandante do II Exército, Humberto de Souza Melo, era um “soldado de Jesus Cristo”.³⁴⁶ Isto porque o referido general tomou parte no ritual da Santa Ceia, comendo pão e bebendo vinho, em uma igreja Batista, em São Paulo. João Pereira considerou que “o gesto do General Humberto mostra que o Evangelho, no Brasil, alcança todas as camadas, destacando-se, entre elas, os homens que têm parte na responsabilidade da manutenção da ordem e instituições nacionais”.³⁴⁷

Não somente em São Paulo, mas em outros estados do Brasil, viu-se a adesão e cooperação das igrejas Assembleias de Deus com o regime. O governador de Goiás, Leonino Di Ramos Caiado – filiado à ARENA e alçado ao título de “amigo dos evangélicos” – nomeou Joanyr de Oliveira para o cargo de assessor político em sua administração, sob a justificativa, segundo a matéria do jornal, de que “desejava governar com os evangélicos, que realmente constituem uma força, das mais respeitáveis”.³⁴⁸

A força evangélica passou a ser considerada de forma mais séria para as composições políticas. A adesão ao regime estava consolidada. O envolvimento dos assembleianos com a política partidária, ainda não. Mas, para tanto, as principais lideranças das Assembleias de Deus se encarregaram de, gradativamente, reorientar os fiéis da igreja, principalmente os leigos, a tomar partido em favor de candidaturas evangélicas. César e Deus nunca estiveram tão próximos, até então.

2.5. "Nós" na Política

O início do ano de 1974 foi marcante para boa parte dos evangélicos no Brasil. Pela primeira vez, um protestante assumiu o maior cargo público do país. A indicação do general Ernesto Geisel pelas Forças Armadas para assumir a presidência da República e sua eleição via colégio eleitoral, ecoou entre as várias denominações evangélicas.

³⁴⁵ SILVA, João Pereira de Andrade e. Jeú, “o revolucionário”. *Mensagem da Paz*, Ano 43, n.º 12, Rio de Janeiro, 30 de junho de 1973, p. 5.

³⁴⁶ SILVA, João Pereira de Andrade e. General Comandante do II Exército, um soldado de Jesus Cristo. *Mensagem da Paz*, Ano 43, n.º 16, Rio de Janeiro, 1973, p. 2.

³⁴⁷ Ibid.

³⁴⁸ GOVERNADOR de Goiás - amigo dos evangélicos. *Mensagem da Paz*, Ano 43, n.º 9, Rio de Janeiro, 15 de Maio de 1973, p. 7. À época, Joanyr era segundo suplente de Deputado Estadual e almejava disputar as eleições para a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em 1974.

Antes mesmo das eleições, o *Mensageiro da Paz* veiculou uma matéria comentando a orientação religiosa do futuro presidente:³⁴⁹ “Sucessão presidencial - O General Ernesto Geisel, escolhido para substituir o presidente Médici, é Evangélico, de Confissão Luterana”.³⁵⁰ A reportagem ficou a cargo de João Pereira de Andrade e Silva que, de forma entusiasmada, afirmou que “o fato de ser evangélico o sucessor do general Médici, se reveste de significação especial”, complementando que a presença de Geisel na presidência seria o cumprimento de uma profecia dada por um membro da Assembleia de Deus de São Paulo.

Profecias à parte, o fato é que a ascensão do general Ernesto Geisel à presidência da República, em janeiro de 1974, não coincidiu, necessariamente, com um maior número de evangélicos presentes no parlamento brasileiro naquele ano.³⁵¹ Geisel não provocou, diretamente, uma mobilização política suficientemente organizada para que a maioria das candidaturas evangélicas tivesse sucesso nos pleitos eleitorais.

No mês de abril de 1974, o jornal *Ultimato*,³⁵² também de orientação evangélica, ressaltou em primeira página a euforia de dez milhões de evangélicos brasileiros com a eleição do primeiro presidente protestante no Brasil, e que a posse de Geisel evidenciava “a evolução histórica e sociológica que permite a um general brasileiro de origem alemã, sobretudo de formação luterana, ascender à magistratura do país”.³⁵³

No mês seguinte, Benjamin César, um dos articulistas do jornal, escreveu, na edição de maio de 1974, um artigo com o título “Governantes Evangélicos”.³⁵⁴ Nele, o autor se mostrava muito feliz pela presença temporária de um protestante à frente da presidência da República no Brasil, mas se ressentia da ausência de evangélicos à frente de governos em outros estados da federação, citando que, até aquele momento, apenas os estados do Espírito Santo, Piauí, Pernambuco, Pará e Rio de Janeiro tiveram governadores evangélicos.

A proximidade de eleições sempre trazia à baila o assunto entre lideranças evangélicas, na tentativa de motivar a comunidade de fiéis para envolver-se com o pleito

³⁴⁹ Não se trata aqui de uma narrativa teleológica, mas de demonstrar que na notícia veiculada pelo jornal, deixou-se claro que o próximo presidente seria Ernesto Geisel. Não se cogitava que algum outro candidato, sobretudo do MDB, poderia vir a ser o presidente da república.

³⁵⁰ SILVA, João Pereira de Andrade e. Sucessão presidencial. *Mensageiro da Paz*, Ano 43, n.º 15, Rio de Janeiro, 1973, p. 2.

³⁵¹ Em 1974, houve eleição indireta para a Presidência da República (15 de janeiro), eleição indireta para o Executivo Estadual (03 de outubro) e eleição direta para o Senado, Câmara Federal e para as Assembleias Legislativas (15 de novembro). Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

³⁵² O jornal *Ultimato* foi fruto da iniciativa do presbiteriano Elben M. L. César, seu Diretor-fundador. O primeiro número veio a público em janeiro de 1968. Apesar da convicção evangélica de seu fundador e de seus colaboradores, o *Ultimato* não estava vinculado a nenhuma denominação protestante. Para Elben César, tratava-se de se criar um periódico “sem cor denominacional” e que preenchesse a lacuna que outros jornais evangélicos não cumpriam: propagar a fé evangélica fora dos arraiais evangélicos.

³⁵³ O NOVO presidente. *Ultimato*, Ano VII, n.º 68, Viçosa, MG, abril de 1974, p. 1.

³⁵⁴ CÉSAR, Benjamin. Governantes evangélicos. *Ultimato*, Ano VII, n.º 69, Viçosa, MG, maio de 1974, p. 2.

eleitoral, fosse candidatando-se a cargos eletivos, fosse participando ativamente na eleição de candidaturas protestantes. As comunidades evangélicas foram se tornando, gradativamente e de forma consciente, espaços de mobilização política, inclusive, despertando a atenção do governo.

No Maranhão, por exemplo, um pedido de busca da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) solicitou informações sobre as “atividades de grupos religiosos não-católicos”.³⁵⁵ O informante destacou no documento confidencial que os evangélicos dedicavam-se “à pregação da Bíblia, aplicando-a à vida de seus seguidores”, além de promover “grupos de catequese” e “pregações por intermédio do rádio ou através de amplificadores”. E, ainda, “Quanto à atuação no campo político, registramos o apoio que têm dado aos candidatos a deputado estadual ENOC VIEIRA DE ALMEIDA atualmente vereador da Capital e RAIMUNDO LIMA (Deputado Estadual), ambos pertencentes à ARENA”.³⁵⁶

Enoc Vieira era membro da Igreja Batista em São Luís e saiu vitorioso naquela eleição, enquanto que Raimundo Lima, membro da Assembleia de Deus, também na capital maranhense, não teve a mesma sorte. No restante do Brasil o quadro não foi muito diferente. Entre 1974 e 1977, a única notícia veiculada pelo *Mensageiro da Paz* diretamente relacionada a políticos que fossem membros de sua igreja se deu por ocasião da posse do deputado estadual Antônio Alves Teixeira. Ele era membro da Assembleia de Deus, em Belém, e se tornou presidente da Assembleia Legislativa paraense.³⁵⁷ Na Câmara Federal, o número de deputados evangélicos não era proporcional à quantidade de fiéis no Brasil.

Ao todo eram 13 deputados declaradamente evangélicos, a maioria, do estado do Rio de Janeiro, e apenas dois do Norte e Nordeste do país. Chama a atenção o fato de que somente quatro parlamentares eram filiados à ARENA,³⁵⁸ enquanto que mais que o dobro destes era do MDB. Além disso, a ampla maioria dos deputados que constituíam esse grupo de parlamentares pertencia às igrejas Batista e Presbiteriana.

³⁵⁵ ARQUIVO Público do Estado do Maranhão, Fundo “DOPS” Série “Subversivos”, Dossiê n.º 160, Caixa 13, Informação n.º 175/SI/DOPS, 14/11/1974. PB n.º 622/19/AFZ/74.

³⁵⁶ Ibid.

³⁵⁷ “Pentecostal assume presidência da Assembleia Legislativa – Pará”. *Jornal Mensageiro da Paz*. Ano 47, n.º 7 - 1 a 15 de Julho de 1977, p. 1 e 3. A notícia também ressaltava que Antônio Alves Teixeira era o líder do governo e da Arena na Assembleia Legislativa do Pará.

³⁵⁸ A respeito da composição política da Arena e a representatividade político-partidária que a legenda obteve entre os eleitores brasileiros, ver GRINBERG, Lucia. *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

Quadro 1
Deputados Federais Evangélicos (1975)

Nome	Estado	Legenda	Igreja
Aldo Fagundes	Rio Grande do Sul	MDB	Metodista
Antonio Belinatim	Paraná	MDB	Presbiteriana
Antunes de Oliveira	Amazonas	MDB	Batista
Justiniano Augusto de Araújo Trein	Rio Grande do Sul	ARENA	Presbiteriana
Daniel Silva	Rio de Janeiro	MDB	Batista
Daso Coimbra	Rio de Janeiro	ARENA	Congregacional
Edgar Martins	São Paulo	MDB	Batista
Erasmio Martins	Rio de Janeiro	MDB	Presbiteriana
Gioia Junior	São Paulo	ARENA	Batista
Igo Losso	Paraná	ARENA	Adventista
Joel Ferreira	Amazonas	MDB	Batista
Lysâneas Maciel	Rio de Janeiro	MDB	Presbiteriana
Rubem Dourado	Rio de Janeiro	MDB	Presbiteriana

Quadro elaborado pelo autor. Rio de Janeiro, 2016. Fonte: Jornal *Ultimato*.

Segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), havia 364 deputados na Câmara Federal, em 1975. Sendo assim, 13 deputados compondo este grupo parlamentar de evangélicos não me parece número muito expressivo e nem representativo para a quantidade de evangélicos que havia no Brasil. Esse tema se tornou durante algum tempo recorrente nos periódicos protestantes: a falta de uma mobilização político-partidária de forma mais eficiente e consistente tinha implicações para as igrejas evangélicas. Em outras palavras eu diria, parafraseando o nome de uma comunidade religiosa, como os evangélicos poderiam ganhar “o Brasil para Cristo”, sem que, primeiramente, ganhassem as eleições?

Outro dado relevante é o fato de que, em 1975, não se viu registrado nenhum parlamentar da Assembleia de Deus na Câmara Federal. No entanto, a legislatura de 1987 a 1991 contou com a presença de 13 (treze) deputados somente da Assembleia de Deus.³⁵⁹ Uma mudança significativa que despertou a atenção de sociólogos e cientistas políticos.

Algumas lideranças das Assembleias de Deus motivaram a participação dos fiéis na arena política, não sem antes haver um confronto interno entre os setores da igreja que ainda eram refratários a essa ideia. Após a Convenção Geral das Assembleias de Deus,³⁶⁰ realizada

³⁵⁹ FRESTON, Paul. Op. Cit., p. 191.

³⁶⁰ A título apenas de curiosidade, o então ministro Golbery do Couto Silva fez um despacho que foi publicado no Diário Oficial da União, dispensando do “ponto” os funcionários públicos federais da administração direta e

em janeiro de 1977, na cidade de Recife, Joanyr de Oliveira tomou posse como diretor de publicações da CPAD e, por extensão, do jornal oficial igreja.

A partir de então, foi criado, na coluna “Informação” de o *Mensageiro da Paz*, um espaço denominado “Parlamento” dedicado a mostrar as atividades desenvolvidas na Câmara dos Deputados. O layout da coluna distinguia as atividades dos deputados evangélicos e as dos “outros” parlamentares. A coluna manteve-se no jornal entre os anos de 1977 e 1978, período em que Joanyr de Oliveira o dirigiu.

Ao longo de um ano, nove deputados evangélicos foram citados nas páginas de o *Mensageiro da Paz*, sendo que Daso Coimbra (ARENA-RJ) e Edgar Martins (MDB-SP) foram os deputados federais que mais vezes apareceram na referida coluna (23 e 15 vezes, respectivamente). Entre os parlamentares evangélicos citados na coluna, havia muito mais filiados ao MDB – seis deputados – do que da ARENA.

É preciso refletir sobre este aspecto. O caso, por exemplo, de Gamaliel Bueno Galvão coloca em suspenso qualquer análise que pretenda vincular, de forma automática, os evangélicos à ARENA, partido governista durante a ditadura militar. Gamaliel Bueno foi um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Paraná, em 1945, mas, com a instauração do bipartidarismo, filiou-se ao MDB, elegendando-se deputado federal, em 1974.

O fato de ter sido filho de Clímaco Bueno Aza,³⁶¹ um dos principais pastores das Assembleias de Deus no Brasil, deve ter lhe rendido algum prestígio entre os evangélicos dessa igreja. É impossível saber se os membros das Assembleias de Deus do Paraná votaram em favor de Gamaliel, pois não há informações nem dados suficientes para tal afirmação.

Entretanto, é possível considerar que, se houve votos das Assembleias de Deus para Gamaliel Bueno Aza, isto tem menos a ver com o partido político do qual Bueno Aza fazia parte, e muito mais com um sentimento de identificação pessoal para com um indivíduo cuja história de sua família, bem como sua própria trajetória de vida reforçou os aspectos morais, religiosos e ascéticos tão destacados no discurso assembleiano. A própria trajetória política de

autarquias que comprovadamente comparecessem à Convenção Geral das Assembleias de Deus, em Recife. Além disso, o ministro enviou um telegrama para o pastor Manoel Ferreira em que ratificava essa informação. O telegrama foi reproduzido no *Mensageiro da Paz*, Ano 47, n.º 1, Rio de Janeiro, 1977, p. 4.

³⁶¹ Segundo Emílio Conde, historiador das Assembleias de Deus, o colombiano Clímaco Bueno Aza atuou como colportor e evangelista na Estrada de Ferro Belém-Bragança no início do século XX. Em 1916, residia em Macapá distribuindo Bíblias e folhetos evangélicos e, em 1918, foi ordenado pastor. Em 1921 transferiu-se para o Maranhão ministrando os cultos da Assembleia de Deus em São Luís. Em 1925, residiu no estado da Guanabara, a convite de Gunnar Vingren, para auxiliar na direção da recém-criada Assembleia de Deus na capital federal. Em fevereiro de 1927 mudou-se para Belo Horizonte, Minas Gerais, realizando ali os primeiros cultos da Assembleia de Deus no estado. Foi para a cidade de Natal, em meados da década de 1930 e, em 1939, estava em Curitiba, Paraná, sendo responsável pela direção da Assembleia de Deus no estado até o ano de 1942. No início de 1943, Clímaco foi designado pastor da AD de Petrópolis, atuando nessa cidade até março de 1946. CONDE, Emílio. Op. Cit.

Gamaliel Bueno Aza, a despeito de ter pertencido ao MDB, não o coloca como um parlamentar opositor ao governo militar.

Por sua vez, Daso Coimbra torna-se exemplo daquelas candidaturas evangélicas que se fortaleceram durante a ditadura militar, ao reafirmar o discurso conservador, moralista e fundamentalista entre os evangélicos. Ele era Presidente da Mocidade Cristã da Igreja Evangélica Congregacional, no Rio de Janeiro. Filiou-se primeiramente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na década de 1950, sendo eleito por duas vezes para a Assembleia Legislativa (1954 e 1958). Em 1962, elegeu-se deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) e, com o advento do bipartidarismo no Brasil, filiou-se à ARENA, reelegendo-se por diversas vezes consecutivas.³⁶²

Durante o tempo em que foi mantida, a coluna jornalística “Parlamento” serviu, por um lado, para dar maior visibilidade à atuação política dos parlamentares evangélicos e, por outro, trazer a política partidária para mais próximo dos membros das Assembleias de Deus. Os temas debatidos na Câmara dos Deputados como, por exemplo, previdência, salário-mínimo, tabagismo, obras públicas, entre outros eram apresentados no jornal juntamente com o parlamentar que havia provocado alguma discussão sobre o assunto.

Como dito anteriormente, esse envolvimento mais direto com a política por meio das páginas de um jornal que, em sua origem, foi criado para evangelização, bem como para reafirmação das doutrinas da igreja, não foi muito bem visto por boa parte dos pastores das Assembleias de Deus.

Em razão disso, Joanyr de Oliveira escreveu na “Coluna do Diretor”, no início de 1978, um artigo onde ele afirmava que “considerável parcela da comunidade evangélica é hostil aos que se dedicam a esse tipo de atividade”,³⁶³ a política. Para Joanyr, isto era consequência de “velhos e generalizados preconceitos” que estariam por demais arraigados entre os fiéis da igreja.

³⁶² Com o retorno do pluripartidarismo e a extinção da ARENA, Daso Coimbra prosseguiu sua vida política de forma camaleônica. Em 1980, ele filiou-se ao Partido Popular (PP). Em fevereiro de 1982, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), elegendendo-se deputado federal por esta legenda, naquele mesmo ano. Votou a favor da emenda Dante de Oliveira e no candidato à presidência da República, Tancredo Neves, em 1984. Ainda no PMDB, foi eleito deputado federal constituinte, em 1986, e compôs o grupo denominado “Centrão”. Filiou-se ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN) quando da eleição de Fernando Collor de Melo à presidência da República, em 1989; porém, não conseguiu reeleger-se nas eleições de 1990. Afastado da vida pública, foi, em 1997, acusado de liderar um esquema de fraudes na Câmara Federal, e indiciado por estelionato e formação de quadrilha, mas alegou “insanidade mental” para não prestar depoimento. Morreu em 2007, no Rio de Janeiro. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. Documentos de Arquivos Pessoais. Verbete: Daso Coimbra. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

³⁶³ OLIVEIRA, Joanyr de. Nós, a Política e o Parlamento. *Mensageiro da Paz*, Ano 48, n.º 1083, Rio de Janeiro, 1 a 15 de janeiro de 1978, p. 2.

Na tentativa de fazer a defesa da participação política de evangélicos no parlamento brasileiro, Joanyr de Oliveira afirmou que em todas as áreas existem profissionais que se caracterizam pelo “desrespeito à ética, falta de seriedade, desonestidade...”, mas que “os evangélicos autênticos estão no parlamento como intérpretes dos nossos pontos de vista, de nossas proposições”.³⁶⁴

Porém, a conclusão a que chega o diretor de o *Mensageiro da Paz* em relação ao envolvimento da sua igreja com a política foi um tanto ambígua e enigmática: “temos dito que pode o crente entrar na política, mas não se deve admitir em hipótese alguma, que a política entre no crente. Porque devemos buscar primeiramente o reino de Deus e a Sua justiça”.³⁶⁵

Fazendo um trocadilho irresistível aqui com o título do artigo de Joanyr, diria que a política era um “nó” difícil de desatar entre a maioria dos fieis das Assembleias de Deus. Para estes, era preciso manter o ascetismo religioso, o desapego ao mundo e preparar-se para o retorno do messias. Se havia uma crença indubitável de que o seu deus era o único ser capaz de resolver os problemas na Terra, por que razão então preocupar-se com política partidária? A ordem e promessa bíblica de “buscai primeiramente o reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas”³⁶⁶ tinha ou não validade entre os crentes?

As respostas a estas e outras questões, contribuíram durante muito tempo para uma desmobilização política no interior das igrejas evangélicas. O adágio popular “una-se, mas não se misture” talvez explique melhor essa relação ambígua e tênue entre os assembleianos e a política partidária entre 1964 e 1980. Os fiéis da igreja orgulhavam-se e envaideciam-se em ver deputados, prefeitos, governadores etc., prestigiando seus cultos, mas, ao mesmo tempo, eram pouco afeitos a mobilizações políticas, sobretudo no envolvimento direto com partidos e/ou candidaturas eletivas.

O fato é que Joanyr de Oliveira foi indiferente às vozes contrárias à sua posição e, durante o tempo em que foi diretor de o *Mensageiro da Paz*, manteve as notícias sobre o parlamento, as quais, de forma geral, serviram muito mais como vitrine aos parlamentares evangélicos do que para o debate político entre os membros da igreja.

O deputado federal Joel Ferreira (MDB-AM), por exemplo, defendeu que se realizasse uma reforma constitucional com os congressistas eleitos em 1974, posicionando-se contrário à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.³⁶⁷ Edgar Martins (MDB-

³⁶⁴ Ibid.

³⁶⁵ Ibid.

³⁶⁶ Texto extraído da Bíblia, Novo Testamento, livro de Mateus, capítulo 6, versículo 33.

³⁶⁷ PARLAMENTO - Deputados Evangélicos. *Mensageiro da Paz*, Ano 47, n.º 8, Rio de Janeiro, 16 a 31 de julho de 1977, p. 9.

SP) fez um discurso na Câmara dos Deputados exigindo que a Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo tomasse providências junto ao Sindicato dos Metalúrgicos daquele estado, a fim de que fosse devolvido aos trabalhadores o imposto sindical que estaria sendo descontado de forma ilegal.³⁶⁸ Por sua vez, Gioia Junior (ARENA-SP) apresentou um projeto de lei bastante curioso, cuja proposta facultava à pessoa física “abater até 10% da renda bruta em sua declaração de Imposto de Renda a contribuições para as igrejas de quaisquer credo religioso”.³⁶⁹

Independentemente da sigla partidária, os parlamentares evangélicos evitavam confrontar o governo, mesmo em matérias complicadas como, por exemplo, a lei do divórcio. A emenda proposta pelo senador Nelson Carneiro (MDB-RJ), aprovada e transformada em Lei n.º 6.515 de 26 de dezembro de 1977 e que instituiu o divórcio no Brasil,³⁷⁰ provocou um fervoroso debate entre os membros das Assembleias de Deus, entre 1977 e 1978.

A maioria dos pastores da igreja era completamente contrária à aprovação dessa emenda parlamentar. Para eles, tratava-se de um dispositivo constitucional que atentava contra os princípios cristãos.³⁷¹ Produziu-se uma celeuma enorme em torno do assunto, de tal maneira que a liderança da igreja teve que pôr “panos quentes” para amenizar os ânimos mais exaltados.

Logo após a aprovação da emenda Nelson Carneiro, a redação de o *Mensageiro da Paz* publicou uma matéria com o título “Divórcio: Deputados Evangélicos votaram pela dissolubilidade do vínculo conjugal”, em que se informou a quantidade de parlamentares favoráveis e contrários à emenda, como também relacionou nominalmente os deputados evangélicos que votaram a favor.

³⁶⁸ PARLAMENTO - Deputados Evangélicos. *Mensageiro da Paz*, Ano 48, n.º 1093, Rio de Janeiro, 16 a 30 de junho de 1978, p. 9.

³⁶⁹ PARLAMENTO - Deputados Evangélicos. *Mensageiro da Paz*, Ano 48, n.º 1087, Rio de Janeiro, 1 a 15 de março de 1978, p. 9.

³⁷⁰ A aprovação da proposta de lei do senador Nelson Carneiro (MDB-RJ) só foi possível graças, também, a um conjunto de mudanças propostas pelo presidente Geisel, que ficaram conhecidas como “Pacote de Abril”.

³⁷¹ Os evangélicos das Assembleias de Deus, como também de outras denominações religiosas, costumam justificar a indissolubilidade conjugal por meio do Novo Testamento, especificamente o Livro de Marcos, Capítulo 10, versículos 2-12, onde se lê o seguinte: “Alguns fariseus aproximaram-se dele para pô-lo à prova, perguntando: ‘É permitido ao homem divorciar-se de sua mulher?’ / ‘O que Moisés ordenou a vocês?’, perguntou ele / Eles disseram: ‘Moisés permitiu que o homem lhe desse uma certidão de divórcio e a mandasse embora’ / Respondeu Jesus: ‘Moisés escreveu essa lei por causa da dureza de coração de vocês / Mas no princípio da criação Deus ‘os fez homem e mulher / Por esta razão, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, / e os dois se tornarão uma só carne’. Assim, eles já não são dois, mas sim uma só carne / Portanto, o que Deus uniu, ninguém o separe’ / Quando estava em casa novamente, os discípulos interrogaram Jesus sobre o mesmo assunto / Ele respondeu: ‘Todo aquele que se divorciar de sua mulher e se casar com outra mulher, estará cometendo adultério contra ela / E, se ela se divorciar de seu marido e se casar com outro homem, estará cometendo adultério’”.

A medida que deverá repercutir intensamente nos meios religiosos, sobretudo nas Assembleias de Deus (a maioria dos pastores, ao que consta, opõe-se ao divórcio) e, provavelmente, será examinada pela próxima Convenção Geral, dadas as grandes implicações que suscita, foi apoiada pelos parlamentares evangélicos Antunes de Oliveira (Batista-AM), Daniel Silva (Batista-RJ), Daso Coimbra (Congregacional-RJ), Erasmo Martins Pedro (Presbiteriano-RJ), Edgar Martins (Batista-SP), Gióia Júnior (Batista-SP) e Aldo Fagundes (Metodista-RS).³⁷²

Alguns pastores pretenderam redigir um manifesto desaprovando a lei do divórcio, o que deixou a cúpula da igreja preocupada. O presidente do Conselho Administrativo da CPAD, Pr. Alípio da Silva, e o presidente da Junta Executiva de Deliberações da Convenção Geral, Pr. Túlio Barros Ferreira, recomendaram aos pastores assembleianos o seguinte:

Que não seja tomada qualquer medida, com base na lei que instituiu o Divórcio no Brasil nem que possa prejudicar o bom relacionamento que sempre houve entre as Assembleias de Deus e as autoridades constituídas, a fim de que seja conservado, entre nós, o princípio do respeito às instituições do país.³⁷³

Ironicamente, foram as mudanças propugnadas por um presidente de origem evangélica, Ernesto Geisel, que propiciaram a vitória de uma emenda constitucional tão criticada pelos fiéis das Assembleias de Deus. A inquietação dos membros da igreja diante deste novo quadro nas relações matrimoniais se arrastou até meados de 1978. Foi necessária a criação de um grupo de pastores para analisar a nova lei e orientar a igreja em relação à mesma.

Em 1978, uma comissão especial, criada para tratar do divórcio nas Assembleias de Deus, fez um pronunciamento público aos fiéis da igreja. As Assembleias de Deus passaram a admitir o divórcio sem levar em consideração nenhum aspecto civil, restringindo-se única e exclusivamente na orientação bíblica.

2º AS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL somente admitirão o Divórcio, conforme a lei, nos casos de Ministros (Pastores e Evangelistas) e Oficiais (Presbíteros e Diáconos) da Igreja, quando se tratar de ocorrência de infidelidade conjugal comprovada ou evidenciada em atos públicos e notórios.³⁷⁴

E, de forma peremptória, defenderam a seguinte posição:

O Ministro ou Oficial divorciado, caso venha a contrair novas núpcias, enquanto viver o ex-cônjuge perderá sua condição ministerial. Não se admitirá, em hipótese alguma, a celebração de casamento religioso de divorciados, mesmo que apenas um deles esteja nessa condição. Não se consagrará divorciado ou casado com divorciado a quaisquer cargos ministeriais. O Pastor que acolher Obreiro divorciado ou se

³⁷² DIVÓRCIO. *Mensageiro da Paz*, Ano 47, n.º 7, Rio de Janeiro, 1 a 15 de julho de 1977, p. 12.

³⁷³ SILVA, Alípio da e FERREIRA, Túlio Barros. Divórcio: recomendação aos pastores. *Mensageiro da Paz*, Ano 47, n.º 9, 1977, p. 12.

³⁷⁴ DIVÓRCIO: Comissão faz pronunciamento. *Mensageiro da Paz*, Ano 48, n.º 1086, Rio de Janeiro, 16 a 28 de fevereiro de 1978, p. 11.

recusar a cumprir estas determinações, perderá o reconhecimento da Convenção Geral e, assim, de todas as Assembleias de Deus no Brasil.³⁷⁵

A polêmica sobre o divórcio não foi suficientemente forte para estremecer as relações das Assembleias de Deus com o governo federal, mas, por outro lado, colocou em xeque os parlamentares evangélicos como legítimos defensores dos interesses de sua comunidade religiosa. Se, a despeito da opinião dos pastores e de outras lideranças religiosas, a maioria dos deputados provou atuar conforme seus interesses, onde estaria a necessidade, portanto, de representação evangélica no Congresso Brasileiro?

Joanyr de Oliveira deve ter percebido o aspecto nevrálgico que toda essa discussão suscitou entre os seus pares e os possíveis desdobramentos que a matéria poderia provocar entre os assembleianos. De tal maneira que escreveu um artigo onde se indagou sobre a participação política dos membros das Assembleias de Deus, tendo em vista a proximidade das eleições de 1978.

Seu texto ressaltou que “a Igreja de Cristo não é um partido político”³⁷⁶ e nem poderia comprometer-se com ideologias. Para Joanyr, a igreja, enquanto instituição sagrada, não deveria atuar politicamente. Porém, para ele, os membros dessa igreja, que também são cidadãos, não estariam incorrendo em nenhum ato ilícito se decidissem seguir a política partidária.

Joanyr deixou claro a seus leitores que, ao votar, poderiam tanto ajudar “a obra de Deus” quanto “oferecer armas a mãos inimigas”, não cabendo, então, a posição de “meros espectadores”.³⁷⁷ A partir daí, o articulista propôs uma classificação, com impregnações sociológicas, das candidaturas que disputavam os votos dos evangélicos: a) “os inimigos do evangelho e dos evangélicos”; b) “os indiferentes”; c) “os católicos, espíritas, ateístas”; d) “os de origem evangélica”; e) “os pseudo-evangélicos”; e, finalmente, f) “os evangélicos”.³⁷⁸

Essa categorização política, elaborada por Joanyr de Oliveira, demonstra a racionalização que membros das Assembleias de Deus fizeram sobre as candidaturas

³⁷⁵ Ibid.

³⁷⁶ OLIVEIRA, Joanyr de. Em quem votaremos? *Mensageiro da Paz*, Ano 48, n.º 1095, 16 a 31 de julho de 1978, p. 2.

³⁷⁷ Ibid.

³⁷⁸ Ibid. As categorias classificadas por Joanyr de Oliveira foram assim distinguidas: “1. Os inimigos do evangelho e dos evangélicos, que não se revelam como tais nos períodos pré-eleitorais; 2. Os indiferentes, para os quais, em matéria de religião, tudo está bem, ou tanto fez, tanto faz; 3. Os católicos, espíritas, ateístas, (que podem estar, também, no item 1) que representam suas religiões ou grupos e, uma vez eleitos, cuidarão principalmente deles; 4.1 Os evangélicos, cujas vidas falarão tanto quanto suas tomadas de posição, de que experimentaram o ‘novo nascimento’ em Cristo Jesus; 4.2 Os de origem evangélica, alguns dos quais, mesmo afastados, são amigos da igrejas e não vacilam em tomar posição em favor de nossa comunidade; 4.3 Os pseudo-evangélicos, que usam o título de pentecostais, de presbiterianos, de congregacionais etc., mas agem como ímpios e envergonham a Cristo ao se dizerem seus seguidores.”

partidárias que se ofereciam em vésperas de eleições, a ponto de distingui-las e caracterizá-las conforme os aspectos externos e subjetivos evidenciados em cada candidato. Desse modo, pretendeu-se orientar os fiéis da igreja quanto ao voto nas eleições de 1978 e, de uma vez por todas, inserir a igreja no cenário político e eleitoral do país.

2.6. A redemocratização e as Assembleias de Deus: novos tempos, antigas tensões

O fim da década de 1970 marcou o período em que se consolidou o processo de redemocratização e abertura política no Brasil. Em maio de 1978 eclodiu a greve operária em São Bernardo do Campo, São Paulo, e que reuniu cerca de 40 mil trabalhadores das principais fábricas da região do ABC paulista.

Em setembro de 1978, houve o Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia – na cidade de Salvador –, e, em novembro do mesmo ano, o I Congresso Nacional pela Anistia, em São Paulo. Ambos foram fundamentais para a aprovação da Lei da Anistia, sancionada em 28 de agosto de 1979, no governo do general João Baptista Figueiredo. E, em novembro de 1979, chegava ao fim o bipartidarismo no Brasil, onde novos partidos políticos – herdeiros ou não da ARENA e do MDB – foram criados pela reforma partidária.³⁷⁹

No cenário internacional, o bispo polonês Karol Wojtila foi declarado Papa, assumindo a liderança da Igreja Católica, em 1978, enquanto que 918 membros da Igreja “Templo dos Povos”, do pastor James Warren “Jim” Jones, cometeram suicídio coletivo na cidade de Jonestown, Guiana.³⁸⁰ Em 1979, Margaret Thatcher tornou-se a primeira mulher a ser primeira-ministra do Reino Unido. Por sua vez, Ruhollah Khomeini liderou, naquele mesmo ano, uma revolução no Irã que depôs o Xá Reza Pahlevi, instaurando uma república islâmica teocrática sob o controle dos aiatolás.

O Brasil e o mundo passavam por transformações profundas e as Assembleias de Deus não ficaram alheias também às mudanças. Em 1979, ocorreu na cidade de Porto Alegre a 24ª Convenção Geral das Assembleias de Deus que marcou uma nova fase da igreja,

³⁷⁹ Sobre os movimentos de redemocratização entre 1974 e 1985, ver ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). Op. Cit., p. 321-353.

³⁸⁰ Algumas matérias foram publicadas em o *Messageiro da Paz* comentando essas duas notícias. O editorial da edição de n.º 1100, em 1978, afirmou que a eleição de Karol Wojtila para o papado tinha a ver com "o compromisso cada vez maior do catolicismo romano com os movimentos políticos de esquerda, tanto na Europa quanto na América Latina". O editorial ainda ressaltou a nacionalidade polonesa de João Paulo II, o que denunciaria "sua atuação como chefe religioso sob um governo comunista", além de estar "contaminado por elementos marxistas e comprometido com a teologia da libertação e do evangelho social". Já o editorial publicado na edição de n.º 1101, em 1979, comentou o suicídio coletivo praticado pelos adeptos da Igreja "Templo dos Povos", afirmando que se tratava de uma “seita” onde Jim Jones era “um pregador sem qualquer crença na religião, um especulador imobiliário com visões marxistas, um sofisticado manipulador político”.

caracterizada pelo afastamento da política partidária e pelo recrudescimento fundamentalista no interior da igreja.

De acordo com os estatutos aprovados durante a convenção, a Mesa Diretora com mandato de dois anos ficou assim constituída: presidente, pastor Túlio Barros Ferreira (RJ), 1º Tesoureiro, pastor Luiz Francisco Fontes (RJ), 2º Tesoureiro, pastor Gilberto Gonçalves Malafaia (RJ). O pastor Paulo Leivas Macalão, da Assembleia de Deus de Madureira, Rio de Janeiro, foi eleito Conselheiro Vitalício do Conselho Administrativo da CPAD, e coube a Custódio Rangel Pires – industrial, presbítero da Assembleia de Deus de Niterói/RJ e Presidente da ADHONEP (Associação de Homens de Negócios Pentecostais) – a direção executiva da CPAD. Ficou latente a força institucional dos pastores do estado do Rio de Janeiro nas Assembleias de Deus.

Com a saída de Joanyr de Oliveira da direção de publicações da CPAD, a coluna “Parlamento” foi extinta de o *Mensageiro da Paz*, e o jornal acentuou seu caráter evangelístico, trazendo de maneira muito mais espaçada notícias com conteúdo político. Um primeiro artigo publicado sob a nova direção demonstrou a mudança de tom do periódico. Antenor Coelho da Silva escreveu um texto onde enfatizou que o papel principal da Igreja era “a evangelização do mundo”, e que “não é de nossa alçada quaisquer pretensões de caráter político visando ‘benefícios’ às denominações evangélicas”, pois “ela (a igreja) não combate aos governos, mas ao pecado”.³⁸¹

Por sua vez, Geziel Gomes com o artigo “Para onde vamos?” – curiosamente publicado na antiga coluna destinada a Joanyr de Oliveira – também deixou claro os novos rumos que a igreja pretendia seguir. Para o articulista, “a Igreja de Cristo não pode se envolver com problemas de nacionalismo xenófobo ou extemporâneo, posto que, como corpo místico de Cristo, ela é supranacional”.³⁸²

Além disso, Geziel Gomes ratificou os princípios pré-milenaristas da Igreja, afirmando que os fiéis das Assembleias de Deus não pertenciam à terra, mas eram “peregrinos, a caminho da Sião celestial”. E, de forma contundente, ele advertiu os membros da igreja: “Ai dos que se apegam a esta vida e se comprometem como se não possuíssem uma vocação celestial”.³⁸³

Nesta sequência de artigos que foram publicados no *Mensageiro da Paz*, um terceiro com o título “Onde chegamos!!!”, escrito pelo pastor José Apolônio, trouxe críticas quanto à

³⁸¹ SILVA, Antenor Coelho da. A Função da Igreja na Terra. *Mensageiro da Paz*, Ano 49, n.º 1102, 1 a 28 de fevereiro de 1979, p. 4.

³⁸² GOMES, Geziel. Para onde vamos? *Mensageiro da Paz*, Ano 49, n.º 1103, Março de 1979, p. 3.

³⁸³ Ibid.

forma que as Convenções Gerais das Assembleias de Deus tinham se transformado. Para ele, era preciso mudar, pois as “convenções são mais parecidas com assembleias legislativas ou câmaras de vereadores, onde atuam os partidos políticos. Ao invés de pastores (ministros de Deus) ungidos pelo Espírito Santo, temos oradores mestrados, com linguagem política”.³⁸⁴

Em seu extenso artigo de quase uma página, Apolônio trouxe à baila os princípios teológicos de sua igreja, reafirmando que a mesma tinha sido organizada para “pregar o Evangelho completo”, isto é, “salvação, cura divina, batismo no Espírito Santo, libertação e segunda vinda de Jesus”.³⁸⁵ Para ele, os pastores “trocaram a Bíblia pelo Código Civil, o título pastoral por um diploma de advogado, querendo valer suas proposições, citando as leis e ameaçando até”.³⁸⁶

Assim, deixou-se claro para todos os assembleianos que a igreja deveria voltar-se para a sua função espiritual e afastar-se de discussões políticas ou mesmo assumir posições partidárias. A redação de o *Mensageiro da Paz* explicou a função que o periódico teria de cumprir na igreja: “o órgão oficial das Assembleias de Deus no Brasil, desempenha uma tríplice tarefa, sendo, a um só tempo, noticioso, doutrinário e evangelístico”.³⁸⁷

Em seu papel *noticioso*, a direção do jornal esclareceu que se ocuparia em apresentar aos seus leitores “uma verdadeira suma do noticiário internacional no que mais de perto interessa à igreja em geral e em particular aos Obreiros que militam nos povoados mais afastados das grandes cidades e, portanto, com pouco acesso aos veículos de comunicação”.³⁸⁸ Os diretores de o *Mensageiro da Paz* esclareceram ainda que os noticiários contariam com a colaboração do Centro Brasileiro de Informação Missionária (CEBIMI) e dos consulados da Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Canadá e Países Baixos.

Desse modo, a Assembleia de Deus que, em meados da década de 1970, ensaiou uma conscientização política de seus membros, ao incluir na pauta de seu principal veículo de comunicação a importância do parlamento, retrocedeu aos anos em que o absentismo político a caracterizou. A tentativa de algumas lideranças em demonstrar que a Assembleia de Deus não estava desvinculada das questões sociais e políticas que se apresentavam no país foi preterida face aos aspectos doutrinários da igreja.

A eleição do general João Baptista Figueiredo, por exemplo, teve pouco destaque nas páginas de o *Mensageiro da Paz*. O periódico limitou-se a informar a cerimônia de posse do

³⁸⁴ APOLÔNIO, José. Onde chegamos!!! *Mensageiro da Paz*, Ano 49, n.º 1106, 1 a 31 de Junho de 1979, p. 11.

³⁸⁵ Ibid.

³⁸⁶ Ibid.

³⁸⁷ EDITORIAL: A tríplice missão deste jornal. *Mensageiro da Paz*, Ano 49, n.º 1107, 1 a 31 de julho de 1979, p. 4.

³⁸⁸ Ibid.

novo presidente, sem conferir muito destaque ao assunto. Enquanto que, no Brasil, os movimentos sociais pelo retorno da democracia avançavam, os pastores das Assembleias de Deus insistiram numa leitura espiritualizada e, ao mesmo tempo, escatológica dos acontecimentos.

Dois artigos publicados no *Mensageiro da Paz*, em outubro e novembro de 1979, exemplificam este cenário no interior da igreja. Sob o título “ANISTIA PARA TODOS”, o artigo de Francisco Carlos Filho não fez qualquer comparação ou simples menção ao movimento em defesa dos que foram cassados e/ou perseguidos pela ditadura militar no Brasil. Sua reflexão consistiu no seguinte: “Estamos exilados. Fora do nosso ambiente. Mas brevemente seremos transportados ao nosso lar. Estaremos entre os nossos entes queridos”.³⁸⁹ O ambiente era a “terra prometida”, e os entes queridos eram aqueles que morreram “crentes em Jesus”.

O segundo artigo, este assinado por José Francisco Sérgio, questionou a “época das reivindicações, do grito pela liberdade”.³⁹⁰ Para o autor, todos os protestos, tanto aqueles realizados pela “raça negra” ou pela “mocidade”, reclamando “liberdade de costumes, insurgindo-se contra o tradicionalismo”, sempre dão maus resultados, pois, em sua opinião, a perfeita liberdade para o ser humano só se encontraria “na pessoa do Filho de Deus”.³⁹¹

O início dos anos 1980 marcou as Assembleias de Deus pelo recrudescimento do fundamentalismo religioso e o combate ao ecumenismo e à Teologia da Libertação. O nome que mais se destacou nesse primeiro momento foi o de Abraão de Almeida. Ele foi nomeado, em março de 1979, para o cargo de Diretor de Publicações da CPAD e, por extensão, para a direção de o *Mensageiro da Paz*, onde escreveu uma série de editoriais e artigos, em sua maioria bastante extensos, com inúmeras referências bíblicas e versando sobre vários temas.

Em seu primeiro artigo publicado na década de 1980, Abraão de Almeida discorreu sobre a revolução iraniana, afirmando que o Irã estaria ambicionando expandir suas fronteiras e, com o apoio da União Soviética, invadiria Jerusalém, o que, na opinião do articulista, confirmaria a profecia bíblica de que “o bando de Gogue irá tomar os despojos de Israel”.³⁹²

Em outro artigo, sua tinta se voltou de forma dura contra os diversos tipos de jogos, inclusive contra a loteria esportiva. Abraão de Almeida não titubeou em criticar o Congresso

³⁸⁹ CARLOS FILHO, Francisco. Anistia para todos. *Mensageiro da Paz*, Ano 49, n.º 1110, Rio de Janeiro, 1 a 31 de outubro de 1979, p. 11.

³⁹⁰ SÉRGIO, José Francisco. Liberdade. *Mensageiro da Paz*, Ano 49, n.º 1111, Rio de Janeiro, 1 a 30 de novembro de 1979, p. 24.

³⁹¹ Ibid.

³⁹² ALMEIDA, Abraão de. A crise iraniana. *Mensageiro da Paz*, Ano 50, n.º 1114, Rio de Janeiro, 1 a 29 de fevereiro de 1980, p. 14.

Nacional e o presidente da República, por conta de, estes, serem coniventes com jogos que, em sua opinião, “desonra o lar, empobrece a família, desmerece os pais e atira os filhos à miséria”.³⁹³

Aproveitando a primeira visita do sumo pontífice católico ao Brasil, Abraão de Almeida escreveu um artigo onde colocou em suspenso a tradição católica, segundo a qual, o apóstolo Pedro teria sido o primeiro papa a governar a Igreja. Para o articulista, tal tradição não encontrava respaldo bíblico, o que o levou a concluir que esta seria uma, dentre outras razões, para que a Igreja Católica tivesse proibido, no Concílio de Toulouse, realizado em 1229, o uso da Bíblia por todos os leigos.³⁹⁴

Em meados do ano de 1980, Abraão de Almeida reafirmou a velha noção que os cristãos não deveriam fazer oposição às autoridades constituídas. Numa tentativa de justificar um suposto absentismo político nas Assembleias de Deus, Abraão de Almeida concluiu o seguinte:

É impossível furtar-se às funestas consequências de uma transformação social que não seja a operada pelo genuíno evangelho de Cristo, poder de Deus e sabedoria de Deus. Fora desta sólida e infalível base, as revoluções fracassam, porque os homens que a fazem não são regenerados, não são novas criaturas. [...] transformar púlpitos em palanques políticos, ou substituir as Boas Novas da salvação por ‘slogans’ revolucionários, é o mesmo que transformar bombeiros em incendiários.³⁹⁵

Desse modo, reforçou-se o ascetismo religioso entre os fiéis das Assembleias de Deus, ao mesmo tempo em que se desmobilizava qualquer tipo de mobilização política entre eles, principalmente em torno de movimentos com impregnações de esquerda. A noção de transformação do mundo a partir da conversão do homem foi a tecla de toque deste período, contribuindo, significativamente, para a negação de processos coletivos de transformação social. O conceito de salvação individual, aliado à noção de que o Juízo Final era eminente, contribuiu, ao longo de décadas, para que os assembleianos se afastassem de questões sociais. Mesmo os membros da igreja que tentavam refutar esse tipo de comportamento, sob bases bíblicas, foram duramente criticados por estarem desvirtuando os fiéis daquilo que seria prioritário a Deus: a “pregação da palavra”.

A presença de João Paulo II também fez reacender o antiecumenismo no seio das Assembleias de Deus, bem como sua contraposição à Teologia da Libertação. Pelo menos três

³⁹³ ALMEIDA, Abraão de. O Jogo, esse cancro social. *Mensagem da Paz*, Ano 50, n.º 1115, Rio de Janeiro, 1 a 31 de março de 1980, p. 6.

³⁹⁴ ALMEIDA, Abraão de. João Paulo II, sucessor de Cristo? *Mensagem da Paz*, Ano 50, n.º 1118, Rio de Janeiro, 1 a 30 de junho de 1980, p. 7.

³⁹⁵ ALMEIDA, Abraão de. Igreja e política: é lícito às lideranças religiosas envolverem-se em luta de classe? *Mensagem da Paz*, Ano 50, n.º 1119, Rio de Janeiro, 1 a 31 de Julho de 1980, p. 4.

artigos foram publicados no *Mensageiro da Paz* tratando do assunto. Miguel Vaz, por exemplo, elaborou um texto criticando o marxismo e a Teologia da Libertação, para ele, coisas complementares. Segundo o articulista:

Não são poucas as instituições que, em nome do Cristianismo e maiormente do Evangelho se transformam em socorristas, tratando mais do ventre do que da alma, procurando inclusive imiscuir-se nos problemas “sociais” e ditando regras no Governo, apresentando sugestões que não lhes dizem respeito e nem lhes foram pedidas.³⁹⁶

Novamente reforçava-se o apelo para que os fiéis das Assembleias de Deus não se envolvessem com questões ou movimentos sociais, justificando-se, por meio da Bíblia, essa tomada de posição. O articulista, impregnado pelo pré-milenarismo de sua igreja, chegou a concluir que “os apóstolos foram unânimes em que o crente nada tem a ver com a vida terrena, senão quanto a manter-se sóbrio, santificado e livre de acusações”.³⁹⁷

Por sua vez, Cesar Gama Ferreira criticou veementemente a Teologia da Libertação, tratando-a como um movimento que se tornou “a mais ousada filosofia dos religiosos latino-americanos”, pois se apoiava em concepções marxistas que defendiam a “revolução total e irrestrita nas estruturas sociais, culturais e políticas do quadro regimental latino-americano”.³⁹⁸

O mesmo tom de crítica foi dado por José Cabral, que afirmou que a Teologia da Libertação “em lugar de aproximar o homem de Deus, o leva a reflexões filosóficas, políticas ou sociais...”.³⁹⁹ Além disso, para o articulista, tratava-se de uma “teologia cristã só de nome, sem base bíblica, uma tentativa de associar ao cristianismo o pensamento marxista e de dar ao cristão a preocupação sócio-política e ideológica no trato com as coisas de Deus”,⁴⁰⁰ concluindo o seguinte: “Não temos dúvida de que a Teologia da Libertação é uma ponta de lança do Anticristo, que se levantará contra tudo o que é de Deus”.⁴⁰¹

Essa posição religiosa, caracterizada por um discurso fundamentalista e refratário não somente à Teologia da Libertação, como também ao ecumenismo e ao Evangelho Social, foi alimentada, principalmente, pelo pastor norte americano Carl McIntire, presidente do

³⁹⁶ VAZ, Miguel. Cristianismo alienante. *Mensageiro da Paz*, Ano 50, n.º 1120, Rio de Janeiro, 1 a 31 de agosto de 1980, p. 6.

³⁹⁷ Ibid.

³⁹⁸ FERREIRA, Cesar Gama. A Teologia da Libertação. *Mensageiro da Paz*, Ano 50, n.º 1120, Rio de Janeiro, 1 a 31 de agosto de 1980, p. 10.

³⁹⁹ CABRAL, José. Teologia da Libertação: ponta de lança do anti-Cristo. *Mensageiro da Paz*, Ano 50, n.º 1122, Rio de Janeiro, 1 a 31 de outubro de 1980, p. 6.

⁴⁰⁰ Ibid.

⁴⁰¹ Ibid.

Conselho Internacional de Igrejas Cristãs. Os pastores das Assembleias de Deus se identificaram bastante com o discurso de Carl McIntire que, inclusive, teve um telegrama reproduzido nas páginas de o *Mensageiro da Paz*.

O telegrama de McIntire foi enviado ao general Luis Garcia Meza Tejada, general e líder do golpe militar que, em 17 de julho de 1980, não reconheceu a vitória eleitoral de Hernán Siles e Jaime Paz para a presidência da Bolívia. Garcia Meza estabeleceu uma ditadura que foi responsável por torturas e assassinatos sem precedentes na história da Bolívia.⁴⁰² O teor do telegrama de McIntire conferia pleno apoio ao ditador: “vocês tem as orações das nossas igrejas cristãs, completamente identificadas com suas preocupações. O sr. realiza uma luta contra o comunismo e os efeitos da teologia da libertação com grande coragem e estamos certos de que obterá a vitória”.⁴⁰³

Ao mesmo tempo em que o fundamentalismo religioso mostrava-se consolidado no interior das Assembleias de Deus, suas principais lideranças tratavam de distanciar a igreja da política partidária brasileira. A 25ª Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, realizada em Belo Horizonte, em janeiro de 1981, deliberou que os pastores que pretendessem concorrer a cargos eletivos deveriam afastar-se de suas atividades na igreja.

Resolução n.º 4/81. Dispõe sobre o exercício da política partidária por pastor titular da igreja. (Proponente Gilberto Malafaia). A 25ª Assembleia Geral RESOLVE: Determinar que o ministro titular das Assembleias de Deus que deseje exercer a política partidária, aspirando a cargos eletivos, se licencie das atividades pastorais. Pr. JOSÉ PIMENTAL DE CARVALHO. Presidente.⁴⁰⁴

Desse modo, reforçou-se novamente entre os membros da igreja a diferença entre os espaços concernentes ao sagrado e ao profano:⁴⁰⁵ o púlpito não podia ser confundido com o

⁴⁰²“Durante el gobierno de García Meza se recortaron las libertades civiles, se estableció todo un sistema de amenazas a la población civil, obviamente se suspendieron los derechos políticos y los derechos sindicales. El golpe de García Meza contó con el apoyo inicial de Hugo Banzer Suárez, y el gabinete de estos dictadores conto con una de las figuras de terror más nefastamente recordadas, el Coronel Luis Arce Gómez, quien llevó a cabo una de las medidas más atemorizantes de la dictadura, el mencionado toque de queda, que consistía en la suspensión de derechos de 21:00 a 6:00, de esta manera si una persona era encontrada en la calle, en reuniones particulares o de otro tipo estas hora, era detenida o incluso asesinada allí mismo”. Ver mais sobre o assunto em DEFENSOR DEL PUEBLO. *Democracia y dictadura, hechos que debemos recordar*. La Paz, Bolívia: Canasta de Fondos, 2008, p. 18.

⁴⁰³ INFORMAÇÃO. *Mensageiro da Paz*, Ano 50, n.º 1124, Rio de Janeiro, 1 a 31 de dezembro de 1980, p. 13.

⁴⁰⁴ 25ª ASSEMBLEIA Geral da CGADB. *Mensageiro da Paz*, Ano 51, n.º 1129, Rio de Janeiro, 1 a 31 de maio de 1981, p. 4.

⁴⁰⁵ Segundo Mircea Eliade, “para o homem religioso, o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaço qualitativamente diferentes das outras. [...] Há, portanto, um espaço sagrado, e por consequência ‘forte’, significativo, e há outros espaços não-sagrados, e por consequência sem estrutura nem consistência, em suma, amorfos”. Essa noção de diferenciação entre o espaço sagrado e o profano para o homem religioso, ajuda-nos a compreender o comportamento dos fiéis das Assembleias de Deus em relação ao mundo. Na perspectiva de o homem religioso inserir em ambientes sagrados aquilo que não é sagrado, é incorrer na profanação desse lugar. Para evitar este risco, o homem religioso deve ver de forma clara as linhas que dividem

palanque. O primeiro, era o lugar do sagrado, através do qual Deus, sob a mediação do pastor, deveria orientar seus fiéis. O segundo servia ao discurso político, portanto, profano, onde Deus não se manifestaria. A antiga máxima bíblica de “dar a César o que é de César, e a Deus, o que é de Deus” foi, assim, retomada entre os assembleianos, de modo a consolidar a noção extraída no senso comum de que “política e religião não se misturam”.

Assim, as preocupações das lideranças da igreja se voltaram, quase que exclusivamente, para o evangelismo e doutrinação de seus membros. O único movimento em que a igreja atuou de forma conjunta, e, inclusive, junto aos parlamentares do Congresso Nacional, foi durante a campanha contra a legalização do aborto, em 1981.

Na coluna “Tema Livre”, sob a responsabilidade de Joanyr de Oliveira – que havia retornado às páginas de o *Mensageiro da Paz* – reafirmou-se a posição unânime defendida pelos pastores durante a Convenção das Assembleias de Deus em mobilizar a igreja na luta contra a legalização da prática do aborto no Brasil.⁴⁰⁶ O assunto foi o mote encontrado por Joanyr de Oliveira para reinserir, ainda que de forma tímida e sutil, a importância da política para a igreja.

O articulista passou a divulgar os nomes dos deputados federais para os quais os membros das Assembleias de Deus deveriam escrever ou telegrafar exigindo o voto contra o aborto. Abraão de Almeida, diretor do jornal, aproveitou a oportunidade e escreveu um editorial em que reafirmou esta mesma posição, mas tratando a questão exclusivamente do ponto de vista moral.⁴⁰⁷ O movimento se propagou até meados de 1981, quando o projeto de descriminalização do aborto, de autoria do deputado federal João Menezes, foi rejeitado pelo Congresso Nacional.

Essa fase em que a Assembleia de Deus reforçou seu conservadorismo moral perdurou até meados de 1983. Mesmo com os movimentos sociais ganhando as ruas do país e o reestabelecimento gradual da democracia, a igreja manteve uma pauta moralista e refratária à mobilização política.

esses espaços, as quais não são necessariamente geométricas, porém, absolutamente reais ao homem religioso. Sobre este assunto, ver ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

⁴⁰⁶ OLIVEIRA, Joanyr de. Legalização do aborto. *Mensageiro da Paz*, Ano 51, n.º 1127, 1 a 28 de fevereiro de 1981, p. 7.

⁴⁰⁷ ALMEIDA, Abraão de. Homicídio legalizado? *Mensageiro da Paz*, Ano 51, n.º 1132, 1 a 31 de agosto de 1981, p. 3. Abraão de Almeida afirmou que o aborto era um “feticídio” defendido, em sua maioria, por “feministas”. O diretor do jornal não poupou críticas às mulheres favoráveis ao aborto, considerando-as “mesquinhas”, “incoerentes”, e concluiu que “se a mulher faz tanta questão da sua ‘liberdade’, por que então não a usa para evitar o ato de amor físico capaz de levá-la à gravidez?”.

SETEMBRO 1980

MENSAGEIRO DA PAZ

DISSE JESUS: DEIXO-VOS A PAZ, A MINHA PAZ VOS DOU
ANO I — MEIO SÉCULO DISSEMINANDO BÊNÇÃOS — Nº 1121

LIBERDADE RELIGIOSA AMEAÇADA NO BRASIL (P.6)

REAVIVAMENTO ESPIRITUAL NA IGREJA EM CASCAVEL

A cidade paranaense de Cascavel, sede de um campo de evangelização com mais de cinco mil membros, hospedou uma campanha em que mais de 300 pessoas assistiram Cristo, deuses de armines foram batizados no Espírito Santo e muitos receberam a cura de suas enfermidades. Jesus Cristo é a resposta! (P.3)

Na foto, o pastor José Pereira de Almeida (direita) costura-se ao ver uma mãe abraçar sua filha, que fora milagrosamente curada da vista. A esquerda, o pastor Sílvio Pimenta, de Toledo, PR, e o evangelista Celso Lopes (ao microfone).



JOÃO DE OLIVEIRA UM CIDADÃO DO CEU



No púlpito das Assembleias de Deus no Brasil uma cadeira está vazia, mas o rastro luminoso do escritor, pastor e doutor na Palavra não será jamais apagado. João de Oliveira andou com Deus e Deus para si o tomou. (P.11)

Presidente do Conselho leva MP e A SEARA ao prefeito de Fortaleza

O prefeito de Fortaleza, CE, dr. Lúcio Gonçalves de Alcântara, recebeu a visita do Presidente do Conselho Administrativo da CPAD, pastor Luis Benerra da Costa, que se fez acompanhar pelos pastores Osório Teixeira Pessoa, Manoel Francisco de Almeida, Francisco Ferreira dos Santos, dr. Domingos Albuquerque Barros e vereador Sérgio Costa, vice-presidente da Câmara Municipal de Fortaleza. O irmão Luis Costa, em rápida exposição, falou sobre a Casa Publicadora e a grande penetração dos nossos periódicos no território nacional e no exterior, apresentando aquele Executivo com exemplares da MP e de A Seara, recebendo dele agradecimentos pela visita e palavras de incentivo e elogio à atuação da Assembleia de Deus naquele Estado.



O pastor Luis Costa (à esquerda) informa ao prefeito a grande divulgação dos periódicos da CPAD em todo o Brasil e no exterior.

JUBILEU DE OURO NA AD DA BAHIA

O Espírito de Deus foi derramado nas comemorações dos 50 anos de existência da Assembleia de Deus na Bahia. Centenas de pessoas entregaram suas vidas a Cristo e muitos irmãos receberam o batismo com o Espírito Santo. Milhares de cartas portos de Brasil estimulam o crescimento. (P.7)

AD DE RIO CASCA EVANGELIZA AUTORIDADES

Os irmãos da AD em Rio Casca, MG, empenhados em levar o Evangelho às autoridades e camadas economicamente mais prósperas, realizaram, nos dias 17 e 18 de maio, reuniões no Automóvel Clube, quando 16 pessoas assistiram a Jesus como Salvador. O pregador foi o presbítero, dr. Rossini Corrêa da Costa, Defensor Público do Rio de Janeiro. Além de vários pastores, estiveram presentes o Delegado de Polícia, políticos e outras personalidades de destaque na sociedade local. (P.5)

QUATRO FATORES DETERIORANTES

Billy Graham aponta quatro fatores no estilo de vida norte-americano que contribuíram, na década de 70, para a deterioração da família nos Estados Unidos: desavenças causadas pelo trabalho externo das esposas e mães; indiferença pela vida no lar; imoralidade nos programas de TV e incontrolável avidez pelo sexo. (Outras notícias em Informação, p.13).

Fig. 7 – Reportagem: “Liberdade religiosa ameaçada no Brasil”. *Mensageiro da Paz*, setembro de 1980, p. 1. O alarme não tinha a ver com os comunistas, mas, tão somente, com o decreto que instituiu o feriado de Nossa Senhora Aparecida. O suposto absentismo político dos assembleianos tinha seus limites.

EXISTE SOLUÇÃO PARA O HOMOSSEXUALISMO?

Homossexualismo alastra-se como uma praga - Detectada sua terrível presença em todas as camadas sociais - Muitos buscam desvencilhar-se de sua escravidão - Psicologia aponta diversas soluções - Existirá alguma saída? Página 9.

Tancredo Neves, o mais novo sócio da ADHONEP

O irmão Custódio Kozul, Diretor Executivo do CPAD, que se fez acompanhar da então Presidente da CGADB, Pastor Manoel Ferreira, foi recebido pelo Dr. Tancredo Neves, a quem convidou para tornar-se sócio da ADHONEP e a quem fez reivindicações importantes para o Brasil. *Leia Editorial e matéria inserida na página 3.*



De segurança para a direita, pr. Antônio Soares, Dr. José Higino, pr. Nivaldo Kozul, irmão Custódio Kozul, Tancredo Neves, pr. Manoel Ferreira, irmão Lapete Silveira e pr. Elmano Mesquita.

Realizada em Anápolis a Convenção Geral

Reunindo milhares de pastores de todo o Brasil, realizou-se em Anápolis, GO, de 18 a 22 de janeiro, a 17ª Assembleia Geral Ordinária da CGADB, oportunidade em que foram discutidos temas de maior importância para as Assembleias de Deus. *Agende reportagem completa no próximo número deste jornal.*

Espelhos prolongarão a luz do dia

Na próxima edição poderá entrar em operação o primeiro de uma série de espelhos que, montados em satélites, permitirão aumentar a duração da luz do dia em certas cidades e melhorar o rendimento da agricultura. Com isto os dias serão mais longos, com considerável economia de energia elétrica. *Página 11.*

A Igreja e a Assembleia Nacional Constituinte

Com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte prevista para 1986, ocasião em que será elaborada uma nova Carta Magna para o país, surge no cenário dos debates a questão religiosa, tema este que deverá receber atenção especial, principalmente dos evangélicos, quando a matéria for apreciada no Parlamento. Sobre o assunto escreve Jeanyr de Oliveira, levantando o problema da autenticidade daqueles que atuarão representando os evangélicos na época em que a Constituinte for convocada. *Página 18.*



Cresce a Assembleia de Deus no Norte do Brasil

A Assembleia de Deus em Manaus, AM, conta, hoje, com 10 congregações e oito mil membros. O trabalho se estende por todo o Estado, onde o transporte ainda é feito, na maioria dos casos, através de embarcações que servem às populações ribeirinhas. Recentemente, o pastor Abaibaudes P. Vasconcelos, responsável por aquele posto campal, comemorou 51 anos de idade, 28 anos de ministério, 16 de ministério e 43 de casado. *Página 17.*

Após longo dos seus 33 anos de ministério, uma das características na vida do pastor Abaibaudes Vasconcelos é a preparação de novos líderes para o trabalho.

Atrizes deixam vida artística para servir a Jesus

Constatos da vida artística e do procurar, em vão, a felicidade, Gracinda Freire e Maria Anderson abandonaram tudo para servir a Jesus. Desistiram da glória do mundo em busca do verdadeiro tesouro que só os céus possuem. *Página 19.*



Fig. 8 – Reportagem: “Tancredo Neves, o mais novo sócio da ADHONEP”. *Mensageiro da Paz*, fevereiro de 1985, p. 1. O presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus, pastor Manoel Ferreira, ao lado do presidente da República, convidando-o a fazer parte da Associação de Homens de Negócios Pentecostais. A política tinha entrado de vez no cardápio assembleiano.

O homossexualismo, por exemplo, foi tratado como pecado, “um sintoma da degradação moral que infecciona cada vez mais a sociedade”.⁴⁰⁸ A AIDS foi apresentada como “doença mortal recentemente identificada e predominante entre os homossexuais”.⁴⁰⁹ Assim, as lideranças das Assembleias de Deus contribuíram para disseminar o preconceito de gênero entre os fiéis da igreja, além de alimentar o discurso homofóbico no país.

Quanto às questões sociais, as lideranças assembleianas mantiveram a posição de não participação em movimentos de luta contra a carestia, contra a injustiça e/ou em defesa dos direitos humanos. Para Abraão de Almeida, a desmobilização política entre os fiéis das Assembleias de Deus era plenamente justificável. Em sua opinião,

enquanto alguns recomendam a luta de classes e outros recursos incompatíveis com o Evangelho para a solução do problema da injustiça social, os crentes sinceros não apenas denunciam a verdadeira causa dessas injustiças – o pecado – mas procuram corrigi-las na prática da maior de todas as virtudes do cristianismo: o amor, que jamais acabará.⁴¹⁰

O pecado, portanto, voltou à condição de principal inimigo a ser combatido pela igreja, enquanto que o comunismo, o marxismo, o materialismo histórico, antigos desafetos dos evangélicos tinham praticamente sido deixados para trás. A política partidária foi relegada ao segundo plano e, às vezes, condenada como elemento que desviava o evangélico de seu caminho cristão.

Diversos pastores das Assembleias de Deus compartilhavam dessa noção. Para J. Abner de Jesus, por exemplo, quando a igreja primitiva associou-se ao imperador Constantino, os cristãos não foram mais perseguidos. Entretanto, isto teria contribuído para uma acomodação dos cristãos, os quais passaram a se ocupar de disputas teológicas, enfraquecendo a igreja.

Segundo J. Abner de Jesus, “tudo isso foi resultado do espírito político no seio da Igreja”.⁴¹¹ Em sua opinião, “quando um pregador do Evangelho ocupa uma cadeira no parlamento, deixa de ter o mesmo vigor de evangelista, ainda que continue pregando eloquentemente”.⁴¹² Assim, ele concluiu que “a política deve ser evitada pela igreja, isto é, a

⁴⁰⁸ CARNAVAL: luxúria, idolatria e homossexualismo. *Mensageiro da Paz*, Ano 52, n.º 1138, Rio de Janeiro, 1 a 28 de fevereiro de 1982, p. 1 e 12.

⁴⁰⁹ AIDS: o salário do pecado. *Mensageiro da Paz*, Ano 53, n.º 1157, Rio de Janeiro, 1 a 30 de setembro de 1983, p. 15.

⁴¹⁰ ALMEIDA, Abraão de. Os crentes e a questão social. *Jornal Mensageiro da Paz*, Ano 52, n.º 1138, Rio de Janeiro, 1 a 28 de fevereiro de 1982, p. 3.

⁴¹¹ JESUS, J. Abner de. A Igreja, a política e a teologia. *Mensageiro da Paz*, Ano 52, n.º 1142, Rio de Janeiro, 1 a 30 de junho de 1982, p. 18.

⁴¹² *Ibid.*

participação ativa na política, porque trará permuta de honorarias e, conseqüentemente, arrogância”.⁴¹³

Mas, a divulgação do resultado das eleições de 15 de novembro de 1982⁴¹⁴ pode ter contribuído, posteriormente, para um reposicionamento das Assembleias de Deus em relação à política partidária. Mais uma vez foi Joanyr de Oliveira quem trouxe o assunto para a pauta de o *Mensageiro da Paz*. Ele identificou uma redução do quadro de parlamentares evangélicos, tanto na Câmara quanto no Senado.⁴¹⁵

Para Joanyr de Oliveira, a diminuição da bancada evangélica no parlamento brasileiro guardava relação com uma decepção dos “crentes” para com os seus representantes. Segundo o articulista, motivos para isso existia, e citou como exemplo o fato de os deputados evangélicos terem permitido a aprovação do projeto de lei que instituiu o dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, como feriado nacional. Posteriormente, o articulista de o *Mensageiro da Paz* divulgou a relação dos deputados e senadores evangélicos eleitos:

Apenas três Deputados Federais evangélicos conseguiram reeleger-se: José Fernandes (PDS), da Assembleia de Deus do Amazonas, Daso Coimbra (PMDB), Congregacional, do Rio, e Gióia Jr. (PDS) Batista, de São Paulo. Os novos que chegam à Câmara, nesta legislatura, são: Enoc Vieira (PDS), Batista, Maranhão; Eraldo Tinoco (PDS), Batista, Bahia; Márcio de Oliveira (PMDB), Cruzada Nacional de Evangelização, Minas; Francisco Dias Alves (PMDB) Presbiteriano, São Paulo; e Siegfried Hauser (PMDB), Luterano, Rio Grande do Sul. Sérgio Lomba (PDT), Batista, Rio, ocupante de uma das primeiras suplências, já deverá ter assumido, no momento em que estiver circulando este jornal. Para o Senado foi eleito Hélio Gueiros, presbiteriano, do Pará.”⁴¹⁶

Quanto à campanha das *Diretas Já!*, as lideranças das Assembleias de Deus optaram por não tratar do assunto nas páginas de seu jornal oficial. Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado, a campanha das *Diretas Já!* se constituiu em um movimento suprapartidário pedindo o retorno das eleições diretas para a presidência da República, agregando tanto partidos políticos – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT) – quanto organizações da sociedade civil, entre as quais, União Nacional dos Estudantes (UNE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outras.⁴¹⁷

⁴¹³ Ibid.

⁴¹⁴ Em 15 de novembro de 1982 ocorreu eleições diretas em todo o país para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual.

⁴¹⁵ OLIVEIRA, Joanyr de. Os deputados e as igrejas. *Mensageiro da Paz*, Ano 53, n.º 1150, Rio de Janeiro, 1 a 31 de janeiro de 1983, p. 4.

⁴¹⁶ OLIVEIRA, Joanyr de. Os novos deputados evangélicos. *Mensageiro da Paz*, Ano 53, n.º 1153, Rio de Janeiro, 1 a 31 de maio de 1983, p. 15.

⁴¹⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Diretas-Já: vozes da cidade* In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). Op. Cit., p. 409-427.

Entretanto, as Assembleias de Deus não se posicionaram publicamente sobre o assunto, limitando-se única e exclusivamente a um comentário de Joanyr de Oliveira, em que o articulista de o *Mensageiro da Paz* relacionou os deputados evangélicos que votaram contra ou a favor da emenda Dante de Oliveira, sem expressar opinião particular sobre a posição dos parlamentares:

As pesquisas de opinião pública revelaram que mais de 90% dos brasileiros querem eleições diretas, imediatas para Presidente. Essa modalidade de escolha é uma tradição republicana, interrompida nos últimos 20 anos, que agora (1984? 1986? 1988?) será retomada. Seria interessante (mas é praticamente impossível) saber qual a posição dos evangélicos a respeito do assunto. Por isso vou me limitar aos nossos deputados para que chegue ao conhecimento das igrejas a posição por eles assumida por ocasião da votação, dia 25 de abril, da Emenda Constitucional do Deputado Dante de Oliveira.⁴¹⁸

E continuou com a apresentação nominal dos parlamentares:

Votaram pelas ‘Diretas, já’ (opção que levou milhões às praças públicas, nestes últimos meses): Daso Coimbra (PMDB-RJ), Sérgio Lomba (PDT-RJ), Mário de Oliveira (PMDB-MG), Francisco Dias Alves (PMDB-SP), Siegfried Henser (PMDB-RS) e Gióia Jr., de São Paulo, este o único parlamentar evangélico do PDS a votar com a oposição. Deixaram de votar: José Fernandes (AM), Enoch Vieira (MA) e Eraldo Tinoco (BA), os três do PDS.⁴¹⁹

Realmente fica difícil mensurar o impacto que teve a votação dos deputados evangélicos em relação às suas respectivas igrejas. Porém, no que diz respeito às estratégias políticas que o PMDB e o PDS empreenderam, os parlamentares evangélicos, à exceção de Gióia Jr., seguiram as orientações de seus respectivos partidos.

Em meados de 1984, Abraão de Almeida – que, desde 1979, tinha assumido a direção de publicações das Assembleias de Deus – afastou-se do cargo em virtude de sua transferência para os Estados Unidos e, em seu lugar, assumiu Nemuel Kessler. A partir daí, o novo diretor de o *Mensageiro da Paz* foi mais sensível ao contexto de mudanças pelo qual o país passava, reinserindo a política na pauta do jornal.

Entre o fim de 1984 e durante todo o ano de 1985, Nemuel Kessler foi a principal voz no meio das Assembleias de Deus a promover a participação de seus membros na política do país. Na edição de Natal, publicada em 1984, ele redigiu um editorial onde analisou o

⁴¹⁸ OLIVEIRA, Joanyr de. Diretas: como votam os evangélicos. *Mensageiro da Paz*, Ano 54, n.º 1167, Rio de Janeiro, 1 a 31 de julho de 1984, p. 15.

⁴¹⁹ Ibid.

processo de “distensão lenta e gradual” que estaria levando o Brasil para a “participação democrática de todos os segmentos da sociedade”.⁴²⁰

Sua leitura sobre a história republicana brasileira, desde a proclamação até o mandato do general João Baptista Figueiredo, baseou-se exclusivamente na reflexão sobre as tramas políticas que caracterizaram o país em suas diversas fases. Para Kessler, o Brasil atravessou instabilidades durante a “política do café-com-leite”, que desembocou, em sua opinião na instituição de uma ditadura sob o governo de Getúlio Vargas. A respeito dos governos militares, Kessler afirmou que:

Em 1964, após 18 anos de regime democrático, atravessadas algumas tempestades, desde que a nova Constituição foi promulgada em 1946, o Brasil se viu diante do mesmo quadro de instabilidade, que resultou no actual ciclo revolucionário, prestes a encerrar-se.⁴²¹

Diferente da posição oficial assumida pela Igreja Presbiteriana Independente e pela Igreja Metodista, os assembleianos, tal como os batistas, recusaram-se a admitir que o Brasil tinha sido acometido por um golpe em 1964 e que um de seus desdobramentos foi a instalação de uma ditadura militar. Mais um exemplo de como a história do país foi compreendida de maneira bem diversa entre os evangélicos no Brasil.

Continuando o mesmo artigo, Kessler defendeu que os evangélicos das Assembleias de Deus deveriam assumir uma posição de prudência e não comprometimento com qualquer governo, mas que, por outro lado, isto não significaria que os mesmos estariam, em suas palavras, “alienados da realidade”.⁴²²

Joanyr de Oliveira foi o primeiro a endossar as palavras de Nemuel Kessler. Ele realizou uma espécie de *mea culpa* em relação ao comportamento político dos assembleianos. O autor afirmou o seguinte: “Entre nós, no Brasil, predomina o entendimento de que devemos anunciar o reino dos céus, indiferentes, porém, à Justiça na Terra, à injustiça e desigualdade entre os homens, que a Palavra de Deus tanto condena”.⁴²³ Joanyr fez duras críticas à indiferença política dos fiéis das Assembleias de Deus, concluindo o seguinte:

Desejo reiterar palavras já consignadas neste artiguete e chamar a atenção para o desconsiderado espaço entre os dois extremos – o do envolvimento da Igreja na luta

⁴²⁰ KESSLER, Nemuel. Os evangélicos e a sucessão presidencial. *Mensageiro da Paz*, Ano 54, n.º 1172, Rio de Janeiro, 1 a 31 de dezembro de 1984, p. 3.

⁴²¹ Ibid.

⁴²² Ibid.

⁴²³ OLIVEIRA, Joanyr de. Entre a política e a indiferença. *Mensageiro da Paz*, Ano 54, n.º 1172, Rio de Janeiro, 1 a 31 de dezembro de 1984, p. 19.

política e o da indiferença para com a injustiça e a corrupção (em suma, os “pecados sociais”), com os quais temos sido historicamente coniventes.⁴²⁴

Uma nova fase, portanto, inaugurava-se no interior das Assembleias de Deus, motivada não apenas pela reorientação de algumas de suas lideranças, mas, também, pelo contexto político e social do período. Os editoriais e artigos que se seguiram reafirmaram a mesma posição anterior. O próprio Tancredo Neves foi visitado pela Associação de Homens de Negócios Pentecostais (ADHONEP) e filiou-se à mesma, tornando-se notícia no jornal assembleiano.⁴²⁵

Nemuel Kessler, por sua vez, realçou a necessidade de a Assembleia de Deus “ampliar os horizontes e alcançar, inclusive, os altos escalões do governo”, demonstrando assim, em sua opinião, o importante papel e influência que a mesma teria na sociedade brasileira.⁴²⁶ O debate sobre a Assembleia Nacional Constituinte foi o ponto culminante de todas as ações empreendidas desde Joanyr de Oliveira até Nemuel Kessler para que a igreja participasse ativamente da política partidária, elegendo seus próprios representantes.

Em maio de 1985, o editorial de Kessler afirmou, com todas as letras, que os evangélicos das Assembleias de Deus deveriam votar em membros da igreja, ressaltando, inclusive, o potencial das Assembleias de Deus para eleger um deputado constituinte em cada estado. Inaugurava-se assim uma nova fase bastante importante para a compreensão política do país com a formação de uma bancada evangélica que aumentaria a sua participação nas decisões do Congresso Nacional.

2.7. Manoel da Conceição: uma "janela" para a mesma paisagem

A história das Assembleias de Deus, entre 1964 e 1985, caracterizou-se, majoritariamente, pelo conservadorismo e fundamentalismo religioso de seus membros. Durante a ditadura militar no Brasil, o moralismo ético e o conservadorismo político de suas lideranças desmobilizaram a organização política dos fiéis da igreja, sobretudo no que diz respeito a uma aproximação com as esquerdas no Brasil.

Os fiéis assembleianos foram motivados a participar da política, inclusive partidária, quando se tratava, principalmente, de defender posições moralistas. Nesse sentido, o

⁴²⁴ Ibid.

⁴²⁵ TANCREDO Neves, o mais novo sócio da ADHONEP. *Mensageiro da Paz*, Ano 55, n.º 1174, Rio de Janeiro, 1 a 31 de janeiro de 1985, p. 1.

⁴²⁶ KESSLER, Nemuel. Tancredo Neves e as Assembleias de Deus. *Mensageiro da Paz*, Ano 55, n.º 1174, Rio de Janeiro, 1 a 31 de janeiro de 1985, p. 2.

absenteísmo político poderia até ser observado no comportamento dos fiéis das Assembleias de Deus em relação aos partidos e movimentos de esquerda, mas quase nunca em relação aos de direita.

Porém, como em toda instituição religiosa, houve aqueles que destoaram da opinião majoritária, colocando-se, às vezes, em posições diametralmente opostas àquelas adotadas oficialmente pela igreja. Do ponto de vista metodológico, isso nos permite identificar que não há dominação – à exceção da escravidão – que possa ser tomada de maneira absoluta a ponto de reduzir o indivíduo a uma “massa” sobre o qual se impõe uma forma. Segundo Weber, “em toda relação de dever autoritária, certo mínimo de interesse em obedecer, por parte do submetido, continua sendo, na prática, a força motriz normal e indispensável da obediência”.⁴²⁷

Neste sentido, os “descaminhos” que alguns evangélicos assumiram em contraposição às orientações de suas respectivas instituições religiosas, permitem compreender a história dessas igrejas a partir de outras janelas. O líder camponês e fundador do PT, Manoel da Conceição, é, nestes termos, um caso excepcional na história das Assembleias de Deus, mas que pode ser tomado como uma “janela” para compreender a ditadura militar no Brasil a partir do olhar de um fiel daquela igreja, e expurgado pela própria.

Manoel da Conceição foi evangélico, professor de escola bíblica e auxiliar de pastor na igreja Assembleia de Deus, em Santa Luzia, interior do Maranhão e, posteriormente, no povoado de São Pedro do Caru, localizado no município de Bom Jardim, distante cerca de 350Km de São Luís.

Alguns livros já foram publicados a seu respeito; a maioria deles enfatizando sua luta como liderança camponesa no Maranhão e em outros estados, bem como sua participação política na fundação do PT. Porém, há poucas informações a respeito de sua posição política como evangélico, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970. Em suas lembranças de quando se tornou membro da Igreja Assembleia de Deus, por volta de 1957, Manoel da Conceição destacou o seguinte:

Em Copaíba tinham as famílias protestantes que se distinguiam basicamente em Assembleia de Deus e Adventista do Sétimo Dia. A Assembleia de Deus era um negócio muito popular. Todo mundo se chamava de irmão, se visitava. O pastor vinha de fora, de Bacabal do Mearim, que era sede do município. Ele chegava em Copaíba e tinha um comportamento diferente dos padres.⁴²⁸

⁴²⁷ WEBER, Max. Op. cit. 1999, p. 190.

⁴²⁸ CONCEIÇÃO, Manoel da. Op. Cit., p. 66.

E continuou explicando o seguinte:

Pedi que queria ser crente, os crentes oraram por mim e eu passei a ser membro da Assembleia de Deus. Na religião eu fui um cara que me destaquei. Assumi cargo de professor de escola dominical. Depois passei a ser dirigente local da religião: pregava, fazia curso e tudo mais.⁴²⁹

Sua projeção como líder religioso em sua igreja contribuiu para que organizasse reuniões entre os lavradores locais. E foi justamente em uma dessas reuniões que Manoel da Conceição ficou marcado pelo resto de sua vida, como ele próprio afirmou, ao presenciar a morte de uma idosa, juntamente com seu filho e seu neto, pelas mãos de jagunços locais, uma morte caracterizada pela crueldade e frieza.

Manoel escapou com vida dessa reunião, mas com um tiro na perna. Depois disso, retornou com a família para Pirapemas – interior do Maranhão – e, naquela cidade, viu a invasão de uma reunião de lavradores feita por policiais da Secretaria de Segurança do Estado. Novamente escapou do massacre e fugiu para o município de Pindaré, no ano de 1962.

Não era para menos. O contexto político no país naquele período não era nada tranquilo. João Goulart havia tomado posse em 1961, depois de uma grande e tensa negociação entre militares, congressistas e o próprio Goulart. Desde o fim da década de 1950, os trabalhistas, liderados por João Goulart, defendiam reformas de base, inserindo a reforma agrária e a legalização do Partido Comunista em sua pauta.⁴³⁰

E é justamente nesse cenário de tensões no campo que, em março de 1964, Manoel da Conceição se deslocou para São Luís para pedir a intervenção do governo do estado nos conflitos agrários da região do vale do Pindaré. Entretanto, a presença de Manoel na capital maranhense coincidiu com o golpe de 1964 que destituiu João Goulart da presidência da República.

Sua ida à capital maranhense foi motivada por funcionários da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), que tinham feito uma sindicância na região do Vale do Pindaré, averiguando a invasão de gado sobre terras de lavradores. Ele contou com o apoio do advogado Ricardo Bogéa e com a direção da União Maranhense de Estudantes Secundaristas (UMES).

Porém, em 31 de março de 1964, sem saber o que estava acontecendo, foi levado para se esconder no palácio episcopal sob os cuidados de D. Antônio Batista Fragoso, então

⁴²⁹ Ibid., p. 67.

⁴³⁰ FERREIRA, Jorge. Op. cit.

bispo auxiliar de São Luís. De lá, viajou escondido sob a proteção de três freiras até a cidade de Pedreiras, onde permaneceu durante 15 dias. Ao retornar para Pindaré, Manoel da Conceição foi preso e espancado várias vezes. Após ser liberado pelos policiais, refugiou-se no povoado de São Pedro do Caru.⁴³¹

Logo após o golpe, operações militares foram realizadas na capital maranhense, no sentido de mapear suspeitos de comunismo e opositores à “Revolução”. O jornal *Diário da Manhã* publicou, em 05 de abril de 1964, que o presidente da UMES, Admar Reis dos Santos, tinha seu paradeiro desconhecido. Suspeitando-se que o mesmo estava escondido no interior da ilha de São Luís, foram enviadas patrulhas militares para vasculhar diversos pontos da cidade no intuito de encontrá-lo.⁴³²

Em matéria publicada em 08 de abril de 1964, o mesmo periódico informou que a médica Maria José Aragão, o jornalista Bandeira Tribuzzi, Newton de Souza Melo e Benedito Gomes Paiva encontravam-se presos por ordem do Ministro da Guerra. E, ainda, que as autoridades federais continuavam realizando “batidas”, visando à apreensão de documentos comunistas no Estado.⁴³³

E, em 09 de abril de 1964, o *Diário da Manhã* informou a apreensão de livros, revistas, jornais e boletins na sede da UMES, os quais foram tratados como “documentos de ordem subversiva”.⁴³⁴ O clima era, portanto, bastante tenso, não somente no Maranhão como, também, em outros lugares do Brasil. Os que receberam a pecha de comunistas ou de subversivos tornaram-se potencialmente *personas non gratas*.

Em um ambiente de suspeição e patrulhamento, Manoel da Conceição acabou por se instalar na Mata do Caru, uma região bastante afastada da capital maranhense e de difícil acesso. Foi justamente nesse lugar que ele retomou suas atividades à frente da Assembleia de Deus. Em entrevista a Ana Galano ele comentou o seguinte:

Mas acontece que na época eu ainda era crente, muito religioso. O pastor começa a discutir comigo e me indica pra ser dirigente dos trabalhos da igreja protestante Assembleia de Deus. Pensei, conversei lá e resolvi construir uma pequena igreja. Aos poucos, em vez de continuar o plano da compra de armamento, aquele pessoal foi todo sendo ganho pra religião. Em vez de criar lá uma base de revolucionários, criamos uma base religiosa.⁴³⁵

⁴³¹ SANTOS, Manoel da Conceição. Op. cit.

⁴³² PRES. da UMES procurado pelo 24º BC. *Diário da Manhã*, São Luís, 05 de abril de 1964, p. 3.

⁴³³ COMUNISTAS continuam presos no 24º BC. *Diário da Manhã*, São Luís, 08 de abril de 1964, p. 3.

⁴³⁴ UM MAL que se exterminou tarde. *Diário da Manhã*, São Luís, 09 de abril de 1964, p. 1.

⁴³⁵ SANTOS, Manoel da Conceição. Op. cit. p. 124.

Manoel da Conceição relatou que foi um pastor local que lhe apresentou José Sarney e José Antônio Aipe, em 1965. Empolgado pela imagem construída em torno de José Sarney, como liderança política progressista, e sob a influência de seu pastor, Manoel, como ele próprio afirmou, “pregava” o Evangelho e fazia propaganda para os dois candidatos – o primeiro para governador e, o segundo, para prefeito de Pindaré.⁴³⁶ O líder camponês relatou um discurso de “Zé” Antônio em cima de um caminhão, onde o candidato teria dito o seguinte:

“Meu Deus, meu Jesus, eu quero aqui neste momento fazer um compromisso com Deus e com esse povo. Se eu não cumprir isso que acabo de falar – fazer justiça aos trabalhadores da terra, fazer que o gado não coma mais a produção de vocês, um preço justo da produção, assistência médica, acabar com a doença –, se eu for eleito e não fizer isso, meu Deus, pode mandar um raio que me parta aqui nesse momento.”⁴³⁷

Naquela eleição os dois “Zés” (Antônio e Sarney) saíram vitoriosos, mas não honraram o compromisso assumido com Manoel da Conceição. José Antônio fechou a sede do sindicato rural de Pindaré Mirim, onde Manoel foi presidente. O sindicato continuou atuando na organização dos trabalhadores rurais, promovendo, inclusive, escolas de alfabetização para adultos e crianças, o que lhe rendeu a pecha de governo paralelo.

Quanto ao governador eleito, José Sarney, ele promulgou a Lei n.º 2.979/69 que contribuiu diretamente para a abertura das fronteiras agrícolas do estado do Maranhão para os grandes grupos agroindustriais e pecuaristas, contribuindo para uma série de conflitos sociais entre os grupos de fazendeiros e famílias camponesas.⁴³⁸ A posição assumida por José Sarney em favor justamente dos grupos que Manoel da Conceição combatia colocou-os em campos políticos diametralmente opostos.

A aproximação do líder camponês com o marxismo se deu por volta de 1966, com o acirramento dos conflitos agrários. Ele afirmou que, “embora tivesse muitas contradições com a igreja da qual era membro, ainda não tinha nenhum conhecimento marxista”.⁴³⁹ Foi um “companheiro intelectual” que um dia lhe falou do problema da fé, para o qual Manoel retrucou o seguinte:

“– Olha, companheiro, se você quer discutir o problema da luta em si, os problemas do povo, estou de pleno acordo. Agora, quero te dizer uma coisa. Eu acredito em Deus e embora morra brigando, quero estar com minha Bíblia aqui do meu lado.

⁴³⁶ Ibid., p. 126.

⁴³⁷ Ibid., p. 126-127

⁴³⁸ Para saber mais sobre este assunto, ver ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. Op. Cit.

⁴³⁹ SANTOS, Manoel da Conceição. Op. cit. p. 140.

Não vou discutir esse problema de Deus. Se for pra discutir esse problema, eu me retiro da reunião e não fico nesse negócio.”⁴⁴⁰

Mas a fala do companheiro intelectual acabou por inquietar Manoel da Conceição no sentido de entender o comportamento de alguns evangélicos. Em suas memórias, ele deu o exemplo de um senhor chamado Clarindo Santos, “um dos mais ricos protestantes de Santa Inês”. Segundo Manoel, este homem era uma espécie de Zaqueu arrependido, mas não tão arrependido assim, pois o mesmo fazia pressão ao pastor dizendo que

esse tipo de luta, que houve anterior a 1964, prejudicava as relações da igreja com os comerciantes, o prefeito, as autoridades, na medida em que o sindicato contestava as decisões tomadas pelo poder local. O cara argumentava que tínhamos de respeitar todas as autoridades, porque elas eram determinadas por Deus.⁴⁴¹

Segundo Manoel da Conceição, os pastores o obrigaram a fazer uma opção: “ficar no sindicato ou ficar com Cristo”.⁴⁴² Uma escolha muito difícil de ser tomada por alguém que era ativo na igreja. Além disso, Manoel da Conceição afirmou que “grande parte desses associados do sindicato eram protestantes”.⁴⁴³ Ao recordar de uma convenção regional da Assembleia de Deus, que ocorreu em novembro de 1966, na cidade de Santa Inês, interior do Maranhão, Manoel da Conceição relatou que um pastor, vindo do Piauí, fez um discurso voltado contra a subversão e o mundo moderno:

Esse pastor começou a enquadrar o Evangelho na luta contra as concepções do chamado mundo moderno, o que nem se pregava naquela época na região. Começou a dizer que existe uma doutrina que levaria ao mundo moderno. Que ele tinha andado na República Popular da China e que lá ele viu escrito nas portas “queremos um mundo moderno”.⁴⁴⁴

E, ainda,

Que esse mundo moderno está muito ligado aos comunistas, os capas-verde, correio da besta-fera. Que esta besta-fera está com a cabeça na China e os pés na América Latina, em Cuba. Que eles começavam então a se infiltrar nos outros países latino-americanos, incentivando o sindicalismo. Os irmãos protestantes deveriam se defender de tal doutrina porque isso era incompatível com a fé, com a religião e com o reino de Deus.”⁴⁴⁵

⁴⁴⁰ Ibid.

⁴⁴¹ Ibid.

⁴⁴² Ibid.

⁴⁴³ Ibid.

⁴⁴⁴ Ibid.

⁴⁴⁵ Ibid.

Manoel da Conceição disse ainda que pediu a palavra na assembleia e que, apesar da resistência dos pastores que organizaram o evento, conseguiu falar aos que estavam presentes, expressando-se nos seguintes termos:

“Olha, irmãos, eu queria mostrar pra vocês que eu também não sei muito bem o que é isso, não. Mas eu quero mostrar alguns exemplos de coisas modernas.” [...] Enfim, existia uma diferença muito entre uma casa de pastor com todas as características modernas e a casa de um trabalhador rural. Uma grande diferença entre o terno todo preparado do pastor e a roupa de um trabalhador rural.⁴⁴⁶

E concluiu o seguinte:

Então se aproveitar o mundo moderno fosse um pecado, coisa do diabo, Satanás, Belzebu, como ele tinha falado, eu achava que não eram exatamente os protestantes pobres, os camponeses que iam pro inferno ou que estavam gozando dos bens que tinham oferecido os capas-verde, correios da besta-fera, comunistas. Neste caso, quem estava exatamente no inferno, gozando desses benefícios em primeiro lugar, eram os pastores que estavam no nosso meio.⁴⁴⁷

Manoel afirmou que foi nesse momento que se deu o rompimento dele com a estrutura da igreja e o seu expurgo da Assembleia de Deus. Porém, para ele, isso não significou uma ruptura ideológica com a religião. Relatando suas memórias, ele afirmou o seguinte sobre esse assunto: “continuei crente, acreditando em Deus. Acreditando mesmo sem nenhuma vacilação, embora não fosse aceito como um membro integrado na hierarquia da igreja. Continuei sendo crente em particular”.⁴⁴⁸

O testemunho de Manoel da Conceição coloca em suspenso a igreja enquanto único espaço legítimo de definição e afirmação do fiel ou crédulo. A racionalização operada por Manoel da Conceição, baseada em aspectos tanto subjetivos quanto objetivos, o convenceu de que, embora não pertencesse à estrutura institucionalizada da Assembleia de Deus, ainda assim, era evangélico.

Não fosse somente um revolucionário que combatia a opressão no campo, Manoel da Conceição revelou-se um contestador daqueles que detinham o monopólio do sagrado. Entretanto, sua hostilidade à “empresa burocrática da salvação”⁴⁴⁹ não correspondia ao estabelecimento de um carisma pessoal que, em virtude de seu caráter profético ou místico, pretendesse indicar um caminho alternativo a Deus.

O “manter-se crente” pode ter significado, para Manoel da Conceição, manter-se fiel a Deus, mas reconhecendo os estatutos religiosos de forma autônoma, tentando combinar, a

⁴⁴⁶ Ibid., p. 144.

⁴⁴⁷ Ibid.

⁴⁴⁸ Ibid.

⁴⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. Op. cit.

um só tempo, sua ética religiosa com a prática política. O seu afastamento da Assembleia de Deus de modo algum impediu que Manoel da Conceição mantivesse relação com outros evangélicos, pelo contrário. Ele relatou que entrou em contato com membros de outras igrejas do interior do estado do Maranhão e que grande parte desses evangélicos começou a romper com a obediência irrestrita à igreja. Houve inclusive o caso, segundo Manoel, em que uma Igreja Assembleia de Deus no povoado de Pimenta, em Pindaré, transformou-se em Assembleia do sindicato, pois o povo se reunia ali para discutir os seus problemas.⁴⁵⁰

Seu intenso envolvimento com as lutas dos trabalhadores rurais tornaram-no um alvo a ser combatido tanto pelo governo do estado do Maranhão quanto pelo governo federal. Sua liderança camponesa se destacava, cada vez mais, para além das fronteiras maranhenses, de tal maneira que sua prisão se tornou prioritária para o IV Exército.

Em 1968 ele sofreu um atentado, onde foi baleado por soldados da Polícia Militar do estado do Maranhão e, em seguida, preso. Manoel teve a sua perna amputada em razão dos tiros que sofreu e devido à negligência dos médicos que o operaram em São Luís. Ele atribuiu a responsabilidade desse ato diretamente ao então governador do estado, José Sarney, acirrando ainda mais as disputas políticas entre os dois.⁴⁵¹

Durante todo esse período de enfrentamento de Manoel da Conceição com a polícia e o governo do estado do Maranhão, não houve nenhuma nota em qualquer periódico evangélico, muito menos em o *Mensageiro da Paz* a respeito do assunto. Os líderes das Assembleias de Deus no Maranhão não se pronunciaram sobre o caso de Manoel da Conceição. Por outro lado, distribuía panfletos contra o comunismo e os seus asseclas.⁴⁵²

Mas a mobilização de camponeses e de outros segmentos sociais na cidade de Santa Inês, vizinha a Pindaré, contribuiu para que, posteriormente, Manoel fosse solto, porém sob vigilância da polícia. Em 1969 ele se deslocou para São Paulo, com o objetivo de tratar os

⁴⁵⁰ SANTOS, Manoel da Conceição. Op. cit. p. 145.

⁴⁵¹ A edição do Jornal "*O Imparcial*", publicada em 24 de julho de 1982, apresentou uma reportagem com Manoel da Conceição sob o título "Líder camponês reafirma que processará Sarney". Nessa reportagem, realizada durante uma entrevista coletiva em São Luís, Manoel afirmou o seguinte: "Eu fui preso, metralhado, sofri torturas e fiquei mutilado e a responsabilidade pertence ao governador de então, José Sarney. Inclusive ele mandou me fazer propostas indecorosas como pagar as despesas hospitalares, casa para morar gratuitamente, bom emprego e apoio eleitoral, julgando que eu abandonaria a luta em favor de meus companheiros do campo". Essa matéria foi colecionada pelos agentes do DOPS no Maranhão e encontra-se no Arquivo Público do Estado do Maranhão, Fundo "DOPS", Série "Atividades Políticas", Dossiê 63, Caixa 77.

⁴⁵² Os agentes do DOPS recolheram um panfleto distribuído pela Assembleia de Deus de São Luís, cujo frontispício trazia o desenho de um urso com um quepe militar e a foice e o martelo tatuados em suas costas. O urso era atacado por dois homens que portavam armas e pedras. O título do panfleto era "10 razões porque o Cristão detesta o Comunismo". O panfleto pode ser encontrado no Arquivo Público do Estado do Maranhão, Fundo "DOPS", Série "Estudantes", Dossiê 19, Caixa 40.

ferimentos decorrentes da amputação de sua perna. Durante esse período, Manoel manteve reuniões com sindicalistas, inclusive do ABC paulista.⁴⁵³

Manoel da Conceição integrou o Comitê da Ação Popular (AP) e, nesta condição, viajou de forma clandestina para a China, em 1969, onde permaneceu durante nove meses. É surpreendente e complexa a trajetória de Manoel da Conceição nesse ponto. A despeito de sua convicção religiosa evangélica, Manoel passou a integrar a AP, uma organização que, segundo Alessandra Ciambarella, tem sua origem em 1962 e reunia os setores mais progressistas da Igreja Católica, entre os quais, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC).⁴⁵⁴

É no mínimo curioso que uma liderança camponesa e evangélica tenha integrado o comitê da AP, justamente num período em que no interior desta organização prevaleceu uma ala dirigente de clara inspiração marxista-leninista-maoísta. Como bem explica a historiadora Alessandra Ciambarella, as divergências internas da AP acabaram forçando algumas de suas lideranças a romper com a organização, entre os quais, Paulo Stuart Wright e Jair Ferreira de Sá que, ao serem desligados da AP, em 1972, fundaram a Ação Popular Marxista-Leninista (APML).⁴⁵⁵

Em entrevista concedida a Hamilton Pereira e Ricardo de Azevedo, Manoel da Conceição relatou que quando esteve na China frequentou uma escola onde realizou curso de política e de instrução militar, de guerra de guerrilha. Isto teria contribuído para que ele também divergisse dos posicionamentos adotados por lideranças da AP quanto à estratégia mais viável ao processo revolucionário brasileiro.

Foi lá [na China] que começou minha divergência com alguns companheiros da AP. Na época, a AP entendia que o Brasil era um país semifeudal e semicolonial como a China antes da revolução. Eu cheguei à conclusão de que a China não tinha nada a ver com o nosso país. Tem uma história totalmente distinta. Então começamos uma guerra interna. O companheiro com quem a gente fechava mais ou menos era o Paulo Wright, que era da direção nacional, mas também discordava dessa análise.⁴⁵⁶

Ao retornar ao Brasil, também de forma clandestina, fixou-se no interior do Maranhão, em um lugar conhecido como Tufilândia. Um ofício do Ministério da Marinha, datado de 19

⁴⁵³ Entrevista concedida por Manoel da Conceição a Hamilton Pereira e Ricardo de Azevedo, publicada na Revista *Teoria e Debate*, n.º 61, São Paulo, fevereiro/março de 2005, com o título “Memória: Manoel da Conceição”. Disponível em <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/manoel-conceicao>> Acesso em 02 de mar. 2014.

⁴⁵⁴ CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). Op. Cit., p. 101-129.

⁴⁵⁵ Ibid.

⁴⁵⁶ MEMÓRIA: Manoel da Conceição. Revista *Teoria e Debate*, n.º 61, São Paulo, fevereiro/março de 2005. Disponível em <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/manoel-conceicao>> Acesso em 02 de mar. 2014.

de julho de 1971, trouxe as seguintes informações sobre Manoel da Conceição àquele momento:

1. Dados Conhecidos:

1.1 Manoel da Conceição no dia 15 de julho de 1968, por ocasião de diligências destinadas a por fim às atividades subversivas desencadeadas por elementos da AÇÃO POPULAR –, então dirigente do Sindicato dos Lavradores de Pindaré-Mirim – foi baleado no pé.

1.2 Posteriormente, em 29 de setembro do mesmo ano, foi ele objeto de manifestações populares na cidade de Santa Inês.⁴⁵⁷

Com o passar do tempo, ele retomou suas atividades como liderança camponesa, atraindo novamente a atenção dos órgãos repressivos do Estado, de tal sorte que, em janeiro de 1972, foi novamente preso, juntamente com o lavrador Luís, na cidade de Pindaré.⁴⁵⁸ Um radiograma com o carimbo "URGENTÍSSIMO", assinado pelo comandante da Guarnição Federal de São Luís e dirigido ao secretário de segurança pública do estado do Maranhão, datado de 24 de fevereiro de 1972, deu conta da importância da prisão de Manoel da Conceição:

23 de Fevereiro de 1972. Informo que avião C-45 da Força Aérea Brasileira (FAB) vai chegar a São Luís dia 25 e regressará dia 26 entre cinco e seis horas, a fim de transportar o indivíduo Manoel da Conceição Santos, que deverá viajar algemado. A escolta será dada por um agente da Delegacia da Polícia Federal, garantindo a FAB o seu retorno a São Luís. A Delegacia Regional da Polícia Federal no estado do Ceará já está ciente. Solicito todo apoio para a operação de embarque. Coronel Mario Ramos.⁴⁵⁹

⁴⁵⁷ ARQUIVO Público do Estado do Maranhão, Fundo “DOPS”, Série “Ministérios”, Dossiê 92, Caixa 56.

⁴⁵⁸ Segundo Manoel da Conceição, sua prisão em Pindaré, em 1972, foi obra do acaso. Na entrevista concedida a Hamilton Pereira e Ricardo de Azevedo, ele relatou que “tinha começado a guerrilha lá pro lado do Araguaia, e os companheiros que aderiram àquela proposta estavam juntando alimento, arroz, para levar para aquelas bandas. Fizeram uma desapropriação numa usina, tiraram uns 25 sacos de arroz pelado. Quando foi de manhã, o dono descobriu, foi à polícia e denunciou. A polícia foi procurar o ladrão. E eu, que não sabia de nada, vinha de Pindaré, num cavalinho castanho que tinha comprado. De repente deu uma chuva pesada, os rios encheram e eu, que não podia andar a cavalo, fui a pé. Mas, com esta perna, fui pego na beira do rio, acusado de ladrão de arroz! Quando cheguei na delegacia, o povão estava esperando para ver quem era o ladrão e começou a dizer: ‘Ah, esse aí não é ladrão! Esse é Manoel da Conceição. Ele não rouba!’ Foi uma confusão, os soldados ficaram tão assustados que até rifle caiu da mão. Então o delegado disse: ‘Não é ladrão, mas tenho uma procuração para prender porque esse homem é subversivo’”. MEMÓRIA: Manoel da Conceição. Revista *Teoria e Debate*, n.º 61, São Paulo, fevereiro/março de 2005. Disponível em <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/manoel-conceicao>> Acesso em 02 de mar. 2014.

⁴⁵⁹ O conteúdo do telegrama foi redigido da seguinte forma: “U CMT GU S LUIS MA - 118/E2 DE 23 FEV 72 PT RERA 116/E2 DE 22 FEV 72 PT INFO AVIAO C/45 FAB VAI CHEGAR A S LUIS DIA 25 ET REGRESSARAH DIA 26 ENTRE CINCO ET SEIS HRS VG FIM TRANSPORTAR INDIVIDUO MANOEL CONCEICAO SANTOS VG QUE DEVERAH VIAJAR ALGEMADO PT A ESCOLTA SERAH DADA POR UM AGENTE DA DPF VG GARANTINDO A FAB SEU RETORNO A SAO LUIS PT DR/DPF/CE JAH ESTAH CIENTE PT SOL TODO APOIO OP EMBARQUE PT CEL MARIO RAMOS CH EMP RESP CMDO RM”. ARQUIVO Público do Estado do Maranhão, Fundo “DOPS”, Série “Ministérios”, Dossiê 35, Caixa 50, Ofício n.º 39 S/2 Ministério do Exército, IV Exército, 10ª Região.

O mesmo ofício anterior ainda informou a necessidade de providências quanto aos procedimentos de embarque de Manoel da Conceição, ressaltando que “deverão ser tomadas medidas de segurança para que não haja nenhuma anormalidade, utilizando a critério dessa Secretaria elementos da Polícia Militar”.⁴⁶⁰ Após sua prisão, em São Luís, uma carta-manifesto foi elaborada e distribuída em todo o estado, promovendo uma verdadeira campanha por sua liberdade.⁴⁶¹

A carta-manifesto denunciou que o crime que Manoel cometeu era o de ter se posicionado contra a ditadura militar, a qual “esfomeia o nosso povo, reprime, tortura e mata os patriotas”. Em seu teor, o texto destacou que “patriotas e líderes populares e mesmo pessoas simples do povo e religiosos, quando são presos, sofrem torturas”, além de que alguns desses presos “já foram assassinados em cárceres da ditadura”. Desse modo, o documento conclamou as pessoas a prestar solidariedade e “defender Manoel e Luís contra as torturas e garantir as suas vidas”.

Para tanto, essa carta manifesto apresentou estratégias de como conseguir tal objetivo: “visitá-los na prisão” e “denunciar em particular o plano criminoso da Polícia”. Por fim, o documento encerrava com as seguintes frases de protesto: “ABAIXO A REPRESSÃO DA DITADURA”; “LIBERDADE PARA MANOEL DA CONCEIÇÃO E LUÍS”. Apesar das reivindicações e denúncias, Manoel foi levado por agentes federais para o Rio de Janeiro, onde foi brutalmente torturado.⁴⁶² Manoel da Conceição relatou do seguinte modo o período em que esteve preso:

Numa madrugada me raptaram do Dops, me botaram num avião militar sem dizer para onde ia. Quando cheguei, me disseram: ‘Você está no DOI-Codi, no Exército do Rio de Janeiro’. Paguei caro por essa ida à China, porque, não sei como, a ditadura ficou sabendo. Não está escrito o que passei nessa prisão. Sabe o que é a pessoa passar oito meses em subterrâneos clandestinos, só saindo para ser torturado ou ir para o hospital?⁴⁶³

E, ainda:

⁴⁶⁰ Ibid.

⁴⁶¹ Esta carta manifesto tinha como título "VAMOS LIBERTAR MANUEL DA CONCEIÇÃO E LUIS", e iniciava com um breve retrospecto sobre o atentado que Manoel sofreu em 1968, e sobre sua prisão em 1972, atribuída a capangas de usineiros e não à Polícia Militar do estado. Não há informações referentes à autoria da carta. Mas, podemos identificar o carimbo da Polícia Militar do estado do Maranhão. Uma cópia dessa carta-manifesto encontra-se no Arquivo Público do Estado do Maranhão, Fundo “DOPS”, Série “Ministérios”, Dossiê 35, Caixa 50.

⁴⁶² Manoel da Conceição descreveu com detalhes as torturas que sofreu durante o período em que foi mantido preso no Rio de Janeiro. É espantoso, para dizer o mínimo, que diante de tanta tortura Manoel da Conceição ainda tenha sobrevivido. Ver CONCEIÇÃO, Manoel da. Op. Cit.

⁴⁶³ MEMÓRIA: Manoel da Conceição. Revista *Teoria e Debate*, n.º 61, fevereiro/março 2005.

Depois de mais de seis meses, um dia eu estava numa cela e jogaram lá um preso, todo arreventado, chamado Samuel Jorkevich. Ele era do Rio e disse: “Se eu não morrer e sair, vou espalhar que você está aqui, escondido”. E foi isso que ajudou a me salvar, a notícia correu. Ai me levaram para a Bahia. Lá fiquei uns quinze dias, escondido no quartel, e tome cacete! Depois me mandaram para o Recife, de lá para Fortaleza. Eu me lembro que por seis vezes acordei no hospital com todos os dedos pretinhos como carvão, a unha arrancada, os ouvidos estourados de tanta porrada, de choque elétrico. Posso dizer que passei por semimorto umas seis vezes. Sem socorro.⁴⁶⁴

A campanha por sua liberdade, iniciada pela AP, tomou grandes proporções a ponto de envolver tanto a Igreja Católica quanto igrejas evangélicas. É provável que a grande visibilidade dada ao caso de Manoel da Conceição na mídia internacional o tenha protegido e lhe garantido a vida, diferente do que ocorreu a outros colegas seus de militância.

Após quase quatro anos de prisão, Manoel da Conceição foi solto, em maio de 1975. Ele relatou que, logo após ter sido posto em liberdade pela Auditoria Militar no Estado do Ceará, deslocou-se para São Paulo, onde foi preso novamente. Sua prisão foi objeto de manifestações de diversas organizações, entre as quais, a Anistia Internacional, a CNBB e o CMI. Sobre esse período, Manoel da Conceição relatou o seguinte:

Quando fui preso, houve uma intervenção muito pesada da Igreja, no Brasil, e também internacionalmente. A Anistia Internacional cumpriu um papel gigantesco. Nos Estados Unidos – porque eu tinha sido evangélico –, os pastores divulgaram que tinha sido preso um pastor evangélico. Criaram dezoito comitês de solidariedade, num trabalho coordenado pelo Marcos Arruda. Com toda essa pressão, o governo resolveu que só me soltava com a condição de eu sair do Brasil. Os companheiros que estavam na Suíça, sabendo dessa informação, falaram com a Liga Internacional de Direitos Humanos e veio um companheiro para me acompanhar daqui até lá. Fiquei na Suíça três anos e meio.⁴⁶⁵

Ao retornar ao país, já no período da redemocratização, Manoel da Conceição foi um dos principais articuladores da fundação do PT, sendo membro de sua direção nacional. Candidatou-se pelo mesmo partido ao governo do estado de Pernambuco, em 1982, mas não foi eleito.⁴⁶⁶ No Maranhão, em específico, Manoel da Conceição ainda continuou vigiado pelo DOPS, constando em seus arquivos, vários recortes de jornais que traziam notícia sobre o líder camponês, mesmo na década de 1980. Manoel fez visitas às cidades de Imperatriz, Caxias, Pindaré, Santa Inês e São Luís, palestrando sobre a importância da organização dos

⁴⁶⁴ Ibid.

⁴⁶⁵ MEMÓRIA: Manoel da Conceição. Revista *Teoria e Debate*, n.º 61, fevereiro/março 2005.

⁴⁶⁶ Roberto Magalhães saiu vitorioso, com 914.194 votos; Manoel da Conceição, foi o último colocado, obtendo apenas 4.027 votos. Cf. LIMA, Maria do Socorro de Abreu. *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições – Pernambuco 1962-1987*. Recife, 2003. 261 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

trabalhadores rurais contra os latifundiários e reforçando sua oposição política à oligarquia Sarney.

Desde a sua origem até o início da década de 1980, as Assembleias de Deus no Brasil reforçaram o ascetismo religioso entre seus membros. Isto contribuiu para que os fiéis da igreja se tornassem refratários à música popular, ao esporte, às artes cênicas e, até mesmo, à política. Entretanto, as mudanças que ocorreram no país e no mundo também promoveram transformações no interior da igreja, às vezes, não muito bem recebidas por suas principais lideranças.

A ditadura militar no Brasil serviu à Assembleia de Deus para acentuar os elementos morais, conservadores e fundamentalistas que caracterizaram esta igreja ao longo de décadas. Por outro lado, as Assembleias de Deus enxergaram nos militares, um governo capaz de imprimir ordem a uma sociedade que lhes parecia desajustada. A relação entre estas duas instituições – Assembleias de Deus e Forças Armadas – trouxe benefício a ambos na medida em que a noção de respeito e obediência irrestrita às autoridades constituídas foi um dos principais pilares de apoio dessas instituições.

Entretanto, ainda que a orientação pastoral da maioria das igrejas evangélicas, espalhadas pelo país, tenha se voltado para o apoio ao governo militar, inclusive apelando a bases bíblicas, isto não significou, necessariamente, que todos os fiéis, em suas respectivas igrejas, tenham sido obedientes à palavra sacerdotal.

No caso das Assembleias de Deus, as transgressões foram excepcionalmente raras durante o período militar. Mas, a partir da segunda metade da década de 1980, com o fortalecimento do movimento feminista, o restabelecimento de um governo civil no país, a organização de uma Assembleia Nacional Constituinte e a diminuição da censura, as Assembleias de Deus foram inseridas em um novo cenário, forçando-a a fazer adaptações.

Capítulo 3 – “A Pátria para Cristo”: as Igrejas Batistas e sua adesão ativa à ditadura militar

A origem dos batistas é um assunto controverso, tendo em vista as grandes diferenças entre os grupos batistas que tratam do tema. Para alguns, a origem pode remontar aos tempos apostólicos, enquanto que, para outros, ela se deu no século XVII, no contexto dos movimentos separatistas na Inglaterra.⁴⁶⁷ No Brasil, a presença batista remonta ao final do século XIX e está intrinsecamente vinculada à ação missionária dos batistas norte-americanos, em específico, à Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos.

Compreender esse vínculo é importante para que se possa, inclusive, entender as escolhas que os batistas brasileiros, em sua maioria, fizeram ao longo de sua história, e o comportamento que a Convenção Batista Brasileira (CBB) assumiu durante a ditadura militar no Brasil.

A historiadora Elizete Silva explica que, no cenário de tensões em torno da escravidão nos Estados Unidos, a Convenção Batista recusou-se a admitir missionários escravocratas. As igrejas batistas do sul romperam com a convenção criando a *Southern Baptist Convention*, que admitia, entre outras coisas, o trabalho escravo.⁴⁶⁸

Com a derrota do Exército Confederado – que aglutinava os soldados sulistas norte-americanos –, a historiadora informa que, após o término da Guerra de Secessão (1861-1865), cerca de dois mil sulistas instalaram-se no Brasil, do qual faziam parte alguns fiéis batistas, os quais poderiam reorganizar suas vidas em um país que mantinha relações econômicas com os Estados Unidos e que, também, ainda admitia a mão de obra escrava.

É nesse contexto que a *Southern Baptist Convention* decidiu enviar missionários da Junta de Richmond, em 1882, organizando a Primeira Igreja Batista do Brasil, voltada para brasileiros, instalada na cidade de Salvador, Bahia. A igreja recém-instalada adotou a confissão de Fé *The New Hampshire*, seguindo os princípios postulados pelos missionários norte-americanos, onde se destacam: batismo de adultos, por imersão e após a conversão; salvação apenas pela fé, pela graça e intermediação de Cristo; total separação entre Igreja e Estado.

⁴⁶⁷ Sobre o assunto, ver SILVA, Elizete. Os batistas no Brasil In: SILVA, Elizete, SANTOS, Lyndon de Araújo, ALMEIDA, Vasni de (orgs.). Op. Cit. A historiadora expõe com bastante propriedade as correntes que discutem as origens batistas no mundo, bem como o percurso dos batistas no Brasil.

⁴⁶⁸ Ibid.

Com o objetivo de divulgar suas doutrinas no país, os batistas se serviram de folhetos evangelísticos e jornais, sendo que *O Jornal Baptista*, publicado a partir de janeiro de 1901, tornou-se o principal órgão oficial das Igrejas Batistas no Brasil. O periódico foi fundado no Rio de Janeiro pelo pastor William Edwin Entzminger, um norte-americano da Carolina do Sul que havia se formado em Teologia pelo *Southern Baptist Theological Seminary*.

Inicialmente, *O Jornal Baptista* circulava três vezes por mês – sempre nos dias 10, 20 e 30 –, mas, posteriormente, tornou-se uma publicação semanal voltada, sobretudo, aos fiéis da própria igreja. A aquisição do periódico se dava por meio de assinaturas que poderiam ser anuais ou por pacotes (semestral, trimestral, 10 exemplares, 20 exemplares...).

Seu expediente informava, em 1963, que se tratava de um órgão da CBB, doutrinário e noticioso, subordinado à Junta de Escolas Dominicais e Mocidade da CBB e que a direção do jornal era responsável, perante a lei, por toda a matéria publicada, mas que, perante a igreja, as colaborações assinadas eram de responsabilidade de seus autores. E, por fim, informava aos seus leitores que os artigos publicados não representavam necessariamente a opinião do jornal.⁴⁶⁹

Os artigos, em sua maioria assinados por pastores batistas, eram encaminhados para a redação de *O Jornal Batista*, os quais passavam pela apreciação de seu diretor. Dito isto, podemos tomar *O Jornal Batista* como uma das principais fontes de investigação dos posicionamentos políticos e teológicos que os pastores e leigos batistas assumiram durante o período da ditadura militar no Brasil, os quais às vezes refletiram, às vezes não, a posição oficial da CBB.

Minha intenção neste capítulo foi tentar responder às seguintes questões: Qual era a postura política defendida pelas principais lideranças batistas no período imediatamente anterior ao golpe de 1964? Qual a atuação das Igrejas Batistas nos movimentos de adesão ao golpe de 1964? Como se deu o envolvimento dessas igrejas com os governos militares? Em que medida houve lideranças batistas que se opuseram ao regime instalado? Como assuntos a exemplo de ecumenismo, comunismo, evangelho social, teologia da libertação, política partidária, tortura, anistia, redemocratização, entre outros foram tratados por articulistas de *O Jornal Batista*?

A leitura minuciosa desse periódico permitiu-me, entre outras coisas, observar que, a despeito de um comportamento político majoritário que se instituiu entre os batistas, houve um período que se caracterizou pela contraposição de ideias, e onde o dissenso era ainda

⁴⁶⁹ EXPEDIENTE. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 1, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1963, p. 5.

respeitado pelos batistas. Isto nos ajuda a compreender, em parte, a complexidade política, teológica e social que caracterizava – e ainda caracteriza – essa igreja.

3.1. A democracia batista

Em 1963, *O Jornal Batista* apresentava uma linha editorial que se caracterizava pela forma democrática como tratava seus colaboradores e articulistas. Pastores batistas de diversas correntes teológicas e políticas expressavam sua opinião e debatiam de forma pública suas ideias. Àquele ano, o diretor do periódico era o pastor Almir S. Gonçalves.⁴⁷⁰

O tempo em que estive na direção de *O Jornal Batista*, Almir Gonçalves manteve-se discreto, manifestando-se pouquíssimas vezes sobre temas polêmicos. Muito embora fosse um opositor contumaz do comunismo e adotasse posições conservadoras, ele garantiu que n’*O Jornal Batista* houvesse espaço para o debate de ideias, mesmo as mais conflituosas.

Naquele período, não somente Almir S. Gonçalves, como a maioria dos batistas e demais evangélicos de outras denominações manifestavam oposição ao comunismo. Como já dito nos capítulos anteriores, o comunismo era tomado como antítese do cristianismo entre os evangélicos. Em uma frase: um inimigo a ser combatido.

Não somente os batistas, como boa parte da população brasileira tinha aversão ao comunismo. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta explica que “os grupos sociais atemorizados pela ‘ameaça’ ou ‘perigo’ comunista, (...) trataram de organizar-se e articular uma contra-ofensiva visando combater o projeto revolucionário”.⁴⁷¹ Ao tratar sobre as representações atribuídas ao comunismo no Brasil, Rodrigo Motta observa o seguinte:

Essencialmente, o comunismo foi identificado à imagem do “mal”, tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno, ligando-o à ideia de sofrimento, pecado e morte. A ação dos comunistas traria formas de sofrimento como fome, miséria, tortura e escravidão; a nova organização social por eles proposta implicaria em pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto.⁴⁷²

A maneira como o comunismo foi tratado pelos batistas não difere em substância ao modo como presbiterianos, assembleianos e metodistas se comportaram em relação ao

⁴⁷⁰ Almir dos Santos Gonçalves nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo, em 18 de setembro de 1893. Frequentou ainda cedo as reuniões de culto batista, onde se converteu, aos 17 anos. Foi ordenado pastor batista em 1922. Bacharelou-se em Direito, em 1934. Assumiu a direção de *O Jornal Batista* em 1946, cargo que ocupou durante dezoito anos. Morreu em 17 de Julho de 1981, ainda cumprindo suas funções de pastor em sua igreja.

⁴⁷¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit. p. 5.

⁴⁷² Ibid., p. 75.

mesmo. Tomado como um sistema teórico e político que negava a Deus, o comunismo de modo algum foi ponto de inflexão entre os fiéis batistas.

O pastor Almir Gonçalves, por exemplo, afirmou que “o comunismo não é simplesmente uma ideologia política ou econômica cujos conceitos, casualmente, firam princípios bíblicos, mas é um sistema frontalmente antagônico à fé cristã”.⁴⁷³ Para ele, o comunismo era de fato uma ameaça, talvez até mal dimensionada por aqueles que por ele nutriam alguma simpatia.

Oh! Se tal ideologia viesse a dominar em nossa pátria, acaso ficariam satisfeitos esses simpatizantes que hoje têm seus lares, suas igrejas, levam seus filhos onde quer levá-los, dá-lhes em casa a educação que lhes apraz? (...) Infelizmente esta é a sombria perspectiva que ameaça as nações onde o comunismo está exercendo a sua influência.⁴⁷⁴

Por outro lado, o pastor David Malta do Nascimento,⁴⁷⁵ que representava os setores mais progressistas da Igreja Batista, também condenava o comunismo, porém, sem as afetações que por vezes caracterizaram a postura de seus colegas pastores. A oposição que ele sustentou em relação ao comunismo se baseava na discordância teórica que ele tinha frente aos marxistas. Na coluna “Diretriz Evangélica” que mantinha n’*O Jornal Batista*, ele escreveu que:

À luz deste conceito que aceitamos e pregamos, repelimos, conseqüentemente, todo sistema que pretenda ver no homem, tão somente, o objeto, condicionado por fatores externos e relações extrínsecas. Sejam relações econômicas, de produção, ou de que outro nome tenham. Este é, aliás, equívoco que geralmente incidem vários tipos de humanismo, sobressaindo, dentre outros, o marxismo.⁴⁷⁶

⁴⁷³ GONÇALVES, Almir S. A Bíblia opina sobre o comunismo. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 3, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1963, p. 2.

⁴⁷⁴ Ibid.

⁴⁷⁵ Nascido em 22 de maio de 1919, em Mutuípe, interior da Bahia, David Malta do Nascimento era de uma família pobre. Em Itabuna, Bahia, trabalhou como empregado no comércio. Provavelmente ao final da década de 1930 ele se transferiu para o Rio de Janeiro, onde concluiu seus estudos secundários. Em seguida, formou-se na Faculdade Nacional de Direito e, depois, em Teologia no Seminário Batista do Sul. Casou-se com Helena, médica e filha de pastor. Após ser ordenado, David Malta passou a pastorear a Igreja Batista Barão da Taquara, na região de Jacarepaguá, no início da década de 1950. Nesse mesmo período, ajudou a fundar o movimento “Diretriz Evangélica”, que pretendeu fomentar entre os evangélicos uma participação ativa, baseada no engajamento político e social. Este movimento mantinha um programa radiofônico na Rádio Copacabana, sediada no antigo estado da Guanabara, sempre aos sábados, às 7:30 h, além de o jornal *Diretriz Evangélica* e uma coluna n’*O Jornal Batista*, onde ele e Hécio da Silva Lessa eram os responsáveis. Ele identificava-se com setores da esquerda e com o evangelho social, muito embora fosse contra o comunismo. Teologicamente, pode ser identificado com a corrente liberal. Em 22 de maio de 2009, o Núcleo do Rio de Janeiro da Fraternidade Teológica Latino-Americana, prestou homenagem aos líderes desse movimento, entre os quais, David Malta que, àquela data, havia completado 90 anos. Ele faleceu aos 96 anos de idade, em 08 de junho de 2015.

⁴⁷⁶ NASCIMENTO, David Malta. O homem. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 5, Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1963, p. 5.

A influência dos missionários batistas norte-americanos, e, principalmente, a relação que a CBB manteve com a *Southern Baptist Convention*, contribuíram profundamente no contexto da Guerra Fria para que a aversão ao comunismo e ao marxismo se aprofundasse ainda mais entre os batistas brasileiros. Isto trouxe implicações, inclusive para a restrição das Igrejas Batistas em relação ao ecumenismo e à Teologia da Libertação, identificados, invariavelmente, como movimentos simpáticos ao comunismo/marxismo.

Dito isto, portanto, não havia discordâncias nevrálgicas entre as lideranças batistas quanto a este assunto, nem antes, nem durante e nem após o golpe de 1964. Os embates eram outros, embora impregnados profundamente pelo cenário político e religioso daquele período. Não somente a Conferência do Nordeste, em 1962, mas, também organizações paraeclesiais, tais como o CMI (Conselho Mundial de Igrejas) e o ISAL (Igreja e Sociedade na América Latina), provocaram, entre alguns setores cristãos, a necessidade de um engajamento político voltado para as demandas objetivas do ser humano.

Nesse ponto, David Malta foi a principal liderança batista a defender, em vez de assistencialismo social, ações sociais que promovessem uma transformação de fato no cenário de miséria, fome e pobreza que atingia parte significativa da população brasileira. Seus artigos e posições se caracterizaram ao longo do ano de 1963 por defender um evangelho social e ecumênico.

Entretanto, para outro segmento batista, essa posição política e teológica feria os princípios de norma e conduta da igreja. Delcyr de Souza Lima⁴⁷⁷ se tornou o representante desse setor mais conservador, que se caracterizou, por um lado, pela forte oposição ao ecumenismo, ao evangelho social e, por outro, pela defesa da moral, dos costumes, insistindo em uma ascese religiosa puritana que estimulava o estranhamento do mundo, isto é, um tipo de comportamento que negava o prazer com o mundo como, por exemplo, jogar futebol, ir ao cinema, assistir programas de entretenimento, etc.⁴⁷⁸

⁴⁷⁷ Delcyr de Souza Lima nasceu em 27 de novembro de 1927, na cidade de São Fidelis, Rio de Janeiro. Converteu-se aos 15 anos, na Primeira Igreja Batista de Bangu. Formou-se primeiramente Bacharel em Teologia no Seminário Batista do Sul, sendo consagrado pastor em 1952. Casou-se com Dinalva, com quem teve cinco filhos. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro. Se autodeclarava conservador e defensor do fundamentalismo religioso. Criou, em meados da década de 1960, uma coluna n' *O Jornal Batista* denominada "Trincheira", em oposição à "Diretriz Evangélica". Foi um dos fundadores do Seminário Teológico Batista de Niterói, tornando-se seu Diretor Executivo de 1984 a 1985. Em 2015, Delcyr de Souza ocupava o cargo de Diretor do Seminário Teológico Batista Brasileiro e de redator de uma das revistas da Junta de Educação Religiosa e Publicações (Juerp), órgão criado pela CBB, em 1907, para administrar a atividade editorial da igreja.

⁴⁷⁸ Weber discute de forma particular a ascese protestante que caracterizou as seitas anabatistas e batistas. Entre os elementos identificados pelo autor, a "rigorosa evitação do 'mundo'" aliada a um esforço de imitar a vida exemplar dos primeiros cristãos, constituem traços significativos que permaneceram entre as igrejas oriundas dos movimentos anabatistas. Entretanto, é preciso ter cuidado ao observar que esse estranhamento do mundo foi

No contexto da década de 1960 e 1970, é possível perceber claramente que havia pelo menos duas grandes correntes no interior das Igrejas Batistas. A primeira se caracterizou pela defesa do ecumenismo, do evangelho social e da teologia liberal, enquanto que a segunda corrente foi sua antítese.

Essas duas correntes batistas se enfrentaram ao longo do ano de 1963, expondo suas opiniões por meio das páginas de *O Jornal Batista*. Isto demonstra que, no limite, a CBB, bem como a direção do referido jornal estavam de acordo em garantir espaço ao debate de ideias entre os fiéis.

Esta observação é importante uma vez que, entre 1963 e 1985, cerca de 70 (setenta) membros batistas, entre pastores e leigos, expuseram suas opiniões sobre questões políticas e sociais por meio de artigos n' *O Jornal Batista*. No entanto, a maioria desses artigos foi publicada entre 1963 e o primeiro trimestre de 1964, o que nos permite refletir sobre as influências do contexto político da época sobre a linha editorial do periódico.

Até o golpe de 1964, a corrente batista progressista desfrutou de um ambiente que lhe permitiu pelo menos propor mudanças à igreja – fossem estas de caráter doutrinário, teológico, administrativo e/ou pedagógico. Para este setor, os batistas não poderiam nutrir uma postura de aversão ao mundo, mas, pelo contrário, envolver-se com a realidade na perspectiva do atendimento às demandas sociais, assumindo consciência política de forma mais crítica e contundente. Em suma, era urgente promover transformações nas comunidades religiosas e nas instituições batistas, bem como participar de forma ativa da vida do país.

O pastor David Malta, um dos fundadores e líder do movimento “Diretriz Evangélica”, tentou influenciar os fiéis batistas para atuarem de forma mais politizada no Brasil. Por meio de uma coluna que mantinha n' *O Jornal Batista* – a qual levava o mesmo nome do movimento – ele e outros colaboradores traziam informações sobre o país e o mundo, além de provocar seus leitores sobre questões políticas e sociais.

No início de 1963, a coluna “Diretriz Evangélica” trouxe informações sobre a iniciativa do governo de João Goulart em estabelecer relações comerciais com países do leste europeu,⁴⁷⁹ bem como sobre a greve dos náuticos no estado do Rio de Janeiro, aliás, criticada pelo comentarista da respectiva coluna por ter sido inoportuna, dadas as circunstâncias políticas em que se encontrava o país, às vésperas de um plebiscito que decidiria sobre o

levado a atitudes menos ou mais rigorosas, conforme a comunidade religiosa. Disto também resultaram as diferenças entre quakers, menonitas e batistas. Sobre este assunto, ver mais em WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁴⁷⁹ VÃO ser ampliadas as relações comerciais externas do Brasil. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 3, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1963, p. 5.

retorno ou não do regime presidencialista.⁴⁸⁰ Quanto a este assunto, David Malta conclamou todos os batistas a um “encontro cívico” no dia 6 de janeiro de 1963, nos seguintes termos:

E nenhum eleitor deve faltar. Não constrói a descrença. No meio das desilusões é preciso lutar. Sabemos das decepções do povo. Mas avançar é o único caminho. Devolvamos os poderes ao Presidente da República. Vamos dizer NÃO ao Ato Adicional. Para que o presidente governe. E que governe o Presidente... É o seu dever...⁴⁸¹

Embora esta convocatória n’*O Jornal Batista* tenha sido publicada após o plebiscito, ficou claro que entre os batistas havia pastores e leigos que se posicionaram favoravelmente a João Goulart, defendendo não apenas o presidencialismo, mas os poderes do legítimo presidente do Brasil.

Para este setor, os batistas deveriam ter uma participação mais efetiva na política brasileira e identificada com a classe trabalhadora. Hércio da Silva Lessa⁴⁸² – pastor da Igreja Batista de Itacuruçã, na Guanabara, e que também compôs os quadros do setor progressista da igreja – foi o encarregado em debater sobre o papel dos seminários batistas na conjuntura brasileira do início da década de 1960, durante a 45^a Assembleia da CBB, que ocorreu em Vitória, Espírito Santo, em janeiro de 1963.

Sua palestra foi publicada integralmente n’*O Jornal Batista* e é um documento importante para demonstrar como havia um setor entre os pastores e leigos batistas que não se viu desvinculado dos problemas sociais existentes entre as classes trabalhadoras. Para Hércio Lessa, havia uma situação pré-revolucionária cuja origem estava num processo de conscientização de homens que “não aceitaram por muito tempo, no entanto, viver inconscientemente a situação de crise que sobre eles se abateu” e por isto decidiram

⁴⁸⁰ GREVE dos náuticos tende a ceder. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 3, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1963, p. 5. A notícia foi comentada do seguinte modo: “Com a aproximação do Plebiscito, nenhuma classe deveria fomentar greves. Estamos no apagar das luzes de 62. A tomada de posição para restaurar a vida institucional do país, será a de 6 de janeiro. O mais justo é que todos se contenham por um pouco”.

⁴⁸¹ ENCONTRO cívico, dia 6. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 3, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1963, p. 5.

⁴⁸² Natural da cidade de Campos, interior do estado do Rio de Janeiro, Hércio da Silva Lessa nasceu no dia 9 de agosto de 1926. Ingressou no Seminário Teológico Batista do Sul, em janeiro de 1947, tornando-se, posteriormente pastor da Igreja Batista em Vigário Geral, em 1951. Casou-se com Odete Faria, em 1952 e, logo em seguida, foi enviado pela Junta de Missões Estrangeiras da CBB para trabalhar como missionário em Portugal, onde atuou por nove anos. Ao regressar ao Brasil, em 1962, assumiu a Igreja Batista Itacuruçã, no Rio de Janeiro. A partir daí deu-se sua aproximação com o pastor David Malta com o qual estabeleceu uma relação de amizade e de militância política. Hércio não somente contribuiu com o movimento Diretriz Evangélica como, também, foi o relator da Comissão de Ação Social da CBB. Exerceu a docência no Seminário Teológico Batista do Sul entre 1978 e 1985. Faleceu em 5 de junho de 2009.

“determinar a sua sorte e construir conscientemente a realidade porvir”.⁴⁸³ Diante deste quadro, Hécio Lessa entendeu que,

não tendo sido possível evitar para o nosso povo as provações da crise que vivemos, resta-nos a convicção de podermos influir ativamente, através de uma participação corajosa, oportuna e esclarecida, na criação de um porvir que melhor corresponda aos legítimos anseios dos homens e às expectativas do nosso Deus.⁴⁸⁴

Hécio Lessa defendeu, ainda, uma formação teológica mais refinada aos futuros pastores batistas, por meio de uma reestruturação curricular e administrativa dos seminários teológicos da igreja, com um conteúdo pedagógico que ensinasse desde cedo aos seminaristas o valor em se debater ideias, em lidar com o dissenso, contribuindo, desse modo, para uma atuação nos campos missionários em que se compreendessem e se respeitassem as especificidades de cada lugar.

Em um contexto onde os movimentos de emancipação pululavam nas colônias europeias na África – região para a qual eram enviados muitos missionários evangélicos – a posição defendida por Hécio Lessa tentou promover uma atuação missionária batista compromissada com a transformação e libertação de segmentos sociais historicamente desprestigiados.

Nesse sentido, outros pastores batistas também se pronunciaram sobre o assunto, reforçando este tipo de prática missionária. Rolando de Nassáu, por exemplo, chamou a atenção para o fato de que os missionários estrangeiros estavam encontrando “povos em processo revolucionário” e que, em razão disso, “poucos missionários são ouvidos, só pelo fato de pertencerem a nações poderosas”.⁴⁸⁵

Algumas atitudes e opiniões de líderes políticos que se dizem cristãos têm prejudicado o trabalho missionário em várias partes do mundo. Por exemplo: o despejamento de bombas atômicas em Hiroxima e Nagasáqui, a política racial do governo sul-africano, a segregação contra os negros no sul dos Estados Unidos, o bombardeamento de represas coreanas, das cidades argelinas e da capital cubana, atos de violência cometidos pelas potências ocidentais, que se dizem cristãs, endurecem os corações contra a fé cristã e suscitam a pergunta: terá autoridade para falar de amor e paz, uma religião que não tem dado às potências capitalistas uma consciência responsável a respeito dos males da guerra?⁴⁸⁶

⁴⁸³ LESSA, Hécio da Silva. O papel dos nossos seminários na atual conjuntura denominacional. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 6, Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 1963, p. 4.

⁴⁸⁴ *Ibid.*, p. 4.

⁴⁸⁵ NASSÁU, Rolando de. Missões e o processo revolucionário. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 12, Rio de Janeiro, 23 de março de 1963, p. 5.

⁴⁸⁶ *Ibid.*

De forma muito corajosa e coerente, Rolando de Nassáu pôs em xeque a prática política de países como, por exemplo, Inglaterra e Estados Unidos, os quais foram, durante muito tempo, as principais nações a enviar missionários cristãos com fins evangelísticos para várias regiões do mundo, entre elas, o Brasil.

No entanto, paradoxalmente, para Rolando de Nassáu, essas mesmas nações eram responsáveis por tolerarem e por vezes alimentarem segregacionismos raciais, promover e participar diretamente de conflitos armados, subjugando econômica e politicamente povos que pretendiam sua emancipação. Ora, como uma religião que enfatizava a paz e o amor poderia ter missionários tolerantes com injustiças?

É importante ressaltar que, antes da Teologia da Libertação se estabelecer como um tipo específico de *práxis* religiosa voltada aos oprimidos, já existiam alguns setores evangélicos que se mobilizaram em favor dos fracos e injustiçados, denunciando mazelas sociais e fazendo autocritica em relação às suas instituições religiosas.

Diferentemente do que se possa pensar, isto não foi tão pontual e raro entre os evangélicos, pelo menos não até 1964. O pastor batista Iomael Sant’Anna, por exemplo, afirmou em um artigo que o evangelismo tinha que ser mais objetivo, não se limitando às paredes de um templo, mas que atraísse “operários e estudantes, intelectuais e cientistas”.⁴⁸⁷

Por sua vez, o pastor Otoniel P. Sampaio propôs uma reflexão sobre o nascimento de Jesus Cristo, chamando a atenção para a profissão do pai de Jesus – carpintaria –, bem como para o fato de que foram camponeses que anunciaram o seu nascimento, “valorizando assim duas forças ponderáveis do progresso e da grandeza do mundo em que vivemos, que são os trabalhadores e os camponeses, naquela época desprestigiados”.⁴⁸⁸

Otoniel Sampaio ressaltou ainda que Jesus “não escolheu seus discípulos entre os abastados”, pois sabia que “os ricos só conduzem as massas pobres em sentido contrário as mesmas, para não se despojarem de seus privilégios”.⁴⁸⁹ Em sua tentativa de atualizar textos bíblicos face aos problemas sociais no Brasil, Otoniel Sampaio afirmou que Paulo, antes de sua conversão, pertencia à “burguesia romana”, mas que, uma vez convertido, “foi sentir a dureza da vida”, trabalhando “como um dos nossos muitos trabalhadores da construção civil de hoje”, concluindo que:

⁴⁸⁷ SANT’ANNA, Iomael. Religião para o tempo presente. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 15, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1963, p. 4.

⁴⁸⁸ SAMPAIO, Otoniel P. O caráter social do nascimento de Cristo. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 20, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1963, p. 5.

⁴⁸⁹ Ibid.

É triste milhares de pais verem seus filhos morrerem de fome, em tenra idade, mendigando pão, jogados a toda sorte de desgraças e, desde a infância como marginais, analfabetos e cheios de doenças, quando nada disto deveria existir se não fosse a tremenda desigualdade entre os homens, que concentram nas mãos as riquezas que não lhes pertencem, a terra que é de Deus (Salmo 24:1) e o produto da terra que é para todos (Eclesiastes 5:9). Quando isto for bem observado, ninguém adorará ao seu Deus com o estômago vazio e estabeleceremos a justiça de Cristo no mundo.⁴⁹⁰

Como se pode ver, o artigo foi uma crítica contundente à forma como o cristianismo era vivido pelos próprios cristãos. Mais uma vez é possível observar que, para este setor batista, era imprescindível atualizar a *práxis* evangélica. O tempo do Cristo era, também, o tempo presente, impregnado pelas mesmas contradições e dificuldades. Os injustiçados ainda eram praticamente os mesmos – carpinteiros, camponeses, operários – assim como os responsáveis pela injustiça – ricos e burgueses.

Essa leitura bastante politizada da Bíblia e, em particular, do Cristo, deve ter contribuído também para que este setor batista se identificasse com as reformas pretendidas por João Goulart. Na coluna “Diretriz Evangélica”, Hécio da Silva Lessa afirmou que o presidente da República se manifestou muito bem em sua mensagem ao país, pois, em sua opinião, “acima de todo aspecto administrativo, está o problema humano o problema da justiça social, o problema da mortalidade infantil, do pauperismo, da subnutrição, o problema da fome”. E concluiu afirmando que “desenvolvimento sem justiça social é tirania. fez bem o Presidente”.⁴⁹¹

Isto não se limitou ao discurso, pois pastores evangélicos em Brasília se uniram em apoio às reformas pretendidas por João Goulart. Em 7 de maio de 1963, o deputado federal Aurino Valois⁴⁹² (PTB-PE), liderou a visita de 24 pastores evangélicos do Distrito Federal ao presidente da República.⁴⁹³

⁴⁹⁰ Ibid.

⁴⁹¹ LESSA, Hécio da Silva. Mensagem do presidente dá ênfase à justiça. O Jornal Batista, Ano LXIII, n.º 16, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1963, p. 5.

⁴⁹² Aurino Valois nasceu em Vitória de Santo Antão, interior de Pernambuco, em 12 de junho de 1918. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife, em 1945. Era Membro da Igreja Evangélica Congregacional da Vitória, em sua cidade natal. Envolveu-se com a política logo após concluir a faculdade. Foi eleito deputado federal em 1958 e 1962 pelo PTB. Após a instituição do bipartidarismo no Brasil, filiou-se à ARENA, em 1965, sendo reeleito por esta legenda, em 1967. No pleito de novembro de 1970, atingiu apenas a primeira suplência, encerrando o seu mandato, em 1971. Em 1975, passou a integrar a diretoria da Companhia Vale do Rio Doce, cargo que ocupou até a sua morte, em 2 de abril de 1989. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. Documentos de Arquivos Pessoais. Verbete: Aurino Valois. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

⁴⁹³ Todos os pastores, missionários e leigos foram relacionados na reportagem, garantindo assim a visibilidade e representatividade de cada uma das respectivas igrejas e instituições evangélicas. Entre os pastores, constaram nesta relação um congregacional, um da Cristã Evangélica, um da Igreja de Cristo, três metodistas, quatro batistas, cinco da Assembleia de Deus, nove presbiterianos, além de representantes da Confederação Evangélica

O pastor da Igreja Memorial Batista de Brasília, Éber Vasconcelos, foi o responsável por dirigir uma mensagem ao presidente, onde afirmou que aquele grupo de pastores representava cerca de sessenta igrejas, emprestando “solidariedade”, “apoio moral” e “assistência espiritual” ao governo de Goulart.

Éber Vasconcelos reportou-se à Bíblia para afirmar que ela “ensina o respeito às autoridades legalmente constituídas e nos concita à colaboração com aquelas que trabalham para o bem-estar coletivo”.⁴⁹⁴ Portanto, na opinião do representante evangélico ali presente, João Goulart não somente era o ocupante legal do cargo de presidente da República, como também estava ali de forma legítima, pois o plebiscito de 6 de janeiro devolveu a Goulart os poderes de chefe de Estado. Além disso, na opinião daqueles representantes evangélicos, Goulart estava trabalhando em prol da coletividade, de modo que Éber Vasconcelos concluiu o seguinte:

Tem Vossa Excelência nosso apreço e simpatia, pois sabemos quão duras têm sido as dificuldades administrativas e como é grave a problemática nacional! Por isso as igrejas evangélicas do Distrito Federal acompanham a atuação do Governo e humildemente rogam a Deus que abençoe ao Presidente João Goulart, confortando o seu coração e exercendo uma influência benéfica e salutar sobre a sua administração. Que a serenidade, característica principal do Presidente Goulart, continue a orientar as suas decisões, ditadas pelo ideal cristão de bem servir à comunidade!⁴⁹⁵

Éber Vasconcelos e os demais pastores ali presentes tinham dimensão do simbolismo político que aquela audiência representava. A declaração de apoio a um presidente que foi impedido de tomar posse logo após a renúncia de Jânio Quadros; que sofria duras críticas de diversos grupos políticos e camadas sociais; e que, ainda, era acusado de ser comunista, foi, além de um gesto de solidariedade, uma demonstração clara de que havia setores evangélicos simpáticos a João Goulart.

Entretanto, aquele grupo de pastores não tinha uma identidade política que lhe fosse comum. Basta lembrar que ali estavam presentes deputados federais evangélicos de três siglas partidárias distintas: Aurino Valois, congregacional, filiado ao PTB de Pernambuco; Geremias Fontes, presbiteriano, filiado ao Partido Democrata Cristão (PDC), no Rio de Janeiro; e Daso Coimbra, congregacional, filiado ao Partido Social Democrático (PSD),

Brasileira, da Sociedade Bíblica Brasileira e mais três deputados federais (Aurino Valois, Geremias Fontes e Daso Coimbra).

⁴⁹⁴ NASSÁU, Rolando de. Pastores evangélicos visitam presidente Goulart: o Brasil precisa de reformas. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 21, Rio de Janeiro, 25 de maio de 1963, p. 5.

⁴⁹⁵ Ibid.

também no Rio de Janeiro. Isto demonstra o quanto era heterogênea e complexa essa representatividade evangélica que manifestou apoio a João Goulart.⁴⁹⁶

Entretanto, é possível afirmar que setores evangélicos apoiaram o presidente brasileiro não apenas em atenção ao princípio bíblico de obediência às autoridades, aliás, bastante tênue entre os evangélicos. O apoio também se deu porque tais setores, especialmente os mais engajados com a defesa do evangelho social, identificaram-se com a proposta das reformas de base, vistas como um alento às classes sociais desfavorecidas.

Por sua vez, o presidente fez um discurso de agradecimento à comitiva, onde destacou o contingente evangélico no Brasil e a contribuição destes para a realização de obras sociais e educacionais no país. E aproveitou o ensejo para reafirmar a necessidade de se levar adiante as reformas de base:

Nesta hora, em que são urgentes as reformas estruturais, em que grave é a realidade nacional, em que as paixões políticas, os ânimos partidários, os interesses de grupos e os debates ideológicos ficam mais acirrados, faz-se necessário a palavra equilibrada e pacificadora. (...) Desejo que as reformas de base se processem dentro da paz nacional e das normas legais! Por isso, espero contar com o apoio dos evangélicos para levarmos avante o desenvolvimento brasileiro, nesta fase atribulada na vida nacional.⁴⁹⁷

Tanto o presidente quanto os pastores evangélicos presentes àquela audiência sabiam que o cenário político e social no Brasil era tenso, o que reforçou a importância daquele ato. Não foi simplesmente uma carta dirigida a Goulart. Os pastores se deslocaram para o Palácio da Alvorada para empenhar apoio e solidariedade ao presidente do país, o que denota outro ponto importante para compreensão da história do protestantismo brasileiro. Como visto até aqui, os evangélicos estiveram longe de se caracterizarem por um absenteísmo político de fato.

O “Dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” funcionou muito mais como uma retórica conservadora que tentou – às vezes com sucesso, às vezes não – anular o

⁴⁹⁶ É bom lembrar que Jânio Quadros foi eleito presidente da República pelo PDC, em 1960, apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), arquirrival do PTB. Por outro lado, o PSD era um partido que se caracterizou pela habilidade de se manter no poder, estabelecendo alianças que lhe foram convenientes conforme a conjuntura política e social que se apresentava. Exemplo disso foi o que representou a aliança entre PSD/PTB para levar à presidência da República Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Entretanto à medida que o PTB radicalizou suas posições na defesa da reforma agrária sem indenizações e aproximou-se de quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o PSD, no Congresso Nacional, aproximou-se da UDN. Essa relação tão complexa em época de radicalização política é explicada pela historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado. Ver mais em DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil republicano, v. 3), p. 127-154.

⁴⁹⁷ NASSÁU, Rolando de. Pastores evangélicos visitam presidente Goulart: o Brasil precisa de reformas. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 21, Rio de Janeiro, 25 de maio de 1963, p. 5.

engajamento de evangélicos com a política, sobretudo com movimentos que eram vistos por estes segmentos religiosos conservadores como sendo de esquerda. E, a despeito das teses acadêmicas que insistiram – e ainda insistem – no absentéismo político de evangélicos – pelo menos até antes da Assembleia Nacional Constituinte de 1986 – é possível verificar o quão significativo foi a participação política, inclusive partidária, de evangélicos no Brasil.

Mas, *pari passo* às manifestações de apoio a João Goulart, havia também setores batistas que colocaram em suspenso as posições políticas assumidas por seus pares, revelando a desconfiança que nutriam para com o governo. O pastor Ebenezer Cavalcanti, da Igreja Batista “Dois de Julho”, em Salvador, Bahia, foi uma das lideranças batistas a se manifestar dessa forma. Em um artigo que escreveu sobre a educação no Brasil, ele ressaltou o seguinte:

Desprezemos os politiqueiros profissionais que lisonjeiam o voto dos analfabetos, para sobre eles continuarem cavalgando. (...) Comunistas exploram a ignorância do povo. Políticos profissionais participam com os comunistas na mesma exploração. (...) Falta-nos um grande líder nacional, democrata sincero, homem de caráter e ação, que tenha a visão conjunta, em profundidade dos problemas brasileiros. Basta de peleguismo e de aventuras.⁴⁹⁸

O pronunciamento de Ebenezer Cavalcanti se inscreve em um contexto onde a defesa do voto dos analfabetos era uma das bandeiras do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que manteve relações com o PCB e o PTB. Segundo os historiadores Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva, o CGT “se envolveu fortemente em campanhas que marcaram de maneira indelével o governo de João Goulart”,⁴⁹⁹ entre elas, a “greve pela legalidade”, em agosto de 1961 e a “greve geral pelo plebiscito”, em setembro de 1962. A aproximação de Goulart com o movimento sindical desde quando era ministro do Trabalho no segundo governo Vargas e as greves que ocorreram em seu governo contribuíram para que forças golpistas acusassem João Goulart em fundar uma “República sindicalista” no país.

Além disso, é preciso chamar a atenção para a disputa pelos bens simbólicos pela legitimidade do poder, e que mobilizou diversos atores sociais. Segundo Jorge Ferreira, “as imagens que descrevem o ‘grande líder’ e o ‘bem comum’”, além de outras, “são, nos momentos de crise, disputadas pelos grupos adversários e em concorrência política”.⁵⁰⁰ Para Ebenezer Cavalcanti não havia uma “liderança nacional”, nem um “homem de caráter e

⁴⁹⁸ CAVALCANTI, Ebenézer Gomes. Ministério de Educação. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 13, Rio de Janeiro, 30 de março de 1963, Suplemento Educação, p. 3.

⁴⁹⁹ NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *Op. Cit.*, p. 73.

⁵⁰⁰ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 284.

ação”, inclusive no cargo de presidente da República. Em sua opinião o que havia era peleguismo e politiqueros mancomunados aos comunistas.

Nesse sentido, é possível afirmar que a crítica, ainda que de forma indireta, foi dirigida contra João Goulart, uma vez que o presidente não reuniria os valores necessários e imprescindíveis ao exercício do seu cargo. Para este setor batista, Goulart era destituído dos elementos simbólicos que revelariam sua legitimidade como liderança política para governar o Brasil.

Semelhante atitude teve o pastor Elias M. Gomes. Em uma carta dirigida à redação de *O Jornal Batista*, ele criticou as matérias, notícias e artigos que eram publicados na coluna “Diretriz Evangélica”. Em um tom bastante inconformado, ele afirmou que aquela seção do jornal estava “manifestando partidarismo ideológico que é peculiar à certa ala de nossa política nacional”.⁵⁰¹

Para Elias Gomes, embora David Malta – um dos responsáveis pela coluna n’*O Jornal Batista* – fosse um “líder reconhecido e útil à denominação”, ele não poderia usar as páginas do jornal para “catequese política de seus leitores”. Sendo assim, Elias Gomes solicitou ao redator chefe, Almir S. Gonçalves, que a coluna “Diretriz Evangélica” fosse suspensa definitivamente, pois, para ele, *O Jornal Batista* deveria cumprir sua função evangelizadora e não “criar cisões em nosso meio”.⁵⁰²

Como se pode perceber, em 1963, ficou claro que havia um confronto direto entre duas correntes que concorriam diretamente pela orientação das Igrejas Batistas no Brasil. De um lado, uma ala progressista, que tinha entre suas bandeiras a defesa do evangelho social, do ecumenismo, do envolvimento com a classe trabalhadora, e que se identificou com as reformas de base propostas por João Goulart, sobretudo a reforma agrária.

No lado oposto, situava-se uma ala batista que se caracterizou, no plano teológico, por ser contra o ecumenismo e o evangelho social, e avessa aos movimentos de pentecostalização que pairavam sobre as igrejas reformadas no Brasil. No plano político, essa ala era contrária às greves de trabalhadores, à reforma agrária e mantinha desconfiança para com o presidente João Goulart, por identificá-lo como comunista ou, pelo menos, simpático aos comunistas.

Esses dois grupos trocaram acusações e defenderam suas bandeiras de luta, sendo *O Jornal Batista* a arena privilegiada para este confronto de ideias. Vários artigos foram

⁵⁰¹ GOMES, Elias M. Carta à redação. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 23, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1963, p. 5.

⁵⁰² Ibid.

produzidos ao longo do ano de 1963, expressando a opinião de cada uma dessas alas batistas, sem que houvesse cerceamento, até então, a um ou outro indivíduo.

O debate a respeito da filiação ou não da CBB à CEB também trouxe à tona as diferenças entre as duas correntes. Em entrevista ao *O Jornal Batista*, o pastor Silas Falcão afirmou que era contrário à filiação dos batistas à CEB, para ele, um órgão que teria ligações com o CMI, o qual estaria repleto de “líderes modernistas em teologia” e acentuadamente ecumênico. Silas Falcão demarcou claramente as fronteiras que definiam o seu lugar e de outros batistas naquele contexto:

Como batistas brasileiros nós somos fundamentalistas, no âmago. Não que pertençamos a qualquer grupo fundamentalista ou sigamos a sua orientação. Somos fundamentalistas, porque cremos nas doutrinas fundamentais das Escrituras Sagradas, nossa regra de fé e de prática. Somos fundamentalistas por natureza. (...) Como batistas brasileiros somos contrários ao ecumenismo a qualquer preço.⁵⁰³

E, ainda:

Como batistas cremos que devemos exercer uma influência positiva na sociedade em que vivemos. Não devemos ficar alheios aos sofrimentos e às necessidades temporais dos homens. Mas, a nossa mensagem principal é pregar a Cristo crucificado para salvação de todo aquele que crê. As outras cousas vêm depois, e se colocam num plano secundário. (...) Evangelho social é uma grande heresia dos tempos modernos.⁵⁰⁴

Temos aqui praticamente uma profissão de fé da ala conservadora batista. A defesa de um evangelho fundamentalista em oposição a um evangelho social denunciava também as escolhas políticas que vieram a caracterizar essa corrente. Era praticamente impossível que alguém adepto do evangelho social não fosse simpático às reformas de base. Mas, em sentido oposto, os que eram refratários ao evangelho social também eram avessos às reformas propostas por Goulart. Não se tratava, portanto, de apatia política, mas um lado do conservadorismo político que desmobilizava a organização política.

Os antagonismos teológicos e políticos entre as duas correntes batistas foram se tornando cada vez mais evidentes no segundo semestre de 1963. Não seria forçoso dizer que elas reverberaram as tensões político-sociais que o país viveu naquele período, onde os enfrentamentos se tornaram mais diretos e incisivos.

René Dreifuss esclarece que, naquele período, o Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) estimularam uma

⁵⁰³ FALCÃO, Silas. Sobre a filiação à Confederação Evangélica do Brasil: “será muito melhor marcharmos juntamente, respeitando-os mutuamente”. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 27, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1963, p. 1.

⁵⁰⁴ *Ibid.*, p. 6.

“reação quase histórica das classes médias que, por sua vez, fortaleciam a racionalização militar para a intervenção”.⁵⁰⁵ Segundo Dreifuss, essa elite orgânica composta pelo IPES/IBAD “montou, de fato, uma eficiente e poderosa rede de relações públicas e perícia profissional nos campos da comunicação e propaganda” com o objetivo de influenciar a opinião pública “contra o governo, a esquerda e o trabalhismo”.⁵⁰⁶

Setores batistas mais conservadores engrossaram as fileiras dos que acreditavam que o comunismo estava à espreita, manifestando-se sutilmente por meio de ações que, posteriormente, foram caracterizadas como subversivas. O pastor Moysés Silveira, por exemplo, afirmou de forma contundente que “a admissão de estudantes nos conselhos universitários é plano para a subversão da ordem e desprestígio da autoridade nas escolas da América Latina”.⁵⁰⁷

Tanto Hécio da Silva Lessa quanto David Malta já haviam se manifestado favoravelmente à participação maior dos alunos nos conselhos universitários. No entanto, para Moysés Silveira, que integrava a corrente batista conservadora, era inconcebível tal reformulação nos seminários.

Os defensores dos alunos foram qualificados por Moysés Silveira como “inocentes úteis”. Para ele, os tais “advogados” dessa participação discente não deveriam se iludir com “essas teses de sabor comunista, pois esta ideologia antes de alcançar o poder, fala muito na participação do povo na administração pública e depois lhe nega tudo”.⁵⁰⁸

A disputa entre os dois setores batistas avançou para uma luta cada vez mais acirrada, onde cada um dos dois grupos tentava desqualificar o outro ou, no limite, demonstrar a sua incoerência, inclusive, no que diz respeito aos ensinamentos bíblicos. Os confrontos, assim, foram ganhando cada vez mais contornos políticos, denunciando os interesses em jogo de ambos os lados.

O pastor da Segunda Igreja Batista do Rio de Janeiro, Beny Pitrowsky, chegou a criticar o comportamento político entre os batistas. Em um artigo que denota uma surpreendente lucidez sobre o cenário que se avizinhava, Beny Pitrowsky esclareceu primeiramente que era muito grave o momento que o país atravessava. Em suas palavras,

⁵⁰⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado*. Ação, política, poder e golpe de classe. 5.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987. p. 245

⁵⁰⁶ *Ibdi.*

⁵⁰⁷ SILVEIRA, Moysés. Participação de estudantes nas congregações das escolas superiores. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 28, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1963, p. 2.

⁵⁰⁸ *Ibdi.*, p. 2.

“grave sob muitos aspectos, porém mais grave porque se aproxima o momento da definição, quando se decidirá pela continuidade das liberdades ou o seu completo aniquilamento”.⁵⁰⁹

Em sua opinião, havia um descompasso entre o discurso e a prática batista, isto porque a miséria campeava no Brasil, mas os batistas não queriam se preocupar com isto, pois havia “o céu à nossa espera”. Demonstrando desconforto com seus pares – os quais diziam que a missão da igreja era simplesmente pregar – Beny Pitrowsky argumentou de que Cristo não agiu assim, uma vez que “a maior parte do ministério de Cristo foi gasto na rua, com o povo, curando, ensinando, trabalhando”.⁵¹⁰

Em sua *mea culpa* – estendida também aos outros batistas –, Beny Pitrowsky convenceu-se de que não era mais possível condenar os homens insubordinados, pois, em sua opinião, se os batistas se omitiam a ajudar o povo que sofria, pelo menos havia aqueles que estavam “levando o povo a lutar pela sua própria sobrevivência”.

Quando aparece, então um homem público que inflama o povo à sedição, saímos a condená-lo... . Quando surge outro que fala abertamente em “justiça social”, “reformas estruturais”, “direitos humanos”, em vez de tapar-lhe a boca com o nosso SERVIÇO (prova do nosso AMOR), preferimos o caminho mais curto e mais cômodo: chamâmo-lo (sic) de COMUNISTA! Julgamos assim ter resolvido o problema...⁵¹¹

Ao tentar compreender o processo histórico pelo qual passavam as igrejas batistas, David Malta publicou um artigo que realçou ainda mais o abismo entre os setores divergentes, cuja análise foi a seguinte:

Coisa interessante há nesta marcha da história, uma constante: a vanguarda e a resistência; os que sonham com o futuro, os que se amarram ao passado; os que avançam e os que permanecem. Os primeiros, idealistas; os últimos, insensíveis às coisas novas, ao dia novo, à hora nova. Deste modo, jamais uma ideia renovadora, deixou de encontrar com seus ferrenhos opositores.⁵¹²

E prosseguiu,

Foi e tem sido assim em todos os planos da vida humana. Nas ciências, nas artes, quanto às doutrinas econômicas e correntes de pensamento. O mesmo ocorre na vida das instituições, inclusive, em relação à própria Igreja, sua estrutura e métodos. É uma constante: liberais e tradicionais, avançados e retrógrados, idealistas e conservadores, a vanguarda em busca do futuro, a resistência cega, sem visão, presa ao passado.⁵¹³

⁵⁰⁹ PITROWSKY, Beny. Apologismo da inação. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 28, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1963, p. 4.

⁵¹⁰ Ibid.

⁵¹¹ Ibid.

⁵¹² NASCIMENTO, David Malta do. Progresso. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 28, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1963, p. 5.

⁵¹³ Ibid.

Na percepção de David Malta, a marcha da História revelava não somente sua dialética, como, também, as ambivalências entre os homens. Para ele, era preciso prosseguir, avançar, mesmo que “surjam os defensores do **status quo**, com ares de donos da verdade, para, em nome do passado e do tradicionalismo, oferece[re]m a mais feroz resistência à marcha da história”.⁵¹⁴ O quadro político que ele desenhou para aquele período misturava esperança e medo.

Diante do agravamento da crise política no país e do acirramento das disputas entre os dois setores batistas no interior da denominação, pela primeira vez, desde a sua posse, o presidente da CBB, pastor Rubens Lopes, resolveu dirigir uma carta aberta a todos os batistas brasileiros.

O texto apresentava, em seus primeiros parágrafos, um cenário catastrófico. Suas palavras diziam que pairava “em toda a parte, surdas ameaças, vindas não se sabe donde. Dir-se-ia que uma bomba relógio está escondida em algum lugar, para explodir a qualquer instante”.⁵¹⁵ Em seguida, o presidente da CBB sugeriu que todos os batistas cerrassem “fileiras para uma ofensiva evangelística sem precedente”.⁵¹⁶ Desse modo, foi lançada a solução oficial da CBB para os problemas do país: uma “Campanha Nacional de Evangelização” por meio de propagandas nos diversos meios de comunicação e nas ruas.

O slogan da campanha – “Cristo, a única esperança” – reforçou a ideia defendida pelos setores conservadores das igrejas batistas de que Cristo era a única solução para os problemas do país. Renunciou-se assim, oficialmente, em se discutir os problemas nacionais sobre outros prismas que não apenas o religioso. Espiritualizou-se a miséria, a fome, a pobreza e as injustiças, na expectativa de se colher, segundo palavras do próprio Rubens Lopes, uma “abundante safra de conversões”.⁵¹⁷

Desse modo, o presidente da CBB e os setores conservadores da igreja, decidiram promover uma campanha que cumprira pelo menos dois objetivos: o primeiro, ampliar o número de fiéis nas igrejas batistas; e o segundo, mas não menos importante, desmobilizar setores batistas mais engajados politicamente e que vinham crescendo no interior das igrejas, principalmente entre os jovens.

A decisão do presidente da CBB pela “Campanha Nacional de Evangelização” representou um grande revés nas pretensões da ala progressista batista. Embora os debates nas

⁵¹⁴ Ibid.

⁵¹⁵ LOPES, Rubens. Carta aberta aos batistas brasileiros. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 34, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1963, p. 4.

⁵¹⁶ Ibid.

⁵¹⁷ Ibid.

páginas de *O Jornal Batista* tivessem continuado,⁵¹⁸ a direção da CBB demonstrou oficialmente que não comungaria das mesmas propostas da ala progressista da igreja. A reação deste setor foi publicar um manifesto, assinado pela diretoria da Ordem dos Ministros Batistas do Brasil, assumindo uma posição teológica e política bem diferente daquela adotada pela CBB.

O manifesto foi publicado na primeira página de *O Jornal Batista*. Em seu teor, os pastores⁵¹⁹ trouxeram à memória alguns batistas ilustres que fizeram parte de movimentos político-sociais em algumas partes do mundo, entre os quais, Guilherme Carey – na luta contra o sistema de castas na Índia – e Martin Luther King – que lutava ainda pelos direitos dos negros nos Estados Unidos.

O documento trouxe a denúncia de que era preciso fazer um “re-exame corajoso, objetivo e despreconcebido (sic) da presente realidade brasileira”, uma vez que o país ainda apresentava “problemas sociais angustiantes”, tais como: “sobrevivência de regimes feudais de propriedade e exploração da terra”; “generalizada pobreza das populações, carentes mesmo do alimento indispensável à sobrevivência”; “crescente empobrecimento do patrimônio nacional pela remessa para o exterior dos lucros extraordinários auferidos em nosso país”; “corrupção que tem campeado nos pleitos eleitorais, nas práticas policiais, na previdência social, no preenchimento de cargos públicos, na aplicação dos recursos sindicais”.⁵²⁰

Além disso, o manifesto ressaltou que os movimentos populares da cidade e do campo recebiam “tratamento meramente policial”, quando “mereciam ser antes objetiva e carinhosamente estudados, para que viessem a ser orientados construtivamente para o bem geral, através do atendimento das suas justas reivindicações”.⁵²¹ Assim também se

⁵¹⁸ Foram vários os artigos defendendo um e outro ponto de visão. O pastor Roberto Torres de Hollanda, por exemplo, escreveu que “as classes proletárias precisam ouvir um evangelho que atenda às necessidades materiais e espirituais do operário e do camponês. As igrejas evangélicas precisam assumir sua responsabilidade social e contribuir para a felicidade e a prosperidade dos povos deste continente”. Ver HOLLANDA, Roberto Torres. A missão das igrejas na América Latina. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 35, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1963, p. 1. No mesmo número do jornal, o pastor Trajano Nunes criticou a coluna “Diretrizes Evangélicas”. Para ele, a coluna manifestava opiniões que “empolgam o mundo atual e arrastam muita gente ingênua, para as ‘soluções’ ilusórias e satanicamente enganosas, como é o caso do comunismo”. E concluiu que “as insinuações do comunismo, do ecumenismo e do modernismo se embaralham e se enxameiam aos olhos dos patetas, a confundir até as mentalidades de alta grandeza, por desconhecem as intenções veladas e escabrosas do comunismo e romanismo”. Ver NUNES, Trajano. Um estrábico a mais. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 35, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1963, p. 4.

⁵¹⁹ O manifesto foi assinado pela diretoria da Ordem dos Ministros Batistas do Brasil. O documento que foi publicado trouxe o nome de cada um dos pastores e seus respectivos cargos, a saber: José dos Reis Pereira (presidente), José Lins de Albuquerque (1º vice-presidente), Hércio da Silva Lessa (2º vice-presidente), Thiago Nunes Lima (secretário-geral), Irland Pereira de Azevedo (1º secretário), José dos Santos Filho (2º secretário), Otávio Felipe Rosa (Tesoureiro), Tércio Gomes Cunha (Bibliotecário), David Malta Nascimento (Procurador).

⁵²⁰ MANIFESTO dos ministros batistas do Brasil. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 37, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1963, p. 1.

⁵²¹ Ibid.

posicionaram em relação aos movimentos de greve, os quais consistiam, na opinião dos signatários, num “instrumento legítimo de reivindicação social e de preservação dos direitos dos trabalhadores”.⁵²² Após as ponderações sobre a situação brasileira, os signatários declararam o seguinte:

Embora afirmemos ser a renovação do homem, mediante a transformação da personalidade, operada por Jesus Cristo, o fundamento básico sobre que terá de se alicerçar uma sociedade realmente nova, propugnamos também pela realização de reformas de base na vida nacional, de sorte a possibilitar à criatura a concretização de seus legítimos anseios terrenos.⁵²³

E, para tanto,

Preconizamos a promoção urgente de reformas, tais como: a) a reforma agrária, que venha atender às reivindicações do homem do campo explorado; b) reforma eleitoral, que venha liquidar as circunstâncias que possibilitem e estimulam os nossos maus costumes políticos; c) reforma administrativa, que ponha termo ao nepotismo, ao filhotismo (sic) e à ineficiência tão generalizada quanto onerosa dos serviços públicos; d) reforma da previdência social, que venha pôr em funcionamento as nossas leis sociais com o pleno reconhecimento e o efetivo atendimento dos direitos dos que trabalham.⁵²⁴

Este documento, muito importante para a compreensão da história do protestantismo no Brasil durante o período militar, pois revela mais uma vez que, a despeito de um campo majoritariamente conservador entre os evangélicos, houve setores que desafiaram o *status quo* em suas respectivas igrejas, assumindo uma militância política mais progressista e, inclusive, arcando com o ônus de sua militância.

Além disto, o manifesto provocou também discussões sobre a democracia batista e o papel de *O Jornal Batista* como veículo de artigos e manifestos com conteúdo político. A esse respeito, o pastor Almir Gonçalves, redator chefe de *O Jornal Batista* por quase dezoito anos, escreveu uma nota na qual informou que iria deixar a direção do periódico oficial da CBB e que estava aguardando a indicação de um nome que o substituísse.

Almir Gonçalves ressaltou o quanto era difícil dirigir aquele jornal e que, apesar dos batistas viverem “sob o pálio dum regime democrático”, havia setores que reivindicavam que “o JB pode e deve publicar toda e qualquer matéria que lhe seja dirigida”, e outros setores que “insistem numa padronização rigorosamente pessoal e individual, incapazes de compreender a possibilidade de opiniões diferentes, venham de onde vier”.⁵²⁵

⁵²² Ibid.

⁵²³ Ibid.

⁵²⁴ Ibid.

⁵²⁵ GONÇALVES, Almir S. Redação d'O Jornal Batista: palavras do redator. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 38, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1963, p. 2.

Embora fosse conservador, antiecumênico e reticente em relação ao evangelho social, Almir Gonçalves foi importantíssimo para a garantia de um ambiente democrático não somente nas páginas de *O Jornal Batista*, como, também, no interior da instituição eclesiástica. Isto contribuiu, durante o período de sua administração, para que as Igrejas Batistas não imprimissem um pensamento monolítico entre os fiéis.

Esse ambiente, por vezes questionado, permitiu a pluralidade de ideias e de posições políticas e teológicas entre os membros dessa igreja. Apesar de os setores conservadores pretenderem, a todo custo, reduzir *O Jornal Batista* a um periódico doutrinário, os setores progressistas puderam, até então, manifestar-se abertamente sobre temas polêmicos, exprimindo opiniões, inclusive, diferentes daquelas defendidas pela direção da CBB. Esse ambiente garantiu que o Manifesto da Ordem dos Ministros Batistas fosse publicado e também defendido. Voltemos a ele.

Após sua publicação, houve manifestações contrárias, tanto em relação ao teor do documento, quanto à sua publicação. José Reis Pereira, então presidente da Ordem dos Ministros Batistas, escreveu uma nota explicativa sobre o manifesto. Nela, ele esclareceu que a decisão de se elaborar o documento foi tomada após um discurso do pastor Antunes de Oliveira.⁵²⁶

Durante a Assembleia Geral da Ordem dos Ministros Batistas do Brasil, em janeiro de 1963, na cidade de Vitória, Espírito Santo, o pastor Antunes de Oliveira – que também era filiado ao PTB e tinha cumprido o mandato de deputado federal pela mesma legenda, entre 1955-1959 – alertou sobre a crise nacional, concluindo que “os pastores não podem ficar indiferentes a tal situação, devendo fazer uma declaração pública a esse respeito”.⁵²⁷

José Reis Pereira explicou que a demora em se publicar o documento se deu em razão de se alinhar um texto que fosse aprovado por todos os pastores signatários. Após os

⁵²⁶ Alberico Antunes de Oliveira nasceu em Santa Maria da Vitória, interior da Bahia, em 13 de novembro de 1911. Era formado em Teologia e Filosofia pela Faculdade de Filosofia na Universidade do Brasil, e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Após se casar com Betty Antunes, em 1938, no Rio de Janeiro, deslocou-se para o Amazonas para assumir o pastorado de uma Igreja Batista em Manaus. Em outubro de 1954, elegeu-se deputado federal pelo Amazonas na legenda do PTB, exercendo seu mandato entre 1955-1959. Candidatou-se novamente em outubro de 1962, mas atingiu apenas a suplência para a Câmara Federal, exercendo o cargo entre 21 de julho de 1964 e 17 de fevereiro de 1965. Com a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), onde retornou a exercer o cargo de deputado federal, entre 4 de novembro de 1965 a 27 de janeiro de 1967. Em novembro de 1974, elegeu-se deputado federal pelo Amazonas, na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), concluindo seu mandato em janeiro de 1979, não conseguindo se reeleger. Faleceu em Manaus, em 11 de julho de 1988. Fonte: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. Dados biográficos de Alberico Antunes de Oliveira. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

⁵²⁷ PEREIRA, José Reis. Notas sobre um manifesto. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 42, Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1963, p. 1.

esclarecimentos, ele defendeu a publicidade do manifesto, afirmando que na própria história do protestantismo houve momentos em que os crentes tiveram que dizer claramente o que pensavam. Nisto, citou as 95 teses de Lutero e as 65 teses de Zwinglio.

Entretanto, a nota sobre o manifesto trouxe também suas opiniões pessoais, o que demonstra, mais uma vez, as ambivalências batistas. José Reis Pereira, contrariamente ao que o manifesto defendia, afirmou que “greves políticas não interessam à classe operária e só fazem mal ao país”, que tinha “lido muita coisa sobre reforma agrária”, mas que “muita coisa desaprovo[vava]”.⁵²⁸ Além disso, afirmou estar convencido de que “só Cristo, tornando o homem uma nova criatura, pode determinar modificações de caráter permanente na vida nacional”.⁵²⁹ A nota terminou com o mesmo slogan da campanha nacional de evangelização, promovida pelo presidente da CBB: “creio, mais uma vez o afirmo, que Jesus Cristo é a única esperança”.⁵³⁰

O que era para ser um documento coletivo, que ratificasse as posições anteriormente tomadas pelos signatários do manifesto, tornou-se a expressão pessoal do presidente da Ordem dos Ministros Batistas do Brasil, demonstrando, inclusive, posições contrárias ao que o manifesto tinha apresentado. Este documento assinado por José Reis Pereira nos permite observar uma característica da cultura política brasileira imbricada na cultura política evangélica: a tendência, segundo Rodrigo Motta, a conciliação e à acomodação como estratégia utilizada para evitar conflitos agudos.⁵³¹

Pela segunda vez a corrente progressista batista, liderada por David Malta e Hércio Lessa, havia capitulado diante das posições conservadoras. Restava ainda um último recurso que foi utilizar-se da Comissão de Ação Social (CAS) para a mobilização político-teológica dos evangélicos em torno daquelas reivindicações apresentadas no manifesto da Ordem dos Ministros Batistas do Brasil.

A CAS foi criada na 45ª Assembleia da CBB, realizada em Vitória, Espírito Santo, em janeiro de 1963, com o objetivo de “despertar os crentes para o cumprimento da sua

⁵²⁸ Ibid., p. 7.

⁵²⁹ Ibid., p. 1.

⁵³⁰ Ibid., p. 7.

⁵³¹ Este traço da cultura política brasileira foi identificado e muito bem analisado pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta. O autor identifica não somente este traço, mas, também, outros aspectos tradicionais do comportamento político brasileiro e que se reproduziram durante o regime militar. Ver mais em MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização universitária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

missão profética no mundo (...), auxiliando-os a encontrar as soluções divinas para os problemas da criatura”.⁵³²

A justificativa oficial para a sua criação difere do que a corrente progressista entendia por ação social. Porém, uma vez aprovada a comissão, foi eleita uma diretoria que teria mandato de um ano. A direção da CAS foi composta por Hécio da Silva Lessa (relator), Albérico Antunes de Oliveira, Rafael Gióia Júnior, Ernâni de Souza Freitas, David Malta do Nascimento, Irland Pereira de Azevedo, Arthur Elder, Catherine Chapel, Ilton Quadros Cordeiro, Alzenira Miranda, Alzira Brito, Roque Policiano Cruz e Helmuth Matschulat.

Uma das primeiras atividades promovida pela CAS foi o 1º Curso de Cultura Cristã, realizado no Rio de Janeiro de 4 a 9 de novembro de 1963, com o tema “Cristianismo e Sociedade”. Entre os conferencistas convidados estava Waldo A. César,⁵³³ que havia dirigido a Conferência do Nordeste, em 1962.

As atividades da CAS eram publicadas n’*O Jornal Batista*, na mesma coluna dedicada às notícias e artigos do movimento “Diretriz Evangélica”. A disposição deste *layout* também demonstrou o grau de identificação entre a comissão e o movimento. Um manifesto assinado por representantes evangélicos da cidade de Londrina, Paraná, dirigido a João Goulart, em apoio às reformas pretendidas por seu governo, foi publicado justamente na coluna da CAS.

O documento tinha um aspecto singular por ter sido assinado também por membros de outras igrejas evangélicas, entre os quais, o reverendo Angelo Brianezi Rodrigues, da Igreja Metodista, e o professor Galdino Moreira Filho, da Igreja Presbiteriana. Além disso, retomava as posições defendidas no manifesto da Ordem dos Ministros Batistas do Brasil, reconhecendo, entre outras coisas, que:

Baseados em autoridades renomadas, unânimes em reconhecer que as causas dos problemas sociais também se fundamentam no setor econômico, entendem indispensáveis as reformas de profundidade preconizada pelos verdadeiros brasileiros, a saber: agrária, eleitoral, tributária, bancária, etc., bem como a urgente

⁵³² LESSA, Hécio da Silva. À guisa de apresentação. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 43, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1963, p. 5.

⁵³³ Waldo A. Lenz César nasceu em Rezende, Rio de Janeiro, em 1922. Seu pai foi pastor presbiteriano na Igreja de Botafogo, mas ele próprio não se tornou pastor. Após a morte do pai, deslocou-se para Niterói, onde se tornou líder da União da Mocidade Presbiteriana. Em agosto de 1954 ele participou da II Assembleia do CMI, nos Estados Unidos e, ao retornar ao Brasil, estreitou laços com Richard Shaull que contribuiu diretamente para a criação de um grupo ecumênico, denominado Comissão Igreja e Sociedade, voltado para estudar a realidade brasileira. Posteriormente, esta comissão passou a integrar a CEB, denominando-se Departamento de Estudos e Responsabilidade Social, onde ele era o secretário executivo. Em fevereiro de 1964, pouco antes do golpe, Waldo César foi demitido do cargo que ocupava na CEB em razão de suas escolhas políticas. Ele foi durante toda a sua vida um defensor do ecumenismo e do evangelho social, mantendo relação com diversos movimentos no Brasil e na América Latina. Faleceu em 03 de junho de 2007, aos 84 anos. Para saber um pouco mais sobre a sua trajetória, ver DIAS, Zwinglio Mota (org.). Op. Cit.

regulamentação e efetiva execução de leis que venham disciplinar nossa economia, tão espoliada, e tão estrangulada nos dias atuais;⁵³⁴

E, ainda:

Finalmente, os evangélicos estão com o povo brasileiro nas suas justas reivindicações porque reconhecem nelas o meio de se redimir o homem brasileiro, criando condições favoráveis à sua integração à sociedade, a fim de formar uma consciência nacional genuína capaz de preservar a democracia e a paz.⁵³⁵

Desse modo, a CAS mostrou-se como um dos últimos espaços para a mobilização política entre os batistas em torno das reformas de João Goulart, insistindo na tese de que as transformações do país não poderiam ser outorgadas exclusivamente a Deus, mas que, inexoravelmente, elas passariam pela organização política e social da classe trabalhadora. Neste sentido, os evangélicos deveriam auxiliar os trabalhadores em suas demandas e não, apenas, orar por eles.

Na contraposição dessas ideias, Delcyr de Souza Lima, um dos representantes dos setores conservadores, obteve um espaço n’*O Jornal Batista* denominado “Trincheira: na defesa da sã doutrina”. Tratava-se de uma coluna onde o respectivo pastor pretendia combater frontalmente as proposições defendidas pelos setores progressistas, dentro e fora das igrejas batistas.

Delcyr de Souza explicou que aquela coluna tinha sido criada com o objetivo de “termos uma trincheira de onde ininterruptamente ofereçamos resistências às forças invasoras que põem em perigo o edifício de nossas convicções e a natureza de nossas atividades”.⁵³⁶ Segundo o colunista, no interior das próprias igrejas batistas havia

homens que, dando-nos a impressão de estarem insatisfeitos com tudo e com todos, menos consigo próprios e com suas ideias, arremetem contra o cristianismo, acusando-o de estar falhando em sua finalidade; arremetem contra as igrejas, acusando-as de estarem cegas para a sua missão no mundo atual; arremetem contra a estrutura da Denominação, acusando-a de burocratizada e de emperrada. (...) Querem as igrejas na política. Querem as igrejas entrando na grita de apoio a correntes, programas e reformas sociais. Alguns querem até a revolução!⁵³⁷

A declaração de Delcyr de Souza reforçava o entendimento de que havia batistas – e não eram poucos – que reivindicavam, de fato, uma transformação em suas igrejas e na relação destas com a sociedade, em particular, com os oprimidos. Nesse ambiente, a palavra

⁵³⁴ MANIFESTO ao povo. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 45, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1963, p. 5.

⁵³⁵ Ibid.

⁵³⁶ LIMA, Delcyr de Souza. Trincheira: na defesa da sã doutrina. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 46, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1963, p. 4.

⁵³⁷ Ibid.

trincheira foi uma escolha muito apropriada para as intenções de Delcyr de Souza com a sua coluna.

Simbolicamente, ela representou um abrigo para os pastores e leigos batistas, identificados com a corrente conservadora, e, ao mesmo tempo, uma fortificação onde estes mesmos batistas se viram unidos para combater as “forças inimigas” que queriam “subverter” a igreja. Isto demonstrava que tanto para Delcyr de Souza quanto para aqueles que se identificaram com a sua coluna, havia um confronto, uma guerra a ser travada. Num campo de batalha, dificilmente haveria espaço para diálogos com o inimigo.

De sua “Trincheira”, Delcyr de Souza atacou diretamente a CAS, na tentativa de desqualificar a comissão e seus integrantes, considerando-a como uma “agência de propagação de ideias subversivas entre o povo de nossas igrejas”.⁵³⁸ Reforçando o caráter individualista do protestantismo, o pastor Delcyr de Souza afirmou que

não se pode falar em nome dos evangélicos. Ninguém tem autoridade de nos representar. O espírito do evangelho é o do individualismo. O crente exercerá, na sociedade, e na política, a ação que julgar mais consentânea com a sua fé e com as suas responsabilidades para com Deus.⁵³⁹

E, por fim, afirmou de maneira ameaçadora que “ou a CAS apresenta finalidades e programas compatíveis com o Novo Testamento e com os interesses reais das igrejas batistas ou então nós precisaremos acabar com a existência de tal comissão”.⁵⁴⁰ O tom havia mudado e em um breve espaço de tempo. Os setores conservadores batistas passaram da crítica contundente à exigência de punições aos pastores e leigos que nutrissem simpatia pelo evangelho social ou por reformas sociais e políticas no país.

Para esta corrente, não era mais possível ser compreensivo com aqueles que disseminavam ideias e promoviam atividades que feriam a doutrina da igreja. De modo que, na transição de 1963 para 1964, consolidou-se, no interior das Igrejas Batistas, setores que não apenas eram conservadores, como, também, reacionários. A intolerância política, teológica e ideológica eram marcadamente suas características, e o denunciamento, uma de suas principais ferramentas de combate.

Esta corrente foi responsável pela supressão de órgãos, comissões e atividades que tentaram promover, entre os batistas, um tipo de conscientização política, social e teológica voltada para aproximação e defesa dos desfavorecidos no Brasil e no mundo. O seu

⁵³⁸ LIMA, Delcyr de Souza. Rabo de foguete. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 50, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1963, p. 4.

⁵³⁹ Ibid.

⁵⁴⁰ Ibid.

reacionarismo alimentou o medo e o ódio entre os batistas, provocando dissensões, perseguições e injúrias.

Compreendendo muito bem a situação que se estabelecera, David Malta dirigiu uma pergunta a Delcyr de Souza que poderia ser estendida a outras lideranças evangélicas no Brasil: “será que já estamos em plena inquisição e até pensar é proibido, caso não rezem os demais batistas por sua cartilha?”.⁵⁴¹ O tempo da democracia batista se findara, antes mesmo do golpe de 1964. Em seu lugar, preponderou um autoritarismo que, sob o discurso de defesa do evangelho e da reta doutrina, providenciou a higienização das igrejas, seminários e demais órgãos batistas, por meio de expurgos e enquadramentos.

3.2. O golpe e suas reverberações

O ano de 1963 foi bastante extenso no que diz respeito aos embates deflagrados entre as correntes batistas que disputavam a orientação da igreja em aspectos não só teológicos como também políticos. Mas, a partir de 1964, outra dinâmica se coloca no seio das Igrejas Batistas.

Em 13 de janeiro de 1964, o pastor José Reis Pereira assumiu a direção de *O Jornal Batista*. Sua ascensão ao cargo instaurou uma nova fase no periódico, caracterizada pela ausência do confronto de ideias entre os colaboradores. A partir daí, preponderou o centralismo de opinião sobre temas políticos e questões sociais. A ascensão de José Reis Pereira à redação de *O Jornal Batista* também coincidiu com o período imediatamente anterior ao golpe de 1964.

O que mudou na linha editorial do jornal? Qual foi a posição oficial da CBB diante do golpe? Que posições foram assumidas pelos pastores e leigos em relação ao golpe? Que impactos o golpe de 1964 provocou nas Igrejas Batistas, de imediato? São questões que pretendo responder neste tópico.

Entre janeiro e março de 1964, os setores conservadores elevaram seu tom de denúncia em relação a supostas influências e/ou presenças marxistas/comunistas nas igrejas e demais instituições evangélicas. Ebenézer Cavalcanti, por exemplo, “dando nome aos bois” –

⁵⁴¹ NASCIMENTO, David Malta. Carta aberta ao pastor Delcyr de Souza Lima. *O Jornal Batista*, Ano LXIV, n.º 01, Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1964, p. 4. Nesta mesma carta, David Malta descreveu Delcyr de Souza como um “censor”, um “magister infalível”, cuja mentalidade era “fruto de sua teologia. Isolacionista. Alienada. Enclausurada”. A mesma mentalidade, segundo David Malta, que “atirou a Alemanha, berço do protestantismo, nos braços de Hitler”.

expressão que ele próprio utilizou de forma pública – afirmou que havia comunistas na União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB).⁵⁴²

Segundo o pastor batista, a UCEB não passava de “mais um órgão muito bem disfarçado do Comunismo Internacional”, que os Cadernos da UCEB estariam “tentando mobilizar a juventude universitária evangélica para as lutas inglórias do comunismo ateu” e que “já é tempo de desmascarar o embuste comunista da UCEB”.⁵⁴³

Já Almir Gonçalves, escreveu um editorial de despedida da direção de *O Jornal Batista*, ressaltando diversas coisas, entre as quais, o fato de que “o JB não tem sido aquele instrumento de paz e harmonia que sempre desejamos, porque, principalmente nos últimos anos, problemas estão surgindo na vida denominacional”.⁵⁴⁴ Na opinião do ex-diretor, os problemas de ordem doutrinária, política e ideológica exaltaram os ânimos entre os pastores da igreja. No entanto, ele se despediu afirmando que “os batistas são genuinamente democratas e não vai muito com eles essa coisa de imprensa ‘dipada’ como nos dias do DIP”.⁵⁴⁵

Neste clima tenso entre os setores batistas que divergiam, José Reis Pereira escreveu uma espécie de carta de apresentação onde explicou claramente as posições que iria assumir dali em diante quanto ao seu cargo no periódico. Dizendo-se ser do “meio termo”, José Reis Pereira afirmou que “o jornal deve representar o pensamento do povo batista brasileiro”⁵⁴⁶ e que só publicaria matérias que se enquadrassem nas normas e princípios da CBB.

Essa carta, bastante extensa, foi publicada no dia 5 de abril de 1964, poucos dias após o início das operações militares de 31 de março daquele ano e que depuseram o

⁵⁴² Segundo Eduardo Gusmão de Quadros, a UCEB tem sua origem na União de Estudantes para o trabalho de Cristo, entidade organizada em 1926 e voltada para estudantes secundaristas. Ao estabelecer contatos com a Federação Universal de Movimentos Estudantis Cristãos (FUMEC), a entidade adotou o nome de União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB), filiando-se oficialmente à FUMEC em 1942 e “o trabalho com estudantes universitários só foi organizado em 1940, com o nome de Associação Cristã Acadêmica (ACA)”. Ainda segundo Eduardo Quadros, “a relação entre a UCEB e as igrejas se tornou mais tensa [no final da década de 1950]. Os grupos evangélicos estudantis não podiam ser controlados pelos pastores ou por alguma instituição eclesiástica. Eles eram autônomos, leigos, intelectualizados, críticos”. Ver mais em QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Evangélicos e mundo estudantil: uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957-1981)*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

⁵⁴³ CAVALCANTI, Ebenezer Gomes. Missionários comunistas. *O Jornal Batista*, Ano LXIV, n.º 03, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1964, p. 4.

⁵⁴⁴ GONÇALVES, Almir dos Santos. Conversando com os leitores. *O Jornal Batista*, Ano LXIV, n.º 03, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1964, p. 2.

⁵⁴⁵ Ibid. A referência de imprensa “dipada” tem a ver com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, que foi um órgão não apenas de propaganda do governo, mas, também, de censura e coerção sobre o livre pensamento durante o período do Estado Novo.

⁵⁴⁶ PEREIRA, José Reis. Uma palavra muito pessoal. *O Jornal Batista*, Ano LXIV, n.º 14, Rio de Janeiro, 5 de abril de 1964, p. 3.

presidente João Goulart. Como o jornal tinha saída semanal, não houve tempo para que publicassem naquela data informações sobre a irrupção do movimento golpista.

Porém, na semana posterior, e ainda sob o calor dos acontecimentos que culminaram com a derrubada de Goulart, a CBB declarou sua adesão ao movimento golpista, por meio de um editorial que foi assinado por José Reis Pereira, cujo teor não deixava dúvidas em relação à posição oficial que os batistas assumiram:

Os acontecimentos político militares de 31 de março e 1º de abril que culminaram com o afastamento do Presidente da República vieram, inegavelmente, desafogar a nação. Porque estávamos vivendo um clima pesado de provocações, de ameaças, de agitações, que nos roubavam o mínimo de tranquilidade necessária para poder trabalhar e progredir. Necessária inclusive para a pregação do Evangelho. Agora as coisas mudaram. Era tempo.⁵⁴⁷

O conteúdo desse editorial acusou o presidente João Goulart de ter feito um “jogo extremamente perigoso”, permitindo atividades comunistas. Aliás, esse talvez fosse o principal motivo evidenciado por José Reis Pereira para o apoio ao golpe: o comunismo era um inimigo que estava ganhando força, infiltrando-se, inclusive, nas Igrejas Batistas, segundo a opinião do redator chefe.

Para a direção da CBB, o golpe não foi golpe, mas um “movimento de salvaguarda da democracia”, cujos objetivos “estavam tão de acordo com o que pensa e o que quer o povo, que não houve resistência”.⁵⁴⁸ Além disso, operou-se um “milagre de Deus, atendendo às orações de seu povo”, pois as forças armadas brasileiras haviam garantido “a vitória da democracia, o restabelecimento do respeito à Constituição”.⁵⁴⁹

Por mais contraditório que isso nos pareça, o pronunciamento oficial da CBB, por meio do editorial de José Reis Pereira, identificou que o movimento golpista não era antidemocrático e nem inconstitucional, mas, justamente o oposto. Tanto o discurso quanto os posicionamentos assumidos pela CBB, após o golpe de 1964, demonstram sua adesão entusiasta ao movimento que depôs João Goulart.

O pastor Ernani Souza Freitas, que àquela época era o secretário de *O Jornal Batista*, também elaborou uma reflexão sobre os acontecimentos daquele período. Para ele, “havia muita gente iludida. Evangélicos, inclusive. Batistas, às centenas. Acreditavam, com a fé que

⁵⁴⁷ PEREIRA, José Reis. Responsabilidade dos crentes nesta hora. *O Jornal Batista*, Ano LXIV, n.º 15, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1964, p. 3.

⁵⁴⁸ Ibid.

⁵⁴⁹ Ibid.

informa o coração das novas criaturas, que o Brasil estava perlongando o caminho certo – o caminho da Justiça Social”.⁵⁵⁰

Ironizando os que depositaram esperança no governo de Goulart, o articulista insinuou que o presidente deposto “tratava-se de um verdadeiro ‘Messias’, que viria libertar o povo da ignominiosa opressão de uma série interminável de jugos”. Entretanto, segundo o pastor,

chegou o dia primeiro de abril. O famoso “Dia da Mentira”. E o impossível aconteceu. Ele se transformou no Dia da Verdade. Preparava-se verdadeira revolução, que viria aluir os alicerces de um edifício há muito tempo condenado pela maioria de nossos patrícios. A revolução, entretanto, foi outra. Rápida. Fulminante. Surpreendente. Iniciada em 31 de março, em 1º de abril já era vitoriosa. Aqueles que a preparavam foram os que a sofreram. E como em geral acontece nesse país maravilhoso, quase não houve sangue. Graças a Deus.⁵⁵¹

Na visão de Ernani Freitas, o Ato Institucional promulgado pelo governo militar, não somente estabelecia um novo regime, mas também inaugurava “uma nova era na história do Brasil. Uma era de ordem, paz e de progresso”.⁵⁵² A estratégia entre os batistas de legitimar o novo governo passou, inexoravelmente, pela desqualificação do governo anterior. De forma geral, o presidente João Goulart foi acusado e responsabilizado pelo caos político, social e econômico que tinha atingido o país.

Os pastores batistas – tal como outras lideranças evangélicas já estudadas aqui – foram, de forma majoritária, responsáveis por negar o caráter arbitrário e autoritário do movimento que instalou, posteriormente, uma ditadura no Brasil. De maneira muito rápida, a maioria dos batistas se viu contemplada pelo novo governo à medida que os “inimigos de Cristo” eram eliminados.

Contando com a anuência da CBB, José Reis Pereira imprimiu uma linha editorial a *O Jornal Batista* que perdurou ao longo de todo o período do governo militar. Sem que fosse necessária qualquer ingerência externa do governo sobre o periódico, José Reis Pereira decidiu excluir algumas colunas, tais como “Diretriz Evangélica” e “Trincheira”.⁵⁵³

Outros pastores e leigos foram chamados para colaborar com o jornal. A corrente progressista simplesmente desapareceu das páginas do periódico. Os que permaneceram,

⁵⁵⁰ FREITAS, Ernani Souza. O dia da verdade. *O Jornal Batista*, Ano LXIV, n.º 16, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1964, p. 3.

⁵⁵¹ Ibid.

⁵⁵² Ibid.

⁵⁵³ Apenas o pastor Delcyr de Souza comentou a exclusão de sua coluna. Em uma carta dirigida à Junta de Escolas Dominicais, José Reis Pereira escreveu o seguinte sobre sua decisão: “Acho que o jornal não deve ser um órgão de polêmicas. Acho que para o debate de outros temas deveria haver outro órgão, não oficial. O órgão oficial da Denominação deve ter uma palavra firme e sem contradição em suas próprias colunas”. Delcyr de Souza comentou que abriria mão de sua coluna em solidariedade ao novo diretor. LIMA, Delcyr de Souza. A propósito da coluna trincheira. *O Jornal Batista*, Ano LXIV, n.º 17, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1964, p. 7.

mudaram de posição ou resolveram tratar de assuntos sem conteúdo político-social. A rigor, temas que pudessem provocar algum tipo de debate ou polêmica eram contornados ou então tratados com exclusividade pelo redator chefe.

Em meados de 1964, em uma audiência articulada pelo deputado federal Adrião Bernardes, o presidente da CBB, Rubens Lopes, acompanhado de pastores batistas, realizou uma visita ao general Castelo Branco, em Brasília, cujo objetivo seria a divulgação da “Campanha Nacional de Evangelização”. A reportagem ressaltou o ambiente de reciprocidade entre o general e os pastores ali presentes, concluindo que Castelo Branco merecia, por parte dos batistas, todo o “respeito e apreciação”.⁵⁵⁴

Por sua vez, o general Humberto Melo, chefe do Estado Maior da 6ª Região Militar, na Bahia, recebeu o título de Presidente de Honra da Seção Baiana do Instituto de Cultura Religiosa. A homenagem foi idealizada pelo pastor da igreja “Dois de Julho”, Ebenézer Cavalcanti,⁵⁵⁵ que também exercia o cargo de vice-presidente do Tribunal de Contas do Município de Salvador. A solenidade foi bastante concorrida e contou com a presença de diversas autoridades políticas, sendo realizada na Associação dos Funcionários Públicos da Bahia.⁵⁵⁶

Foram muitas homenagens e visitas a generais, governadores, prefeitos e parlamentares. Seria por demais exaustivo citar e comentar todas elas.⁵⁵⁷ Entretanto, importa destacar que sob a justificativa de se divulgar a “Campanha Nacional de Evangelização”, o

⁵⁵⁴ A GRANDE campanha visita os três poderes da república. *O Jornal Batista*, Ano LXIV, n.º 34, Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1964, p. 1. A reportagem também relata a visita que a comitiva fez ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, ao presidente do Senado, Auro Soares de Moura Andrade, e ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Ribeiro da Costa.

⁵⁵⁵ Ebenézer Gomes Cavalcanti – nasceu em 19 de outubro de 1911 na cidade de Belém, Pará. Converteu-se aos 16 anos na Primeira Igreja Batista de Belém. Ainda jovem foi para a cidade de Recife, Pernambuco, para concluir o curso secundário no Colégio Batista. Em seguida, ingressou no Seminário Batista do Norte, ainda em Recife, onde se graduou em Teologia, em 1936. Ainda esse ano foi ordenado pastor da Igreja Batista de Vitória de Santo Antão, interior de Pernambuco e, no ano seguinte, foi para Salvador, onde se tornou pastor de uma das mais tradicionais igrejas batistas do Brasil, a Igreja “Dois de Julho”. Lá se casou com Noeme Almeida, em 1938. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1944 e, logo em seguida, ingressou na política. Foi eleito deputado estadual, exercendo seu mandato entre 1950-1954 pela UDN. Após o término de seu mandato, foi nomeado para o Tribunal de Contas da cidade de Salvador, permanecendo nesse cargo até 1964. Foi uma das principais lideranças batistas no Brasil. Sua posição era bastante conservadora, sempre fazendo críticas ao governo Goulart e aos comunistas. Era também opositor da filiação da CBB à CEB, bem como a qualquer instituição de caráter ecumênico. Foi defensor árduo dos militares e da ditadura. Posteriormente, voltou-se também contra o movimento pentecostal que influenciou várias Igrejas Batistas no Brasil. Morreu em 1º de junho de 1979, ainda como pastor da Igreja Batista “Dois de Julho”. Fonte: *O Jornal Batista*.

⁵⁵⁶ MIRANDA, Geter. Homenagem do instituto de cultura religiosa a alta patente do exército. *O Jornal Batista*, Ano LXIV, n.º 36, Rio de Janeiro, 06 de setembro de 1964, p. 8.

⁵⁵⁷ É de um simbolismo muito forte as primeiras visitas que Rubens Lopes realizou durante o ano de 1964. Ele esteve com o governador da Guanabara, Carlos Lacerda; o governador de São Paulo, Adhemar de Barros; e o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Além destes governadores – identificados pela historiografia como as principais figuras civis articuladoras do golpe de 1964 – o pastor Rubens Lopes também visitou o general Amauri Krueel. Isso ilustra bem a adesão da Igreja Batista ao movimento golpista.

presidente da CBB, Rubens Lopes, deixou explícita a face ideológica e conservadora de sua igreja: as visitas de cortesia traduziram-se também em apoio ou, no limite, em reconhecimento dos fiéis batistas a diversas autoridades políticas no Brasil.⁵⁵⁸

A relação de apoio da CBB para com o regime instaurado se caracterizou também pela mediação das informações que chegavam aos batistas por meio do jornal oficial da igreja. Em 1965, a coluna “As últimas do Brasil e do mundo” tornou-se o espaço dedicado às notícias de cunho político que eram publicadas n’*O Jornal Batista*.

Tal mediação se caracterizou por selecionar notícias que eram favoráveis ao governo, ao mesmo tempo em que desqualificavam e/ou atacavam seus opositores. A cada semana, reafirmava-se a confiança no governo militar e em seu suposto espírito democrático. As notícias eram, invariavelmente, curtas e, raramente, acompanhadas de uma breve análise.

Reproduzindo-se uma frase de um pronunciamento do Marechal Castello Branco à nação, afirmou-se que 1965 seria “o ano da arrancada para o desenvolvimento econômico”.⁵⁵⁹ Outra notícia deu conta de que o deputado federal Paulo Sarazate tinha ouvido do próprio presidente da República que este estava interessado em “fortalecer a estrutura do regime democrático”.⁵⁶⁰

Por outro lado, os opositores do governo eram denunciados como embusteiros, subversivos, inimigos do país e de seu povo. As informações divulgadas se, por um lado, traziam uma carga de apreensão frente ao inimigo que ainda se fazia presente, por outro ressaltava a eficiência do governo em desmobilizar movimentos que colocassem em risco a paz da população. Eis algumas notas informativas que foram publicadas n’*O Jornal Batista* durante esse período:

Ministério da Guerra informou que o ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório foi preso, domingo último, no Paraná, com outros integrantes de seu bando, que cometeu tropelias no sul do País, e confessou que cumpria missão plenamente entrosada com o ex-Deputado Leonel Brizola.⁵⁶¹

⁵⁵⁸ A historiadora Elizete Silva ao tratar sobre a posição política dos batistas logo após o golpe de 1964, considera o seguinte: “a pseudo-omissão dos batistas frente às questões políticas do país se desvelou, para mostrar uma face ideológica e conservadora, aparentemente contraditória ao condenar o totalitarismo comunista, mas, ao mesmo tempo, legitimar o golpe civil-militar, como se o mesmo não fosse um golpe de força que instalaria um regime totalitário, tanto quanto o comunismo que rejeitavam”. Ver mais em SILVA, Elizete. *Protestantes e ditadura civil-militar no Brasil: entre a adesão e a resistência*. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *1964: 50 anos depois a ditadura em debate*. Aracaju, EDISE, 2015. p. 292-321.

⁵⁵⁹ AS “ÚLTIMAS” do Brasil e do mundo. *O Jornal Batista*, Ano LXV, n.º 10, Rio de Janeiro, 07 de março de 1965, p. 8.

⁵⁶⁰ AS “ÚLTIMAS” do Brasil e do mundo. *O Jornal Batista*, Ano LXV, n.º 11, Rio de Janeiro, 14 de março de 1965, p. 8.

⁵⁶¹ AS “ÚLTIMAS” do Brasil e do mundo. *O Jornal Batista*, Ano LXV, n.º 14, Rio de Janeiro, 04 de abril de 1965, p. 8.

Está, praticamente, confirmada a informação de que o Sr. João Goulart pretendia, armado como estava, em Rivera, entrar clandestinamente no Brasil, de acordo com as primeiras notícias chegadas de Montevidéu ao Itamarati, ao mesmo tempo que o governo brasileiro voltava a solicitar às autoridades uruguaias ostensiva vigilância aos nossos asilados políticos.⁵⁶²

As autoridades do DOPS iniciaram a remoção de 30 mil livros que consideram subversivos e que foram apreendidos em uma livraria da Paulicéia, durante investigações que os agentes realizaram recentemente.⁵⁶³

Fontes militares informaram que “são inteiramente verídicas as declarações do chanceler paraguaio Sapefia Pastor, denunciando a existência de um comando comunista em São Paulo, e que sua ação se estende por toda a América do Sul”.⁵⁶⁴

Há de se ressaltar que a direção de *O Jornal Batista* não foi coagida a publicar tais matérias. Em sua autonomia editorial – como o próprio redator chefe gostava de enfatizar – a CBB revelou as escolhas políticas que assumiu por meio das notícias selecionadas para publicação. Nisto não houve passividade por parte da Igreja Batista, mas adesão voluntária e consoante às circunstâncias político-sociais daquele período.

No entanto, algumas “ilhas dissidentes”⁵⁶⁵ mantiveram seu discurso de defesa do evangelho social e de promoção da conscientização política da classe trabalhadora, porém, sem críticas diretas ao governo.

Entre os batistas, David Malta e Hércio da Silva Lessa mantiveram-se firmes em suas convicções teológicas e políticas, mesmo após o golpe. Ainda em 1965, o pastor David Malta fez duras críticas ao liberalismo e ao comportamento burguês. Para ele, o liberalismo econômico e político tinha influenciado bastante a igreja, acentuando certo tipo de individualismo considerado por ele como sendo “exclusivista e alheio ao que se passa com o nosso irmão”.⁵⁶⁶

Insistindo na ideia de que a igreja deveria se envolver com ações objetivas para a transformação do Brasil – como, por exemplo, movimentos de alfabetização de adultos,

⁵⁶² AS “ÚLTIMAS” do Brasil e do mundo. *O Jornal Batista*, Ano LXV, n.º 15, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1965, p. 8.

⁵⁶³ AS “ÚLTIMAS” do Brasil e do mundo. *O Jornal Batista*, Ano LXV, n.º 16, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1965, p. 8.

⁵⁶⁴ AS “ÚLTIMAS” do Brasil e do mundo. *O Jornal Batista*, Ano LXV, n.º 30, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1965, p. 8.

⁵⁶⁵ O teólogo e sociólogo José Bittencourt Filho utiliza a expressão “ilhas de dissidência” para denominar segmentos minoritários no interior do protestantismo brasileiro que “persistem no empenho de fundamentar e justificar suas ações pastorais e políticas utilizando-se (...) do ecumenismo como seu principal instrumento de luta”. Segundo Bittencourt Filho, essas ilhas “teimam, apesar de toda a precariedade e de todas as vicissitudes, em cultivar o ‘espírito protestante’”. Ver mais em BITTENCOURT FILHO, José. Da aventura protestante...apontamentos para reflexão. In: DIAS, Zwinglio Mota (org.). Op. Cit., p. 15-23.

⁵⁶⁶ NASCIMENTO, David Malta. A responsabilidade social dos batistas. *O Jornal Batista*, Ano LXV, n.º 33, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1965, p. 4.

programas de conscientização política para o operário – David Malta e Hércio Lessa se envolveram na organização da “Primeira Conferência Evangélica de Ação Social”, promovida pelo programa “Diretriz Evangélica” e que teve como palestrantes: Richard Shaull, Jether Pereira Ramalho, Waldo César, e o senador Aurélio Viana.⁵⁶⁷

Tentou-se, desse modo, reunir aquelas “ilhas de dissidência” para dar sobrevida a um movimento de engajamento político e crítico entre os evangélicos, pautado em bases cristãs e ecumênicas. No entanto, o patrulhamento dos setores conservadores protestantes encarou o evento como sendo um atentado à fé cristã.⁵⁶⁸ Este tipo de protestantismo fundamentalista, que mais se assemelhou às práticas católicas do período medieval, transformou dissidentes em hereges, os quais teriam que escolher entre a resignação ou o expurgo. Em vários casos, sequer teve-se a chance de escolha.

⁵⁶⁷ Aurélio Viana de Cunha Lima nasceu em Pilar, Alagoas, em 1914. Estudou no Colégio Batista, no Rio de Janeiro e, depois, no Colégio Salesiano, em Recife. Na capital pernambucana estudou contabilidade, fez os cursos de filosofia, na Faculdade de Filosofia Manuel da Nóbrega, e de geografia e história, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Pernambuco, e iniciou o de Direito, que concluiu na Faculdade de Direito de Alagoas, em Maceió. Ingressou na vida política através da Esquerda Democrática, movimento organizado no início de 1945 por um grupo de intelectuais e políticos de tendências acentuadamente socialistas e de oposição ao Estado Novo e a Getúlio Vargas. Em janeiro de 1947, elegeu-se deputado estadual constituinte à Assembleia Legislativa de Alagoas pela UDN, em virtude do Partido Socialista Brasileiro (PSB) não ter sido organizado a tempo em Alagoas. Reelegeu-se em 1950, e paralelamente comandou a organização do PSB alagoano, concluída por volta de 1952. Nessa ocasião, filiou-se à legenda socialista. Foi eleito deputado federal por Alagoas na legenda da UDN, em outubro de 1954. Em 1955, foi escolhido vice-presidente do PSB. Reeleito deputado federal em 1958, foi indicado, em março de 1960, líder do PSB na Câmara. Em outubro de 1962, Aurélio Viana elegeu-se senador pelo estado da Guanabara na legenda da coligação formada pelo PSB e pelo PTB, derrotando Juracy Magalhães, candidato da UDN. Sua campanha foi feita em conjunto com Leonel Brizola — candidato a deputado federal pela Guanabara na legenda do PTB — e com outros líderes da Frente Parlamentar Nacionalista, contando também com o apoio de importantes setores da Igreja Batista. Em 1965, concorreu ao governo do estado da Guanabara, apoiado por setores da Igreja Católica e por setores protestantes, mas não conseguiu ser eleito. Após o Ato Institucional nº 2, ingressou no MDB. Em 1968, Aurélio Viana destacou-se nos ataques à repressão policial e na defesa dos direitos dos estudantes. Em 1970, o Tribunal Superior Eleitoral indeferiu seu pedido de candidatar-se à reeleição ao Senado pela Guanabara. Findo seu mandato, em 1971, retirou-se da vida pública. Aurélio Viana era casado com Rute Botelho Viana, uma das fundadoras da Igreja Batista Memorial Brasília, cujo templo foi inaugurado em 1962. Ele também era membro da Igreja Batista, porém menos atuante que sua esposa. Entretanto, sua trajetória política, sobretudo no PSB e nos movimentos de cunho socialista, o aproximou de setores evangélicos mais progressistas. Não é de se estranhar, portanto, que ele tivesse sido convidado para participar dessa conferência, ao lado de Richard Shaull e outros evangélicos. Fontes: *O Jornal Batista*; CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. Dados biográficos de Aurélio Viana de Cunha Lima. Verbetes. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> . Acesso em: 05 ago. 2015.

⁵⁶⁸ O pastor João Martins Ferreira, por exemplo, em artigo posterior à realização da conferência, criticou a influência de “ideologias materialistas” sobre as igrejas batistas. Segundo João Martins, “nossas igrejas não vivem Cristo, não praticam o Cristianismo; querem elas viver um cristianismo mesclado com comunismo, com mundanismo, com frieza espiritual e eis aí a razão do fracasso espiritual nos nossos dias”. FERREIRA, João Martins. Fabricantes de cristianismos. *O Jornal Batista*, Ano LXV, n.º 44, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1965, p. 2.

STICHOLOGO GARDINHO DE

SANTIPICALVOL.

Assim Pratica

Um verdadeiro grande homem...

Um verdadeiro grande homem...

Um verdadeiro grande homem...

Dr. Fiéis dirige Colégio



Dr. Fiéis dirige Colégio...

O Brasil e o homem de que ele precisa

J. A. Meyer

Nossa terra está profundamente...

Um povo está profundamente...

Um povo está profundamente...



ANO LXIII - Dia de Janeiro, 7 de dezembro de 1963 - Nº 43

"Faremos nêle morada"

João 14:23

Carlos Barão

Jesus disse coisas impressionantes...

Dispenseiros fiéis

1ª Coríntios 4:12

Resumo Paulo Pagnoni

Uma pessoa que vive no mundo...

Uma pessoa que vive no mundo...

Uma pessoa que vive no mundo...

Uma pessoa que vive no mundo...

Uma pessoa que vive no mundo...

Uma pessoa que vive no mundo...

Advertisement for 'Cristo, a única esperança' and 'Campanha Nacional de Evangelização'.

Uma pessoa que vive no mundo...

Fig. 9 - Reportagem: "O Brasil e o homem de que ele precisa". O Jornal Batista, 7 de dezembro de 1963, p. 4. Diante daquela convulsão política que o país atravessava no final do ano de 1963, o pastor J. R. Meyer não titubeou em iniciar seu artigo com a seguinte frase: "Nossa terra está profundamente carecida de alguém que a ponha em ordem". O recado estava dado.

Completa Oitenta Anos a Maior Igreja Batista do Brasil

O JORNAL BATISTA

ORGÃO OFICIAL DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA

Rio, domingo, 23 de agosto de 1964
ano LXIV — nº 34

A GRANDE CAMPANHA VISITA OS TRÊS PODERES DA REPÚBLICA



O Pastor Rubens Lopes, Presidente da Convenção Batista Brasileira, visitando o General Castello Branco, Presidente da República, em seu gabinete, em Brasília, com o General Castello Branco, Presidente da República, e o General Castello Branco, Presidente da República.



O Pastor Rubens Lopes, Presidente da Convenção Batista Brasileira, visitando o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, em Brasília.

"Exatamente, estava esperando que da sua Secretaria de Estado do Brasil". Foi uma pergunta, sempre a Pastor Rubens Lopes a Geraldo Castello Branco, Presidente da República, em visita ao Rio de Janeiro no dia 23 de agosto, no Palácio do Planalto em Brasília, acompanhado do governador do Ceará, Dr. José Carlos de Albuquerque e do General Castello Branco, Presidente da República. O Pastor Rubens Lopes, Presidente da Convenção Batista Brasileira, visitou o General Castello Branco, Presidente da República, em seu gabinete, em Brasília, com o General Castello Branco, Presidente da República, e o General Castello Branco, Presidente da República.

O Presidente da República, General Castello Branco, recebeu o Pastor Rubens Lopes, Presidente da Convenção Batista Brasileira, em seu gabinete, em Brasília, com o General Castello Branco, Presidente da República, e o General Castello Branco, Presidente da República. O Pastor Rubens Lopes, Presidente da Convenção Batista Brasileira, visitou o General Castello Branco, Presidente da República, em seu gabinete, em Brasília, com o General Castello Branco, Presidente da República, e o General Castello Branco, Presidente da República.

Logo após a visita ao General Castello Branco, o Pastor Rubens Lopes visitou o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, em Brasília. O Pastor Rubens Lopes, Presidente da Convenção Batista Brasileira, visitou o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, em Brasília, com o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, em Brasília, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, em Brasília.

NESTE NÚMERO

Relatório do 1º Congresso da Igreja Batista do Brasil	1
Um artigo que merece ser lido	2
Um artigo que merece ser lido	3
Relatório do 1º Congresso da Igreja Batista do Brasil	4
Um artigo que merece ser lido	5
Um artigo que merece ser lido	6



O Pastor Rubens Lopes, Presidente da Convenção Batista Brasileira, visitando o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, em Brasília.

Dia de Graça e Congregação de Pastores

A Convenção Batista Brasileira, em sua reunião, realizou o Dia de Graça e Congregação de Pastores, em Brasília, com o Pastor Rubens Lopes, Presidente da Convenção Batista Brasileira, e o Pastor Rubens Lopes, Presidente da Convenção Batista Brasileira.



Templo da Igreja Batista em Brasília.

Relatório do 1º Congresso da Igreja Batista do Brasil, realizado em Brasília, com o Pastor Rubens Lopes, Presidente da Convenção Batista Brasileira, e o Pastor Rubens Lopes, Presidente da Convenção Batista Brasileira.

Relatório do 1º Congresso da Igreja Batista do Brasil, realizado em Brasília, com o Pastor Rubens Lopes, Presidente da Convenção Batista Brasileira, e o Pastor Rubens Lopes, Presidente da Convenção Batista Brasileira.

BOLHETE DO DIRETOR

Artigo sobre a importância da igreja batista no Brasil, com o Pastor Rubens Lopes, Presidente da Convenção Batista Brasileira, e o Pastor Rubens Lopes, Presidente da Convenção Batista Brasileira.

3.3. A política de desmobilização política entre os batistas

O ano de 1966 iniciou debaixo de uma atmosfera politicamente tensa, provocada pela promulgação do Ato Institucional n.º 2, em 27 de outubro de 1965, que, entre outras coisas, extinguiu os partidos políticos e estabeleceu eleições indiretas para a presidência da República. Além disso, em janeiro de 1966, o general Costa e Silva lançou sua candidatura à presidência da República, demonstrando que havia pelo menos dois grupos entre os militares que rivalizavam entre si: os pejorativamente denominados da “Sorbonne” e os que ficaram conhecidos como “linha dura”⁵⁶⁹ – embora estudiosos do tema relativizem essa divisão.⁵⁷⁰

A ideia, até então difundida de que os militares devolveriam brevemente o poder aos civis, foi se esvaindo à medida que o governo e as Forças Armadas demonstravam sinais de endurecimento quanto à repressão e afeição ao poder. Para os setores protestantes progressistas, isso talvez já fosse esperado, levando-se em consideração a natureza do golpe. José Assis Gomes escreveu um artigo onde destacou o perigo de governos instalados arbitrariamente. Segundo o articulista “dê-se um golpe de estado, mude-se a forma de governo, estabeleça-se o chicote, a tirania, o povo embrutecido caminhará para as revoluções armadas”.⁵⁷¹ Ele defendeu a realização de eleições democráticas, inclusive como método para garantir a liberdade dos indivíduos.

Mas, até a palavra liberdade foi ressignificada naquele contexto, inclusive entre as Igrejas Batistas. As lideranças mais conservadoras avançaram na crítica aos comunistas e a quaisquer evangélicos que simpatizassem com teorias marxistas ou com o evangelho social. Nesse ponto, conseguiram por um fim à CAS, organizada justamente para promover um evangelho mais atuante e engajado entre os batistas.⁵⁷²

⁵⁶⁹ Segundo o depoimento de militares que articularam o golpe de 1964 e que acompanharam seus desdobramentos políticos, havia pelos menos duas tendências no interior das Forças Armadas. Uma “representada pelos oficiais ligados ao grupo da ‘Sorbonne’, que desejava uma intervenção rápida encerrando-se com a devolução do poder aos civis, agrupada em torno do presidente Castelo Branco”. E outra “representada pelos oficiais mais radicais, agrupada em torno do Ministro da Guerra Costa e Silva” e que se transformou na “linha dura” e que pretendia “aprofundar as medidas ‘saneadoras’”. Ver mais em D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

⁵⁷⁰ Cf. em MARTINS Filho, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos, Editora da UFSCar, 1995. Neste livro, o autor relativiza essa dualidade. A “linha dura” torturou, mas a corrente liberal sabia e se calou. Além disso, Foi justamente um membro desta corrente liberal, o general Castelo Branco, quem acabou com a democracia representativa no Brasil.

⁵⁷¹ GOMES, José Assis. A revolução democrática. *O Jornal Batista*, Ano LXVI, n.º 6, Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1966, p. 3.

⁵⁷² A notícia que justificava o fim da comissão foi dada da seguinte forma: “Quanto à Comissão de Ação Social, por força dos termos em que foi organizada, já não existe”. Nada mais foi acrescentado. PEREIRA, José Reis. Os grandes assuntos da convenção. *O Jornal Batista*, Ano LXVI, n.º 7, Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1966, p. 3.

Alguns deslocamentos foram bem claros. David Malta, por exemplo, foi eleito, na Assembleia da CBB, para a Junta do Seminário do Sul, sediada no Rio de Janeiro. Assim, tentou-se ao mesmo tempo garantir sua permanência na igreja – abrindo-lhe um espaço para que atuasse na docência e administração do Seminário Teológico do Sul – porém, reduzindo seu campo de influência entre os batistas. É curioso e ao mesmo tempo sintomático observar que o último artigo de David Malta com conteúdo político tenha sido publicado n’*O Jornal Batista* em 1965. Após essa data, apenas uma entrevista, em 1968, contando um pouco de sua trajetória, mas tratando principalmente do seminário.

A coluna “As últimas do Brasil e do mundo” reduziu-se a uma janela por onde o leitor batista mantinha contato superficial com notícias nacionais e internacionais, algumas delas tratando de política. As cassações de parlamentares e de governadores como, por exemplo, Adhemar de Barros, em São Paulo, foram abordadas de forma pontual. A direção de *O Jornal Batista* assumiu e endossou, em várias ocasiões, a versão do governo, sem provocar qualquer tipo de reflexão, por menor que fosse.

A despeito deste clima de cassações, inclusive sobre aqueles que cooperaram com o golpe, José Reis Pereira ressaltou a liberdade que os crentes tinham no Brasil, sobretudo para a realização de seus cultos e demais atividades religiosas. Comparando a situação do país com a Rússia, José Reis Pereira concluiu que “dentre todas as liberdades, a mais preciosa para nós é a de servir a nosso Deus como entendemos, a liberdade de consciência”.⁵⁷³ Por isto, não se deveria sacrificar tal liberdade “em favor de qualquer prato de lentilhas, por mais tentador e saboroso que ele se nos apresente”.⁵⁷⁴

Para os batistas, havia tanto liberdade religiosa quanto política, uma vez que se podia escolher seus representantes parlamentares. Aliás, a esse respeito, o pastor João Falcão Sobrinho orientou os fiéis da igreja para as eleições de 15 de novembro de 1966. Em sua opinião, a oportunidade do voto deveria ser utilizada para “selecionar os mais capazes”, o que significava escolher um candidato que fosse “porta voz do pensamento evangélico (...) defendendo os princípios evangélicos”.⁵⁷⁵

Há de se ressaltar que, embora a noção do “irmão vota em irmão” perpassasse as Igrejas Batistas, como também outras igrejas evangélicas, a orientação dada de forma oficiosa pela igreja aos seus fiéis era de que se pesasse, no momento da escolha do candidato, o seu

⁵⁷³ PEREIRA, José Reis. Liberdade limitada. *O Jornal Batista*, Ano LXVI, n.º 34, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1966, p. 3.

⁵⁷⁴ Ibid.

⁵⁷⁵ SOBRINHO, João Falcão. Palavra franca aos eleitores crentes. *O Jornal Batista*, Ano LXVI, n.º 44, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1966, p. 6.

caráter, sua moral e, principalmente, seu compromisso com um tipo ideal de protestantismo: o da reta doutrina. Segundo Rubem Alves, responsável pela construção desse tipo ideal de protestantismo,

os crentes verdadeiros são somente aqueles que fazem a confissão ortodoxa e se comportam segundo as normas estabelecidas pela Igreja. Se, por acaso, qualquer um destes dois critérios não se apresentar na vida de um indivíduo, ele não possui as condições para pertencer à comunidade.⁵⁷⁶

Esta ética do protestantismo da reta doutrina, ainda segundo Rubem Alves, é o que caracteriza majoritariamente o comportamento evangélico no Brasil. Assim, não bastava ser evangélico; era preciso apresentar-se e portar-se como tal, o que incluía, inexoravelmente, em defender princípios religiosos e doutrinários muito mais afeitos a aspectos morais do que a questões de ordem político-social.

Penso que um traço político que caracterizou os evangélicos brasileiros durante a ditadura militar, principalmente nos processos eleitorais, foi o apreço por candidaturas moralistas quanto a aspectos sociais, conservadoras no que diz respeito à manutenção do *status quo* no país, e antiecumênicas, do ponto de vista religioso.

Outro aspecto que me parece ter marcado de forma profunda o comportamento político dos evangélicos durante a ditadura militar foi a aproximação destes com o poder. Diferentemente do que possa ter parecido, entre a retórica do não envolvimento político com o Estado e a ação que de fato se efetuou, houve um grande abismo. Batistas e presbiterianos, principalmente, ocuparam quadros nas estruturas do poder que governava o país.

São vários os exemplos que dão conta disto. Roberto Torres Hollanda, membro da igreja batista Memorial de Brasília, assumiu o cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria Geral da ARENA, presidida pelo senador Daniel Krieger.⁵⁷⁷ Jucelina Friaça Teixeira, esposa do pastor Gentil Teixeira, da Igreja Batista Central, na Guanabara, foi nomeada chefe do Serviço de Educação de Adultos (Supletivo) do Estado do Rio de Janeiro, pelo governador Geremias de Matos Fontes. O presbiteriano Carlos René Egg foi Diretor Substituto do Serviço Social do Estado de São Paulo. Sua indicação para o cargo foi atribuída ao secretário de Saúde e Assistência Social, Walter Leser, cuja esposa era membro da Igreja Presbiteriana Independente.⁵⁷⁸ Ida de Freitas, membro da Igreja Batista em Teresina, foi nomeada

⁵⁷⁶ ALVES, Rubem. Op. Cit., p. 169.

⁵⁷⁷ NÓTULAS. *O Jornal Batista*, Ano LXVII, n.º 15, Rio de Janeiro, 09 de abril de 1967, p. 3. Vale lembrar que Daniel Krieger foi uma das principais lideranças da UDN, um opositor contumaz de Juscelino Kubitschek e do PTB. Após a instituição do bipartidarismo no Brasil, ele filiou-se à ARENA e tornou-se líder do governo no Senado.

⁵⁷⁸ NÓTULAS. *O Jornal Batista*, Ano LXVII, n.º 35, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1967, p. 3.

Superintendente do INPS no Piauí.⁵⁷⁹ Camilo Ashcar, da Igreja Presbiteriana de Campinas, foi indicado pelo governador de São Paulo, Abreu Sodré, para assumir uma cadeira de Ministro do Tribunal de Contas do estado de São Paulo, o que foi corroborado pela Assembleia Legislativa daquele estado.⁵⁸⁰

Inúmeros exemplos ainda poderiam ser citados para ilustrar o grau de participação política de evangélicos na administração do país. Mas, o importante a ressaltar é o fato de que todos os evangélicos aqui citados foram alçados aos seus respectivos cargos por meio da indicação direta de governadores, senadores, ministros e secretários de Estado, o que demonstra, no mínimo, a confiança que o regime político nutria por estes evangélicos. Em um ambiente de “caça às bruxas”, ocupar cargos de confiança revelava, no limite, que a pessoa não era opositora ao regime. Ao que parece, os setores evangélicos beneficiados por estes cargos, além de não oferecerem oposição, apoiavam o regime. Cargos de confiança são ocupados por quem apoia quem os concede.

Em 1968, a despeito dos movimentos de crítica ao governo militar que ganhavam força pelo país, principalmente entre estudantes, a posição oficial das igrejas batistas foi de mobilização em favor do governo. Logo após a posse do general Costa e Silva na presidência da República foi reproduzida a declaração de fé batista, em que se acentuou a posição oficial da igreja em matéria política e governamental. Seu conteúdo trazia o seguinte:

Cremos que o governo civil é de ordenação divina e que os magistrados devem ser objeto de nossas orações, bem como devem ser conscientemente honrados e obedecidos, exceto, exclusivamente, nas cousas que se opõem à vontade de Nosso Senhor Jesus Cristo, que é o único Senhor da consciência e o Príncipe dos reis da Terra.⁵⁸¹

O texto foi comentado por Almir Gonçalves, que advertiu que os “bons cristãos” deveriam evitar “atacar os governos ou as autoridades sem prévio exame dos motivos que nos levam a censurá-los: é melhor acatá-los do que atacá-los ajudando-os a promover a prosperidade nacional”.⁵⁸²

Acatar em vez de atacar, eis a síntese do que foi majoritariamente a posição política assumida pelos batistas durante a ditadura. A contestação ao regime não somente foi evitada a todo custo, como, também, condenada, inclusive fora dos arraiais batistas. Nesse ponto, os

⁵⁷⁹ MULHER batista comanda a previdência. *O Jornal Batista*, Ano LXVIII, n.º 12, Rio de Janeiro, 24 de março de 1968, p. 6.

⁵⁸⁰ ILUSTRE líder evangélico encerra suas atividades políticas. *O Jornal Batista*, Ano LXVIII, n.º 14, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1968, p. 6.

⁵⁸¹ GONÇALVES, Almir S. Declaração de fé das Igrejas Batistas, artigo XVI, do governo civil. *O Jornal Batista*, Ano LXVIII, n.º 4, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1968, p. 8.

⁵⁸² Ibid.

clérigos católicos que estiveram envolvidos com os movimentos sociais de contestação à ditadura militar foram, invariavelmente, os principais alvos da crítica batista.

José Reis Pereira afirmou que havia um desentrosamento na liderança da Igreja Católica, que se evidenciava nas posições político-sociais que leigos e bispos católicos assumiram. Segundo José Reis Pereira, o bispo de Volta Redonda, dom Waldyr Calheiros, acolheu jovens estudantes que distribuíam panfletos contra o governo federal. Ao tomar conhecimento do lugar onde se encontravam, a polícia invadiu o Palácio Episcopal prendendo os jovens.⁵⁸³

Ressaltando que houve declarações de lideranças católicas tanto contrárias quanto favoráveis à atuação da polícia, José Reis Pereira quis demonstrar que havia confusão no meio católico em razão do envolvimento da Igreja com assuntos políticos. Ao fazer referência a outros episódios promovidos por bispos católicos em desagravo ao governo federal, José Reis Pereira afirmou o seguinte:

Não podemos dizer que o governo atual seja de exceção, visto que os três poderes estão em funcionamento e há uma constituição que vem sendo seguida. Não se trata, pois, de um governo ditatorial ou discricionário, como o que tivemos em 1930-1933, e, depois, em 1937-1945.⁵⁸⁴

Para o diretor do órgão oficial da CBB, o Brasil estava longe de ser uma ditadura ou um estado de exceção. Entretanto, paradoxalmente, o mesmo José Reis Pereira considerou que durante dois períodos do governo de Getúlio Vargas, o Brasil teve uma experiência ditatorial, ao contrário do que, em sua opinião, o país vivia até ali, em 1968. A história do passado político recente do país serviu, naquele contexto, para demonstrar, na perspectiva das lideranças batistas, que o Brasil não era uma ditadura.

A posição publicamente assumida pelas lideranças batistas contribuiu, de um lado, para um acirramento nas relações com a Igreja Católica e, por outro, para que a CBB se tornasse uma instituição benquista entre os militares. À medida que a Igreja Católica se tornou inconveniente ao regime por meio da atividade desenvolvida por alguns de seus bispos, as

⁵⁸³ O incidente também foi comentado pelo próprio dom Waldyr Calheiros em um livro sobre sua trajetória sacerdotal. Ele relata que os quatro jovens presos pertenciam à Juventude Diocesana Católica (JUDICA), um grupo constituído tanto por trabalhadores quanto por estudantes, mas que tinham em comum o fato de ser jovens católicos imbuídos pelo espírito de indignação contra as injustiças sociais e políticas que havia no Brasil. O episódio teve grande repercussão em razão também de que o bispo Waldyr Calheiros enviou ao jornal *Última Hora* e ao *Jornal do Brasil*, uma nota denunciando as mazelas e injustiças sociais em Volta Redonda, enquanto que o aparelho repressivo do Estado preocupava-se em descobrir e prender os ditos “subversivos”. Ver mais em COSTA, Celia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Kenneth. *O bispo de Volta Redonda: memórias de dom Waldyr Calheiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

⁵⁸⁴ PEREIRA, José Reis. Igreja em pânico. *O Jornal Batista*, Ano LXVIII, n.º 5, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1968, p. 3.

igrejas evangélicas, entre elas, as Igrejas Batistas, foram granjeando a simpatia e confiança do governo.

Um dos exemplos, talvez o mais marcante nesta relação de cumplicidade das lideranças batistas para com o governo militar, pode ser tomado no episódio que envolveu a morte do estudante Edson Luís e que desencadeou uma série de manifestações e passeatas contra o regime.

Ao tratar dos movimentos estudantis na década de 1960, João Roberto Martins Filho ressalta que, antes da eclosão dos grandes protestos estudantis de 1968, o ambiente militar não era tranquilo e havia tensões políticas nos quartéis, demonstrando assim divergências entre os oficiais quanto à condução do processo político-governamental do país. A morte do estudante secundarista Edson Luís, em 28 de março de 1968, inscreve-se nesse contexto de tensão intramilitar e, simbolicamente, demarcou um período de arrefecimento dos movimentos de oposição ao regime.⁵⁸⁵

O velório de Edson Luís transformou-se num grande ato político que tanto sensibilizou setores das classes médias contra a repressão militar de que o governo fazia uso quanto para demonstrar os problemas enfrentados pelos estudantes e suas reivindicações. No entanto, mesmo com toda a repercussão negativa contra o governo, principalmente no estado do Rio de Janeiro e na Guanabara onde ocorreu a morte de Edson Luís, o pronunciamento de José Reis Pereira em editorial publicado n' *O Jornal Batista* foi o seguinte:

Dizem que a polícia atirou e matou o estudante. A polícia nega que tenha atirado. Numa confusão daquelas é difícil apurar as responsabilidades e uma comissão de inquérito está tratando deste assunto enquanto escrevemos estas notas. Mas, admitindo que tenha partido de um revólver policial a bala assassina, é um pouco difícil responsabilizar o Governo pela imprudência de um subalterno. Mais difícil ainda é responsabilizar o país que teve a sua embaixada apedrejada pelos companheiros do morto.⁵⁸⁶

E ainda,

⁵⁸⁵ Segundo João Roberto Martins Filho, no dia 28 de março de 1968 houve “um choque entre estudantes, na maior parte secundaristas, e um pelotão da Polícia Militar da Guanabara, ao lado do restaurante estudantil conhecido como ‘Calabouço’ – que servia comida de má qualidade para estudantes secundaristas e universitários, tema de intensa agitação estudantil nos meses anteriores”. A ação da polícia resultou na morte de um estudante, Edson Luís Souto, morto por um tiro. Segundo João Roberto Martins Filho, “todos os setores da sociedade carioca que vinham acumulando motivos para se opor ao regime militar – jornalistas, parte do clero, líderes sindicais, artistas e intelectuais – se juntaram nas ruas para protestar contra a violência da ditadura, no velório e no enterro do jovem secundarista. Seguiram-se manifestações em todas as capitais e centros universitários do país”. MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960 In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). Op. Cit., p. 195.

⁵⁸⁶ PEREIRA, José Reis. A morte do estudante. *O Jornal Batista*, Ano LXVIII, n.º 15, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1968, p. 3.

No Brasil não estamos sob ditadura. Há um congresso em funcionamento, não há censura prévia à Imprensa, os tribunais estão abertos. Mas, não vamos dizer que tudo seja mar de rosas. Há um grave problema em nossa vida nacional e que se refere justamente à educação. Parece haver descaso pelos estudantes. (...) Entendemos, portanto, que os estudantes se organizem, levistem e lutem em defesa dessas causas justas de classe. (...) Mas, faz pena ver como se deixam levar por agitadores de tal maneira que as boas causas ficam completamente esquecidas e os movimentos estudantis completamente deturpados.⁵⁸⁷

Os cartazes no cortejo fúnebre de Edson Luís expressavam a indignação estudantil de diversas formas: “Secundaristas contra a Ditadura”, “Abaixo a Ditadura”, “Ditadura Assassina”, “Crime da Ditadura”, “Mais um morto: fome e bala”.⁵⁸⁸ Entretanto, a redação de *O Jornal Batista* preferiu informar a morte de Edson Luís sem expor seu nome e nem indicar a polícia como responsável pelo assassinato do estudante. A opinião do redator negou que o governo tivesse qualquer responsabilidade com o ato e, ainda, condenou a posição assumida pelo arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, e pelo bispo de Santo André, Dom Jorge Marcos de Oliveira, por terem se pronunciado contra o governo.

Embora houvesse discordâncias entre os batistas sobre a responsabilidade do ato que ocasionou a morte de Edson Luís e que provocou diversas manifestações, o que preponderou foi a visão oficial dada por José Reis Pereira em torno dos acontecimentos. Ele próprio informou, publicamente, que algumas pessoas teriam reagido contra a sua posição, fosse por ter escrito contra os estudantes fosse por ter tocado em assuntos políticos.

José Reis Pereira tratou de refutar as críticas afirmando que de modo algum era contrário às reivindicações dos estudantes, mas que não era possível apoiar os estudantes quando “eles exorbitam em suas manifestações”. Isto é, “quando uma passeata degenera em quebra-quebra, quando carros são queimados em praça pública, quando cartazes de louvor ao malogrado ‘Che’ são empunhados, não podemos apoiar aos que assim procedem”.⁵⁸⁹

No mesmo editorial, José Reis Pereira reafirmou que o Brasil não vivia uma ditadura, pois ele próprio já havia experimentado tal regime quando dirigiu o jornal da mocidade batista. Em seu relato, José Reis Pereira descreveu todo o processo de vigilância e de censura prévia que vivenciou durante o Estado Novo. Para ele, “era o tempo do famigerado DIP”.⁵⁹⁰ O que havia, no dizer de José Reis Pereira eram “tribunais de exceção”, “polícia política” e “restrições à atividade evangelística e missionária”.

⁵⁸⁷ Ibid.

⁵⁸⁸ Imagens do enterro de Edson Luís foram feitas pelo cineasta Eduardo Scorel. Em 2008, o filme de 12 minutos gravado por Eduardo Scorel foi recuperado e encontra-se guardado na Cinemateca Brasileira, em São Paulo.

⁵⁸⁹ PEREIRA, José Reis. Ainda sobre os estudantes. *O Jornal Batista*, Ano LXVIII, n.º 16, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1968, p. 3.

⁵⁹⁰ Ibid.

Na percepção da principal liderança batista brasileira naquele contexto, o critério da ausência/presença foi utilizado como elemento de definição da legitimidade do governo, instalado a partir de abril de 1964. O passado recente, circunscrito ao período do Estado Novo, foi tomado como o tempo a ser evitado, o tempo da ausência de democracia, de justiça constitucional, de participação popular. O tempo presente revelava, na opinião de José Reis Pereira, justamente o oposto: liberdade (mas com responsabilidade), manifestações populares (mas dentro da ordem), e, principalmente, nenhuma restrição a atividades religiosas (desde que fossem cristãs).

Esta leitura de mundo, que não deixou de ser também uma escolha política, pois permite-nos refletir sobre as ambivalências das lideranças batistas, bem como de outras lideranças evangélicas. Os regimes de governo se revelaram autoritários ou não, de acordo com o interesse dos pastores.⁵⁹¹

3.4. Orando pela pátria e servindo aos generais: os batistas em defesa da ditadura

O ano de 1969 se iniciou sob o peso do Ato Institucional n.º 5, publicado em dezembro de 1968, e já comentado nos capítulos anteriores. Para Elio Gaspari, o AI-5 foi imposto à nação quando as oposições estavam em refluxo ou derrotadas. Ou seja, o Ato Institucional foi uma maneira de impor o poder discricionário abertamente depois de derrotar os opositores.

⁵⁹¹ É curioso observar como os pastores batistas se expressaram entre o período de 1937 a 1945 nas páginas de *O Jornal Batista*. Após o dia 10 de novembro de 1937, data que marca simbolicamente a instauração do Estado Novo no Brasil, o pastor Theodoro R. Teixeira, diretor executivo de *O Jornal Batista* assinou um editorial onde afirmou que os batistas estavam mais “tranquilos e gratos a Deus depois que leram a Constituição, decretada pelo Sr. Presidente da República, com o apoio das classes armadas; constituição essa que fortalecendo o governo central e aparelhando melhor as autoridades para a defesa das próprias instituições que ella estabelece, contra os seus inimigos, mantém o mesmo caracter democrático e federativo da Constituição substituída; e as liberdades individuaes, sobretudo para nós crentes a liberdade suprema, que é a liberdade religiosa. A nova Constituição mantém essa liberdade em toda a sua plenitude”. TEIXEIRA, Theodoro R. Transformação política. *O Jornal Batista*, Ano XXXVII, n.º 46, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1937, p. 3. O mesmo Theodoro Teixeira escreveu, posteriormente, uma avaliação do que foi o ano de 1937, onde afirmou que “a despeito da inquietação política e social, e da nuvem ameaçadora que pairou sobre os crentes evangélicos em geral foi o mais abençoado e próspero. Pelas notícias que o nosso jornal tem publicado semanalmente pôde ver-se que as nossas igrejas teem prosperado, crescido em numero de membros e se multiplicado em outras igrejas”. TEIXEIRA, Theodoro R. Anno de 1937. *O Jornal Batista*, Ano XXXVII, n.º 52, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1937, p. 3. Por fim, para ilustrar que os evangélicos não sofreram limitações religiosas por parte do governo de Getúlio Vargas, uma carta do missionário Tecé Bagby sobre o evangelismo em São Paulo informava o seguinte: “tenho pregado aqui e no interior sem impedimento. É melhor não pedir licença formal nesta época. Se o evangelizador agir dum modo prudente, evitando a controvérsia tão imprópria para as ruas, e os ataques as crenças alheias, terá maior liberdade para proclamar a verdade positiva”. BAGBY, Tecé. Carta paulista. *O Jornal Batista*, Ano LXXXVIII, n.º 19, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1938, p. 12.

Entretanto, não houve qualquer comentário de líderes batistas sobre a publicação do Ato Institucional e a guinada repressora do governo. As notícias de cunho político se tornaram cada vez mais raras e tratadas exclusivamente por José Reis Pereira. Durante os primeiros meses do ano, houve informações a respeito da eleição de membros batistas para cargos de vereador e de prefeito em vários municípios do Brasil.⁵⁹²

Entre 1967 e 1971, mais de setenta parlamentares, tanto do MDB quanto da ARENA, foram cassados por decretos do presidente Costa e Silva. Os decretos não expõem com detalhes as justificativas para a cassação de cada um dos deputados, apenas informam que “tendo em vista a indicação do Conselho de Segurança Nacional, resolve cassar”.⁵⁹³

Neste mesmo período, apenas um parlamentar evangélico foi cassado: Paulo Freire de Araújo (ARENA-MG). Ele era pastor da Primeira Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, Minas Gerais, tendo atuado também como professor do colégio Batista na capital mineira, em 1950. É difícil indicar os motivos para a sua cassação, mas suspeito que a sua trajetória política no PTB, legenda à qual pertencia e pela qual foi reeleito deputado federal, em 1962, tenha contribuído para isso.⁵⁹⁴

Os demais deputados federais evangélicos exerceram seus respectivos cargos até o final de seus mandatos – Aldo Fagundes, Aurino Valois, Daso Coimbra, Floriano Rubim,

⁵⁹² Eis alguns exemplos de evangélicos eleitos em 1968 e atuantes em 1969: “O dr. Dalton Nogueira Paranaguá, ilustre médico batista, acaba de ser eleito prefeito de Londrina, no Paraná. A sua eleição, que ocorreu no dia 15 de novembro p.p. foi muito expressiva, tendo alcançado grande número de votos. O Dr. Dalton é membro da Primeira Igreja Batista daquela cidade”. NÓTULAS. *O Jornal Batista*, Ano LXVIII, n.º 48, Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1968, p. 3. “O irmão Egersso Simões Muniz, membro da Igreja Batista do Cajati, SP, acaba de ser eleito vice-presidente da Câmara Municipal de Jacupiranga. (...) Foi eleito também pela terceira vez, Presidente da Câmara de Vereadores de Barra do Piraí, o irmão Manoel Pereira da Motta Filho, crente zeloso e fiel, presidente do Departamento de Evangelismo na Igreja Batista daquela cidade”. NÓTULAS. *O Jornal Batista*, Ano LXIX, n.º 12, Rio de Janeiro, 23 de março de 1969, p. 3. “No dia 1º de abril p.p., a Câmara de Vereadores de Bom Jesus da Lapa, Bahia, elegeu sua diretoria para o exercício do corrente ano. Para presidente, foi eleito o nosso irmão Benvenuto Ribeiro dos Santos, da Igreja Batista”. NÓTULAS. *O Jornal Batista*, Ano LXIX, n.º 19, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1969, p. 3. “O irmão Walter Silva, vereador na Câmara Municipal de Goiânia, GO, membro da Primeira Igreja Batista daquela cidade apresentou àquela Câmara projeto de lei para a ereção de um pedestal em homenagem à Bíblia Sagrada”. NÓTULAS. *O Jornal Batista*, Ano LXIX, n.º 20, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1969, p. 3.

⁵⁹³ A Agência Câmara de Notícias disponibiliza no site da Câmara dos Deputados os nomes de cada deputado cassado entre os anos de 1963 a 1979. O site informa apenas o nome do parlamentar, a quantidade de votos que obteve nas eleições, sua data de nascimento e morte, sua profissão e a data do decreto presidencial que o cassou.

⁵⁹⁴ Segundo os registros dos arquivos do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Freire “apoiou a utilização da cédula única em todos os pleitos, o direito de voto para os analfabetos e a adoção de medidas que visassem deter a influência do poder econômico nas eleições. Partidário da reforma agrária, através da desapropriação dos latifúndios improdutivos mediante indenização em títulos da dívida pública, foi também favorável a uma reforma urbana que garantisse a cada casal uma residência inalienável como bem de família. Como parlamentar, integrou as comissões de Legislação Social e de Serviço Público da Câmara dos Deputados, participando também da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da qual foi relator”. Fonte: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. Dados biográficos de Paulo Freire de Araújo. Verbetes. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

Lauro Cruz, Levy Tavares. Não houve, portanto, problemas maiores entre os deputados federais evangélicos e o governo militar, pelo menos até 1974.

No cenário em que a repressão recrudescera, alcançando parlamentares, sindicalistas, estudantes, trabalhadores rurais, a opinião de José Reis Pereira era de que “o Brasil era o melhor país do mundo”.⁵⁹⁵ Suas belezas podiam ser vistas na natureza, como, também, na índole do seu povo – “gente sentimental, alegre, gentil e hospitaleira”. Em sua análise, José Reis Pereira concluiu que só faltava uma coisa ao melhor país do mundo: “o domínio do Evangelho”.⁵⁹⁶

O artigo foi publicado em homenagem ao aniversário de Independência do Brasil e revelou, mais uma vez, o compromisso dos batistas com o regime. O mesmo ufanismo empreendido pelos militares foi reforçado pelos batistas, enaltecendo de um lado as belezas naturais e o potencial brasileiro, mas, de outro, criticando ferozmente os que agiam contra o regime.

Nesse sentido, José Reis Pereira, condenou os “terroristas” responsáveis pelo atentado ao embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, em 4 de setembro de 1969. Para ele, se o caso tivesse ocorrido em um país comunista, a solução seria simples: “ou devolvem o Embaixador dentro de 12 horas ou serão fuzilados os quinze”. No entanto, em sua opinião, o governo brasileiro preferiu “salvar uma vida” e atender às exigências dos “terroristas”.⁵⁹⁷

A conclusão a que chegou José Reis Pereira foi que o sequestro do embaixador norte-americano, com todas as suas implicações, reforçava o ponto de vista batista sobre a atuação dos grupos opositores ao regime: eram terroristas, violentos, comparados aos zelotes e aos sicários da antiga Palestina.⁵⁹⁸ A analogia utilizada por José Reis Pereira pretendeu demonstrar que ações violentas, ainda que fossem para buscar a liberdade de um povo, como foi o caso dos zelotes, não foram bem vistas por Jesus Cristo e, portanto, não deveriam receber o apoio dos evangélicos.

Sendo assim, as prisões que o governo efetuou ao longo do regime, principalmente no período de maior repressão, foram aplaudidas e apoiadas pelas lideranças batistas, a

⁵⁹⁵ PEREIRA, José Reis. Brasil, melhor país do mundo. *O Jornal Batista*, Ano LXIX, n.º 36, Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1969, p. 3.

⁵⁹⁶ Ibid.

⁵⁹⁷ Ibid.

⁵⁹⁸ A palavra zelote designou os indivíduos que participaram do movimento político judaico do século I que pretendeu rebelar-se contra o Império Romano. Já Sicários denomina o movimento rural da Judéia, mais radical, sendo uma subdivisão do grupo dos Zelotes. Ver mais em KIPPENBERG, Hans. *Religião e Formação de Classes na Antiga Judéia*. São Paulo: Paulus, 1988.

despeito das arbitrariedades ou da violência física cometida pelos militares. O mesmo entusiasmo batista ocorreu quanto às prisões de clérigos católicos.

Exemplo disso foi a prisão dos frades dominicanos Fernando de Brito e Ives do Amaral Lebauspín. Eles foram utilizados pela polícia para uma emboscada que resultou na morte do líder guerrilheiro Carlos Marighella, em 4 de novembro de 1969, na Alameda Casa Branca, em São Paulo.⁵⁹⁹ A notícia da prisão dos frades dominicanos foi objeto de um editorial assinado por José Reis Pereira, onde afirmou que, quanto aos dois frades presos, “não há dúvida de que faziam causa comum com os terroristas, pois foram eles mesmos que forneceram o recurso para uma cilada em que o principal chefe desses profissionais da violência foi morto pela polícia”.⁶⁰⁰

O “profissional da violência”, na visão de José Reis Pereira, não era o comandante da operação, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, reconhecido torturador durante a ditadura militar, mas tão somente Carlos Marighella. Quanto aos dominicanos, José Reis Pereira insistiu na condenação dos mesmos, legitimando, mais uma vez, a ação policial e a repressão do governo.

A prisão de tantos eclesiásticos deve ter sido causada por motivos extremamente sérios. Ao que parece, eles estavam conspirando com terroristas e escondiam sob a batina, simbolicamente, bombas e metralhadoras. O evangelho que se dispunham a pregar não era o de Cristo, mas o de Castro. Uma estranha maneira, sem dúvida, de servir ao Príncipe da Paz. Se o de que são acusados se confirmar, a polícia tem toda a razão de mantê-los presos. E pelo menos em dois casos sabe-se que os frades tinham mesmo culpa. A condição de religiosos não pode livrá-los das consequências dos atos criminosos em que foram cúmplices.⁶⁰¹

O tom irônico e jocoso, utilizado propositadamente por José Reis Pereira, tentou desqualificar os frades dominicanos, principalmente, como religiosos: tratavam-se de comunistas seguidores de Fidel Castro – e não de Jesus Cristo –, “santos do pau oco” análogos àqueles que escondiam ouro no período do Brasil colonial, mas que, agora, escondiam armas debaixo de suas batinas. Eram, enfim, bandidos e, como tais, deveriam ser punidos, independentemente da condição de religiosos.

O assassinato de Carlos Marighella, desse modo, foi justificável, bem como a prisão dos frades que o acobertaram. Este foi um entre tantos outros exemplos em que a posição

⁵⁹⁹ A atuação de Carlos Marighella nos movimentos de guerrilha, as versões sobre sua morte, bem como sua relação com os frades dominicanos constituem objetos de estudo e discussões há bastante tempo. Entre os livros que tratam sobre o assunto, um me parece contemplar as diversas faces do líder comunista: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

⁶⁰⁰ PEREIRA, José Reis. A prisão dos frades. *O Jornal Batista*, Ano LXIX, n.º 49, Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1969, p. 3

⁶⁰¹ Ibid.

oficial das Igrejas Batistas não foi de solidariedade para com os movimentos de resistência e de oposição à ditadura, mas de cumplicidade com o governo.⁶⁰²

Quando da publicação do Decreto-Lei n.º 1.077, de 26 de janeiro de 1970 pelo general presidente Emílio Garrastazu Médici, determinando a censura prévia de livros e periódicos, o redator chefe de *O Jornal Batista*, surpreendentemente, comentou que “a censura prévia ao livro e à imprensa tem sido sempre característico dos regimes totalitários, esses famigerados regimes que pretendem controlar o pensamento”.⁶⁰³

No entanto, em vez de demonstrar que aquele ato caracterizaria o governo Médici como sendo totalitário ou ditatorial, José Reis Pereira declarou que “nós tivemos, aqui no Brasil, um arremedo de totalitarismo por ocasião do chamado Estado Novo”.⁶⁰⁴ Novamente, totalitarismo e autoritarismo estavam circunscritos ao governo de Getúlio Vargas, mais especificamente, entre 1937 e 1945. Para as lideranças batistas conservadoras, não havia quaisquer semelhanças entre o Estado Novo e o governo militar.

Sendo assim, José Reis Pereira considerou perfeitamente correto que houvesse censura prévia uma vez que, em sua opinião, “forçoso é reconhecer a existência de muita gente no Brasil que, simplesmente, está abusando da liberdade de imprensa para publicar e divulgar verdadeira lama literária, tanto na forma de periódicos quanto na forma de livros”.⁶⁰⁵ E de forma enfática vaticinou: “Uma outra providência seria, simplesmente, fechar certas publicações que já revelaram o bastante, já mostraram o que querem e o que valem. Não foram proibidas há tempos e sem nenhum protesto de solidariedade as revistas da chamada ‘imprensa marrom’?”.⁶⁰⁶

A historiadora Marialva Barbosa comenta que a ação censória à imprensa durante a ditadura militar no Brasil perdurou com intensidade variada de 1969 a 1978. Enquanto que o *Jornal do Brasil* sofreu censura prévia por um breve espaço de tempo – de dezembro de 1968 a janeiro de 1969 – a proprietária de o *Correio da Manhã*, Niomar Sodré Muniz Bittencourt, foi presa, permanecendo incomunicável durante 23 dias. A respeito desse período de vigilância sobre a imprensa brasileira, Marialva Barbosa explica o seguinte:

⁶⁰² José Reis Pereira tornou a insistir na condenação dos frades dominicanos perante a opinião pública e em demonstrar que a Igreja Católica alimentava posições de esquerda. No início de 1970, ele afirmou que os dominicanos haviam se envolvido num “acontecimento político-subversivo” e de que era preferível que os frades “ficassem no seu convento rezando, a irem unir-se a assaltantes, sequestradores e, eventualmente, assassinos”. PEREIRA, José Reis. Perdão sem arrependimento? *O Jornal Batista*, Ano LXX, n.º 1, Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1970, p. 3.

⁶⁰³ PEREIRA, José Reis. O caso da censura. *O Jornal Batista*, Ano LXX, n.º 11, Rio de Janeiro, 15 de março de 1970, p. 3.

⁶⁰⁴ Ibid.

⁶⁰⁵ Ibid.

⁶⁰⁶ Ibid.

Ainda que haja múltiplas formas censórias à imprensa, sobretudo no período do pós-AI-5, há que se considerar também que a reação da imprensa também é diversificada. Há aqueles que optam por aceitar as ordens que chegam à redação por meio de bilhetes e telefonemas; há aqueles que de fato sofrem censura prévia e há aqueles que promovem um discurso de inclusão no ato censório posteriormente a sua efetiva existência, como forma de se incluir num movimento de defesa do interesse público.⁶⁰⁷

A análise de Marialva Barbosa me parece ser adequada para compreender a ação da imprensa brasileira no contexto da ditadura militar, e, especificamente, a atuação da imprensa batista durante os “anos de chumbo”. Segundo a autora, “para muitos jornalistas e para muitos jornais é mais interessante construir uma história de destemor e de lutas – sendo identificado como portadores dos anseios do público – do que revelar as aproximações que de fato têm com o poder”.⁶⁰⁸

Essa aproximação com o poder não se deu apenas no nível do discurso e, muito menos, foi pura retórica entre os batistas, pois os mesmos participaram de fato da ditadura militar, compondo seus quadros administrativos, ainda que, como já dito anteriormente, “ilhas de dissidência” tenham se mantido contrárias ao regime.

Tome-se como exemplo dessa relação íntima com o governo militar, o caso do diácono Cleriston Andrade, da Igreja Batista Sião, na Bahia. Apadrinhado político de Antônio Carlos Magalhães, Cleriston de Andrade foi procurador-geral do município de Salvador. Quando Antônio Carlos Magalhães desincompatibilizou-se do cargo de prefeito da capital baiana para concorrer às eleições de 15 de novembro de 1970, ele indicou Cleriston Andrade para substituí-lo.⁶⁰⁹ À época, tanto os governadores quanto os prefeitos das capitais dos estados brasileiros tinham que contar com a anuência do Executivo Federal.

Cleriston Andrade foi empossado no dia 2 de abril de 1970 pelo governador Luís Viana Filho, apoiado por seu padrinho político e pelos militares. Quando Antônio Carlos Magalhães assumiu o governo da Bahia, em 1971, Cleriston Andrade foi confirmado como prefeito, tendo permanecido no cargo até 1975. A notícia de sua posse foi destacada entre os batistas e, inclusive, ganhou matéria de primeira página no periódico oficial da igreja.

⁶⁰⁷ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 191.

⁶⁰⁸ *Ibid.*, p. 191.

⁶⁰⁹ Em sua dissertação de mestrado, Luciane Silva de Almeida esmiúça a aproximação que os batistas baianos tiveram com o poder executivo e legislativo na Bahia. Ela trata também, com bastante propriedade, da trajetória política de Cleriston Andrade e outras lideranças batistas durante a ditadura militar. Ver mais em ALMEIDA, Luciane Silva de. “*O comunismo é o ópio do povo*”: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia. Feira de Santana, Bahia, 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2011.

A cidade onde foi fundada a primeira Igreja Batista brasileira, a histórica e pitoresca capital da Bahia, tem hoje um Prefeito batista, o Dr. Cleriston de Andrade. (...) O Governador, Dr. Luiz Viana Filho, manifestou sua satisfação em designar o Dr. Cleriston para o cargo porque, disse, era de seu feitio “procurar os homens para os cargos e não os cargos para os amigos”. Temos, pois, à frente dos destinos de uma das mais importantes cidades do país um Prefeito batista.⁶¹⁰

O exemplo de Cleriston Andrade não foi algo singular e muito menos restrito à Bahia. As lideranças batistas motivaram a participação política de seus fiéis, e endossaram candidaturas que se assumiram como sendo representantes dos batistas e/ou dos evangélicos. Houve de fato um entusiasmo que se refletiu na eleição de parlamentares nas diversas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas do país.

Foi desse modo que José Reis Pereira encampou publicamente a defesa de candidaturas batistas para o parlamento brasileiro. Ante as eleições de 15 de novembro de 1970, ele afirmou que havia vários candidatos batistas e evangélicos em todo o país. E considerou a possibilidade de publicar nas páginas de *O Jornal Batista* o nome, o retrato e uma breve biografia desses candidatos, mas desistiu em virtude da “impossibilidade de obter informações completas”. Muito entusiasmado com a participação políticas dos batistas, o redator considerou o seguinte:

Não nos enganaremos, entretanto, se dissermos que há algumas dezenas de candidatos evangélicos e talvez uns quinze candidatos batistas a deputados estaduais e federais. Esse fato é animador, pois consideramos necessária a nossa participação no processo político do país. (...) Pensem os leitores no que seria uma Câmara cuja maioria fosse composta de crentes fiéis.⁶¹¹

Por fim, José Reis Pereira convocou todos os batistas brasileiros para comparecem às eleições e exercerem o voto, seguindo algumas recomendações: votar conscientemente, adotar critérios razoáveis para o voto, votar em crente capaz e orar antes de votar.⁶¹² Tais aspectos encontrados não apenas entre os batistas, mas também em outras igrejas evangélicas, inclusive pentecostais, a exemplo das Assembleias de Deus, demonstram de forma contundente o quanto houve de participação política evangélica muito antes da composição da Assembleia Nacional Constituinte de 1986.

⁶¹⁰ É BATISTA o novo prefeito da cidade de Salvador. *O Jornal Batista*, Ano LXX, n.º 16, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1970, p. 1.

⁶¹¹ PEREIRA, José Reis. Eleições. *O Jornal Batista*, Ano LXX, n.º 45, Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1970, p. 3.

⁶¹² Ibid.

Resisto, portanto, à ideia de que as igrejas protestantes – reformadas ou pentecostais aqui estudadas – tivessem como uma de suas características um “apoliticismo oficial”⁶¹³ até antes de 1986. A meu ver, as principais lideranças de igrejas evangélicas no Brasil motivaram a participação político-partidária de seus membros durante o período do governo militar.⁶¹⁴ E, ainda, em vez de “apoliticismo oficial” ou “absenteísmo político”, deve-se observar que o que caracterizou bastante as lideranças evangélicas nesse período foi a defesa de uma consciência política de direita, conservadora e moralista que convergiam com os interesses do regime militar. Não se deve confundir “participação política” com “participação eleitoral”. Eles podem não ter se envolvido diretamente e abertamente no processo político-eleitoral, mas isso não significa que não fizeram e participaram da política.

Entre 1971 e 1973 a redação de *O Jornal Batista* conferiu destaque aos evangélicos, especialmente batistas, que desempenhavam funções políticas e/ou na administração pública. Dalton Paranaguá, por exemplo, foi lembrado como prefeito da cidade de Londrina, Paraná, e herdeiro da trajetória política de seu pai, o ex-deputado estadual do Piauí, Augusto Paranaguá.⁶¹⁵ Menos destaque ganhou Wilson dos Santos Mendes, presidente da junta de mocidade da CBB, apresentado como prefeito da cidade de Maricá, no estado do Rio de Janeiro.⁶¹⁶

O Brasil, nas páginas de *O Jornal Batista*, era representado como um país que estava caminhando para um futuro promissor. Os batistas, por sua vez, viam-se como agentes dessa transformação, tanto na esfera política – por estar em sintonia com o governo federal, ocupando cargos públicos e elegíveis – quanto na religião, pelo avanço de seu projeto evangelístico, inclusive, entre os militares. A reciprocidade entre autoridades militares e lideranças batistas foi favorável a ambos: os primeiros eram cada vez mais vistos como

⁶¹³ Paul Freston utiliza a expressão, por exemplo, para afirmar que “a politização de algumas igrejas pentecostais, sobretudo da AD [Assembleias de Deus], a partir da cúpula substituiu o apoliticismo oficial em 1986”. FRESTON, Paul. Op. Cit., p. 225.

⁶¹⁴ O resultado das eleições de 1970 foi satisfatório aos batistas. Vários membros da igreja se candidataram, e alguns obtiveram êxito. O jovem René Dubois foi eleito prefeito da cidade de Jaguaquara, Bahia. O líder da juventude batista no Maranhão, Enoc Vieira, logo em sua primeira candidatura, foi eleito vereador para a Câmara de São Luís, aliás, segundo a reportagem, “uma vitória singular, porque, pelo sufrágio de nossa comunidade, colocamos no Legislativo Municipal, um representante”. Archimedes Custódia foi eleito prefeito da cidade fluminense de Conceição de Macabu, e Elias Coelho dos Santos, eleito presidente da Câmara de vereadores, na mesma cidade. Raphael Gioia Martins Júnior, membro da Igreja Batista Unida do Brás, foi eleito deputado estadual e, ainda, vice-presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo. Ampliato Sanches Cabral, da Igreja Batista Memorial de Duque de Caxias, foi eleito deputado estadual pelo Rio de Janeiro. Fonte: *O Jornal Batista*.

⁶¹⁵ JOVEM prefeito batista de uma grande cidade também jovem. *O Jornal Batista*, Ano LXXI, n.º 20, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1971, p. 6.

⁶¹⁶ NÓTULAS. *O Jornal Batista*, Ano LXXII, n.º 23, Rio de Janeiro, 4 de junho de 1972, p. 3.

governantes legítimos do país e mantenedores da paz, ordem e segurança; já os batistas, ganharam visibilidade institucional e espaço político no governo.

Mesmo no período mais repressivo da ditadura militar no Brasil – entre a publicação do AI-5 e o final do governo Médici, em 1974 – aqui e acolá houve demonstrações públicas da boa relação que o governo manteve com as lideranças batistas. O general Humberto de Souza Mello, comandante do II Exército, discursou algumas vezes no púlpito da Igreja Batista de Vila Mariana, em São Paulo. Em uma dessas ocasiões, a igreja foi prestigiada com a presença de autoridades políticas do alto escalão do estado.⁶¹⁷ A respeito do comandante do II Exército, a redação de *O Jornal Batista* pronunciou-se do seguinte modo:

Devemos dar graças a Deus pelo grande militar e sua exma. esposa, que dão um brilhante testemunho de fê nos círculos sociais que frequentam. O general Humberto de Souza Mello é um crente verdadeiro em Nosso Senhor Jesus Cristo e está sendo um paladino do Evangelho, pois graças a ele as mais altas autoridades civis e militares de S. Paulo estão ouvindo a respeito de Cristo.⁶¹⁸

O discurso do general foi também reproduzido, na íntegra, nas páginas do periódico batista. Caracterizado principalmente pelo ufanismo e defesa do cristianismo evangélico, o discurso do general Humberto de Souza Mello reforçou a noção de ordem política e social empreendida pelos militares desde o golpe de 1964.

A Revolução de Março de 1964, sob a inspiração de Deus, salvou o Brasil, em hora trágica para nossa pátria, do comunismo ateu, com a sua ideologia que corrompe ou inverte os valores morais e espirituais para a destruição do caráter nacional. Agora, resta-nos rogar a Deus que continue a inspirar os homens do governo, principalmente ao emérito presidente da República, o Exmo. Sr. Gen. EMILIO GARRASTAZU MÉDICI, que vem, com a clarividência do seu saber, austeridade e idealismo revolucionário, realizando a integração de nossa pátria, em todos os setores das atividades humanas e do seu extenso território.⁶¹⁹

O púlpito – neste e em outros momentos – foi o palanque que serviu aos pronunciamentos favoráveis ao governo militar. O templo, espaço sagrado onde os fiéis se reuniam para adorar o seu Deus de amor, era também o lugar por onde desfilavam incólumes agentes da repressão. Eram todos irmãos em Cristo, convictos de que estavam inspirados por Deus, sendo patriotas e desempenhando um trabalho em benefício da nação.

⁶¹⁷ Por ocasião do culto pela Pátria na Igreja Batista de Vila Mariana, estavam entre os presentes: o governador do estado de São Paulo, Laudo Natel; o prefeito de São Paulo, José Carlos Figueiredo Ferraz; o presidente da Assembleia Legislativa, Jacob Pedro Carolo; além de diversos generais, secretários de estado e do município, juizes, diplomatas e assessores.

⁶¹⁸ CULTO pela pátria em Vila Mariana. *O Jornal Batista*, Ano LXXII, n.º 28, Rio de Janeiro, 9 de julho de 1972, p. 1.

⁶¹⁹ Ibid.

Templo, púlpito e jornal foram espaços institucionais batistas que contribuíram para a construção de uma memória em prol dos militares. Os generais presidentes foram constantemente lembrados como os “salvadores da pátria”, e o golpe de 1964 era recordado como o início de um processo revolucionário que trouxe o Brasil de volta aos eixos da política e da economia.

A memória (com)partilhada institucionalmente entre os batistas – a despeito das experiências individuais vividas – negou as torturas e perseguições realizadas pela ditadura, silenciou as ilhas de dissidência no interior da igreja e evocou os benefícios sociais e econômicos alcançados pelo governo militar. A memória construída sobre o tempo presente selecionou, também de forma institucionalizada, o que deveria ou não ser lembrado no futuro.

As datas comemorativas nacionais serviram bastante para consolidar entre os batistas – assim como em outros setores da sociedade – a rememoração de eventos que guardariam relação com o tempo presente. Eventos como, por exemplo, a Independência do Brasil, a Proclamação da República, eram rememorados para explicar o passado glorioso e destemido da nação brasileira, mas, também, cumpriam a função de dar sentido histórico ao papel desempenhado pelos militares no tempo presente.

Em setembro de 1972, por ocasião do sesquicentenário da Independência do Brasil, a direção de *O Jornal Batista* publicou, em primeira página, uma foto do imperador d. Pedro I ao lado do general Emílio Garrastazu Médici. Entre as duas imagens, havia o brasão da república brasileira.

A foto de D. Pedro I veio acompanhada por um texto que ressaltou seu amor profundo pelo Brasil. Descrito como um homem “dotado de extraordinária coragem pessoal”, afirmou-se que aquele jovem – cujo nome não foi citado em nenhum momento do texto publicado no jornal – “praticamente sozinho debelou movimentos de revoltas”.⁶²⁰ Foi esse o indivíduo responsável pelo grito do Ipiranga e também por “desencadear em Portugal a luta contra o absolutismo”. Por sua vez, a foto de Médici dizia o seguinte:

Antes de 1969 pouca gente o conhecia fora dos círculos militares. De lá saiu para assumir a Presidência da República e começou a surpreender e impressionar desde o seu primeiro discurso. (...) Sob sua direção segura e firme estamos vencendo a batalha da inflação. (...) Homenageamos neste número o General Emílio Garrastazu Médici, nosso presidente e exortamos nossos leitores a que nestes dias de júbilo cívico não se esqueçam das recomendações da palavra de Deus quanto ao respeito pelas autoridades.⁶²¹

⁶²⁰ SESQUICENTENÁRIO da independência do Brasil. *O Jornal Batista*, Ano LXXII, n.º 37, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1972, p. 1.

⁶²¹ Ibid.

Passado e presente, portanto, foram estrategicamente combinados numa operação que evocou a memória nacional de um imperador que interessava às circunstâncias daquela época. Não foi o imperador D. Pedro II a figura lembrada – uma vez que este foi o rei deposto pelos militares. Interessava lembrar D. Pedro I, o que rompeu laços com o colonialismo português, inscrevendo o Brasil no rol das nações independentes. Na operação de memória traçada pelos redatores de *O Jornal Batista*, D. Pedro I não abandonou o Brasil para reclamar a coroa portuguesa, mas foi lutar em Portugal contra o absolutismo.

A rememoração desse evento histórico – Independência do Brasil – utilizou-se de elementos também identificáveis no tempo presente: um homem, sua coragem, uma nação independente. D. Pedro I e o general Garrastazu Médici foram assim identificados na página de *O Jornal Batista* como lideranças nacionais equivalentes. Ambos, praticamente sozinhos e nutridos de um profundo amor por seu país, lutaram contra regimes autoritários, tornando-se heróis do povo.

Se, por um lado, o periódico contribuiu para a construção de uma memória favorável aos militares, por outro, os templos batistas revestiram-lhes de sacralidade. Os militares tornaram-se cada vez mais assíduos frequentadores de templos batistas contribuindo para que fossem muito benquistos na comunidade de fiéis. Na perspectiva das lideranças batistas, os militares não estavam ali para vigiar as pessoas, mas para co-participarem das mesmas experiências religiosas da comunidade. Desse modo, tentou-se alcançar “ovelhas de outros apriscos” e, ainda, reforçar os laços de solidariedade entre a ditadura e as Igrejas Batistas.

Na cidade de Santos, em São Paulo, por exemplo, um culto cívico foi celebrado “procurando homenagear as gloriosas tropas brasileiras”.⁶²² Segundo a reportagem, “vários contatos foram efetuados no sentido de comparecerem àquele ato todas as autoridades da cidade”.⁶²³ O êxito foi total. Compareceram ao culto na Igreja Batista, o Interventor Federal de Santos, general Clóvis Bandeira Brasil, e o comandante da Praça Militar de Santos, general Geraldo Magarinos de S. Leão.

O pastor da Primeira Igreja Batista de Santos, Eliseu Ximenes, fez um pronunciamento “transmitindo, em nome dos batistas da cidade, a gratidão às Forças Armadas, que zelam pela segurança do país e lideram nossa Pátria nesses momentos decisivos para a colocação de liderança em todo o país”.⁶²⁴

⁶²² CULTOS cívico-religiosos na primeira igreja batista de Santos. *O Jornal Batista*, Ano LXXII, n.º 37, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1972, p. 13.

⁶²³ Ibid.

⁶²⁴ Ibid.

As visitas simbolizaram, de um lado, o apoio dado pelos evangélicos batistas aos militares e, de outro, apontaram para a objetividade desse apoio: o governo era legítimo, democrático, cristão e, ainda, favorável aos evangélicos. Uma reportagem assinada por Martha Hairston cobriu a presença de leigos e pastores batistas nos quartéis do IV Exército, sediado em Pernambuco.⁶²⁵ Outra reportagem destacou que “a Primeira Igreja Batista de Niterói está em todos os lugares. Agora ela entrou, também, na Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, cujo titular é o coronel Geraldo de Araújo Ferreira Braga”.⁶²⁶

As notícias sobre a presença de evangélicos na política brasileira foram bastante destacadas nas páginas de *O Jornal Batista* durante os anos de repressão. Mario Ribeiro Martins escreveu um artigo – aliás, com bastante atraso – sobre a nomeação de Eraldo Gueiros Leite, filho de família presbiteriana, para o cargo de governador de Pernambuco.⁶²⁷ Outra notícia deu conta de que o deputado evangélico, Antônio Teixeira, tinha sido eleito 1º vice-presidente da Assembleia Legislativa do Pará.⁶²⁸

Embora o redator-chefe enfatizasse que o periódico não era uma “tribuna livre”,⁶²⁹ as notícias e artigos de cunho político eram cada vez mais raros. No entanto, de forma alguma a direção da CBB acusou o governo de impor qualquer tipo de censura ao seu jornal oficial. Pelo contrário, o redator-chefe afirmou que,

quanto à liberdade de imprensa esclarecemos mais uma vez que liberdade de imprensa é a liberdade que tem um jornal de informar e de se expressar sem coação externa. Não é a liberdade de cada um ver publicado no jornal um artigo que lhe mande. Insistamos: liberdade do jornal e não de um colaborador eventual. Assim, quando recusamos um artigo que não consideramos apropriado, não estamos de maneira nenhuma ferindo a liberdade de imprensa. Mas, se o governo ou qualquer outra entidade estranha às nossas igrejas nos impedisse de publicar qualquer matéria, aí então sim a liberdade de imprensa estaria sendo ferida. A liberdade é da imprensa e não dos que querem ser dela ou se valer dela.⁶³⁰

⁶²⁵ HAIRSTON, Martha. Independência e vida para o militar. *O Jornal Batista*, Ano LXXII, n.º 44, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1972, p. 6. A reportagem trouxe dados estatísticos sobre a quantidade de militares que assistiram aos cultos nos quartéis de Pernambuco. Em 1970 foram 4 quartéis visitados, com 415 presentes, enquanto que em 1972 esse número passou para 5.000 presentes e 31 cultos realizados.

⁶²⁶ A FOTO em foco. *O Jornal Batista*, Ano LXXII, n.º 48, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1972, p. 3. A reportagem destacou que o major Jayme Alves do Reis – primeiro-secretário da igreja Batista em Niterói – era auxiliar de gabinete do secretário de segurança do Estado do Rio de Janeiro. A foto mostrava o major lendo a Bíblia para o coronel Geraldo Braga.

⁶²⁷ MARTINS, Mario Ribeiro. De superintendente da escola bíblica dominical a governador do estado. *O Jornal Batista*, Ano LXXIII, n.º 17, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1973, p. 1.

⁶²⁸ NÓTULAS. *O Jornal Batista*, Ano LXXIII, n.º 20, Rio de Janeiro, 20 de maio de 1973, p. 3.

⁶²⁹ Em editorial, José Reis Pereira reafirmou em 1973 que “sendo o jornal da Convenção Batista Brasileira e estando sua orientação submetida ao crivo das assembleias da Convenção, entende-se que à Convenção é que devemos prestar contas e que ela é responsável pela nossa política editorial, desde que a aprova”. PEREIRA, José Reis. O jornal dos batistas brasileiros. *O Jornal Batista*, Ano LXXIII, n.º 28, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1973, p. 3.

⁶³⁰ Ibid.

Desse modo, José Reis Pereira deixou de forma muito clara e contundente que a liberdade de imprensa concedida pelo governo permitiu que a direção de *O Jornal Batista* fizesse suas próprias escolhas. As análises superficiais e o enaltecimento das forças armadas foram características políticas da linha editorial de *O Jornal Batista* durante a fase em que José Reis Pereira centralizou a opinião da igreja, o que o tornou uma espécie de voz oficial da instituição.

As ilhas de dissidência tinham sido completamente silenciadas ou expurgadas da igreja. O apoio ao regime, mesmo em sua fase mais dura, tinha sido declarado. Completados dez anos à frente de *O Jornal Batista*, José Reis Pereira ao lado de outras lideranças, tinha deixado uma nódoa que marcou profundamente as Igrejas Batistas no Brasil: a aversão ao ecumenismo e ao engajamento político de esquerda.

3.5. A abertura política

A posse do general Ernesto Geisel na presidência da República teve pouca repercussão entre os batistas, quando comparada à dos demais presidentes. Algo bastante estranho, sobretudo por se tratar da ascensão de um evangélico ao maior cargo político do país. Uma foto do presidente acompanhada de um breve texto expondo sua carreira política e militar foi publicada n' *O Jornal Batista*:

Luterano, o General Ernesto Geisel é o primeiro presidente que ascende à magistratura da nação brasileira. Eis um motivo a mais para que, em obediência aos preceitos bíblicos, elevemos a Deus constantes orações a seu favor, a fim de que seu governo seja próspero e feliz em todos os sentidos.⁶³¹

A identificação com Geisel parece não ter ocorrido entre os batistas. Praticamente não houve comentários a respeito de sua atuação. Mas isto não significou que as lideranças batistas tenham alterado a linha editorial de seu principal veículo de comunicação, muito menos promovido um absentismo político.

Ainda em 1974, a direção de *O Jornal Batista* festejou a quantidade de batistas e outros evangélicos eleitos para cargos no legislativo e executivo nos níveis municipal, estadual e federal.

No pleito de 15 de novembro 5 batistas foram eleitos para a Câmara Federal: Joel Ferreira e Antunes de Oliveira (MDB), Amazonas; Edgar Martins (MDB) e Gióia

⁶³¹ NOVO presidente da república. *O Jornal Batista*, Ano LXXIV, n.º 11, Rio de Janeiro, 17 de março de 1974, p. 1.

Júnior⁶³² (ARENA), São Paulo, e Daniel Silva⁶³³ (MDB), Guanabara. Para as Assembleias Legislativas foram eleitos 4: Edésio Frias (MDB) e José Miguel (ARENA), Guanabara; Josias D'Ávila (ARENA), Rio de Janeiro e Luiz Batista (MDB), Espírito Santo.⁶³⁴

Alguns nomes de candidatos batistas eleitos em 1974 foram lembrados posteriormente e inseridos em edições seguintes. Foi o caso do líder da Juventude Batista do Maranhão, o leigo Enoc Vieira,⁶³⁵ eleito pela primeira vez para a Assembleia Legislativa do estado do Maranhão, na legenda ARENA.⁶³⁶ E também de Natanael Bento Rodrigues, reeleito deputado estadual para a Assembleia Legislativa do estado do Amazonas.⁶³⁷

⁶³² Rafael Gióia Martins Júnior nasceu em Campinas, São Paulo, em 9 de agosto de 1931. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Vale do Paraíba. Radialista e produtor de televisão, começou sua carreira política na capital paulista em 1964, como vereador, atuando na Câmara Municipal como líder do governo na gestão do prefeito José Vicente de Faria Lima. Em 1966, elegeu-se deputado estadual pelo MDB, sendo reeleito em 1970. Mas, em novembro de 1974, foi eleito deputado federal por São Paulo, dessa vez pela ARENA. Reelegeu-se pela mesma legenda em 1978 e, com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao PDS, legenda na qual foi reeleito para a Câmara federal em 1982. Em 1986, tentou reeleger-se pelo PDS, mas não obteve êxito. Rafael Gióia frequentou desde cedo a Igreja Batista, pois seu pai era pastor, assim como o seu irmão. Ele, no entanto, foi apenas diácono. Apesar de sua trajetória política e de sua carreira no rádio e na TV, durante o período de 1964 a 1985 foram poucas as notícias com referência ao seu nome n' *O Jornal Batista*. Foi muito mais lembrado como poeta do que como político. Faleceu no dia 4 de abril de 1996, em São Paulo. Fonte: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. Dados biográficos de Rafael Gióia Martins Júnior. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> . Acesso em: 20 ago. 2015.

⁶³³ Daniel da Silva Filho nasceu no antigo estado da Guanabara, no dia 16 de janeiro de 1939. Ajudou a fundar o Colégio Batista de Campo Grande ligado à igreja que frequentava. Licenciou-se em geografia e estudos sociais em 1966. Tornou-se pastor da Igreja Batista e, em 1970, fundou sua própria instituição de ensino, o Colégio Lima e Silva, no Rio de Janeiro. Concorreu na legenda do MDB às eleições de novembro de 1970, mas não obteve êxito. Entretanto, exerceu no governo de Chagas Freitas – eleito pela Assembleia Legislativa, em outubro de 1970, governador do estado da Guanabara –, as funções de assistente do coordenador das Administrações Locais. Em 1974 elegeu-se deputado federal pelo novo estado do Rio de Janeiro, na legenda do MDB, sendo reeleito em 1978. Com a reformulação partidária, em 1979, filiou-se ao Partido Popular (PP). Concorreu à reeleição, em 1982, mas pelo PMDB, obtendo apenas uma suplência. Em janeiro de 1983, ao terminar seu mandato, deixou a Câmara dos Deputados. Fonte: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. Dados biográficos de Daniel da Silva Filho. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> . Acesso em: 20 ago. 2015.

⁶³⁴ NÓTULAS. *O Jornal Batista*, Ano LXXIV, n.º 52, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1974, p. 3.

⁶³⁵ Enoc Vieira nasceu no povoado de Bom Princípio, município de Esperantinópolis, interior do estado do Maranhão, em 07 de janeiro de 1938. Seus pais eram evangélicos, e frequentavam uma Igreja Batista no município de Bernardo do Mearim. Ele converteu-se ainda cedo na Igreja Batista. Ingressou, em 1964, na Faculdade de Direito, em São Luís, bacharelando-se em 1968. Em 1970 foi eleito vereador em São Luís, pela ARENA. Elegeu-se em novembro de 1974 para a Assembleia Legislativa do Maranhão, na mesma legenda onde também se reelegeu, em 1978. Com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao PDS e, em novembro de 1982, foi eleito deputado federal. Em 1986, reelegeu-se deputado federal, dessa vez pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Deixou a Câmara dos Deputados no fim de janeiro de 1991, quando encerrou o seu mandato para dedicar-se exclusivamente ao cargo de pastor da Segunda Igreja Batista de São Luís. Fontes: Entrevista concedida ao autor, em 06 de agosto de 2012; CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. Dados biográficos de Enoc Almeida Vieira. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> . Acesso em: 02 set. 2015.

⁶³⁶ NÓTULAS. *O Jornal Batista*, Ano LXXV, n.º 4, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1975, p. 3.

⁶³⁷ NÓTULAS. *O Jornal Batista*, Ano LXXV, n.º 6, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1975, p. 3.

A maioria das informações de batistas – bem como de evangélicos de outras denominações – disputando eleições federais, estaduais, mas, principalmente, as municipais dependiam muito de terceiros ou da própria manifestação do candidato eleito dando conta disto para a redação de *O Jornal Batista*. Sendo assim, é provável que esse número de candidatos evangélicos, pelo menos no que diz respeito à quantidade de vereadores e prefeitos municipais de cidades interioranas, deva ser bem maior do que se tem conhecimento.

Contudo, quando se tratava de cargos de maior visibilidade, a informação não passava despercebida pela redação. Uma matéria bastante extensa comemorou o fato de Henocho da Silva Reis ter sido eleito governador do estado do Amazonas. Ele era membro da Primeira Igreja Batista de Manaus.

Já tivemos batistas senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. É esta a primeira vez que temos um batista na governança de um estado. É um fato importante. Aliás, neste ano, é grande o número de batistas em posições políticas de importância.⁶³⁸

A trajetória política de Henocho Reis se parece um pouco com a de vários políticos brasileiros. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Amazonas e, logo em seguida, envolveu-se com a política em sua cidade natal. Mais adiante, em junho de 1974, Henocho Reis teve seu nome indicado para o governo do Amazonas pelo então presidente da ARENA, Petrônio Portela, e confirmado pelo presidente Ernesto Geisel. Sua eleição não expressou a vontade dos evangélicos por meio das urnas, uma vez que naquele período cabia às assembleias legislativas eleger o governador de seus respectivos estados. A eleição de Henocho Reis, portanto, expressou a articulação do governo federal com os parlamentares locais, o que não deixa de demonstrar o seu prestígio político, tanto na esfera federal quanto estadual.

Ser evangélico, nesse caso, não contou como elemento para a definição do voto dos parlamentares do estado do Amazonas em favor de Henocho Reis. No entanto, para os evangélicos e, principalmente, para os batistas, sua eleição – ainda que indireta – ensejou ainda mais a participação deste segmento religioso na política partidária. Entendeu-se de uma vez por todas que os evangélicos poderiam oferecer quadros para a administração do país, e em seus diversos níveis.⁶³⁹

⁶³⁸ PELA primeira vez um pastor batista se torna governador de estado. *O Jornal Batista*, Ano LXXV, n.º 7, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1975, p. 1.

⁶³⁹ Para não me exceder nos diversos exemplos, alguns deles inclusive já citados, destaco o do pastor batista Nilson do Amaral Fanini que, em 1975, assumiu uma cadeira no conselho de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, nomeado pelo governador do estado, Almirante Faria Lima. UMA FOTO em foco. *O Jornal Batista*, Ano LXXV, n.º 27, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1975, p. 3.



Fig. 11 – Reportagem: “1822 - 1972”. O Jornal Batista, 10 de setembro de 1972. Dom Pedro I e Emílio Garrastazu Médici, ambos sendo representados como líderes extraordinários. O passado explicava o presente: o Brasil era um país livre!

O JORNAL BATISTA
 Organ Oficial da Convenção Batista Brasileira / Associação Brasileira de Notícias
EXPIEDIENTE
 Diretor: **W. S. STEPHENSON** Diretor de Redação: **OSWALDO GOMES DE OLIVEIRA**
 Publicação de Textos de Educação Religiosa e Publicações de Caráter Social, Científico e Literário.
 Preço: Para Avulso: Cr\$ 1,00 Cr\$ 1,00
 Anual: Cr\$ 10,00 Cr\$ 10,00
 Semestral: Cr\$ 5,00 Cr\$ 5,00
 Mensal: Cr\$ 1,00 Cr\$ 1,00
 Publicação: 20 de Setembro
 Endereço: Rua São João, 100 - Centro, Rio de Janeiro, RJ - Brasil
 Telefone: (21) 206-1111

JORNAL DO Secretário
UMA FOTO EM FOCO

 O pastor batista brasileiro mais conhecido e mais querido do Brasil e do mundo, o pastor batista brasileiro mais conhecido e mais querido do Brasil e do mundo, o pastor batista brasileiro mais conhecido e mais querido do Brasil e do mundo...
NOTÍCIAS
 • Inauguração do templo batista em São Paulo, SP - 10 de Outubro de 1975.
 • O pastor batista brasileiro mais conhecido e mais querido do Brasil e do mundo...

DECLARAÇÃO DE BENS
 O declarante de bens e seu cônjuge ou companheiro de vida em comum, declaro que não possui bens, móveis ou imóveis, que possam ser considerados de propriedade de terceiros. Não há bens em nome de terceiros que possam ser considerados de propriedade de terceiros. Não há bens em nome de terceiros que possam ser considerados de propriedade de terceiros. Não há bens em nome de terceiros que possam ser considerados de propriedade de terceiros.

AINDA SOBRE NOSSOS LIVROS
 Estamos no mercado de "O Dia da Libertação" e outros livros...
IGREJA DE DOIS MIL ANOS?
 Mais de dois mil anos de história e tradição batista...
2.675 IGREJAS

Fig. 12 – Reportagem: “Uma foto em foco”. *O Jornal Batista*, 6 de julho de 1975, p. 3. O pastor Nilson Fanini ao lado do governador do estado do Rio de Janeiro, Almirante Faria Lima. Nilson Fanini havia sido designado para compor o Conselho Estadual de Cultura do estado recém-criado. As lideranças batistas entusiasmaram-se em oferecer quadros para a administração pública.

O JORNAL BATISTA
 Organ Oficial da Convenção Batista Brasileira / Associação Brasileira de Notícias
EXPIEDIENTE
 Diretor: **W. S. STEPHENSON** Diretor de Redação: **OSWALDO GOMES DE OLIVEIRA**
 Publicação de Textos de Educação Religiosa e Publicações de Caráter Social, Científico e Literário.
 Preço: Para Avulso: Cr\$ 1,00 Cr\$ 1,00
 Anual: Cr\$ 10,00 Cr\$ 10,00
 Semestral: Cr\$ 5,00 Cr\$ 5,00
 Mensal: Cr\$ 1,00 Cr\$ 1,00
 Publicação: 20 de Setembro
 Endereço: Rua São João, 100 - Centro, Rio de Janeiro, RJ - Brasil
 Telefone: (21) 206-1111

JORNAL DO Secretário
UMA FOTO EM FOCO

 O presidente da Aliança Batista Mundial em visita ao general Augusto Pinochet, ditador do Chile. Batistas italianos protestaram contra esta foto de David Wong ao lado de Augusto Pinochet. Mas, para os diretores do jornal, “a visita de Wong não teve conotação política: ofereceu-se a oportunidade e ele foi ao palácio”.
NOTÍCIAS
 • O presidente da Aliança Batista Mundial em visita ao general Augusto Pinochet, ditador do Chile. Batistas italianos protestaram contra esta foto de David Wong ao lado de Augusto Pinochet. Mas, para os diretores do jornal, “a visita de Wong não teve conotação política: ofereceu-se a oportunidade e ele foi ao palácio”.

IGREJA DE DOIS MIL ANOS?
 Mais de dois mil anos de história e tradição batista...
2.675 IGREJAS

Fig. 13 – Reportagem: “Uma foto em foco”. *O Jornal Batista*, 17 de outubro de 1976, p. 3. O presidente da Aliança Batista Mundial em visita ao general Augusto Pinochet, ditador do Chile. Batistas italianos protestaram contra esta foto de David Wong ao lado de Augusto Pinochet. Mas, para os diretores do jornal, “a visita de Wong não teve conotação política: ofereceu-se a oportunidade e ele foi ao palácio”.

Parece-me muito claro que os evangélicos, independentemente da igreja à qual estavam vinculados, pretenderam uma representatividade político-partidária que lhes fosse favorável. Talvez o exemplo mais claro a respeito disto esteja no debate em torno da lei de aprovação do divórcio, quando vários parlamentares, sobretudo evangélicos, foram pressionados a votar contra a aprovação da emenda constitucional.

Para a CBB, bem como para a maioria dos pastores batistas, “o casamento é primariamente uma instituição religiosa”, e, nessa condição, o assunto não poderia ser tratado apenas do ponto de vista do código civil. O projeto de emenda constitucional provocou certa ranhura na relação dos batistas com o governo, mas, principalmente, com os parlamentares evangélicos, sobretudo batistas.⁶⁴⁰

Houve, ainda, um descompasso muito grande entre as lideranças evangélicas conservadoras que se colocaram contra a instituição do divórcio no Brasil, e os parlamentares evangélicos que atuaram no Congresso Nacional em favor da aprovação da lei do divórcio. O tema foi bastante debatido entre os batistas.

José Reis Pereira comentou que “caberá aos deputados evangélicos procederem com toda a vigilância. (...) A votação de uma lei muito ampla permitindo o divórcio deverá trazer problemas graves para a disciplina de nossas igrejas”.⁶⁴¹ Assim, tentou-se criar na comunidade batista uma expectativa sobre qual seria a posição dos parlamentares evangélicos, principalmente entre aqueles que se beneficiavam de redutos eleitorais formados por fiéis batistas.

Vários artigos foram publicados durante o ano e praticamente reproduziram a mesma opinião do pastor William de Souza, segundo a qual todas as leis (municipal, estadual e federal) eram humanas e não poderiam contrariar as leis divinas.⁶⁴² Entretanto, a despeito da pressão de vários pastores e leigos batistas, a emenda constitucional foi aprovada, demonstrando, desse modo, a anuência do governo federal para com o projeto, bem como as incongruências – ainda que circunstanciais – entre deputados/senadores evangélicos e igrejas evangélicas.

A aprovação da lei do divórcio no Brasil nos permite observar que nem sempre a posição assumida por parlamentares evangélicos expressa a opinião de suas bases,

⁶⁴⁰ José Reis Pereira fez questão de destacar que “o primeiro signatário do projeto é um deputado evangélico e a maioria dos outros deputados evangélicos, inclusive quatro batistas, o acompanha”. PEREIRA, José Reis. Vem aí o divórcio. *O Jornal Batista*, Ano LXXV, n.º 12, Rio de Janeiro, 23 de março de 1975, p. 3.

⁶⁴¹ PEREIRA, José Reis. Virá o divórcio? *O Jornal Batista*, Ano LXXVII, n.º 22, Rio de Janeiro, 29 de maio de 1977, p. 3.

⁶⁴² SOUZA, William de. Divórcio – lei para homem de coração duro. *O Jornal Batista*, Ano LXXVII, n.º 28 Rio de Janeiro, 10 de julho de 1977, p. 2.

principalmente quando estas se encontram equitativamente divididas em relação a um determinado tema, como foi o caso da emenda do divórcio. Também é preciso levar em consideração as circunstâncias das estratégias político-partidárias engendradas no Congresso Nacional. Às vezes, a orientação política de um partido ou bancada pode ser muito mais decisiva do que a orientação religiosa de um parlamentar, principalmente quando se está em negociação com o governo.

Nos últimos anos do mandato presidencial do general Ernesto Geisel, houve um recrudescimento das manifestações pela redemocratização do país. Esses movimentos, expressados através de passeatas estudantis, comitês de anistia e jornais alternativos, denunciaram desaparecimentos, assassinatos e torturas provocadas pelo regime. Tentou-se assim chamar a atenção da opinião pública para lutar pela redemocratização do país.

Embora o caso do jornalista Vladimir Herzog – morto em 1975 nas dependências do quartel general do II Exército – e o exílio forçoso de Lysâneas Maciel – evangélico e deputado federal pelo MDB do Rio de Janeiro, cassado em 1976 – tenham demonstrado que o processo de abertura, apesar de “lento” e “gradual” não havia renegado sua face duramente repressora, as lideranças batistas mantiveram seu apoio aos militares, mesmo em temas espinhosos como, por exemplo, a tortura no Brasil.

José Reis Pereira, por meio de um editorial no qual ele próprio afirmou que “expressa bem a opinião do povo batista”,⁶⁴³ fez uma análise sobre as “acusações de vários presos políticos” sobre “certo setor do Exército que teria aplicado nesses presos violentas torturas, a fim de que confessassem seus envolvimento com o comunismo”.⁶⁴⁴

Para José Reis Pereira, a tortura era uma prática remota, bastante executada no período da Idade Média pela Igreja Católica que, entre outras coisas, criou a Inquisição. Segundo o redator, “os métodos inquisitoriais foram ressuscitados pelos comunistas e pelos nazistas” e que “não é segredo para ninguém que os regimes comunistas adotam a tortura como sistema”.⁶⁴⁵

⁶⁴³ PEREIRA, José Reis. Torturas. *O Jornal Batista*, Ano LXXVII, n.º 48, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1977, p. 3.

⁶⁴⁴ Ibid.

⁶⁴⁵ Ibid. O assunto veio novamente à tona em 1985, em razão do lançamento do livro “Brasil: nunca mais”, organizado por Dom Paulo Evaristo Arns e o pastor protestante Jaime Wright, e que revelou os atos de tortura praticados e mantidos pelo aparelho repressivo do Estado brasileiro. José Reis Pereira comentou o assunto por meio de um editorial onde afirmou que “há engano em dizer que a tortura caracterizou o regime inaugurado em 1964. Ela vem de muito antes no Brasil” e que “torturar prisioneiros é mau costume antigo neste nosso Brasil”. Entretanto, mais uma vez, ele não afirmou se a tortura tinha sido praticada pelos agentes do Estado brasileiro durante o regime militar. Em vez disso, ressaltou que a mesma Igreja Católica que estava envolvida com a publicação desse livro foi a responsável por práticas de tortura que caracterizaram o período conhecido na história como Inquisição. Por fim, ironizando o título do livro que foi organizado por dom Paulo Evaristo Arns e

A análise de José Reis Pereira não colocou o governo sob suspeita quanto ao uso da tortura nos interrogatórios promovidos pelos agentes de Estado. Em vez disso, o redator ressaltou que tais práticas eram executadas em países comunistas e, com isso, pretendeu demonstrar a contradição no discurso daqueles que defendiam o comunismo e condenavam a tortura. Não somente aqui como em outras ocasiões, as lideranças batistas sustentaram seu apoio ao governo militar, indo na contramão dos movimentos sociais que ganharam corpo no final da década de 1970.

3.6. A primavera não veio: os batistas e a redemocratização do Brasil

Já no governo de João Batista Figueiredo, nada foi publicado em torno das manifestações que reivindicaram a anistia aos presos e exilados políticos brasileiros. Nenhum editorial, artigo ou comentário sobre o assunto. Um silêncio idêntico aos que se operaram entre outros jornais evangélicos a exemplo de o *Mensageiro da Paz*, que, talvez, simbolize o luto destas denominações em ver que antigos desafetos – sobretudo os comunistas – retornaram ao país com seus direitos respeitados.

Essa me parece ter sido a impressão causada pelo menos por dois editoriais assinados por José Reis Pereira durante aquele momento no país. No primeiro, ele explicou aos seus leitores que “Gregório Bezerra,⁶⁴⁶ o líder comunista brasileiro, recém chegado do exílio, resolveu ir à catedral de S. Paulo, onde o arcebispo Paulo Evaristo Arns rezava missa”.⁶⁴⁷ O gesto de Gregório Bezerra que, na ocasião, entregou flores a Dom Paulo Evaristo Arns foi interpretado por José Reis Pereira como sendo “um gesto político, muito próprio dessa mui solerte política comunista que em matéria de astúcia só encontra paralelo com a Igreja Católica Romana”.⁶⁴⁸

o reverendo Jaime Wright, ele concluiu que “enquanto o Evangelho de Jesus Cristo não dominar a vida brasileira, dizer que nunca mais haverá tortura é excessivo otimismo”. PEREIRA, José Reis. Tortura: nunca mais? *O Jornal Batista*, Ano LXXXV, n.º 46, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1985, p. 3.

⁶⁴⁶ Gregório Lourenço Bezerra foi um dos principais militantes comunistas do Brasil, e também um dos mais perseguidos, desde a década de 1930, quando filiou-se ao PCB. Foi preso e torturado por diversas vezes. Em 1964, no mesmo dia em que se deu início o golpe, ele foi preso, violentado e amarrado pelo pescoço, sendo arrastado pelas ruas de Recife. À época, Gregório tinha 64 anos de idade. Um livro autobiográfico foi publicado em 2011, onde ele relata muito de sua trajetória como militante comunista. Ver mais em BEZERRA, Gregório. *Memórias: Gregório Bezerra*. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁶⁴⁷ PEREIRA, José Reis. As flores do arcebispo. *O Jornal Batista*, Ano LXXIX, n.º 43, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1979, p. 3. José Reis Pereira condenou não apenas Gregório como também Dom Paulo Evaristo Arns, pois este último tinha se pronunciado publicamente afirmando que Gregório Bezerra fazia parte do “rebanho, do povo de Deus”. Para José Reis Pereira, “dizer que um ateu confesso faz parte do povo de Deus é levar muito longe a política da mão estendida”.

⁶⁴⁸ Ibid.

A mesma posição foi assumida em relação ao retorno de Luís Carlos Prestes, após vários anos no exílio. Em tom irônico, José Reis Pereira comentou que o “chefe comunista” tinha declarado que seu retorno foi em razão de “combater a ditadura existente no Brasil”.⁶⁴⁹

Indignado, Reis Pereira escreveu o seguinte:

Pois bem, Prestes vem da Rússia e chega ao Brasil onde há tanta liberdade de imprensa que ele foi entrevistado e suas declarações publicadas; onde a censura ao livro (em muitos casos justificadíssima) está praticamente suspensa e toda espécie de livros vêm sendo publicado, inclusive os de combate ao governo; onde há um Congresso em funcionamento com representante de dois partidos; onde há a máxima liberdade religiosa. Afinal, o que é que Prestes vem combater? Ou melhor, que autoridade moral tem esse adepto de uma ditadura real, arbitrária, cruel, inescrupulosa de falar em ditadura?⁶⁵⁰

Os argumentos de José Reis Pereira são importantes à medida que também expõem como o regime foi encarado e interpretado de forma diversa por uma parcela significativa da população brasileira. Ainda que Giorgio Agamben demonstre que uma das características essenciais do estado de exceção é a abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário,⁶⁵¹ há quem entenda que o simples funcionamento destas instituições sirva com prova de que um regime político é democrático.

É compreensível que pessoas como José Reis Pereira, a exemplo de outros tantos brasileiros, tenham afirmado categoricamente que o Brasil não vivia uma ditadura por apresentar elementos visíveis de uma democracia liberal: eleições (direta e indireta), ausência de censura prévia, poderes Legislativo e Judiciário em funcionamento, só para citar alguns exemplos. Sobre José Reis Pereira não pesa o ônus da formação acadêmica.

Mas é preciso recordar que, entre 1964 e 1985, tanto o Legislativo quanto o Judiciário estiveram subordinados a uma instituição: as Forças Armadas. Elas é que detinham o poder político. Tanto assim que, quando parlamentares ou juízes tentaram ser independentes em relação ao executivo federal, foram vítimas de retaliações, por meio de cassações e/ou de aposentadorias compulsórias. Manifestações estudantis continuaram sendo objeto de dura repressão. Exemplo disto foi a repressão à greve de estudantes na capital do Maranhão, no mês de setembro de 1979, e que, por cerca de dez dias, teve o centro da cidade de São Luís como palco de uma violência exacerbada por parte de policiais militares sobre os estudantes.⁶⁵²

⁶⁴⁹ PEREIRA, José Reis. Lavagem cerebral. *O Jornal Batista*, Ano LXXIX, n.º 46, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1979, p. 3.

⁶⁵⁰ Ibid.

⁶⁵¹ AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 17.

⁶⁵² O motivo da greve dos estudantes foi a reivindicação da adoção de meia passagem para acesso aos ônibus da capital maranhense. Tanto o governo do estado do Maranhão quanto do município de São Luís mantiveram-se

Por esta razão penso que é preciso ter cuidado com interpretações que retiram ou tentam diminuir o autoritarismo, a arbitrariedade e a violência utilizada pelo Estado, em seus três níveis – federal, estadual e municipal –, sobretudo quando confrontado por movimentos democráticos que reclamavam direitos. Além disso, é preciso ter cautela quanto a leituras que exacerbam o retorno do Brasil à plena democracia no final da década de 1970.

Já no início dos anos 1980, os pastores batistas se voltaram contra a Teologia da Libertação por meio de artigos e editoriais. Para a maioria deles, tratava-se de uma teologia baseada em Marx e, portanto, a ser combatida. O pastor Daniel R. Guimarães escreveu dois artigos extensos sobre o assunto, onde tentou explicar as características dessa teologia. Em sua opinião “a Teologia da Libertação é apenas uma forma avançada da doutrina católica das ‘boas obras’, escrita com roupa nova, atendendo ao anseio dos incautos”.⁶⁵³ Por sua vez, José Reis Pereira referiu-se ao assunto nos seguintes termos:

Tem tido certa voga nos últimos tempos a chamada “teologia da libertação”. Sua inspiração é marxista. Do lado comunista os “teólogos da libertação” são vistos com muito bons olhos. São aliados. Para usar um termo antigo, o que eles são é “inocentes úteis”. Porque estão fazendo o jogo do comunismo, preparando o caminho para a sua implantação e domínio, abalando as resistências normais existentes no cristianismo.⁶⁵⁴

O cerne da crítica à Teologia da Libertação por parte dos pastores batistas parece convergir para a mesma opinião que nutriam os fiéis das Assembleias de Deus a respeito do assunto. Para ambos, tratava-se de uma corrente teológica muito simpática ao marxismo/comunismo e que orientava o engajamento político de esquerda no interior das igrejas cristãs.

Deste modo, os batistas em nada se diferenciaram dos fiéis das Assembleias de Deus quanto à crítica à Teologia da Libertação, por identificá-la como anticristã. Mesmo na década de 1980, o sentimento anticomunista continuou sendo cultivado entre as igrejas Batistas e Assembleias de Deus, com muito mais ênfase do que em outras igrejas evangélicas.

A responsabilidade social da igreja, desse modo, continuou a ser combatida como política institucional e, em seu lugar, vingou um assistencialismo material e circunstancial que, invariavelmente, esteve vinculado ao proselitismo religioso denominacional. Sendo assim, o assistencialismo empreendido entre os batistas – a exemplo de outras igrejas

intransigentes em conceder o direito aos estudantes. A greve foi duramente reprimida pelas forças policiais do governador João Castelo e teve repercussão nacional.

⁶⁵³ GUIMARÃES, Daniel R. Teologia da libertação e evangelização I. *O Jornal Batista*, Ano LXXX, n.º 7, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1980, p. 4.

⁶⁵⁴ PEREIRA, José Reis. A ilusão dos marxistas. *O Jornal Batista*, Ano LXXX, n.º 36, Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1980, p. 3.

evangélicas – não promoveu a emancipação do indivíduo e sua independência intelectual para compreender e transformar o mundo ao seu redor.

Pelo contrário, insistiu-se na noção de que somente Deus poderia providenciar mudanças na realidade do indivíduo. O assistencialismo, nesse sentido, contribuiu também para um tipo de desmobilização política entre os pobres, pautada no “toma lá dá cá”, isto é, receba a cesta, mas se converta à minha igreja.

Tanto o evangelho social – pretendido por setores protestantes na década de 1960, mas não efetivamente realizado – quanto a Teologia da Libertação foram duramente condenados pela maioria das igrejas evangélicas no Brasil. O olhar dessas igrejas limitou-se a enxergar o pobre como pessoa carente do assistencialismo imediatista e propenso à conversão religiosa.

As querelas entre os bispos católicos foram também exploradas n’*O Jornal Batista* com o objetivo de demonstrar a falta de unidade da Igreja e os problemas provocados pelos bispos, ligados à Teologia da Libertação. José Reis Pereira destacou por diversas vezes que as recomendações do Vaticano não eram necessariamente atendidas por alguns setores da Igreja Católica, principalmente no que dizia respeito a assuntos políticos.

Ressaltando que o papa João Paulo II havia determinado que os sacerdotes católicos não se envolvessem na política, José Reis Pereira apresentou o caso do bispo Pedro Casaldáliga. Em sua opinião, o bispo era um “‘vermelho’ de convicções, useiro e vezeiro em fazer pronunciamentos de caráter político”.⁶⁵⁵

O desconforto das lideranças batistas em relação aos pronunciamentos e atividades políticas desempenhadas pelos bispos católicos parece ter se dado, principalmente, em razão da identificação dos clérigos católicos com movimentos de esquerda. Ser de esquerda ainda constituía um grande problema entre os batistas, mesmo transcorridos quase 20 anos do golpe de 1964. E à medida que setores católicos acentuaram suas críticas ao governo, os batistas, por sua vez, fizeram o movimento contrário, oferecendo-se como segmento religioso cristão, bem mais de acordo com o conservadorismo político daquele contexto. Os exemplos foram vários e mantiveram-se ao longo de todo o período entre os anos de 1964 a 1985.⁶⁵⁶

⁶⁵⁵ PEREIRA, José Reis. Bispos contra bispos. *O Jornal Batista*, Ano LXXXI, n.º 28, Rio de Janeiro, 12 de julho de 1981, p. 3.

⁶⁵⁶ Ao mesmo tempo em que condenava o envolvimento político dos sacerdotes católicos, a direção de *O Jornal Batista* festejava o sucesso político de seus membros, entre os quais, Fausto Rocha (PDS-SP), membro da Igreja Batista, em Campinas, São Paulo, que era deputado estadual e assumiu a Secretaria de Estado de Desburocratização do governo de Paulo Maluf. THOMÉ, César. Deputado batista assume secretaria do governo do estado de São Paulo. *O Jornal Batista*, Ano LXXXI, n.º 31, Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1981, p. 1 e 6.

Entre meados da década de 1970 e início dos anos 1980, os padres católicos, principalmente os que abraçaram a Teologia da Libertação, enveredaram por uma *práxis* religiosa bastante politizada que, se por um lado contribuiu para a organização e defesa de movimentos camponeses de luta pela terra, por outro, esvaziou as paróquias de um rebanho acostumado à missa e procissão.

Sabendo disso, José Reis Pereira chamou a atenção de todos os pastores batistas para o “vácuo religioso” deixado pela Igreja Católica e que deveria ser explorado por sua igreja. Por meio de um editorial que simboliza particularmente essa situação de transição no campo religioso brasileiro, José Reis Pereira reproduziu parte de um artigo do jornalista Austregésilo de Athayde – àquela época presidente da Academia Brasileira de Letras – onde manifestou seu desaprovação ao comportamento dos padres católicos.⁶⁵⁷

As palavras advindas de uma autoridade reconhecida como Austregésilo de Athayde, que, além de tudo, era católico, foram utilizadas por José Reis Pereira como prova da “incapacidade do clero católico de atender às necessidades espirituais do povo”,⁶⁵⁸ que, em sua opinião, era também responsável pelo crescimento da umbanda e de outras religiões de matriz africana, pois “é nos arraiais católico romanos que as seitas incriminadas vão arrebanhar seus adeptos”.⁶⁵⁹

A despeito das observações sobre o campo religioso brasileiro e suas transformações na transição da década de 1970 para 1980, chamo a atenção para o fato de que os batistas fizeram uma opção – desde 1964 e que não se alterou ao longo de duas décadas – pelo distanciamento em relação a movimentos tanto de caráter religioso quanto político e social que promovessem um engajamento mais crítico por parte dos fiéis ou que colocassem em suspenso a ordem vigente, tanto fora quanto no interior de suas igrejas.

Basta lembrar que, em 1982, o diácono batista Clérison Andrade foi o candidato apoiado por Antônio Carlos Magalhães para o governo do estado da Bahia. Sua campanha entusiasmou os fiéis batistas na esperança de ver um membro de sua igreja governando um

⁶⁵⁷ O próprio José Reis Pereira achou conveniente transcrever o seguinte trecho do artigo de Austregésilo de Athayde: “Quando a Igreja se volve para os problemas políticos e sociais, abandonando a seara própria do Reino de Deus, a sede de misticismo deixa de ser saciada e o homem busca alhures o refrigério espiritual que deixou de receber do magistério católico. Ninguém vai à Igreja para ouvir sermões sobre greves, partidos políticos, cartilhas e calendários da inventiva de espíritos desgarrados da legítima finalidade da pregação evangélica. Não se pode ocupar as Igrejas com os temas dos comícios políticos como vem acontecendo. Para isso, é melhor ouvir a palavra dos dirigentes dos partidos”. PEREIRA, José Reis. O vácuo religioso. *O Jornal Batista*, Ano LXXXII, n.º 3, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1982, p. 3.

⁶⁵⁸ Ibid.

⁶⁵⁹ Ibid.

dos principais estados do país. Porém, tratava-se de uma candidatura ligada às velhas tradições político-oligárquicas que comandavam o estado baiano.

Portanto, houve engajamento dos fiéis batistas com a política partidária, porém, voltada para os setores políticos conservadores e de direita. É curioso que nas eleições de 1982, o pastor Francisco de Assis Quiorato, refletindo sobre como deveria ser o comportamento político do evangélico diante das eleições, orientou os fiéis da Igreja Batista para que não votassem levando em consideração legendas partidárias, pois, em sua opinião, “um partido nada mais representa que uma simples sigla fria e inerte” e que, em vez disso, dever-se-ia votar levando-se em consideração a pessoa do candidato.⁶⁶⁰

Esta noção foi bastante cultivada entre os batistas, bem como entre outras igrejas evangélicas, o que contribuiu de maneira significativa a um esvaziamento ainda maior para representatividade político partidária no Brasil. Talvez por esta razão os evangélicos não tenham se engajado para organizar um partido político que aglomerasse candidaturas evangélicas. Isto seria inócuo, uma vez que importava muito mais os aspectos morais do candidato do que a agenda política de seu partido.

Não me parece, portanto, surpreendente a posição que as lideranças batistas assumiram diante da campanha das *Diretas Já!*. Embora durante o ano de 1983 e 1984 esta campanha, apoiada por setores expressivos da sociedade brasileira, tenha ocupado as ruas do país, houve apenas dois artigos publicados a respeito do assunto, ainda assim, com ressalvas à eleição direta para presidente da República.

José Reis Pereira era da opinião de que não interessava o método escolhido, mas o homem escolhido.⁶⁶¹ Do mesmo modo manifestou-se o pastor João José Soares Filho, porém, com maior crítica sobre a campanha das *Diretas Já!*, a qual, em sua opinião, apresentava-se como uma espécie de “abre-te Sésamo” ou “varinha de condão” que solucionaria os problemas nacionais. De forma contundente ele afirmou o seguinte:

Não creio que a solução esteja na maneira de escolher o presidente, os governadores, os prefeitos, etc., etc. Não creio que a solução esteja naqueles que forem escolhidos para cargos executivos. Não creio que os partidos políticos de igual modo sejam capazes de solucionar os problemas brasileiros. (...) Cristo no coração do homem foi, é e sempre será a solução!⁶⁶²

⁶⁶⁰ QUIORATO, Francisco de Assis. Raciocínios sobre política. *O Jornal Batista*, Ano LXXXII, n.º 46, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1982, p. 4.

⁶⁶¹ PEREIRA, José Reis. Diretas ou indiretas? *O Jornal Batista*, Ano LXXXIII, n.º 51, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1983, p. 3.

⁶⁶² SOARES FILHO João José. “Diretas Já”. *O Jornal Batista*, Ano LXXXIV, n.º 11, Rio de Janeiro, 20 de maio de 1984, p. 3.

Tal visão contribuiu, entre os batistas, para um tipo de comportamento político que não se importou com sigla partidária nem com regime político nem com processo eleitoral, mas, única e exclusivamente, com o homem. Este, uma espécie de *self-made-man* inspirado por Deus, seria o responsável tanto pelo sucesso quanto pelo fracasso de um país, estado ou município. Assim, a compreensão política do Brasil entre os batistas ficou destituída de análises mais conjunturais, contribuindo substancialmente para o emplacamento de candidaturas, caracterizadas por um ranço conservador e moralista.

O fim do governo militar, a ascensão de um presidente civil apoiado pela oposição e a redemocratização do país não parecem ter influenciado as lideranças batistas para a transformação da igreja. O homossexualismo foi tratado como coisa do diabo,⁶⁶³ a condenação de Leonardo Boff foi festejada⁶⁶⁴ e a AIDS era uma forma de Deus repreender o povo.⁶⁶⁵

A eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, não reverberou de forma entusiástica nas páginas de *O Jornal Batista*. Apesar da foto de Tancredo Neves ter estampado a primeira página do periódico oficial da igreja, apenas um pequeno texto informou sobre o novo presidente do país. Diferente das outras vezes, a direção de *O Jornal Batista* não lembrou sobre a obediência às autoridades constituídas, limitando-se a pedir que os batistas orassem pelo presidente.

A mesma situação se deu quando de sua morte. Não houve editorial ou um número específico tratando do assunto. Apenas um artigo assinado pelo presidente da Ordem dos Ministros Batistas do Rio de Janeiro, José Carlos Torres, enaltecendo as virtudes de Tancredo

⁶⁶³ O pastor João Martins Ferreira afirmou que “a praga do homossexualismo, lamentavelmente está chegando até nós e isto é uma realidade tristadora. Ordem de pastores estão excluindo membros homossexuais e seminários estão expulsando alunos contaminados deste mal tenebroso. É preciso impedir que o homossexualismo não avance como avançou em muitas igrejas americanas”. FERREIRA, João Martins. Homossexualismo, outra mercadoria do diabo I. *O Jornal Batista*, Ano LXXXV, n.º 7, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1985, p. 4.

⁶⁶⁴ José Reis Pereira escreveu um editorial onde explicou que “Frei Boff foi condenado a permanecer em silêncio, sem escrever, sem fazer conferências, sem dar entrevistas e até mesmo sem dirigir a revista de que é responsável. (...) Mas se Boff seguisse o caminho de Lutero e por ele chegasse à verdade do Evangelho até que seria um bom desfecho para essa contenda”. PEREIRA, José Reis. O frade silenciado. *O Jornal Batista*, Ano LXXXV, n.º 22, Rio de Janeiro, 2 de junho de 1985, p. 3.

⁶⁶⁵ O pastor José de Nazareno Cerqueira escreveu um artigo afirmando que “a AIDS (Síndrome da Imune Deficiência Adquirida) bem que poderia ser encarada como uma forma de Deus repreender, exortar e alertar o povo diante do elevado grau de imoralidade que campeia em nossa época”. O articulista citou as cidades de Sodoma e Gomorra como exemplos de castigo de Deus para o homossexualismo e “toda sorte de promiscuidade”. CERQUEIRA, José Nazareno de. Dilúvio, fogo, enxofre e...AIDS. *O Jornal Batista*, Ano LXXXV, n.º 44, Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1985, p. 6.

Neves. Para ele, tratava-se de uma perda significativa para a nação brasileira, pois “perde o seu político maior e o verdadeiro arquiteto do que é conhecido como Nova República”.⁶⁶⁶

Daí em diante, não houve pronunciamentos sobre a política nacional, nem mesmo sobre aspectos gerais do governo de José Sarney. A proximidade da formação de uma Assembleia Nacional Constituinte ensejou, da parte do pastor José Carlos Torres, a convocatória para que os batistas participassem do seminário “Os evangélicos e a Constituinte”, que seria realizado na igreja Batista do Méier, entre os dias 28 e 29 de novembro de 1985. Tentava-se, desse modo, promover debates políticos no interior da igreja, porém, bastante diferentes quanto à orientação política daqueles pastores batistas que foram expurgados e/ou silenciados logo após o golpe de 1964.

Entre os anos de 1964 e 1985, a corrente conservadora batista insistiu que Cristo era a única esperança para solucionar os problemas brasileiros. Isto contribuiu sobremaneira para um esvaziamento do debate político sobre a conjuntura nacional, negando, inclusive de forma prática, que o quadro de miséria, fome, corrupção, violência no campo e na cidade etc., pudessem ser resolvidos por meio da pressão dos movimentos sociais.

No lado oposto, a corrente batista progressista acreditou nas reformas pretendidas por João Goulart durante todo o ano de 1963. Além disso, essa corrente foi defensora do evangelho social, insistindo numa ação mais objetiva e politizada por parte dos fiéis batistas. No entanto, com o golpe de 1964, esta corrente foi duramente rechaçada. A identificação da CBB com o projeto político dos militares acabou silenciando as vozes dissonantes da instituição, sobretudo David Malta e Hélcio Lessa. Ambos continuaram a agir contra o regime, entretanto, de forma muito sutil e junto a instituições paraeclesiais.

Se até antes do golpe de 1964 estas duas correntes disputaram o reconhecimento dos batistas no Brasil, após o golpe, apenas uma se tornou a legítima representante do “povo batista”, e também a responsável pela desmobilização política de quaisquer movimentos com características de esquerda no interior da igreja. O contexto repressor foi fundamental para que a corrente conservadora se tornasse majoritária.

O enlace com os militares foi mantido do início ao fim, o que deixa claro as escolhas políticas da CBB e da maioria dos pastores batistas. Para estes setores, o Brasil vivia uma democracia, tendo em vista o funcionamento de instituições como o Congresso Nacional e o

⁶⁶⁶ TORRES, José Carlos. Morreu o presidente. *O Jornal Batista*, Ano LXXXV, n.º 18, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1985, p. 10.

Supremo Tribunal Federal. Ao longo desses 21, não houve qualquer crítica por parte da CBB ao governo federal, exceto quanto à lei que estabeleceu o feriado nacional de Nossa Senhora Aparecida. No mais, o órgão oficial da CBB tratou de demonstrar aos seus leitores que se vivia num país onde havia poder, ordem e liberdade.

Nesse ponto, José Reis Pereira teve um papel fundamental à frente da direção de *O Jornal Batista*. Ele se consolidou como a voz oficial da igreja, expondo, ainda que forma personalista, o pensamento e as posições políticas da instituição. Sua ascensão coincidiu justamente com o golpe de 1964 e, durante os 21 anos em que atuou como redator-chefe, conseguiu imprimir uma linha editorial que contribuiu para o fortalecimento de posições fundamentalistas e conservadoras entre as Igrejas Batistas. O discurso do moralismo político foi a pedra de toque lembrada insistentemente pelo redator. Diferentemente do que ocorreu na Igreja Presbiteriana Independente e na Metodista, José Reis Pereira, com anuência da CBB, não promoveu uma reflexão crítica sobre o golpe de 1964 e suas implicações. Muito menos manifestou apoio aos movimentos democráticos que se espalharam pelo país nos anos 1980.

Aliás, a democracia batista tão propalada pelas lideranças da igreja, desde a sua formação, mostrou-se um tanto quanto enviesada entre 1964 e 1985. Durante esse período houve 20 convenções nacionais onde a diretoria da CBB era eleita para mandatos de um ano. Entretanto, apenas cinco pastores revezaram-se na presidência da CBB nesse tempo: Rubens Lopes,⁶⁶⁷ João Filson Soren,⁶⁶⁸ Nilson do Amaral Fanini,⁶⁶⁹ Ebenézer Soares Ferreira⁶⁷⁰ e Irland Pereira de Azevedo.⁶⁷¹

O mais curioso foi que, ao longo desse período, estes cinco pastores, quando não se encontravam na presidência, ocupavam cargos como vice-presidente ou secretário.⁶⁷² No caso dos batistas, esta rotinização dos cargos garantiu a aparência democrática à instituição e, ao mesmo tempo, manteve o *status quo* doutrinário, teológico e político no interior da igreja, por duas décadas.

⁶⁶⁷ Presidente em 1964, 1965, 1968, 1970, 1977.

⁶⁶⁸ Presidente em 1966, 1967, 1974, 1975, 1981.

⁶⁶⁹ Presidente em 1972, 1973, 1976, 1978, 1979, 1982/1983.

⁶⁷⁰ Presidente em 1969, 1971.

⁶⁷¹ Presidente em 1980, 1984, 1985.

⁶⁷² **Rubens Lopes** foi 1º vice-presidente em 1971 e 1976; 2º vice-presidente em 1969 e 1972; 3º vice-presidente em 1965. **João F. Soren** foi 1º vice-presidente em 1964, 1965 e 1972; 2º vice-presidente em 1970, 1971 e 1978; 3º vice-presidente em 1969 e 1976. **Nilson do Amaral Fanini** foi 1º vice-presidente em 1967, 1968, 1969, 1974, 1975, 1981, 1985; 2º vice-presidente em 1965 e 1966; 3º vice-presidente em 1964. **Ebenézer Soares Ferreira** foi 1º vice-presidente em 1977; 2º vice-presidente em 1980 e 1982/1983; 3º vice-presidente em 1970 e 1984. **Irland Pereira de Azevedo** foi 3º vice-presidente em 1972, 1975 e 1978; 2º vice-presidente em 1981; 1º Secretário em 1974.

Capítulo 4 – *“Pai, afasta de mim esse Cálice”*: a Igreja Metodista e os seus diversos caminhos entre o golpe e a redemocratização

A origem da Igreja Metodista remonta à Inglaterra do final do século XVIII. Segundo Vasni de Almeida, o metodismo não surgiu como igreja, nem como seita, mas como um movimento no interior da Igreja Anglicana, em 1729, e “em seus primeiros sessenta anos foi chamado de movimento porque não pretendia desligar-se do anglicanismo inglês, apenas não aceitava o seu formalismo”.⁶⁷³ Com a morte de John Wesley, principal liderança desse movimento religioso, em 1791, as sociedades metodistas inglesas passaram a ser denominadas de Igrejas Metodistas.

A Igreja Metodista chegou ao Brasil por meio de missionários norte-americanos, os quais já haviam organizado uma Igreja Metodista Episcopal dos Estados Unidos, em 1784. É importante destacar o modelo de governo eclesiástico entre os metodistas norte-americanos, pois foi este o modelo adotado no Brasil durante décadas. Trata-se de um “governo eclesiástico centralizado, com a instituição de um bispado para a fiscalização dos leigos, dos pastores, das atividades religiosas e educacionais”.⁶⁷⁴

Os primeiros missionários oriundos dos Estados Unidos chegaram em 1835, no Rio de Janeiro, e permaneceram no país até 1841, prestando assistência religiosa a estrangeiros de língua inglesa e executando serviços de colportagem. Segundo Vasni de Almeida, “entre 1842 e 1867, as atividades religiosas metodistas no Brasil ficaram paralisadas”, em decorrência da questão da escravidão nos Estados Unidos e que culminou com a guerra civil americana. Tal como aconteceu aos batistas americanos, os metodistas do sul dos Estados Unidos não se posicionaram contra a escravidão, o que provocou um clima de cisão entre os mesmos. De modo que “as atividades religiosas metodistas, no Brasil, somente foram retomadas quando alguns sulistas, em busca de recuperação dos prejuízos causados pela Guerra Civil, fixaram-se na região de Santa Bárbara d’Oeste, no interior da então província de São Paulo”.⁶⁷⁵

O metodismo, portanto, que se instalou no Brasil na segunda metade do século XIX, foi devedor, primariamente, do metodismo norte-americano e, especificamente, o que vigorou no sul dos Estados Unidos. Isto contribuiu para que aspectos da doutrina wesleyana como a

⁶⁷³ ALMEIDA, Vasni de. A igreja metodista do Brasil In: SILVA, Elizete, SANTOS, Lyndon de Araújo, ALMEIDA, Vasni de (orgs.). Op. Cit., p. 226.

⁶⁷⁴ Ibid., p. 234. Ainda segundo Vasni de Almeida, “a estrutura de poder, pensada pelos missionários norte-americanos, perdurou, com algumas mudanças, até o final da década de 1980”.

⁶⁷⁵ Ibid., p. 237.

“santificação e perfeição cristã” e o moralismo esperado entre os fiéis, recebessem mais ênfase na práxis religiosa metodista brasileira que outros aspectos do metodismo wesleyano.

Segundo Antonio Gouveia de Mendonça, o crescimento da Igreja Metodista no Brasil ocorreu quando do estabelecimento de instituições educacionais que abriram as portas para uma burguesia em ascensão, no começo do século XX. Essas instituições “foram núcleos de futuros estabelecimentos de ensino superior como a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), o Instituto Bennett, no Rio de Janeiro, e o Izabela Hendrix, em Belo Horizonte”.⁶⁷⁶

Como bem observou Vasni de Almeida, se, por um lado, a influência missionária norte-americana assinalou no metodismo brasileiro a preocupação com a moralidade de seus membros e o texto bíblico como regra de fé, por outro, a educação escolar foi apresentada como “uma possibilidade de instaurar uma nova mentalidade, um novo tempo capaz de apressar as transformações culturais exigidos pelas elites liberais, pelas camadas médias em ascensão”.⁶⁷⁷ Este, também, é outro elemento importante para que se compreenda a relação entre a Igreja Metodista e a ditadura no Brasil, uma vez que as instituições de ensino superior metodistas desempenharam um papel de protagonismo nos movimentos sociais e políticos entre 1967 e 1985.

Além das instituições de ensino, os missionários metodistas criaram no país um periódico que divulgasse lições para as escolas dominicais nas igrejas, além de artigos doutrinários e notícias do dia a dia. Organizado pelo reverendo John James Ranson – assinava J. J. Ranson como redator-chefe do jornal – o periódico foi denominado primeiramente *Methodista Catholico*,⁶⁷⁸ em 1866.

O jornal era publicado quinzenalmente, sendo impresso na Tipografia Aldina, na então capital do Império, Rio de Janeiro. Os primeiros números continham quatro páginas. Mas, a partir de 15 de agosto de 1877, o jornal passou a ser denominado *Expositor Christão*, com média de oito páginas, mantendo a periodicidade quinzenal.⁶⁷⁹ Em 1895, passou a ser publicado em São Paulo, em sua própria oficina.

⁶⁷⁶ MENDONÇA, Antonio Gouvêa e VELASQUES FILHO, Prócoro. Op. Cit., p. 40.

⁶⁷⁷ ALMEIDA, Vasni de. Op. Cit. p. 262.

⁶⁷⁸ Segundo o próprio redator-chefe, J. J. Ranson, o nome do jornal tinha a palavra “Methodista” por ser órgão oficial da Igreja Methodist Episcopal do Brasil, e “Catholico” por “abraçar a religião cristã em toda a sua plenitude e fraternizando com todos os que creem em Deus e amam a Nosso Senhor Jesus Christo”. Ver PROGRAMA do “Methodista Catholico”. *Methodista Catholico*, Ano I, n.º 1, Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1866, p. 1.

⁶⁷⁹ Entre 15 de agosto de 1887 e 15 de julho de 1888, o *Expositor Christão* foi publicado mensalmente. Após esse curto espaço de tempo, voltou a ser quinzenal, mantendo-se assim durante todo o século XX.

Este periódico tornou-se a voz oficial da Igreja Metodista no Brasil, publicando artigos tanto de membros da Igreja Metodista quanto de pessoas estranhas a ela, fossem leigos ou clérigos, além de apresentar reportagens sobre o país e o mundo. O jornal era vendido às Igrejas Metodistas espalhadas pelo país – principalmente na forma de assinaturas coletivas – e daí distribuído aos fiéis da igreja. O *Expositor Cristão* também podia ser comprado de forma avulsa por qualquer pessoa, de modo que pudesse realizar uma espécie de “proselitismo silencioso” entre os não-protestantes. Com o passar do tempo, o principal periódico metodista se sustentou com o produto de sua venda, das doações de igrejas e fiéis e de anúncios publicitários.

A linha editorial do jornal modificou-se por diversas vezes ao longo do tempo. Entre 1963 e 1985, o *Expositor Cristão* teve 12 redatores-chefes que imprimiram diferentes visões ao jornal sobre a conjuntura brasileira. Durante o governo militar, o periódico teve, em média, 16 páginas,⁶⁸⁰ com tiragem de 6.500 exemplares, em 1963.⁶⁸¹

O *Expositor Cristão*, portanto, apresenta-se como uma excelente fonte para investigação e análise sobre o comportamento da Igreja Metodista em relação ao golpe civil-militar, à ditadura militar e ao processo de redemocratização no Brasil. Clérigos e leigos, evangélicos e católicos, conservadores e progressistas manifestaram-se por meio de artigos e reportagens nas páginas do jornal durante o período aqui abordado. Além disso, esse periódico trazia notícias sobre o que acontecia na igreja e suas instituições, bem como sobre atividades desenvolvidas no meio evangélico.

Desse modo, é possível fazer alguns questionamentos sobre esta igreja, na tentativa de se compreender a relação de seus membros com alguns aspectos importantes da história recente do país, entre os quais: o golpe de 1964, o estabelecimento de uma ditadura militar, os movimentos sociais de contestação ao regime, a política partidária que se estabeleceu no período, o processo de redemocratização e abertura política, entre outros.

A Igreja Metodista no Brasil, tal como as outras instituições religiosas até aqui analisadas, não passou ileso às transformações de ordem política, social, econômica e cultural que o país vivenciou entre 1963 e 1985. Trata-se, assim, de inseri-la no contexto histórico tenso e conturbado do período e de se observar, a partir daí, as posições políticas, ainda que

⁶⁸⁰ Entre 1963 e 1985, foram recorrentes publicações de o *Expositor Cristão* com 18, 24 e 32 páginas. Mas, a maioria dos números publicados consistia de 16 páginas.

⁶⁸¹ Infelizmente o jornal não informava em seu expediente o número de tiragens. A informação acerca do número de tiragens em 1963 se deve ao cuidado de seu redator à época, Isnard Rocha. Em 2015, a tiragem do jornal foi de 30 mil exemplares por mês.

impregnadas de seu *ethos* religioso, que os membros da igreja assumiram ao longo dos governos militares.

4.1. Ação social e ecumenismo: reverberações da Conferência do Nordeste e do Concílio Vaticano II

A Igreja Metodista, a exemplo do que ocorreu com a Igreja Presbiteriana Independente, teve uma participação muito ativa na Conferência do Nordeste, já discutida no capítulo primeiro. Na oportunidade, o reverendo⁶⁸² metodista, Almir dos Santos, era o presidente do SRSI, órgão da CEB que promoveu o evento na cidade de Recife, em julho de 1962.

O evento ganhou destaque de primeira página no *Expositor Cristão*, incluindo foto da mesa de abertura do evento com Almir dos Santos ao lado do Prof. Carlos Cunha – secretário executivo da Conferência do Nordeste – e de Waldo César – secretário executivo do SRSI.⁶⁸³ Na introdução aos anais da Conferência do Nordeste, Almir dos Santos apontou para a importância do evento e a preocupação de se “estabelecer um diálogo franco e honesto entre a realidade brasileira em dado momento histórico e os postulados da nossa fé cristã, objetivando informar às igrejas e auxiliá-las na busca de novas formas de serviço cristão na comunidade local, estadual e nacional”.⁶⁸⁴

Além de Almir dos Santos, outros nomes de metodistas figuraram na lista de presentes às reuniões, entre os quais, Claudius Ceccon, Dorival Rodrigues Beulke, Warwick Kerr e William Schisler Filho, nomes importantes para a compreensão das posições de engajamento político e social, mas de caráter cristão, que foram assumidas por alguns setores metodistas entre as décadas de 1960 e 1980.

Tanto a Conferência do Nordeste – julho de 1962 – quanto o Concílio Vaticano II – iniciado em outubro de 1962 – provocaram debates no interior da Igreja Metodista. Euforia e

⁶⁸² Utilizarei o termo reverendo em vez de pastor, para denominar os clérigos metodistas, uma vez que se trata não de uma categoria de análise, mas de autoidentificação entre os sacerdotes metodistas. Faço isto por uma questão de respeito às expressões identitárias que a comunidade religiosa, aqui analisada, utiliza. Porém, se eventualmente o termo pastor surgir para denominar um clérigo metodista, isto não incorrerá em prejuízo para a compreensão do texto, muito menos para o entendimento da hierarquia clerical na Igreja Metodista, uma vez que os dois termos, pastor e reverendo, são equivalentes.

⁶⁸³ CRISTO e o processo revolucionário brasileiro. *Expositor Cristão*, Ano 77, n.º 17, São Paulo, 1º de setembro de 1962, p. 1.

⁶⁸⁴ SANTOS, Almir dos. De como se interpreta a Conferência do Nordeste. Fonte: BIBLIOTECA DA IGREJA METODISTA DE VILA ISABEL. *A Conferência do Nordeste (Cristo e o processo revolucionário brasileiro)*. Disponível em: <<http://www.metodistavilaisabel.org.br/docs/A-CONFERÊNCIA-DO-NORDESTE-livro1.pdf>>. Acesso em 05 de jan. 2015.

desconfiança caminharam juntas durante algum tempo entre os fiéis, sem que ficassem nítidos e suficientemente demarcados os setores divergentes na igreja e seus respectivos componentes. O reverendo Benedito de Paula Bittencourt, por exemplo, que era uma importante liderança na Igreja Metodista, pronunciou-se a respeito do concílio convocado pelo papa João XXIII. Ao referir-se ao espírito ecumênico do concílio, muito em razão da presença de observadores protestantes, ele destacou que “somente um espírito liberal como se tem revelado em João XXIII poderia ser tão ousado, e ao mesmo tempo tão humilde para convocar a atual assembleia católica no Vaticano”.⁶⁸⁵

Dentre as igrejas aqui estudadas, nenhuma manteve relações mais próximas e cordiais com a Igreja Católica do que a Igreja Metodista. Este é um aspecto importante, pois a defesa de uma prática evangélica ecumênica entre os metodistas coincidiu, na maioria das vezes, com ações mais engajadas do ponto de vista político e social protagonizadas por estas duas igrejas. Entre 1963 e 1964, a Junta Geral de Ação Social (JUGAS) foi o principal órgão na estrutura da Igreja Metodista a contribuir para essa relação.

Esta junta mantinha uma coluna no jornal *Expositor Cristão*, onde suas atividades eram publicadas. Ali também eram divulgados artigos e matérias com conteúdo ecumênico, político e de crítica social. A JUGAS serviu como um centro catalisador para onde convergiam os membros da Igreja Metodista, preocupados com a transformação da realidade brasileira, o que contribuiu para a consolidação de um setor progressista no interior desta instituição religiosa.

Robert Davis, então secretário da JUGAS, era um entusiasta da participação ativa de evangélicos na política, em sindicatos e organizações de classe. Em um de seus artigos, ele fez críticas ao comodismo político que setores evangélicos defendiam sob a justificativa de não envolvimento com o mundo, isto é, com a realidade histórica.

Na realidade, temos alegado uma ausência de certas esferas que nós denominamos “do mundo”. Este fato tem nos levado a algumas conclusões irrealistas. Representa uma fuga das nossas responsabilidades cristãs. (...) Nós temos que participar naquilo que existe. Se é no campo cívico-político, nós temos que nos envolver na política, tal como ela é. Se é nos sindicatos e organizações de classe, igualmente. É nesta altura que realmente “somos do mundo”, participando dele não mundanamente, mas cristãmente.⁶⁸⁶

⁶⁸⁵ BITTENCOURT, Benedito de Paula. O II Concílio do Vaticano: dúvidas e esperanças. *Expositor Cristão*, Ano 78, n.º 1, São Paulo, 1º de janeiro de 1963, p. 1. O mesmo Benedito de Paula Bittencourt chegou a afirmar em um de seus artigos que João XXIII era “o mais protestante dos papas”. Ver em BITTENCOURT, Benedito de Paula. A encíclica “Pacem in Terris”. *Expositor Cristão*, Ano 78, n.º 14, São Paulo, 15 de julho de 1963, p. 12.

⁶⁸⁶ DAVIS, Robert. Ampliação de um conceito cristão. *Expositor Cristão*, Ano 78, n.º 1, São Paulo, 1º de janeiro de 1963, p. 5.

O artigo de Robert Davis ressoou as mesmas preocupações presentes à Conferência do Nordeste, em 1962. O debate em torno da responsabilidade cristã se tornou cada vez mais matéria de interesse a um grupo de metodistas que tentou sensibilizar suas igrejas em relação à tomada de consciência política e social por parte do cristão.

Nesse sentido, o nome que mais se destacou entre eles no início dos anos 1960 foi o de Almir dos Santos. Ele era professor da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, localizada em São Bernardo do Campo, São Paulo. Em maio de 1962, Almir dos Santos foi convidado por Robert Davis para compor a JUGAS por meio do Departamento de Ação Cívica. Este departamento tinha como principal objetivo “estabelecer contato entre a Igreja Metodista do Brasil e a liderança da nação brasileira, para fazer-lhe sentir o nosso pensamento social-cristão”.⁶⁸⁷ Após 17 anos como docente na Faculdade de Teologia, Almir dos Santos desincompatibilizou-se do cargo para assumir o departamento recém-criado na JUGAS.

Em 2 março de 1963, ele presidiu uma reunião do SRSI em Campos do Jordão, São Paulo, para traçar um “plano de estudo e ação para um período de 5 anos” tendo entre seus objetivos: “1 – Estudar a responsabilidade cristã frente ao desenvolvimento nacional e as reformas de base. 2 – Formar liderança cristã adequada para agir na política, no campo sócio-econômico e no cultural”.⁶⁸⁸ Estiveram presentes a esta reunião, representantes de oito igrejas evangélicas distintas, tanto clérigos quanto leigos, entre os quais Paul Abrecht – secretário executivo do departamento de Igreja e Sociedade do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). A reunião e seus resultados foram muito bem divulgados na Igreja Metodista.

No decorrer do ano de 1963, tanto os documentos conclusivos, elaborados pelos grupos de trabalhos durante a Conferência do Nordeste, quanto aqueles oriundos de reuniões promovidas pelo SRSI foram publicados no *Expositor Cristão*, servindo como orientação aos fiéis da igreja. Para isto contribuiu bastante o fato de Almir dos Santos presidir o SRSI e ter sido uma liderança respeitada em sua igreja.

Almir dos Santos publicou vários artigos enfatizando a participação ativa dos evangélicos em questões sociais. Em certa medida, ele e outros colaboradores ligados ao SRSI empreenderam um esforço didático-pedagógico em educar os fiéis da Igreja Metodista para a consciência política de sua existência material. Neste sentido, o *Expositor Cristão* foi um veículo importante na promoção do debate em torno da situação nacional sob a ótica evangélica, tanto dentro quanto fora dos arraiais metodistas.

⁶⁸⁷ ALMIR dos Santos eleito para departamento pioneiro. *Expositor Cristão*, Ano 77, n.º 13, São Paulo, 1º de julho de 1962, p. 5.

⁶⁸⁸ “A TAREFA da Igreja na humanização do desenvolvimento nacional”. *Expositor Cristão*, Ano 78, n.º 11, São Paulo, 1º de junho de 1963, p. 5.

Isto porque o jornal se tornou, durante o ano de 1963, num espaço para artigos de evangélicos de outras igrejas, entre os quais, Rubem Alves, Richard Shaull, Jether Ramalho e Waldo César, nomes significativos para a compreensão da formação de um setor evangélico no Brasil que teve como características o ecumenismo, o engajamento político e o diálogo com os movimentos de esquerda.

Tais nomes não eram muito bem acolhidos nos periódicos de suas respectivas igrejas, de modo que o *Expositor Cristão* tornou-se uma espécie de abrigo aos evangélicos que não eram benquistos por suas posições político-teológicas. Waldo César, por exemplo, criticou o silêncio dos pastores no púlpito em relação às injustiças sociais:

Este silêncio da igreja está durando mais do que deve. Por que ela não se pronuncia sobre a situação desconcertante do mundo de hoje? As doutrinas políticas e sociais tomam conta de todos nós, em doses diárias. No entanto, ou o púlpito nada diz ou repete coisas superficiais em frases condenatórias apenas. (...) Este é o estranho silêncio e absurdo, que se continuar assim, outros falarão em lugar da igreja.⁶⁸⁹

O artigo de Waldo César encerrava uma advertência às igrejas evangélicas com uma preocupação que lhe era subliminar: se as igrejas evangélicas não tomassem posição em favor dos oprimidos e lhes proporcionassem uma consciência política sobre bases cristãs, outros o fariam, particularmente movimentos de orientação marxista. Havia um dilema a ser resolvido entre as lideranças metodistas: como envolver-se com a situação do oprimido, num contexto de tensão político-social, sem aderir ou ser confundido com movimentos de caráter revolucionário marxista?

Os setores progressistas evangélicos pressionavam suas igrejas para que tomassem partido em favor da classe trabalhadora, dos oprimidos e que se dispusesse ao diálogo com os movimentos democráticos de esquerda. Por sua vez, os setores conservadores eram refratários a uma tomada de posição política favorável às esquerdas, por entender que os movimentos de reivindicação social traziam consigo elementos do comunismo. À medida que as tensões político-sociais foram se acentuando no país, as diferenças entre progressistas e conservadores foram se tornando mais nítidas no interior da Igreja Metodista.

Em meados de 1963, o Plano Trienal, proposto por João Goulart e elaborado por Celso Furtado, já havia sucumbido ante pressões do movimento sindical e de segmentos do empresariado, como bem demonstram as análises de Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes. Segundo os autores, em maio de 1963 trabalhadores foram às ruas exigir aumento salarial, e as principais lideranças de esquerda no Brasil – Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes,

⁶⁸⁹ CÉSAR, Waldo. Quando o silêncio é desconcertante. *Expositor Cristão*, Ano 78, n.º 12, São Paulo, 15 de junho de 1963, p. 2.

Miguel Arraes e Francisco Julião – atacavam Celso Furtado e San Tiago Dantas, ministros do governo João Goulart, em razão das metas do Plano Trienal.

Além disso, as disputas políticas com vistas à sucessão presidencial, em 1965, bem como “a incapacidade das elites parlamentares de realizar acordos, com concessões mútuas, que inviabilizou a aprovação de um projeto de reforma agrária”,⁶⁹⁰ acentuaram a crise política no governo de João Goulart.

Os metodistas não ficaram avessos aos acontecimentos do país. Em 1962, o Gabinete Geral da Igreja Metodista havia publicado um manifesto aos fiéis da igreja e que foi reproduzido, novamente, em julho de 1963. O texto pontuou alguns aspectos sobre o cenário político brasileiro, iniciando com a afirmação de que “o Brasil enfrenta uma das mais fortes crises de sua história”.⁶⁹¹

Ao mesmo tempo em que o manifesto constatava “com a alegria, a influência e o poder cada dia mais crescente das classes operárias, estudantil e camponesa na vida do país”, afirmava também que “as influências ateias e materialistas que se vêm infiltrando nas classes supramencionadas devem ser combatidas, mas por um carreamento sadio das justas reivindicações de classe para a órbita da influência cristã”.⁶⁹² Assim, tentou-se demonstrar que a defesa dos oprimidos por parte da igreja não implicava em adesão a concepções marxistas para a transformação da realidade brasileira.

O manifesto conclamou os metodistas a se colocarem ao lado das reivindicações das populações rurais e urbanas que viviam na pobreza e miséria, bem como em trabalhar em favor de maior justiça social. Aconselhou os pastores a estimular os membros quanto à “participação na vida cívica e política do país”. Os signatários do manifesto declararam estar seguros de que “a ação da igreja na vida da nação não terá relevância sem a participação ativa de seus membros no campo político, pois é ali que as suas opiniões poderão exercer influência e seu testemunho tornar-se-á atuante”.⁶⁹³

No que diz respeito à situação econômica, o documento metodista enfatizou a necessidade de se “evitar que os poderes econômicos e políticos estejam nas mãos de um só grupo, tendência que se verifica na atual situação brasileira” e defendeu “uma ‘melhor

⁶⁹⁰ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., p. 175.

⁶⁹¹ MANIFESTO à igreja: vibrante e atual. *Expositor Cristão*, Ano 78, n.º 13, São Paulo, 1º de julho de 1963, p. 12.

⁶⁹² Ibid.

⁶⁹³ Ibid.

distribuição de terras agricultáveis’, tornando-as acessíveis aos homens que nela trabalham”.⁶⁹⁴

Por fim, o Gabinete Geral da Igreja Metodista concluiu neste documento que “acima de todas as reformas, para as quais clama a nossa Pátria, está a reforma do próprio homem”.⁶⁹⁵ A reflexão de fundo político, econômico e social, e a conclusão a que chegou o manifesto não nos deixa dúvidas: havia pelo menos dois grupos bem distintos no interior da Igreja Metodista com perspectivas diversas quanto à transformação do país. Para um, tratava-se de intervenções no plano das estruturas políticas, econômicas e sociais. Para outro, dizia respeito exclusivamente à transformação da sociedade por meio da conversão do indivíduo ao cristianismo.

Estes grupos encontravam-se representados no próprio Gabinete Geral da Igreja Metodista, o qual foi responsável pelo documento e que àquele ano era composto pelo bispo José Pedro Pinheiro, bispo Isaias Sucasas, bispo João Augusto do Amaral, reverendo Charles Clay, reverendo Duncan Alexander Reily e Dr. Robert Davis. As trajetórias desses indivíduos na Igreja Metodista nos permite compreender melhor as posições políticas assumidas pelos mesmos no decorrer dos anos e a que setores se vincularam.

Com a saída de Robert Davis para assumir a tesouraria da *Board of Missions* no Brasil, Almir dos Santos foi eleito secretário geral da JUGAS, em julho de 1963. Almir dos Santos manteve a mesma linha propugnada por Robert Davis, enfatizando a ação social como mecanismo também de evangelização e transformação do país. Simpósios, encontros e reuniões que tratassem de problemas sociais eram apoiados pela JUGAS.

O reverendo Ercy Teixeira Braga, por exemplo, foi idealizador do “I Encontro de Trabalhadores Metodistas” realizado na igreja de Duque de Caxias e que contou com a presença de Almir dos Santos e do Prof. Daniel Silveira. Segundo a reportagem de Silas Varella Fraiz, “reuniram-se para esse fim cerca de 50 trabalhadores, membros de várias igrejas, como ainda 2 católicos com experiência no assunto, notadamente o Dr. Gilberto Machado, professor da Escola de Líderes Operários”.⁶⁹⁶

Algumas conclusões foram tomadas ao final do evento, dentre as quais: motivar a criação de um centro de estudos e orientação dos trabalhadores evangélicos com o fim de prepará-los para a vida sindical; que os trabalhadores evangélicos se sindicalizassem; que os órgãos competentes da alta administração da igreja se manifestassem sobre a reforma agrária.

⁶⁹⁴ Ibid.

⁶⁹⁵ Ibid.

⁶⁹⁶ FRAIZ, Silas Varella. Trabalhadores metodistas discutem problemas atuais em seu I encontro. *Expositor Cristão*, Ano 78, n.º 17, São Paulo, 1º de setembro de 1963, p. 1.

Também na cidade de Duque de Caxias, outro pastor metodista, Jorge Lessa, tornou-se uma liderança entre os operários da Fábrica Nacional de Motores (FNM), a ponto de ser mediador entre grevistas e patrões. Almir dos Santos escreveu uma matéria em que disse que após sua estada em Mantiquira, bairro de Duque de Caxias, “estourou uma greve na FNM e os jornais noticiaram a presença do pastor metodista, Rev. Jorge Lessa, procurando servir de elo de ligação entre patrões e empregados”.⁶⁹⁷ Exemplos como estes foram muito estimulados pela JUGAS durante o ano de 1963. Na opinião de Almir dos Santos,

o pastor não é apenas líder de uma organização eclesiástica, mas deve ser também o líder, ou pelo menos um dos líderes da sua comunidade. Não deve estar interessado apenas em salvar as almas do fogo do inferno, mas salvar as vidas de padrões sociais, éticos, econômicos injustos e iníquos.⁶⁹⁸

Como se vê, a posição assumida por Almir dos Santos, a exemplo de outros setores progressistas evangélicos existentes na década de 1960, estava comprometida com uma práxis transformadora da sociedade brasileira por meio da denúncia das injustiças sociais e da conscientização política dos oprimidos. Nesse ponto, há de se ressaltar que a práxis desses setores evangélicos progressistas guarda grandes diferenças em relação à ética social propugnada pelo protestantismo da reta doutrina – como bem analisa Rubem Alves⁶⁹⁹ – e estaria muito mais próxima das proposições da Teologia da Libertação, cujas origens remontam ao início dos anos 1970.

A esse respeito, Alfredo Bosi explica que discursos socializantes no cristianismo de esquerda já existiam muito antes da Teologia da Libertação. No entanto, esta teologia, inaugurada em 1970, além de fazer crítica ao individualismo burguês, “desloca a ênfase política para a militância popular, que deveria preceder e exigir as reformas legislativas do

⁶⁹⁷ SANTOS, Almir dos. Pastor metodista é presidente do conselho da comunidade. *Expositor Cristão*, Ano 78, n.º 17, São Paulo, 1º de setembro de 1963, p. 5.

⁶⁹⁸ Ibid.

⁶⁹⁹ Rubem Alves é taxativo quando afirma que a ética social não é uma parte essencial do protestantismo da reta doutrina. Para ele, se o protestantismo da reta doutrina começou a falar sobre o assunto, foi em razão de fatores externos que provocaram a igreja para isto. Estes fatores foram, em sua opinião, a influência teológica europeia – principalmente Emil Brunner e Karl Barth; uma mudança de perspectiva teológica com ênfase no profeta hebraico que tinha como uma de suas características a denúncia da injustiça e não a sua justificação; e a influência do ecumenismo. Mas, apesar destes fatores, Rubem Alves conclui que a ética social do protestantismo da reta doutrina tem como objetivo principal e primaz: a conversão do indivíduo e sua salvação. Todas as outras questões, inclusive estruturais, seriam secundárias. Daí, que a frase “converta-se o indivíduo e a sociedade se transformará” configura-se em uma máxima desse tipo ideal de protestantismo, o da reta doutrina. Não me parece ter sido este o tipo de protestantismo praticado pelos setores evangélicos progressistas. Aliás, os setores evangélicos progressistas foram duramente reprimidos e combatidos no interior de suas igrejas justamente por terem se desviado da reta doutrina. Ver mais em ALVES, Rubem Azevedo. Op. Cit.

Estado”.⁷⁰⁰ A ênfase, portanto, estaria no protagonismo dos explorados e oprimidos, cuja consciência política seria despertada, motivada e orientada por leigos e clérigos cristãos.

Entretanto, para os setores evangélicos, afinados ao protestantismo da reta doutrina, o tipo de posição defendida por Almir dos Santos estabeleceria a primazia do social sobre o espiritual. Esta talvez fosse a maior preocupação para os setores conservadores na Igreja Metodista, tendo em vista os desdobramentos que isso poderia ter como, por exemplo, confrontos com governos e empresários, apoio a greves e manifestações sociais de caráter reivindicatório, e, principalmente, aproximação com as esquerdas.

À medida que a defesa de uma práxis evangélica voltada para o engajamento político e social do crente ganhava força na Igreja Metodista, os setores conservadores recrudesceram suas críticas ao comunismo e sua possível influência sobre os fiéis da igreja. Entre o final de 1963 e início de 1964, o combate ao comunismo e ao pensamento marxista se tornou mais recorrente nas páginas de o *Expositor Cristão*, muito embora em menor proporção do que nos jornais *O Estandarte*, *Mensageiro da Paz* e *O Jornal Batista*.

Walter A. França, líder leigo da Igreja Metodista em São José do Rio Preto, São Paulo, escreveu um extenso artigo onde teceu considerações sobre o pensamento marxista e o comunismo praticado no leste europeu. Para ele, o marxismo foi o responsável pelo estabelecimento do “Estado Policial” e da modificação dos laços de família nos países onde o comunismo se estabeleceu. Além disso, para ele “o comunismo é, pois, o regime da força bruta imposta arbitrariamente”, enquanto que o capitalismo, sinônimo de livre-democracia em sua análise, seria “o regime mais avançado nas grandes conquistas da civilização”.⁷⁰¹

As críticas ao comunismo na Igreja Metodista ressaltavam muito mais o seu caráter ateu do que o seu programa político. Os artigos de Antônio de Campos Gonçalves e Daniel Silveira foram exemplos desse tipo de crítica. Livros e autores foram recomendados para os fiéis metodistas com o objetivo de demonstrar problemas nas teorias marxistas. Uma resenha do livro *O cristão e o comunismo*, elaborada por Antônio de Campos Gonçalves, foi publicada no periódico oficial da igreja, com recomendações de que “pode com ele armar-se de mais fatos em favor do próximo, para mais seguro confronto com a realidade impugnativa do materialismo histórico”.⁷⁰²

⁷⁰⁰ BOSI, Alfredo. Da esquerda cristã à teologia da libertação. In: JINKINGS, Ivana e PESCHANSKI, João Alexandre (org.). *As utopias de Michael Löwy*: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 93.

⁷⁰¹ FRANÇA, Walter A. Comunismo versus autodeterminação dos povos. *Expositor Cristão*, Ano 78, n.º 17, São Paulo, 1º de setembro de 1963, p. 11.

⁷⁰² GONÇALVES, Antônio de Campos. O cristão e o comunismo. *Expositor Cristão*, Ano 78, n.º 21, São Paulo, 1º de novembro de 1963, p. 9.

Em outra ocasião, foi reproduzido trecho do livro de Emile Baas, *Introdução crítica ao marxismo*, onde se destacou as contribuições teóricas do marxismo no que diz respeito às suas análises de caráter político, econômico e social, mas, por outro lado, enfatizou-se a incompatibilidade entre o cristianismo e o ateísmo que estaria no cerne do materialismo histórico.⁷⁰³

No que diz respeito às Igrejas Metodistas, o combate ao comunismo, ao marxismo e ao materialismo histórico não deixou de ser, também, um ataque aos setores progressistas no interior desta igreja por defenderem uma práxis evangélica mais engajada do ponto de vista político e social. É possível afirmar que, até antes do golpe de 1964, houve um cenário muito fértil aos setores progressistas. Eles tiveram visibilidade e apoio por parte da direção do periódico oficial da igreja. Artigos, matérias e reportagens serviram de vitrine à causa de um evangelho social que se voltou em favor da classe trabalhadora.

Houve, portanto, um movimento consistente de metodistas que tentou provocar a igreja, estimulando os fiéis na participação política partidária, nos movimentos sindicais, nas manifestações populares. Foram vários os exemplos que ocorreram, principalmente entre 1962 e 1963. Um desses exemplos metodistas, Henrique Maurer Jr., escreveu uma série de cinco artigos onde refletiu sobre o fato de que o cristianismo deveria ser uma força revolucionária com seu “amor transbordante para com os oprimidos e com o seu espírito de justiça”. No entanto, ele concluiu que “a igreja preferiu geralmente um cristianismo acomodatório, religioso mais do que ético”.⁷⁰⁴

É muito simbólico que justamente na edição do dia 15 de março de 1964, o jornal *Expositor Cristão* tenha inserido uma foto, em primeira página, de João Goulart com o título “Metodistas e católicos ladeiam o presidente”.⁷⁰⁵ É simbólico porque, mesmo com as críticas e ameaças que João Goulart recebeu após o seu famoso comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março daquele ano, o periódico metodista manteve sua linha editorial simpática ao presidente da República. Mesmo quando a crise política no país ganhou proporções ainda maiores, a direção de o *Expositor Cristão* se colocou ao lado de Goulart, como até então procedeu, desde a sua posse.

⁷⁰³ BAAS, Emile. O cristão diante do marxismo. *Expositor Cristão*, Ano 78, n.º 22, São Paulo, 15 de novembro de 1963, p. 11.

⁷⁰⁴ MAURER JR., Henrique. Cristianismo, ópio do povo. *Expositor Cristão*, Ano 79, n.º 5, São Paulo, 1º de março de 1964, p. 5.

⁷⁰⁵ METODISTAS e católicos ladeiam o presidente. *Expositor Cristão*, Ano 79, n.º 6, São Paulo, 15 de março de 1964, p. 1. A foto da visita de João Goulart em Uruguaiana, Rio Grande do Sul, mostra o presidente ladeado pelo Prof. Jonas A. de Figueiredo, vice-reitor do Instituto União, colégio metodista local, e de frades católicos.

É também bastante simbólico que na edição de 1º de abril de 1964, a redação de o *Expositor Cristão* tenha publicado um manifesto assinado por todos os secretários regionais das Juntas de Ação Social da Igreja Metodista, bem como pelo secretário geral da JUGAS, Almir dos Santos, em que dizia claramente que “a responsabilidade social da igreja não se limita ao filantropismo”, reconhecendo “a necessidade de participação dos metodistas nas fronteiras onde se travam as lutas sociais e se fazem as decisões: partidos políticos, sindicatos, associações de classe, grupos estudantis, etc.”.⁷⁰⁶ Este talvez tenha sido o “canto do cisne” dos setores progressistas em torno de um projeto de conscientização e prática política, voltada para uma ética social em favor dos oprimidos.

4.2. “E cada qual no seu canto, em cada canto uma dor”: o golpe de 1964 e o silêncio metodista

Tal como ocorreu às Assembleias de Deus, não houve nenhum pronunciamento oficial da Igreja Metodista a respeito da derrubada de João Goulart. Absolutamente nenhum comentário sobre o assunto nas páginas de seu principal periódico. Um silêncio que não estava de acordo com a linha editorial do jornal, até então.

Coincidentemente ou não, após o golpe de 1964, o redator chefe de o *Expositor Cristão*, Isnard Rocha, deixou o cargo que ocupou durante pouco mais de três anos. Por meio de um editorial, ele explicou que sua saída foi “para atender à exigência do Conselho Diretor daquela Casa de Profetas que pede ao seu reitor tempo integral de trabalho”.⁷⁰⁷ A “Casa de Profetas” era o modo como os metodistas denominavam a Faculdade de Teologia localizada na cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo.

É curioso que desde 1963 Isnard Rocha tenha acumulado as duas funções – a de reitor da Faculdade de Teologia e a de redator-chefe de o *Expositor Cristão* – sem maiores problemas, e que apenas com o advento do golpe de 1964 a acumulação de cargos tenha se tornado um óbice à continuidade de suas atividades à frente do periódico oficial metodista. Isnard Rocha não soube também informar quem o substituiria na direção do jornal.

As edições de abril e maio de o *Expositor Cristão* não trouxeram informações sobre a situação política brasileira pós-golpe de 1964. No entanto, um artigo do reverendo Nathanael I. do Nascimento, da Igreja Metodista Central de São Paulo, ao analisar a

⁷⁰⁶ MENSAGEM dos secretários regionais e geral das juntas de ação social à Igreja Metodista do Brasil. *Expositor Cristão*, Ano 79, n.º 7, São Paulo, 1º de abril de 1964, p. 12.

⁷⁰⁷ ROCHA, Isnard. Nosso derradeiro editorial. *Expositor Cristão*, Ano 79, n.º 8, São Paulo, 15 de abril de 1964, p. 3.

conjuntura mundial e brasileira, ressaltou que em todos os continentes “os golpes militares e as revoltas estão em pauta diariamente”.⁷⁰⁸

Nathanael do Nascimento criticou tanto as proposições políticas da esquerda quanto da direita, mas, principalmente, o modelo liberal de representação político-partidária no parlamento brasileiro. Em sua opinião, “os representantes encarregados de votar os diplomas legais não provinham de todas as classes componentes das comunidades”, de modo que “no caso específico do Brasil, o trabalhador rural não tem representação nos legislativos e o trabalhador urbano ou tem em número inexpressivo ou parlamentarmente inoperante”.⁷⁰⁹ O artigo do reverendo Nathanael veio a público no dia 1º de maio de 1964, Dia do Trabalho, e encerrou com uma surpreendente manifestação:

O liberalismo econômico está superado. Igualmente superada está a representação liberal. Inicia-se a era política da representação de classes, classes que são o enquadramento básico das populações pelas condições econômico-sócio-culturais vigentes nas comunidades contemporâneas. Democracia, sim! Governo do povo, pelo povo e para o povo. Mas, não mais democracia liberal.⁷¹⁰

Se para Nathanael do Nascimento a democracia liberal estava superada, qual seria então o regime político voltado às aspirações da classe trabalhadora? Ele não respondeu a essa questão, mas deixou claro que tal regime não seria alcançado por meio de governos de esquerda, muito menos através do comunismo. A arte de tergiversar sobre temas polêmicos se tornou, assim, uma das características do comportamento das lideranças metodistas, acentuada após o golpe de 1964.

A coluna da JUGAS, que outrora foi espaço de crítica aos problemas sociais e políticos do país, e cujo responsável era Almir dos Santos, limitou-se a publicar artigos com vistas a orientar as famílias no que diz respeito à educação, culto doméstico, relacionamentos. Este silêncio sobre a situação brasileira naquele momento não pode ser interpretado como um suposto distanciamento político da Igreja Metodista. Os artigos, debates e movimentos em torno da situação nacional foram bastante expressivos no interior da igreja, pelo menos até o golpe de 1964. O silêncio me parece denunciar a posição política que oficialmente a liderança da igreja assumiu naqueles primeiros meses posteriores à deposição de Goulart: nem apoio, nem condenação do governo que se instituiu ilegalmente.

⁷⁰⁸ NASCIMENTO, Nathanel Inocêncio do. A sobrevivência da democracia. *Expositor Cristão*, Ano 79, n.º 9, São Paulo, 1º de maio de 1964, p. 2.

⁷⁰⁹ Ibid.

⁷¹⁰ Ibid.

Essa foi a posição que a Igreja Metodista assumiu de maneira pública após o golpe. O cimo do muro foi o lugar simbólico escolhido por sua liderança até o momento da consolidação do governo militar. Mas, após esse breve período, pastores e leigos foram descendo, gradualmente, deste lugar simbólico, indo para a esquerda ou para a direita.

Em junho de 1964, o *Expositor Cristão* publicou o telegrama da CEB, dirigido ao marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, datado de 15 de abril de 1964, e que também tinha sido divulgado no jornal presbiteriano *O Estandarte*. Junto com este telegrama, que ocupou meia página do jornal, foi publicada uma espécie de carta aberta, assinada pelo pastor Newton Paulo Bayer, da Igreja Metodista Central de Porto Alegre, Rio Grande Sul.

Em poucas linhas, Newton Paulo escreveu que “infelizmente o país foi sacudido por uma nova crise de proporções muito maiores que as anteriores”,⁷¹¹ que não caberia à igreja esmiuçar os acontecimentos, nem tomar posição, e que “complexas foram as causas que culminaram nos últimos acontecimentos, mas, humildemente – inclusive e principalmente a igreja de Deus – devem reconhecer que têm a sua parcela de culpa nos fatos que agitaram o país”.⁷¹² O pronunciamento do reverendo metodista não expressou qualquer conagração para com o novo governo, mas, também, não o condenou.

Um mês depois, Charles W. Clay, secretário geral de educação cristã da Igreja Metodista, informou que o reverendo José Sucasas Júnior seria o substituto de Isnard Rocha na redação de o *Expositor Cristão*. Ele era irmão do bispo Isaías Fernandes Sucasas,⁷¹³ um dos maiores expoentes do conservadorismo metodista na década de 1960. Foi justamete quando o reverendo José Sucasas Júnior se tornou redator-chefe de o *Expositor Cristão* que veio a público um telegrama, datado de 15 de abril de 1964, do gabinete geral da Igreja Metodista endereçado ao Marechal Castelo Branco. Seu teor dizia o seguinte:

No ensejo de sua posse na Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil, desejamos à Vossa Excelência as abundantes bênçãos de Deus para um governo de compreensão, paz e progresso. A Igreja Metodista do Brasil permanecerá orando em seu favor, em favor da Pátria e do povo.⁷¹⁴

⁷¹¹ BAYER, Newton Paulo. Crise nacional. *Expositor Cristão*, Ano 79, n.º 11, São Paulo, 1º de junho de 1964, p. 12.

⁷¹² Ibid.

⁷¹³ Isaías Fernandes Sucasas nasceu em 9 de agosto de 1896 na cidade de Cataguases, Minas Gerais. Formou-se, em 1925, no curso de Teologia do Granbery, instituição de ensino metodista localizada na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Nesta mesma cidade assumiu o pastorado da Igreja Metodista Central, em 1932. No Concílio Geral da Igreja Metodista, realizado em 1946, na cidade de Piracicaba, São Paulo, ele foi eleito bispo da Segunda Região Eclesiástica (Rio Grande do Sul, sul do Paraná e Santa Catarina). Foi reeleito em 1950, 1955 e 1960 servindo como bispo da Terceira e Quinta regiões eclesiásticas. Após 19 anos de episcopado, ele foi aposentado e declarado bispo emérito, em 1965. Morreu em 1º de junho de 1972.

⁷¹⁴ DOIS telegramas. *Expositor Cristão*, Ano 79, n.º 14, São Paulo, 15 de julho de 1964, p. 2.

O telegrama foi assinado pelo secretário do gabinete geral, Charles W. Clay. Isto demonstra, portanto, que a igreja manifestou oficialmente seu reconhecimento ao governo militar poucas semanas após o golpe de 1964. Manifestação oficial, mas que só foi tornada pública a todos os metodistas brasileiros apenas na segunda quinzena de julho de 1964. Quais teriam sido as razões da demora na publicação deste telegrama no *Expositor Cristão*, uma vez que cartas e telegramas de outras igrejas em apoio ao presidente Castelo Branco já tinham sido publicados no periódico?

Podemos especular de que houve alguma tensão entre os integrantes do gabinete geral da Igreja Metodista sobre o reconhecimento ou não do governo militar. Mas é apenas uma especulação. Independentemente dos motivos para a demora na publicização do documento, o fato é que ao ter dado visibilidade àquele telegrama, José Sucasas Júnior apresentou aos fiéis metodistas a posição oficial da Igreja em relação ao novo governo. No limite, deixou-se claro que a Igreja Metodista reconhecia sua legalidade.

Entretanto, a posição oficial da Igreja Metodista não representava a posição de todos os metodistas, principalmente dos setores progressistas. William Schisler Filho, por exemplo, era o coordenador de periódicos da igreja e um crítico contumaz do golpe de 1964. Ele chegou a pedir demissão do cargo que ocupava na igreja, mas o gabinete geral recusou seu pedido, ao mesmo tempo que o orientou para que “evite a publicação de qualquer matéria prejudicial à igreja, ou que contrarie os objetivos dos periódicos, ou que seja de controvérsia pessoal”.⁷¹⁵

Como já dito nos capítulos anteriores, os setores evangélicos progressistas, que foram identificados como sendo de esquerda, sofreram retaliações em suas próprias igrejas e instituições paraeclesiásticas. William Schisler Filho denunciou o clima de perseguição que ocorreu na CEB após a Conferência do Nordeste e que culminou com a demissão de Jether Pereira Ramalho – secretário executivo do Departamento de Ação Social – e de Waldo César – secretário executivo do SRSI.⁷¹⁶

Segundo William Schisler Filho, um documento elaborado em conjunto pela Igreja Metodista do Brasil, Igreja Episcopal Brasileira e Igreja Evangélica Luterana foi enviado para a direção da CEB para que houvesse o “reexame das decisões tomadas por aquela diretoria no

⁷¹⁵ COMUNICAÇÃO do gabinete geral. *Expositor Cristão*, Ano 79, n.º 15, São Paulo, 1º de agosto de 1964, p. 12.

⁷¹⁶ SCHISLER FILHO, William. Autoridades pedem reexame da decisão da diretoria da Confederação Evangélica do Brasil. *Expositor Cristão*, Ano 79, n.º 17, São Paulo, 1º de setembro de 1964, p. 12. Além de Jether Ramalho e Waldo César, William Schisler informou a demissão dos pastores Francisco de Paula Pereira de Souza (secretário assistente do setor de Mocidade) e Domício Pereira de Mattos (secretário interino do Departamento de Educação Religiosa).

dia 6 de maio, que resultaram na suspensão de alguns setores daquela organização e a demissão de vários secretários-executivos e assistentes”.⁷¹⁷

É importante ressaltar, mais uma vez, as implicações da Conferência do Nordeste para os setores evangélicos progressistas no Brasil. Desde 1962, estes setores foram associados a grupos de esquerda e acusados de infiltração comunista nas igrejas evangélicas. Após a Conferência do Nordeste, houve um golpe endógeno nas igrejas evangélicas, silencioso, mas que tratou de expurgar gradualmente aqueles identificados com uma práxis cristã revolucionária, ainda que não armada. Depois do golpe de 1964, a perseguição aos setores evangélicos progressistas se tornou mais aguda e adquiriu um caráter não apenas teológico, mas, também, político.

Ao lembrar-se daquele período entre 1962 e 1964, Waldo César informou em entrevista que “o que foi doloroso é que a perseguição, a minha expulsão e a de outras pessoas, começou antes do Golpe. A igreja deu o golpe antes. O colégio Bennett começou a expulsar gente. As expulsões dos seminários começaram antes. Depois então foi uma festa”.⁷¹⁸

Para os setores progressistas metodistas, o golpe de 1964 acentuou a “caça às bruxas”, o expurgo e o fortalecimento das correntes conservadoras. Mas, na visão de algumas lideranças da Igreja Metodista, o golpe representou uma oportunidade para a inserção evangélica nos quadros político-administrativos do país. O bispo José Pedro Pinheiro, responsável pela II região eclesiástica,⁷¹⁹ quando foi questionado sobre os desafios que a “revolução de abril” trouxe à igreja, disse que a Igreja Metodista tinha que “oferecer à disputa de colocações e cargos de responsabilidade, homens e mulheres, jovens também, nas condições prescritas pelo Evangelho e pelos padrões do metodismo, com a garantia de que possam contribuir com uma revolução desse tipo”.⁷²⁰ A fala do bispo José Pedro Pinheiro não era solitária, mas, também, não se tornou hegemônica.

⁷¹⁷ Ibid.

⁷¹⁸ DIAS, Zwinglio Mota (org.). Op. Cit., p. 93.

⁷¹⁹ A II Região Eclesiástica englobava os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e sul do Paraná.

⁷²⁰ “NOSSO espírito ecumênico e compreensivo muitas vezes nos subtrai à agressividade evangelizante” declara bispo do sul. *Expositor Cristão*, Ano 79, n.º 20, São Paulo, 15 de outubro de 1964, p. 2.

4.3. Tensão, repressão e enfrentamento

Em 1965, a Igreja Metodista estava envolvida na organização de seu IX Concílio Geral, que seria realizado na Guanabara. O concílio serviria, entre outras coisas, para a eleição do quadro administrativo da igreja, incluindo bispos e juntas gerais. Havia uma expectativa sobre os desdobramentos deste concílio, principalmente em razão das disputas em torno da direção da igreja. Naquele cenário, ganhou visibilidade um grupo que foi denominado “Esquema” pelos próprios metodistas.

Esse grupo tinha como objetivo a “simplificação da máquina administrativa da igreja”, a “renovação dos quadros administrativos”, e a “retirada dos missionários norte-americanos de cargos e funções administrativas”.⁷²¹ Para Daniel Schmidt, a influência do “Esquema” na Igreja Metodista não foi pequena, e marcou o que ele considera o início do período da reação conservadora na igreja.⁷²²

Em entrevista concedida ao redator-chefe de o *Expositor Cristão*, o reverendo Nathanael do Nascimento discorreu sobre o movimento do qual fazia parte, porém, negando que fosse líder de um grupo denominado “Esquema” e que estivesse dividindo a Igreja Metodista. Em sua opinião, tratava-se de um movimento contrário ao liberalismo teológico e à pregação comunista nos púlpitos e periódicos da igreja.

Essa infiltração comunista ameaçava a unidade da Igreja e, nós, não podíamos permanecer de braços cruzados. Entendemos que entre o capitalismo materialista e o comunismo materialista a Igreja não faz escolha. Condena a ambos, e não pode, nem ainda, vestir sua mensagem com os termos do materialismo, para não se fazer veículo de ideias e sugestões incompatíveis com a lição clara do Evangelho.⁷²³

Para ele, a falta de “iniciativas dinamizadoras da igreja” por parte de seus dirigentes ensejou a criação desse grupo. A entrevista repercutiu bastante entre os metodistas, provocando reações de toda ordem. O reverendo norte-americano, Charles W. Clay, pronunciou-se a respeito por meio de uma carta aberta que foi publicada no periódico oficial da igreja. Nela, o secretário geral de educação cristã rebateu as afirmações feitas por Nathanael do Nascimento, ressaltando que ele era “o autêntico líder do movimento chamado ‘esquema’” e que “a palavra ‘comunista’ foi bastante mal empregada, porque se fosse verdadeira os periódicos não teriam continuado circulando normalmente”.⁷²⁴

⁷²¹ DESVENDANDO o Esquema. *Expositor Cristão*, Ano 80, n.º 6, São Paulo, 15 de março de 1965, p. 12.

⁷²² SCHMIDT, Daniel Augusto. Protestantismo e ditadura militar no Brasil. São Paulo: Editora Reflexão, 2014, p. 97.

⁷²³ DESVENDANDO o Esquema. *Expositor Cristão*, Ano 80, n.º 6, São Paulo, 15 de março de 1965, p. 12.

⁷²⁴ CLAY, Charles W. Carta aberta. *Expositor Cristão*, Ano 80, n.º 7, São Paulo, 1º de abril de 1965, p. 2.

As tensões políticas entre os grupos metodistas provocaram a elaboração de um manifesto que veio a público, em maio de 1965, contra o “Esquema”.⁷²⁵ O documento trouxe críticas às opiniões do reverendo Nathanael do Nascimento, principalmente no que diz respeito às acusações de que havia liberalismo teológico e pregação comunista nos púlpitos metodistas. O manifesto deixou claro que a igreja estava cindida e que havia ranços de preconceito em relação aos missionários estrangeiros.

As querelas entre os grupos se arrastaram durante todo o primeiro semestre de 1965, sendo que o IX Concílio Geral, realizado em 10 de julho daquele ano, tornou-se o palco privilegiado das disputas políticas entre os grupos divergentes. Para Daniel Schmidt, “o Concílio Geral de 1965 representou o fim do Período de Engajamento e o início do Período da Reação Conservadora na Igreja Metodista dos anos 1960”, isto porque, “o Esquema teve força bastante para levar um de seus membros ao episcopado”.⁷²⁶

Entretanto, não me parece que a afirmação do autor seja toda ela procedente. Primeiro, porque o engajamento político-social metodista, assim como de outros setores evangélicos progressistas, sofreu um duro ataque após a Conferência do Nordeste, e que foi acentuado com a instalação do governo militar. Portanto, o suposto fim do período de engajamento dos metodistas em torno de causas sociais não foi obra de um concílio realizado em meados de 1965.

Segundo, porque Nathanael do Nascimento, se por um lado, foi eleito bispo da I Região Eclesiástica – que englobava os estados da Guanabara e Rio de Janeiro – por outro, Almir dos Santos foi eleito bispo para a IV Região, sendo responsável pelos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Terceiro – como o próprio Daniel Schmidt deixa claro em seu livro –, a maioria das propostas do grupo “Esquema” foi derrotada no plenário do Concílio.

Por último, me parece ainda que não houve um fim do engajamento político-social entre os metodistas, mas uma desmobilização provocada tanto por fatores externos quanto internos à igreja. Conservadores pretenderam reduzir a visibilidade e influência dos setores progressistas entre os fiéis metodistas. De fato, houve um descenso no engajamento metodista em torno de um evangelho social, cujas características básicas eram o ecumenismo e as ações político-sociais favoráveis aos oprimidos. Diferente do que ocorreu nas igrejas Batistas,

⁷²⁵ MANIFESTO à Igreja Metodista do Brasil. *Expositor Cristão*, Ano 80, n.º 10, São Paulo, 15 de maio de 1965, p. 1 e 2. O manifesto foi assinado pelo bispo Isaías Fernandes Sucasas, Otto Gustavo Otto (reitor da Faculdade de Teologia), Almir dos Santos (Secretário Geral de Ação Social) e professores da Faculdade de Teologia e pastores.

⁷²⁶ SCHMIDT, Daniel Augusto. Op. Cit., p. 97 e 98.

Assembleias de Deus e Presbiteriana Independente, os setores conservadores na Igreja Metodista não foram em nenhum momento, entre 1964 e 1985, hegemônicos.

Mesmo com José Sucasas Júnior ocupando o cargo de redator-chefe de o *Expositor Cristão*, e Nathanael do Nascimento alçado à condição de bispo, setores metodistas progressistas conseguiram oferecer resistência duradoura às forças conservadoras na igreja. Os artigos na coluna “Ação Social” voltaram a discutir questões nacionais e a necessidade de envolvimento dos metodistas na transformação objetiva da sociedade.

As pastorais dos bispos eleitos no concílio tentaram imprimir um tom institucional ao posicionamento político da igreja. Estava claro, decorrido pouco mais de um ano do golpe de 1964, que a situação do Brasil não mudara e que a corrupção e as misérias sociais ainda campeavam todo o território brasileiro. Deste modo, parece-me que, diferente de todas as outras igrejas evangélicas aqui pesquisadas, a Metodista se mostrou, ao longo de vinte e um anos, a mais reticente em relação ao governo militar, embora, aqui e acolá, tenham ocorrido aproximações com o regime.

Ao final do ano de 1965, o colégio dos bispos da Igreja Metodista publicou uma Pastoral dirigida aos fiéis da igreja, em que se refletiu acerca das estruturas sociais e políticas no Brasil. O texto fez uma crítica à organização agrária – “velha de séculos” – à organização econômica – “que pôs as fontes de riquezas e os meios de sua atualização ao alcance apenas de certos setores da população” – e à organização política – “que consagrou vícios que manipulam o resultado das urnas, falseam a composição das casas legislativas e isolam o governo do povo”.⁷²⁷

A carta manteve as ambivalências tão características dos posicionamentos das lideranças metodistas daquele período, ao mesmo tempo que demonstrava, mais uma vez, a diversidade de opiniões entre os bispos. Ênfase na transformação social, mas também, acentuada preocupação moral. No entanto, há de se ressaltar que o texto expunha sutilmente críticas ao governo militar. Podia-se ler que “a falta de confiança nos propósitos do poder público oferece o clima para a agitação social”.⁷²⁸

Se até 1965 essa crítica foi sutil, a partir de 1966 ela adquire tons mais nítidos. A publicação do Ato Institucional n.º 2, em 27 de outubro de 1965, que, segundo Elio Gaspari, “numa só canetada, abandonou a legalidade formal e cassou aos brasileiros o direito de eleger

⁷²⁷ A IGREJA e a nação. *Expositor Cristão*, Ano 80, n.º 20, São Paulo, 15 de outubro de 1965, p. 3.

⁷²⁸ Ibid.

o presidente da República”,⁷²⁹ provocou reações mais contundentes ao regime, e a radicalização das esquerdas. Para Marcelo Ridenti,

alguns setores da sociedade civil, sobretudo das classes médias que de início haviam dado apoio ao golpe, foram se desencantando com o progressivo fechamento político, associado à recessão econômica entre 1964 e 1968. Essa situação, somada às denúncias de desrespeito aos direitos humanos de opositores presos, levou a maior parte da Igreja católica a retirar seu apoio ao regime.⁷³⁰

Na Igreja Metodista, a crítica ao governo militar foi muito devedora do ecumenismo, defendido e praticado pelos setores progressistas da igreja. Isto permitiu um diálogo profícuo não apenas com outras igrejas evangélicas, mas, principalmente, com a Igreja Católica e, em particular, com os setores católicos críticos da ditadura.

Um artigo do pastor Arthur R. Kratz, extraído de o *Estandarte Cristão*, órgão oficial da Igreja Episcopal Brasileira, foi publicado no periódico oficial da Igreja Metodista. Nele, o pastor refletiu sobre a influência das encíclicas do Papa João XXIII, as quais teriam contribuído para que a Igreja tomasse consciência “da perda da lealdade de muitos que viam na religião ou uma aliada dos capitalistas ou uma entidade indiferente aos problemas humanos, preocupada exclusivamente com o bem das almas”.⁷³¹

Para o pastor episcopal, as encíclicas também promoveram o surgimento de “cristãos sociais”, a exemplo do bispo católico Dom Hélder Câmara, citado pelo articulista. Na opinião de Arthur Kratz, os cristãos sociais, para alcançar seus objetivos de transformação do mundo em favor dos oprimidos, “não temem contatos com os não-cristãos e até mesmo com os ateus e materialistas, sem que isto implique naturalmente em renúncia de suas convicções religiosas”.⁷³²

O *Expositor Cristão* também publicou, em resumo, o pronunciamento de Dom Hélder Câmara, logo após a crise provocada pela pastoral dos bispos do Nordeste em razão de suas críticas contundentes à exploração capitalista e ao governo militar. O texto publicado concluía com a seguinte posição de Dom Hélder: “Ilude-se quem pensar que se trata de um ou outro leigo exaltado, um ou outro padre esquerdista, um ou outro bispo subversivo. Nem estamos dispostos a calar, nem a aceitar a pecha de subversivos e comunistas”.⁷³³

⁷²⁹ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2.ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 240.

⁷³⁰ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *Op. Cit.*, p. 35.

⁷³¹ KRATZ, Arthur R. O terceiro mundo e os “cristãos sociais”. *Expositor Cristão*, Ano 81, n.º 10, São Paulo, 15 de maio de 1966, p. 6.

⁷³² *Ibid.*

⁷³³ DOM Hélder: igreja confinada é ópio. *Expositor Cristão*, Ano 81, n.º 18, São Paulo, 15 de setembro de 1966, p. 7.



Fig. 14 – Reportagem: “A Igreja Evangélica não pede: dá”. *Expositor Cristão*, 1º de outubro de 1963, p. 1. Uma das raras fotos de João Goulart ao lado de evangélicos. A mesma notícia foi veiculada n’*O Jornal Batista*, porém, de forma mais sutil. Depois do golpe de 1964, os metodistas silenciaram em relação à Goulart, trazendo-o à memória somente quando de sua morte, em 6 de dezembro de 1976.

A fala de Dom Hélder Câmara, bastante destacada no jornal, representava também a fala de diversos metodistas. Diante da aproximação das eleições de 15 de novembro de 1966, o geneticista e professor de Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Warwick Estevam Kerr, membro da Igreja Metodista naquela cidade, explicou, de forma didática, os critérios que ele próprio iria adotar para votar nas eleições que se aproximavam. Para ele, era necessário que seu candidato atendesse a algumas questões básicas que o ajudariam a definir seu voto:

Para ser meu representante o Sr. precisa ter em comum comigo o seguinte: a) Ser a favor de eleição para todos os cargos dos legislativos e executivos; b) Defender a liberdade de religião, de imprensa, de expressão de pensamento e demais liberdades fundamentais do homem; c) Defender maiores verbas para a educação e pesquisa e menores para as forças armadas; d) Denunciar as violências policiais contra operários ou estudantes e professores, sempre que tiverem lugar, e fazer o possível para que os responsáveis sejam imediatamente demitidos.⁷³⁴

Com este tipo de posição não nos resta dúvidas quanto à orientação política que Warwick Kerr recomendou aos eleitores metodistas em 1966. O voto deveria ser contra candidatos do governo, contra reacionários, e contra aqueles que faziam “vista grossa” à violência praticada pelo próprio Estado. Quanto a isso, os setores metodistas progressistas não se calam, ao contrário dos grupos conservadores existentes na igreja.

Exemplo disto foi o apoio dado pelos setores progressistas às manifestações de protesto pelo “Dia Nacional da Farsa”, protagonizadas por estudantes secundaristas e universitários no país. Em 3 de outubro de 1966, data da eleição do Marechal Costa e Silva à presidência da República, ocorreram passeatas estudantis nas principais cidades brasileiras, convocadas de antemão pela União Nacional de Estudantes (UNE), entidade que atuava na clandestinidade desde a promulgação da Lei Suplicy de Lacerda (Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964).

O objetivo dos estudantes era denunciar as eleições no país como uma grande farsa, pois, fosse por via indireta no Congresso Nacional, ou por via direta para a eleição de vereadores e deputados, os estudantes consideravam que os parlamentares seriam sempre representantes dos interesses do governo militar e não da população. Pretendia-se, desse modo, expor a ditadura e seus arranjos, inclusive no que dizia respeito às ingerências e políticas de governo para a educação brasileira. Em Belo Horizonte, por exemplo, a

⁷³⁴ KERR, Warwick Estevam. Você vai votar a 15 de novembro? *Expositor Cristão*, Ano 81, n.º 20, São Paulo, 15 de outubro de 1966, p. 6.

manifestação foi duramente reprimida pela polícia, sendo noticiada no jornal *Correio da Manhã*:

De várias esquinas passaram a surgir grupos de estudantes, aos gritos de “Abaixo a Ditadura”, “Liberdade” e “Povo Organizado Derruba a Ditadura”. Isto despertou a atenção dos populares, muitos dos quais se incorporaram à manifestação. Quase às tontas, a polícia começou a perseguição aos estudantes, espancando a quantos encontrasse pela frente, inclusive desfazendo várias filas de ônibus e cinemas, estabelecendo o pânico entre a população.⁷³⁵

Em São Paulo, a violência policial foi condenada pelo professor universitário Warwick Kerr, que escreveu carta ao governador do estado de São Paulo, Laudo Natel, dizendo o seguinte:

Assisti ontem à mais selvagem ocorrência de minha vida: a polícia do estado de São Paulo investindo contra o povo de Ribeirão Preto, com cavalos, carros e cassetetes. Ao fim do dia eram incontáveis os casos de estudantes machucados pelo único fato de quererem fazer uma passeata pacífica de protestos contra violências policiais. (...) Lamento profundamente o voto que dei a V. Excia. para Vice-Governador, pois V. Excia. está na posição e obrigação de proteger a nossa juventude e de não permitir que seja espancada em praça pública como o vem sendo.⁷³⁶

Na cidade de São Paulo a passeata dos universitários contou com a participação de seminaristas da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, entre os quais, Luiz Roberto Couto Pereira, Adahyr Cruz e Onésimo de Oliveira, presos durante as manifestações. Onésimo de Oliveira relatou que “depois de uma peregrinação vitoriosa pelas principais vias da cidade, tivemos um final dramático na chamada Avenida Liberdade, a poucos passos da Igreja Metodista Central. Ali apanhamos como se fôssemos animais e ladrões”.⁷³⁷

Adahyr Cruz ficou detido durante cerca de 20 horas nas dependências do DOPS de São Paulo, juntamente com outros estudantes, tendo relatado o que lhe ocorreu, nas páginas do jornal metodista: “devo dizer que o dia que passei ao lado de quarenta e cinco colegas naquela prisão imunda, com sua péssima alimentação, valeu-me mais do que um curso inteiro sobre a necessidade de nosso envolvimento como Igreja nos problemas do mundo moderno”.⁷³⁸

É importante ressaltar que diante daquele cenário de repressão aos movimentos estudantis, o envolvimento de seminaristas evangélicos em passeatas de protesto contra o

⁷³⁵ MINAS: estudantes protestam e apanham. *Correio da Manhã*, Ano LXVI, n.º 22.546, Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1966, 1º Caderno, p. 3.

⁷³⁶ VIOLÊNCIAS policiais compungiram metodistas. *Expositor Cristão*, Ano 81, n.º 20, São Paulo, 15 de outubro de 1966, p. 12.

⁷³⁷ Ibid.

⁷³⁸ Ibid, p. 11.

governo, não deixa de causar certa surpresa. Primeiro porque há uma noção consolidada, tanto dentro quanto fora da academia, de que seminaristas evangélicos teriam um currículo voltado exclusivamente para uma formação teológica sem conteúdos disciplinares que provocassem debates de cunho político-social, a exemplo do que ocorre com as disciplinas de sociologia, ciência política, história. Segundo, porque não haveria uma identificação desses seminaristas com os dilemas de estudantes universitários, principalmente com os setores da esquerda universitária.

No entanto, diversos seminaristas evangélicos, metodistas ou não, fugiram a esse estereótipo. A razão para isto talvez se encontre na influência do ecumenismo sobre esses seminaristas, bem como no contato com uma literatura teológica europeia afeita à crítica político-social, sendo seus principais expoentes, Paul Tilich, Karl Barth e Dietrich Bonhoeffer.⁷³⁹

Portanto, se houve setores evangélicos em sintonia com uma teologia conservadora que desmobilizou politicamente os fiéis, por outro lado, houve setores, também evangélicos, que defenderam uma ética social religiosa, politicamente engajada, que fez críticas tanto ao governo quanto às suas próprias igrejas. Para estes setores progressistas, ser evangélico não representava, necessariamente, um atestado de idoneidade política, religiosa ou moral.

Nesse ponto, a Igreja Metodista experimentou um ambiente profícuo ao debate público e aberto por meio das páginas de *O Expositor Cristão*, mesmo num momento de endurecimento do governo militar. Embora os setores metodistas progressistas fossem quantitativamente inferiores aos conservadores, eles conseguiram construir focos de resistência no interior da igreja ao longo da ditadura militar e, ainda, dar visibilidade nacional à sua atuação. Este é mais um aspecto importante para se entender a complexidade do protestantismo brasileiro naquele período. Ao longo dos anos, a balança pendeu favoravelmente aos conservadores, mas, ainda assim, isto não se traduziu no aniquilamento dos setores evangélicos progressistas.

⁷³⁹ Joanildo Burity faz uma breve apresentação destes teólogos e suas respectivas influências para uma teologia do político na virada dos anos 1940, no Brasil. Resumidamente temos o seguinte: “Tilich representou um esforço permanente para estabelecer um diálogo aberto e crítico com o marxismo, com o socialismo e com a realidade da luta de classes na sociedade capitalista”. “Barth consegue unificar as ideias de testemunho da Igreja, responsabilidade política e confissão de fé, fundada na necessidade de produzir, na comunidade civil, analogias do reino de Deus. Tornam-se, então, matéria de fé: uma postura humanista, a defesa do Estado de direito, a luta pela justiça social (e a escolha de alguma solução socialista)...”. “Um elemento fundamental na obra de Bonhoeffer, no que diz respeito às condições de produção do discurso teológico-político da revolução brasileira é a ideia do apagamento das barreiras entre o sagrado e o profano. Abrindo o caminho para uma ação intramundana da Igreja, essa posição vai adquirindo autonomia discursiva e estará presente de modo claro no horizonte teológico dos agentes religiosos brasileiros, ligados às igrejas protestantes”. BURITY, Joanildo. Op. Cit. pp. 127-134.

O reverendo João Parahyba Danroch da Silva, por exemplo, destacou-se no final da década de 1960 entre os metodistas, por sua crítica ao governo e à igreja. Em um de seus artigos, ele perguntou-se sobre “como cristãos podem sancionar a metodologia de governo que se implantou no Brasil? Pois são candidatos somente aqueles que o atual governo aceita”.⁷⁴⁰

João Parahyba defendia o engajamento político da igreja para a conscientização do povo, pois, em sua opinião, isto permitiria à população “discernir os atos do governo, suas tendências, sua metodologia e, então, o povo teria condições de constituir o seu governo e suas estruturas governamentais que correspondam à justiça social!”.⁷⁴¹

Além disso, ele era crítico do comportamento político entre os evangélicos de se votar em candidatos em razão do seu vínculo religioso, isto é, “votar em metodista porque é metodista!”.⁷⁴² Por fim, ele via com maus olhos as duas únicas legendas partidárias existentes no Brasil, considerando que estas eram “falsas alternativas do jogo político [que] impossibilitam um voto de critério e responsabilidade cristã”.⁷⁴³

Como já visto aqui, a crítica ao governo militar não se restringiu a tinta e papel. Isto fez com que lideranças metodistas fossem vigiadas pelos agentes de informação do governo em razão de seus posicionamentos políticos. O reverendo Dorival Beulke, por exemplo, foi preso logo após o golpe de 1964, em Recife. Depois de libertado foi transferido pela Igreja Metodista para ser pastor em Itaquera, São Paulo. Entretanto, em 1966, o *Expositor Cristão* publicou uma breve notícia a respeito da preocupação da igreja com o reverendo Beulke, pois “os atentados recentes em Recife fizeram recrudescer as preocupações da justiça militar pelos que foram indiciados em 1964. E o seu nome tem voltado à baila nos jornais”.⁷⁴⁴

O bispo João Augusto do Amaral, presidente do colégio dos bispos metodistas, enviou carta ao procurador geral de justiça, Eraldo Gueiros Leite,⁷⁴⁵ dizendo-se surpreendido

⁷⁴⁰ SILVA, João Parahyba da. Qual a significação do voto nas eleições de 15 de novembro? *Expositor Cristão*, Ano 81, n.º 21, São Paulo, 1º de novembro de 1966, p. 9.

⁷⁴¹ Ibid.

⁷⁴² Ibid.

⁷⁴³ Ibid.

⁷⁴⁴ GENTE. *Expositor Cristão*, Ano 81, n.º 21, São Paulo, 1º de novembro de 1966, p. 11.

⁷⁴⁵ Eraldo Gueiros Leite era de família presbiteriana, em Pernambuco. Após o golpe de 1964 ele assumiu o cargo de Procurador Geral da Justiça Militar, instalada no Rio de Janeiro, durante o governo Castello Branco. Sua aproximação com os militares lhe garantiu ser empossado no cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, em 1969, no governo do general Costa e Silva. Em 1971, tornou-se governador do estado de Pernambuco por meio de eleições indiretas, exercendo seu mandato até março de 1974. Em 1973, ele foi homenageado n’*O Jornal Batista*, onde se podia ler o seguinte: “o governador tem destacado a validade dos princípios evangélicos e especialmente a influência da Bíblia sobre a sua formação. Assiste, esporadicamente, aos ofícios religiosos na Igreja Presbiteriana do Recife, que é pastoreada por um de seus parentes, o Rev. Israel Gueiros, ilustre nome do presbiterianismo brasileiro”. Conf. MARTINS, Mario Ribeiro. De superintendente da Escola Bíblica Dominical a governador do estado. *O Jornal Batista*, Ano LXXIII, n.º 17, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1973, p. 1.

com a instauração de um Inquérito Policial Militar (IPM) contra o reverendo Beulke, acusado de subversão. Além disso, o bispo, juntamente com o reverendo João Parahyba, assinou uma carta dirigida ao promotor da Justiça Militar de Pernambuco pedindo esclarecimentos quanto ao inquérito, dando conta da idoneidade do reverendo Beulke.⁷⁴⁶

A tensão com o governo acentuou-se no final da década de 1960. Não houve qualquer manifestação de apreço da Igreja Metodista pela eleição do marechal Costa e Silva à presidência da República, exceto uma pequena mensagem pessoal do bispo Nathanael Nascimento,⁷⁴⁷ saudando-o pelo cargo ocupado, mas sem que isto representasse posição do colégio dos bispos, muito menos da Igreja Metodista.

A promulgação do Decreto-Lei n.º 314, de 13 de março de 1967, que definiu os crimes contra a segurança nacional, ampliando, desse modo, o espectro do que era considerado subversivo no Brasil e passível de punição, foi duramente criticada pelos setores de esquerda no país. Além disso, a lei colocava em suspeita praticamente todos os brasileiros. O jornal *Diário da Manhã* teve um artigo publicado, sem assinatura, com críticas à lei promulgada:

Ontem o Marechal Castelo Branco assinou o decreto-lei que instituiu no País o novo conceito de segurança nacional criado pela Sorbonne. Está, pois, instaurado aquilo que o ministro da Justiça definiu, num sentido lato, como princípio da guerra interna, isto é, o princípio segundo o qual as ameaças à segurança do País não provêm de fora, e sim do comportamento do próprio povo. É uma concepção, aliás, muito natural, quando emanada de um Governo que, sem haver sido democraticamente sancionado, baseou o seu comportamento entre o desprezo e a perseguição ao mesmo povo.⁷⁴⁸

Em tom irônico e jocoso, o artigo apresentava a lei como uma espécie de “testamento” dos últimos dias do governo Castello Branco, e que seria herdado pelo presidente eleito, Costa e Silva. O secretário geral de Ação Social da Igreja Metodista, João Parahyba da Silva, também não deixou por menos, e questionou o decreto presidencial.

Em sua opinião, na lei decretada pelo governo brasileiro “a liberdade é estranhamente subordinada a imprecisas e vagas conceituações de defesa nacional”.⁷⁴⁹ Segundo João Parahyba, “enquanto naquelas [leis de segurança promulgadas nos EUA] a segurança é concebida em função das mais altas responsabilidades éticas do Estado para com

⁷⁴⁶ IGREJA defende pastor em IPM. *Expositor Cristão*, Ano 81, n.º 23, São Paulo, 1º de dezembro de 1966, p. 12.

⁷⁴⁷ TELEGRAMA. *Expositor Cristão*, Ano 81, n.º 22, São Paulo, 15 de novembro de 1966, p. 1.

⁷⁴⁸ TESTAMENTOS. *Correio da Manhã*, Ano LXVII, n.º 22.679, Rio de Janeiro, 12 de março de 1967, 1º Caderno, p. 6.

⁷⁴⁹ SILVA, João Parahyba D. da. Qual a verdadeira segurança nacional? *Expositor Cristão*, Ano 82, n.º 7, São Paulo, 1º de abril de 1967, p. 3.

o cidadão, em nossa lei ocorre o inverso: o cidadão é que passa a existir em função de uma determinada concepção de governo”.⁷⁵⁰ Em sua conclusão ele destacou que “segurança em oposição à liberdade de consciência do homem é um enorme atentado à segurança”.⁷⁵¹

A lei de segurança nacional permitiu prisões arbitrárias, sob os mais diversos pretextos. Todos foram tornados suspeitos. A noção de que evangélico e comunismo seriam coisas auto-excludentes não foi uma lógica seguida pelos órgãos de repressão do Estado.⁷⁵² As denúncias, algumas delas oriundas da própria Igreja, alcançaram evangélicos em razão de suas atividades e posicionamentos políticos incômodos ao regime e/ou à Igreja. Tome-se, por exemplo, o caso de Waldo César, acusado de infiltração comunista. O jornal *Expositor Cristão* informou sua prisão por meio de uma nota com o seguinte teor:

Sr. Waldo César, líder leigo presbiteriano, foi preso pelo SNI e DOPS na suposição que pudesse ser elemento de ligação internacional de movimentos comunistas com grupos estudantis brasileiros. O que se esclareceu depois de sete dias de interrogatórios feitos pela madrugada afora é que nada do que se supunha tinha base e que mais uma violência policial se cometia contra um cidadão brasileiro – desta vez um cristão decidido e responsável. O Sr. Waldo César é redator da revista *Paz e Terra*, que tem tido grande aceitação entre o público leitor, como tribuna de preocupações sociais de cristãos evangélicos e católicos romanos.⁷⁵³

A publicidade dada à prisão de Waldo César⁷⁵⁴ por parte da redação de o *Expositor Cristão* deixou claro as ingerências e arbitrariedades do governo militar sobre qualquer indivíduo que tivesse ou não histórico comunista. Nesse sentido, o jornal oficial metodista se tornou, entre os anos de 1966-1968, um importante veículo de crítica à violência praticada pelo Estado.

⁷⁵⁰ Ibid.

⁷⁵¹ Ibid.

⁷⁵² Esta lógica auto-excludente que se baseia no princípio de que o evangélico, sendo crédulo, não pode ser comunista, que é ateu, foi recorrente – e talvez ainda seja – entre os evangélicos. O pastor batista Enoc Vieira, que era líder estudantil em 1964, em São Luís, Maranhão, reproduziu o seguinte relato que teria ocorrido entre ele e um oficial militar logo após o golpe. “Quando a Revolução chegou, em 1964, foram lá na UMES [União Maranhense de Estudantes Secundaristas], vasculharam tudo. Eu já estava na faculdade e foram lá dois militares me intimar para prestar depoimento no Quartel. E eu fui para o Quartel. Tinha muita gente presa já a essas alturas, e me apresentei. Na sala me interrogaram, me acusaram de ser comunista. Essa era a pecha para matar todo mundo. Eu disse: “– Olha, eu não posso ser comunista porque eu sou evangélico”. “– O que tem a ver evangélico com comunista?”. “– Evangélico crê em Deus, acredita em Deus, e o comunista é materialista, não acredita nisso”. Entrevista concedida ao autor, em 06 de agosto de 2012, São Luís, Maranhão.

⁷⁵³ GENTE. *Expositor Cristão*, Ano 82, n.º 8, São Paulo, 15 de abril de 1967, p. 11.

⁷⁵⁴ Embora Waldo César fosse membro da Igreja Presbiteriana, nenhuma notícia em relação à sua prisão foi publicada pelo jornal de sua igreja. Em entrevista concedida a Zwinglio Mota Dias, ele disse o seguinte: “Enquanto eu estive preso ‘minha família sumiu’. Depois que eu fui libertado, recebo em minha casa o Antonio Callado e o Enio Silveira. Eu recebi essa gente fora da Igreja, que não tinha nada com a Igreja. Deram-me apoio e solidariedade. A Igreja não queria saber da gente, salvo algumas exceções raras de pessoas que a frequentavam. Eu era conhecido como comunista pela família e por outras pessoas. Diziam: ‘Esteve preso, porque esse cara fez alguma coisa...’”. DIAS, Zwinglio Mota (org.). Op. Cit., p. 97.

A linha editorial do jornal refletiu o ambiente de contestação que os metodistas viveram no final da década de 1960. Durante esse período, os setores progressistas da igreja tomaram partido em favor dos estudantes, defenderam a liberdade de expressão, denunciaram violências praticadas por policiais e militares, assim como os problemas sociais que ainda eram bastante presentes na realidade nacional.

Talvez o momento mais simbólico dessa fase na Igreja Metodista esteja na escolha de Dom Hélder Câmara para paraninfo da turma de formandos da Faculdade de Teologia, em São Paulo. O convite aceito pelo arcebispo de Olinda e Recife foi divulgado de forma discreta na primeira página de o *Expositor Cristão*, mas repercutiu com muita intensidade no meio evangélico. Houve quem classificasse o convite de “aberrante”, mas houve quem aplaudisse a iniciativa dos seminaristas metodistas.⁷⁵⁵

O reitor da Faculdade de Teologia, Otto Gustavo Otto, pronunciou-se de maneira favorável à escolha dos formandos.⁷⁵⁶ Dom Helder Câmara teve seu discurso publicado integralmente no *Expositor Cristão*. E, em nome dos formandos falou o acadêmico Onésimo de Oliveira Cardoso, o mesmo indivíduo preso pela polícia paulista em 1967, durante as manifestações estudantis. Em síntese, a Faculdade de Teologia com o apoio da reitoria deu sinais de rebeldia ao escolher duas pessoas incômodas ao governo militar. A análise de João Parahyba sobre o episódio deixou claro os motivos dos estudantes metodistas:

Por que Helder Câmara? Por seu *status* eclesiástico? Não. Evidentemente que não. A escolha de seu nome não se deve atribuir ao fato de ser um bispo da Igreja Católica Romana. Fazer isso é violar o pensamento, as convicções profundas dos acadêmicos da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista do Brasil.⁷⁵⁷

E continuou, refletindo o seguinte:

Quem ignora neste País e no Mundo cristão que o nome de Helder Câmara lembra o nome dos outros, dos anônimos despersonalizados pela miséria, pela sub-vida em que se encontram? Seu nome lembra claramente a dimensão profética do Cristianismo na sua luta inequívoca contra as injustiças sociais e as iniquidades de sistemas políticos e econômicos. Em específico, seu nome lembra o “protesto” dos que não têm voz: milhares de crianças nordestinas, sem pão, sem teto, sem escola, sem agasalho, sem futuro!⁷⁵⁸

⁷⁵⁵ DOM Helder é assunto. *Expositor Cristão*, Ano 83, n.ºs 1 e 2, São Paulo, 1º e 15 de janeiro de 1968, p. 10.

⁷⁵⁶ OTTO, Otto Gustavo. Formatura proclamou alegria e responsabilidade cristã. *Expositor Cristão*, Ano 83, n.ºs 1 e 2, São Paulo, 1º e 15 de janeiro de 1968, p. 11.

⁷⁵⁷ SILVA, João Parahyba D. da. Protestantes x católicos. A violência do ódio ou a revolução do amor? *Expositor Cristão*, Ano 83, n.ºs 1 e 2, São Paulo, 1º e 15 de janeiro de 1968, p. 13.

⁷⁵⁸ Ibid.

A escolha de Dom Hélder, como se viu, foi uma posição conscientemente política por parte dos formandos da Faculdade de Teologia Metodista em São Paulo. E, ainda, contou com a chancela do reitor, de docentes e do bispo João Augusto do Amaral, que era também o presidente do colégio dos bispos da Igreja Metodista do Brasil.

Este evento, que ocorreu no final do ano de 1967, teve implicações para a Igreja Metodista no ano seguinte. Os seminaristas metodistas não ficaram alheios aos movimentos estudantis que se avolumaram em 1968. Rodrigo Patto Sá Motta explica que durante aquele ano as manifestações estudantis se intensificaram, tendo como pauta principal de protesto a denúncia da violência repressiva, principalmente após a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, no Rio de Janeiro.⁷⁵⁹

Para Rodrigo Patto Sá Motta, “o crescimento da audácia estudantil levou a episódios de ocupação de dependências universitárias para pressionar o governo ou protestar contra os dirigentes universitários”.⁷⁶⁰ Parte dessas manifestações reverberaram os episódios de maio de 1968 na França, cujo epicentro irradiou um sentimento de contestação ao conservadorismo. Canções como “É proibido proibir”, defendida por Caetano Veloso e os Mutantes, no III Festival Internacional da Canção, em 1968, refletiam bem o espírito da época: “Derrubar as prateleiras, as estantes, as estátuas, as vidraças, louças, livros, sim...”.⁷⁶¹

Neste ambiente de efervescência cultural, política e de contestação do *status quo* é que a Faculdade de Teologia Metodista, localizada em São Bernardo do Campo, São Paulo, experimentou, no primeiro semestre de 1968, uma crise sem precedentes envolvendo alunos, professores, conselho diretor e gabinete geral. Segundo Vasni de Almeida, aconteceu de tudo nessa crise:

denúncias contra o uso de fumo e álcool pelos alunos, greves dos alunos, uso das dependências da Faculdade para assembleias da União Estadual dos Estudantes sem autorização do Conselho Diretor, tomada do campus da faculdade pelos alunos,

⁷⁵⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 2014, p. 96.

⁷⁶⁰ Ibid. O autor cita algumas ocupações que ocorreram ao longo de 1968: em junho, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nas Faculdades de Medicina e de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais e reitoria da Universidade de São Paulo; em agosto, na Universidade Federal do Pará.

⁷⁶¹ Marcos Napolitano chama a atenção para o fato de que “os artistas mais prestigiados pela crítica e pela classe média intelectualizada estavam no exílio, forçado ou voluntário, como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque (...). A repressão atingira todas as correntes estéticas e ideológicas que haviam se digladiado na cena cultural no final dos anos 1960”. No entanto, segundo o autor, uma juventude secundarista ou universitária segurou a primavera nos dentes, que significou “manter a vida cultural dentro de sua vocação crítica, partilhar de uma comunidade de leitores, espectadores, e ouvintes que se viam como uma reserva de consciência libertária em tempos sombrios”. Cf. NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 174.

denúncia dos estudantes contra o excesso de poder das autoridades metodistas no campus.⁷⁶²

Diante desse quadro, a mesa do Conselho Diretor da Faculdade de Teologia resolveu “suspender, até ulterior deliberação, as aulas e todas as outras atividades da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista do Brasil”,⁷⁶³ tendo suas dependências completamente fechadas. Além disso, os alunos deveriam regressar às suas igrejas de origem e aguardar a resolução do impasse.

A querela se arrastou ao longo de todo o ano, tomando proporções cada vez maiores e ocupando um espaço considerável nas páginas de o *Expositor Cristão*. A crise foi tornada pública a todos os evangélicos no Brasil, sendo também objeto de discussão em jornais de outras igrejas.

O Gabinete Geral interveio na Faculdade de Teologia, nomeando um administrador interino para substituir o reitor Otto Gustavo Otto. Os professores contratados foram dispensados, e aqueles, que além da docência desempenhavam função pastoral, receberam ordens para que retornassem às suas respectivas regiões eclesiásticas.⁷⁶⁴ Estas decisões foram tomadas em 22 de junho de 1968 e, no mesmo dia, o Gabinete Geral expediu um comunicado sobre ecumenismo, cujo teor deixava claro que “as atividades e os contatos ecumênicos da Igreja Metodista do Brasil com a Igreja Católica Apostólica Romana serão mantidos apenas, e tão somente, no terreno dos estudos entre comissões designadas e orientadas pelos bispos em suas respectivas regiões eclesiásticas”. De forma peremptória se definiu o seguinte: “ficam sustadas, até ulterior deliberação, todas as cerimônias mixtas (sic) e os atos religiosos conjuntos”.⁷⁶⁵

Parte dos alunos recusou-se a acatar a decisão do Gabinete Geral. Diante do impasse, um concílio geral extraordinário foi convocado pelo colégio dos bispos metodistas para pôr fim à crise que tinha começado no dia 26 de abril de 1968. A convocação extraordinária e a celeuma em torno da Faculdade de Teologia provocaram a indignação de alguns metodistas.

⁷⁶² ALMEIDA, Vasni de. Os metodistas e o golpe militar de 1964. *Estudos de Religião*, São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, v. 23, n. 37, jul./dez. 2009, p. 67. Disponível em: <file:///C:/Users/Adroaldo/Downloads/1516-2916-2-PB.pdf>. Acesso em: 25 set. 2014.

⁷⁶³ DOCUMENTO. *Expositor Cristão*, Ano 83, n.º 10, São Paulo, 15 de maio de 1968, p. 4. O documento foi assinado em 5 de maio de 1968 pelos membros do Conselho Diretor: José Nicolau Lemos (presidente), Messias Amaral dos Santos (vice-presidente), Gerson Rodrigues (secretário) e João Nelson Betts (secretário geral de Educação Cristã).

⁷⁶⁴ GABINETE geral: nota oficial. *Expositor Cristão*, Ano 83, n.º 13, São Paulo, 1º de julho de 1968, p. 8. O documento foi assinado pelo presidente do Gabinete Geral, bispo João Augusto do Amaral, e o secretário, João Nelson Betts.

⁷⁶⁵ COMUNICADO do gabinete geral sobre ecumenismo. *Expositor Cristão*, Ano 83, n.º 13, São Paulo, 1º de julho de 1968, p. 8.

Exemplo disto foi a manifestação de uma importante leiga metodista, Otilia de O. Chavez, para a qual “a punição, em massa, dos alunos foi ato de violência que aberrava dos princípios de justiça, contraria legislação da Igreja (Const. Art. 15) e nega os ensinamentos da Palavra de Deus”.⁷⁶⁶ Além disso, ela considerou que o concílio não era o foro legítimo para tratar de uma questão como esta. Ainda assim, o concílio foi convocado às pressas e ocorreu na cidade de Piracicaba, São Paulo, nos dias 6, 7 e 8 de setembro de 1968.

Para lá também se deslocou uma caravana de estudantes grevistas da Faculdade de Teologia, com o objetivo de expressar suas posições na assembleia.⁷⁶⁷ Entre os estudantes presentes encontrava-se Anivaldo Padilha, diretor da revista *Cruz de Malta*, periódico metodista voltado para os jovens da igreja.⁷⁶⁸ O modo como foi conduzido o concílio desagradou os estudantes e os setores progressistas. Para o professor Prócoro Velasques Filho, o concílio deixou claro o antagonismo entre renovadores e conservadores com o acirramento e a radicalização de posições entre ambos.

Sua análise, feita no calor da hora, a respeito dos aspectos que conduziram à crise da Faculdade de Teologia e suas implicações para a igreja, revelou disputas por espaços de poder. Em sua opinião, o grupo Esquema, mesmo saindo derrotado no concílio de 1965, continuou a operar no interior da igreja para ocupar o poder. Somaram-se a isto duas fobias: o anti-comunismo e o anti-ecumenismo.⁷⁶⁹ Para Prócoro Velásques Filho, a greve “absurda, injustificável e inoportuna”, serviu como “momento ou pretexto para fechar a Faculdade, dispensar o reitor, os professores, funcionários e alunos”.⁷⁷⁰

⁷⁶⁶ CARTAS à redação. *Expositor Cristão*, Ano 83, n.º 17, São Paulo, 1º de setembro de 1968, p. 11.

⁷⁶⁷ À IGREJA Metodista do Brasil: análise do II concílio geral extraordinário pela mocidade da Igreja Metodista do Brasil. *Expositor Cristão*, Ano 83, n.º 20, São Paulo, 15 de outubro de 1968, p. 4. Os estudantes publicaram um manifesto à Igreja Metodista dando a sua versão dos fatos. Eles expressaram expectativas positivas em torno do concílio, porém consideraram que a reunião não serviu aos propósitos de conciliação, mas de punição.

⁷⁶⁸ Em entrevista, Anivaldo Padilha informou o seguinte a respeito do cargo que ocupou na Igreja Metodista: “comecei a participar da Cruz de Malta como membro do seu Conselho Editorial, por volta de 1962. À partir de 1960 a revista começou a abordar temas nacionais. Assumi a direção da revista em 1967 e dei continuidade a essa linha editorial até o período que eu fui preso em 1970. Quase não havia literatura para a juventude. Acho que a Cruz de Malta era uma das pouquíssimas revistas dirigidas à juventude e por isso tinha bastante sucesso”. DIAS, Zwinglio Mota. Op. Cit. p. 67.

⁷⁶⁹ VELASQUES FILHO, Prócoro. II Concílio Geral Extraordinário – minhas impressões. *Expositor Cristão*, Ano 83, n.º 20, São Paulo, 15 de outubro de 1968, p. 7. Em seu artigo, Prócoro Velasques exemplificou as fobias metodistas: “a fobia anti-comunista (sic), aquela que vê em tudo e em todos um comunista em potencial exerceu a sua influência. Ora, um seminarista participando de uma passeata considerada pelo DOPS como de inspiração comunista e o boato de que o Centro Acadêmico se filiara à UNE, foram fatos suficientes para a afirmativa de que a Faculdade estava cheia de comunistas. E esta afirmativa foi feita por gente importante do Gabinete Geral. A fobia anti-ecumênica (sic), que vê o perigo de Roma tomar forma mais amena e mais perigosa no ecumenismo. A presença de Dom Helder Câmara, paraninfo na última formatura da Faculdade, acionou os dispositivos anti-ecumênicos e anti-comunistas”.

⁷⁷⁰ Ibid.

O colégio dos bispos tentou pôr um fim àquela situação, convocando uma eleição para formar um novo conselho diretor. Este conselho foi composto pelo Prof. José Gomes de Campos (presidente), Dr. João Lemos (vice-presidente), Rev. Almir Pereira Bahia (secretário) e bispo Wilbur K. Smith (assistente). Após eleito, os conselheiros elegeram Reinhar Brose para o cargo de reitor da Faculdade de Teologia e definiram o retorno às aulas apenas em março de 1969.

Desse modo, o ano de 1968, sob todos os pontos de vista, foi simbólico para a Igreja Metodista. Foi o momento de maior inflexão entre progressistas e conservadores. Representou o ponto alto da contestação estudantil no meio metodista, mas também a sua condenação. A presença de Dom Hélder, na qualidade de paraninfo, representou a defesa do ecumenismo como mecanismo de diálogo e aproximação com a Igreja Católica em torno de questões sociais que seriam comuns a todos os cristãos. Por outro lado, reacendeu o antiecumenismo, baseado na suspeita, indefectível, de que todo ecumenista era, praticamente, um comunista.

Sendo assim, houve uma espécie de faxina que alcançou alguns órgãos da Igreja Metodista. O objetivo foi afastar a presença/influência dos setores progressistas, de modo que não apenas a faculdade foi varrida como, também, o jornal *Expositor Cristão*. A pena crítica de Pythagoras Danroch da Silva não servia mais à redação do periódico oficial da Igreja Metodista. Ele foi substituído, em novembro de 1968, por Omir Andrade que, a partir daquela data passou a ocupar o cargo de redator-chefe. Desse modo, a Igreja Metodista entrou em uma nova fase com características bem distintas do período anterior, tanto do ponto de vista político quanto religioso.

4.4. “Hoje você é quem manda, falou, tá falado, não tem discussão, não”: aproximações com a ditadura, uma fase obscura.

Após 1968, os setores conservadores ganharam mais força, à medida que a repressão política no país aumentava. Como sinal de mudança dos tempos, foi publicado no *Expositor Cristão* um editorial dividido em três partes, em que o redator pronunciou-se sobre o Ato Institucional n.º 5, promulgado no final de 1968. Tratava-se de uma posição oficial da Igreja Metodista, diametralmente oposta à que lhe tinha caracterizado, até então. O editorial tomou partido em favor do governo militar, reafirmando que a democracia seria restaurada pelos ideais revolucionários de 1964:

Revela-se o governo firme no propósito de alcançar os objetivos da revolução. Apesar de toda a campanha contrária, impregnada de paixões ideológicas

antidemocráticas, o governo brasileiro, vez por outra como agora acontece, é obrigado a agir anti-democraticamente para salvar a própria democracia, e tudo tem feito e promete, nas palavras do ilustre Presidente da República, tudo fazer para que o país em breve retorne e retome o caminho das decisões democráticas.⁷⁷¹

O texto prosseguiu em elogios ao desenvolvimento do país, realçando-se as obras de construção civil e as exportações de café. Em suma, o Brasil do progresso e da ordem parecia estar ganhando corpo sob a batuta dos militares. Leituras divergentes a esta não tiveram mais espaço no jornal. Os debates acalorados não ocorreram em nenhum momento. Os artigos e editoriais passaram a elogiar o compromisso do governo com o desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que se apelou ao patriotismo e espírito cívico entre os metodistas.

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “visto de longe, o AI-5 pode parecer um desdobramento natural do regime autoritário, porém essa visão elide a dinâmica política e as ações crescentes das forças de oposição que, em 1968, na percepção de muitos atores, pareciam capazes de desestabilizar o governo”.⁷⁷² De modo que, para o autor, o temor dos grupos de direita com a força demonstrada pela esquerda estudantil nas manifestações de rua e nas ocupações, que ocorreram ao longo de 1968, foi um dos elementos principais a movimentar o governo para o endurecimento do regime autoritário, “como estratégia para golpear a oposição e segurar com mais força o poder, que poderia escapar-lhe das mãos”.⁷⁷³

Para Elio Gaspari, apesar do refluxo das agitações estudantis, postas a termo após a prisão de vários de seus líderes no congresso da UNE, em 12 de outubro, na cidade de Ibiúna, São Paulo, havia setores da direita dispostos a colocar o país em estado de guerra. Neste sentido, a promulgação do AI-5 representou, a um só tempo, atender as insatisfações de uma oficialidade militar disposta a endurecer o regime contra os seus desafetos – inclusive imprensa, Congresso, Igreja – e controlar a anarquia militar que se movimentava desde o início do governo Costa e Silva. Elio Gaspari parece corroborar da ideia de que “o ato resultara da inépcia de um governo desorientado” com contas pessoais a ajustar.⁷⁷⁴

Mas para os setores conservadores da Igreja Metodista, a publicação do AI-5 representou a oportunidade de higienizar a igreja e ver-se livre de influências incômodas à instituição. Já para os progressistas, ficou cada vez mais difícil sustentar uma posição de

⁷⁷¹ O MUNDO político. *Expositor Cristão*, Ano 84, n.º 1, São Paulo, 15 de janeiro de 1969, p. 3.

⁷⁷² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 2014, p. 149.

⁷⁷³ Ibid.

⁷⁷⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Op. Cit., p. 345. Elio Gaspari atribuiu ao general Golbery do Couto e Silva algumas frases relacionadas à promulgação do AI-5, quando o general encontrava-se no Tribunal de Contas. Golbery teria dito que “o regime não estivera ameaçado” e que “os generais estão vendo fantasmas”. Por esta razão, “o ato resultara da inépcia de um governo desorientado, presidido por um homem emotivo ‘que prefere distrair-se com filmes e conversas despreocupadas com amigos’”.

crítica ao governo quando, no interior da própria igreja, havia delatores dispostos a entregar os “irmãos”.

Em fevereiro de 1969, o bispo emérito Isaías Fernandes Sucasas e o reverendo José Sucasas Júnior foram ao DOPS, em São Paulo, com a finalidade de integrar o órgão de repressão. O processo de entrada no DOPS e seus desdobramentos foram registrados por Isaías F. Sucasas em seu diário pessoal. Daniel Schmidt teve acesso aos diários, e reproduziu alguns registros feitos pelo bispo emérito. Em 23 de fevereiro de 1969, Isaías F. Sucasas escreveu o seguinte: “Voltei às 14 horas com o Sucasas Júnior, aqui nos encontramos com o Dr. Neiva, fomos juntos ao Centro do DOPS, onde nos foi apresentado o Dr. Celso Sales, o delegado do DOPS, em São Paulo. Mantivemos ótima palestra, fomos identificados, etc, etc.”⁷⁷⁵

A iniciativa de prestar serviços ao DOPS veio dos próprios irmãos Sucasas. Em março de 1969, eles receberam um documento que, nas palavras do bispo emérito, os habilitava “aos serviços secretos desta organização nacional da alta polícia do Brasil”.⁷⁷⁶ De posse do documento, os irmãos Sucasas passaram a delatar os “subversivos” da Igreja Metodista. Entre os jovens denunciados, estava Anivaldo Padilha. Em relato explicando as razões que o levaram a ser preso, em 1970, Anivaldo deixou claro a participação dos irmãos Sucasas:

Minha prisão se dá nesse contexto, quando então se percebe claramente a aliança de alguns setores conservadores da Igreja com o serviço de repressão da ditadura. Foi quando começaram a denunciar pessoas da Igreja aos órgãos da repressão. Há documentação nos arquivos do DOPS-SP, sobre isso. Há um documento assinado pelo bispo Isaías Sucasas e seu irmão, José Sucasas Junior, que mostra que eles vão ao DOPS em 1969 e se oferecem para atuarem como informantes.⁷⁷⁷

Segundo Anivaldo Padilha, tratava-se de um “termo de declaração registrado”, no qual se denunciou uma “infiltração comunista na Igreja Metodista” mencionando nomes de pastores e leigos supostamente envolvidos. Quanto à delação de seu nome, Anivaldo afirmou o seguinte: “meu nome é um dos citados. Eles inclusive anexaram um jornal da juventude metodista, mimeografado, que eu editava e que era enviado para todo Brasil”.⁷⁷⁸

Era de conhecimento público a posição de José Sucasas Júnior em relação ao comportamento dos jovens da Igreja Metodista simpatizantes dos movimentos de contestação

⁷⁷⁵ SUCASAS, Isaías Fernandes. Diário de 1969, pp. 81-82, apud SCHMIDT, Daniel. Op. Cit. p, 143.

⁷⁷⁶ Ibid., p, 144.

⁷⁷⁷ DIAS, Zwinglio Mota (org.). Op. Cit., p. 67.

⁷⁷⁸ Ibid.

daquela época. Para ele, os protestos entre os jovens era uma espécie de modismo, “bossa nova”, voltada contra o governo e contra a igreja.⁷⁷⁹

Por sua vez, Ada Fernandes Sucasas, esposa do bispo Isaías, pronunciou-se, também de forma pública, defendendo o governo, ao mesmo tempo em que fez um apelo para que se deixasse de criticar o regime, pois, em sua opinião, “nosso país será melhor na medida em que o nosso patriotismo edificar”.⁷⁸⁰ Desse modo, a família Sucasas se tornou também uma interlocutora entre os interesses do governo militar e os fiéis da Igreja Metodista. Em síntese, eles objetivaram substituir a crítica pela compreensão (acomodação) e o protesto pelo diálogo (aceitação). Em tom às vezes sutil, às vezes não, consolidava-se entre os metodistas a noção “Brasil/Igreja, ame-o/a ou deixe-o/a”.

Os que se tornaram inconvenientes aos novos tempos foram expurgados e/ou denunciados aos órgãos de repressão. Anivaldo Padilha lembra que as denúncias dos irmãos Sucasas levaram-no a ser vigiado pelo DOPS, de modo que, em 28 de fevereiro de 1970, ele foi detido pelos órgãos de repressão.

Em fevereiro de 70 eu fui preso juntamente com dois jovens da igreja, Celso e Fernando Cardoso da Silva e com uma companheira da AP, Eliana Rolemberg. Na verdade, fomos sequestrados pelas forças da Operação Bandeirantes (precursora do DOI/CODI), órgão clandestino do II Exército já conhecido como o principal centro de torturas do Brasil. No início dos interrogatórios, sob torturas, eles supunham que a gente era comunista e membros de alguma organização clandestina, o que a gente negava. Houve um momento, acho que no segundo dia de interrogatório, quando um dos torturadores, revoltado com a minha recusa em cooperar, gritou: “você quer que eu acredite em você ou no pastor que afirma que você é comunista?” Naquele momento descobri que tinha sido delatado por um pastor.⁷⁸¹

Anivaldo Padilha era membro da Ação Popular (AP), o que tornou sua situação ainda mais grave. Ele foi preso e torturado durante o tempo em que permaneceu no DOI-CODI e, após esse período, foi enviado para as dependências do DOPS, em São Paulo. Indiciado pela Lei de Segurança Nacional sob a acusação de infiltração comunista, permaneceu no presídio Tiradentes, onde passou mais quatro meses. Solto em novembro de 1970, mas em liberdade condicional, aguardou o julgamento de Eliana Rolemberg e só então foi para o exílio, em maio de 1971, fugindo das ameaças de morte que rondavam os membros da AP.⁷⁸²

⁷⁷⁹ SUCASAS JÚNIOR, José. Protesto autêntico da juventude. *Expositor Cristão*, Ano 84, n.º 19, São Paulo, 15 de outubro de 1969, p. 1.

⁷⁸⁰ SUCASAS, Ada Fernandes. Que é a pátria e que é a igreja? *Expositor Cristão*, Ano 84, n.º 19, São Paulo, 15 de outubro de 1969, p. 1.

⁷⁸¹ DIAS, Zwinglio Mota (org.). Op. Cit., p. 67.

⁷⁸² Ibid. Anivaldo Padilha, em entrevista a Zwinglio M. Dias, contou os detalhes de sua prisão e os momentos terríveis quando esteve sob tortura. Explicou ainda o período em que esteve exilado e o contato com outros protestantes que tiveram também que fugir do Brasil. Ele só retornou ao país após a Lei de Anistia, em 1979.

Nenhuma matéria foi publicada a respeito da prisão do diretor da principal revista dirigida à juventude metodista, a *Cruz de Malta*. No entanto, não faltou espaço para artigos e notícias sobre o governo Médici. A mensagem do presidente à nação, realizada em cadeia de rádio e televisão, foi reproduzida, na íntegra, nas páginas do periódico metodista. Comemoravam-se os seis anos da “Revolução de 1964”.⁷⁸³ Em outra oportunidade, João Parahyba Danroch da Silva, antigo crítico contumaz do regime, parabenizou o presidente da República por sua presença no Nordeste brasileiro. As mudanças de lado durante aquele período não foram raras.

Uma declaração da Secretaria de Imprensa da Presidência da República, divulgada no dia 9 de maio de 1970, foi destaque no *Expositor Cristão*. O teor desta declaração desmentia a prática de tortura nas prisões brasileiras, assim como a existência de presos políticos no país. A nota oficial foi reproduzida na íntegra e sem comentário por parte da redação do periódico, talvez porque corroborassem da mesma opinião da presidência da República que afirmou que, “no Brasil, ninguém perde a liberdade simplesmente por divergir da orientação democrática defendida pelo governo”.⁷⁸⁴

De forma oportuna, na mesma edição e página, em que foi publicado o documento da presidência da República, foi inserido um manifesto de líderes estudantis das cidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano e de São Paulo, lançando um movimento denominado Cruzada Nacionalista (CRUNA), cujo objetivo era combater subversivos e comunistas.⁷⁸⁵ A Igreja Metodista tinha dado sua guinada à direita.

O jornal também reproduziu cartas abertas que foram originalmente publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* e atribuídas a jovens presos políticos que afirmaram não haver tortura no Brasil, e nem violência contra os presos políticos. Os jovens autores da carta, não identificados na reportagem, teriam afirmado que no Presídio Tiradentes, onde se encontravam, eles podiam utilizar “os mais sofisticados aparelhos eletrodomésticos, receber regular e semanalmente visitas familiares” e, inclusive, “continuar seus estudos e trabalhos (intelectuais ou artesanais), sem que a prisão venha interromper grande parte de seus anteriores afazeres”.⁷⁸⁶

⁷⁸³ “BRASIL Grande” – meta da revolução. *Expositor Cristão*, Ano 85, n.º 10, São Paulo, 31 de maio de 1970, p. 4 e 5.

⁷⁸⁴ GOVERNO desmente violência. *Expositor Cristão*, Ano 85, n.º 12, São Paulo, 30 de junho de 1970, p. 8.

⁷⁸⁵ ESTUDANTES lançam em São Paulo a Cruzada Nacionalista. *Expositor Cristão*, Ano 85, n.º 12, São Paulo, 30 de junho de 1970, p. 8.

⁷⁸⁶ CARTA aberta à opinião pública. *Expositor Cristão*, Ano 85, n.º 17 e 18, São Paulo, 15 e 30 de setembro de 1970, p. 22.

A despeito da veracidade ou não dos depoimentos dos jovens estudantes, o fato é que a direção de o *Expositor Cristão* fez uma escolha pela publicação destas matérias no principal veículo de comunicação da Igreja Metodista. As informações eram favoráveis ao governo militar e colocavam em xeque as denúncias de tortura e assassinato atribuídas aos órgãos de repressão. O período de endurecimento do regime coincidiu com a fase em que a Igreja Metodista, por meio de suas principais lideranças, aproximou-se do governo, demonstrando publicamente seu apoio à ditadura.

Nesse sentido, a renúncia do reverendo Nathanael do Nascimento ao episcopado, no plenário do X Concílio Geral da Igreja Metodista do Brasil, em 22 de julho de 1970, não foi um sinal de recuo no conservadorismo metodista. Isto porque, Alípio da Silva Lavoura, um dos antigos aliados de Nathanael do Nascimento no grupo “Esquema” foi eleito bispo naquele mesmo concílio.

Uma espécie de discurso de posse foi publicado no *Expositor Cristão*, onde o bispo recém-eleito afirmou o seguinte: “Confio nos homens que dirigem o Brasil. Aplaudi, com gestos e atitudes, o novo sistema de honestidade, de seriedade, de patriotismo que foi instaurado neste país, a partir de março de 1964”.⁷⁸⁷ Portanto, a renúncia de Nathanael Nascimento e a eleição de Alípio Lavoura em nada alterou o quadro de influência dos setores conservadores no colégio dos bispos metodistas.

Com a aproximação das eleições nacionais, previstas para 15 de novembro de 1970, alguns candidatos evangélicos dos estados de São Paulo e Minas Gerais tiveram suas fotos de propaganda política publicadas no *Expositor Cristão*. Todos eles eram filiados à ARENA. Segundo a redação do jornal, nenhum material de candidatos do MDB foi enviado à sede do periódico, o que tornou inviável qualquer publicação da oposição.⁷⁸⁸

A única orientação política aos fiéis da Igreja Metodista se deu ao final do ano de 1970, e destoou bastante daquela dos anos 1960. Um artigo assinado apenas pelas iniciais A.B.O. incentivou os metodistas a lançar candidaturas próprias. Os candidatos deveriam ser “homens que representem bem os evangélicos”, e advertia que “quem pretende candidatar-se deve procurar um político evangélico militante e experimentado, para trocar ideias e medir

⁷⁸⁷ PRONUNCIAMENTO do bispo Alípio da Silva Lavoura. *Expositor Cristão*, Ano 86, n.º 6, São Paulo, 31 de março de 1971, p. 22.

⁷⁸⁸ NOTA da redação. *Expositor Cristão*, Ano 85, n.º 19, São Paulo, 15 de outubro de 1970, p. 4. Os candidatos eram Nelson Lacerda, Ademar de Barros e João Lemos (por de São Paulo), Alexandre Melo dos Santos e Athos Vieira de Andrade (por Minas Gerais).

possibilidades”.⁷⁸⁹ Nesse sentido, o voto dado a um candidato estaria relacionado, particularmente, com a sua identificação religiosa e a defesa dos interesses evangélicos.

Os metodistas, a exemplo dos batistas, presbiterianos e assembleianos, não foram avessos à política partidária. Eles lançaram candidaturas próprias, às vezes com sucesso, às vezes não. Aldo Fagundes,⁷⁹⁰ por exemplo, foi eleito deputado federal no Rio Grande do Sul pelo MDB, em 1966, reelegendo-se em 1970, 1974 e 1978. Era um membro ativo na Igreja Metodista e contava com bastante apoio dos evangélicos de sua região. Ele não era o único. Lenildo Magdalena era pastor metodista e vereador na cidade de São Bernardo do Campo, desde a 3ª legislatura, em 1956, sendo reeleito consecutivamente até 2001. Ambos exemplificam uma quantidade significativa de metodistas que ocuparam cargos eletivos no executivo e no legislativo entre 1964 e 1985.

Portanto, assim como nas outras igrejas aqui analisadas, o absentismo político não foi uma característica dos fiéis da Igreja Metodista, mesmo durante a ditadura militar. E, ainda, o envolvimento político dos metodistas não se restringiu à política partidária, uma vez que várias lideranças da igreja estiveram atuando diretamente em movimentos de caráter político-social. Essa atuação, porém, arrefeceu entre os anos de 1969 e 1973, refletindo bastante o cenário nacional pós AI-5. O esfriamento político na igreja em torno de movimentos caracterizados pelo engajamento social não deixa de ser um reflexo do contexto de época.

Alguns metodistas tiveram que deixar suas atividades no Brasil, temendo os órgãos de repressão do Estado, a exemplo de Anivaldo Padilha. Outros, em razão das dificuldades de atuação na própria igreja, tiveram que também sair do Brasil, como, por exemplo, João Parahyba Danroch. Ele esteve à frente da Junta Geral de Ação Social até 1971, quando decidiu deixar o cargo para ir trabalhar no CMI, em Genebra. Não seria exagero desatacar, portanto, que o golpe de 1964 e o AI-5 foram cruciais para o esvaziamento de quadros de evangélicos politicamente engajados no Brasil.

⁷⁸⁹ O crente, a política e o governo. *Expositor Cristão*, Ano 85, n.º 22, São Paulo, 30 de novembro de 1970, p. 5.

⁷⁹⁰ Aldo Fagundes nasceu em Alegrete, Rio Grande do Sul, em 27 de maio de 1931. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul, em 1956. Em seguida foi secretário municipal até 1959 e, dessa data a 1963, vice-prefeito e prefeito interino de sua cidade natal. Nas eleições de 1962 foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul na legenda do PTB. Com a extinção dos partidos políticos, filiou-se ao MDB. Em novembro de 1966 foi eleito deputado federal por seu estado na legenda do MDB, reelegendo-se em 1970, 1974 e 1978. Com o retorno do pluripartidarismo, filiou-se ao PMDB. Nas eleições de 1982, obteve apenas a primeira suplência, mas tornou-se assessor especial da presidência da Câmara dos Deputados entre 1983 e 1986, e, em abril de 1986, foi empossado no cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília, desfilando-se do PMDB. Era membro da Igreja Metodista da Asa Sul, Brasília. Fonte: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. Dados biográficos de Aldo Fagundes. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 08 de fev. 2016.

De modo que os três primeiros anos da década de 1970 na Igreja Metodista se caracterizaram pela desmobilização político-social de seus membros. As páginas de o *Expositor Cristão* tornaram-se espaço privilegiado às mensagens evangelísticas, pouco afeitas a análises críticas da realidade brasileira. Enquanto que, em 1968, Dom Hélder Câmara era paraninfo da Faculdade de Teologia, em agosto de 1971 era o senador Franco Montoro quem proferiu aula inaugural no Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS).⁷⁹¹

No final do ano de 1971, Omir de Andrade deixou o cargo de redator de o *Expositor Cristão*, e para o seu lugar foi empossado o reverendo Sérgio Marcus Pinto Lopes.⁷⁹² A linha editorial do jornal não sofreu alterações, do mesmo modo que as lideranças da Igreja Metodista continuaram simpáticas ao governo militar.

Denúncias de torturas a presos nos porões do regime ditatorial brasileiro eram publicadas em jornais estrangeiros, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Em Nova York, o professor Ralph della Cava recebeu em sua residência, em dezembro de 1969, três protestantes brasileiros expurgados de suas igrejas e que, agora, encontravam-se exilados: Domicio Pereira, Rubem César Fernandes e Jether Ramalho.⁷⁹³ Traziam documentos comprobatórios de práticas de tortura e de assassinatos no Brasil, os quais foram publicados no *Brazillian Information Bulletin*, onde os norte-americanos tomavam conhecimento das atrocidades cometidas pelo governo militar.

Enquanto a imprensa internacional, desde o início dos anos 1970, dava destaque às denúncias de tortura e assassinatos que ocorriam no Brasil, o presidente do Conselho Geral da Igreja Metodista, Diogo Alcoba Ruiz, fez publicar um manifesto motivando os fiéis a comparecerem às urnas no dia 15 de novembro de 1972 e a firmarem compromisso patriótico com o presidente da República e os ideais de 31 de março de 1964.

A despeito do autoritarismo do governo brasileiro, que alcançou não apenas estudantes subversivos, mas, também, empresários, políticos, religiosos etc., o bispo Diogo Alcoba não titubeou em concluir aquele manifesto afirmando o seguinte: “o governo do povo e pelo povo é democracia. Onde há direito de escolher, há liberdade. Podemos escolher,

⁷⁹¹ MOTTA, Edson. Franco Montoro dá aula inaugural na Faculdade de Ciências Humanas do IMS. *Expositor Cristão*, Ano 86, n.º 16, São Paulo, 31 de agosto de 1971, p. 1.

⁷⁹² FALEMOS de nós mesmos. *Expositor Cristão*, Ano 87, n.º 4, São Paulo, 29 de fevereiro de 1972, p. 3.

⁷⁹³ GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. 2.ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. Ver especialmente o capítulo “O Brasil difamado” em que o autor trata sobre a denúncia da tortura no Brasil por meio de periódicos estrangeiros.

porque somos livres, graças a Deus”.⁷⁹⁴ As palavras liberdade, escolha e democracia eram ressignificadas bem ao sabor do regime.

4.5. Um processo lento e gradual: distanciamento da Igreja Metodista em relação aos militares

A partir de 1973, a Igreja Metodista começou um lento e gradual distanciamento em relação ao governo. Isto significou que, paulatinamente, as lideranças da igreja deixaram de manifestar publicamente apoio aos militares. Essa fase se caracterizou por posicionamentos sutis entre o silêncio e a crítica comedida.

O *Expositor Cristão* assumiu quase que exclusivamente o papel de folha evangelística, com poucas inserções sobre política. Por exemplo, durante todo o ano de 1973, as únicas notícias políticas se restringiram à eleição de um metodista para a prefeitura de Resende, no Rio de Janeiro,⁷⁹⁵ e uma reportagem sobre a atuação do deputado Aldo Fagundes na Câmara Federal.⁷⁹⁶ Naquele mesmo ano, o golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet provocou a morte de Salvador Allende no palácio da presidência no Chile, mas não houve qualquer repercussão sobre o assunto nas páginas do jornal metodista.

Já em 1974, a posse do general Ernesto Geisel foi matéria de primeira página. O presidente eleito de forma indireta foi anunciado pela redação de o *Expositor Cristão* como o “primeiro homem de origem evangélica a ocupar a chefia do poder executivo da chamada maior nação católica do mundo, o Brasil”.⁷⁹⁷ Naquele ano Geisel só foi lembrado novamente quando da criação do Ministério da Previdência Social.⁷⁹⁸

O silêncio em relação aos aspectos políticos sociais brasileiros e o parco número de matérias, relacionadas ao governo, parecem ter sido a estratégia encontrada pelas lideranças da Igreja Metodista de não tomar partido por nenhum dos lados, pelo menos entre 1973 e 1974. Mas, após o XI Concílio Geral da Igreja Metodista, realizado entre os dias 4 e 14 de julho de 1974, nas dependências do Instituto Bennett, Rio de Janeiro, houve sinais de

⁷⁹⁴ RUIZ, Diogo Alcoba. Manifesto aos metodistas a respeito das eleições de 15 de novembro. *Expositor Cristão*, Ano 87, n.º 20, São Paulo, 1º de novembro de 1972, p. 9.

⁷⁹⁵ O PREFEITO de Resende é metodista. *Expositor Cristão*, Ano 88, n.º 4, São Paulo, 15 de fevereiro de 1973, p. 14.

⁷⁹⁶ SANT’ANNA, Cláudia Romano de. Aldo é um metodista que procura dar seu testemunho de fé como líder político. *Expositor Cristão*, Ano 88, n.º 12, São Paulo, 15 de junho de 1973, p. 12.

⁷⁹⁷ “ESPERO humildemente...em Deus que tudo pode...”. *Expositor Cristão*, Ano 89, n.º 7, São Paulo, 1º de abril de 1974, p. 1.

⁷⁹⁸ GOVERNO Geisel preocupa-se com homens, mulheres e crianças. *Expositor Cristão*, Ano 89, n.º 11, São Paulo, 1º de junho de 1974, p. 7.

transformações um pouco mais significativas em sua estrutura. A primeira delas foi no *Expositor Cristão*. O reverendo Sergio Marcus Pinto Lopes deixou a direção do jornal, após dois anos de trabalho, e foi substituído por Tércio Machado Siqueira.⁷⁹⁹

Além disso, o bispo metodista Sady Machado foi eleito presidente da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), instituição criada em 13 de junho de 1973, motivada pelo Conselho Mundial de Igrejas. A CESE se constituiu em um importante instrumento de defesa dos direitos humanos no Brasil durante os governos militares. A diretoria, eleita em 1975, contou ainda com a presença do bispo Mário Teixeira Gurgel (CNBB), do reverendo Jaime Wright (Missão Presbiteriana Brasil Central) e do bispo Arthur Kratz (Igreja Episcopal do Brasil). Católicos e protestantes progressistas estavam juntos no combate à ditadura, ao mesmo tempo que organizavam seminários e realizavam projetos para a consciência político-social dos oprimidos.

Não tardou para que tais aspectos trouxessem implicações no interior da Igreja Metodista. Surpreendentemente, uma das grandes lideranças conservadoras da igreja, reverendo Nathanael do Nascimento, fez um convite ao cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, para participar de um culto em Ação de Graças na igreja que pastoreava no bairro do Tucuruvi. A celebração foi realizada em novembro de 1974, com a presença, também, do bispo Alípio da Silva Lavoura.

Dom Paulo Evaristo Arns tinha assumido a Arquidiocese de São Paulo, em novembro de 1970, e, em 1974, já tinha se tornado uma das principais vozes católicas contra a ditadura, denunciando a tortura e cobrando o respeito aos direitos humanos por parte do governo brasileiro. O convite do reverendo Nathanael Nascimento a D. Paulo Evaristo Arns pode ter significado, do ponto de vista religioso, seu apoio ao ecumenismo, e, do ponto de vista político, sua oposição à ditadura. É uma interpretação, não algo que se possa comprovar. Entretanto, objetivamente, a simples presença de Dom. Paulo Arns numa Igreja Metodista em São Paulo, a convite de um pastor conservador, naquele contexto, pode ser traduzida como um sinal de mudança de comportamento das lideranças metodistas em relação ao governo militar.

Em meados de 1975, o bispo Almir dos Santos manifestou-se a respeito do art. 116 do cânone metodista brasileiro que tratava dos deveres dos pastores. Era uma questão de foro religioso e restrito aos metodistas. No entanto, chama a atenção o título que o bispo deu ao

⁷⁹⁹ SÉRGIO Marcus deixa a redação. *Expositor Cristão*, Ano 90, n.º 1, São Paulo, 1º de janeiro de 1975, p. 3.

seu artigo: “O AI-5 Metodista”.⁸⁰⁰ Para ele, os parágrafos 6º e 7º que encerravam o art. 116 previam medidas punitivas aos pastores que não cumprissem com as suas obrigações, independentemente de instauração de processo. O título e a crítica de Almir dos Santos fazia alusão ao dispositivo utilizado pelo governo militar, desde dezembro de 1968. De uma só vez, o bispo Almir dos Santos criticou o autoritarismo da Igreja e do governo. Era a sua volta às origens.

Por sua vez, o Rev. Dorival Rodrigues Beulke – o mesmo que havia sido preso, logo após o golpe de 1964, na cidade de Recife – também questionou a Igreja, mais especificamente a apatia dos metodistas em relação aos problemas sociais no Brasil. Ao desenhar um quadro de miséria nacional, Beulke perguntou-se sobre que providências os metodistas estavam tomando em relação a tais questões, além do mero assistencialismo paliativo. E, ainda, “que estão fazendo os nossos representantes nos parlamentos?”⁸⁰¹ Os ventos da mudança começavam a soprar um pouco mais forte: a turma de formandos da Faculdade de Teologia, em 1975, escolheu o Rev. Dorival Rodrigues Beulke para seu paraninfo.

Lenta e gradualmente, os setores progressistas da Igreja Metodista foram recuperando espaços, reinserindo discussões, mas sem a agudeza do início dos anos 1960. Havia desconfiança quanto ao processo de distensão “lento e gradual”, proposto pelo governo Geisel. Afinal, os porões da ditadura militar não tinham sido cerrados. Vide o exemplo do diretor de jornalismo da TV-Cultura, Vladimir Herzog, que tinha sido preso e levado para o Departamento de Operações Internas (DOI) do II Exército, em São Paulo, no dia 25 de outubro de 1975, e de lá saiu morto. Dois dias após a sua prisão, uma nota do II Exército foi publicada no *Jornal do Brasil*, onde se lia o seguinte:

(...) admitiu o senhor Wladimir Herzog atividade dentro do PCB, sendo-lhe permitido redigir suas declarações de próprio punho. (...) Cerca das 16h, ao ser procurado na sala onde fora deixado, desacompanhado, foi encontrado morto, enforcado, tendo para tanto utilizado uma tira de pano. (...) Foi solicitada à Secretaria da Segurança a necessária perícia técnica positivando os senhores peritos a ocorrência de suicídio.⁸⁰²

⁸⁰⁰ SANTOS, Almir dos. O AI-5 Metodista. *Expositor Cristão*, Ano 90, n.º 14, São Paulo, 15 de julho de 1975, p. 20.

⁸⁰¹ BEULKE, Dorival Rodrigues. Que é que está acontecendo conosco? *Expositor Cristão*, Ano 90, n.º 18, São Paulo, 15 de setembro de 1975, p. 20.

⁸⁰² COMANDO do II Exército explica em nota oficial morte de jornalista. *Jornal do Brasil*, Ano LXXXV, n.º 202, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1975, 1º Caderno, p. 4.

Como bem descreve Elio Gaspari, “em 1975 não havia subversivos no Planalto, estudantes na rua, muito menos terroristas em ação”.⁸⁰³ No entanto, os aparelhos de repressão, a tortura e os assassinatos continuaram a ocorrer, mesmo dentro de um governo que se propunha a fazer a abertura política. Para quem vivia o contexto daquela época e não tinha “bola de cristal”, era difícil acreditar que a ditadura de fato estaria recuando.

A morte de Herzog não foi objeto de matéria jornalística no *Expositor Cristão*. Nem mesmo o reverendo Jaime Wright, da missão Presbiteriana do Brasil e um dos clérigos a officiar o culto ecumênico na Igreja da Sé pela morte de Herzog, teve qualquer artigo publicado no periódico metodista, apesar de ser um de seus colaboradores. Qual a razão disto para uma igreja que ensaiava sua retomada ao engajamento político-social?

O silêncio metodista naquele contexto específico, em torno de casos como o de Wladimir Herzog, pode significar diversas coisas: complacência, indignação, indiferença, medo. Não havia garantias objetivas de que a ditadura findaria nos anos seguintes e muito menos que atenuaria sua força repressora. A simples exposição crítica ao governo poderia servir a prisões arbitrárias, “suicídios” e “desaparecimentos”.

Neste cenário, os setores progressistas da Igreja Metodista retornaram às páginas de *O Expositor Cristão*, em meio a silêncios e declarações. Mas, após Omir Andrade ter reassumido o cargo de redator-chefe, em 1º de maio de 1976, a linha editorial do jornal acentuou a crítica ao governo militar.

Artigos de cunho político voltaram à baila. Bispos católicos também tiveram seus pronunciamentos publicados no jornal, a exemplo do arcebispo de Juiz de Fora, Dom Geraldo M. M. Penido – expondo a exploração da classe trabalhadora⁸⁰⁴ – e de Dom Paulo Evaristo Arns – denunciando a prática da tortura no Brasil.⁸⁰⁵ Em um artigo sobre santificação, o bispo Almir dos Santos acabou realizando um desabafo sobre o tempo em que se envolveu diretamente com ação social na igreja:

⁸⁰³ GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. 2.ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 396.

⁸⁰⁴ PENIDO, Geraldo M. M. Mensagem aos trabalhadores. *Expositor Cristão*, Ano 91, n.º 13, São Paulo, 1º de julho de 1976, p. 20. Em seu artigo, Dom Geraldo escreveu que “o que desaparece das mãos do pobre, da panela da família operária, vai para os investimentos do rico, para os cofres da nação ou para criar fórmulas de benefícios que só reverterão em favor dos privilegiados”.

⁸⁰⁵ D. PAULO: a tortura foi contida. *Expositor Cristão*, Ano 91, n.º 14, São Paulo, 15 de julho de 1976, p. 4. A matéria foi extraída de *O Estado de S. Paulo*, onde Dom Evaristo Arns afirmou que “com a troca do comandante do II Exército, em São Paulo, a partir de 24 de janeiro deste ano, houve uma pausa nos atos de violação dos direitos humanos”. Ele lembrou que no período iniciado em 1968, os atos de violência eram sistemáticos. O texto encerrou com a seguinte declaração do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns: “o AI-5 é uma espada sobre nossas cabeças. Qualquer um pode sair daqui desta igreja e ser preso sem mandado judicial. Essa é a coisa mais triste que pode existir, pois é a institucionalização da desconfiança”.

Na década de 60, houve uma verdadeira hipertrofia da preocupação sobre a responsabilidade social da igreja e alguns ministros se lançaram de corpo e alma à tarefa de sensibilizar a consciência dos crentes e das igrejas para as injustiças sociais que, diga-se de passagem, continuam gritantes no mundo contemporâneo. (...) Isto me valeu ser acusado de comunista por alguns irmãos, clérigos e leigos, alguns sinceramente, outros por interesses pessoais de alijar-me da liderança da Igreja Metodista, no Brasil.⁸⁰⁶

As feridas começaram a ser duramente expostas ao público metodista, trazendo à tona perseguições, injúrias e expurgos promovidos pelos setores conservadores da Igreja. Doze anos após o golpe, a Igreja Metodista, em uma espécie de divã coletivo, tentava fazer as pazes com a sua própria história. Não haveria ocasião mais oportuna que a do falecimento de João Goulart. Na edição de Natal, o *Expositor Cristão* trouxe uma nota jornalística informando o falecimento do ex-presidente, em 6 de dezembro de 1976, onde se lia o seguinte:

Lamenta-se que não tenha prestado ao ilustre falecido, cassado pela Revolução, as homenagens a que tinha direito, não só pelo respeito que devemos ao homem do qual divergimos, mas, também, pelo respeito que devemos ao cargo de primeiro mandatário desta grande nação, cargo que efetivamente ocupou, após a renúncia de Jânio Quadros, até ser deposto em 1964, pelas Forças Armadas. É verdade que criticamos duramente João Goulart porque é inevitável que conduzia rapidamente o país ao caos. Mas, a sua ação foi tal, que o remédio veio também mais rápido e eficaz.⁸⁰⁷

E ainda,

Neste momento, a lição que permanece é a da necessidade de autocrítica constante, sincera e profunda dos que atualmente governam o Brasil e o mundo. Será que, de forma inconsciente e imperceptível, porque a longo prazo, a atuação atual não esteja conduzindo o país e o mundo a um caos ainda maior, mais drástico e mais trágico, porque irreversível e sem remédio? (...) Deus conforte a família do ex-presidente João Goulart, grande não pelo que fez, mas pelas esperanças que alimentou.⁸⁰⁸

A nota foi uma espécie de *mea culpa*, ainda que com elementos fugidios. As lideranças metodistas reconheciam que João Goulart tinha sido cassado e deposto pelas Forças Armadas. Os militares seriam, nesse ponto de vista, os únicos responsáveis pelo golpe. A crítica que a igreja desferiu a Goulart durante o seu governo, sobretudo pelos setores conservadores, foi justificada porque, transcorridos doze anos, reiterou-se que o ex-presidente conduzia o país ao caos. Autocrítica não caberia aos religiosos metodistas, mas ao atual governo que talvez estivesse conduzindo o país a um caos ainda maior. No acerto de contas com a história, os militares foram os algozes de João Goulart que o depuseram da presidência,

⁸⁰⁶ SANTOS, Almir dos. Conversão dos pecadores e santificação dos crentes. *Expositor Cristão*, Ano 91, n.º 18, São Paulo, 15 de setembro de 1976, p. 6.

⁸⁰⁷ JOÃO Goulart faleceu. *Expositor Cristão*, Ano 91, n.º 24, São Paulo, 15 de dezembro de 1976, p. 20.

⁸⁰⁸ Ibid.

e, os metodistas, seus críticos respeitosos que agora prestavam homenagem ao homem e ao ex-presidente.

Nesse aspecto, Daniel Aarão Reis reflete sobre as batalhas de memória que ocorreram sobre a gênese e consolidação da ditadura militar no Brasil. A sociedade brasileira, em seus diversos estratos sociais, foi favorável ao golpe de 1964; participou da construção de uma ditadura que definiu a tortura como política de Estado; auxiliou a polícia política por meio de delações. No entanto, à medida que a ditadura foi se tornando impopular, as versões de esquerda foram ganhando vigor, de modo que, “para desespero dos militares golpistas, estigmatizados como *gorilas*, estas versões predominaram, quase incontrastáveis, a partir dos anos 80, quando houve a redemocratização do país”.⁸⁰⁹

A morte de Goulart ocorreu num contexto de reabertura política do país, em que os movimentos de contestação ao regime militar recrudesciam ao mesmo tempo em que as esquerdas iam sendo vitimizadas, juntamente com o restante da sociedade. Nas batalhas da memória sobre o período, “a nação que construiu a ditadura absolveu-se e reconstruiu-se como uma nação democrática, reconciliando-se, reconciliada”.⁸¹⁰

Dentre os jornais evangélicos aqui pesquisados, o *Expositor Cristão* foi o único a fazer referência à morte de João Goulart. A nota, simbolicamente, representou a ruptura da Igreja Metodista com a ditadura militar, no que diz respeito ao período que apoiou o regime, declaradamente ou não. Uma nova fase se iniciou, caracterizada pela crítica mais contundente ao governo.

4.6. A guinada à esquerda

O início do ano de 1977 foi marcado no *Expositor Cristão* por mais uma mudança no comando do jornal. Em abril daquele ano, Jorge Cândido Pereira Mesquita assumiu o cargo de redator-chefe, substituindo Omir Andrade. A linha editorial do jornal sofreu uma mudança maior, inserindo artigos de cunho crítico social e de caráter político. As próprias lideranças leigas e clericais observaram essa mudança. Os setores progressistas da igreja voltaram a ter visibilidade na Igreja Metodista, por meio de artigos e reportagens.

Um dos nomes que se destacou nessa fase foi o do estudante da Faculdade de Teologia, Wesley Ernesto de Rezende, um crítico feroz dos setores conservadores da igreja e

⁸⁰⁹ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 40.

⁸¹⁰ Ibid., p. 50.

defensor de um evangelho politicamente engajado. Em uma de suas crônicas ele escreveu o seguinte: “P’ro inferno com esse deus da burguesia, que só pode ser anunciado de terno e gravata, que é Senhor das estruturas criadas e ainda tira dos pobres que nada possuem, o dízimo”.⁸¹¹ Seria inimaginável ver esse tipo de crítica publicada no jornal oficial da Igreja Metodista alguns anos antes.

O conservadorismo na igreja foi duramente atacado, não apenas por jovens estudantes como, também, pelos pastores. O reverendo Argymiro Pereira de Toledo, por exemplo, escreveu um artigo defendendo o respeito aos direitos humanos no Brasil. Em sua opinião, tais direitos nem sempre eram respeitados pelos poderes constituídos, de modo que caberia à igreja intervir em defesa dos que não tinham seus direitos respeitados.

Em sua opinião, “enquanto a Igreja Católica Romana reúne os seus bispos, para formular um documento que represente a sua preocupação diante da atual conjuntura nacional e internacional, nós, os metodistas, ficamos de camarote, sem uma palavra oficial da igreja”.⁸¹² Denunciou-se assim a indiferença das lideranças metodistas – ou pelo menos de sua cúpula – em relação às questões nacionais que urgiam posição política oficial de maneira pública.

A atmosfera do período reclamava mudanças. Os estudantes voltaram às ruas a partir de maio de 1977. Uma carta aberta à população foi publicada no *Jornal do Brasil* por estudantes inconformados com as prisões de seus colegas e operários, em São Paulo, onde declararam que “hoje, quem cala consente”.⁸¹³ O dito popular, reafirmado aqui pelos estudantes grevistas, reverberou em diversos setores da sociedade brasileira, incluindo-se aqui, a Igreja Metodista. O silêncio já não era mais uma opção digna.

Tanto que o CMI fez um apelo a todas as igrejas filiadas para que quebrassem o silêncio em relação à tortura e que revelassem as pessoas e as estruturas responsáveis pelas violações aos direitos humanos.⁸¹⁴ Como bem disse Wesley Ernesto de Rezende, “é hora das vozes de aleluias serem transformadas em vozes de libertação e conscientização”.⁸¹⁵

⁸¹¹ DEUS de terno e gravata. *Expositor Cristão*, Ano 92, n.º 2, São Paulo, 15 de janeiro de 1977, p. 18.

⁸¹² TOLEDO, Argymiro Pereira de. A igreja e os direitos humanos. *Expositor Cristão*, Ano 92, n.º 12, São Paulo, 15 de junho de 1977, p. 4.

⁸¹³ CARTA-ABERTA à população. *Jornal do Brasil*, Ano LXXXVII, n.º 28, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1977, 1º Caderno, p. 13. Em seu manifesto, os estudantes expuseram o raquitismo na lógica dos militares ao afirmar que “subversivos, enfim, são considerados os que infringem a Lei de Segurança Nacional, instrumento jurídico que justifica a repressão contra os mais legítimos movimentos da população”.

⁸¹⁴ DECLARAÇÃO sobre tortura. *Expositor Cristão*, Ano 93, n.º 2, São Paulo, 15 de janeiro de 1978, p. 1 e 11.

⁸¹⁵ REZENDE, Wesley Ernesto de. Para uma teologia da enxada. *Expositor Cristão*, Ano 93, n.º 3, São Paulo, 1º de fevereiro de 1978, p. 12.

A partir de 1978, algumas atitudes metodistas caminharam para esta direção de enfrentamento oficial, público e direto para com o governo militar. Um documento assinado pelo presidente da VI Região Eclesiástica, Norival Trindade, pediu ao presidente da República que determinasse a revisão dos processos que envolvessem “nossos concidadãos presos ou banidos por suas ideias e que lhes ofereça uma nova oportunidade de retorno ao seio de suas famílias e às suas atividades profissionais”.⁸¹⁶

Para além do pedido que havia na carta oficial enviada ao presidente Geisel, expôs-se de maneira clara que houve prisões e expurgos executados pelo governo militar sobre indivíduos cujo crime foi defender suas convicções, a despeito de serem comunistas ou não. Expunha-se, desse modo, as contradições de uma “revolução” que se dizia democrática.

Um manifesto de jovens metodistas, reunidos em congresso regional, em Brasília, conclamou a Igreja a participar do “movimento nacional pela pacificação da nossa vida política, colocando-se entre aqueles que proclamam a necessidade da anistia, ampla, geral e irrestrita, para aqueles que não cometeram crimes contra a vida”.⁸¹⁷

Além disso, os jovens solidarizaram-se com o metodista Warwick Kerr, acusado de ser um comunista infiltrado no governo. O prof. Warwick Kerr teve bastante projeção nacional no mundo acadêmico quando foi eleito presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Sua atuação no campo da pesquisa científica o legitimava para a ocupação do cargo, como, também, sua posição política que era claramente contrária ao governo militar.

Curiosamente, Warwick Kerr foi nomeado diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), em 1975, sendo cedido ao órgão pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. No entanto, logo no início do ano de 1978, o Conselho Regional da Igreja Metodista da 6ª região eclesial tomou conhecimento de que o nome de Kerr constava na lista de comunistas infiltrados em órgãos do governo.

Assim como Warwick Kerr, outros acadêmicos entraram na lista do governo como sendo comunistas, subversivos. A própria SBPC sofreu represália por suas manifestações políticas. Em 1977 o governo tentou impedir a realização da reunião cortando o apoio

⁸¹⁶ IGREJA metodista – VI região eclesial. *Expositor Cristão*, Ano 93, n.º 5, São Paulo, 1º de março de 1978, p. 3.

⁸¹⁷ JOVENS da 5ª região lançam manifesto que ganha repercussão. *Expositor Cristão*, Ano 93, n.º 10, São Paulo, 15 de maio de 1978, p. 4.

financeiro e pressionando reitores para que não dessem abrigo ao evento.⁸¹⁸ O processo de distensão demonstrava, assim, suas contradições.

Diante de um cenário em que a oposição recrudescia no Brasil, a guinada da Igreja Metodista à esquerda se fez sentir a partir de 1978, principalmente após o seu XII Concílio Geral, realizado nas dependências do Instituto Educacional “O Piracicabano”, entre os dias 23 e 30 de julho.

O pronunciamento de abertura elaborado pelo colégio dos bispos no Concílio Geral deu o tom político à reunião. Enfatizou-se a necessidade de mudanças profundas nas estruturas sociopolíticas e econômicas e que “o país todo reclama a urgência do estabelecimento pleno do estado democrático”.⁸¹⁹ O pronunciamento manteve-se firme em toda a sua extensão pela defesa do retorno do estado de direito, reafirmando-se o seguinte:

a) criação de canais adequados de ação política, a fim de que o povo tenha a liberdade de escolher seu governo; b) proteção jurídica a todos, contra prisões arbitrárias e quaisquer atos que interfiram em direitos humanos; c) liberdade de expressão legítima de convicções religiosas, éticas e políticas; c) a família, a igreja, a universidade, associações com fundamentos próprios demandam proteção do Estado e não o controle estatal em sua vida interna.⁸²⁰

Entre os signatários daquela carta à Igreja Metodista, estava Paulo Ayres Mattos, agora bispo da igreja. Paulo era presbítero da Igreja Metodista do Rio de Janeiro, lecionava no colégio Bennett e no Colégio da Companhia Nacional Álcalis. Ele relata que um setor do SNI ligado ao Ministério da Educação enviou, em 1972, uma ordem para que ele fosse demitido sob a acusação de subversivo. Apesar de insistir no contrário, Paulo Ayres Mattos foi demitido dos dois colégios.⁸²¹

⁸¹⁸ A respeito do boicote do governo à reunião da SBPC em 1977, ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit. e GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. Ambos autores informam que, apesar da tentativa de boicote, a reunião foi realizada sob os auspícios de Dom Paulo Evaristo Arns, que cedeu as dependências da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) para a realização da reunião. Os docentes tornavam-se, também, protagonistas dos movimentos democráticos de contestação do regime militar.

⁸¹⁹ MENSAGEM do colégio episcopal ao XII Concílio Geral. *Expositor Cristão*, Ano 93, n.º 15, São Paulo, 1º de agosto de 1978, p. 9.

⁸²⁰ Idem. Os pontos ressaltados no jornal faziam parte do relatório especializado do Conselho Mundial de Igrejas em sua II Assembleia reunida em Evanston (EUA), em 1954. Naquele contexto, os aspectos elencados diziam respeito, principalmente, à condenação do autoritarismo soviético sobre países do leste europeu. Mas, reproduzido em 1978, no contexto brasileiro, se encaixava perfeitamente à denúncia do autoritarismo do governo militar.

⁸²¹ DIAS, Zwinglio Mota. Op. Cit. Em seu relato, Paulo Ayres Mattos acrescenta o seguinte: “No encontro da Comissão da Verdade lá no Rio de Janeiro, o reverendo Mozart Noronha levou um documento do DOPS onde tem o depoimento de um pastor metodista contra mim. E segundo algumas informações, aquela gargalhada que eu dei, naquela reunião está devidamente relatada. Então quer dizer, haviam setores da igreja que eram ligados diretamente aos órgãos de repressão. As igrejas foram agentes de repressão, não somente apoiaram, não somente justificaram, mas foram agentes da repressão”. A gargalhada a que Paulo Ayres Mattos se refere, diz respeito à uma reunião a portas fechadas da qual participou apenas metodistas, e que diante da insistência de alguns metodistas em negar a violação dos direitos humanos no Brasil, ele expressou sua ironia por meio desse gesto.

O seu afastamento da docência não foi extensivo à suas atividades na igreja como presbítero. De modo que continuou presente na igreja, inclusive participando como delegado no XI Concílio Geral, em 1974. Com a aposentadoria de Almir dos Santos, surgiu uma vaga para ocupar o cargo de bispo da 1ª Região Eclesiástica, sendo convocado um Concílio Regional que foi realizado no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1977, no qual Paulo Ayres Mattos foi eleito bispo pelos delegados presentes ao concílio regional, substituindo Almir dos Santos.⁸²²

Outrora expurgado, Paulo Ayres estava em 1978 na condição de liderança episcopal em sua igreja, sem que para isso tivesse deixado seus ideais de lado. Ressalte-se que sua eleição só foi possível porque a maioria dos delegados presentes ao concílio regional estava de acordo com a sua nomeação. Os setores progressistas da Igreja Metodista tinham alcançado não apenas uma grande vitória, mas conduziam a igreja para a esquerda.

Prova disso foi o editorial de Jorge Cândido Pereira Mesquita refletindo sobre a proximidade das eleições parlamentares. Em seu texto, ele considerou que:

O fato de ser evangélico ou metodista não deve qualificar o indivíduo como candidato a deputado ou senador, ou outro qualquer cargo político e público. O que deve qualificar o candidato deve ser, antes de mais nada, o seu compromisso com o povo, pois é em nome deste que ele exercerá o seu mandato.⁸²³

Tratava-se de um pronunciamento público contra a máxima do “irmão vota em irmão”. O voto deveria, antes de tudo, demonstrar consciência crítica em relação à realidade brasileira, dirigido em favor de candidatos ligados ao povo e não aos que detinham o poder. O fato de um candidato ser evangélico tornava-se, desse modo, irrelevante.

Assim, os setores progressistas metodistas ampliaram os horizontes de preocupação da igreja com o Brasil, incluindo em sua pauta questões que tinham sido esquecidas propositadamente pelos grupos conservadores da igreja. A pauta incluía uma preocupação com a política, a economia, o meio-ambiente, as minorias. Não se tratava de negar o sentido religioso da igreja e seu projeto salvacionista, mas de ela se envolver ética, política e socialmente com a transformação do país e não, exclusivamente, com a transformação do indivíduo.

No entanto, entre o discurso progressista e a prática levada a cabo pela igreja havia uma grande diferença. Ao final da década de 1970, o *Expositor Cristão* voltou a ser um

⁸²² IGREJA METODISTA – Colégio episcopal: comunicado. *Expositor Cristão*, Ano 93, n.º 1, São Paulo, 1º de janeiro de 1978, p. 3.

⁸²³ MESQUITA, Jorge Cândido Pereira. O momento nacional. *Expositor Cristão*, Ano 93, n.º 21, São Paulo, 1º de novembro de 1978, p. 3.

espaço democrático para o debate entre evangélicos, inclusive de outras igrejas que não a Metodista, onde o engajamento político-social se tornou a pedra de toque de boa parte de seus articulistas. Mas, isto não se traduziu, necessariamente, num engajamento efetivo da maioria dos evangélicos, inclusive os metodistas.

Tome-se o exemplo dos movimentos pela Anistia que tomaram conta do Brasil entre 1978 e 1979. O pastor presbiteriano Leonildo Campos escreveu um artigo questionando por que não se discutia a anistia nos jornais evangélicos com maior profundidade e por que nenhuma igreja evangélica se envolveu para a criação de um comitê pró-anistia. Leonildo Campos considerou que o país passava por um processo político diferente, com sinais positivos para o retorno da democracia, uma vez que “os próprios pais do ‘monstrinho’, criado para defender interesses ocultos, já o enjeitam. Os que se serviram da longa noite para se enriquecer, querem ser os primeiros a vestir a roupagem que hoje mais está na moda internacional – a democracia, os direitos do homem”.⁸²⁴

O texto revelou certo desabafo de quem foi vítima da perseguição nas igrejas evangélicas em função de suas posições políticas e teológicas. Lembremos que Leonildo Campos foi um dos alunos da Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana Independente, expulso em 1968. Se naquele período de expurgos nas igrejas evangélicas, a ameaça do perigo vermelho estaria à espreita para tomar a igreja de assalto, agora, dez anos depois, na opinião de Leonildo Campos, “corujas’ e ‘morcegos’ (animais que vivem em função da escuridão), que se beneficiaram dos longos anos de exceção, untar-se-ão às suas vítimas, num estranho espetáculo de reconciliação, onde os mais diversos interesses se unirão”.⁸²⁵

A comparação metafórica, proposta por Leonildo Campos, colocava as igrejas evangélicas num lugar diametralmente oposto à tradição cristã: em vez de luz, elas foram trevas durante o regime militar. Pela omissão ou pelo silêncio, tinham sido coniventes com assassinatos e torturadores. Desse modo, ele concluiu o seguinte:

O protestantismo brasileiro está em condições de, em livre e sã consciência, comemorar algo que ele não ajudou a construir? (...) Honestamente falando, o protestantismo em toda a América Latina, desempenhou durante este negro período de nossa história um papel de omissão e de traição ao próprio Cristo.⁸²⁶

Nesse “estranho espetáculo de reconciliação”, o que se produziu entre as igrejas evangélicas foi um esquecimento coletivo sobre as injustiças provocadas, inclusive, no âmbito

⁸²⁴ CAMPOS Leonildo. O Brasil quer anistia, e nós? *Expositor Cristão*, Ano 94, n.º 5, São Paulo, 15 de março de 1979, p. 16.

⁸²⁵ Ibid.

⁸²⁶ Ibid.

das próprias igrejas. Indivíduos evangélicos tinham ajudado no movimento pela anistia – a exemplo do deputado federal cassado, Lysâneas Maciel e do reverendo Jaime Wright – mas, definitivamente, as igrejas evangélicas não se empenharam institucionalmente em defesa deste movimento.

Em meados de 1979, quando finalmente o colégio episcopal resolveu pronunciar-se sobre a Anistia, os bispos tergiversaram sobre o assunto, numa declaração caracterizada por alusões a textos bíblicos e à necessidade de mais amor entre os homens. A anistia não foi tratada em seu aspecto político ou jurídico, mas no sentido do perdão necessário e imprescindível para a construção da nação.⁸²⁷

De maneira bem diferente foi o pronunciamento de Dom Paulo Evaristo Arns e do pastor Manoel de Mello e Silva, fundador da igreja pentecostal “O Brasil Para Cristo”. Eles criticaram os aspectos jurídicos da lei e reclamaram o paradeiro dos “desaparecidos que foram presos em nome da segurança nacional”.⁸²⁸ Os signatários do texto chegaram a seguinte conclusão:

A anistia precisa **recordar** – no sentido etimológico mais pleno, isto é, passar pelo coração – para depois poder iniciar-se para essas famílias a nova era do esquecimento e perdão. Os que foram torturados, dentro da maior humilhação e do aviltamento mais grosseiro, não podem, por sua vez, **esquecer**, ou seja, **dar a anistia**. É preciso que eles digam primeiro, a todos, aquilo que disseram a alguns. Depois ouçam da Nação inteira a promessa que isto não mais acontecerá.⁸²⁹

Enquanto que um texto falava apenas de perdão e amor, o outro chamava a atenção para as atrocidades cometidas pelo regime e a necessidade de dar voz a quem foi vítima das torturas, perseguições, expurgos e toda série de injustiças durante a ditadura. Para o colégio episcopal metodista, todos eram irmãos e deveriam se perdoar. Para Dom Paulo E. Arns e Manoel de Mello existiam vítimas e seus algozes.

Se o colégio episcopal metodista vacilava em fazer afirmações contundentes e oficiais, contrárias ao governo brasileiro, o mesmo não ocorria entre algumas instituições metodistas, além de pastores e leigos. Jorge Cândido Pereira Mesquita manteve o tom crítico de seus editoriais. Escreveu sobre a diferença entre João XXIII e João Paulo II, sobre a condenação e punição dos teólogos católicos Leonardo Boff e Hans Kung e, ao tratar do conservadorismo evangélico, afirmou que, entre a década de 1950 e o início dos anos 1960, o

⁸²⁷ PRONUNCIAMENTO da Igreja Metodista sobre a anistia. *Expositor Cristão*, Ano 94, n.º 16, São Paulo, 15 de agosto de 1979, p. 11.

⁸²⁸ CATÓLICOS e pentecostais falam sobre a anistia. *Expositor Cristão*, Ano 94, n.º 16, São Paulo, 15 de agosto de 1979, p. 11.

⁸²⁹ Ibid.

protestantismo brasileiro “experimentou grande abertura para o ecumenismo e para os problemas sociais”, mas que, após o golpe de 1964, “via de regra, acompanhou essa tendência ultraconservadora que mergulhou o país em um período de caça às bruxas. Muitos líderes da mocidade e até pastores foram expulsos de suas igrejas, alguns até por denúncia de seus pastores”.⁸³⁰

A Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) recebeu o simpósio “Sociedade violenta”, que teve entre seus palestrantes o Prof. Warwick Kerr e Dom Paulo Evaristo Arns, nos dias 14, 15, 16, 17 e 18 de abril de 1980. O simpósio foi realizado durante o período de greve dos metalúrgicos da região do ABC paulista. Parte do discurso do cardeal-arcebispo de São Paulo foi reproduzido e comentado nas páginas de o *Expositor Cristão*, onde se destacou seu apoio aos operários grevistas e a condenação dos atos de violência praticados pelo Estado contra as manifestações.⁸³¹ No dia 19 de abril, foram presos Luiz Inácio “Lula” da Silva e mais 14 pessoas, entre os quais, o jurista Dalmo Dalari e membros da comissão de justiça e paz da arquidiocese de São Paulo.

Também na UNIMEP foi realizado o 32º Congresso da UNE, a convite do reitor daquela instituição de ensino, Prof. Elias Boaventura. O cartaz do congresso foi divulgado no *Expositor Cristão*,⁸³² a despeito da crítica de setores conservadores tanto dentro quanto fora da igreja.

A revista *O Cruzeiro* trouxe uma extensa reportagem sobre a realização do Congresso, bastante pejorativa aos estudantes e aos seus colaboradores. Os “participantes-usuários” foram apresentados como maconheiros alcoolizados, desordeiros, dispostos a fazer sexo em qualquer local e sem nenhum pudor. Fotos mostraram estudantes com garrafas de cerveja, fumando, e deitados na grama abraçados. O repórter Wilson Figueira, responsável pela matéria, foi irônico em relação aos colaboradores do evento:

O pároco da catedral de Piracicaba está radiante. Não deixou passar a oportunidade de estimular a revolução por meio da violência e da luta de classes, possivelmente inspirado nos mesmos motivos que levaram o Reitor da Universidade Metodista – Elias Boaventura – a um engajamento para que o Congresso ali se realizasse. (...) O Reitor Elias Boaventura dorme tranquilo por ter permitido, de forma insofismável, como educador que é, a livre manifestação de seus discípulos.⁸³³

⁸³⁰ MESQUITA, Jorge Cândido Pereira. Caça às bruxas (II). *Expositor Cristão*, Ano 95, n.º 3, São Paulo, 1º de fevereiro de 1980, p. 2.

⁸³¹ “É PRECISO denunciar a violência”. *Expositor Cristão*, Ano 95, n.º 11, São Paulo, 1º de junho de 1980, p. 1, 12 e 13.

⁸³² CONGRESSO da UNE reunido na UNIMEP. *Expositor Cristão*, Ano 95, n.º 20, São Paulo, 15 de outubro de 1980, p. 1.

⁸³³ FILGUEIRA, Wilson. Congresso de Piracicaba. Que estudantes são esses? *O Cruzeiro*, Ano II, n.º 25, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1980, p. 40.

ORGÃO OFICIAL DA IGREJA METODISTA

São Paulo, 1.ª quinzena de abril de 1974

EXPOSITOR cristão

"Espero humildemente... em Deus que tudo pode..."

Temos posse dia 15 de março como Presidente da República Federativa do Brasil o General Ernesto Geisel, eleito pelo Colégio Eleitoral para um período de 5 anos. Sua posse se deu em meio a grandes manifestações promovidas pelas autoridades governamentais, ainda são assistida por quatro chefes de Estados Latino-americanos e pela esposa do Presidente Richard Nixon, enviada diplomática dos Estados Unidos da América.

Em seu primeiro pronunciamento a 15 de janeiro passado, imediatamente após a confirmação de sua eleição, disse o General que não espera poder agradar a todos como chefe do governo e que certamente desagradará a muitos, mas que deseja poder voltar-se para as aspirações gerais do povo brasileiro.

Entre outras palavras disse S. Ex.ª: "Repetido do pronunciamento anterior, em Deus que tudo pode, espero humildemente, com fé, não defraudar a humilde confiança em mim depositada, nem frustrar generosos anseios e justas esperanças e realismo que não tenho compromissos de ordem pessoal. Meus deveres são todos com a Nação, meu governo prosseguirá na direção que nos leva a Revolução de 1964".

O Presidente Geisel — que será o primeiro brasileiro de origem evangélica a ocupar a chefia do poder executivo da chamada maior nação católica do mundo, o Brasil — é filho de imigrantes alemães lituanos, o Sr. Augusto Geisel e sua esposa, Sra. Lúlia Beckman. É o último de cinco filhos e é casado com D. Lucy Geisel. Possui uma filha, a Srta. Amália Lucy. Seu irmão Octavio, o quarto filho da família, foi o ministro da Guerra do governo Médici.

Natural de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, o general Ernesto Geisel está atualmente com 66 anos. Durante seu quinquênio foi o Presidente da Petrobrás, a empresa estatal brasileira que possui os direitos de exploração petrolífera no Brasil. Todos os que descrevem a sua personalidade incluem ser o General Geisel homem com forte senso de autoridade e a disciplina.

A herança evangélica do novo Presidente dá ao povo a esperança de que sua orientação da Política Nacional seja a de desenvolvimento econômico e de ordem interna, associadas igualmente ao respeito aos direitos fundamentais do homem, de liberdade e de oportunidade de igual acesso de recursos nacionais, permitindo assim o desenvolvimento brasileiro.



Fig. 16 – Reportagem: “Espero humildemente... em Deus que tudo pode...”. *Expositor Cristão*, 1ª quinzena de abril de 1974, p. 1. Para os setores conservadores metodistas que apoiaram a ditadura, delatando, inclusive, fiéis da igreja, “a herança evangélica do novo Presidente dá ao povo a esperança de que sua orientação da política nacional seja (...) igualmente ao respeito aos direitos fundamentais do homem e de liberdade...”.

EXPOSITOR CRISTÃO

o jornal metodista

5.ª Quinzena de Fevereiro de 1984 Ano 89 — Nº 4

DIRETAS JÁ!...

Desde meados de 83, quando a assembleia presidencial se deu enfocada nos apartados dos "possibilistas", a Igreja Metodista já discute o assunto sob o posicionamento "pró-diretas".

Episcopos e líderes metodistas de todo o Brasil têm opinado nos jornais, revistas e outros meios de comunicação, fazendo declarações e participando da discussão que envolve todos os setores da sociedade brasileira.

Os conselhos regionais elaboraram pareceres, cartas de autoridades e manifestos, dispuseram o pensamento de mensajeros quanto ao assunto. Várias igrejas locais têm adotado posicionamentos semelhantes e estão envolvidas na luta pelas "Diretas".

O Expositor Cristão abre suas páginas para esta importante discussão, trazendo neste número as seguintes matérias que tratam o tema:

Editorial na pág. 2; Documentos do Conselho da 4.ª RE e Palavra do Leitor na pág. 3; Carta da 8.ª RE e Documentos das Igrejas Cristãs de São Paulo na pág. 4; o comentário "Abnal sobre brasileiros..." na pág. 7 e do noticiário a presença da juventude pentecostal de Brasil, que se espera se compareça com o lançamento das eleições com os dias "Diretas Já".

O desenho usado pela IBBAD em suas campanhas locais nesta e nas próximas edições, as matérias que fazem sobre o assunto.



Foto: Fernando L. Ribeiro/QUIP

É o grito que se ouve nas praças e ruas, nos bares e bares, nas fábricas e escritórios, nos parques e escolas e por que não dizer nas igrejas.

Concílios

Enfrentando a crise

5.a RE



Com equilíbrio entre as forças "conservadoras" e "progressistas" o Conselho da 5.ª RE, instalado no meio de janeiro, iniciou imediatamente o seu trabalho.

"Possibilidade — Serão eleições no Brasil" foi o tema do concílio que realizou 181 reuniões em um fim de semana.

Jovens latinos discutem sua missão

Pág. 3

Encontro Nacional de Jovens Metodistas

Com o programa "Que Igreja é Esta?" os jovens de todo o Brasil se reuniram em São Paulo em fins de abril. Os próprios jovens das federações da 2.ª RE e Região Missionária da Confederação fazem sobre o tema e as preparativos do encontro.

O cartaz promocional do Encontro segue em breve para as igrejas locais.



Que Igreja é esta?

Fig. 17 – Reportagem: “Diretas Já!...”. *Expositor Cristão*, 2ª quinzena de fevereiro de 1984, p. 1. Em meio aos embates entre conservadores e progressistas no interior da Igreja Metodista, houve espaço para se discutir a campanha das Diretas. Disse bem o metodista Sérgio Marcus Pinto Lopes: “Quem quer democracia deve lutar por ela”.

A guinada à esquerda liderada pelos setores progressistas tentou conduzir a Igreja Metodista para o campo da abertura política e, ainda, para a transformação de suas estruturas. O início da década de 1980 colocou os metodistas diante de uma juventude que reclamava por maior liberdade, mudança nos paradigmas teológicos e engajamento político.

Num período de transição como aquele, os embates entre progressistas e conservadores se fizeram presentes como reflexo, em certa medida, das tensões que também ocorriam no Brasil. As mudanças pretendidas por eles – nem sempre bem compreendidas – resvalavam nos defensores da ordem e do *status quo*. Em um ambiente destes, era quase que inevitável que um rastilho de pólvora não se formasse. Só era preciso que o acendesse.

4.7. Abertura política de dentro pra fora, de fora pra dentro

A visível proeminência dos setores progressistas nas páginas de o *Expositor Cristão* não significou que os conservadores tivessem sucumbido. Eles perderam espaço, viram-se constrangidos pelo próprio cenário nacional, mas mantiveram-se atentos às mudanças operadas na Igreja Metodista. Aqui e acolá, o silêncio estratégico era quebrado, trazendo à tona as vozes conservadoras.

Uma dessas vozes era a de Wesley Sucasas, filho do falecido bispo Isaías Fernandes Sucasas. Ele criticou o processo de abertura na Igreja Metodista e, em tom de lamento, afirmou que a igreja era conduzida por homens “melancolicamente catequizados pelo conteúdo vazio e oco de uma cartilha manchada de vermelho que jamais mereceu o crédito dos cristãos”.⁸³⁴

Nada mais surpreendente vindo de um filho de um delator que serviu ao DOPS e que entregou membros de sua própria igreja por suspeita de infiltração comunista e subversão. Mas, dentro da ordem política que se instaurara desde a extinção do AI-5, bem como o processo de redemocratização por que passava o país, restava aos setores conservadores da Igreja Metodista desqualificar seus adversários. A pena de Wesley Sucasas por diversas vezes se prestou a isso. Nesse mesmo artigo, ele fez a seguinte reflexão:

A tônica de hoje (e que já está causando náuseas) é a “teologia da pobreza” e uma boa parte daqueles que insistem em difundi-la desfruta de múltiplos privilégios e vivem como os melhores burgueses deste país. (...) Possuem automóveis dos últimos modelos e recebem salários cujos valores estão bem acima da média nacional. (...) E

⁸³⁴ SUCASAS, Wesley C. Uma realidade triste e lamentável. *Expositor Cristão*, Ano 95, n.º 21, São Paulo, 1º de novembro de 1980, p. 14.

se não houvesse os “burgueses” metodistas para lhes proporcionarem tanta mordomia? E se esta igreja fosse formada apenas de oprimidos e carentes?⁸³⁵

Para as lideranças evangélicas conservadoras, não somente da Igreja Metodista, a Teologia da Libertação trouxe à cena aspectos perigosos que já tinham sido rechaçados duramente no início da década de 1960 pelo conservadorismo protestante: o protagonismo da classe trabalhadora, a defesa dos oprimidos, o apoio aos movimentos de classe, a transformação social pela conscientização política. Enfim, a Teologia da Libertação representou uma espécie de retorno do evangelho social tão defendido e, ao mesmo tempo, combatido, na Conferência do Nordeste, em 1962.

Não se tratava, portanto, de uma aversão a uma teologia de origem católica, mas de se fazer resistência à uma perspectiva teológica de transformação da sociedade sobre bases teóricas e políticas que continham influências nitidamente de esquerda, tais como a condenação do capitalismo, a denúncia da exploração da classe trabalhadora e a reivindicação de direitos às minorias. Para os setores metodistas conservadores, a Teologia da Libertação era incoerente com um cristianismo que não fazia distinção entre ricos e pobres, enquanto que, para os progressistas, ela ressaltava justamente as injustiças dos ricos para com pobres.

Nesse sentido, é possível afirmar que a Teologia da Libertação reacendeu, entre os evangélicos progressistas, uma práxis cristã politicamente engajada na década de 1980 com ênfase no ecumenismo e numa educação teológica contextualizada. Exemplo disto foi a criação da Comissão Evangélica de Direitos da Terra (CEDITER), em janeiro de 1982, pelo reverendo presbiteriano João Dias de Araújo.

Segundo Elizete Silva, “as primeiras atividades da CEDITER se relacionaram com a seca e conflitos de terra, problemas recorrentes no interior baiano e brasileiro”.⁸³⁶ Na Chapada Diamantina e em Feira de Santana, a CEDITER apoiou os trabalhadores rurais em sua luta pela reforma agrária, bem como desenvolveu trabalhos em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), ambas católicas.

Ainda que a reabertura democrática propiciasse o recrudescimento de organizações sociais comprometidas com a luta dos oprimidos, a repressão e perseguição ainda se faziam sentir sobre determinadas lideranças opositoras ao governo. Entre os metodistas, o caso do reverendo Orvandil Pereira Barbosa, que trabalhava na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, foi o que mais repercutiu na igreja.

⁸³⁵ Ibid.

⁸³⁶ SILVA, Elizete. Op. Cit., p. 198.

Em setembro de 1980 ele foi preso pela Brigada Militar quando distribuía exemplares do jornal *A Hora do Povo* na Vila Salgado Filho, periferia de Santa Maria.⁸³⁷ O deputado João Gilberto (PMDB-RS) proferiu um discurso na Câmara dos Deputados, em que condenou a ação policial que, dentre outras coisas, invadiu o templo religioso e a residência do pastor metodista em busca de material subversivo. Para o deputado, tratava-se de mais uma atitude autoritária do governo para com pessoas que faziam opção pelos pobres.⁸³⁸

O reverendo Orvandil foi liberto após prestar depoimento, porém sofreu inquérito militar, onde foi indiciado na Lei de Segurança Nacional por “ofensas ao presidente da República e indispor a população contra as Forças Armadas”.⁸³⁹ Uma nota conjunta, assinada pelo presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, pelo presidente do colégio episcopal metodista, bispo Sady Machado da Silva, e pelo bispo da Igreja Episcopal do Brasil, Dom Olavo Ventura, foi divulgada à imprensa em solidariedade à Orvandil.

Em seu depoimento à Polícia Federal, Orvandil Barbosa afirmou que as atividades que desenvolvia junto às vilas populares tentavam responder aos problemas socioeconômicos de seus paroquianos, as quais exigiam “uma profunda ação para possibilitar-lhes melhores condições de vida e de participação na sociedade”.⁸⁴⁰

A Igreja Metodista pronunciou-se oficialmente por diversas vezes em favor do reverendo Orvandil. O reverendo Isac Alberto Rodrigues Aço – recém eleito diretor da Faculdade de Teologia em Rudge Ramos, São Paulo – encabeçou uma carta assinada pelos professores daquela faculdade, em que expressavam ao reverendo indiciado “toda a simpatia e apoio a causa em que está empenhado, em solidariedade aos pobres do povo sofrido e oprimido de nossa terra”.⁸⁴¹ Ao lado da carta publicada no *Expositor Cristão*, constava uma matéria com a foto do reverendo metodista Getro Camargo, em cima de um caminhão, numa manifestação que reuniu cerca de cinco mil pessoas na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, contra a implantação da Usina Bodoquena na região do Pantanal.⁸⁴²

⁸³⁷ POLÍCIA detém pastor que vendia jornal. *Jornal do Brasil*, Ano XC, n.º 162, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1980, 1º Caderno, p. 9.

⁸³⁸ DEPUTADO denuncia pressão. *Jornal do Brasil*, Ano XC, n.º 218, Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1980, 1º Caderno, p. 5.

⁸³⁹ POLÍCIA federal abre inquérito contra pastor que ofendeu presidente. *Jornal do Brasil*, Ano XC, n.º 219, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1980, 1º Caderno, p. 5.

⁸⁴⁰ PASTOR depõe durante 4 horas. *Jornal do Brasil*, Ano XC, n.º 221, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1980, 1º Caderno, p. 2.

⁸⁴¹ FACULDADE de teologia reitera apoio. *Expositor Cristão*, Ano 96, n.º 14, São Paulo, 15 de julho de 1981, p. 4.

⁸⁴² PASTOR metodista participa de passeata de protesto. *Expositor Cristão*, Ano 96, n.º 14, São Paulo, 15 de julho de 1981, p. 4.

Ainda que os setores conservadores insistissem no distanciamento da Igreja Metodista para com os problemas sociais, a exemplo dos reiterados pronunciamentos de Wesley Sucasas,⁸⁴³ os setores progressistas conheceram um período bastante profícuo para a construção de um ambiente democrático e de reinserção da igreja na política brasileira, especialmente no que diz respeito aos movimentos sociais. Portanto, a opção pelos pobres, uma das marcas da Teologia da Libertação, foi o mote para que os setores progressistas metodistas reinserssem a preocupação social como elemento político na igreja.

Com vistas às eleições de novembro de 1982, o colégio episcopal metodista fez um pronunciamento oficial onde se afirmou que o Brasil experimentava um clima de reabertura democrática “após o país ter vivido dezesseis anos sob leis de exceção que não serviam ao povo brasileiro”. Aquele período foi caracterizado, na opinião dos bispos metodistas, pelo abuso do poder, com “flagrante desrespeito aos direitos humanos por parte dos órgãos de segurança, o obscurantismo cultural pela ação da censura, a corrupção crescente nos diferentes níveis da sociedade, ao lado do rebaixamento do papel dos poderes legislativo e judiciário”.⁸⁴⁴

Numa perspectiva bem diversa do que poderia sugerir a versão dos “vencedores”, o colégio episcopal afirmou que “a democratização, portanto, não pode ser encarada apenas como uma outorga dos governos Geisel e Figueiredo, mas também como o resultado dos esforços, da luta e da pressão do movimento popular”.⁸⁴⁵ Conquista, em vez de outorga. Ação histórica em vez de providência divina. A Igreja Metodista não deixou de ser evangélica, entretanto, apresentou um tipo de pensamento que expressava similaridades com os movimentos democráticos de esquerda que enfatizaram o protagonismo das classes oprimidas na transformação de sua própria realidade.⁸⁴⁶

⁸⁴³ Wesley Sucasas chegou a escrever à redação de o *Expositor Cristão* sugerindo que “estes senhores que lideram o movimento chamado de libertação da igreja, e que optaram pela pobreza, abdicassem dos cargos que ocupam em nossa igreja, assim como das mordomias criadas por eles próprios, e dos salários que recebem”. Ver em O JUSTO, o lógico, o ético... *Expositor Cristão*, Ano 97, n.º 1, São Paulo, 1º de janeiro de 1982, p. 3. Já Antonio Pacitti, metodista da igreja de Jabaquara, São Paulo, escreveu uma carta também ao jornal metodista onde afirmou que “Jesus foi tentado a secularizar-se quando, em jejum e oração, se preparava para a sua missão de salvar o homem de seu pecado, e teve fome. Então, Satanás, ser inteligente e capcioso, tentou secularizá-lo, sugerindo que ele transformasse pedras em pães”. Ver em POBRES: tentação do diabo. *Expositor Cristão*, Ano 97, n.º 8, São Paulo, 15 de abril de 1982, p. 3.

⁸⁴⁴ ELEIÇÕES de novembro. Pronunciamento do colégio episcopal. *Expositor Cristão*, Ano 97, n.º 10, São Paulo, 15 de maio de 1982, p. 8.

⁸⁴⁵ Ibid.

⁸⁴⁶ Daniel Aarão Reis chama a atenção para o fato de que diversos movimentos sociais e políticos “desempenharam importante papel no processo de redemocratização, mostrando, muitas vezes, rara coragem, pois, se hoje se sabe que a democracia foi reconquistada no país, na época, de modo nenhum esta questão era considerada como *dada*”. Ver REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). Op. Cit., 2004, p. 45.

Os setores conservadores se ressentiram diante de tais mudanças, algumas de caráter estrutural, de modo que ensaiaram uma reação com desdobramentos em dois dos principais centros de ensino da igreja: o Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS), em 1982, e a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), em 1985.

A crise no IMS eclodiu no fim de novembro de 1982, após a confirmação da eleição do Diretor Geral, Benedito de Paula Bittencourt, para mais um mandato. Os setores progressistas da igreja entenderam que a eleição de Benedito de Paula Bittencourt tinha se constituído numa ação arbitrária do Conselho Diretor.⁸⁴⁷ A reivindicação bastante objetiva dos alunos e professores grevistas era bem clara: destituição imediata do diretor de seu cargo, bem como do Conselho Diretor que o elegeu; e encaminhamento do processo de eleições diretas e democráticas para 1983. Os professores, por meio de sua associação de classe, também resolveram entrar em greve em razão da arbitrariedade do Conselho Diretor.

Em meio à crise que repercutiu em toda a Igreja Metodista, Benedito de Paula Bittencourt renunciou, em 8 de dezembro de 1982, ao cargo para o qual foi nomeado, pondo fim à greve de estudantes e professores. Para o jornalista Édson Motta, que assinava como redator responsável pelo *Expositor Cristão* e era ligado aos setores conservadores da igreja, a crise no IMS tinha sido o resultado de uma campanha de difamação sobre o ex-diretor, acusado de “ditador, fascista e reacionário”.⁸⁴⁸ Além disso, em sua opinião, a Teologia da Libertação estaria por detrás das manifestações:

Nessas atitudes, apenas uma exigência, sob forte pressão: a destituição do professor Bittencourt. Mas, por que isso ocorre? Certamente, poucos têm conhecimento, em nossa igreja, de que há um movimento organizado, autodenominado Teologia da Libertação que, nascido em Comunidades de Base da Igreja Católica, pretende organizar e instruir a população para atuar e agir politicamente. Mas, ainda que os objetivos dessa nova Teologia sejam de libertação, a pressa e os métodos de sua prática não demonstram outra coisa senão totalitarismo, opressão, coação.⁸⁴⁹

Por fim, Édson Motta acusava o Partido dos Trabalhadores (PT) de associar-se ao “antigo movimento que deseja apoderar-se da direção geral, seja para satisfazer ambições

⁸⁴⁷ João Cândido Pereira Mesquita, editor-chefe de o *Expositor Cristão* escreveu que “a manutenção do poder foi uma preocupação maior da atual direção”. Conf. MESQUITA, João Cândido Pereira. IMS – a crise maior. *Expositor Cristão*, Ano 97, n.º 21 e 22, São Paulo, 1º e 15 de novembro de 1982, p. 2. O diretor da Faculdade de Teologia Metodista, reverendo Isac Alberto Rodrigues Aço, manifestou-se perplexo diante da reeleição do Benedito de Paula Bittencourt, considerando-a uma “falta de sensibilidade a duas realidades: (1º) à comunidade acadêmica e seus posicionamentos e o processo que o próprio Conselho Diretor havia aberto; (2º) à terceira região eclesial que foi subtraída de tomar suas próprias iniciativas”. Conf. AÇO, Isac Alberto Rodrigues. Pronunciamento da congregação da faculdade de teologia sobre a crise no IMS. *Expositor Cristão*, Ano 97, n.º 21 e 22, São Paulo, 1º e 15 de novembro de 1982, p. 17.

⁸⁴⁸ MOTTA, Édson. Meu testemunho sobre a greve no Instituto Metodista – a igreja aprova esta ingratidão? *Expositor Cristão*, Ano 97, n.º 23 e 24, São Paulo, 1º e 15 de dezembro de 1982, p. 27.

⁸⁴⁹ Ibid.

“pessoais ou por vaidade”, no afã de “implantar o ‘governo dos trabalhadores’, sem patrões, sem burgueses, como eles dizem”.⁸⁵⁰

Estava claro que a crise no IMS, em São Bernardo do Campo, reverberava as transformações políticas pelas quais o país passava. Para os setores progressistas metodistas a Teologia da Libertação e o PT representavam a possibilidade de uma nova experiência religiosa e política mais afeita ao contexto de reabertura democrática que o país vivia.

Apesar de todo o desgaste, os progressistas saíram vitoriosos desse embate, uma vez que o reverendo Gerson Soares Veiga, doutor em Filosofia e professor universitário, foi nomeado para o cargo de diretor geral do IMS.⁸⁵¹ Gerson Veiga fez parte do grupo de pastores metodistas que defenderam o engajamento social entre os fiéis da igreja, tendo sido um dos signatários do manifesto contra a violência cometida por policiais sobre estudantes na Universidade de São Paulo, em 1967.

A crise na UNIMEP se deu em circunstâncias muito próximas àquelas vividas pelo IMS. Em 12 de janeiro de 1985, o Conselho Diretor demitiu o reitor Elias Boaventura, e o vice, Almir Maia, elegendo dois de seus membros, Hélio Manfrinato e Abner Perpétuo, para ocuparem o cargo de reitor e vice-reitor, respectivamente.⁸⁵² A alegação para a demissão de Elias Boaventura e Almir Maia era de que a UNIMEP estaria endividada, com um déficit de cerca de 10 bilhões de cruzeiros, provocados pela gestão de ambos. No entanto, na opinião de Elias Boaventura, a questão era outra, conforme disse em reportagem ao *Expositor Cristão*:

Veja que eles dizem que o problema é financeiro. Nós estamos com os nossos pagamentos dos funcionários em dia, estamos com as nossas dívidas com bancos todos negociados e não havia até o dia do golpe nenhuma duplicata, promissória, nada em protesto. (...) Para mim a questão é pura e simplesmente ideológica. O susto central foi a minha declaração no Concílio Regional de que sou adepto da Teologia da Libertação e socialista.⁸⁵³

O apoio aos funcionários demitidos foi algo significativo e bastante simbólico no que diz respeito à posição política que representavam naquele contexto. Entre os telegramas de apoio manifestados figuraram os de Frei Betto, e de Hélio Bicudo, do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) e do senador Pedro Simon (PMDB-RS), da Associação dos professores da Universidade Federal de Santa Catarina e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da União Estadual de Estudantes de São Paulo e do Sindicato dos Trabalhadores da

⁸⁵⁰ Ibid.

⁸⁵¹ IMS: novo diretor toma posse. *Expositor Cristão*, Ano 98, n.º 3, São Paulo, 1º de fevereiro de 1983, p. 1.

⁸⁵² CHAVES, Odilon. Na UNIMEP uma crise sem precedentes. *Expositor Cristão*, Ano 100, n.º 3, São Paulo, 1º de fevereiro de 1985, p. 1.

⁸⁵³ Ibid, p. 14.

Indústria de Papelão de Mogi das Cruzes. O apoio também veio por parte dos bispos metodistas que se pronunciaram de maneira contrária à demissão e intervenção na UNIMEP.

No dia 29 de janeiro de 1985, o juiz Antonio Carlos Pucci concedeu liminar ao mandado de segurança impetrado pelos demitidos, mas o Conselho Diretor recorreu da decisão. A situação se resolveu ao final de fevereiro, quando Elias Boaventura e Almir Maia foram reconduzidos definitivamente aos seus respectivos cargos, assegurando-lhes o término de seus mandatos, previsto para 1986.

Tal como no IMS, a crise na UNIMEP evidenciou a capacidade de reação dos setores progressistas às arbitrariedades e ingerências de grupos conservadores que ainda atuavam nos quadros administrativos da igreja. Temerosos com os rumos que a Igreja Metodista estava tomando, os conservadores pretenderam frear as influências teológicas e políticas que lhes eram adversárias.

As instituições de ensino metodista eram estrategicamente importantes para que se promovessem mudanças significativas no comportamento político e religioso entre os metodistas, já que elas eram responsáveis, principalmente, pela formação de futuros pastores e lideranças leigas para a igreja.

Ambas as crises eram devedoras do ambiente de reabertura política e redemocratização por que o país passava. Em 1982, após 17 anos desde a promulgação do Ato Institucional n.º 2 de 17 de outubro de 1965 e que instituiu o bipartidarismo, ocorreu as primeiras eleições pluripartidárias no país e com a participação direta da população na escolha de governadores. E, entre 1983 e 1984, a campanha das *Diretas Já!* mobilizou milhões de brasileiros que nutriam a esperança pelo retorno da eleição direta para o cargo de presidente da República.⁸⁵⁴

De modo que os metodistas não foram imunes às mobilizações político-sociais que se apresentaram no Brasil da primeira metade da década de 1980. Em particular, as *Diretas Já!* provocaram um impacto muito forte na imprensa metodista, com reportagens, artigos, fotos e notícias em torno do assunto. Uma foto do comício na Praça da Sé, em São Paulo, estampou a capa de o *Expositor Cristão* em sua edição da 2ª quinzena de fevereiro de 1984.

⁸⁵⁴ Presbiterianos e metodistas tiveram atitudes semelhantes em relação à campanha das Diretas. Como dito anteriormente, no Capítulo 1, a campanha serviu a um caloroso debate sobre a responsabilidade social que a igreja deveria manter com o Brasil, bem como à liberdade de expressão política nas igrejas. Para Lucilia de Almeida Neves Delgado, “o sentido republicano da campanha das Diretas-Já alcançou dimensão bem maior que de uma mobilização pelo direito do voto para presidente. Na verdade, a presença crescente e maciça de trabalhadores, estudantes, desportistas, jornalistas, políticos, artistas, intelectuais, clérigos e mulheres nas ruas e praças brasileiras expressou um contundente protesto contra a ausência de liberdades civis e políticas no Brasil”. Cf. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Diretas-Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). Op. Cit., p. 417.

Sérgio Marcus Pinto Lopes escreveu um editorial em que alertava os evangélicos a se “associar aos que estão fazendo pressão a favor da democracia”.⁸⁵⁵ Um manifesto assinado pelo bispo Adriel de Souza Maia declarou a posição das Igrejas Metodistas dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, colocando-se a favor das eleições diretas e da convocação de uma assembleia nacional constituinte.⁸⁵⁶ E, para não me estender demasiadamente nos exemplos, cito, por fim, os metodistas da igreja de Três Rios, no Rio de Janeiro, que em concílio local redigiram um manifesto em favor não somente de eleições diretas para presidente da República, como, também, para todos os cargos e níveis da igreja metodista, inclusive em relação a pastores e bispos.⁸⁵⁷

Portanto, a Igreja Metodista sofreu as implicações de uma reabertura política eivada por mobilizações populares que, se por um lado, trouxe tensões entre os setores progressistas e conservadores da igreja, inclusive com intervenção judicial, por outro, promoveu o recrudescimento de uma ética voltada para a participação política e social de maneira crítica e à esquerda.

Os metodistas foram solidários à Leonardo Boff, por meio de atos e manifestações de apoio em suas instituições de ensino, a exemplo do Instituto Metodista Bennett.⁸⁵⁸ Promoveram encontros para debater a participação evangélica na Constituinte, convidando membros de outras igrejas, entre os quais, Benedita da Silva e Joanir de Oliveira, das Assembleias de Deus.⁸⁵⁹

Os ideais da Conferência do Nordeste de 1962 parecem ter sobrevivido sob duras penas entre os metodistas progressistas de modo a garantir que, entre 1980 e 1985, a igreja fosse capaz de enfrentar a reação conservadora e, ainda, incentivar o engajamento de seus membros com vistas à participação política, de maneira crítica.

Durante o período de governo militar, a Igreja Metodista experimentou uma série de conflitos internos em razão do cenário político e social pelo qual o país passou. O golpe de 1964 e a posterior instauração de uma ditadura militar foram substanciais para que os setores

⁸⁵⁵ LOPES, Sérgio Marcus Pinto. “Quem quer democracia deve lutar por ela”. *Expositor Cristão*, Ano 99, n.º 4, São Paulo, 15 de fevereiro de 1984, p. 2.

⁸⁵⁶ MAIA, Adriel de Souza. Manifesto metodista. *Expositor Cristão*, Ano 99, n.º 7, São Paulo, 1º de abril de 1984, p. 6.

⁸⁵⁷ DIRETAS-Já na igreja metodista. *Expositor Cristão*, Ano 99, n.º 16, São Paulo, 15 de agosto de 1984, p. 4.

⁸⁵⁸ ATO de solidariedade aos irmãos Boff. *Expositor Cristão*, Ano 100, n.º 15, São Paulo, 1º de agosto de 1985, p. 6.

⁸⁵⁹ EVANGÉLICOS discutem participação na Constituinte. *Expositor Cristão*, Ano 100, n.º 20, São Paulo, 15 de outubro de 1985, p. 9.

progressistas viessem a ser perseguidos tanto dentro quanto fora da Igreja Metodista. Os expurgos e os silêncios que ocorreram durante o período de maior repressão, confirmam a tese de Rubem Alves de que o protestantismo brasileiro nada tem de liberal, a despeito de lhe terem atribuído historicamente essa característica. Pois, se assim o fosse, o estabelecimento de um Estado autoritário e o rebaixamento dos poderes legislativo e judiciário, fariam com que esse pressuposto liberalismo protestante reagisse contra esta nova ordem de coisas.

No caso da Igreja Metodista, as reações dos setores progressistas ao estado ditatorial foram, em parte, devedoras de uma prática teológica ecumênica que tinha entre suas características o respeito ao outro, o diálogo com a Igreja Católica e o engajamento social como elemento de transformação da realidade dos cristãos. Este “espírito” ecumênico deu sobrevida aos setores progressistas garantindo que, a partir da segunda metade da década de 1970, eles pudessem voltar à cena dos debates e reagir contra o conservadorismo na igreja.

Por outro lado, as instituições de ensino metodistas, presentes desde os primeiros anos de sua história no Brasil, constituíram-se também em espaços de resistência ao conservadorismo na igreja. A formação de seus professores, o currículo com influência de uma teologia europeia e o ambiente de discussão entre os alunos permitiram que estas instituições de ensino servissem como uma espécie de nichos de autonomia crítica a influenciar pastores e leigos, jovens e adultos.

Tal como ocorreu a presbiterianos, assembleianos e batistas, os metodistas viveram períodos de desmobilização política, mas não de absenteísmo político. Entre 1964 e 1985 participaram da política partidária, inclusive lançando candidaturas próprias. Fizeram parte de movimentos tanto de apoio quanto de oposição ao regime ditatorial. Promoveram fóruns de discussão política, envolveram-se em greves de sindicatos e cooperaram para a organização de associações de classe. Nesse aspecto, o credo social wesleyano foi o apanágio teológico que contribuiu para a participação dos metodistas na vida política brasileira de forma mais engajada.

Durante a primeira metade da década de 1980, com o processo de reabertura política e democrática sendo consolidados e o fim dos governos militares, a Igreja Metodista esboçou um projeto de igreja evangélica politizada à esquerda. Os setores conservadores da igreja – espécie de fósseis vivos – tentaram, sem sucesso, reprimir a onda de liberdade e participação política que boa parte dos metodistas reclamavam, incluindo mulheres. O clima de euforia que se viu na campanha das *Diretas Já!* reverberou no seio da Igreja Metodista com implicações na sua própria estrutura de poder. A partir daí, uma nova fase se colocou à igreja, sob outro viés político, social e religioso.

Considerações Finais

As mudanças e permanências que se operaram na linha editorial dos jornais *O Estandarte*, *Mensageiro da Paz*, *O Jornal Batista* e *Expositor Cristão* ao longo do governo militar evidenciam rupturas e continuidades pelas quais as igrejas evangélicas aqui pesquisadas passaram. Elas não foram imunes ao contexto histórico e não estiveram alheias aos movimentos políticos e sociais por que o Brasil passou entre 1964 e 1985.

O aspecto comum entre esses jornais foi a propagação dos princípios cristãos e evangélicos entre seus leitores. Diferente da Igreja Católica que durante séculos foi a instituição eclesiástica hegemônica no Brasil, as igrejas evangélicas precisavam alargar seus espaços na sociedade brasileira e isso passava, impreterivelmente, pela conversão de fiéis. O proselitismo religioso, portanto, foi um traço comum a todas as igrejas aqui pesquisadas, independentemente de sua linha teológica.

Outro aspecto comum a essas igrejas e que se apresentou de maneira muito visível durante a ditadura militar foi o fundamentalismo religioso entre os fiéis. À exceção das Assembleias de Deus, fundada no Brasil por missionários suecos, todas as outras três – IPI, Batista e Metodista – têm a sua origem, no Brasil, ligada aos Estados Unidos. E todas, sem exceção, sofreram a influência do fundamentalismo religioso norte-americano, principalmente oriundo do sul dos Estados Unidos, que contribuiu para atitudes intolerantes não somente do ponto de vista religioso, como, também, político. Exemplo disto foi a condenação do ecumenismo pela extensa maioria das lideranças evangélicas no Brasil, por entender que práticas ecumênicas estariam indissoluvelmente associadas ao comunismo.

Embora estas igrejas guardassem diferenças quanto a aspectos teológicos – às vezes bastante superficiais, mas suficientemente importantes aos fiéis para provocar cisões – aqui e acolá foi possível observar um *ethos* na maneira dos evangélicos brasileiros fazerem política. Se, por um lado, os aspectos teológicos garantem as diferenciações objetivas entre as igrejas evangélicas, por outro, a cultura política que os caracteriza é, também, um traço comum.

No Brasil, a despeito do milenarismo ou puritanismo que marcou algumas igrejas evangélicas, o discurso encampado pelas lideranças religiosas sobre os fiéis para que esses se mantivessem *afastados* do mundo garantiu que estes últimos evitassem os *prazeres* do mundo. Desse modo, o não consumo do álcool e do tabaco, jogar futebol, ir ao cinema, assistir a programas de entretenimento na TV foram coisas a ser evitadas em razão de não cooperarem para a aproximação do fiel com Deus.

Dito de outra forma, o consumo de bebidas alcoólicas profanaria o templo do espírito santo de Deus, assim como ir ao futebol ou ao cinema seria um desperdício de tempo quando se poderia estar trabalhando na “obra do Senhor”. Nesse sentido, parece-me que as fronteiras entre o sagrado e o profano estavam bem visíveis aos fiéis. Mas, a questão que se coloca é: e quanto à política, o que haveria nela de profano? O que haveria na prática da política que colocasse a relação do fiel com Deus em risco?

Não me parece que os evangélicos brasileiros encontraram razão suficientemente forte para evitar a prática política. Aliás, os evangélicos brasileiros, em sua maioria, mobilizaram-se, inclusive politicamente, para contrapor-se a movimentos políticos de esquerda.

É fato que católicos também se mobilizaram politicamente contra as esquerdas, mas a cultura política evangélica tem um aspecto que lhe seria específico: a política deve ser útil a Deus, a fim de cooperar para o alargamento de sua “obra”, que se evidenciaria por meio do testemunho de seus fiéis nas diversas esferas do poder – executivo, legislativo, judiciário, forças armadas,... –, ou pelo auxílio de políticos, ainda que não evangélicos, às suas atividades religiosas. Em síntese, os evangélicos sacralizam sua forma de fazer política, pois entendem quando a praticam que nela há um desígnio divino.

A frase “dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” foi repetida entre os evangélicos como uma advertência ao envolvimento político da igreja com o Estado. César não poderia influenciar nas coisas de Deus, assim como o contrário. No entanto, a frase promoveu, na maioria das vezes, *indiferença* política entre os fiéis evangélicos, mas não apoliticismo. Não houve uma posição de alheamento político por parte de evangélicos, muito menos no período em que se instaurou uma ditadura militar no Brasil.

Se, para os setores progressistas, o envolvimento do crente com a política seria para levar o amor de Deus aos oprimidos, por meio da conscientização e mobilização política das classes trabalhadoras, denunciando as injustiças sociais, para os setores conservadores, a política serviria para dar testemunho da “obra” e poder de Deus, por meio da concessão de terrenos à construção de igrejas, inauguração de monumentos à Bíblia, censura à pornografia, legislação contra o aborto etc. Ambos, progressistas e conservadores, acreditavam que sua *práxis* política era consentânea à vontade de Deus.

É preciso, ainda, ressaltar que a história do país foi compreendida de maneira diversa entre os evangélicos no Brasil e isto, me parece, tem a ver com as escolhas teológicas que estas igrejas evangélicas fizeram. Em uma igreja evangélica que enfatizasse o respeito à tradição, à hierarquia eclesiástica, à moral, sendo rigorosa na punição aos “desviantes na fé”,

os governos militares não seriam o exemplo de uma ditadura, mas a extensão política da igreja, com todas as características de uma instituição que se preocupa em manter a ordem, expurgando dela todos aqueles que, porventura, venham a questionar suas regras e doutrinas. Como já dito anteriormente por Rubem Alves, o respeito ao dissenso não foi uma característica que tivesse vingado entre as igrejas evangélicas no Brasil.

Por outro lado, para as igrejas evangélicas com ênfase na formação acadêmica de seus membros, no respeito à autonomia administrativa de seus órgãos e ao diálogo aberto com outras instituições eclesiais, os governos militares foram a expressão de um modelo político centralizador e autoritário que elas negavam no âmbito religioso. A ditadura era algo claro e precisava ser combatida, pois, também alimentava os espíritos reacionários existentes na própria igreja.

No que tange à política partidária, é visível o esforço dos evangélicos em organizar um grupo parlamentar cristão no Congresso Nacional, muito antes da Assembleia Nacional Constituinte, em 1986. De metodistas a assembleianos, de batistas a presbiterianos, houve uma predisposição das lideranças evangélicas em alimentar o parlamento brasileiro com representantes que viessem a defender os seus interesses.

Os parlamentares evangélicos, presentes na Câmara Federal ao longo do período de 1964 a 1985, movimentaram-se objetivamente para a formação de um grupo parlamentar cristão que pretendeu, sem muito sucesso, influenciar a política nacional. A instituição da lei do divórcio e do feriado de Nossa Senhora Aparecida fez com que os evangélicos abrissem os olhos, de uma vez por todas, para a importância do Congresso Nacional, e, principalmente, para a mobilização político partidária. O caminho há muito estava aberto, restava organizar-se de forma mais efetiva e profissional.

FONTES

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Fundo “DOPS”.

Biblioteca da Igreja Metodista de Vila Isabel. Acervo online.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Acervo digital.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1966-1967.

Expositor Cristão, Rio de Janeiro, 1963-1985.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1975-1980.

Mensageiro da Paz, Rio de Janeiro, 1963-1985.

O Estandarte. São Paulo, 1963-1985.

O Jornal Batista. São Paulo, 1963-1985.

Revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1980.

Revista *Teoria e Debate*, São Paulo, fevereiro/março de 2005, versão online.

Revista *Vias de Fato*, São Luís, 15 de junho de 2012.

Ultimato. Viçosa, Minas Gerais, 1968-1985.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Luciane Silva de. “*O comunismo é o ópio do povo*”: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia. Feira de Santana, Bahia, 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2011.

ALMEIDA, Vasni de. A igreja metodista do Brasil In: SILVA, Elizete, SANTOS, Lyndon de Araújo, ALMEIDA, Vasni de (orgs.). “*Fiel é a palavra*”: leituras históricas dos evangélicos protestantes. Feira de Santana: UEFS, 2011

_____. Os metodistas e o golpe militar de 1964. *Estudos de Religião*, São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, v. 23, n. 37, jul./dez. 2009.

ALVES, Rubem. *A ideologia do protestantismo*. Rio de Janeiro. Cadernos do ISER, n.º 8, abril de 1979.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. *Memória, mediação e campesinato: as representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da pré-Amazônia maranhense*. Manaus: Edições UEA, 2010.

ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras. Vinte anos de história da Igreja Presbiteriana do Brasil: 1954-1974*. 2.ed. Rio de Janeiro: ISER, 1982.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 33. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Anablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In Leach, Edmund et Alii. *Enciclopédia Einaudi*. Vol.1. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984.

BEZERRA, Gregório. *Memórias: Gregório Bezerra*. São Paulo: Boitempo, 2011.

BITTENCOURT FILHO, José. Da aventura protestante...apontamentos para reflexão. In DIAS, Zwinglio Mota (org.). *Memórias ecumênicas protestantes – os protestantes e a ditadura: colaboração e resistência*. Rio de Janeiro: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, 2014

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. *Direitas e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOHN, Simone R. *Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral*. Campinas,SP: Revista Opinião Pública, vol. X, n.º 02, Outubro, 2004.

BORGES, Tiago Daher Padovezzi. *Representação partidária e a presença de evangélicos na política brasileira*. São Paulo, 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BOSI, Alfredo. Da esquerda cristã à teologia da libertação. In: JINKINGS, Ivana e PESCHANSKI, João Alexandre (org.). *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BURITY, Joanildo. *Fé na revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2011

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da teologia da libertação à mística ecológica. In FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CONCEIÇÃO, Manoel da. *Essa terra é nossa: depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no Estado do Maranhão*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. 6.ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2008.

COSTA, Celia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Kenneth. *O bispo de Volta Redonda: memórias de dom Waldyr Calheiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

D'AVILA, Edson. *Assembleia de Deus no Brasil e a política: uma leitura a partir do mensageiro da paz*. São Bernardo do Campo, SP, 2006. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, SP, 2006.

DEBORST, Ruth Padilha. Congressos Latino Americanos de Evangelização (CLADEs) – 1969-2012. *Novos Diálogos*, Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.novosdialogos.com/artigo.asp?id=255>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

DEFENSOR DEL PUEBLO. *Democracia y dictadura, hechos que debemos recordar*. La Paz, Bolívia: Canasta de Fondos, 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes das cidades. In FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil republicano, v. 3)

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008

DIAS, Zwinglio Mota (org.). Memórias ecumênicas protestantes – os protestantes e a ditadura: colaboração e resistência. Rio de Janeiro: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, 2014.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado*. Ação, política, poder e golpe de classe. 5.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

EARP, Fábio S. e PRADO, Luiz Carlos. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda 1967-1973. In: FERREIRA, Jorge & ALMEIDA, Lucília A. N. Delgado (orgs.). *O Brasil republicano*. vol. 4. O tempo da Ditadura, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ESCOBAR, Samuel. Los CLADEs y la misión de la iglesia, *Fundación Kairós*, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <http://www.kairos.org.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=840&catid=90%3Aarticulos-de-la-revista-iglesia-y-mision&Itemid=156>. Acesso em: 05 jan. 2015.

FERREIRA, Ebenézer Soares. *História dos batistas fluminenses 1881-1991*. Rio de Janeiro: JUERP, 2001.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *O grande irmão: da operação brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. Campinas, São Paulo, 1993. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, 1993.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2.ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *A ditadura escancarada*. 2.ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014

_____. *A ditadura derrotada*. 2.ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014

_____. *A ditadura encurralada*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GRINBERG, Lucia. *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

KIPPENBERG, Hans. *Religião e Formação de Classes na Antiga Judéia*. São Paulo: Paulus, 1988.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu. *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições – Pernambuco 1962-1987*. Recife, 2003. 261 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). In FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MALUF, Sahid. *Teoria geral do Estado*. 23. ed. São Paulo, Saraiva, 1995.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MARTINS FILHO, João Roberto. “O movimento estudantil dos anos 1960”. In FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos, Editora da UFSCar, 1995.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998

MENDONÇA, Antonio Gouvêa e VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução do protestantismo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA, MORAL E POLÍTICA. Estatística do Culto Protestante do Brasil 1965. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1968.

_____. Estatística do Culto Protestante do Brasil 1967. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1973.

_____. Estatística do Culto Protestante do Brasil 1968. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1973.

_____. Estatística do Culto Protestante do Brasil 1969. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1972.

MIRANDA, Júlia. *Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização universitária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, 2000. 368 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil republicano, v. 3).

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014,

NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

OLIVEIRA, Joanyr. *Memorial do sobrevivente*. Brasília: Editora ACLEB, 2008.

PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzales. *Poder e memória: o autoritarismo na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar*. Araraquara, São Paulo, 2008, 372 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2008.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REZENDE, Jonas. *E Lysâneas disse basta!* Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”. In FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. vol. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SANTANA FILHO, Manoel Bernardino de. *Karl Barth e sua influência na teologia latino-americana: palavra, evento e práxis de libertação*. São Paulo: ASTE : Associação Basileia, 2013.

SCHMIDT, Daniel Augusto. *Protestantismo e ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Editora Reflexão, 2014,

SEIDL, Ernesto. *Lógicas cruzadas: carreiras religiosas*. São Luís: Revista Pós Ciências Sociais, v. 6, n. 11 jan/dez, 2009.

SILVA, Elizete. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira*. Evangélicos progressistas em Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS, 2010.

_____. Os batistas no Brasil In SILVA, Elizete, SANTOS, Lyndon de Araújo, ALMEIDA, Vasni de (orgs.). *“Fiel é a palavra”*: leituras históricas dos evangélicos protestantes. Feira de Santana: UEFS, 2011

_____. Protestantes e ditadura civil-militar no Brasil: entre a adesão e a resistência. In ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *1964: 50 anos depois a ditadura em debate*. Aracaju, EDISE, 2015.

SOUZA, Silas de. Presbiterianismo no Brasil. In: SILVA, Elizete, SANTOS, Lyndon de Araújo, ALMEIDA, Vasni de (orgs.). *“Fiel é a palavra”*: leituras históricas dos evangélicos protestantes. Feira de Santana: UEFS, 2011

_____. *O respeito à lei e à ordem: presbiterianos e o governo militar 1964-1985*. Assis, São Paulo, 290 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2013.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, vol. 1.